UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANDERSON FERNANDES DE ALENCAR

COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

SÃO PAULO

FEUSP

2012

ANDERSON FERNANDES DE ALENCAR

**COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Educação**, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Linha de pesquisa: Filosofia e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Gadotti

SÃO PAULO

FEUSP

2012

A368c Alencar, Anderson Fernandes de.

Compartilhamento do conhecimento: desafios para a educação / Anderson Fernandes de Alencar. – São Paulo : Universidade de São Paulo - USP, 2012.

387p.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Gadotti.

Tese (doutorado) - - Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação.

Bibliografia f. 391

1. Educação - Mercantilização. 2. Educação - Democratização.
4. Conhecimento – Privatização. 5. Liberdade – Direitos autorais. 6. Universidade.

CDD 370.981
CDU 37(043)

ANDERSON FERNANDES DE ALENCAR

**COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO**

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Educação**, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Linha de pesquisa: Filosofia e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Gadotti

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, de modo direto ou indireto, contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento humano e acadêmico, em especial àqueles companheiros e companheiras do Instituto Paulo Freire.

Dedico ao meu pai Antônio, e a minha mãe Claudenice, que, devido às suas lutas, tornaram possível a realização de mais essa conquista.

Dedico ao meu irmão, que na sua singeleza, fez parte desta história e construção.

Dedico ao meu estimado amigo Emmanuel, companheiro de tantas lutas, por seu apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora por estarem sempre comigo, sugerindo-me os melhores caminhos.

Ao meu orientador, o professor Moacir Gadotti, com que aprendi o valor da história, da paciência impaciente e que foi uma fonte incessante de esperança na hora derradeira.

A Paulo Roberto Padilha, Angela Antunes, Ladislau Dowbor, Sonia Couto, Fernanda Soares e José Moraes Neto, que foram incentivadores permanentes da construção e finalização desta tese.

A José Moraes Neto, companheiro do dia a dia, e Juliana Avona, grande comunicadora, pelo apoio da revisão deste texto, e a Renata Zalotti pela tradução do resumo.

À equipe da UniFreire e do Projeto Paulo Freire Memória e Presença que acompanhou, e animou, a realização deste trabalho.

Aos companheiros da banca que aceitaram o convite para contribuir com este trabalho.

A todos os funcionários e funcionárias, sobretudo as da Secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que sempre me atenderem com toda a presteza.

*“Quem recebe uma ideia de mim, recebe
instrução sem diminuir a minha, assim
como quem acende sua vela na minha
recebe luz sem me deixar no escuro”*

(Thomas Jefferson)

*“Se você tem uma maçã e eu tenho uma
maçã, e nós trocamos as maçãs, então
você e eu ainda teremos uma maçã. Mas
se você tem uma ideia e eu tenho uma
ideia, e nós trocamos essas ideias, então
cada um de nós terá duas ideias”*

(George Bernard Shaw)

RESUMO

Esta tese é resultado do trabalho de pesquisa no intuito de refletir acerca dos desafios postos à educação pelos processos de mercantilização e democratização do conhecimento. A tese discute de que maneira o conhecimento, como bem imaterial, nasce livre, e vai se tornando uma mercadoria por meio do movimento de mercantilização, que tem atuado, com maior evidência, nas artes (música e cinema), no entretenimento (*games*), na tecnologia (*softwares*) e na ciência (literatura científica), por meio dos direitos autorais e das patentes, ilustrados por exemplos. Na contraposição à mercantilização, é apresentado um movimento pela democratização do acesso ao conhecimento, pautado na perspectiva do conhecimento como bem comum da humanidade, e destacado por meio de iniciativas, organizações e projetos. Também são apresentadas reflexões sobre o nascimento das universidades e a sua organização na Idade Média, a mercantilização da universidade e do conhecimento nela produzido, concluindo com as outras iniciativas emblemáticas, agora específicas do âmbito da educação. Como metodologia, em sendo uma tese bibliográfica, de revisão de literatura, foram realizados quatro anos de acompanhamento de três listas de discussão de *e-mails*, pesquisas na *Internet* e fichamentos de artigos e livros da área. O trabalho conclui que, com base na documentação levantada, há evidências para afirmar que uma disputa ideológica encontra-se em curso, e que a educação e a ciência estão sob risco de privatização, não em sua oferta, mas no processo de produção de novos conhecimentos a serem socializados com as novas gerações, que avança por meio da pesquisa científica. Propõe-se, por fim, uma Pedagogia do Compartilhamento que, pautada em uma educação emancipatória, não bancária, liberte “o conhecimento oprimido”, combata a privatização e a mercantilização dos bens públicos e eduque para a liberdade do conhecimento.

Palavras-chave: Mercantilização. Democratização. Conhecimento. Educação. Liberdade. Privatização. Universidade.

ABSTRACT

This thesis is the result of a research project that aimed to reflect on the challenges posed to education by the processes of commodification and democratization of knowledge. It discusses how the knowledge, as an immaterial good, was born free, and becomes a commodity by the movement of commodification, which has been acting, more intensely, in the arts (music and film), entertainment (games), technology (software) and science (scientific literature) fields, as we can observe, for example, in copyright and patents issues. In contrast to commercialization, there is another ongoing movement to democratize access to knowledge, based on the perspective of knowledge as a common good of mankind, supported by key concepts such as social production, piracy, and highlighted through initiatives, organizations and projects. Reflections on the birth of universities and their organization in the Middle Ages, are also featured in this thesis, as well as the commodification of higher education and the knowledge it produces, closing with other flagship initiatives, now a specific educational field. Once it is a bibliographic thesis, the methodology applied includes literature reviews, four years of following-up three mailing lists of emails, internet researches, articles and books on the subject. Supported by the documents analysis, this paper concludes that there is a strong evidence to affirm that one ideological dispute is ongoing, that education and science are at risk of privatization, not regarding the way it is supplied, but regarding the knowledge that should be socialized among the new generations, which is a place that should belong to scientific research. Finally, this thesis proposes a Pedagogy of Sharing that, guided by an emancipatory education, non-banking shaped, is capable of releasing the "oppressed knowledge", fight the public privatization and commodification and educate towards freedom of knowledge.

Keywords: Commodification. Democratization. Knowledge. Education. Freedom. Privatization. University.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I - Mercantilização do conhecimento.....	24
1 O conhecimento.....	26
2 A mercadoria.....	29
3 O conhecimento como mercadoria.....	34
4 O movimento pela mercantilização do conhecimento.....	39
5 Iniciativas e exemplos do movimento de mercantilização do conhecimento.....	62
Capítulo II - Democratização do conhecimento.....	82
1 O movimento em prol do conhecimento livre.....	82
2 Acesso ao conhecimento e “pirataria”.....	87
3 Iniciativas de compartilhamento do conhecimento.....	125
4 Organizações sociais e democratização do conhecimento.....	137
5 Projetos de democratização do conhecimento.....	151
Capítulo III – Democratização, Mercantilização e a Educação.....	167
1 A universidade e a produção e a democratização do conhecimento.....	168
2 A mercantilização da universidade.....	180
3 O cercamento e a produção científica na universidade.....	187
4 O compartilhamento do conhecimento: desafios para a educação.....	196
Considerações Finais – Por uma Pedagogia do Compartilhamento.....	214
Referências.....	222
Anexos.....	240
Anexo 1 – Cartas.....	240
Anexo 2 – Declarações.....	275
Anexo 3 – Manifestos.....	308
Anexo 4 – Leis.....	321
Anexo 5 – Documentos avulsos.....	323
Anexo 6 – Carta dos Artistas.....	350
Anexo 7 – Lista compilada de documentos (ordem cronológica).....	351

INTRODUÇÃO

Meu interesse pela tecnologia emergiu dos contatos com diversos *videogames* durante a minha infância e adolescência. Tive a oportunidade de jogar o videogame Atari 2600¹, o Nintendo Entertainment System (NES)², Master System³, Super Nintendo⁴, Mega Drive⁵, até finalmente chegar ao computador. Com esses *videogames* mantive uma relação muito próxima, sendo eles o meu primeiro estímulo para que eu pudesse me apaixonar, cada vez mais, por esse mundo digital.

Com o computador, tive a oportunidade de, além de poder retornar a todos esses *videogames*, por meio de emuladores⁶, ter contato com as inúmeras possibilidades que me deram tanto o computador com suas ferramentas, quanto a *Internet*. Na época, a configuração da máquina não me possibilitava grandes empreendimentos. Era um *Pentium II 266*, de configuração hoje ultrapassada e limitada para diversas atividades cotidianas.

No ano de 1999, iniciei meu estudo em nível superior na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no curso de Administração. Passado um ano, especificamente três semestres, consigo minha transferência para o curso de Pedagogia, também na UFPB, no qual pude aprofundar as minhas reflexões sobre a tecnologia e sua relação com a aprendizagem.

O curso de Pedagogia, nos seus primeiros períodos, não vinha correspondendo às minhas expectativas e minha sede por aprofundar estudos e reflexões nessa área. Esses períodos, contudo, ajudaram a apurar minha consciência crítica, capacidade reflexiva e

-
- 1 Atari 2600 foi um *videogame* projetado por Jay Miner e lançado em 1977, nos Estados Unidos, e em 1983, no Brasil. Considerado um símbolo cultural dos anos 80, foi um fenômeno de vendas no Brasil, entre os anos 1984 e 1986, e seus jogos permanecem na memória de muitos que viveram a juventude nesta época. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atari_2600>. Acesso em: 03 jul. 2011.
 - 2 Nintendo Entertainment System, ou simplesmente NES (no Brasil, apelidado como Nintendinho), foi lançado pela Nintendo na América do Norte, Europa, Ásia, Austrália e Brasil. [...] O NES/Famicom foi o *videogame* de maior sucesso comercial na sua época, ajudando a indústria de *videogames* a se recuperar da crise de 1983, e estabeleceu novos padrões que seriam seguidos pela indústria. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nintendo_Entertainment_System>. Acesso em: 03 jul. 2011.
 - 3 O Master System (no Japão também foi lançado como: SG-1000 Mark III) é um *videogame* de 8-bits produzido pela SEGA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Master_System>. Acesso em: 3 jul. 2011.
 - 4 Super Nintendo Entertainment System (também conhecido como Super Nintendo, SNES e, no Japão, como Super Famicom), foi lançado pela Nintendo em 1990 no Japão, 1991 nos EUA e 1992 na Europa. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Super_Nes>. Acesso em: 3 jul. 2011.
 - 5 Mega Drive é um console de jogos de vídeo da geração de 16 bits da SEGA, que concorreu diretamente com o Super Nintendo. Conhecido como Genesis nos Estados Unidos, o console fez grande sucesso na década de 1990, perdendo espaço após o surgimento e popularização da nova geração de consoles de 32 bits, como o Playstation, da Sony. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mega_drive>. Acesso em: 3 jul. 2011.
 - 6 Nesse contexto, programa de computador que emula o funcionamento de um *videogame*, podendo ser utilizado qualquer jogo dos já desenvolvidos.

indagadora da realidade, e lançaram os fundamentos de diversas construções, que viria a ter em seguida. São nesses primeiros períodos que tenho contato com o educador Paulo Freire, por meio do livro *A importância do ato de ler*.

Em 2001 e 2002, cursei as disciplinas “Pesquisa em Educação I e II”, que pretendiam, como proposta de trabalho, que os alunos, organizados em grupos de três ou quatro pessoas, desenvolvessem um projeto de pesquisa com tema relativo ao interesse do grupo. Elaborados os projetos, as pesquisas seriam desenvolvidas, e os resultados apresentados em forma de relatório, correspondendo à avaliação final da disciplina.

Essa disciplina foi a oportunidade para retomar as minhas questões relativas à tecnologia. Na pesquisa, fizemos a opção por

analisar a influência dos jogos eletrônicos na aprendizagem de crianças, por meio do levantamento das representações que os professores e alunos têm sobre a relação jogos eletrônicos e a aprendizagem, verificando desse modo se e como jogos eletrônicos poderiam contribuir para um desempenho mais satisfatório nas disciplinas do currículo da escola estudada (ALENCAR et al., 2004, p. 1).

A pesquisa sobre os jogos eletrônicos foi decisiva tanto na minha formação intelectual, quanto no meu amadurecimento pessoal. É a partir dela que constato o meu real interesse pela pesquisa científica e pela tecnologia como objeto de estudo. Foi nela também que, de simples usuário da tecnologia, passei a ser alguém que investiga suas práticas, seu próprio modo e razão de fazer e de ser. Que questiona, que duvida, que busca respostas... Partia, enfim, do uso para a reflexão sobre o uso. Começava a fazer *práxis*.

É também nessa disciplina que me vinculo ao Projeto de Iniciação Científica PIBIC⁷, intitulado “Concepção e Implementação da Biblioteca Digital Paulo Freire”, e ao grupo de pesquisa “Estudos Culturais e Tecnologias da Informação e Comunicação”.

O Projeto da Biblioteca Digital Paulo Freire⁸ teve origem no ano de 2000, por meio de uma parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o “Centro Paulo Freire: Estudos e Pesquisas”, contando, inicialmente, com o apoio da Coordenação Institucional de Educação a Distância (CEAD) e do Departamento de Informática da UFPB, e posteriormente

7 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Mais informações em: <http://www.cnpq.br/programas/pibic/index.htm>

8 Disponível em: <<http://www.paulofreire.ufpb.br>>. Acesso: 3 jul. 2011.

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O referido projeto teve como objetivo “disponibilizar pressupostos filosóficos, sociológicos e pedagógicos do pensamento freireano, para suportar ações educativas coletivas que facilitem a inclusão dos sujeitos educacionais na sociedade da informação”, e pretendia realizar a “digitalização do acervo de documentos em formatos multimídia, como vídeos, fitas cassetes e mídia impressa, no intuito de disponibilizar o acesso mais amplo possível a estes documentos via web”⁹.

Na Biblioteca Digital Paulo Freire, atuei na digitalização e modelagem de materiais em imagem, áudio e vídeo sobre a vida e obra do educador, na seleção de *softwares* apropriados para a digitalização e na seleção de conteúdos para a biblioteca. Fui responsável pelo acervo digital da biblioteca, realizei estudos de obras do educador e atuei como *webmaster*¹⁰ da biblioteca. Foi na biblioteca que pude estreitar meus laços com Paulo Freire e com seu pensamento, e incorporá-lo como um referencial teórico para minha prática educativa e para as minhas reflexões no campo da Educação e da Tecnologia. Durante esse período, também tive uma maior aproximação com o “Centro Paulo Freire: Estudos e Pesquisas”¹¹ e com o professor Paulo Rosas (1930-2003), o que impulsionou ainda mais meu desejo de conhecer com profundidade a vida e a obra do educador.

Encerradas minhas atividades na biblioteca, iniciei minha atividade de estágio proposto pelo curso de Pedagogia, que foi uma experiência significativa para o amadurecimento das minhas atuais reflexões. O estágio foi realizado em uma escola pública da cidade de João Pessoa (Paraíba), com uma turma de educação de jovens e adultos no período noturno. Objetivava “promover a alfabetização digital de jovens e adultos, por meio da produção de materiais educativos em formato digital relativo ao tema saúde e prevenção” e, ainda, “promover equidade cultural, por meio do compartilhamento do conhecimento acumulado na área da informática e materializado em máquinas e *softwares* utilizando pressupostos teórico-filosóficos freirianos”. A turma era composta por alunos que moravam, em sua maioria, na favela próxima à escola e nunca tinham tido contato com o computador; só alguns já tinham usado no trabalho ou quando a “filha da patroa colocava para mexer”.

Vivenciando um pouco o dia a dia da escola, percebi o desconhecimento dos professores com relação à informática, impossibilitando assim o uso da sala de informática e,

9 Disponível em: <<http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/projeto.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

10 Responsável pelas atualizações e eventuais modificações nas páginas de *sites* na web conhecida *Internet*.

11 Disponível em: <<http://www.paulofreire.org.br>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

consequentemente, a ida desses alunos ao laboratório. Os professores também não sabiam ou não se sentiam seguros para o uso dos computadores. A sala de informática, para esses alunos noturnos, era somente uma sala à qual os alunos da manhã e da tarde tinham acesso.

Convivendo com os alunos da turma escolhida, percebi a sede e o esforço para aprenderem, as dificuldades que tinham no uso da máquina, de navegar na *web*¹², dificuldades para ler, para escrever, para pensar autonomamente, para decidir e optar. Essa experiência de info-exclusão dentro da escola foi de notória importância para definir meu objeto de estudo para a monografia, que seria, a partir de então, a infoinclusão¹³.

Com as reflexões sobre a infoinclusão e os elementos recolhidos durante minha experiência de estágio, ao final do curso, construí a minha monografia que teve por título “A Formação de Professores em Informática no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba”. Incomodado pela falta de uso da sala de informática em que realizei o estágio, e pela constatação de que uma provável razão seria a falta de formação de professores, optei então por investigar um dos principais *lôcus* de formação de professores da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba.

Com a pesquisa, percebi que não havia no currículo obrigatório, disciplinas que tratassem da tecnologia, e a única que dizia tratar, na prática, nunca falava da informática, segundo os alunos que cursavam a disciplina. Um outro ponto forte era a subutilização do laboratório de informática do Centro de Educação, usado somente para acesso a *e-mails* e bate-papo, e não para atividades de formação, de uso da informática na educação. Por fim, encontrei diversas linhas de fuga da “grade”, que eram o cotidiano da sala de aula, quando professores em suas disciplinas se referiam ao assunto; os projetos de pesquisa, como foi o meu caso; e os projetos de extensão. Percebi que o problema da info-exclusão estava vinculado também à formação dos professores que trabalhavam nas escolas públicas.

Paralelamente à elaboração da monografia e à conclusão do meu curso, fui convidado para organizar, com mais alguns colegas, uma proposta de informatização das escolas do município, e uma incipiente proposta de infoinclusão para a cidade de João Pessoa.

Nesse período, contudo, ao mesmo tempo em que estava refletindo a respeito das

12 A World Wide Web (que em português significa, "Rede de alcance mundial"; também conhecida como Web e WWW) é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet. Os documentos podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web>. Acesso em 03 jul. 2011.

13 A infoinclusão será entendida neste texto como a possibilidade de se ter acesso a toda e qualquer tecnologia, ao conhecimento ou à informação, bem como a possibilidade real de se tornar produtor do conhecimento e não somente consumidor de *pacotes educativos*.

escolas do município, escrevendo a monografia e a conclusão do curso de graduação, estava também fazendo a seleção para o Mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), programa para o qual viria a ser selecionado no final de 2004. Com a aprovação, surge uma encruzilhada: dedicar-me a materializar as propostas que ajudei a construir para o município, ou investir em minha formação? Optei pela formação, da qual a minha dissertação de mestrado e a tese de doutorado são resultados.

A primeira versão do projeto de pesquisa, aprovado para entrada no programa de Pós-graduação, tinha como objetivo “analisar os pressupostos teórico-filosóficos dos processos de inclusão digital na perspectiva do educador Paulo Freire” e, por objeto, a inclusão digital em uma perspectiva freiriana. Contudo, nesse momento da construção, não havia sido levado em consideração que a “análise dos materiais do educador Paulo Freire, nos seus mais diversos formatos, referentes à inclusão digital e às Tecnologias da Informação e Comunicação”, era um trabalho muito amplo e que demandaria todo o tempo da pesquisa, visto que não havia sido feito, nessa época, nenhum recorte mais específico; eram **todos** os materiais e ainda **nos seus mais diversos formatos**, que incluíam do texto impresso até o vídeo. Era um trabalho inviável e penoso, para se realizar somente em dois anos de pesquisa, notando-se que, após encontrar todas as referências, ainda teria que fazer a análise a que tinha me proposto. Era necessária uma reformulação.

Com o andamento das atividades do Mestrado, cursei a disciplina “Projetos de Pesquisa: leituras sobre o método e técnicas na Sociologia da Educação”, que tinha como um de seus objetivos “trazer ao aluno uma reflexão sobre as principais contribuições metodológicas e técnicas relativas à pesquisa na área da Sociologia da Educação, a partir de seus próprios projetos de pesquisa”¹⁴. Era a hora e a oportunidade para que eu pudesse repensar meu projeto. Com o adiantado dos meus estudos relativos ao pensamento de Paulo Freire sobre tecnologia, pude refletir sobre como reformularia o projeto.

A disciplina, como proposta metodológica, discutia os projetos de todos os que faziam o curso. A discussão era feita da seguinte maneira:

- 1) Cada participante deveria encaminhar o seu projeto de pesquisa para uma lista virtual, criada para esse fim.
- 2) Cada participante tanto tinha seu projeto avaliado, quanto deveria avaliar o de outrem, em data prevista com os participantes.

14 Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/estrutura/pgrad/disc2_2005.htm>. Acesso em: 3 jul. 2011.

3) Cada participante tinha cerca de cinco minutos para fazer uma arguição sobre o projeto de outrem.

A partir das críticas e sugestões dos colegas acerca do meu projeto de pesquisa, em vez de refletir sobre a infoinclusão na perspectiva freiriana, optei por aprofundar meu estudo somente da obra de Paulo Freire, incluindo os materiais em áudio e vídeo, para, no Doutorado, refletir com maior segurança sobre a questão da infoinclusão, podendo realizar um bom trabalho de pesquisa e documentação, no que tange à questão da tecnologia e das contribuições de Freire nesse campo. Nessa versão, objetivava analisar o pensamento do educador Paulo Freire sobre tecnologia, e tinha por objeto o próprio pensamento do educador.

Contudo, segundo as avaliações dos colegas e a análise do meu orientador, o projeto carecia do aspecto analítico, essencial para a pesquisa científica. Construí todo o projeto, mas não havia ainda resolvido esse impasse.

Nesse período, estava também envolvido no início das discussões acerca da migração para *Software Livre*¹⁵ no Instituto Paulo Freire¹⁶ (IPF), colaborando em atividades com o meu orientador.

Em conversa com colegas do próprio Instituto, demos início ao processo de migração, usando uma sala como laboratório de testes, onde foram instalados o programa GNU/Linux em oito máquinas. Dois meses depois da sala em funcionamento, conseguimos agendar uma conversa com militantes do movimento do software livre, para realizar um primeiro momento de reflexão acerca do *Software Livre* e de suas diversas implicações no mundo contemporâneo.

O diálogo foi extremamente produtivo e pudemos discutir e refletir acerca de diversos assuntos relativos à informática, a questão dos *softwares*, patentes, entre outros assuntos. A cada momento que me aproximava mais, que lia mais sobre a questão do *software* livre, mais me apaixonava pela temática; não só me interessava, mas a via como essencial para o mundo de hoje. Logo após a reunião, o meu orientador e outros colegas do Instituto, sugeriram-me refletir sobre a questão da migração para o sistema operacional GNU/Linux, para o *software* livre. Acreditavam que faltava metodologia e que alguém precisava pensar nisso, porque as

15 *Software* livre, segundo a definição criada pela Free Software Foundation, é qualquer programa de computador que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído com algumas restrições. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Software_livre. Acesso em: 3 jul. 2011.

16 O Instituto Paulo Freire, segundo definição do seu Currículo Institucional, é uma organização que objetiva dar continuidade ao legado de Paulo Freire, aproximando pessoas e instituições que trabalham a partir de suas ideias e realizar um amplo, fecundo e generoso encontro de instituições, de projetos, de sonhos e de pessoas que fertilizam o inusitado, que se querem homens e mulheres sujeitos da história, portanto, seres condicionados, mas não determinados, por isso, capazes de realizar a transformação social (IPF, 2007).

instituições careciam do **como**. E porque não pensar isso como proposta freiriana?

Depois de refletir sobre a possibilidade de alterar meu projeto de pesquisa, aderi às propostas, embasado nos seguintes argumentos:

1) Estaria voltando para a questão da infoinclusão, tema que sempre me atraiu desde a graduação. Esse novo objeto seria, na verdade, um recorte do objeto infoinclusão. A literatura pesquisada e estudada sobre infoinclusão mostra que o tema apresenta diversas nuances, não se limitando ao fato de ceder computadores às pessoas que não os têm. A infoinclusão envolve reflexões sobre a alfabetização digital, financiamentos para a compra de computadores, infoinclusão como política pública, *softwares* livres, *copyleft*¹⁷, telecentros, experiências de infoinclusão, migração para o sistema operacional GNU/Linux, e muitas outras. Não abandonaria o tema, somente realizaria um necessário recorte em tema tão vasto.

2) Não se faz infoinclusão sem *software* livre. Como pagar licenças tão caras? Por que pagar pelo conhecimento que é um bem comum da humanidade? Muitas instituições abraçam a perspectiva política do *software* livre, mas não conseguem fazer a passagem, a migração, porque lhes falta uma “Pedagogia” para esta migração.

3) Depois de estudados os livros de Paulo Freire, percebi que já não encontrava novas teses acerca da tecnologia e que, nesse aspecto, estava concluído o trabalho de pesquisa. Não necessitando, assim, partir para os materiais em áudio e vídeo. Então, foi considerado inviável encerrar a dissertação no pensamento do educador tão somente, a partir do recorte dado ao tema na obra.

Contudo, a partir do meu acompanhamento da experiência de migração para o sistema operacional GNU/Linux, no Instituto Paulo Freire, e das leituras realizadas, fui percebendo o quanto o tema *software* livre e este processo de migração, eram complexos. Tema e processo que mereciam maior atenção, sobretudo, pelos poucos estudos na área de migração tecnológica. Há muitas propostas, mas poucos estudos sobre essas propostas. Ao mesmo tempo, fui percebendo a riqueza de produções teóricas e práticas que a experiência do Instituto estava produzindo. Essas produções não podiam ficar encobertas. Estava se fazendo, com muito esforço, uma experiência de migração de sistemas genuinamente freiriana.

A partir dessas reflexões que, pela última vez, realizei alterações na minha proposta de

¹⁷ *Copyleft* é uma forma de usar a legislação de proteção dos direitos autorais, com o objetivo de retirar barreiras à utilização, difusão e modificação de uma obra criativa devido à aplicação clássica das normas de propriedade intelectual, exigindo que as mesmas liberdades sejam preservadas em versões modificadas. O *copyleft* difere assim do domínio público, que não apresenta tais exigências. “*Copyleft*” é um trocadilho com o termo “*copyright*” que, traduzido literalmente, significa “direitos de cópia”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Copyleft>. Acesso em: 3 jul. 2011.

pesquisa, modificando em parte o meu objeto, objetivos e metodologia.

Ser “info-incluído” é, hoje, uma premissa fundamental para a inclusão social.

Nos tempos atuais, a restrição de acesso às tecnologias da informação, significa a restrição ao poder e à participação efetiva para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

O acesso à tecnologia da informação é condição para que todos, e não apenas uma minoria, sejam incluídos na chamada “Sociedade da Informação”. É preciso ter acesso.

Mas não por quaisquer meios. O próprio processo de inclusão precisa lançar mão de recursos democráticos e participativos. Não é possível fazer infoinclusão pagando licenças de uso de *softwares* proprietários, apoiados em pressupostos de mercado que visam ao lucro, à reprodução e ampliação do capital e à concentração de riqueza. O *software* livre é uma alternativa a esse modelo e possibilita a geração de experiências de infoinclusão autossustentáveis. Ele carrega em seu bojo uma visão de mundo que advoga em prol do compartilhamento da informação, do trabalho colaborativo, do combate aos grandes monopólios e da luta pelo direito ao conhecimento no campo do direito autoral e das patentes, entre outras.

Contudo, o uso do *software* livre pelo usuário iniciante na área da informática requer certos conhecimentos que, por vezes, são diferentes daqueles já conhecidos com os *softwares* proprietários. A mudança, esta migração de utilização, não é algo simples de se fazer. Ela requer uma “Pedagogia” coerente com os pressupostos filosóficos que deram origem ao *software* de livre acesso a todos e todas.

Assim, foi com o intuito de contribuir com a resposta à pergunta do **como** fazer, **como** migrar, sob uma perspectiva emancipadora e dialógica, que minha pesquisa, em nível de Mestrado, se desenvolveu. Nosso objetivo geral era refletir acerca de uma proposta de migração do *software* proprietário para o *software* livre, que contemplasse elementos do pensamento do filósofo Álvaro Vieira Pinto e do educador Paulo Freire; isto é, como, a partir desses pensadores, poderíamos refletir a experiência de migração em curso, e ainda ousar na proposição de novas experiências, a partir da releitura daquela em curso, no esforço de constituição de uma Pedagogia da Migração. E os objetivos específicos:

- a) Investigar o pensamento de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire referente à tecnologia.
- b) Compreender as implicações políticas, econômicas, sociais e ideológicas do

Software Livre no mundo contemporâneo.

c) Apresentar a experiência de migração do Instituto Paulo Freire para GNU/Linux.

d) Refletir a experiência de migração do Instituto Paulo Freire, visando identificar quais as contribuições que esta traz ao estado da arte das migrações para GNU/Linux.

A pesquisa consistiu, além de um estudo teórico, em um estudo de caso (a experiência de migração do Instituto Paulo Freire), por meio da qual se apresentaram sugestões, propostas e indicações concretas, unindo princípios freirianos à aplicação na experiência de migração no Instituto. Nesse sentido, pretendeu-se, então, além de apresentar elementos teórico-práticos relevantes para uma proposta de migração, iniciar o desenvolvimento de uma Pedagogia da Migração para o GNU/Linux. Essa pesquisa teve por objeto a migração para GNU/Linux em uma perspectiva freiriana.

Quanto à metodologia, o trabalho foi realizado inicialmente por meio de um estudo da obra¹⁸ de Paulo Freire, usando a técnica do fichamento, visando encontrar, nestes, referências ou reflexões acerca da tecnologia. Em seguida, foram extraídas e categorizadas, por meio de temas geradores, suas falas. Somado a essa pesquisa, também foi estudado o pensamento de Álvaro Vieira Pinto sobre a tecnologia, em seu livro “O Conceito de Tecnologia”. Com as referências encontradas, foi sistematizado o material que compôs o primeiro capítulo da dissertação.

Em um segundo momento, foram realizadas leituras referentes ao *software* livre, no intuito de refletir sobre as suas contribuições ao estado da tecnologia no contexto atual, e sobre a sua importância no campo político, econômico, filosófico, social e tecnológico. Da sistematização desse material foi escrito o segundo capítulo.

No terceiro momento, estive envolvido em todo o processo de migração do Instituto Paulo Freire, documentando integralmente a experiência, contribuindo nas definições da equipe de migração, refletindo com o grupo sobre como a experiência poderia incorporar, em sua totalidade, os pressupostos filosóficos de Paulo Freire e, ao mesmo tempo, envolvido no processo de migração como um participante. A documentação da experiência foi realizada por meio de anotações para salvaguardar o histórico do processo. Foram feitos levantamentos documentais como textos, fotos, relatos orais, registro de *e-mails* trocados durante o processo, gravação em vídeo dos eventos de maior relevância, conversas com os componentes da

¹⁸ Obra é entendida aqui como todos os livros (pessoais ou em parceria), artigos, gravações em áudio e em vídeo, comentários, entrevistas, discussões e palestras transcritas, enfim, tudo que puder ter acesso que tenha sido de sua autoria.

equipe de migração, depoimentos dos participantes da experiência, entre outros. O terceiro capítulo foi composto por um relato detalhado da experiência de migração do Instituto Paulo Freire.

No quarto momento, foi enviado a mais de cinquenta pessoas da instituição um questionário, com oito perguntas, que objetivavam identificar a “freirianidade” da experiência, os elementos que possibilitaram uma mudança de cultura, de pensamento e de ação, e ainda, com o intuito de identificar as suas aprendizagens no processo, a relevância das equipes na migração, entre outras coisas. Os questionários foram sistematizados por meio do uso de temas geradores, que agrupavam as respostas dos migrantes. A partir da experiência da instituição e dessa sistematização foi possível, relendo o processo, elencar elementos para uma Pedagogia da Migração para GNU/Linux, Pedagogia que se fundamenta no referencial teórico do educador Paulo Freire.

Destacamos, ainda, a necessidade de valorizar a divulgação, a ampliação e a criação de condições para fortalecer o movimento do *Software* Livre. Mas não basta reconhecer a sua importância para o processo de inclusão e democratização ao acesso das Tecnologias da Informação. É necessário saber fazer a migração para o software livre, para o GNU/Linux, que é de fundamental importância a todos os espaços públicos, a todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs)¹⁹, para ampliar a infoinclusão.

A experiência da ONG Instituto Paulo Freire pode vir a servir de referencial, para que outras instituições possam construir suas propostas. Não acreditamos em superposição de experiências. Cada instituição é singular e deve pensar sua própria migração. O que pretendemos é oferecer contribuições para que outras instituições possam “facilitar” sua transição de *software* proprietário para *software* livre, valorizando elementos que tornam essa migração mais humana, democrática e efetiva. Essa pesquisa veio, nesse sentido, apontar elementos sudeadores-norteadores de experiências de migração, que atendam aos princípios filosóficos defendidos por Paulo Freire e seus contemporâneos.

Concluimos que a **formação** tem um papel imprescindível em processos de migração para *software* livre e que a migração é um desafio eminentemente **pedagógico**, finalizando por um relato pessoal do pesquisador da sua vivência do processo. O título da dissertação é:

19 “As **Organizações não governamentais (ONGs)** atualmente significam um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania.” Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_governamental>. Acesso em: 3 jul. 2012.

“A pedagogia da migração do *software* proprietário para o livre: uma perspectiva freiriana”.

Ao final do Mestrado, ávido por continuar minhas pesquisas nesta área, candidato-me a seleção para o Doutorado, no mesmo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP, para o qual fui aprovado em 2007, mesmo ano de minha defesa do Mestrado, iniciando minhas atividades de pesquisa em 2008.

Chegar no meu atual projeto de Doutorado não foi tarefa fácil. Foram pelo menos cinco versões deste projeto, até identificar o que exatamente buscava minha mente e coração. Era dado que a minha pesquisa em nível de Doutorado deveria avançar daquela realizada no Mestrado, seja aprofundando-a, ou mesmo buscando outras searas, ainda não exploradas nesta grande área temática das relações entre Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação.

Na primeira versão, a partir da minha pesquisa de Mestrado, aprofundado-a, busquei “analisar contribuições de teorias das áreas do conhecimento da Antropologia, da Psicologia Social, da Educação e dos Sistemas de Informação na perspectiva da constituição de uma Pedagogia da Migração do *software* proprietário para o *software* livre”. A pesquisa seria do tipo bibliográfica, focada na leitura e análise qualitativa de algumas teorias que discutem o comportamento humano. A pesquisa contaria com elementos da pesquisa descritiva, devido a intervenções empíricas que seriam realizadas.

Na segunda versão, tivemos uma completa reviravolta na pesquisa. A partir de um desejo interior e do diálogo com diversos profissionais, militantes, meu próprio orientador e da Disciplina "Conhecimento e Mercadoria: um Estudo sobre os Processos de Mercantilização da Educação, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura", realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP, percebemos que lidar com a questão do acesso, ou a falta de acesso ao conhecimento, era bem mais abrangente, englobando, inclusive, a temática pesquisada no Mestrado. A própria militância em favor do uso do *software* livre é uma luta pela liberdade e pelo direito ao conhecimento acerca do *software*. Discutir esse tema, além de contribuir com essa perspectiva emancipadora no âmbito da tecnologia, nos inseriria em um campo vastíssimo (música, cultura, *software*, literatura, editoras, produtoras, direito autoral, “propriedade intelectual” etc.) e atual de pesquisa e de debate, que tem sido a questão da democratização versus a mercantilização do conhecimento e, evidentemente, da Educação. Minha participação também no processo de “Reforma da Lei de Direito Autoral Brasileira” deu-me grande clarividência neste aspecto.

Apesar da clareza acerca do objeto de pesquisa, nos restava saber o que e como pesquisar esse universo tão amplo.

As versões, a partir da primeira, foram tentativas de projeção em texto da minha pretensão de pesquisa. Um polimento das ideias, para que se tornassem exequíveis.

A segunda versão, com o título: “Comunidades educativas de compartilhamento: alternativas à privatização do conhecimento”, buscava “identificar quais contribuições as comunidades educativas de compartilhamento do conhecimento têm dado para a ampliação e a democratização da cultura, da ciência e da tecnologia”.

Na terceira, nos pomos a “analisar as implicações do movimento pelo compartilhamento do conhecimento na Educação”, por meio de “entrevistas com professores de cursos de licenciatura acerca do compartilhamento do conhecimento”.

Na quarta versão, dediquei-me a pesquisar “o conhecimento livre e a mercantilização dos bens intelectuais: implicações no campo da Educação”, objetivando “analisar o movimento pelo conhecimento livre frente a mercantilização dos bens intelectuais e suas implicações no campo da Educação”.

E, por fim, na quinta versão, somando as propostas anteriores, mais um recorte necessário, propus-me a “analisar as implicações dos movimentos pela mercantilização e democratização do conhecimento na Educação”, tendo por tema “a mercantilização, a democratização do conhecimento e a Educação”.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos os seguintes materiais: a) livros impressos e digitais; b) artigos/textos impressos e digitais; c) sítios localizados na *web*; d) apresentações orais e pôsteres presenciados em eventos da área; e) fichamentos; f) matérias publicadas em jornais físicos e virtuais; g) vídeos; h) palestras ou entrevistas.

A pesquisa foi do tipo bibliográfica, que “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses” (CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da, 2007, p. 60), focando na leitura e análise qualitativa de teorias que discutem o processo de mercantilização dos bens intelectuais e buscam desenvolver reflexões acerca do movimento pelo conhecimento livre. Para a coleta de dados, realizamos pesquisas na *Internet* e em listas de discussão.

O percurso da pesquisa, e sua consolidação nesta tese, foi organizada em três momentos:

No primeiro capítulo, discutimos a mercantilização do conhecimento, perpassando por

reflexões acerca do conceito de conhecimento, da mercadoria e da mercadoria como conhecimento; em seguida, abordamos a discussão acerca da propriedade privada, patentes e direitos autorais, e concluindo, sobre iniciativas e exemplos do movimento de mercantilização, em áreas como tecnologia, cinema, música etc.

No segundo, abordamos o contraposto da mercantilização, que nesta tese, seria a democratização do conhecimento. Apresentamos o movimento pela democratização, considerações sobre o acesso ao conhecimento e a “pirataria”, depois também algumas iniciativas em favor da democratização, concluindo com a apresentação de organizações sociais e projetos que a viabilizam.

No terceiro e último capítulo, discorremos sobre a universidade e a produção do conhecimento, sobre o processo de mercantilização da universidade, o cercamento e a produção científica na universidade e, por fim, apresentamos medidas eficazes em favor da democratização no âmbito da Educação, e outras notícias.

Nas considerações finais, apresentamos nossas conclusões e a necessidade premente de construirmos e operacionalizarmos uma Pedagogia do Compartilhamento.

E ao final, nas referências e nos anexos, dispomos toda a coleta de materiais, entre referências, cartas e manifestos, levantados nesses últimos quatro anos de pesquisa, que serviram de referência e evidenciam a riqueza do debate sobre o tema desta tese.

CAPÍTULO I

MERCANTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

"Nada suscitou nos homens tantas ignomínias
Como o ouro. É capaz de arruinar cidades,
De expulsar os homens de seus lares;
Seduz e deturpa o espírito nobre
Dos justos, levando-os a ações abomináveis;
Ensina aos mortais os caminhos da astúcia e da perfídia,
E os induz a cada obra amaldiçoada pelos deuses." (Sófocles)

A mercantilização do conhecimento é um processo amplo e em curso. A literatura sobre o assunto é vasta e a velocidade com que se produzem textos, legislações, artigos é “inacompanhável”. Cientes da impossibilidade do alcance da totalidade, realizamos diversos recortes, porque não temos a pretensão de abordar a temática em sua completude.

Dito isso, neste primeiro capítulo, dedicaremos-nos a discutir especificamente duas temáticas: o conhecimento como mercadoria e o movimento pela mercantilização do conhecimento.

Em “O conhecimento como mercadoria”, refletiremos acerca do desenvolvimento do conceito de conhecimento a partir dos olhares de filósofos como Platão, Aristóteles, Bacon, Descartes, Locke etc., e nos dedicaremos a refletir acerca de que maneira o conhecimento converte-se em mercadoria, com especial contribuição para a análise de Karl Marx sobre o assunto.

E, por fim, em “O movimento pela mercantilização do conhecimento”, apontaremos de que modo a mercantilização do conhecimento culmina em uma ação deliberada e programada, e como esta ação tem se manifestado.

Mas o que entendemos por mercantilização? Apoiados no professor Marcos Barbosa de Oliveira, defendemos que: “mercantilizar um bem é fazer com que ele se transforme em, ou passe a funcionar como mercadoria” (OLIVEIRA, 2011a) e nota:

Apesar da importância do conceito, o termo “mercantilização” – bem como seus cognatos “mercantilizar”, “desmercantilizar”, etc. – é um neologismo – assim como

seus equivalentes em outras línguas, como o inglês (*commodification*) e o francês (*marchandisation*). Só os dicionários mais recentes os registram, e alguns autores os colocam entre aspas. Em português, nota-se também o uso de “mercadorizar” no lugar de “mercantilizar”; em inglês, “*commoditisation*” em vez de “*commodification*” (OLIVEIRA, 2011a, p. 10).

Assim, este estudo pretende mergulhar no turbilhão de ações e reações que tem sido o centro da pauta das grandes corporações, governos e da própria sociedade civil: a preocupação com o conhecimento, sua “proteção”, “propriedade” e mercantilização.

Essa tentativa de “proteção” do conhecimento, ou de seus autores, refletiu-se na constituição da “propriedade intelectual” e das suas manifestações como direitos autorais, marcas, patentes e diversas iniciativas na direção da privatização dos bens intelectuais.

Contudo, este não é um terreno de disputa pacífica. Ela é acirrada, e não somente em nível local, mas planetário. Tamanha a relevância da matéria, que um organismo internacional foi criado, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)²⁰, em 1967. Tratados (TRIPS, ACTA) e convenções (Berna, Paris) foram realizadas, para construir diálogos possíveis entre os países ricos, detentores da maior parte das patentes, e os países pobres, em desenvolvimento. Destacam-se também grandes organizações que tratam a questão da “propriedade intelectual”, como a Organização Mundial de Comércio (OMC)²¹, e a própria Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), que mantém diversas Cátedras²² sobre “Propriedade Intelectual” e Direito Autoral.

Essa disputa remonta a antiga e permanente discussão entre o interesse público e privado. De um lado, temos um bom número de grandes empresas, indústria farmacêutica, institutos de pesquisa, agronegócios, editoras, gravadoras, que buscam maximizar os seus ganhos, seus lucros, a partir da comercialização de bens intelectuais, como músicas, filmes, músicas, fotos, textos, remédios, sementes, em suma, pela venda das ideias, e mesmo da própria vida. Do outro lado, encontra-se a maior parte da sociedade civil planetária, organizada em grupos ou não, interessados na democratização, no acesso à informação e ao conhecimento. Esse montante, composto sobretudo por educadores, interessados em compartilhar arte, cultura, música, dança e cinema com seus educandos, se veem proibidos de fazê-lo; pessoas doentes sofrem com os altos valores dos remédios e com as proteções das

20 Disponível em: <<http://www.wipo.int/portal/index.html.en>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

21 Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e.htm>. Acesso em: 2 jan. 2011.

22 Disponível em: <<http://www.unesco.org/en/unitwin/access-by-domain/culture/copyright>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

patentes; pequenos agricultores veem sua produção intelectual e sua própria matéria-prima serem expropriadas por grandes empresas. A própria “pirataria” é uma resposta da sociedade civil às restrições postas ao acesso ao conhecimento.

Apresentada em linhas gerais a conjuntura sociopolítica, buscaremos aprofundar esse debate, apresentando o que seja conhecimento, o seu processo de mercantilização e suas manifestações concretas em nossa sociedade.

1 O conhecimento

Antes de nos debruçar propriamente no processo de mercantilização **do conhecimento** a que se propõe este capítulo, cabe socializar alguns conceitos do que seja o conhecimento a partir das leituras da professora Marilena Chauí.

A discussão sobre o que seja conhecer/conhecimento não é recente e remonta aos primeiros filósofos da Grécia Antiga, os pré-sofistas. Para eles, a preocupação com o ato de conhecer era uma preocupação com o verdadeiro, e “que nosso pensamento parece seguir certas leis ou regras para conhecer as coisas e que há uma diferença entre perceber e pensar” (CHAUÍ, 2000, p. 139).

Para os sofistas, não é possível o conhecimento do Ser, mas “só podemos ter opiniões subjetivas sobre a realidade [...] A verdade é uma questão de opinião e de persuasão” (CHAUÍ, 2000, p. 139). Ela conclui:

Sócrates, distanciando-se dos primeiros filósofos e opondo-se aos sofistas, afirmava que a verdade pode ser conhecida, mas primeiro devemos afastar as ilusões dos sentidos e as das palavras ou das opiniões e alcançar a verdade apenas pelo pensamento. Os sentidos nos dão as aparências das coisas e as palavras, meras opiniões sobre elas. Conhecer é passar da aparência à essência, da opinião ao conceito, do ponto de vista individual à idéia universal de cada um dos seres e de cada um dos valores da vida moral e política (CHAUÍ, 2000, p. 139).

Para Platão, “existem quatro formas ou graus de conhecimento, que vão do grau inferior ao superior: crença, opinião, raciocínio e intuição intelectual”. Já Aristóteles “distingue sete formas ou graus de conhecimento: sensação, percepção, imaginação, memória,

raciocínio e intuição”.

Para ele, ao contrário de Platão, nosso conhecimento vai sendo formado e enriquecido por acumulação das informações trazidas por todos os graus, de modo que, em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual (CHAUÍ, 2000, p. 140).

Francis Bacon, por sua vez, entende que existem quatro ídolos ou imagens que definem as opiniões congeladas e os preconceitos, impedindo o conhecimento da verdade, são elas: “ídolos da caverna” (opiniões formadas em nós por erros e defeitos dos sentidos); “do fórum” (opiniões formadas em nós pela linguagem nas relações interpessoais); “do teatro” (opiniões formadas em nós a partir dos poderes das autoridades que nos impõem seus pontos de vista), e “da tribo” (opiniões formadas em nós a partir da nossa natureza humana).

Para Descartes,

o conhecimento sensível (isto é, sensação, percepção, imaginação, memória e linguagem) é a causa do erro e deve ser afastado. O conhecimento verdadeiro é puramente intelectual, parte das ideias inatas e controla (por meio de regras) as investigações filosóficas, científicas e técnicas (CHAUÍ, 2000, p. 145).

Por fim, Locke, entendido como o iniciador da teoria do conhecimento, se propôs a analisar as formas de conhecimento que possuímos, a origem das ideias e discursos, a finalidade das teorias e as capacidades do sujeito cognoscente, relacionadas aos objetos que se podem conhecer. Ele também distingue graus de conhecimento, começando pelas sensações, até chegar ao pensamento (CHAUÍ, 2000, p. 145-146). Da sua reflexão, originam-se o “racionalismo” (a fonte do conhecimento verdadeira é a razão), e o “empirismo” (a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível).

O dicionário Houaiss²³ tem definido conhecimento de modo bastante amplo, devido a sua complexidade. Conseguimos identificar duas ideias centrais, que sistematizamos abaixo a partir das definições do dicionário:

23 Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=conhecimento>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

a) Como ação/processo

- O ato ou a atividade de conhecer, realizado por meio da razão e/ou da experiência.
- Domínio, teórico ou prático, de um assunto, uma arte, uma ciência, uma técnica etc.; competência, experiência, prática.
- Fato ou condição de estar ciente ou consciente de (algo).
- Procedimento compreensivo, por meio do qual o pensamento captura representativamente um objeto qualquer, utilizando recursos investigativos dessemelhantes – intuição, contemplação, classificação, mensuração, analogia, experimentação, observação empírica etc. – que, variáveis historicamente, dependem dos paradigmas filosóficos e científicos que em cada caso lhes deram origem.

b) Como coisa

- A coisa conhecida.
- A coisa que se conhece, de que se sabe, de que se está informado, ciente ou consciente.
- Informação, notícia.
- Somatório do que se sabe; o conjunto das informações e princípios armazenados pela humanidade.

Ainda, segundo o professor Vanderlei de Barros Rosas (2012), “conhecimento é a relação que se estabelece entre sujeito que conhece ou deseja conhecer e o objeto a ser conhecido ou que se dá a conhecer”.

Como se pode perceber, o conhecimento vem sendo entendido historicamente como o processo ou o ato de conhecer, como uma ação, mais do que como um objeto da apreensão humana. Contudo, compreendendo conhecimento como sendo a “informação contextualizada, com sentido” (GADOTTI, 2011), e devido ao uso corrente do termo conhecimento neste debate, isto é, como algo que pode ser compartilhado, distribuído, e mesmo comprado e vendido, utilizaremos a palavra sempre como substantivo, e não como verbo. Enfim, conforme proposto pelo Houaiss: “somatório do que se sabe; o conjunto das informações e princípios armazenados pela humanidade”.

Em algumas ocasiões, para facilitar a compreensão, usaremos o termo bens/obras intelectuais entendidos como a materialização do conhecimento, conforme a Lei de Direito Autoral Brasileira 9610/98, em seu artigo 7º:

São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas; II - as conferências, aloções, sermões e outras obras da mesma natureza; III - as obras dramáticas e dramático-musicais; IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma; V - as composições musicais, tenham ou não letra; VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas; VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia; VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética; IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza; X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência; XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova; XII - os programas de computador; XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

2 A mercadoria

O debate acerca do que seja a mercadoria não é simples ou recente, e também remonta aos primeiros filósofos gregos. Contudo, em virtude de não ser nossa especialidade, ou mesmo objetivo neste texto, nos deteremos a apresentar a visão do economista Karl Marx acerca do que seja a mercadoria, seguido das contribuições do professor Marcos Barbosa. Como disse Marx (2011, p. 197): “à primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”.

Marx entende que “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual

pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (p. 165), isto é, **algo útil**. Contudo, a utilidade dos objetos não se dá por si mesma. Ela carece do **trabalho** que a transforme. Madeira em cadeira, algodão em vestimenta e assim por diante... Diz Marx:

O produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento — a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade “objetiva”, isto é, como seu valor — transforma o produto de trabalho em mercadoria. Segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor (MARX, 2011, p. 189).

Como valor de uso²⁴, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica (MARX, 2011, p. 197).

Marx não encerra sua caracterização da mercadoria na utilidade, e em ser produto do trabalho humano, mas completa sua análise defendendo que ela deva ser **passível de troca**.

Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca (MARX, 2011, p. 212-213).

24 “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho” (MARX, 2011, p. 166).

Enfim, diante do avanço da informática e da robótica, não seria demais afirmar que, para ele, essa troca deveria acontecer entre **seres humanos de comum acordo** e por **vontade própria, proprietários privados dos próprios bens** e, apesar de em sua época o trabalho já contar com a ajuda de máquinas, a ação da pessoa era imprescindível. Afirmar Marx:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias (MARX, 2011, p. 209).

Oliveira (2011a, p. 3) sintetiza definindo a mercadoria como sendo “(1) um bem (2) produzido pelo trabalho humano (3) para ser trocado”, isto é, mercadoria é um bem produzido pelo trabalho humano para ser trocado.

A esta síntese acrescentaria: (4) em comum acordo (concordância entre as partes), (5) por vontade própria (não lhe foi imposta a troca), e (6) proprietários privados dos bens (que os bens trocados sejam próprios, e não alheios).

Desse modo, na perspectiva marxista, a definição ficaria: **a mercadoria é um bem produzido pelo trabalho humano, para ser trocado entre seres humanos, proprietários dos bens a serem trocados, de comum acordo e por vontade própria.**

Contudo, nem todos os bens produzidos pelo trabalho humano são feitos para serem trocados, possuem valor de troca, como são os presentes, por exemplo.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.} Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso (MARX, 2011, p. 170).

Na antiga comunidade hindu o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não se realiza mediante a troca, pelos trabalhadores, de seus produtos individuais. Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias (MARX, 2011, p. 171).

Marx, no Capítulo II, em que trata do processo da troca, e no Capítulo III, do dinheiro e da circulação das mercadorias, nos fornece elementos importantes para as reflexões que faremos a seguir, no que se refere ao conhecimento como mercadoria.

Ele entende que o tempo de trabalho é determinante no valor e no preço das mercadorias e que esse tempo não é fixo, mas variável dependendo do “grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2011, p. 169). Marx defende: “a grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho” (MARX, 2011, p. 169).

Na Inglaterra, por exemplo, depois da introdução do tear a vapor, bastava talvez somente metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido. O tecelão manual inglês precisava para essa transformação, de fato, do mesmo tempo de trabalho que antes, porém agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior. [...] A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza. (MARX, 2011, p. 169).

Quanto ao papel do dinheiro, é importante recuperar que, no processo do que ele chama de “metamorfose da mercadoria”, a mercadoria passa a ser vendida por dinheiro, que é utilizado para comprar uma nova mercadoria (M – D – M). Contudo, com o desenvolvimento inicial da circulação das mercadorias, o processo de entesouramento e acumulação, as mercadorias passam a ser produzidas exclusivamente para serem trocadas/vendidas pelo dinheiro, encerrando-se o ciclo.

Com o desenvolvimento inicial da própria circulação de mercadorias, desenvolve-se a necessidade e a paixão de fixar o produto da primeira metamorfose, a forma modificada da mercadoria ou a sua crisálida áurea. Vendem-se mercadorias não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. De simples intermediação do metabolismo, essa mudança de forma torna-se fim em si mesma. A figura alienada da mercadoria é impedida de funcionar como sua figura absolutamente alienável ou como sua forma dinheiro apenas evanescente. O dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador (MARX, 2011, p. 250).

E, de modo notável e atual, Marx afirma:

Como ao dinheiro não se pode notar o que se transformou nele, converte-se tudo, mercadoria ou não, em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação torna-se a grande retorta social, na qual lança-se tudo, para que volte como cristal monetário. E não escapam dessa alquimia nem mesmo os

ossos dos santos nem as *res sacrosanctae, extra commercium hominum*. Como no dinheiro é apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele apaga por sua vez, como *leveller* radical, todas as diferenças. O dinheiro mesmo, porém, é uma mercadoria, uma coisa externa, que pode converter-se em propriedade privada de qualquer um. O poder social torna-se, assim, poder privado da pessoa privada (MARX, 2011, p. 252).

Por fim, ele conclui que as mercadorias são levadas ao mercado quando, para o seu proprietário, elas não possuem valor de uso direto, isto é, quando deixam de ser útil, de ser um bem.

Esse sentido, que falta à mercadoria, para apreciar o concreto do corpo da mercadoria, o dono da mercadoria supre por meio dos seus cinco ou mais sentidos. Sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca (MARX, 2011, p. 210).

3 O conhecimento como mercadoria

A pergunta que agora nos fazemos é: pode o conhecimento ser considerado uma mercadoria? As características da mercadoria defendidas por Karl Marx seriam capazes de validar um processo de mercantilização do conhecimento, e que este mesmo conhecimento possa ser objeto de compra e venda no mercado?

A primeira grande diferença que nos vem à tona, diz respeito à corporeidade da mercadoria. Em boa parte das reflexões de Marx, as suas análises circundam mercadorias com um corpo material, linha, ouro, prata, cobre, ferro etc... Contudo, em uma ocasião nas nossas leituras, ele nos dá uma pista acerca das mercadorias incorpóreas:

Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor (MARX, 2011, p. 226).

Apesar de não sairmos vendendo na feira, consciência ou honra, Marx nos aponta positivamente na direção da viabilidade desta mercantilização de que vimos falando...

Distinguindo que a ideia sobre uma coisa e uma coisa em si, são diferentes, partamos, então, para uma análise do conhecimento como mercadoria na perspectiva marxista.

Retomemos o dito anteriormente: “a mercadoria é um bem produzido pelo trabalho humano, para ser trocado entre seres humanos, proprietários dos bens a serem trocados, de comum acordo e por vontade própria”. Poderíamos inferir que “o conhecimento é um bem produzido pelo trabalho humano, para ser trocado entre seres humanos, proprietários dos bens a serem trocados, de comum acordo e por vontade própria”?

A princípio, a definição encaixa-se perfeitamente. Cabe nos debruçarmos sobre as suas especificidades, respondendo a alguns problemas que a categoria conhecimento nos põe. De que modo é produzido o conhecimento? Com qual força de trabalho? A troca sempre acontece entre seres humanos? Estes são proprietários dos bens que trocam? Estão sempre de comum acordo e por vontade própria?

Quanto à utilidade, nos deparamos com alguns limites. Para Marx, a mercadoria é levada ao mercado quando “não tem para ele (dono da mercadoria) nenhum valor de uso direto” (MARX, 2011, p. 210). Esta frase não é de inteiramente correta, mesmo que se aplique a maior parte dos casos. Quantas vezes, dada a uma necessidade, financeira ou mesmo de espaço físico, tivemos de vender, ou mesmo doar, um móvel, por exemplo. Esse objeto possuía valor de uso para o seu dono, contudo, situações adversas em sua vida, fizeram-no desfazer-se deste. Aqui, poderíamos até inferir que o vendeu por vontade própria, mas foi externamente forçado a isto. Ao nos referir a essa mesma problemática, no quesito conhecimento, nos deparamos com um problema similar.

O conhecimento, seja ele registrado por meio da escrita (manuscrita ou digital), ou mesmo não registrado, é um bem incorpóreo, intangível. São ideias. E essas não são perdidas ao serem compartilhadas, muito pelo contrário, multiplicam-se.

Em outras palavras, posso levá-las ao mercado, vendê-las, e ainda permanecer com elas, podendo vendê-las novamente, sejam elas úteis ou não para mim. Diferentemente, por exemplo, de um casaco que, quando vendido é **perdido**, o conhecimento não pode ser completamente expropriado. Essa “descoberta” possibilitou e consolidou a “economia do conhecimento”.

Quanto ao trabalho, de que maneira o conhecimento é produzido, e por meio de que tipo de trabalho? O conhecimento é produzido em todo o lugar indistintamente, mas as universidades são os lugares privilegiados para a sua criação. É o lugar que tem por uma de suas prerrogativas a pesquisa, a produção científica. Mas elas não são os únicos. Empresas, indústrias (como, destacam-se, as farmacêuticas), institutos de pesquisa, desenvolvedores de softwares – todos estão se dedicando à pesquisa, à descoberta científica, com foco, neste caso, em sua aplicabilidade prática, na produção de novas técnicas e tecnologias. Também produzem conhecimento, ciência e tecnologia, as cooperativas, as ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)²⁵, implementos de economia solidária, coletivos, entre muitas outras. A ciência e a tecnologia não são bens restritos à academia.

O trabalho usado na produção do conhecimento costumeiramente é o assalariado, com exceções, tais como as cooperativas, que trabalham sob o regime de retiradas e não de salários, ou mesmo o voluntário, como é o caso do desenvolvimento de vários *softwares* livres. O financiamento é majoritariamente privado, como nas empresas, e em alguns casos, público, como nas universidades; destaquemos aqui também aqueles casos em que o trabalho é “custeado”, por meio de doações. A organização social do trabalho produtivo geralmente é coletiva, focada na produção colaborativa, e não mais na genialidade dos indivíduos. Produção colaborativa que agrega não somente os membros da própria organização, mas toda e qualquer pessoa, hoje facilmente conectadas por meio da *Internet*.

Apesar de avançarmos rapidamente com a informática e a robótica, os seres humanos ainda detêm o controle sobre o planejamento e a destinação da produção; mesmo que boa parte das mercadorias tenham seu processo de fabricação completamente automatizado, pelo uso de máquinas. Até a produção de informações úteis já vêm sendo realizadas por supercomputadores, que fazem, por exemplo, complexos cálculos matemáticos e testam um sem número de combinações de novas drogas.

A troca entre seres humanos, e com destaque para eles, ocorre das mais variadas formas, com o aporte da *Internet*. A circulação das mercadorias que inicia suas atividades em mercado local, passa a ser nacional, transnacional, transcontinental, e agora, planetária. A *Internet* possibilitou que as trocas ocorressem entre pessoas situadas em qualquer parte do planeta, e o avanço dos transportes garantiram a chegada dos produtos baseados em suporte

25 “OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_Sociedade_Civil_de_Interesse_P%C3%BAblico>. Acesso em: 3 jul. 2012.

material. Os processos de câmbio, por meio de cartões de créditos ou serviços bancários especializados, foram automatizados, sendo possível comprar aqui do Brasil um livro no *site* japonês da *amazon.co.jp* e solicitar que seja entregue nos Estados Unidos, por exemplo.

Como vimos ratificando, o processo da troca ocorre entre seres humanos, mas agora nem sempre diretamente. O dono de uma grande corporação não negocia pessoalmente com o comprador dos carros de sua montadora, por exemplo. O negócio é realizado por meio de empregados deste mesmo dono, que submetem os ganhos da transação, o lucro, para o dono da corporação, que, em muitos casos, nem sequer se conhecem face a face. Com o avanço do comércio eletrônico, as trocas têm sido realizadas indiretamente, não somente por pessoas que não são as proprietárias dos bens, mas por meio de *softwares* em computadores que expõem os produtos, “negociam” as formas de pagamento, e efetivam a venda, por meio da validação de cartões de crédito, da emissão de boletos bancários e, após a detecção do pagamento, encaminham aos correios os produtos para o seu envio.

Quanto às trocas da mercadoria conhecimento, podem ser realizadas no seu suporte material ou exclusivamente no digital. Registradas em suporte físico, como um livro ou um CD, as ideias ou as músicas podem ser comercializadas como qualquer outra mercadoria mencionada no caso anterior. Em suporte exclusivamente digital, como um livro (.pdf) ou músicas (.mp3), integralmente para *download*, podemos ter a entrega feita diretamente ao comprador, sem o intermédio de transportadoras ou qualquer intervenção humana, a não ser, quando necessário, a equipe de apoio/suporte acionada por um Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Não há necessidade de reposição, por tratar-se de um bem infinito. Em muitos casos, o lucro da venda dos produtos é revertido diretamente ao proprietário dos bens em questão.

A questão da “propriedade”, neste caso a intelectual, é complexa. Dado a sua relevância, esse tema retornará em diversas ocasiões neste texto, mas aqui nos limitaremos a dizer que nem sempre as trocas ocorrem pelos reais detentores da “propriedade” sobre os bens. Ocorre que os autores ou compositores cedem os seus direitos patrimoniais para terceiros, como editoras e gravadoras, que cuidam do processo de comercialização de seus livros ou CDs, revertendo-lhes uma pequena parcela dos ganhos, e ficando com os demais, para o custeio e lucro próprios, agora do dono da editora ou gravadora.

No que tange ao “comum acordo” e “vontade própria”, em nossa opinião, nada difere dos bens materiais. Ressalto somente que, tal acontece com os bens materiais, o conhecimento

pode ser expropriado, vide o registro de patentes sobre produtos típicos da Amazônia, tais como os cosméticos produzidos com a Andiroba²⁶. Sem o consentimento do povo brasileiro, pesquisadores ou grandes empresas fazem suas descobertas, em nosso país, e os patenteiam como se tais lhes pertencessem.

O professor Nílson José Machado, em seu texto “Conhecimento: entre a mercadoria e a dádiva”, compreende que, na economia da informação, o preço pago pelos produtos, na verdade, é o pagamento feito pelo conhecimento incorporado às mercadorias. Contudo, entende que tratar o conhecimento como mercadoria é em si limitado.

O bem primordial em todas as épocas, que, além disso, hoje, transformou-se objetivamente no principal fator de produção, é o conhecimento. Os universos do conhecimento e do trabalho já não se podem mais separar nitidamente. Em sua produção e circulação, no entanto, o conhecimento tem sido tratado como uma mercadoria em sentido industrial, como um sabonete ou um automóvel. E aí parece encontrar-se a fonte de todos os desencontros, de todos os desequilíbrios, de todos os paradoxos. Mesmo sem negar sua dimensão mercadoria, o conhecimento é algo mais que isso (MACHADO, 2011, p. 2).

O autor aponta que a “mercadoria conhecimento parece derrapar” nos seguintes terrenos: materialidade, fungibilidade, objetivação, estocabilidade, confiança e equivalência. Em suma (MACHADO, 2011, p. 7-9):

- **Materialidade:** no sentido industrial, “o comprador fica com ele, mas não fico sem ele”. “Esse caráter imaterial do conhecimento viola de modo inexorável certas expectativas mercantis”.
- **Fungibilidade:** “o conhecimento é um 'bem' que não se gasta, que não é fungível, e de que se pode dizer, inclusive, que quanto mais uso, mais novo fica”.
- **Objetivação:** “o conhecimento é sempre pessoal, não sendo passível de objetivação fora das pessoas que o produzem. Quem compra uma Enciclopédia não compra conhecimento, mas apenas representações codificadas do mesmo, que não se

²⁶ Disponível

em:

<http://patft.uspto.gov/netacgi/nph-Parser?Sect1=PTO2&Sect2=HITOFF&p=1&u=/netahtml/PTO/search-bool.html&r=5&f=G&l=50&col=AND&d=PTXT&s1=andiroba&OS=andiroba&RS=andiroba>. Acesso em: 3 jul. 2011.

objetivarão senão nas pessoas que a elas recorrerem”.

- **Estocabilidade:** “quando se lida com uma mercadoria como o conhecimento, como se pode falar em estoque? Quem é capaz de estimá-lo, ou mesmo de avaliar sua finitude/infinidade?”.
- **Confiança:** “de fato, mesmo no terreno simples da mera informação, se disponho de alguma que considero valiosa para meu interlocutor e lhe ofereço, ele terá que decidir sobre se compra ou se não se interessa em função da confiança ou desconfiança em mim; não posso revelar a informação à venda, para que decida *a posteriori* se quer ou não comprá-la, sob pena de não ter mais o que vender”.
- **Equivalência:** “com o mercado, se disponho de dinheiro, busco o produto desejado, que deve estar disponível, oferecido pelo produtor. Se pago o preço considerado justo, realizo uma troca de equivalentes; nada fico a dever ao vendedor e a mercadoria agora me pertence. Ao lançarem um produto no mercado, os produtores desvinculam-se dele; dispondo de recursos, posso comprar quase tudo o que quiser, o que pode ser considerado tanto um bem quanto um mal”.

Apesar das propriedades das mercadorias, as quais o professor Nílson se refere, serem diversas daquelas que acreditamos, ele traz contribuições importantes para o debate acerca do tema. De fato, o conhecimento possui todas as características e os limites citados sob essa perspectiva. Mesmo a concepção que advogamos, possui restrições que se juntam a essas, para justificar a complexidade da matéria ora em discussão.

4 O movimento pela mercantilização do conhecimento

A mercantilização, como dissemos, é um processo²⁷, e ousamos chamá-lo de movimento. Processo em que o desenvolvimento dos fins e dos meios de alguma atividade como a Educação, tanto no âmbito estatal como no privado, sofre uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado, sendo, gradativa e progressivamente, convertida em um serviço comercial (WIKIPEDIA, 2011a). Segundo Oliveira (2011a, p. 10), “mercantilizar

27 Processo, segundo o dicionário Houaiss, “é ação continuada, realização contínua e prolongada de alguma atividade”. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=processo&x=10&y=16&stype=k>>. Acesso em: 3 jul. 2011. Segundo o dicionário Michaelis, processo é uma “sucessão sistemática de mudanças numa direção definida”. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=processo>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

um bem é fazer com que ele se transforme em, ou passe a funcionar como mercadoria” e o dicionário Houaiss define como “tornar(-se) mercantil; dar a (algo) caráter comercial”²⁸. E movimento, entendido como “conjunto de ações de um grupo de pessoas mobilizadas por um mesmo fim”, porque estamos convencidos de que as ações/iniciativas em favor da mercantilização do conhecimento não são naturais, ou mesmo aleatórias, e sim planejadas, objetivamente, por grupos de pessoas e de organizações, interessadas na maximização de seus ganhos. Não há “gentileza” ou “boa vontade” nesta seara: a contrapartida é certa.

Podemos dizer que trataremos aqui da sucessão sistemática de mudanças na direção da transformação de ideias, descobertas, invenções, criações artísticas, enfim, de todas as entidades abstratas criadas pela mente humana em mercadorias podendo assim ser trocadas.

Os bens intelectuais distinguem-se de outros bens por aquilo que os economistas, como Charles Jones, vêm a chamar de bens não-rivais. Bens não-rivais são aqueles cujo “custo marginal de produção é zero para um consumidor adicional” e cujo “consumo de uma unidade do serviço não reduz a quantidade disponível para outros consumidores e não se pode excluir uma pessoa do consumo daquele serviço” (GADELHA, 2011, p. 1); “o seu uso por uma pessoa não exige a exclusão simultânea de uso por outra pessoa [...] Uma música pode ser ouvida ou cantada ao mesmo tempo por milhões de pessoas. Já um par de sapatos só pode ser usado por uma única pessoa de cada vez” (SILVEIRA, 2011). Oliveira explica:

um bem é rival se sua posse, consumo ou usufruto por alguém exclui a possibilidade de que seja possuído, consumido ou usufruído por outras pessoas. As mercadorias em geral são bens rivais: p. ex., se sou dono de um bolo, posso comê-lo todo, e posso também reparti-lo, porém quanto maior o pedaço de cada um dos comensais, menor os dos outros (OLIVEIRA, 2011b, p. 9).

Outra citação que nos ajuda a compreender o conceito de bens não-rivais trata-se de uma passagem da carta de Thomas Jefferson a Isaac McPherson, em 1813. Afirma Jefferson:

Se a natureza fez alguma coisa menos susceptível que todas as outras de propriedade exclusiva, esta é a ação do poder do pensamento chamado uma ideia, que um indivíduo pode possuir exclusivamente enquanto a guarda em

28 Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=mercantilizar&stype=k>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

si; mas no momento em que é divulgada, cai na posse de todos, e aqueles que a recebem não podem se despossuir dela. Seu caráter peculiar reside nisto também, que ninguém a possui menos, em virtude de qualquer outra pessoa possui-la toda. Quem recebe uma ideia de mim, recebe instrução sem diminuir a minha, assim como quem acende sua vela na minha recebe luz sem me deixar no escuro. Que as ideias devam ser livremente difundidas por todo o globo, para a instrução moral e recíproca dos homens, e para melhoramento de sua condição, parece ter sido algo criado de forma peculiar pela natureza, quando as fez, como o fogo, susceptível de expandir-se por todo o espaço sem perder sua densidade em ponto algum, e, como o ar que respiramos, incapaz de confinamento ou de apropriação exclusiva. Invenções, portanto, não podem, por sua natureza, ser objeto de propriedade (JEFFERSON apud OLIVEIRA, 2011b, p. 9-10).

Estas trocas, nos regimes econômicos capitalistas, são feitas buscando a efetivação do princípio de maximização do ganho, ou seja, do lucro. Os bens, sejam eles materiais ou intelectuais, devem ser trocados por outros bens, de modo a proporcionar ganhos privados a curto, médio ou longo prazos.

Nessa perspectiva, um quadro produzido deve, além de cobrir os custos de sua feitura e produção, permitir ao artista um sobre-ganho, um lucro sobre a sua produção. O princípio de maximização do ganho também pode ser aplicado ao músico que, produzindo o seu disco, depois de sanar os custos de produção/reprodução do disco (incluindo os custos com pessoal), visa vender o máximo de cópias possível, no intuito de aumentar os seus ganhos, obtendo um lucro sobre o produto. Isso sem mencionar os ganhos com a exposição pública (shows, concertos etc.) e a sua publicidade pessoal junto a da sua obra. Os custos com a produção do disco e do trabalho por ele dispendido, por exemplo, já chegaram a ser pagos com a venda dos dez mil primeiros exemplares, advindo agora somente o lucro, o sobre-ganho da obra. Hoje, bens intelectuais, como músicas e algoritmos, são produzidos por grandes corporações, exclusivamente para serem vendidos.

Os bens intelectuais, na atual conjuntura internacional, como vimos discorrendo, são mercadorias tais como um carro, uma casa ou uma televisão, e em nada se distinguem destes, como mercadoria, a não ser pela sua superior lucratividade, justificando assim o grande interesse de grupos comerciais por estes bens. A superior lucratividade é explicada pelo

advento da informática e da *Internet*.

Com o advento da informática, propiciando o suporte digital, e da *Internet*, proporcionando a base de comunicação, os bens intelectuais foram essencialmente revolucionados.

Com o digital, suportado por computadores e inúmeros dispositivos, é possível realizar-se quantas cópias se quiser (salvo espaço em disco rígido ou memória *flash*, como por exemplo, os *pendrives*), para o mais diverso número de equipamentos. Uma música em formato digital, por exemplo, pode ser criada ou gravada usando um computador, portanto já nasce como uma produção digital, e pode daí ser copiada para si, ou para outros, quantas vezes forem, sem prejuízo para o autor.

Este advento é especialmente lucrativo, porque permite aos “mercadores” a criação única de um bem e sua cópia/reprodução inúmeras vezes, nos mais diversos dispositivos, pelo custo também único de produção, sem a necessidade de investimento em maquinário para recriar, ou copiar o bem para novos consumidores. O bem pode ser vendido diversas vezes e o dono do produto nunca chegará a perdê-lo, podendo vendê-lo quantas vezes mais quiser, o que o diferencia dos bens materiais, que, após serem vendidos, é necessário, no mínimo, realizar uma cópia em um suporte material, para poder novamente vendê-lo, isso vale, por exemplo, para uma caneta ou para uma televisão.

Com a *Internet*, temos uma ruptura de paradigma, no que se refere à distribuição dos bens produzidos, sobretudo dos bens intelectuais. Agora, os bens intelectuais, que são não-rivais, podem ser distribuídos com grande facilidade, utilizando-se a rede mundial de computadores. Para os “mercadores”, a entrega de mercadorias, que antes dependia exclusivamente de meios custosos de locomoção, como navios ou aviões, pode contar com uma ferramenta de baixo custo para a circulação. Com essas tecnologias, tanto foi solucionado o problema do custo da reprodução das mercadorias, quanto o da distribuição desses bens.

Com o avanço das tecnologias móveis, como celulares, *smartphones*, *tablets*, entre outras, a compra e a venda de produtos pode ainda ocorrer onde quer se esteja, não somente no escritório ou em casa, como também, agora, no ônibus, no táxi, no metrô etc. Com elas, tornou-se muito mais lucrativa a comercialização dos bens intelectuais, dando-lhes o destaque que agora possuem em rodadas de negociação e no próprio comércio internacional.

No campo da indústria fonográfica, a situação não é diferente. Usemos como exemplo

um *site* que comercializa músicas digitais em formato mp3, bem como CDs em formato digital completos, e também no suporte físico. O site em questão é o www.walmart.com, que além de vender músicas digitais, comercializa livros, DVDs, jogos, *softwares*, entre outras coisas. O navegante cadastrado no *site*, paga um valor, por exemplo, de U\$ 1.00 (um dólar) por música, e tem o direito de baixá-la para o seu computador, de modo “legal”. O CD “Bravo Pavarroti”²⁹ custa para *download* U\$ 9.00 (nove dólares), e no suporte físico U\$ 11.88 (onze dólares e oitenta e oito centavos). Cada faixa em mp3 do CD do tenor custa U\$ 0.94 (noventa e quatro centavos de dólar). Neste outro exemplo, tratamos com um caso concreto da venda de um bem intelectual, portando não-rival, que se beneficia da reprodução sem prejuízos para o dono/detentor dos direitos desse arquivo digital, dessa produção artística. Aquele arquivo digital poderá ser vendido inúmeras vezes, ampliando assim os lucros da empresa/empresário.

No campo da indústria editorial de produções acadêmicas, temos o exemplo da empresa Elsevier (<http://www.elsevier.com.br>). Essa empresa atua em diversas frentes, entre as que mais nos interessam, destaca-se a questão da apropriação jurídica das comunicações científicas e a comercialização das produções acadêmicas; costumeiramente bens públicos, e em sentido amplo, bens da humanidade. Quanto à apropriação pela via jurídica, o autor, ao submeter um artigo a um periódico do qual a Elsevier é a proprietária, cede a esta direitos exclusivos de uso sobre o seu próprio artigo, conforme afirma o texto do site quando responde a questão “Por quê a Elsevier solicita a cessão de direitos autorais”:

A Elsevier acredita que, pela transferência dos direitos autorais, será sempre notório para os pesquisadores que, ao acessar um site da Elsevier para revisar um artigo, eles estão lendo a versão final do artigo que foi editado, avaliado por pares e aceito para publicação em um periódico apropriado. Isto elimina qualquer ambiguidade ou incerteza sobre a capacidade da Elsevier de distribuir, sub-licenciar e proteger o artigo de uma cópia, distribuição não autorizada e plágio (ELSEVIER, 2010, tradução nossa)³⁰.

Quanto à comercialização dos artigos, em levantamento recente, no dia 4 de janeiro de 2010 no *site* da Elsevier³¹, o custo da assinatura anual de um periódico para potenciais

29 Disponível em: <<http://www.walmart.com/ip/15105526> e <http://mp3.walmart.com/store/artist?albumId=105670368>>. Acesso em: 4 jan. 2010.

30 Disponível em: <<http://www.elsevier.com/wps/find/authorsview.authors/copyright#why>>. Acesso em: 4 jan. 2010.

31 Disponível em: <http://www.elsevier.com/framework_products/Wcat/Pricelist2011USD.xls>. Acesso em: 4

assinantes residentes fora do Japão e da Europa tem variado de US\$ 105.00 pelo periódico “*Apunts. Medicina de l'Esport*” a US\$ 95,160.00 pelo periódico “*Excerpta Medica Full Set Series*” em um compilado com 94 exemplares. Como no caso da cultura e da arte, para ter acesso a um conhecimento que, na grande maioria dos casos, é produzido em nossas universidades públicas por intermédio de pesquisas também muitas vezes financiadas por recursos públicos, devemos pagar por algo que já foi pago em um momento anterior.

No campo do entretenimento, dos jogos eletrônicos ou *games*, a situação não é diferente. Neste campo, apesar das diversas vertentes de comercialização, cabe para a discussão neste texto aquela que trata das mensalidades pagas nos jogos, especialmente nos de *RPG on-line*, conhecidos por *MMORPG (Multiplayer Online Role-Playing Game)*³². A empresa Blizzard© distribui gratuitamente o seu *MMORPG World of Warcraft* para *download* no seu *site*. Contudo, para jogá-lo é necessário a compra de uma chave de licença (*cd-key*), bem como o pagamento de uma mensalidade à própria Blizzard© de US\$ 14.99 / R\$ 15,00 (no Brasil) para poder dar continuidade ao jogo. Essa estratégia mascara o real interesse comercial por detrás da disponibilização gratuita do jogo, visto que é mais caro produzir o objeto material com caixa, arte, mídia e manual do que tornar pública a sua cópia com as restrições citadas. A mensalidade promove a fidelização do jogador ao *MMORPG* que, da parte da empresa, busca a cada dia implementar novas ferramentas, ações, interações no jogo para “não perder o cliente” promovendo uma experiência entediante.

No campo da Educação, a ciência e a tecnologia são produzidas em institutos privados de pesquisa, excepcionalmente na busca pelo aumento da eficiência de seus processos, a fim de baratear a produção das mercadorias. Esse conhecimento é patenteado e se torna mercadoria nas mãos de seus donos para os que quiserem acessá-la, mesmo que para fins estritamente educacionais. Esse movimento também penetrou as universidades públicas, exigindo destas não mais a reflexão científica e filosófica, mas sim a geração de uma ciência que subsidie a produção de técnicas e tecnologias para o mercado, sendo os professores os funcionários da indústria de insumos tecnológicos nos moldes da linha de processo fordista. Esta mesma universidade é “assediada” e “seduzida” permanentemente por empresas generosas que, ao final de um processo de pesquisa, apropriam-se do conhecimento produzido

jan. 2010.

32 Um jogo de interpretação de personagem *on-line* e em massa para múltiplos jogadores (*Massively* ou *Massive Multiplayer Online Role-Playing Game* ou *Multi massive online Role-Playing Game*) ou *MMORPG* é um jogo de computador e/ou *videogame* que permite a milhares de jogadores criarem personagens em um mundo virtual dinâmico ao mesmo tempo na Internet. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/MMORPG>>. Acesso em: 4 de julho de 2011.

dentro de uma instituição pública financiada pelo igualmente dinheiro público.

Nos próximos tópicos, buscaremos aprofundar a discussão acerca do processo de mercantilização que vem ocorrendo por meio das patentes e dos direitos autorais, junto às marcas e segredos comerciais, chamados de direitos de “propriedade intelectual”. Ao final, apresentaremos algumas iniciativas concretas do movimento pela mercantilização do conhecimento que consolidam o que discutimos anteriormente.

4.1 A propriedade e a propriedade privada

Os direitos de “propriedade intelectual”, como tratado largamente no Direito e na Academia, fundam-se essencialmente na existência de duas categorias: a propriedade e a propriedade privada. Neste caso não aplicado a um carro, casa ou pedaço de terra, mas agora ao conhecimento, às ideias. Contudo, não pretendemos aqui fazer uma ampla discussão acerca deste conceito, mas somente situá-lo para melhor compreendermos o seu desdobramento em patentes e direitos autorais, em nome dos quais foram e são cometidas tantas atrocidades.

Segundo o Código Civil Brasileiro, em seu Art. 1.228, diz-se: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”, como se diz comumente, é o dono “daquela” coisa podendo usufruir dela como bem entender. E, segundo o Dicionário Houaiss, “pertença ou direito legal de possuir (algo)”. Ainda sobre o assunto, afirma Oliveira (2011a):

A propriedade se distingue da mera posse física. Ser proprietário de um bem é ter o *direito* de fazer certas coisas com ele. Sendo um direito, a propriedade pressupõe alguma forma de organização social tal que a sociedade tenha meios de impedir – pela força, se necessário – que sejam violados os direitos dos proprietários. Em geral, e tipicamente nas sociedades modernas, a função de fazer valer os direitos cabe ao Estado. A propriedade não é uma relação entre uma pessoa e um bem: é uma relação entre pessoas, que diz respeito aos bens. É, portanto, uma relação política (OLIVEIRA, 2011a, p. 4).

Historicamente a propriedade foi assumindo diversas facetas. Entre elas, podemos citar a “propriedade privada”, que se desdobra na “intelectual” e na propriedade pública.

A “propriedade privada” é um direito exclusivo, isto é, que exclui os demais de sua utilização ou consumo. A propriedade pública, ao contrário, é o um direito não exclusivo, que nos limita ao seu usufruto como as praças, avenidas.

O problema da propriedade e da “propriedade privada” vem sendo discutida desde Platão passando por Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx até os dias atuais. Locke, em seu livro “Segundo Tratado do Governo Civil”, dedica o Capítulo V a discussão da propriedade.

Para ele, o trabalho exercido sobre os bens naturais tem um papel fundamental e determinante na constituição da propriedade. Afirma:

o fato gerador do direito de propriedade, sem o qual essas terras não servem para nada, é o ato de tomar uma parte qualquer dos bens e retirá-la do estado em que a natureza a deixou [...]. Seu trabalho a tirou das mãos da natureza, onde ela era um bem comum e pertencia igualmente a todos os seus filhos, e a transformou em sua propriedade. (LOCKE, 2011, p. 43).

Locke, em sua visão idealista baseada em ditames bíblicos do Antigo Testamento e na defesa da propriedade como lei natural (p. 43), apresenta um “planeta”, em que a terra pertence aos “filhos dos homens”, sendo, portanto, um bem comum a todos “os filhos”. Assim, o planeta em sua vastidão possui terra suficiente para abrigar e produzir alimento para todos os filhos, não devendo, por isso, existir qualquer disputa entre eles. Contudo, há percepção sem avanços, no decorrer da história, de alguns poucos que buscaram se apropriar de mais terra que o necessário para a sua subsistência e dão início à prática dos “cercamentos”, da “propriedade privada” propriamente dita. Reflete o filósofo:

a mesma regra de propriedade, ou seja, que cada homem deve ter tanto quanto pode utilizar, ainda permaneceria válida no mundo sem prejudicar ninguém, visto haver terra bastante para o dobro dos habitantes, se a invenção do dinheiro e o acordo tácito entre os homens para estabelecer um valor para ele não tivesse introduzido (por consentimento) posses maiores e um direito a elas (LOCKE, 2011, p. 45).

Agora, de todas as coisas boas que a natureza proveu em comum, cada um

tem o direito, como foi dito, de tomar tanto quanto possa utilizar; cada um se tornaria proprietário de tudo o que seu trabalho viesse a produzir; tudo pertenceria a ele, desde que sua indústria pudesse atingi-lo e transformá-lo a partir de seu estado natural. Aquele que colhesse cem alqueires de bolotas ou de maçãs adquiriria assim uma propriedade sobre eles; a mercadoria era sua desde o momento em que a havia colhido. Ele só tinha de se preocupar em consumi-la antes que estragasse, senão isto significaria que ele havia colhido mais que a sua parte e, portanto, roubado dos outros; e, na verdade, era uma coisa tola, além de desonesta, acumular mais do que ele poderia utilizar (LOCKE, 2011, p. 48).

Crawford Brough Macpherson, em texto “The Meaning of Property” (1978), traz contribuições relevantes para o debate acerca da propriedade e da “propriedade privada”.

O autor entende que a constituição do conceito de propriedade nasce para servir aos objetivos da sociedade e das classes dominantes de cada tempo. A propriedade seria tanto instituição quanto conceito (p. 1). E continua:

No uso comum, propriedade são coisas. Na lei e nos escritos, propriedade não são coisas, mas direitos, direito em ou às coisas [...] No trabalho de muitos escritores modernos é usualmente tratada a propriedade privada como um direito exclusivo individual, meu direito de excluir você de algum uso ou benefício de alguma coisa (MACPHERSON, 1978, p. 2, tradução nossa).

A propriedade como direito é diferente da posse física. A posse é assegurada por instâncias como sociedade, estados, convenção ou lei. Nesse sentido, “filósofos, juristas, e teóricos políticos e sociais sempre trataram a propriedade como direito, e não como coisa” (MACPHERSON, 1978, p. 3, tradução nossa).

O autor subdivide a propriedade em três vertentes: propriedade comum (*common property*), propriedade privada (*private property*) e propriedade estatal (*state property*). A propriedade comum seria aquela de uso comum como os parques, ruas. A privada como direitos individuais exclusivos e a estatal “consiste de direitos que o Estado não só criou, mas manteve para si ou se apropriou de indivíduos ou corporações” como as ondas de rádio e televisão (p. 5, tradução nossa).

A propriedade comum é criada pela garantia de que cada indivíduo não será excluído do uso ou do benefício de alguma coisa; a propriedade privada é criada pela garantia de que um indivíduo pode excluir outros do uso ou benefício de alguma coisa. Ambos os tipos de propriedade são garantidos a indivíduos, são direitos individuais (MACPHERSON, 1978, p. 5, tradução nossa).

Para Macpherson, a consolidação da leitura da propriedade como coisa em si mesmo, ocorre “com a disseminação da completa economia de mercado capitalista do século 17 em diante, e a substituição das antigas limitações sobre a terra e outras coisas de valor por direitos virtualmente ilimitados” (p. 7). E que agora entram no mercado não só a venda das coisas, mas agora a venda dos direitos às coisas (p. 7-8).

No século 20, as corporações utilizam-se da propriedade privada para garantir seus lucros e agora ela é vista como o direito de um indivíduo ou uma corporação a um retorno financeiro pelo benefício exclusivo seu ou da coisa. Enfim, a propriedade é agora entendida como a propriedade privada exclusiva.

Concluindo, o autor entende que a identificação da propriedade como direito exclusivo de propriedade, não possui sustentação na lógica e está se tornando mais infundada ainda. “Ela não é mais tão necessária, ou mesmo bem-vinda, como era nos primeiros dias da economia de mercado capitalista” (p. 11).

Quando passamos ao terreno do conhecimento, dos bens intelectuais, a ideia de propriedade privada nos parece absurda. A pergunta que nos fazemos é: a quem pertence à ideia? Ela é passível de apropriação por quem quer que seja? A originalidade, de fato, existe? O que é a inovação? No segundo capítulo pretendemos avançar na reflexão acerca de questões desta complexidade.

Para concluir, vale lembrar a frase célebre de Proudhon: “A propriedade é um roubo” e a reflexão de Rousseau trazida por Oliveira:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus

semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (ROSSEAU *apud* OLIVEIRA, 2011a, p. 6).

4.2 As patentes

Segundo o verbete *Patents* da WIKIPEDIA em inglês (2011b, tradução nossa), “patente é um conjunto de direitos exclusivos garantidos por um estado (país) a um inventor ou ao seu representante por um período limitado de tempo em troca da publicização de uma invenção”. E completa o texto da versão portuguesa, “garante ao seu titular a exclusividade ao explorar comercialmente a sua criação” e “os direitos exclusivos garantidos pela patente referem-se ao direito de prevenção de outros de fabricarem, usarem, venderem, oferecerem vender ou importar a dita invenção”. Acrescenta OLIVEIRA (2011c, p. 1):

O termo “patente” deriva da expressão latina “*litterae patentes*”, que significa “cartas abertas”, e era usada antigamente para designar documentos públicos de concessão de direitos, privilégios, títulos ou cargos – inclusive os direitos decorrentes da concessão daquilo que hoje se conhece como patentes. (Entre os cargos concedidos por meio de cartas patentes, figuravam os militares, sendo esta a origem de outra acepção contemporânea do termo, referente aos postos da hierarquia militar).

Ainda segundo OLIVEIRA (2011c), a primeira patente da qual se tem um registro escrito foi concedida em Florença, em 1421, por Filippo Bruneleschi. Esta patente será entendida como o fato que desencadeará a criação do sistema de patentes, apesar da primeira lei de patentes ser promulgada somente em 1474, em Veneza.

Esta patente lhe deu, pelo período de três anos uma licença exclusiva – ou seja, um monopólio – para a fabricação de (nos termos do documento de concessão) uma máquina ou tipo de embarcação, por meio da qual ele julga poder facilmente, em qualquer época, transportar qualquer mercadoria ou carga no rio Arno, ou qualquer outro, por menos dinheiro que o usual, e com muitos outros benefícios para os mercadores e outras pessoas [...] de modo que possa ser encorajado mais fortemente a empreendimentos ainda mais

elevados, e estimulado a se dedicar a investigações ainda mais refinadas (OLIVEIRA, 2011c, p. 2).

As patentes, portanto, como uma das expressões dos direitos de “propriedade intelectual”, portanto privado, assim exclusivo. Ela não é um direito de praticar ou usar a invenção. A patente garante o direito de excluir a outrem de fazer, usar, vender e costuma ter a duração de 20 anos. “Como qualquer outro direito de propriedade, pode ser vendido, licenciado, hipotecado, cedido ou transferido, doado ou simplesmente abandonado” (WIKIPEDIA, 2011b).

OLIVEIRA (2011d), em seu texto “Abaixo as patentes”, tece duras críticas às patentes, defende que “as empresas podem conseguir vantagens das inovações que produzem suficientes para compensar os investimentos” e que

contrária ao argumento do incentivo é a que se baseia na análise dos gastos das grandes empresas geradoras de novas tecnologias, especialmente no setor farmacêutico. Vários estudos recentes mostram que a maior parte desses gastos é aplicada não em pesquisa e desenvolvimento - como deveria acontecer, para que o argumento do incentivo se sustentasse - mas em publicidade e marketing (OLIVEIRA, 2011d, p. 3).

Somado a isso, diversos movimentos anti-patentes levantam-se por toda a Europa em países como Alemanha, Suíça, Holanda e Inglaterra e o próprio Fórum Social Mundial tem conduzido reflexões críticas na mesma direção. Enfim vale a célebre frase de Benjamin Franklin apud Ortellato (2011): “Devemos ficar felizes de ter uma oportunidade de servir aos outros com quaisquer de nossas próprias invenções”.

Além disso, elas são uma contradição em si dentro do sistema capitalista, da globalização e do neoliberalismo. Enquanto esta última prega o livre comércio, sem barreiras ou restrições e mínima intervenção do Estado no mercado, as patentes vão na direção contrária. Estados nacionais concedem o monopólio, um direito exclusivo de usufruto de uma inovação. Ninguém poderá ofertar, comercializar a criação, a não ser o seu inventor. Defende Gontijo (2011, p. 5):

Foi tamanha a controvérsia, que Suíça e Holanda revogaram suas leis de Propriedade Industrial e a Alemanha, em 1869, revogou a sua, que havia sido adotada em 1817, e só a colocou em vigência novamente em 1910. Ficava claro que um sistema de proteção a invenções baseado em monopólios tinha sérias dificuldades de convivência com um sistema de livre comércio.

As patentes sofreram diversas alterações desde a sua criação. Entre os marcos nestas mudanças podemos citar a Convenção de Paris e o *Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) negociado em 1994.

Como “propriedade intelectual”, portanto, de direito exclusivo, ela tem sido utilizada não para fortalecer, viabilizar novos inventos, mas como forma de exclusão de outros atores na seara em que se está atuando ou mesmo como um excelente negócio.

Se você produz uma camisa por método simples de confecção caseiro e no seu país registrou-se uma patente em nome de outrem, você estará “automaticamente” obrigado a encontrar um outro método de produção, porque a partir de agora este método possui um dono. E, para usá-lo, será necessária a autorização do detentor da patente ou mesmo o pagamento de *royalties* para a sua utilização. Mesmo o senso comum é capaz de compreender quão descabidas são as patentes.

As patentes acabam por “titular” o inventor não somente do suposto novo processo criado, mas de tudo o mais que foi necessário para criá-lo, como por exemplo, as leis da física e da matemática. Teria ele ou ela sido capazes de desenvolver tal invento sem o suporte destas áreas do conhecimento? E se essas leis tivessem sido patenteadas e o seu acesso ou utilização fossem pagas, teríamos a mesma quantidade de invenções utilizando-as como fundamentos? Aqui é evidente o quanto as patentes são instrumentos que detêm ou atrasam o avanço da ciência e da tecnologia.

Patenteia-se coisas criadas e coisas que ainda virão a ser criadas. Só nos Estados Unidos hoje existem mais de 40 mil patentes³³ sobre cerca de 2.000 genes humanos. No campo da indústria farmacêutica, conflitos são permanentes em patentes para drogas que promovem a cura de doenças ou sua atenuação, como foi o caso conhecido da quebra da patente para distribuição de remédio contra a AIDS pelo governo brasileiro, defendendo que a vida humana é mais importante que patentes, direitos autorais ou tratados internacionais, o

33 Disponível em: <<http://www.newsweek.com/blogs/the-human-condition/2010/03/29/in-surprise-ruling-court-declares-two-gene-patents-invalid.html>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

que para nós é um problema ético das patentes.

A empresa Merck demandava do governo brasileiro o pagamento de \$ 1.57 por pílula, reduzido posteriormente a \$ 1.10. No campo da agricultura, a corporação Monsanto tem avançado arditamente patenteando as sementes, a vida, como dizem os críticos, e produzindo e comercializando suas sementes transgênicas e *Terminator*, que geram sementes estéreis. A produção de *softwares* também é uma indústria conturbada por processos de todos os lados por violação de patentes de *software*; o próprio desenvolvimento de *software* livre sofre os danos da indústria que gira em torno da mercantilização das patentes, de rotinas, processos e linhas de código de programas de computador.

Para concluir, vale ilustrar a nossa argumentação com algumas patentes das mais absurdas registradas por “inventores” e “futuros inventores” daquilo que ainda será descoberto³⁴.

Invenção: [Aparelho sensor de condutividade para fraldas](#)

Número 4205672

Requerida em: 28 de novembro de 1977

Publicada em: 3 de junho de 1980

Inventor: Karel Dvorak

Invenção: [Arrumador automático de cama](#)

Número 4441222

Requerida em: 30 de julho de 1981

Publicada em: 10 de abril 1984

Inventor: Peter J. Tascarella

Invenção: [Prancha de surfe a jato](#)

Número D289031

Requerida em: 23 de julho de 1984

Publicada em: 31 de março de 1987

Inventor: Egon Monostory

34 Disponível em: <<http://www.neoseganet.com/forum/index.php?showtopic=33104>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

Invenção: [Comunicador de voz para uma entidade local](#)

Número 7113911

Requerida em: 21 de novembro de 2001

Publicada em: 26 de setembro de 2006

Inventor: Stephen John Hinde, Paul St John Brittan, Marianne Hickey, Lawrence Wilcock, Guillaume Belrose, Andrew Thomas

Toda essa turma aí desenvolveu um dispositivo que permite que, digamos, uma planta fale com você. Ao menos é o que eles querem. O aparelho utiliza sensores de infravermelho ou ondas de rádio ou sonoras para captar tais objetos (animais ou o que você quiser), comunicando-se com você.

Invenção: [Método e aparelho de reconhecimento de uma colisão com um pedestre](#)

Número 6784792

Requerida em: 01 de julho de 2002

Publicada em: 31 de agosto de 2004

Inventor: Bernhard Mattes, Gottfried Flik

Invenção: [Dispositivo de escudo antirradiação com transmissão/recebimento sem fio para equipamentos eletrônicos como telefones celulares de uma linha diretamente próxima de campos magnéticos à altura dos olhos](#)

Número 6947764

Requerida em: 13 de novembro de 2002

Publicada em: 20 de setembro de 2005

Inventor: Juan C. Carillo Jr., James S. Carillo

Invenção: [Barra de sabão inovadora com montagem vibratória eletro-mecânica de baixo custo](#)

Número 6802819

Requerida em: 18 de julho de 2003

Publicada em: 12 de outubro de 2004

Inventor: Chu-Yuan Liao

Da lista de Paulo Oliveira (2011), com foco em patentes óbvias no âmbito da tecnologia, citamos:

- Método e sistema para distribuir atualizações pela apresentação de uma diretoria de *software* disponível para instalação num sistema que ainda não esteja atualizado (tipicamente as atualizações pela *Internet*, usando um *browser*) - Richard R. Reisman;
- Botão (*hardware*) baseado em tempo, para execução de aplicação (tipicamente poderá incluir o duplo "clique") - *Microsoft Corporation*;
- Sistema de codificação para reduzir redundância (tipicamente inclui o formato de ficheiro JPG) - *Compression Labs, Inc.*;
- Método de hipermédia distribuída para invocar aplicações externas automaticamente fornecendo interação e disposição de objetos embebidos num documento hipermédia (tipicamente, os *plugins* para aplicações) - *The Regents of the University of California*;
- Implementação em *software* de uma plataforma *hardware* portátil de vídeo-jogos (tipicamente, emulação de consolas portáteis em dispositivos eletrônicos portáteis) - *Nintendo Co., Ltd.*;
- Documento de processamento de texto guardado num simples ficheiro XML (tipicamente, permitir que todos os tipos de processadores de texto consigam "comunicar" entre si sem problemas) - *Microsoft Corporation*;
- Transparência manipulada e visualmente graduada para janelas (tipicamente, as janelas transparentes) - *Apple Computer, Inc.*;
- Sistema anti-spam compreensivo, método e produto/programa de computador para filtrar mensagens eletrônicas indesejadas (tipicamente, filtrar lixo eletrônico com métodos que já são usados) - *Networks Associates Technology, Inc.*;

- Sistema e método para criar múltiplos ficheiros a partir de um simples ficheiro fonte (tipicamente, descomprimir um ficheiro para vários) - *Microsoft Corporation*;
- Pontuação baseada em objetivos atingidos e elementos subjetivos (tipicamente, pontuar um jogador num vídeo-jogo) - *Microsoft Corporation*.
- Método e sistema para submeter uma ordem de compra através de uma rede de comunicações (tipicamente, fazer compras online) - *Amazon.com, Inc.*;
- Ponteiros de informação (tipicamente, a informação que aparece no ecrã quando passamos o rato por cima de um objecto ou quando perfazemos uma qualquer operação) - *Microsoft Corporation*;
- Método e sistema para instalar software num sistema computacional (tipicamente, instalar programas sobre o nosso sistema operativo) - *Microsoft Corporation*;
- Descoberta e navegação em atalhos por via de "tabs" (tipicamente, a navegação por um *browser* de *Internet* usando a tecla *Tab*) - *Microsoft Corporation*;
- Sistemas de monitorização e controlo de acessos a servidores *Internet* (tipicamente, sessões de *Internet*) - *Open Market, Inc.*;

Por fim, destaco a existência da patente sobre o “arrastar e soltar” (6628309³⁵) da empresa *International Business Machines Corporation* e sobre o “arrastar e soltar” texto de uma área a outra (5867144³⁶) da *Microsoft Corporation*. Além disso, acrescento a existência de uma ferramenta de busca específica para patentes o *Google Patent Search*³⁷ e o site *Totally Absurd*³⁸ que mantêm atualizada uma lista das patentes mais esdrúxulas já registradas.

4.3 Os direitos autorais

Os direitos autorais é o campo do Direito que legisla acerca dos direitos dos autores sobre suas obras intelectuais que nasce como instrumento de reconhecimento, proteção e valorização econômica dos autores para que continuem desenvolvendo novas obras. Diretamente relacionado a estes estão os direitos morais e os patrimoniais que trataremos a seguir.

35 Disponível em: <<http://www.google.com/patents/about?id=wHsOAAAAEBAJ>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

36 Disponível em: <<http://www.google.com/patents/about?id=EXMXAAAAEBAJ&dq=drag+drop>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

37 Disponível em: <<http://www.google.com/patents>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

38 Disponível em: <<http://totallyabsurd.com/archive.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

Os direitos autorais, segundo OLIVEIRA (2011, p. 1), têm como marco histórico “a concessão, a John of Spyer, em 1469, da exclusividade no uso da imprensa em Veneza”. E continua:

Desde seus primórdios em Veneza, elas estiveram ligadas à censura prévia imposta pelo Estado à publicação de livros. Na Inglaterra, a ligação se dava através de uma espécie de convênio entre o Estado e a corporação dos impressores – a *Stationers' Company*, oficializada pela rainha Maria I em 1557. Essa associação proporcionava aos impressores as vantagens do monopólio, ao Estado um mecanismo de censura prévia, na medida em que tinha o poder de autorizar ou não a publicação de cada livro. A situação só veio a se modificar substancialmente em 1710, com a promulgação do *Estatuto de Ana* (*Statute of Anne*), amplamente considerado a primeira lei de direitos autorais propriamente dita – na verdade, ele é também conhecido como a *Lei de Direitos Autorais* (*Copyright Act*). Embora não se referisse aos direitos dos autores – em contraste com os direitos dos editores –, o Estatuto deu origem a um processo cujo resultado foi a concessão aos autores, pela primeira vez, de direitos sobre suas obras (OLIVEIRA, 2011e, p. 3-4).

Atualmente os direitos autorais estão consolidados em todas as legislações nacionais e na Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo XXVII: 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar dos avanços científicos e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor. A lei 9610/98 legisla no Brasil a questão dos direitos autorais.

Para a atual constituição da organização legal dos direitos autorais, tiveram um papel crucial a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (*Paris Convention for the Protection of Industrial Property*) realizada em 1883, a Convenção de Berna para a Proteção da Literatura e de Trabalhos Artísticos (*Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works*) em 1886 e o Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (*Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS*) em 1994.

A Convenção de Paris, da qual o Brasil foi signatário, sendo admitida por 173 países e contou até hoje com seis revisões: Bruxelas (1900), Washington (1911), Haia (1925), Londres (1934), Lisboa (1958) e Estocolmo (1967). Apesar desta convenção ter seu foco nas patentes, ela traz considerações que viriam a se consolidar também na prática dos direitos autorais, em especial quando estabelece que “os nacionais de cada um dos países membros gozem, em todos os outros países membros a União, da mesma proteção, vantagens e direitos concedidos pela legislação do país a seus nacionais, sem que nenhuma condição de domicílio ou de estabelecimento seja exigida”³⁹

A Convenção de Berna, da qual o Brasil também é signatário junto a outros 163, contou com oito revisões: Paris (1896), Berlim (1908), Berna (1914), Roma (1928), Bruxelas (1948), Estocolmo (1967) e Paris (1971), e emendada em 1979. Essa trouxe contribuições que até hoje são utilizados pelos sistemas de “propriedade intelectual” e dedicou-se às obras intelectuais. Entre elas, apesar de longas, citamos⁴⁰:

Art. 2: Os termos “obras literárias e artísticas” abrangem todas as produções do domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja o modo ou a forma de expressão, tais como os livros, brochuras e outros escritos; as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; as obras dramáticas ou dramático-musicais; as obras coreográficas e as pantomimas; as composições musicais, com ou sem palavras, as obras cinematográficas e as expressas por processo análogo ou da cinematografia; as obras de desenho, de pintura, de arquitetura, de escultura, de gravura e de litografia; as obras fotográficas e as expressas por um processo análogo ao da fotografia; as obras de arte aplicada; as ilustrações e os mapas geográficos; os projetos, esboços e obras plásticas relativos à geografia, à topografia, à arquitetura ou às ciências.

A primeira regra é a da inexigência de qualquer formalidade para obter a protecção. Para países como o Brasil, onde se prevê o registro da obra, este é apenas *ad probandum tantum*, e completamente opcional. A CUB prevê a protecção dos direitos patrimoniais e dos direitos morais [...] A Convenção

39 Disponível em: <http://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/trtdocs_wo020.html>. Acesso em: 03 jul. 2011. / Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Paris_de_1883>. Acesso em: 03 jul. 2011.

40 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/cv_berna.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2011.

de Berna proporcionou que cada país signatário teria que reconhecer como protegidos pelo direito de autor os trabalhos criados por nacionais de qualquer dos outros países signatários (WIKIPEDIA, 2011c).

Art. 7 : 1) A duração da proteção concedida pela presente Convenção compreende a vida do autor e cinquenta anos depois da sua morte. 6) Os países da União têm a faculdade de conceder uma duração de proteção superior àquelas previstas nos parágrafos precedentes.

Art. 9: 2) Às legislações dos países da União reserva-se a faculdade de permitir a reprodução das referidas obras em certos casos especiais, contanto que tal reprodução não afete a exploração normal da obra nem cause prejuízo injustificado aos interesses legítimos do autor.

Artigo 10: 1) São lícitas as citações tiradas de uma obra já lícitamente tornada acessível ao público, com a condição de que sejam conformes aos bons usos e na medida justificada pela finalidade a ser atingida, inclusive as citações de artigos de jornais e coleções periódicas sob forma de resumos de imprensa. 2) Os países da União reservam-se a faculdade de regular, nas suas leis nacionais e nos acordos particulares já celebrados ou a celebrar entre si, as condições em que podem ser utilizadas lícitamente, na medida justificada pelo fim a atingir, obras literárias ou artísticas a título de ilustração do ensino em publicações, emissões radiofônicas ou gravações sonoras ou visuais, sob a condição de que tal utilização seja conforme aos bons usos. 3) As citações e utilizações mencionadas nos parágrafos antecedentes serão acompanhadas pela menção da fonte e do nome do autor, se esse nome figurar na fonte.

Do Art. 9-2, nasce a conhecida regra dos três passos. A regra prevê que a reprodução de obras dos países-membros está autorizada contanto que: 1) aconteça em certos casos especiais; 2) não afete a exploração normal da obra; 3) não cause prejuízo injustificado aos interesses legítimos do autor.

Em 1994, ao final da rodada Uruguai no acordo geral de tarifas e troca (GATT), atual Organização Mundial de Comércio (OMC), foi negociado o “Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio” (*Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*) ou TRIPS. Este acordo, realizado no contexto da

OMC, é declaradamente a mostra da relação entre a “propriedade intelectual” e o “comércio”, a mercantilização. Entre algumas de suas prerrogativas, estiveram (WIKIPEDIA, 2011d, tradução nossa):

- Os direitos autorais devem ser estendidos a 50 anos após a morte do autor (art. 12 e 14);
- O direito autoral deve ser concedido automaticamente, e não baseado em qualquer “formalidade”, tais como registros ou sistemas de renovação;
- Os programas de computador devem ser considerados como “obras literárias” sob a lei de direitos autorais e receber os mesmos termos de proteção;
- Exceções nacionais aos direitos de autor (como “uso justo” nos Estados Unidos) são limitados pela regra dos três passos de Berna;
- As patentes devem ser concedidas em todos os “domínios da tecnologia”, apesar de exceções para determinados interesses públicos serem permitidas (art. 27.2 e 27.3) e devem ser válidas, por pelo menos, 20 anos (art. 33);
- Exceções a direitos exclusivos devem ser limitados, desde que a exploração normal da obra (art. 13) e a exploração normal da patente (art. 30) não estejam em conflito;
- Nenhum prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos detentores de direitos de programas de computador e patentes é permitida;
- Interesses legítimos de terceiros têm de ser levadas em consideração pelos direitos de patente (art. 30);
- Em cada estado, as leis de propriedade intelectual não podem oferecer quaisquer benefícios aos cidadãos locais que não estejam disponíveis aos cidadãos de outros signatários do TRIPs pelos princípios do tratamento nacional (com certas exceções limitadas, art. 3 e 5).

A lei brasileira, respeitando todos os tratados mencionados, afirma que “pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou”. Os direitos morais são:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra; III - o de conservar a obra

inédita; IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra; V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada; VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem; VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Os direitos patrimoniais, por sua vez, são entendidos como “o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica”.

Destacamos que os direitos morais são inalienáveis e irrenunciáveis (art. 27), já os patrimoniais podem ser cedidos a terceiros, conforme dita o art. 30: “no exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito”.

Atualmente, o casamento entre “o capital” e o direito autoral está consolidado. O direito autoral e os bens intelectuais tornaram-se mercadorias. Vende-se tanto, como afirmou Macpherson, o direito a usufruir dos bens, quanto os próprios bens intelectuais. Contudo, estes são imateriais, por isso mais lucrativos, porque não os perdemos ao vendê-los. Os direitos de “propriedade intelectual”, seja a patente, seja o direito autoral, são a base legal que sustentam o mercado mais rentável do século 21, o mercado do conhecimento. Ilustra bem o caso do sistema operacional *Windows*. O *software* é um bem simbólico, imaterial, portanto, não é perdido ao ser vendido. Por ser imaterial, não preciso de um suporte físico, podendo ser exclusivamente trocado pela via digital. E o usuário ao comprar o *software*, na verdade não compra o *software* em si - senão o seu dono seria obrigado a entregá-lo -, mas adquire simplesmente uma autorização, uma licença de uso daquele *software*. O comprador nunca chegou a adquirir o *software*, mas somente sua licença, e esta regra vale para a maior parte dos *softwares* conhecidos por proprietários e disponíveis no mercado.

Outra questão central no debate direito autoral *x* mercantilização nos parece a ampliação desmedida do prazo de proteção dos bens intelectuais. Hoje, no Brasil, são 70 anos,

nos EUA, 95 anos e na Europa, 70 anos, contados **a partir da morte do autor**. A pergunta que nos fazemos é: se o direito autoral nasce como uma tentativa de proteger a produção e incentivar o **autor** a continuar criando novos bens intelectuais, quem de fato tem sido o beneficiário desta regra? Na grande maioria dos casos são os seus sucessores diretos, isto é, seus filhos e filhas. Estes, mostra a experiência prática, detêm pouca compreensão da relevância social, histórica e cultural das obras em questão e acabam por impedir a fruição da obra por parte dos interessados, deixando às traças (literalmente) em bibliotecas e acervos particulares, obras de importância ímpar. A Revista “The Economist” em 8 de abril de 2010, discute esta questão sob o título “*Why the rules on copyright need to return to their roots*” (“Por que os direitos autorais deveriam retornar as suas raízes”) e ponderam que:

Nos últimos 50 anos, no entanto, o equilíbrio mudou. Em grande parte, graças aos advogados e lobistas da indústria do entretenimento, o escopo e a duração do direito autoral aumentaram vastamente. Nos Estados Unidos, detentores de direitos autorais obtêm proteção de 95 anos como resultado de uma prorrogação concedida em 1998, ridicularizada pelos críticos como o “Ato de Proteção a *Mickey Mouse*”. Eles agora estão apelando para uma proteção ainda maior, e existem esforços para introduzir termos semelhantes na Europa. Tais argumentos devem ser resistidos: é hora de fazer pender a balança de volta (THE ECONOMIST, 2011a, tradução nossa).

O texto continua apresentando os argumentos de que o aumento da duração da proteção favorece a criatividade, mas ela entende que este pressuposto é questionável e

direitos autorais longos demais frequentemente limitam, mais que encorajam, a disseminação, o impacto e a influência de um trabalho. Pode ser difícil localizar os detentores dos direitos para obter autorizações para reutilização de materiais antigos. Como resultado, muito conteúdo acaba no limbo legal (THE ECONOMIST, 2011a, tradução nossa).

Ao final, o autor defende que “um retorno aos 28 anos de proteção do Estatuto de Ana seria em vários aspectos arbitrário, mas não irracional”. O Estatuto de Ana prevê que sejam contados 14 anos da publicação da obra e, se o autor estiver vivo, uma renovação por mais 14

anos.

Concluo citando dois exemplos que aos olhos de alguns leitores possam ser chocantes, mas que retratam com clarividência, a economia do conhecimento e também de sua cessão. No ano passado, a cantora pop Beyoncé foi impedida pela gravadora *Sony*, que detem o direito autoral de seus clips, de colocar seus vídeos no *YouTube*. Outro caso similar aconteceu quando o *site* da gravadora *Quote Unquote Records* quebrou o próprio *copyright*, disponibilizando as suas próprias músicas para *download* e teve o site fechado.

5 Iniciativas e exemplos do movimento de mercantilização do conhecimento

Durante o período de pesquisa para elaboração desta tese, cinco espaços interconectados foram privilegiados para o levantamento de iniciativas em favor da mercantilização e em favor da democratização, foram as listas de discussão (*e-mails*) do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso a Informação (GPOPAI), a *Access to Knowledge* (A2K), da Sociedade Civil, Recursos Educacionais Abertos (REA) e gtCD (GT de Cultura Digital dos Pontos de Cultura). Nestas circulavam verdadeiros *clippings* nacionais e internacionais e em tempo real do que vem acontecendo no Brasil e no Mundo nesta área. A partir das mensagens, algumas iniciativas foram selecionadas e sistematizadas, buscando apresentar a concretude daquilo vimos discutindo desde o início deste capítulo.

A mercantilização é um movimento, e como tal, com objetivos claros e bem orquestrados. Nesse sentido, essas ações tanto seguem na direção da mercantilização, quanto na manutenção e fortalecimento de áreas já “conquistadas”. Enfim, este é um recorte e não se pretende a totalidade do que aconteceu nestes últimos anos.

5.1 Tecnologia

“Saraiva estreia serviço (com DRM da Microsoft) para aluguel e venda de filmes pela internet (13/5/09)”

O *Digital Rights Management* (DRM), ou criticado como *Digital Restrictions Management*, é uma das principais, senão a mais importante, tecnologia em favor da mercantilização dos bens intelectuais. O *DRM* é para alguns controle de acesso, e para outros

uma trava de segurança, utilizada por diversas empresas tais como *Microsoft, Sony, Amazon, Apple, AOL, BBC*, que permite impor as seguintes restrições:

- **Limite de acesso (audições, visualizações ou leituras):** uma música digital comprada em *site* específico permitiria somente a repetição da canção por cinco vezes, depois essa ficaria bloqueada, sem possibilidade de qualquer audição, por exemplo. O mesmo vale para um vídeo ou livro digital (*e-book*) que seria restrito a um número pré-determinado de vezes;
- **Limite de conversão:** o arquivo digital, ao ser passado para um outro dispositivo como um *Mp3 Player* qualquer, deixa de funcionar porque a sua execução está vinculada ao dispositivo para o qual foi comprado. Mesmo a possibilidade de conversão de extensão, como de um vídeo em *.wmv* para *.avi* que é passível de reprodução em *DVD Players* comuns é proibida;
- **Limite de cópia:** copiar de um computador da sua casa para outra na mesma residência, pode ser bloqueado, ou do seu computador para o seu *Ipad*, por exemplo. É uma restrição do compartilhamento entre dispositivos e computadores.

Acrescenta o texto da Wikipédia (2011e):

- “Detectam quem acessa cada obra, quando e sob quais condições, e reportam essa informação ao provedor da obra;
- Autorizam ou negam da maneira irrefutável o acesso à obra, de acordo com as condições que podem ser alteradas unilateralmente pelo provedor da obra;
- Quando autorizam o acesso, fazem-no sob condições restritivas que são fixadas unilateralmente pelo provedor da obra, independentemente dos direitos que a lei fornece ao autor ou ao público”.

Em outras palavras, o *DRM* pode estar em reprodutores de *DVD*, aparelhos de som, telefones, televisores, rádios, jogos, fotocopiadoras, impressoras, *e-books*, *CDs*, *DVDs*, música e vídeo digitais até documentos etc.

Inúmeras iniciativas em resistência ao *DRM* foram encabeçadas pela *Free Software Foundation*, em especial a articulação por meio do *site* *defectivebydesign.org* que organizou/subsidiou além de atos públicos, materiais de publicidade e também uma lista

atualizada de *sites* que não utilizam DRM na distribuição de seus produtos. Entre outras organizações, podemos citar: The Electronic Frontier Foundation (EFF), FreeCulture.org, The Foundation for a Free Information Infrastructure. No Brasil, a resistência das organizações e movimentos em prol da democratização do conhecimento é forte e crítica ao DRM.

Apesar do forte movimento em defesa do *DRM*, a sua decadência era eminente. Nesta direção, a Yahoo! Music Store “em 23 de Julho de 2008, [...] envia *e-mail* aos seus clientes informando-os que encerrarão suas atividades no dia 30 de setembro de 2008 e os servidores que gerenciam as licenças *DRM* serão desconectados” (WIKIPÉDIA, 2011f, tradução nossa)”. “Em 26 de setembro de 2008, o *Walmart Music Team* notifica seus clientes por *e-mail* que os servidores *DRM* serão desconectados em 9 de outubro de 2008” (WIKIPÉDIA, 2011f, tradução nossa). O próprio Steve Jobs (Presidente da *Apple*) e a *Apple* opõem-se ao *DRM* em músicas e em 6 de Janeiro de 2009, a *iTunes Store* da *Apple* trabalha com músicas sem *DRM*.

***Sites* anônimos de denúncia de pirataria**

Empresas e consórcios interessados em receber denúncias de “abusos” ou “pirataria” criaram *sites* específicos, sob proteção do anonimato, para o recebimento das mesmas. Estas denúncias são encaminhadas às mais diversas polícias, em especial à federal, que fazem incursões em reprográficas de universidades públicas à banquinha do vendedor de *DVD* na 25 de março.

Entre as organizações em que seus *sites* oferecem este “serviço”, pudemos identificar:

Organização	Site de referência
Adobe (empresa de <i>software</i>)	https://www.adobe.com/br/aboutadobe/antipiracy/reporting.html
Associação Antipirataria de Cinema e Música (ACPM)	http://www.apcm.org.br/denuncie.php
Associação Brasileira das Empresas de <i>Software</i> (ABES)	http://www.abes.org.br/templ2.aspx?id=224&sub=224
Associação Brasileira de Direito Reprográfico (ABDR)	http://www.abdr.org.br/denuncie.html
Autodesk (empresa de <i>software</i>)	http://www.autodesk.pt/adsk/servlet/index?siteID=459664&id=13321286
Borland (empresa de <i>software</i>)	http://www.borland.com/br/piracy/reporting.html
Bussiness Software Alliance (BSA)	https://reporting-latinam.bsa.org/spanish/home.aspx http://www.bastadepirataria.com
Escritório de ECAD / Associação Brasileira dos Produtores de Disco (ABPD)	http://www.ecad.org.br/ViewController/publico/conteudo.aspx?codigo=32
Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)	http://www.forumcontrapirataria.org/v1/denuncie.asp http://www.fnep.org.br/naotemmagica/denuncie.html
Konica Minolta (empresa de hardware/<i>software</i>)	http://konicaminolta.com.br/pirataria.asp
McAfee (empresa de <i>software</i>)	http://www.mcafee.com/br/about/legal/antipiracy-policy.aspx
Microsoft (empresa de <i>software</i>)	http://www.microsoft.com/brasil/antipirataria/YourPC_Reportimg.aspx
Ministério da Justiça (MJ)	http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7111CEC5PTBRNN.htm
Portal da NET (serviço de TV por assinatura, telefonia e internet)	http://www.netcombo.com.br/netPortalWEB/index.portal?_nfpb=true&_pageLabel=atendimento_fale_conosco_denuncie_pirataria_denuncie_pirataria_page
Prefeitura de São Paulo (Seja cidadão! Denuncie a pirataria)	http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/noticias/?p=3397
Siemens (empresa de tecnologia da informação)	http://www.plm.automation.siemens.com/pt_br/about_us/piracy/index.shtml

Software de busca

A empresa *Attributor* desenvolveu soluções, atualmente utilizadas pelo *Agence France-Presse* (AFP), *AP Associated Press*, *Financial Times*, *Hachette Book Group*, *Harper Collins*, *Havard Business Publishing*, *Wiley Knowledge for Generations*, *Macmillan*, *Pearson*, *Scholastic* entre outras, que possibilita que um jornal, editora, gravadora ou qualquer pessoa física localize, na internet, os locais em que seu texto, música, vídeo está sendo compartilhado. Entre os *softwares* estão: *Attributor Guardian*, *Attributor Insight* e o *FairShare*⁴¹.

O *Attributor Guardian* é um *software* que monitora 24h por dia a rede em *torrents*, *sites* de compartilhamento, *blogs*. Localizados arquivos “piratas” do material licenciado, essas fontes são notificadas e posteriormente têm seu conteúdo retirado “do ar”. O *Attributor Insight* apresenta relatórios da gravidade da “pirataria” e da visibilidade dos conteúdos e o *FairShare* para localizar potenciais fontes de renda para o seu conteúdo como propagandas.

5.2 Cinema

“CORREIO INFO - Sem pirataria, bilheteria de Tropa cresce 7x” (13/10/10): Durante a produção e exibição do filme “Tropa de Elite 2”, foi realizada uma extensa campanha anti-pirataria com ações tais como: forte controle contra o vazamento de cópias do filme em produção ou em sua versão final, na entrada de aparelhos com recurso de filmagem nos cinemas (com prisões realizadas), pedidos dos produtores para que o público denuncie atos de 'pirataria' entre outras⁴².

Para os produtores, foi esta ação ampla que garantiu a ampliação de **bilheteria** para o filme. Resta-nos pesquisas para afirmar com segurança, mas suspeitamos que ir ao cinema é uma prática social, antes de falarmos em assistir este filme ou aquele. A experiência sensível, estética e social da “telona” não é facilmente substituível pelo *DVD* em casa, mesmo em uma televisão de 50".

Quanto a qualidade, o público mais exigente não costuma trocar a qualidade visual dos *DVDs*, mesmo dos *Blu-rays* que ainda não se popularizaram, pela altíssima qualidade das

41 Disponível em: <<http://attributor.com/solutions/solutions.php>>. Acesso em: 9 jan. 2011.

42 Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/entretenimento/noticias/2010/10/13/7882,campanha-efetiva.html>>. Acesso em: 9 jan. 2011.

projeções em cinema. Fala-se, inclusive, que para assistir este ou aquele filme “vale a pena ir ao cinema”. O próprio “sucesso” do primeiro filme, garantido em grande medida pelos “piratas” que o fizeram circular, seu *trailer*, os elogios dos colegas que assistiram no cinema, entre outras ações de *marketing* são elementos fundamentais para esta reflexão. A associação direta, neste sentido, é vaga e questionável⁴³.

5.3 Direito / Jurídico

O campo jurídico, sem sombra de dúvidas, seria um dos mais ativos quando estamos tratando de “propriedade intelectual”, patentes e direito autoral.

A *Internet* garantiu que os bens intelectuais fluíssem com muita velocidade por todas as partes do planeta. O controle efetivo sobre a circulação destes bens é, no mínimo, improvável. Contudo, diversas instituições, tem utilizado como recurso a via jurídica, para buscar atenuar essa disseminação, em boa medida, utilizando-se da regra do “bode expiatório”, do *FUD* (*Fear, Uncertainty e Doubt*) e do exemplo, tais como as execuções públicas da Idade Média.

Criam-se leis com severas penas para os infratores, para os “piratas” e são ajuizadas diversas ações contra empresas/donos de *softwares*, *blogs*, *sites* e pessoas físicas, buscando-se legitimidade legal e a “deseducação” pelo medo da população em geral, por meio de “estímulos negativos”, como se fôssemos a tábula rasa *skinneriana*.

Para o advogado Denis Borges Barbosa, em sua fala na Sessão Temática “Propriedade Intelectual para Promoção da Inovação” realizada no dia 26 de maio na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, diversas instituições estão desistindo de processos devido ao alto custo com advogados que não têm valido a pena financeiramente, ao final das contas. Enfim, os processos em curso teriam natureza muito mais disciplinar que econômica. “A Associação Americana Indústria Fonográfica (RIAA) já entrou com 30 mil processos contra indivíduos acusados de compartilhar músicas pela rede”, mas somente uma delas foi ao Tribunal. Entre alguns destes processos, podemos citar:

“Gravadoras processam Project Playlist” (29/04/2008): Nove grandes gravadoras reúnem-

43 Outras reflexões sobre assunto, disponíveis como comentários a matéria: <http://info.abril.com.br/noticias/internet/sem-pirataria-bilheteria-de-tropa-cresce-7x-13102010-32.shl>.

se em processo contra o *site* / projeto Playlist (<http://www.projectplaylist.com>) que permitem que os usuários localizem, toquem e troquem entre si. "Em resumo, todo o negócio (da Project Playlist) não é mais que uma imensa violação dos direitos autorais das gravadoras, alegam os queixosos" (INFO ONLINE, 2008). "As nove gravadoras são Atlantic Recording, Elektra Entertainment e Warner Bros., do Warner Music Group; Capitol Records, Priority Records e Virgin Records America, do EMI Group; e Interscope Records, Motown Record e UMG Recordings, do Universal Music Group, subsidiária da Vivendi" (INFO ONLINE, 2008)".

“Juiz manda TVA pagar 20 milhões ao ECAD por violar direitos autorais” (29-04-2008):

A Justiça condena a empresa de serviços de televisão e TV a cabo TVA a pagar 20 milhões devido à execução desautorizada de músicas nos últimos dez anos. Caso o débito não seja pago, a multa diária será de 250 mil e apreensão de toda a aparelhagem sonora usada para transmissão”.

“Mulher pagará multa de R\$ 3 mi por download ilegal nos EUA” (19-06-2009):

A norte-americana Jammie Thomas foi condenada a pagar US\$ 1,92 milhão (R\$ 3,76 milhões) a seis gravadoras por fazer download ilegal de suas obras, protegidas por direitos autorais. Em decisão inédita, a Justiça do Estado de Minnesota determinou que ela pague US\$ 80 mil por cada uma das 24 canções baixadas pela rede”. Defende o advogado das gravadoras: "Espero que isso [a multa] seja uma mensagem de que baixar e compartilhar nossos arquivos não está certo", disse o advogado Richard Gabriel”.

“Site de downloads The Pirate Bay é condenado por violar propriedade intelectual” (17-04-2009):

Um tribunal de Estocolmo condenou nesta sexta-feira os quatro responsáveis do *site* sueco The Pirate Bay a um ano de prisão e ao pagamento de uma indenização de 30 milhões de coroas suecas (R\$ 7,7 milhões) por violar direitos de propriedade intelectual. A sentença considera que, facilitando o download de arquivos mediante a tecnologia torrent, e sabendo que entre eles estava material protegido por direitos autorais, os responsáveis do *site* violaram "de forma objetiva" a lei sobre propriedade intelectual”.

“Condenada por pirataria cumpre pena em regime semi-aberto” (07-11-2008):

No último mês, o Juiz da Comarca de Conselheiro Lafaiete – MG, determinou que a ré M.R.M. cumpra

pena privativa de liberdade em regime semi-aberto, devendo portanto passar a noite na prisão das 18h às 7h. A condenada comercializava CDs e DVDs piratas e por conta de sua reiteração (seis vezes), na prática deste crime (violação de direito autoral), o Juiz entendeu pro bem tomar essa decisão”.

“Estúdios vencem processo contra *site* de download” (10-05-2008): Um juiz federal dos EUA ordenou anteontem que o *site* TorrentSpy (www.torrentspy.com) pague US\$ 110 milhões (R\$ 184 milhões) à Motion Picture Association of America, representante dos principais estúdios de cinema norte-americanos, por infringir os direitos autorais de milhares de filmes e séries de TV. O *site*, que servia de base para troca e download de arquivos entre usuários, está fora do ar desde o último dia 24”.

“Juiz fecha serviço de compartilhamento de música Limewire” (27-10-2010): Um juiz federal dos Estados Unidos acatou pedido da indústria musical nesta terça-feira para fechar o popular serviço de compartilhamento de arquivos Limewire por violação de direitos autorais, informou a companhia”. Esta foi mais uma ação da EMI, Warner e Universal”.

“Indústria pornô se une contra a pirataria na web (28-10-2010): “[...] A indústria da pornografia se une para combater a pirataria na era da internet, que ameaça sua sobrevivência, com a apresentação de processos contra usuários de redes P2P e a organização de uma feira, que será celebrada em outubro nos Estados Unidos [...] Os estúdios começaram a colaborar em processos contra quem compartilha vídeos pornográficos digitais em redes ponto a ponto (conhecidas como P2P) e estão explorando ferramentas tecnológicas para rastrear e proteger seu material on-line. Nas últimas semanas, os produtores de pornografia começaram a apresentar processos contra pessoas que compartilham material adulto em *sites* de BitTorrent, que usam redes P2P para partilhar conteúdo digital. A *Larry Flynt Publications* processou 635 indivíduos em uma corte do Texas (sudoeste) em 20 de setembro, no primeiro processo da companhia contra usuários de *sites* de *BitTorrent*, e ameaçou com novos. Os processos ameaçam expor publicamente os nomes dos acusados de pirataria pornô --algo que, por si só, poderia agir como uma discussão”.

“Rede Brasileira de Educação à Distância condenada” (25-10-2010): Depois de oito anos nos tribunais, um caso de pirataria envolvendo universidades particulares de vários cantos do País se aproxima da etapa final. Na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou a Rede Brasileira de Educação à Distância a pagar uma indenização milionária aos criadores de um *software* de educação, que foi distribuído a outras escolas sem pagamento de licença. Mais conhecida como Instituto Universidade Virtual Brasileira (UVB), a Rede Brasileira é uma empresa que pertence a dez mantenedoras de universidades privadas, entre elas a Anhembí Morumbi, de São Paulo, e a Veiga de Almeida, do Rio de Janeiro. O valor da indenização ainda será definido pela Justiça. Mas deve ficar entre R\$ 12 milhões e R\$ 51,6 milhões - valores sem as correções e outros acréscimos”.

No campo jurídico, ainda temos aquelas iniciativas que tratam de criar ou alterar a legislação existente acerca do assunto. Entre elas, apresentamos:

“Bush assina lei antipirataria para músicas e filmes nos EUA (13-10-2008): O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, assinou nesta segunda-feira uma lei que vai endurecer as penalidades nos casos de pirataria de música e filmes em nível federal. A lei cria um "czar" de propriedade intelectual que vai se reportar diretamente ao presidente para melhor proteger os direitos autorais tanto doméstica quanto internacionalmente [...] As entidades Recording Industry Association of America e Motion Picture Association of America apoiaram a lei, assim como a Câmara de Comércio dos Estados Unidos”.

“Extensão de direitos autorais aprovada pelo Parlamento Europeu” (27-04-2009): no dia 23 de abril, o Parlamento Europeu aprovou a extensão do prazo de recolhimento de direitos autorais de 50 para 70 anos.

“Projeto pode limitar transmissão de conteúdo audiovisual da internet” (25-05-2009): Um substitutivo proposto na sexta-feira (15) pelo deputado federal Vital do Rego Filho (PMDB-PB) ao Projeto de Lei 29/2007 – que regula a operação de TVs pagas no país - pretende impor condicionantes a produção de conteúdo na internet brasileira, com possível impacto em outros países, ao enquadrar na mesma categoria de TV por assinatura distribuída no Brasil os provedores de conteúdo para internet como jornais, produtores de blogs, produtores de conteúdos interativos, produtores de web design e outros, caso envolvam algum

tipo de cobrança”.

“Senado francês aprova lei contra download ilegal” (13-05-2009): O Senado da França deu aprovação final a uma lei que dá ao Estado direito de punir pessoas que fizerem download ilegal de músicas e filmes, cortando suas conexões com a internet. A lei criará o que deve ser a primeira agência governamental para reprimir piratas na rede. O projeto foi aprovado por 296 votos a 233, depois de ter passado, nesta terça, pela Câmara baixa do Parlamento francês”.

5.4 Música

No terreno da música, tal como no do cinema, a Associação Antipirataria de Cinema e Música (ACPM) tem uma forte atuação policalesca, agindo sob “denúncias privadas” realizando apreensões e prisões em todo o país. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) tem desenvolvido campanhas e cartilhas em prol da defesa do direito autoral de artistas e contra a “pirataria”, sendo uma das principais resistências ao processo de reforma da lei de direito autoral brasileira.

“Ecad lança campanha sobre direitos autorais (06-02-2009): Com o tema ‘Para garantir sua diversão neste Carnaval, entre no ritmo certo do direito autoral’, o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) promove sua campanha de Carnaval com o objetivo de esclarecer aos usuários de música sobre a importância do pagamento dos direitos autorais nos bailes e festas carnavalescas. Como parte da campanha, foram enviadas aproximadamente sete mil malas-diretas da campanha ‘Carnaval 2009’ para diversos usuários de música como promotores de eventos, casas de diversão, escolas de samba, clubes, prefeituras, bares, boates, casas de festas, blocos carnavalescos, trios elétricos, entre outros [...] O material também esclarece que o promotor de eventos carnavalescos deve entrar em contato, previamente, com a unidade ou representante do Ecad mais próximo de sua região para solicitar a autorização e pagar a devida retribuição autoral pelo uso das músicas. O pagamento deverá ser feito somente por meio de boleto bancário. Se o usuário não for o organizador do evento, ele deve solicitar ao responsável a cópia do boleto quitado, a fim de evitar ser responsabilizado solidariamente pelo não pagamento do direito autoral”.

“APCM: Saiba como age o esquadrão caça-pirata da internet brasileira (23-04-2009):

Toda segunda-feira, às 10h, um grupo com meia dúzia de pessoas se encontra em uma sala do edifício Triunfo, na região da av. Paulista, para definir as metas de uma cruzada que parece estar cada vez mais longe de um desfecho vitorioso: o combate à pirataria. Com café e roscas à disposição no centro de uma mesa retangular, começa mais uma reunião da APCM (Associação Antipirataria de Cinema e Música), entidade que defende os interesses dos grandes estúdios e gravadoras junto às autoridades policiais e judiciais do país e que, por conta disso, tornou-se a maior vilã da internet brasileira desde a modelo Daniella Cicarelli, responsável por tirar do ar o *YouTube* em 2007. Funcionários dos setores de comunicação, denúncias, jurídico, financeiro, operacional e segurança *on-line* debatem a pauta do mês sob a sabatina do diretor-executivo, Antonio Borges Filho. Os tópicos são expostos rapidamente. Em 15 minutos, tudo já foi discutido: distribuição de material de treinamento para polícia, destruição de mídias piratas, divulgação de apreensões para a imprensa, contatos com delegacias, cerco às *jukebox* ilegais e o fim da comunidade 'Discografias', do *Orkut*”.

Na página intitulada “Estatísticas”, informa a associação: “A Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM) registra diariamente os números em relação à pirataria física em todo o País. Por meio das apreensões realizadas pelas Autoridades Públicas, com apoio dos agentes da Associação, foi possível retirar do comércio ilegal do país mais de 38 milhões de CDs, DVDs piratas e virgens de janeiro à outubro desse ano. Foram 2.810 operações realizadas, sendo 2.274 em ruas e feiras, 111 laboratórios, 62 depósitos, 28 videolocadoras e 335 estabelecimentos comerciais [...] A pirataria também é combatida na *Internet*, por meio de um departamento específico da APCM, que faz o monitoramento de *sites* onde se oferece conteúdo sem proteção à propriedade intelectual. Em 2009, foram solicitadas as retiradas de mais de 1.262.710 *links* de filmes e músicas, 169,03% a mais que 2008. Dentre os conteúdos retirados pelos provedores estavam 55.384 de conteúdo ilegal disponibilizado por meio de *sites* de *torrents* (P2P), 382.216 de blogs, 15.865 postagens em fóruns de redes sociais, que continham conteúdo ilegal disponível na *Internet* para *download*”.

Em outro texto intitulado “APCM divulga resultados das últimas operações no País”, apresenta as suas últimas ações no final de 2010: “As operações de combate à pirataria estão acontecendo diariamente em todo o País. Nos últimos dias, autoridades públicas, com apoio dos agentes da APCM, realizaram várias ações. Confira mais detalhes:

Data: 22 de novembro

Cidade: Santos - SP

Categoria: estabelecimento comercial

Material apreendido: 2.736 mídias

Atuação: 7ª DP de Santos

Duas pessoas foram indiciadas

Data: 23 de novembro

Cidade: São Carlos - SP

Categoria: rua

Material apreendido: 5 mil mídias

Atuação: Polícia Civil

Três pessoas foram indiciadas

Data: 24 de novembro

Cidade: Ribeirão - SP

Categoria: laboratório

Material apreendido: 80 mil mídias, 55 gravadores e quatro impressoras

Atuação: Polícia Militar

Uma pessoa foi presa em flagrante

Data: 26 de novembro

Cidade: Bauru - SP

Categoria: rua

Material apreendido: 12 mil mídias

Atuação: Polícia Civil

Sete pessoas foram indiciadas

Data: 22 de novembro

Cidade: São Paulo (Centro)

Categoria: estabelecimento comercial

Material apreendido: 23 mil mídias

Atuação: 1º DP da Sé

Uma pessoa foi indiciada”.

“Orkut perde sua maior comunidade para troca de músicas (16-03-2009): “Quase 1 milhão de internautas amanheceram nesta segunda-feira (16) com uma comunidade a menos no seu *Orkut*. Após meses de queda de braço com representantes das gravadoras, a comunidade "Discografias" anunciou, no domingo à noite, seu fim. Criado em novembro de 2005, o endereço abrigava 921 mil usuários cadastrados - o número de pessoas que a utiliza efetivamente ultrapassava 1 milhão, já que para acessar seu fórum não é preciso se inscrever. Ali, internautas compartilhavam *links* com álbuns musicais inteiros sem pagar nada. A organização e o volume de material fez com que o endereço se tornasse uma das principais plataformas na web brasileira para quem procura esse tipo de conteúdo. "Informamos a todos os membros da comunidade 'Discografias' que encerramos as atividades devido às ameaças que estamos sofrendo da APCM [Associação Antipirataria Cinema e Música] e outros órgãos de defesa dos direitos autorais", diz uma nota publicada no *Orkut*, assinada pelos moderadores, que não se identificam. No ano passado, a APCM já havia declarado guerra à comunidade, tida como sua principal inimiga na rede. "Em se tratando de música, ninguém tem mais arquivos que violam direitos autorais do que a 'Discografias'", disse à **Folha Online** Edner Bastos, coordenador antipirataria da associação que defende a propriedade intelectual”.

Dada a sua relevância histórica, disponibilizamos na íntegra o manifesto em repúdio as ações da APCM no caso da comunidade “Discografias”:

“Informamos a todos os membros da comunidade “Discografias” e relacionadas (Trilhas Sonoras de Filmes, Trilhas Sonoras de Novelas, Coletâneas (V.A.), Pedidos, Dicas/Dúvidas e Índice Geral), que encerramos as atividades devido às ameaças que estamos sofrendo da APCM e outros órgãos de defesa dos direitos autorais.

Nosso trabalho foi árduo para manter as comunidades organizadas, sem auferir nenhum tipo de vantagem financeira com elas, somente com o intuito de contribuir de alguma forma para a cultura e entretenimento.

Não é com o fechamento desta comunidade e outras equivalentes que as gravadoras irão aumentar seus lucros.

Muitos artistas perderão seus meios de divulgação.

Milhares de membros terão que procurar outras atividades no Orkut que não seja o download de músicas e afins. O número de sites e blogs de conteúdo similar, mais programas como eMule, limewire, de torrents e outros P2P, cresce em progressão geométrica.

Perdem eles, perdemos todos, mas enfim, tudo em nome do dinheiro das grandes corporações. Nada em nome da cultura.

Tais entidades de defesa dos direitos autorais, como a R.I.A.A. nos Estados Unidos e APCM no Brasil, que é a representante legal de:

UNIVERSAL MUSIC DO BRASIL LTDA.;

WARNER MUSIC BRASIL LTDA.;

SONY – BMG BRASIL LTDA.;

SIGLA – SISTEMA GLOBO DE GRAVAÇÕES AUDIO VISUAIS LTDA.;

EMI MUSIC LTDA.;

COLUMBIA PICTURES INDUSTRIES INC.;

DISNEY ENTERPRISES INC.;

METRO-GOLDWYN-MAYER STUDIOS INC.;

PARAMOUNT PICTURES CORPORATION;

TWENTIETH CENTURY FOX FILM CORPORATION;

UNIVERSAL CITY STUDIOS INC.;

WARNER BROS.;

UNITED ARTISTS PICTURES INC.;

UNITED ARTISTS CORPORATION;

UBV – UNIÃO BRASILEIRA DE VÍDEO E ASSOCIADAS.

Sendo ainda representante de IFPI – International Federation of the Phonographic Industry e MPA – Motion Picture Association no Brasil, se dizem “sem fins lucrativos”, vamos acreditar nisso, né gente? Como todos acreditam nas histórias da carochinha.

Portanto, deixamos aqui os dados de contato do órgão responsável pelo fechamento das comunidades e de um de seus representantes:

APCM – ANTI-PIRATARIA CINEMA E MÚSICA
 RUA HADDOCK LOBO, 585 – SÃO PAULO – SP – BRAZIL
 INTERNET ANTI-PIRACY UNIT
 Telefone: +55 (11) 3061-1990x244
 e-mail: anti-piracy@apcm.org.br
 => Bruno Henrique Tarelov: btarelov@apcm.org.br
 Fone: 55 11 30611990 ramal 238
 Fax: 55 11 30611221

Agradecemos a todos que de um jeito ou de outro, colaboraram para que nossas comunidades fossem tão populares. Valeu, gente!

A Moderação”.

“Depois do Discografias foi a vez de Legendas Feijó (28-03-2009): “Depois de ter forçado o encerramento das atividades da comunidade Discografias, há cerca de duas semanas atrás, a Associação Antipirataria de Cinema e Música (APCM) tirou do ar nesta quinta-feira (26.03) o site Legendas Feijó. O site funcionava há cinco anos e por pressão da APCM foi retirado do ar ontem”.

“APCM pede retirada do site Legendas.TV do ar por infração de copyright (04/02/2009): “São Paulo - Associação antipirataria diz que legenda não autorizada fere direitos autorais. Site questiona e afirma que apenas 'faz legendas'. A Associação Antipirataria de Cinema e Música (APCM) confirmou, nesta terça-feira (03/02), que solicitou que o site Legendas.TV fosse retirado do ar no domingo (01/02). Segundo a APCM, a ação ocorreu porque os usuários do site violavam direitos autorais. O documento oficial da associação diz que “quando um usuário faz a legenda não autorizada de uma obra audiovisual ele fere o

trabalho de toda uma cadeia produtiva: produtores, autores, atores, atrizes, câmeras, roteiristas, diretores etc”.

Estas são algumas das ações desempenhadas pela organização, para uma longa relação de suas atividades divulgadas como troféus, acesse <http://www.apcm.org.br/buscar.php>. Para concluir, aproveitamos para citar os atuais financiadores das ações da APCM conforme matéria da Folha Online:

Quem banca a APCM?	
Criada em 2007, a APCM é mantida pela MPA e pela ABPD, que, por sua vez, têm como clientes os grandes estúdios e gravadoras.
ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Disco)	MPA (Motion Picture Association)
EMI Music	Universal Music
MK Music	Warner Music
Music Brokers	Warner
Paulinas	Paramount
Record Produções e Gravações Ltda.	Fox
Som Livre	Sony Pictures
Sony Music Entertainment	Universal
The Walt Disney Records	Disney

5.5 Outros

Nesta seção, foram incluídas todas as iniciativas que tratavam de temas em geral, e que não puderam ser classificadas como as demais.

“The Privatization of Yoga” (25-09-2010): Bikram Choudhury, nascido em Calcutá, abre nos Estados Unidos uma franquia de estúdios de Yoga com diversas adaptações as práticas originais. Ele, portanto, reclamou o direito autoral da sequência “original” das 26 posturas praticadas por seus clientes em salas de 105 graus. “Qualquer um que 'roubasse' suas posturas de yoga para fins comerciais estaria então sujeito a danos, afirma” (tradução nossa).

“NAMCO Takes Down Student Pac-man Project (03-08-2010): a empresa desenvolvedora de jogos eletrônicos Bandai Namco envia uma carta queixando-se de que uma criança pudesse ter recriado o jogo Pacman online. Tamanho o absurdo que fizemos questão de reproduzir a carta recebida:

“Polícia de SP prende donos de site de download de filmes por pirataria” (15-07-2010): A polícia de São José dos Campos (SP) prendeu em flagrante, nesta quinta (15), o peruano Cesar Addis Valverde Salvador, 32, e a brasileira Eliezer Batista Ramiro, 24, administradores do site [Brazil-Series](#), por violação de direitos autorais devido a compartilhamento de filmes na internet. A polícia chegou a informar que Salvador era funcionário do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) --na realidade, o indiciado é doutor pela instituição. Ele e Eliezer responderão pelo crime de violação de direitos autorais, artigo 184, do Código Penal Brasileiro. Se condenados, a pena pode chegar a quatro anos de reclusão”.

“Dona de copiadora é presa em Recife (11-03-2010): A Delegacia de Repressão ao Crime Contra o Patrimônio Imaterial realizou uma operação para punir a violação de direitos autorais e prendeu, ontem, Elisângela Monteiro de Lima, de 30 anos. A mulher é dona da Copiadora 13, em Casa Amarela. Além disso, foram apreendidas cinco máquinas copiadoras e mais de 400 livros copiados. Cinco funcionários foram detidos para esclarecimentos”.

“Pirataria fecha mais de 600 videolocadoras em Salvador (25-07-2009): Uma queda de 40% no mercado de aluguel de DVDs em Salvador levou ao fechamento de mais de 600 videolocadoras nos últimos dois anos. O número de videolocadoras estimado em 700 lojas na

cidade, dois anos atrás, hoje não ultrapassa 30 empresas, segundo Paulo Rogério Oliveira, no ramo há 22 anos, proprietário da M1 Vídeo e membro da Associação Baiana das Empresas de Vídeo (ABEVídeo). A perspectiva de melhora nesse setor fica cada vez menor, com o avanço da pirataria, visível nas ruas de Salvador e nos municípios do interior do Estado”.

“Brasil perde R\$ 400 milhões por ano com cópias de livros (05-05-2009): A cópia de livros universitários causa um prejuízo de R\$ 400 milhões por ano ao setor editorial brasileiro. Ao mesmo tempo, dados da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) mostram que, em 1995, existiam 894 universidades e em 2003 o número subiu para 1.859, e a produção de exemplares de livros teve uma queda de 44% no período. A estimativa da entidade é de que o mercado ilegal de livros seja cinco vezes maior do que a venda de originais”.

“Família acusada de pirataria faz acordo de US\$ 7 mil com gravadoras (01-05-2009): Depois de uma batalha de quatro anos contra uma mãe de cinco filhos, a indústria fonográfica aceitou US\$ 7 mil para encerrar um processo de pirataria musical aberto contra Patricia Santangelo, 46. O acordo marca o fim dessa disputa entre gigantes da indústria fonográfica e família que mora em Wappingers Falls, Nova York. Patricia foi acusada de baixar e distribuir música, mas ela alega que nunca realizou qualquer tipo de download, por não saber como fazê-lo. Segundo o “New York Times”, que publicou a notícia, a mãe foi uma das pessoas processadas durante a campanha antipirataria da Associação de Gravadoras dos Estados Unidos (RIAA, em inglês). Ao se recusar a fazer um acordo inicial, admitindo os downloads e distribuição, ela tornou-se uma heroína na luta pela liberdade on-line. Uma campanha na internet chegou a levantar US\$ 15 mil para sua defesa”.

“Colunista demitido após resenhar filme pirateado” (10-04-2009): O colunista de entretenimento Roger Friedman, da Fox News, foi demitido após escrever, na semana passada, uma crítica do filme *X-Men Origins: Wolverine*. O problema: Friedman assistiu a uma cópia pirata do longa, conseguida na internet. Na resenha, o colunista afirmou que “levou menos que segundos para começar a ver o vídeo em seu computador”.

“Nadie debería estar en la cárcel por vender CD. Es muy duro (06-02-2009): Em 14 de Janeiro saí da prisão Madrid VI de Aranjuez, o jovem de 26 anos que passou um ano na

cadeia por “pirataria”. Diz Marisa Pérez, sua advogada: “Ninguém na prisão, nem seus companheiros, nem os policiais, nem os próprios funcionários acreditavam que ele esteve preso por *uno por vender em la manda*”.

“Microsoft faz laboratório contra pirataria de US\$ 450 mil na Colômbia (22-10-2008): A empresa norte-americana Microsoft colocará em funcionamento em novembro, na Colômbia, o primeiro laboratório de identificação de produtos piratas da América Latina, construído ao custo de US\$ 450 mil. Carolina Sánchez, gerente de relações corporativas da multinacional para a Colômbia, disse que se trata do 9º laboratório no mundo para combater a pirataria e que se soma aos existentes na Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Hong Kong, Índia e Irlanda”.

“Polícia detém três por distribuir internet na periferia de São Paulo (08-06-2009): Policiais da Delegacia de Repressão a Roubos Especiais do Deic (Departamento de Investigações sobre Crime Organizado) detiveram três homens por "desenvolver de maneira clandestina atividades de telecomunicações". Eles devem ser liberados após prestar depoimento”.

“França começa a “caçar” internautas que realizam downloads ilegais (27-09-2010): “A lei anti-downloads francesa começa a entrar em funcionamento, com o governo daquele país iniciando a “caça” aos internautas que realizam downloads ilegais. Segundo o jornal espanhol El País, os provedores (ISP’s) locais já receberam a primeira lista de endereços IPs e agora eles têm a missão de identificar os titulares, suspeitos de baixar músicas e filmes ilegalmente”.

Para concluir, destacamos o Acordo Comercial Anticontrafação (Anti-Counterfeiting Trade Agreement – ACTA) que se apresenta como a nova ameaça no sentido de ampliar o cerco ao conhecimento, ampliando as práticas policiais e fortalecendo os direitos de “propriedade intelectual”. A ideia da criação de um acordo acerca da pirataria foi desenvolvido pelo Japão e os Estados Unidos em 2006. Posteriormente, juntaram-se ao grupo o Canadá, a União Europeia e a Suíça. Em junho de 2008, negociações oficiais foram iniciadas com a Austrália, México, Marrocos, Nova Zelândia, Korea e Singapura. Depois de

várias versões do texto vazadas na internet, em 15 de novembro de 2010, uma versão final do documento foi divulgada. Pessoas e organizações têm realizado protestos públicos e uma ação permanente na internet contra a efetivação deste acordo.

E recentemente, o governo dos Estados Unidos lança dois novos ataques a liberdade na internet, no combate a pirataria: o SOPA e o PIPA. O “Stop Online Piracy Act” (SOPA) proposto por Lamar Smith, proibindo que provedores hospedassem sites infratores, ampliando os poderes legais de controle do tráfego na rede; e o “Preventing Real Online Threats to Economic Creativity and Theft of Intellectual Property” (PIPA) dando força legal para que Departamento de Justiça bloqueasse qualquer domínio suspeito de infringir direitos autorais, mesmo fora do país.

CAPÍTULO II

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

“Se você tem uma maçã e eu tenho uma maçã, e nós trocamos as maçãs, então você e eu ainda teremos uma maçã. Mas se você tem uma ideia e eu tenho uma ideia, e nós trocamos essas ideias, então cada um de nós terá duas ideias” (George Bernard Shaw).

No capítulo anterior, tratamos de apresentar os diversos conceitos de conhecimento, historicizar o seu processo de mercantilização e as suas manifestações concretas em nosso tempo presente, seja por meio de esforços de manutenção do *status quo* ou da criação de novos mecanismos jurídicos ou tecnologia para a continuidade e ampliação dessa visão de mundo.

Neste, ao contrário, abordaremos o movimento que lhe faz frontalmente contraponto, aquele da democratização, “da libertação” do conhecimento por meio de uma teoria referencial e de práticas concretas nesta direção.

1 O Movimento em prol do conhecimento livre

Conhecimento livre é um termo novo e chega a ser quase impreciso. O conhecimento como bem intangível, imaterial não pode ser “aprisionado”, isto é, destituído de sua liberdade em sua abstração. Lidamos, sim, com seres humanos, interessados ou não em compartilhar esse conhecimento, que, por vezes, está armazenado na própria mente dos sujeitos, no suporte material ou no digital. O conhecimento nasce livre, mas a sua circulação é restrita por direitos autorais, patentes ou pela chamada “propriedade intelectual”. Enfatizar a liberdade do conhecimento é uma medida ideológica no intuito de rememorar e reforçar o seu caráter libertário e fluido.

Na literatura, podemos encontrar termos como conhecimento aberto, público, gratuito, bem comum, bem público, bem global, entre outros, que giram em torno da ideia-força da

liberdade do conhecimento. Esta ideia-força congrega uma série de pessoas e instituições interessadas na democratização do conhecimento e de seu acesso, que acabaram por se organizar em um movimento de escala planetária em defesa da bandeira da liberdade.

Este movimento remonta ao desenvolvimento da rede mundial de computadores (*Internet*), como rede aberta desenvolvida com *softwares* livres. Nos anos 60 e 70, a criação da rede permitiu o compartilhamento de uma série de dados que até então eram de impossível compartilhamento, a não ser em formatos impressos ou cartões, *mainframes* e toda aquela parafernália. Contudo, foi somente nos anos 90 que um sistema de documentos hipertextuais conectados por relações (*links*), chamado *World Wide Web (WWW)*, ampliou o potencial de socialização por meio de uma interface gráfica amigável aos “usuários finais”, suportando textos, áudios, vídeos e imagens.

Também nos anos 70, temos uma mudança abrupta no cenário de desenvolvimento de *softwares*, quando a empresa IBM começa a não distribuir mais os códigos-fonte junto aos *softwares* que produzia (EUROPEAN WORKING GROUP ON LIBRE SOFTWARE, 2000). Compartilhar o código dos *softwares* era uma prática comum entre os programadores deste período. A “descoberta” da viabilidade e lucratividade do modelo de venda de licenças, permissões de uso para os *softwares*, e não a venda dos próprios *softwares* e, logo, a constatação de que as empresas perderiam competitividade no mercado, obrigaram-nas a não compartilhar mais os códigos que desenvolviam, pois estes acabariam por cair nas mãos das empresas concorrentes que poderiam utilizá-los nos seus próprios produtos. Estas foram algumas razões pelas quais disponibilizar o código-fonte junto ao programa não era mais interessante. Nesse período, os sistemas operacionais que acompanhavam os novos computadores tornaram-se proprietários e para o seu uso era necessário assinar um “termo de não compartilhamento”. Stallman afirma:

Significava que o primeiro passo para o uso do computador era prometer não ajudar seu vizinho. A comunidade cooperativa estava proibida. A regra criada pelos donos do *software* proprietário era: se você compartilhar com seu vizinho, você é um pirata. Se você quiser realizar mudanças, nos suplique que as faremos para vocês (STALLMAN, 2002, p. 22, tradução nossa).

Contudo, um grupo de programadores de MIT, filiados aos antigos ideais de

compartilhamento de *software* em sua completude, não somente os executáveis, inicia uma série de ações articuladas no intuito de criar *softwares* que nasçam e permaneçam livres. Para tanto, foi criado um instrumento jurídico, a *General Public License* (GPL), que deu segurança e garantiu que esses *softwares* livres não viessem a ser apropriados por iniciativas privadas e, assim, se tornassem proprietários.

A rebeldia contra o modelo de negócio de *softwares* em implantação e a criação da *Internet* foram fundamentais para que programadores como Richard Stallman e Linus Torvalds criassem uma comunidade planetária de desenvolvimento de *softwares* que ficou conhecido por movimento do *software* livre (*free software*) ou de *softwares* de código aberto (*open source*). Esse movimento eclodido nos anos 80 é, em nossa abordagem, a semente do que viria a se constituir o movimento pelo conhecimento livre.

Neste cenário, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação têm um papel inequívoco. Falamos na tecnologia como uma extensão **do** humano, mas a tecnologia também estende **o** humano. O modo de pensarmos o mundo molda a tecnologia, mas também o avanço da tecnologia molda nossa forma de ser no mundo.

Lembremos do avanço das tecnologias de cópia:

- **Oralidade:** em que somente o público ouvinte tem acesso à história e compartilha com outros;
- **Manuscrito:** a cópia era realizada por copistas, processo demorado e que produzia textos únicos e para poucos;
- **Imprensa:** com a invenção de Gutenberg, um texto poderia ser copiado inúmeras vezes, restando somente o problema da distribuição que ainda era limitada;
- **Digital:** com esta invenção, rompemos com métodos antigos de cópia que demandavam papel e tinta e fomos para o suporte digital em que a informação é armazenada em *bytes* e *bites*; por ela e com o avanço da *Internet* ampliamos, para a escala planetária, a distribuição que era restrita devido às distâncias geográficas. Não necessitamos de correios, em seu sentido tradicional de grandes embarcações percorrendo um continente ao outro, por meio da rede as “cópias” são entregues em “tempo real” em qualquer parte do planeta.

A digitalização (ou a produção já digital) com o suporte da *Internet* foram os catalisadores da onda massiva de compartilhamento de textos, livros, músicas, filmes, fotos

que vivemos hoje. Sem elas, nada disso teria sido possível ou ainda estaríamos na era da imprensa com recursos limitados de impressão e distribuição. A vocação humana (ou o desejo), para alguns natural, para o compartilhamento, somada ao instrumental oferecido pela tecnologia, constituíram a mistura mais que precisa para emersão de um movimento desta natureza.

O movimento em prol do compartilhamento livre, do conhecimento livre, é um esforço coletivo de retorno à origem da liberdade do conhecimento, deste como bem comum, como bem público e da humanidade. Como dissemos no capítulo anterior, a privatização ou mercantilização do conhecimento nasce imbricada com a consolidação do capitalismo e com as medidas de proteção dessa privatização, que são os direitos autorais e as patentes, além dos direitos correlatos, como marcas e segredo industrial. Se os grandes filósofos, físicos e matemáticos tivessem proibido a divulgação ou mesmo a livre circulação de suas ideias, em que estágio estaria a nossa produção científica hoje ou mesmo a própria física, a matemática e a filosofia?

Entre as linhas de atuação do movimento, destacam-se aquelas na direção de produzir com/na liberdade e de libertar o privado.

Quanto ao esforço de produzir com/na liberdade, as ações do movimento vão na direção de estimular e garantir que as produções literárias, científicas, artísticas e tecnológicas podem já ser produzidas na perspectiva da liberdade, do acesso aberto, sobretudo aquelas produzidas com recursos públicos estatais. Para isso, além da intenção de compartilhar como princípio as licenças livres, tais como a *GPL* e *Creative Commons*, garantem o aporte jurídico necessário para que essas produções nasçam livres e assim permaneçam, como falávamos previamente acerca dos *softwares*.

Devido à ação avassaladora do capitalismo na direção da mercantilização dos bens intelectuais, urge um esforço por retornar ao público o que sempre pertenceu ao público, mas que por interesses privados acabou sendo “indisponibilizado” ao público. Essa privatização (ou “exclusivação”) pode acontecer de modo voluntário ou mesmo “semi-voluntário”. Voluntário quando o autor, música, produtor, com ciência daquilo que faz, obriga a gravadora ou a editora, ou por estas é obrigado, a não compartilhar a sua produção intelectual ou artística, por meio de regras rigorosas de cessão de direitos autorais. E “semi-voluntário” naqueles casos em que o autor ou músico assina, pela credibilidade ou confiança nas editoras ou gravadoras, contratos que sequer leem. Estes contratos contêm cláusulas de exclusividade

do uso da obra cedida, proibição da apresentação ao público e restrições a sua reprodução via meio impresso e digital. Não é por menos que temos uma série de autores e músicas que chegaram a ser processados, notificados formalmente e mesmo sancionados por disponibilizar suas produções na *Internet*, como exemplificamos com a cantora Beyoncé no capítulo anterior. Para estes, as licenças *Creative Commons* tem-se tornado uma solução propícia para uma cessão de direitos de publicação com termos que equilibram os interesses do autor, da editora e do público.

Ainda podemos organizar a atuação do movimento em nove frentes:

- **Softwares Livres:** ação em defesa da liberdade de acesso, modificação e compartilhamento de *softwares*;
- **Hardwares Livres:** iniciativa em prol da liberdade ao *hardware*, isto é, a abertura e compartilhamento da informação acerca das técnicas e materiais necessários para a produção de novos *hardwares*;
- **Padrões Abertos:** ação pela utilização permanente de padrões abertos em protocolos ou extensões de arquivos como o *OpenDocument*;
- **Ondas Livres:** iniciativa, também no âmbito da tecnologia, que reúne esforços na direção que as ondas eletromagnéticas, sejam elas de *acesso à Internet* ou veiculação de rádios, sejam considerados livres e abertas ao público;
- **Textos Livres:** terreno vasto de ação, agregador de um grande número de iniciativas - a Wikipédia, Recursos Educacionais Abertos, Iniciativa do Acesso Aberto, entre outras;
- **Áudios/Músicas Livres:** ações em prol da criação livre e des-mercantilização de uma série de áudios ou músicas produzidas por toda a humanidade;
- **Vídeos/Cinema Livre:** iniciativas concretas na direção da produção livre e compartilhamento de vídeos, curtas e longas-metragens com o público;
- **Imagens/Fotos Livres:** similar aos anteriores, mas, nesse caso, no trato com imagens em suas variadas formas e nas fotos produzidas;
- **Dabos Abertos:** iniciativa intrinsecamente ligada às demais, mas que nos últimos anos assumiu uma forte vertente governamental. As ações, nesta direção, têm focado o esforço permanente para que as informações, as contas dos órgãos públicos, de fato, sejam públicas, acessíveis a todos sem *copyright*.

Nos tópicos a seguir, apresentaremos algumas teorias que dão sustentação às práticas deste movimento, discutir a questão do acesso ao conhecimento nas suas relações com a “pirataria” e, por fim, expor experiências concretas de democratização do conhecimento que vêm se consolidando por todas as partes do mundo.

2 Acesso ao conhecimento e “pirataria”

Neste tópico, compartilharemos reflexões teórico-práticas referentes ao acesso ao conhecimento e à “pirataria”. Entre elas, estão as discussões referentes a Cauda Longa, Produção Colaborativa/Social e *Commons*, *Software* Livre e Administração Pública e Educação a Distância.

Persistem como indicações para trabalhos futuros as reflexões sobre a “Economia dos Pedágios” (Ladislau Dowbor), “Produção P2P” (Michael Bawns), Cibercultura (Pierre Levy), Teoria da Dádiva (Marcel Mauss), *Copyleft* (Richard Stallman), Desobediência Civil (Anna Arendt), Indústria Cultural (Theodor Adorno e Max Horkheimer) etc.

2.1 A Cauda Longa

Chris Anderson, em seu livro clássico intitulado *The Long Tail* (A Cauda Longa), aborda a economia da abundância, a partir das curvas conhecidas na estatística como “distribuições de cauda longa”. Seu livro foi considerado pelo *The Economist* como “o mais elegante conceito de negócios da atualidade”.

O autor sintetiza a teoria da Cauda Longa da seguinte forma:

nossa cultura e nossa economia estão cada vez mais se afastando do foco em alguns *hits* relativamente pouco numerosos (produtos e mercados da tendência dominante), no topo da curva da demanda, e avançando em direção a uma grande quantidade de nichos na parte inferior ou na cauda da curva de demanda. Numa era sem as limitações do espaço físico nas prateleiras e de outros pontos de estrangulamento da distribuição, bens e serviços com alvos estreitos podem ser tão atraentes em termos econômicos quanto os destinados ao grande público. Mas isso não é o suficiente. A demanda deve seguir a nova oferta. Do contrário, a cauda murcharia. Como

a cauda é avaliada não só sob o aspecto da variedade disponível, mas também do público que migra para ela, a verdadeira forma da demanda se revela apenas quando os consumidores dispõem de escolhas infinitas. São as vendas agregadas, o uso ou outras manifestações de todas as pessoas nos novos nichos disponíveis que convertem a expansão maciça das alternativas em força econômica e cultural. A Cauda Longa começa com um milhão de nichos, mas apenas isso não é significativo, até que eles sejam procurados por pessoas que os almejam [...] Em síntese: A Cauda Longa nada mais é do que cultura sem os filtros da escassez econômica (ANDERSON, 2011, p. 52-53).

E organiza a “era da Cauda Longa” em seis temas e três forças. Os temas são:

1. “Em praticamente todos os mercados, há muito mais nichos do que *hits*”.
2. “Os custos de atingir esses nichos estão caindo drasticamente”.
3. Filtros como recomendações e classificações “são capazes de impulsionar a demanda ao longo da Cauda”.
4. “Quando se conjugam essa grande expansão da variedade e a notável eficácia dos filtros que facilitam a seleção, a curva da demanda se torna mais horizontal e mais longa”.
5. “Todos esses nichos em conjunto podem constituir um mercado tão grande quanto o dos *hits*, senão maior”.
6. “Com a livre atuação de todos esses fatores, a forma natural da curva de demanda se revela em sua plenitude, sem as distorções resultantes dos gargalos de distribuição, da escassez de informações e das escolhas limitadas nas prateleiras”.

Quanto às forças, o autor explica (p. 54-56):

1. **Democratização das ferramentas de produção:** a possibilidade da produção está na mão de milhares de pessoas, quando anteriormente era restrita aos “profissionais”. “Hoje, milhões de pessoas têm a capacidade de produzir pequenos filmes ou álbuns e publicar seus pensamentos para todo mundo ”;

2. **Democratização da distribuição:** “O fato de qualquer um ser capaz de produzir conteúdo só é significativo se outros puderem desfrutá-lo. O PC transformou todas as pessoas em produtores e editores, mas foi a *Internet* que converteu todo o mundo em distribuidores”;
3. **Ligação entre oferta e demanda:** “Esse aspecto pode assumir qualquer forma, desde a busca da sabedoria das multidões pelo *Google* até as recomendações de músicas pela *iTunes*, juntamente com a propaganda boca a boca dos *blogs* e das resenhas de clientes. O resultado de tudo isso para os clientes é reduzir os 'custos de busca' para encontrar o conteúdo dos nichos”.

E conclui com o seguinte quadro (p. 57):

	Força	Negócio	Exemplo
1	Democratização da produção	<i>Produtores e fabricantes de ferramentas</i> de Cauda Longa	Câmeras de vídeo digitais, <i>software</i> para edição de música e vídeo, ferramentas de <i>blogging</i>
2	Democratização da distribuição	<i>Agregadores</i> da Cauda Longa	<i>Amazon, eBay, iTunes, Netflix</i>
3	Ligação da oferta e demanda	<i>Filtros</i> da Cauda Longa	Recomendações do <i>Google</i> , dos <i>blogs</i> e da <i>Rhapsody</i> , e listas de <i>best-sellers</i>

Tratando da democratização da produção, o capítulo 5 é iniciado com um título pertinentemente intitulado: “Os novos produtores: nunca subestime o poder de um milhão de amadores com as chaves da fábrica”.

O autor dá uma importante contribuição ao movimento em prol do conhecimento livre ao situar “a democratização das ferramentas de produção” no contexto do lema da cultura *punk* “*Do it yourself*” (faça você mesmo) ou simplesmente DIY. Comenta LEITE (2011):

Um diálogo que nos remete aos ideais do movimento *punk* e do *hip hop*: tenha consciência, ocupe as ruas, faça você mesmo. Junte tudo isso e temos o caldo de cultura no qual as diferentes juventudes produzem arte, compartilham, articulam circuitos, disputam concepções: em outras palavras, renovam a cena cultural (LEITE, 2011).

A invenção do computador portátil e o avanço das tecnologias da informação e da comunicação deram a qualquer pessoa a possibilidade de se tornarem cineastas, fotógrafos, músicos, editores, jornalistas...

Acrescentemos a leitura do autor, que apesar dos computadores pessoais serem cada vez mais baratos e estarem disponíveis diversos *softwares* de edição de texto, áudio, foto e vídeo, estes eram inicialmente proprietários e pagos, limitando o acesso para aqueles com as condições de pagamento das licenças dos mesmos *softwares* ou por meio de cópias “ilegais”. Ainda hoje, a licença de um *software* para edição de vídeo como o *Adobe Premiere CS5* está custando US \$1.550,00 no site da *Adobe*⁴⁴, no Brasil, valor aproximado dos 2 mil por um único *software*. Se somarmos a aquisição de *softwares* para edição de áudio como o *Adobe Audition*, o pacote de escritório *Microsoft Office*, o editor de fotos *Adobe Photoshop* ou para diagramação como o *Adobe Illustrator*, chegaremos a casa dos 6 ou 7 mil reais.

Com os *softwares* proprietários e pagos, temos uma limitada, se não elitizada, democratização dos meios de produção de bens intelectuais. É somente com o advento dos *softwares* livres, - neste caso gratuitos - para essas funções que temos a real possibilidade da produção. Entre os *softwares* livres para atividades descritas acima, temos, por exemplo: Edição de vídeo (*Kdenlive*, *Cinelerra*), Edição de áudio (*Audacity*), Edição de fotos (*Gimp*), Pacote de Escritório (*LibreOffice*) e Diagramação (*Scribus*). A única restrição continua sendo a existência de computador pessoal, que tem se convertido, mesmo no Brasil, em um item essencial nas casas, tais como a televisão, geladeira e fogão. Analogamente, a produção material também requer uma série de aparatos como pincel, tinta, papel etc.

Com o suporte destas tecnologias foi possível produzir em nossas próprias casas, artigos, livros, filmes, fotografias, músicas e gravar em seu próprio CD ou DVD. Assim, o lema “Do it yourself” é apropriado e mais que bem-vindo nestes tempos de democratização dos meios de produção do conhecimento.

A consequência de tudo isso é que estamos deixando de ser apenas consumidores passivos para passar a atuar como produtores ativos. E o estamos fazendo por puro amor pela coisa (a palavra “amador” vem do latim *amator*, “amante”, de *amare*, “amar”). O fenômeno se manifesta por toda parte — a extensão em que os *blogs* amadores estão disputando a atenção do

⁴⁴ Disponível em: <<https://store3.adobe.com/cfusion/store/html/index.cfm?store=OLS-BR&event=displayProduct&categoryPath=/Applications/PremierePro&distributionMethod=FULL>>. Acesso em: 19 de junho de 2011.

público com a grande mídia, em que as pequenas bandas estão lançando músicas sem selo de gravadora e em que os colegas consumidores dominam as avaliações *on-line* de produtos e serviços é como se a configuração básica da produção tivesse mudado de "Conquiste o direito de fazê-lo" para "O que o está impedindo de fazer?" [...] A linha tradicional entre produtores e consumidores tornou-se menos nítida. Os consumidores também são produtores. Alguns criam a partir do nada; outros modificam os trabalhos alheios, remixando-os de maneira literal ou figurativa. No mundo dos *blogs*, falamos de "ex-público" — leitores que deixaram de ser consumidores passivos e passaram a atuar como produtores ativos, comentando e reagindo à grande mídia por meio de seus *blogs* (ANDERSON, p. 63-64; 83).

The Pew Internet & American Life Project revelou em suas pesquisas que, em 2005, 57% dos adolescentes americanos entre 12 e 17 anos, totalizando 12 milhões de adolescentes, já criarão conteúdo para a *Internet* tais como

criar um *blog*; criar ou trabalhar em uma página pessoal; Criar ou trabalhar em uma página para a escola, um amigo ou uma organização; compartilhar conteúdo original, como desenhos, fotos, histórias ou vídeos *on-line*; ou remixar conteúdo encontrado *on-line* em uma nova criação (PEW INTERNET, 2005, tradução nossa)⁴⁵.

Em setembro de 2009, um novo estudo foi realizado pelo *Pew Internet* com adolescentes usuários de *Internet* nos Estados Unidos e os seguintes dados foram levantados (ZICKUHR, 2009, tradução nossa):

	% adolescentes usuários da <i>Internet</i> nos EUA
Usam uma rede social como <i>MySpace</i> ou <i>Facebook</i>	73
Acessam a rede à procura de notícias ou informações sobre eventos políticos ou da atualidade	62
Compram coisas na rede, tais como livros, roupas ou música	48
Compartilham alguma coisa na <i>Internet</i> que criaram, tais como desenhos, fotos, histórias ou vídeos	38
Procuram por informações acerca da saúde, dieta ou condicionamento físico	31

45 Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/Reports/2005/Teen-Content-Creators-and-Consumers/1-Summary-of-Findings.aspx>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

Copiam materiais encontrados na <i>Internet</i> como músicas, textos ou imagens e os “remixam” em sua própria criação artística	21
Procuram informação <i>on-line</i> sobre temas referentes a saúde pelo qual é difícil falar a respeito, como uso de drogas, saúde sexual ou depressão	17
Criam ou trabalham em seu próprio jornal ou <i>blog</i> na <i>Internet</i>	14
Usam <i>Twitter</i>	8
Visitam mundos virtuais tais como Gaia, <i>Second Life</i> ou <i>Habbo Hotel</i>	8

A possibilidade de produção de bens intelectuais, como os desenhos, fotos, histórias ou vídeos citados no estudo só foram possíveis devido ao avanço das tecnologias para a sua produção. Sejam os 57% apresentados no primeiro estudo, ou 73%, somando-se os mesmos critérios usados no estudo anterior (produção original, remix e próprio *blog*), os dados evidenciam o potencial produtivo das tecnologias.

Por fim, citamos alguns projetos listados por Anderson em seu texto que apresentam a força da colaboração:

- **SETI@home** / “**Search for Extraterrestrial Intelligence at home**”: projeto que aproveita a capacidade ociosa de processamento dos computadores por meio de proteção de tela especial, distribuindo uma série de ruídos-branco com uma série de voluntários que o analisam para identificar qualquer sinal alienígena;
- **Mars Clickworkers**: projeto que buscou voluntários para a identificação das crateras de Marte. O trabalho demoraria muitos meses ou anos, mas em três meses foi concluído com a identificação de 200 mil crateras;
- **Wikipédia**: projeto de uma enciclopédia *on-line* produzido pela “sabedoria coletiva de milhões de especialistas e semiespecialistas amadores, apenas pessoas comuns que se julgam conhecedoras de alguma coisa”. Este projeto será detalhado no decorrer deste capítulo;
- **Lulu.com**: empresa que viabiliza a impressão de livro ou criação de *e-book*, nos mais diversos formatos, por custos muito baixos, além de atribuição do ISBN;
- **OhmyNews**: projeto que agrega um grupo de mais de 40 mil repórteres amadores que produzem cerca de 150 a 200 artigos por dia, que são selecionados por repórteres e editores profissionais.

Quanto à democratização da distribuição, o autor destaca como “negócio” os agregadores. Agregador é costumeiramente entendido como um *software*, seja ele implementando como serviço em um *site* ou não, que reúne informações de diversos tipos de fontes. Podemos usar como exemplo hipotético um *site* que “agrega” notícias de diversos outros *sites* de notícias. Neste *site* hipotético, a cada nova notícia postada no Uol ou no Terra, a informação sobre a notícia ou mesmo a própria notícia é exibida em meu *site*, sincronicamente. Estas fontes são chamadas de *feeds*.

Utilizando o exemplo do Amazon, Anderson explica que a agregação aconteceu a partir dos estoques físicos das empresas a ele associadas pelo programa Marketplace, em que o Amazon agregava e apresentava ao público todos os produtos das empresas a ele associadas, como um grande acervo comum.

Contudo, a estocagem, nos moldes do físico, sempre foi um grande problema, seja pela sua disponibilidade, seja pelo espaço físico necessário para tal. Como acomodar, em um ou mais espaços, toda a produção musical, editorial ou cinematográfica do planeta, inclusive daqueles que são pouco vendidos?

Para solucionar este problema, duas tecnologias foram cruciais: a tecnologia digital e a impressão sob demanda. A tecnologia digital permitiu armazenar, não mais em prateleiras, mas em discos rígidos, toda produção intelectual e artística da humanidade. Com toda essa informação guardada em estrutura praticamente infinita de armazenamento, é possível não só “estocar”, mas distribuir a todo o planeta por meio da *Internet*. Sejam eles estilos musicais populares dos grandes *hits* ou estilos de pequenos grupos, podemos ser apresentados sem a preocupação, a princípio, com a sua “vendabilidade”, em se sabendo que sempre há público para os dois estilos.

A impressão sob demanda é apontada pelo autor como uma outra solução para o problema do estoque. A cultura do impresso ainda é bem viva em nossa sociedade e paulatinamente vai ser substituída pela digital, com a popularização dos *tablets*. Até lá, essa forma de impressão permite que a editora realize as impressões de livros, por exemplo, a partir da especificação realizada pelo comprador e não guarde em seu acervo livros que não circulam, ocupando um espaço desnecessário. Acrescentemos que a tecnologia com a impressão sob demanda é uma solução que coaduna com a preocupação permanente com a sustentabilidade, evitando a produção e o consumo de papel.

Em suma, a democratização da distribuição foi viável devido ao avanço da tecnologia

digital e da *Internet*. Com elas, além de qualquer pessoa ser capaz de produzir seus bens intelectuais, também é capaz de distribuí-los, seja por conta própria, por meio de um *site* pessoal, *blog*, wiki, redes sociais, *microblogging* (ex: *twitter*) etc., seja por meio de *sites* agregadores, repositórios digitais ou lojas.

Por fim, quanto à ligação da oferta e da demanda, Anderson define como “negócio”, os filtros. Na vastidão de conteúdos distribuídos pela rede, os filtros, e as recomendações, que funcionam como filtros, são os melhores guias para se chegar àquilo que se procura. Resume Anderson:

A propaganda boca a boca amplificada é a manifestação da terceira força da Cauda Longa: explorar o sentimento dos consumidores para ligar oferta e demanda. A primeira força, democratização da produção, povoa a Cauda. A segunda força, democratização da distribuição, disponibiliza todas as ofertas. Mas isso não é suficiente. Só quando essa terceira força, que ajuda as pessoas a encontrar o que querem nessa nova superabundância de variedades, entra em ação é que o potencial do mercado da Cauda Longa é de fato liberado (ANDERSON, 2006, p. 107).

A propaganda boca a boca, aconteça ela de modo presencial, ou de modo virtual, ainda é o melhor dos filtros, as recomendações. Essa prática, inclusive, não é nova. Se Paulo Freire, enquanto vivo, recomendasse qualquer autor nos campos da Educação, certamente todos os holofotes dos “ouvintes” estariam voltados para este autor, porque O Paulo Freire o recomendou.

Com as redes sociais (*Facebook*) e *microblogging* (*Twitter*), esse sistema de recomendação foi ampliado para uma escala planetária. Aquilo que antes se restringia ao contato via palestra ou de um livro impresso, pode ser acessado em tempo real, por qualquer pessoa, em qualquer lugar. É muito comum, por exemplo, a recomendação de artigos, livros ou eventos via *twitter*. A depender de quem fez a indicação, este será imediatamente acessado e “retuitado”, graças à relevância social, política e acadêmica de quem fez a indicação.

Anderson (2006, p. 78-80) apresenta outras formas de filtragens por *softwares* especializados na recomendação dos usuários. Os ouvintes, leitores ou telespectadores avaliam, pontuando por estrelas, dando notas ou mesmo comentando textualmente para os demais o quanto gostaram ou desgostaram daquela música, filme ou livro. Os internautas

consultam as recomendações, podem optar se acessam ou compram determinado conteúdo disponível. O autor organiza os filtros em duas categorias: os pré-filtros e os pós-filtros.

Pré-filtros	Pós-filtros
Editores	<i>Blogs</i>
Caçadores de talentos de gravadoras	Listas de músicas
Executivos de estúdios	Resenhas
Compradores de lojas de departamentos	Clientes
Profissionais de <i>marketing</i>	Recomendações
Anunciantes	Consumidores

Concluindo o seu livro, Chris Anderson define dois imperativos: “disponibilizar tudo”, mas, problematiza o autor, que enfrenta a limitação dos direitos autorais; e o segundo, “ajudar-me a encontrá-lo”, e ainda nove regras, como o “segredo para criar um próspero de Cauda Longa”. Apesar de extensas, as nove regras sintetizam bem o seu pensamento (ANDERSON, 2006, p. 217-224):

- **Regra 1 - Movimento os estoques para dentro... ou para fora:** “Para oferecer ainda mais variedade, empresas como *Amazon* desenvolveram 'estoques virtuais', formados por produtos armazenados nos depósitos dos parceiros, mas exibidos e vendidos em seu próprio *site*. Hoje, o programa *Marketplace* da *Amazon* agrega esses estoques descentralizados, compostos de produtos mantidos nas margens mais remotas da rede, por milhares de pequenos comerciantes. Custo para a *Amazon*: zero. O estoque digital — lembre-se da *iTunes* — é o mais barato de todos”.
- **Regra 2 - Deixe os clientes fazerem o trabalho:** “A produção colaborativa ou *peer production* possibilitou empreendimentos como *eBay*, *Wikipedia*, *Craigslist* e *MySpace* e forneceu à Netflix centenas de milhares de resenhas de filmes. Ao mesmo tempo, o autosserviço criou condições para que o *Google* vendesse propaganda por centavos o clique e que a *Skype* arregimentasse 60 milhões de usuários em dois anos e meio. Ambos os casos são exemplos em que os usuários fazem de graça, de bom grado, o que a empresa faria ao custo da contratação de novos empregados. Não é 'outsourcing' (transferência de serviços para terceiros, ou terceirização) é 'crowd-sourcing' (transferência de serviços para multidões)”.
- **Regra 3 - Um método de distribuição não é adequado a todas as situações:**

“Alguns clientes querem ir às lojas. Outros preferem comprar *on-line*. Ainda outros gostam de fazer pesquisas *on-line*, e depois comprar nas lojas. E também há os que percorrem as lojas e depois compram *on-line*. Uns são apressados, outros podem esperar. Alguns estão perto das lojas. Outros estão espalhados em grandes áreas. A demanda de alguns produtos é concentrada; a de outros é dispersa. Quando se concentra a distribuição em apenas um grupo de clientes, corre-se o risco de perder os outros”.

- **Regra 4 - Um produto não atende a todas as necessidades:** “Era uma vez uma época em que só havia uma maneira de comprar música: os CDs completos (os *singles* vendiam tão pouco que muitos artistas nem os ofereciam). Agora, pense nas escolhas disponíveis *on-line*: álbum, faixa individual, toque de telefone, amostra grátis de trinta segundos, vídeo de música, remix, amostras de remix de terceiros, por meio de *streaming* ou baixas, tudo em qualquer quantidade de formatos e amostras”.
- **Regra 5 - Um preço não serve para todos:** “Um dos princípios mais bem compreendidos da microeconomia é o poder da precificação elástica. Diferentes pessoas estão dispostas a pagar diferentes preços pelas mais diversas razões, como, por exemplo, o dinheiro ou o tempo disponível. Porém, nos mercados tradicionais, da mesma maneira como geralmente há espaço para apenas uma versão do produto, também há espaço para apenas um preço, ou pelo menos um preço de cada vez. Entretanto, nos mercados com espaço para ampla variedade de produtos, a precificação variável pode ser técnica poderosa para maximizar o valor dos produtos e o tamanho dos mercados”.
- **Regra 6 - Compartilhe informações:** “A diferença entre o autoritarismo massacrante de uma prateleira apinhada de produtos semelhantes e a liberdade esclarecida da 'classificação por volume de vendas' é informação. Num caso, a loja sabe o que vende mais, porém não fornece nenhuma indicação aos clientes. No outro, ela orienta os clientes. O mesmo se aplica à "classificação por preço", "classificação por avaliação" e "classificação por fabricante". Todos esses dados já existem; a questão é como melhor compartilhá-los com os clientes. Mais informações é melhor, mas somente quando são apresentadas de maneira a ordenar a escolha, em vez de confundi-la ainda mais”.
- **Regra 7 - Pense "e", não "ou":** “Um dos sintomas da mentalidade de escassez é presumir que os mercados são de soma zero. Em outras palavras, o erro de pressupor

que tudo é uma escolha e/ou. Venda esta ou aquela cor. Nas prateleiras ou nos canais de *broadcast*, isso é muito natural. Realmente há lugar para apenas um produto no mesmo espaço vazio. Mas, nos mercados com capacidade infinita, a estratégia certa é quase sempre oferecer tudo”.

- **Regra 8 - Ao fazer o seu trabalho, confie no mercado:** “Nos mercados escassos, é preciso adivinhar o que venderá. Nos mercados abundantes, basta lançar tudo e ver o que acontece, deixando a seleção por conta do mercado. A diferença entre "pré-filtragem" e "pós-filtragem" é a mesma que entre previsão versus mensuração, e esta última sempre é mais exata. Os mercados *on-line* não são nada mais que indicadores altamente eficientes da sabedoria das multidões. Por serem ricos em informação, é relativamente fácil comparar mercadorias e difundir opiniões”.
- **Regra 9 - Compreenda o poder da gratuidade:** “A gratuidade não tem boa reputação, evocando pirataria e outras formas de dissipação do poder. Porém, uma das características mais poderosas dos mercados digitais é tornarem a gratuidade acessível. Como seus custos são quase zero, seus preços também podem ser quase inexistentes. Um dos modelos de negócios mais comuns na *Internet*, do *Skype* ao *Yahoo! Mail*, é atrair muitos usuários por meio de serviços gratuitos e convencer alguns a subir de nível para categorias "premium" por assinatura, de modo a garantir níveis mais altos de qualidade e de atributos. Como os serviços digitais são muito baratos, os clientes gratuitos custam tão pouco que a empresa obtém lucro ainda que apenas uma fração minúscula dos usuários opte pelas modalidades remuneradas”.

2.2 A Produção colaborativa, social e o *Commons*

Apesar do avanço das tecnologias da informação e da comunicação, a nossa instrumentalização para a produção, e a *Internet* ter nos munido dos meios necessários para a sua distribuição e localização, são a principal riqueza que esses tempos nos trouxeram. Trata-se da possibilidade de rompermos com as distâncias e nos humanizarmos na relação com outros seres em processo de humanização. Falamos em produção social, na força das multidões, em inteligência coletiva, em fóruns sociais mundiais, na produção colaborativa, e mesmo de militância, em movimentos sociais planetários.

A grande rede potencializou as redes existentes e viabilizou a criação de muitas outras. Pessoas de todas as partes do mundo reúnem-se para lutar contra fome e a miséria, para encontrar a cura da Aids, para apoiar os desabrigados dos terremotos e tsunamis, para destronar regimes autoritários e mesmo para libertar o conhecimento, e a própria vida, das amarras da mercantilização.

Martins e Dimantas (2011) em seu artigo “Multidões inteligentes e transformação do mundo”, discutem que as redes nunca foram novidades. Sempre viemos em redes de amigos, famílias, por *hobbies*. A *Internet* amplificou a possibilidade da criação de novas redes, agora planetárias. A produção colaborativa vem sendo materializada de diversas formas, e o texto destaca a força do movimento do *software* livre e da Wikipédia. Quanto ao *software* livre, escrevi em minha dissertação de mestrado:

Devido ao acesso ao código fonte, com a possibilidade de alterar, melhorar ou adaptar programas são formadas verdadeiras comunidades em torno de determinados *softwares*, comunidades de colaboração e solidariedade. Poderíamos dizer que o *software* livre criou e gerou uma grande comunidade que abarca diversas pequenas comunidades, nichos colaborativos que são os diversos projetos de desenvolvimento. Ao redor desses programas existem desenvolvedores e usuários do mundo inteiro que ajudam a desenvolver, aperfeiçoar, apontar problemas ou erros (*bugs*), propor as correções, traduzir materiais, criar uma documentação apropriada, desenvolver páginas *web*, entre outras coisas (ALENCAR, 2007, p. 66).

Os autores continuam apresentando o livro de Howard Rheingold chamado “Smart Mobs” onde afirma que

o potencial transformador mais profundo de conectar as inclinações humano-sociais à eficiência de tecnologias da informação é a possibilidade de fazer coisas novas juntamente, o potencial para cooperar numa escala e de maneiras nunca antes possíveis. E mais: multidões inteligentes (*smart mobs*) emergem quando a comunicação e as tecnologias da computação amplificam o talento humano para cooperação (MARTINS; DIMANTAS, 2011).

No artigo *Open Social*, os mesmos autores retomam algumas questões do artigo anterior e problematizam o sentido da colaboração. A “colaboração é um modo de produção. Diferentemente das ideias tradicionais, a colaboração tem vida própria. Nasce num ambiente caótico, como a *Internet*, e emerge num movimento de baixo para cima, alcançando um nível razoável de organização”. E no artigo “Caminhos da revolução digital”, defendem:

A *Internet* torna possível o florescimento de novos movimentos sociais e culturais em rede. Possibilita organizar a sociedade civil em novas formas de gestão e retornar às redes humanas depois de um longo período de domínio das redes de máquinas e da burocracia. No limite da ruptura dos paradigmas, a colaboração aparece como um potencializador das energias produtivas. A sociedade está se tornando mais aberta e de uma forma ampla, mais colaborativa (MARTINS; DIMANTAS, 2011).

Yochai Benkler, por sua vez, fez uma reflexão importante acerca do que ele vem chamando de produção social. Seu livro *The Wealth of Networks* é um marco de sua obra.

Para ele, a produção social, colaborativa foi possível por causa das tecnologias da comunicação, em especial pela *Internet*, e pela redução contínua dos preços de equipamentos nos últimos 60 anos (SIMON; VIEIRA, 2011). Segundo Benkler, a possibilidade concreta de produção social em projetos comuns deu-se por duas razões centrais: a modularidade e a granularidade. Para ele, a modularidade

é uma propriedade que descreve o quanto um projeto pode ser dividido em componentes menores, ou módulos, que podem ser produzidos independentemente antes de serem unidos. Se os módulos são independentes, contribuidores individuais podem escolher o que e quando irão contribuir sem depender de outros contribuidores. Isto aumenta a autonomia dos contribuidores e a flexibilidade com que podem definir a extensão, natureza e tempo de dedicação de sua participação no projeto (BENKLER, 2006, p. 100).

Por sua vez, a “granularidade refere-se ao tamanho dos módulos, em termos de tempo e esforço que um indivíduo deve investir para produzi-los” (BENKLER, 2006, p. 100). Simon e Vieira, referindo-se à integração como o terceiro fator fundante da produção social, “um

projeto pode ser modular e granular; mas se ele não for capaz de integrar cada tarefa executada (cada módulo) em um produto coeso, ele desperdiça os esforços obtidos” (SIMON; VIEIRA, 2011, p. 6)

Na vertente do *Commons*, diversos autores são referenciais, como James Boyle, autor do livro *The Public Domain: Enclosing the Commons of the Mind* e Lawrence Lessig, um dos fundadores do *Creative Commons* e autor do livro *The future of ideias: the fate of the commons in a connected world*.

Para SIMON e VIEIRA (2011, p. 7), *commons* são

conjuntos de recursos utilizados em comum por uma determinada comunidade. Todos os membros dessa comunidade podem utilizá-los, de forma transparente, sem necessidade de permissões de acesso. Historicamente (e em especial na Europa), os *commons* típicos eram as áreas de pasto, florestas, faixas litorâneas e outros recursos naturais utilizados cooperativamente, sem que um indivíduo fosse o único proprietário dos mesmos. São *commons* também os recursos ambientais compartilhados, tais como ar e a água, e alguns bens essenciais para a vida nas cidades: ruas, parques, pontes etc. [...] Os *commons* materiais são chamados de extinguíveis, competitivos ou rivais: no sentido de que o meu uso de um recurso rivaliza com o seu.

Inge Kaul, em seu texto, “A hora dos bens públicos globais”, na esteira do exposto por Simon e Vieira, apresenta o conceito de bens públicos globais que “são aqueles que se encontram fora dos Estados, ou em suas fronteiras [...] Por exemplo, o espaço e os oceanos, que existiam antes de toda atividade humana, são regidos por regulamentações internacionais (KAUL, 2011).

Kaul discute também que, a partir do processo de globalização, a necessidade de se pensar bens públicos globais tornou-se mais premente. O global afeta o local e o local o global, as ações não são mais isoladas. Elas repercutem planetariamente. Afirma:

Em um sentido, estes bens públicos globais, que se supunha estarem "fora" dos limites nacionais, tornaram-se problemas de política nacional. Por outro lado, bens públicos tradicionalmente considerados como nacionais (a saúde, a gestão de conhecimentos, a eficácia do mercado, a estabilidade financeira,

ou mesmo a lei, a ordem, os direitos humanos ou a justiça econômica), ultrapassam o domínio da soberania nacional [...] Inicialmente, a maior abertura de fronteiras de todos os tempos facilitou a extensão de "males globais": *dumping* social, desvalorização competitiva, e até mesmo comportamentos de risco (o consumo de tabaco, por exemplo). Em segundo lugar, a globalização veicula um risco sistêmico global: volatilidade inerente aos mercados financeiros internacionais, mudança climática planetária, explosões políticas provocadas pelo crescimento das desigualdades (KAUL, 2011).

Voltando à reflexão de Simon e Vieira, tanto James Boyle quanto Lawrence Lessig percebem que, apesar dos bens comuns materiais, sejam eles naturais ou biológicos, estarem sob permanente efeito da privatização, do novo “cercamento”, o *commons* intelectual também está sendo ameaçado.

A ação de “cercamento” sobre os bens materiais sempre foi uma permanente na história da humanidade. Guerras e mais guerras se repetiram, desde a Antiguidade, pela insana busca de terra, ouro e poder. O ataque ao *commons* material sempre foi uma constante.

Contudo, o cercamento do *commons* intelectual, *commons* este que sempre existiu, foi em certa medida alarmante. Alarmante porque a humanidade não estava mais interessada em “cercar” somente as terras, os mares, agora queria “cercar” o pensamento, as ideias, o que é inconcebível devido à não rivalidade do conhecimento ou escassez do conhecimento. Nesse contexto, se compartilho parte da minha terra com outrem, fico SEM a parte que doeio ao mesmo. Contudo, se compartilho uma ideia, não a perco, ambos ficaremos com as ideias.

Nessa perspectiva, a “propriedade” intelectual atua na direção inversa à do *commons*. Enquanto, pela lógica do *commons*, mais bens se tornam públicos, na lógica da “propriedade” intelectual mais bens se tornam privados ou “cercados”.

Todo bem que passa a ser protegido pela propriedade intelectual deixa de integrar com liberdade o *commons* intelectual. Logo, para uma defesa coerente da propriedade intelectual, não bastaria afirmar que ela pode trazer vantagens à sociedade. Seria necessário, antes disso, admitir que ela traz desvantagens (SIMON; VIEIRA, 2011, p. 12).

2.3 O *Software* Livre e a Administração Pública

A administração pública pode ser frutuosamente beneficiada pelo uso de tecnologias em suas práticas cotidianas. Partindo dos princípios constitucionais da própria administração pública, definidos pela Constituição Federal no artigo 37 – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência –, trataremos de apresentar subsídios teórico-práticos para o uso da tecnologia nas municipalidades.

Fundamentando o princípio da legalidade, a Constituição, no inciso II do art. 5º, declara: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

A legislação internacional e brasileira, por meio dos processos de digitalização, do advento da informática e *Internet*, tornaram-se facilmente acessáveis. A dificuldade que poderíamos ter para localizar uma lei específica, ou mesmo sua emenda, foi dissipada com as possibilidades da *world wide web* (www), que nos garante, de modo visual e fácil, localizar, não somente as legislações, mas também palavras ou parágrafos nesses textos.

Na construção deste texto, por exemplo, localizei, com facilidade, a versão digital da Constituição Federal e as palavras e trechos que me interessavam, graças à existência da *Internet* e dos processos citados. A administração pública, além de poder acessar toda a legislação disponibilizada na rede pelas três esferas de governo – municipal, estadual e federal –, pode, por meio do processo de digitalização, disponibilizar (em relação direta com o princípio da publicidade) suas legislações na *Internet*, oferecendo a todos os cidadãos e cidadãs o acesso à informação. Essas leis podem ser projetadas e/ou impressas qualificando as práticas educativas, por exemplo, como aquelas de professores das redes públicas quando venham a discuti-las ou nas universidades, nos cursos de Direito e afins. Esta é uma atividade importante na constituição de “e-governo” ou governo eletrônico.

O princípio da impessoalidade é definido por Seresuela (2010) como

[...] aquele que determina que os atos realizados pela Administração Pública, ou por ela delegados, devam ser sempre imputados ao ente ou órgão em nome do qual se realiza, e ainda destinados genericamente à coletividade, sem consideração, para fins de privilegiamento ou da imposição de situações restritivas, das características pessoais daqueles a quem porventura se

dirija⁴⁶.

A garantia do anonimato na *Internet*, que está sob intensa discussão e sendo levado a cabo pelo Marco Civil da *Internet*, é uma das “ferramentas” para a viabilização do princípio da impessoalidade. Garantir acesso não identificado às informações das administrações públicas é uma forma de sua realização. A informação, por ser pública, deve ser acessível a qualquer cidadão e, por meio da *Internet*, pode sê-lo em qualquer tempo e espaço. Viabilizar o acesso virtual aos conteúdos da instância governamental possibilita minimizar quaisquer problemas que a “pessoalidade” poderia trazer ao atendimento aos cidadãos.

Não queremos, com isso, encobrir preconceitos ou desrespeitos, mas aproveitar-nos das tecnologias para criar outros espaços de interlocução, ao mesmo tempo que nos educamos para o respeito e a tolerância, qualificando o atendimento presencial. O cuidado com a linguagem e com o atendimento, seja no presencial ou virtual, não são auto-excluíveis e devem ser cuidados.

Quanto ao princípio da moralidade, Cardozo (1999, p. 158) define:

Entende-se por princípio da moralidade, a nosso ver, aquele que determina que os atos da Administração Pública devam estar inteiramente conformados aos padrões éticos dominantes na sociedade para a gestão dos bens e interesses públicos, sob pena de invalidade jurídica⁴⁷.

Quando nos debruçamos sobre o tripé moralidade, administração pública e tecnologia, chegamos à conclusão de que o *software* livre é uma das sínteses possíveis por quatro razões⁴⁸:

1. O *software* proprietário não nos permite estudar ou alterar o *software*. O direito a conhecer os *softwares* e como estes funcionam em cada município é um direito do cidadão. Além disso, é direito do gestor público alterar o *software*, como bem o quiser,

46 SERESUELA, Nívea Carolina de Holanda. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3489/principios-constitucionais-da-administracao-publica>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

47 CARDOZO, José Eduardo Martins. Princípios constitucionais da administração pública (de acordo com a Emenda Constitucional n. 19/98). In: MORAES, Alexandre de (coord.). **Os 10 anos da Constituição Federal**: temas diversos. São Paulo: Atlas, 1999, p. 149-183.

48 Mais informações: OLIVA, Alexandre. **Da preferência constitucional pelo Software Livre**. Disponível em: <<http://www.fsfla.org/svnwiki/texto/pref-const-br-swl.pt.html>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

para qualificar o serviço público. Inviabilizar o estudo ou alteração do *software* não é ético.

2. O *software* proprietário gera uma cadeia de aprisionamento entre uma empresa desenvolvedora e a administração pública, graças ao monopólio desta empresa sobre o *software*, deixando o gestor sem alternativas no mercado para suporte, a não ser a própria empresa, “dona do *software*”, que vendeu a licença de uso. Esta prática não é ética.
3. O *software* proprietário, além de não permitir a alteração, não permite à administração pública compartilhar as alterações ou correções de problemas que tenham custeado. Nem mesmo com outras administrações públicas. Bloquear o compartilhamento do resultado de investimento público não é ético.
4. O *software* proprietário, usualmente, é pago (a licença de uso). Quando não é cobrada a licença, o *software* faz parte “de um pacote”, por exemplo, uma manutenção mensal “daquela” empresa, em caráter de exclusividade. O *software* livre, ao contrário, nos permite, a custo zero no que se refere a licenças de uso, não ter limitada a quantidade de vezes que venha a instalá-lo, bem como utilizá-lo para quaisquer finalidades que necessitar. Essas licenças pagas, em especial aquelas de sistemas operacionais ou pacotes de escritórios proprietários, são revertidos a empresas estrangeiras em forma de *royalties*, ferindo a soberania nacional e a possibilidade de investimento público em cooperativas e empresas brasileiras. Esta prática não é ética.

O princípio da publicidade é definido por Cardozo (1999, p. 159) como sendo aquele que “exige, nas formas admitidas em Direito, e dentro dos limites constitucionalmente estabelecidos, a obrigatória divulgação dos atos da Administração Pública, com o objetivo de permitir seu conhecimento e controle pelos órgãos estatais competentes e por toda a sociedade”.

As TICs são ferramentas eficazes de publicização e, sem sombra de dúvidas, a *Internet* é a principal aliada neste processo. Temos uma ampla variedade de gerenciadores de conteúdos em *software* livre (Joomla, Drupal, Wordpress etc.) que permitem a criação de *sites* sem qualquer tipo de conhecimento técnico específico, como o de programação. Esses *sites* podem disponibilizar desde notícias da gestão à disponibilização da prestação de contas públicas como faz o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (<http://www.tce.ce.gov.br>).

Além de atender fins jornalísticos, estes *sites* podem servir de canal de avaliação das ações correntes, criar espaços efetivos de participação da população na gestão pública por meio de orçamentos participativos ou, ainda, garantir canais para críticas, sugestões e denúncias.

Destaco que a publicação do “a fazer”, do “em curso” e do “feito”, deve ser uma preocupação constante destas administrações. Diversas gestões municipais dão início às suas atividades ignorando todo o acúmulo das gestões anteriores ou de outras gestões. Aquelas que procuram fazer esse resgate, contudo, têm dificuldade em localizar a informação. Nos casos em que é encontrada em alguma medida é insuficiente. Temos aqui um problema de registro, de sistematização e compartilhamento da informação, da memória das gestões públicas. O município não registra as suas ações, portanto, não tem elementos para socializar.

Tecnologias de fácil acesso e de baixo custo, como câmeras digitais, filmadoras e computadores, podem apoiar estas administrações na realização de registro de projetos das diversas secretarias. Estes registros vão sendo sistematizados em relatórios de campo ou de trabalho, sendo a estes anexados os registros audiovisuais e, por fim, podem ser disponibilizados na íntegra nos *sites* dos próprios municípios com licenças de uso abertas e flexíveis tais como a *Creative Commons*.

Nas administrações públicas considera-se a criação de um espaço público digital que, gerido pela sociedade civil, armazenaria todos estes registros, uma espécie de grande repositório público de iniciativas e projetos das administrações públicas, evitando quaisquer perdas de dados na passagem entre diferentes gestões públicas.

Por fim, o princípio da eficiência é definido por Seresuela (2010) como aquele que “orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo”.

Junto ao princípio da publicação, o da eficiência (e da economicidade) pode ser efetivado em diversos campos da administração pública com o apoio da tecnologia. Entre estes campos, podemos mencionar:

- **Software livre/público:** o uso prioritário de *softwares* livres nas administrações garante grande economia de recursos públicos investidos em licenças de uso e que se reverterem em *royalties* a empresas estrangeiras. A licença de uso do *software MS Windows 7 Professional* tem custado, na média, de R\$ 600,00 a R\$ 700,00⁴⁹ e o *MS*

49 Disponível em: <<http://preco2.buscape.com.br/procura?id=9365&kw=windows+7+professional>>. Acesso em: 22 de agosto de 2010.

Office 2010 (com *Access* e *Publisher*) na faixa de R\$ 1.300,00⁵⁰. Em uma rápida conta para 1.000 computadores de uma secretaria de estado, por exemplo, chegamos a um gasto de R\$ 1.900.000,00 pagos na aquisição de licenças de *software*. Todo este valor pode ser economizado por meio da implantação de sistemas operacionais como o Debian e Ubuntu e pacotes de escritório livres como o LibreOffice.org. O investimento de R\$ 180.000,00 do valor citado seria capaz de sustentar uma equipe de 10 profissionais de suporte (*helpdesk*) no valor de R\$ 1.500,00 pelo período de um ano que garantiriam o bom funcionamento do parque tecnológico e a formação dos novos “migrantes” advindos do *software* proprietário, isto é, este valor não iria mais ao exterior, mas seria revertido em contratação ou qualificação técnica dos quadros internos e em adequações nos *softwares* que venham a ser necessárias durante o processo. Estas melhorias seriam devolvidas à comunidade como responsabilidade do ator público no processo colaborativo de desenvolvimento destes *softwares*.

- **Digitalização/virtualização:** o processo de digitalização/virtualização dos processos administrativos garantem economia em papel (impressão/cópia) para as entidades públicas, contribuindo com a sustentabilidade do planeta. Boa parte daquilo para o qual a prova material era imprescindível. Hoje, com as ferramentas de certificação, assinaturas e a criptografia digital, é possível atestar a sua veracidade. Essas ferramentas oferecem a segurança contra fraudes ou quaisquer outros crimes que deixavam os técnicos receosos de sua implementação.
- **Governo eletrônico:** com a digitalização e virtualização dos processos, gera-se uma economia de tempo e de trabalho, porque parte daquilo a que se deveria recorrer pessoalmente a cartórios, correios, bancos, agências, escolas, prefeituras, receita e polícia federal, pode ser realizado com alguns cliques de *mouse* via *Internet*. Formulários podem ser preenchidos pela rede; as taxas, pagas em bancos *on-line*; a documentação recebida via correio ou retirada rapidamente de modo presencial. O ganho qualitativo de iniciativas como estas é imenso tanto para a gestão pública quanto para a população.
- **Tecnologias sociais/conhecimento livre:** efetivar o princípio da publicidade nos garante a eficiência. Se um município desenvolve um livro didático, como é o caso do

⁵⁰ Disponível em: <<http://compare.buscape.com.br/procura?id=6480&kw=office+2007+professional>>. Acesso em: 22 de agosto de 2010.

Projeto Folhas⁵¹ da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, e o compartilha na rede com licenças flexíveis que possam permitir o uso sem fins lucrativos, atribuindo a autoria e permitindo ou não a sua alteração para novas versões, apoiará outras administrações que tenham a mesma iniciativa seja partindo do material já pronto adequando-o à realidade local, aproveitando a metodologia utilizada. De um modo ou de outro, teremos “economizado” tempo de trabalho, evitando “a reinvenção da roda”. Iniciativas de democratização da “criação pública” estão se tornando cada vez mais comuns e transparentes pela rede. Destaque-se a iniciativa do *Software Público* que tem buscado, junto aos entes públicos, a socialização de *softwares*, desenvolvidos com recursos públicos, para com outras administrações. Esta iniciativa evita, por exemplo, que uma prefeitura do interior da Bahia custeie um novo *software* para gestão escolar quando este já foi desenvolvido pela prefeitura de Itajaí e disponibilizado no Portal⁵².

Destaquemos, por fim, as iniciativas do 4CMBR, o 5CQualiBr e o CDTC. O 4CMBR é uma plataforma colaborativa para os municípios brasileiros que tem como objetivo “o desenvolvimento da informatização no setor público municipal, estimulando uma nova tendência de oferta de *softwares* de gestão para prefeituras, incluindo informações importantes para a administração”⁵³. O 5CQualiBr é um “ecossistema digital que trabalha para evoluir a qualidade do *Software Público Brasileiro* e o conhecimento em TI no país”⁵⁴ e o Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) oferece cursos a distância na área técnica gratuitamente para servidores públicos e ao público em geral.

O uso de *softwares* livres assegura a efetivação dos cinco princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no contexto de um Município Livre, Sustentável e que Educa.

2.4 A Educação a Distância

A Educação a Distância, conhecida EaD, tem estado em destaque nesses últimos anos no cenário educacional, entre outras coisas devido à corrida por qualificação, por formação

51 Disponível em: <http://www8.pr.gov.br/portals/portal/projetofolhas/fl_quem.php>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

52 Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

53 Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br/4cmbr/xowiki/Sobre>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

54 Disponível em: <<http://www.neodream.com.br/5cqualibr/flash>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

em nível superior e de pós-graduação, e também pela atenção que diversos empresários - que continuam a fazer da educação um grande comércio - têm dado a ela para a ampliação de seus lucros.

A EaD tem adquirido nos diversos âmbitos e práticas educativas vários formatos e consecutivamente diversos nomes. Entre eles estão: ensino a distância, aprendizagem a distância, educação *on-line*, *e-learning*, ensino virtual, educação não presencial, educação multimídia, entre outros. Palavras que trazem similaridades e diferenças: a semântica por vezes é contrária.

Semanticamente poderíamos dizer que “Ensino a Distância” compreenderia a “Aprendizagem a Distância” como um processo unilateral somente de ida ou só de volta. Nessa concepção, somente se ensina ou se aprende a distância, como processos dissociados e independentes entre si. Posso, desse modo, só ensinar ou somente aprender sem estabelecer nenhuma relação entre eles.

Por “Educação *on-line*, virtual ou *e-learning*”, pode-se entender o processo educacional que acontece na maior parte na *Internet*, ou melhor, no espaço intitulado *web*, e às vezes na *intranet*. Pressupõe-se que o ensino e aprendizagem ocorram em um espaço virtual, que inexiste materialmente, mas possibilita que seres humanos aprendam e ensinam. Seria um evento entre pessoas que existindo na materialidade, interagem com sistemas eletrônicos e com grandes redes de conhecimento, ou chegam até a interagir com outras pessoas para a efetivação do processo educacional. O termo ainda implica uma forma de ensino e aprendizagem que se dá exclusivamente na esfera da virtualidade, da “grande rede”.

A “Educação não presencial” implica em um ato educativo que independe da presença material do ser que aprende e ensina, mas que ocorre mesmo sem sua presença. A “Educação multimídia” trataria, enfim, de um tipo de educação em que as pessoas se utilizassem de meios midiáticos para ensinar e para aprender, como a televisão ou o computador.

A Educação a Distância é um termo que, em minha concepção, é de maior abrangência que todos os anteriores. Mas como falar de uma modalidade de Educação, sem evidenciar de que Educação estamos falando? A Educação, em primeiro lugar, é um ato político, e como tal, intencional. É um ato, uma busca daqueles que se sentem inconclusos. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1977, p. 69) ou ainda

educação é esta relação entre sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível, na qual o educador reconstrói, permanentemente, seu ato de conhecer ela é necessariamente, em consequência, um quefazer problematizador (FREIRE, 1977, p. 81).

É a partir desta concepção de Educação defendida por Paulo Freire que aprofundaremos nossas reflexões, reconhecendo os desafios postos àqueles que anseiam por uma Educação pública, gratuita e de mais excelente qualidade e que lutam por um mundo mais justo e mais humano.

Por uma EAD como possibilidade de superação de limites

Entre as questões geradoras que nos fazemos, e que Freire insistia, estão: por que surgiu e se pensou em Educação a Distância? Para que EAD? A favor de quê e de quem? Contra quê e contra quem?

a) Por que surgiu e se pensou em Educação a Distância?

A Educação a Distância, como defende Otto Peters (2001), tem um das suas formas mais antigas no modelo de correspondência:

Platão transmitiu seus pensamentos por esse meio, e o apóstolo Paulo escreveu suas epístolas aos romanos a fim de divulgar a doutrina cristã. A correspondência entre os eruditos da Europa era corriqueira há séculos. A comunicação e divulgação de conhecimentos científicos por meio de cartas já estava preestabelecida e se tornara algo natural (PETERS, 2001, p. 48).

Percebemos que, para Peters, a EaD tem uma característica marcante: superar a distância física e, de certo modo, incluir aqueles que não podiam ter acesso aos grandes centros do conhecimento ou a Educação, seja ela religiosa ou não.

Contudo, essa característica foi ampliada, flexibilizada e desvirtuada. A EaD continua hoje a tender para a inclusão, mas não somente no rompimento com os limites geográficos,

mas para maximizar as possibilidades de acesso à Educação. As universidades, por inúmeras razões, sobretudo pelos descasos políticos, não tem mais estrutura física nem educadores suficientes para atender à grande demanda que advém da sociedade contemporânea. Junto com a luta por uma Educação como direito inalienável de todo ser humano, urge a criação de espaços educativos que venham a incluir aqueles que o Estado e os interesses econômicos deixaram à deriva do processo educacional.

b) Mas, então, para que EAD?

EaD para incluir, para maximizar as possibilidades pedagógicas! EaD para atender as especificidades pessoais! Mas por quê? A escola não deveria dar conta disso? Atender as especificidades dos educandos faz parte somente de uma modalidade à distância da Educação ou deveria estar presente em todos os níveis do processo educativo? As nossas salas não deveriam ter menos alunos para que pudéssemos tratá-los como seres únicos e não imersos na massa da **turma** ou das **turmas** para as quais temos que dar aulas? Não deveriam ter tratamento personalizado porque o percurso cognitivo de cada um é diferente como defendem os pensadores construtivistas? Ao contrário do que muitos pensam, a escola não está fadada a desaparecer, está, sim, fadada à transformar-se radicalmente, em seu papel e em sua forma de atuação.

Por outro lado essa não é a única resposta para o “para que EAD”. Para um grande número de pessoas a EaD é uma “mina de ouro”, um campo extremamente lucrativo. Na visão capitalista das práticas empresariais prega-se a capacitação dos funcionários para encarar o mercado competitivo e serem vencedores. Por outro lado, temos o impasse da indisponibilidade do tempo.

Como ser capacitado (usando os termos corporativos) depois de uma jornada de 6, 8 até 10 horas de trabalho? Um problema genial para ser resolvido pelos empresários da Educação. Pensaram: vamos criar cursos em que as pessoas possam fazer a partir de suas casas ou em fins de semana! Assim as pessoas não precisam ser dispensadas de seu trabalho, atendemos a uma grande quantidade de educandos porque não precisamos essencialmente de espaços físicos e ainda os alunos recebem de sobra os certificados e diplomas de que necessitam.

Lembramo-nos daquelas instituições que têm se utilizado de um mesmo professor para

dar aula a duas, três ou quatro turmas diferentes em um mesmo horário usando um sistema de *broadcasting*⁵⁵.

É com base em ideias como essa que surgem empresas, universidades e centros de formação privados que prometem cursos aligeirados, muitos de baixa qualidade para atender a essa demanda com pouca disponibilidade de tempo. Evidentemente, existem outras iniciativas privadas que têm realizado e se proposto a fazer uma educação a distância de qualidade e crítica, e seria até injusto de nossa parte não nos referirmos a isso, mas são uma minoria.

c) Mas a favor de quê e de quem?

A Educação a Distância, como até agora pudemos perceber, não possui um só viés, mas caminha por duas correntes ideológicas: daqueles que querem incluir, promover o acesso a educação em nível médio ou superior com vistas a uma visão mais crítica do mundo e da sociedade para efetivar a sua transformação e temos aqueles que pretendem gerar lucro com a mercantilização da Educação.

Esses dois grupos estão a favor de duas concepções diferentes de mundo e que servem a grupos específicos de pessoas. Podemos dizer que um grupo é a favor de um mundo de conformação, reprodução do “status quo”, em que as pessoas devem se capacitar mais, para “subirem na vida”, para alcançarem melhores posições, melhores salários e com isso comprar e gastar mais e se engajar vorazmente no ciclo vicioso do consumismo, ou ainda cada vez mais consumidores de uma educação “enlatada”, preparada para “atender os gostos e exigências do consumidor”. Os que defendem essa concepção servem às classes mais abastadas, e muitas vezes àqueles que dão grande parte do seu sacrificado salário para “serem alguém na vida”, pagando instituições que muitas vezes cobram absurdos.

Em um outro eixo se encontram aqueles que defendem que a Educação deve levar à emancipação dos indivíduos, à sua humanização, servir a ética e aos interesses dos seres humanos em uma perspectiva democrática. Deve contemplar a solidariedade e a fraternidade, questionar o “óbvio” e o já dado, servir a “dignificação”, autorrealização, enfim, a felicidade do ser humano. Esse grupo serve a todos sem distinção, mas sem abdicar de suas concepções

⁵⁵ Sistema de difusão de sinais em que é transmitido o mesmo conteúdo para todos os receptores. Numa transmissão de TV, por exemplo, todas as pessoas sintonizadas no mesmo canal assistem ao mesmo programa. Em Internet, o termo é usado muitas vezes para designar o envio de uma mensagem para todos os membros de um grupo, em vez da remessa para membros específicos (ver em http://info.abril.uol.com.br/aberto/infofaq/faq_b_4.shl).

educativas. Serve àqueles que sonham e lutam por um mundo mais justo e fraterno e atende a todos aqueles que pretendem se engajar nessa luta.

Não pretendemos apresentar uma visão idealista da Educação ou até da EaD, mas uma concepção que está pautada no concreto, na prática de inúmeros educadores espalhados pelo mundo que têm militado pela causa do ser humano, pela vida, pela sua plena vivência.

d) Mas, contra quê e contra quem?

Acredito que uma concepção de EaD que parta dos princípios propostos acerca da Educação, no início deste texto, está contra uma concepção de educação como espaço lucrativo e na defesa da educação como um bem universal, em seu acesso e qualidade. Está também contra uma visão utilitarista do conhecimento e da tecnologia, um conhecimento que serve simplesmente para atender a caprichos individuais, e não é usado a serviço do ser humano, na ampliação da sua qualidade de vida e da qualidade de vida do planeta, da biosfera.

Está contra um grupo de pessoas que defende que “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, contra os mercenários da Educação, contra aqueles que ignoram os pobres, os injustiçados, que fazem “vista grossa” às calamidades e aos descabimentos de diversos políticos ou simplesmente maquiagem os gritos do planeta.

Por uma EaD a partir do contexto

Refletir sobre EaD numa perspectiva freiriana é uma tarefa difícil. Mais difícil ainda é praticá-la. Um elemento defendido por Freire e que não pode de modo algum ser negligenciado neste momento é a questão do estudo do contexto, “a leitura do mundo”, posteriormente chamada pelos estudos recentes de etnografia.

Os cursos de educação a distância têm se dado conta e se preocupado com essa questão? A experiência dos alunos e o seu contexto têm sido trazida para o dia a dia do curso? Os alunos têm discutido seu contexto, sua realidade local junto com os conteúdos nos quais têm se debruçado? Sua realidade tem sido adaptada em conteúdo?

O contexto na conjuntura educacional atual tem adquirido um espaço muito privilegiado. Fala-se em aproveitar a experiência dos alunos, usar exemplos do seu cotidiano,

termos de seu grupo social, entre outras coisas. Mas como é possível fazer isso se desconhecemos o contexto em que eles estão inseridos? Muitas vezes o professor não mora na mesma região em que dá sua aula. Isso aumenta ainda mais a distância que ele tem do “mundo” dos seus alunos. Freire mostrou em diversos momentos como os próprios alunos não conhecem seu contexto, muitos diziam “eu não sabia que A era assim”, “eu não sabia que no meu bairro acontecia B”, e é a partir dessa admiração que os alfabetizandos podiam se afastar do objeto e mirá-lo a distância, refletir, questionar sobre ele e, em seguida, transformá-lo.

Entre as inúmeras recordações que guardo da prática dos debates nos Círculos de Cultura de São Tomé, gostaria de referir-me agora a uma que me toca de modo especial. Visitávamos um Círculo numa pequena comunidade pesqueira chamada Monte Mário. Tinha-se como geradora a palavra bonito, nome de um peixe, e como codificação um desenho expressivo do povoado, com sua vegetação, as suas casas típicas, com barcos de pesca ao mar e um pescador com um bonito à mão. O grupo de alfabetizandos olhava em silêncio a codificação. Em certo momento, quatro entre eles se levantaram, como se tivessem combinado, e se dirigiram até a parede em que estava fixada a codificação (o desenho do povoado). Observaram a codificação de perto, atentamente. Depois, dirigiram-se à janela da sala onde estávamos. Olharam o mundo lá fora. Entreolharam-se, olhos vivos, quase surpresos, e, olhando mais uma vez a codificação, disseram: “É Monte Mário. Monte Mário é assim e não sabíamos”. Através da codificação, aqueles quatro participantes do Círculo “tornavam distância” do seu mundo e o reconheciam. Em certo sentido, era como se estivessem “emergindo” do seu mundo, “saindo” dele, para melhor conhecê-lo. No Círculo de Cultura, naquela tarde, estavam tendo uma experiência diferente: “rompiam” a sua “intimidade” estreita com Monte Mário e punham-se diante do pequeno mundo da sua quotidianidade como sujeitos observadores (FREIRE, 1982, p. 43-44).

Nessa perspectiva, as instituições locais, como as universidades públicas e as ONGs, deveriam encabeçar esse processo e atender, na medida das suas possibilidades – o governo tem um papel fundamental nisso – as demandas de sua região. Se já existem grandes disparidades culturais e linguísticas dentro de um Estado, imagine entre um Estado e outro.

O governo, que tem por dever constitucional oferecer formação superior e atender as demandas da população, deve, sim, investir nas universidades públicas para que elas tomem a frente nesse processo que tem sido dominado maciçamente por instituições privadas. E que cada universidade atenda as demandas de sua localidade, incorporando sempre o contexto, a experiência dos seus alunos e as especificidades locais.

Por uma EAD como produção local

Um outro elemento da proposta pedagógica de Paulo Freire encontra-se na produção cooperativa. Afirma Freire (1968) “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (p. 68).

O educador sempre foi contrário a propostas educativas que se baseassem em esquemas verticais e não no diálogo. É o que normalmente acontece na escola e até na universidade; nunca somos questionados sobre o que queremos aprender, sobre como queremos aprender, sobre como consideramos ser avaliados com mais justiça, e sobre tudo o mais que envolve o curso. E ainda mais, não temos a possibilidade de produzir o curso, montá-lo junto com o professor.

Não estou defendendo aqui o espontaneísmo ou o descompromisso com o planejamento das aulas, mas a flexibilidade e não o depósito de pacotes prontos e fechados com senhas da mais alta “criptografiação”. Todo processo educativo deve ser dialógico e democrático, o que normalmente também não acontece nos cursos em EaD ou na graduação, em que muitas vezes temos uma grade curricular em que somos obrigados a cursar disciplinas naquela ordem e naquele tempo.

O desafio que nos colocamos é: como elaborar cursos a distância, propostas de EaD **com** os alunos e não limitadamente **para** os alunos? Como tornar a EaD democrática e subverter a verticalidade pelo diálogo?

Em primeiro lugar pensamos que para se atuar nesta perspectiva é preciso definir um currículo mínimo do curso ou da disciplina, definir conteúdos que são imprescindíveis, e conteúdos que poderiam ser chamados de optativos ou adendos. Em posse disso, começar o curso por meio do diálogo e da discussão do curso. O professor tem intencionalidade no processo, mas é educando também. E podem surgir perguntas como: nossa disciplina trata de A, B e C, que conteúdos vocês teriam interesse, gostariam de tratar dentro dessa temática?

Como podemos estudá-los? Com aulas expositivas, vídeos, seminários, aula de campo, trabalhos em grupos, leituras, etc? Definidos os conteúdos e os pormenores metodológicos e de prazos, poderíamos refletir juntos quanto a forma de avaliação do curso.

Mas, isso seria possível em EaD? Hoje, devido a legislação vigente, nenhum curso de EAD pode ser totalmente a distância, mas deve constar de uma determinada porcentagem em modo presencial, e é nesse momento que poderiam ser discutidas essas questões, e definidos os conteúdos, o plano de ação do curso e a avaliação, como da mesma forma o poderia ser feito a distância; a distância não é uma limitação para o diálogo.

Uma outra problemática que poderia ser levantada seria da incapacidade dos educandos de discutirem tais assuntos, pensarem metodologias ou avaliação. Primeiramente, não podemos subestimar a capacidade cognitiva dos nossos educandos, especialmente os de graduação e pós-graduação. Em segundo lugar, admitamos que viemos de uma escola opressora, bancária, que quase nunca abriu espaço para o diálogo e para o questionamento, para o trabalho em grupo, para a autoavaliação, entre outros. Assim se nossos educandos não sabem trabalhar democraticamente, cabe aos seus educadores aprofundar na teoria e na prática esses conceitos com eles; é uma tarefa dos educadores.

EAD: um desafio para a inclusão digital e ao *Software Livre*

Grande parte das experiências de Educação a Distância requerem o uso do computador e outras tantas o uso da *Internet*, normalmente com acesso via banda larga. Atualmente, o acesso ao computador é bastante ampliado, seja ele na própria residência, seja nos espaços públicos como os telecentros ou de baixo custo, como as *lan houses*. No início do século, a Athabasca University do Canadá preocupava-se ao informatizar e usar da *web* para os seus cursos, em como oferecer os melhores recursos, os mais interativos que a tecnologia nos possibilita sem excluir uma parcela dos estudantes? (DAVIS, 2001, 12-13).

A emergência de tantos cursos a distância que trazem versões impressas e/ou *on-line* mostram a urgência que temos de um processo/programa de inclusão digital - termo ainda muito questionado, mas é o que usaremos aqui por indefinição de termo mais preciso - que vise não somente atender essas demandas da EaD, mas ser um instrumento de politização e luta.

A inclusão digital tem sido entendida em muitos locais como sendo o simples fato de

“prover *hardware* e *software* sem prestar atenção suficiente aos sistemas humanos e sociais” (WARSCHAUER, 2002, p. 3, tradução nossa), mas defendemos, ancorados em concepções vigentes e no próprio pensamento de Freire, um processo/programa de inclusão digital que, além de instrumentalizar as pessoas para o mercado de trabalho, leva a consciência crítica e a própria conscientização como práxis transformadora. O Comitê para a Democratização da Informática (CDI) na mesma linha de pensamento do educador também tem defendido um tipo de inclusão que não privilegie o uso da máquina, mas sua aplicação social, sob o jargão de inclusão digital para inclusão social, onde a população utiliza a máquina para resolver os problemas da própria comunidade. Podemos ainda citar neste mesmo grupo Ladislau Dowbor que tem defendido o que se chama atualmente de tecnologia social. Uma tecnologia que nas mãos de um grupo ou de associação possa gerar um verdadeiro “efeito borboleta” de crescimento e desenvolvimento local, tanto social, econômico e político.

Essa forma de compreender tal processo/programa tem outras implicações, entre elas aquelas que tratam da filosofia do *software* livre e da produção do conhecimento. Tem sido com frequência pontuada a necessidade de nos tornarmos produtores do conhecimento e não tão somente consumidores de tecnologias ou fomentadores em potencial de monopólios como o da *Microsoft*.

O *software* livre também compactua com uma concepção de tecnologia presente na obra de Freire que trata da necessidade de não sermos programados pelo computador, mas programá-lo, não servirmos aos seus propósitos, mas ele aos nossos. Freire afirma

a posição em que me situo, portanto, é essa: eu não sou contra o computador; o fundamental seria nós podermos programar o computador. É a questão do poder: é saber a serviço de quem ele é programado para nos programar (FREIRE, 1984, p. 84).

É importante fazermos as devidas adaptações temporais aqui. Na época em que Freire escreve o livro acima citado os computadores usados na Educação eram chamados de máquinas de ensinar que já vinham todas prontas e programadas para ensinar aquilo já previsto anteriormente por um desenvolvedor ou pela equipe que desenvolveu o produto. Contudo, a concepção de programação que a comunidade de *software* livre tem hoje cairia “como uma luva” nesta ideia do Freire. Criar no computador implica em programar. É certo que existem diversos *softwares* que fazem uma interface gráfica de uma linguagem de

programação, mas ao final todos estamos programando. Um exemplo clássico disso é um editor de páginas de *web* que utiliza o *html* (*Hypertext Markup Language*). Temos de um lado a parte gráfica (modo WYSIWYG⁵⁶) e em outra janela temos o mesmo programa exibindo o código sendo construído. Enfim, caímos na rede de produção, estar incluído é ser produtor de tecnologia, de materiais, de conteúdos...

Não advogamos que precisamos ser programadores, mas ser conhecedores, mesmo que superficialmente deste processo, e ainda mais, não só conhecedores, mas dar nossa contribuição naquilo que nos apetece, na construção de sistemas, *softwares* que estejam a serviço da humanidade, do bem comum, e não de interesses comerciais, de mercado. Para tanto existem diversas comunidades, coletivos que, agregando a contribuição de um grande número de pessoas das mais diversas áreas e das mais variadas partes do globo têm construído, têm “programado o computador” e tornado tais aplicações públicas e abertas, livres para qualquer adaptação ou alteração.

Concluindo, gostaríamos de dizer que a Educação a Distância (EAD) é hoje um desafio em todas as áreas do conhecimento. Entendemos que é fundamental para a produção de um curso de EaD a preocupação com os educandos, a incorporação de seu contexto e a construção coletiva, dialógica e democrática da proposta de um curso ou do seu desenrolar. Fundamental também refletir acerca do acesso dos educandos a tecnologias da informação e da comunicação, especialmente ao computador e a *Internet*.

A EaD pode tornar-se, sim, uma saída para grande número de educandos que são excluídos da universidade por uma prova que infelizmente tem sido o meio para selecionar as valiosas quarenta ou cinquenta cadeiras de um curso de nível superior nas universidades públicas.

2.6 A questão da “pirataria”⁵⁷

O tema da “pirataria” é um dos principais campos em que as disputas acerca do conhecimento livre vêm ocorrendo. Neste encontram-se em confronto consumidores, clientes,

⁵⁶ What You See Is What You Get (ou O que você vê é o que você tem). (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/WYSIWYG>).

⁵⁷ O termo pirataria, cunhado sempre entre aspas neste texto, foi utilizado para a prática de um grupo de ladrões e saqueadores de embarcações marítimas. Estes roubavam especialmente ouro, que é um bem material. Este termo aplicado a cópia de *softwares*, músicas e filmes torna-se impreciso devido a imaterialidade destes bens; porque não se roubam ideias (SILVEIRA, 2005). Apesar do limite conceitual, esta é a palavra mais usual que tem agrupado essas práticas de cópia não autorizada.

estudantes, pesquisadores, usuários, *gamers*, governos, gravadoras, estúdios cinematográficos, editoras, músicos, donos de periódicos científicos, policiais, entre outros.

De um lado da balança encontram-se aqueles interessados no acesso aos bens culturais para os mais diversos fins, e do outro aqueles interessados em tirar o mais proveito financeiro possível das vendas destes bens.

Não podemos ignorar, refutando uma visão maniqueísta, grupos de pessoas e instituições, buscando, primeiramente, o respeito à autoria, dar o devido crédito a quem se dedicou para organizar, sistematizar ou avançar, a partir do já produzido, em um determinado conhecimento; e, em segundo lugar, aqueles preocupados em receber o valor justo pelas horas de trabalho dedicadas no esforço de criação, ou em exposições públicas etc., e não pela venda de licenças de uso, patentes, em suma, em lucro sobre a propriedade intelectual da coisa.

Assim, adiantamos, que esse é um assunto controverso, mas tentaremos delinear em linhas gerais, a partir de alguns referenciais, em especial do estudo realizado em 2011, pelo Social Science Research Council, intitulado “Media Piracy in Emerging Economies” (MPEE). O estudo foi realizado em parceria com diversas instituições e trouxe estudos de caso, nos países da África do Sul, Rússia, Brasil, México, Bolívia e Índia. “O projeto é uma investigação sobre música, filme, e pirataria de *software* nas economias emergentes e sobre os esforços locais e multinacionais para combatê-la” (SSRC, 2012, p. iv, tradução nossa).

O termo “pirataria” foi definido juridicamente, no decreto no 5.244 de 2004, que institui o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP). Segundo o artigo 1o, no parágrafo único, dispõe-se: “entende-se por pirataria, para os fins deste Decreto, a violação aos direitos autorais de que tratam as Leis nos 9.609 e 9.610, ambas de 19 de fevereiro de 1998”. A lei 9.610 de 1998 é a lei de direitos autorais e a 9.609 de 1998 a lei de proteção da propriedade intelectual de programas de computador.

Vale a pena esclarecer a distinção entre cópia não autorizada (pirataria), contrafação e contrabando, que se costuma intencionalmente agrupar, quando se tratam de atividades bem distintas. Explica, e problematiza, o caderno “Direito Autoral em Debate”:

A falsificação de produtos através do uso não autorizado de marcas e a violação de direitos de patente devem ser chamadas de contrafação, não de pirataria. Apesar da existência de termos técnicos para tratar essas questões, é frequente o uso do termo pirataria em situações, por exemplo, de contrabando de produtos (importação ou exportação de mercadoria proibida

ou sonegação de impostos), que não tratam de direitos autorais, e nem mesmo de propriedade intelectual (REDE PELA REFORMA DA LEI DE DIREITO AUTORAL, 2010, p. 16).

Esse tipo de confusão, somada a diversos estudos promovidos e financiados pela indústria do direito autoral - que em muitos casos possuem metodologia pouco transparente ou questionável -, cria na opinião pública uma imagem distorcida da realidade, e favorece a adoção de regras cada vez mais restritivas e menos equilibradas. Ao acrescentar contrafação e contrabando ao conceito de pirataria, inflam os números e buscam transmitir os problemas destes outros delitos ao de pirataria - por isso, fala-se em pirataria ligada ao crime organizado ou então dos malefícios que a pirataria causa à saúde pública (devido a remédios ou óculos falsificados) (REDE PELA REFORMA DA LEI DE DIREITO AUTORAL, 2010, p. 16).

O MPEE também discorre sobre essa matéria, reforçando que as convenções de Berna e de Paris, distinguiram “pirataria” de contrafação, afirmando “livros são pirateados e outros bens manufaturados são 'contrafacionados’” (SSRC, 2012, p. 3). E continua:

Hoje, a fusão da pirataria e da contrafação tem pouco a ver com contextos comuns ou soluções políticas, e tem mais a ver, em nossa opinião, com o interesse em “nivelar” os danos atribuídos a violação de direitos autorais – com destaque em relação à saúde e os riscos de segurança associados com produtos de baixa qualidade e os custos sociais de formas “intensas” de tráfico de drogas, armas e pessoas (SSRC, 2012, p. 4).

Estes equívocos conceituais, e metodológicos, dos estudos realizados em torno da pirataria geram estimativas com números astronômicos, que não se sustentam e servem para chamar a atenção, promovendo *lobbies* com tais evidências (SSRC, 2012, p. 4).

Entre eles, destacamos o estudo “*Special 301*”, realizado anualmente pelo *Office of the U.S. Trade Representative (USTR)*, que avalia a proteção da “propriedade intelectual” e práticas de acesso ao mercado em países estrangeiros. “A ação efetiva sob o *Special 301* da *USTR* tem sido essencial na contenção da onda de perdas de empregos nos Estados Unidos e

de competitividade que ameaçaram os setores econômicos mais produtivos e crescentes do país” (USTR, 2012, tradução nossa)⁵⁸.

O documento classifica os países em duas listas, a depender do seu grau de defesa da propriedade intelectual no país, a “Priority Watch List” e a “Watch List”. O Brasil já passou pelas duas listas, e atualmente (2012), encontra-se na “Watch List”. Países situados nestas listas recebem uma série de orientações e recomendações, dos Estados Unidos, para que consigam ampliar as suas políticas locais em defesa da propriedade intelectual.

São 12 páginas de instruções versando sobre: ações prioritárias para 2012 (repressão / legislação e regulação); Panorama da pirataria no Brasil (de livros a *softwares*); Panorama das ações de repressão (com duras críticas ao Brasil); Reforma da lei de direito autoral; Marco Civil da *Internet*; Resolução da USP de acessos a obras esgotadas, Lei 12.485 referente ao audiovisual e gestão de *softwares* nos governos.

Peter Drahos, em seu livro “Information Feudalism”, define o Relatório 301, como uma “lei dedicada ao serviço dos privados das empresas” (DRAHOS, 2002, p. 89, tradução nossa). E completa a Wikipédia e a SSCR:

Ela explicitamente protege e age em favor dos proprietários de propriedade intelectual dos EUA, com mais frequência das grandes corporações, contra qualquer política estrangeira ou ação não oficial que não se conforme, mesmo em sua legislação local, com a posição dos Estados Unidos sobre direitos autorais e propriedade intelectual em âmbito internacional (WIKIPEDIA, 2012, tradução nossa).

Não fizemos nossas próprias estimativas de taxas de pirataria. Pirataria é claramente onipresente no mundo em desenvolvimento, e vemos poucas perspectivas de (ou benefício de) estabelecer números mais precisos. Embora tenhamos dúvidas sobre a confiabilidade dos métodos da indústria e - em muitos casos - as definições de pirataria usada, nós vemos as taxas citadas pela IIPA, ao menos plausíveis e muito possivelmente subestimando a real prevalência de mercadorias pirateadas. Quando pressionado, nós descobrimos que esta é, frequentemente, o ponto de vista dos representantes da própria indústria (SSCR, 2012, p. 8, tradução nossa).

58 Disponível em: <<http://www.iipa.com/special301.html>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

O estudo MPEE continua apresentando os desafios metodológicos para a análise da “pirataria”: a) Os “efeitos substitutivos”, referente à possibilidade de que cada cópia “pirata” equivale a uma compra legítima; e b) Os “benefícios compensatórios”, isto é, o retorno para os consumidores e para a indústria.

Quanto aos “efeitos substitutivos”, o estudo aponta que proporção 1:1 foi retirada como critério pela MPAA a partir de 2004, RIAA em 2009, ou sequer o utilizaram a ESA e o IFPI. Problematicamos também que o contato com um grande número de novos conteúdos por meio da “pirataria”, estimula a compra de produtos que, por antes serem desconhecidos, sequer eram interessantes.

Além disto, no que tange a empregos, graças ao *e-commerce*, temos *softwares* que gerenciam autonomamente processos de compra e venda, sem um intermédio de seres humanos, salvo no caso de serviços de atendimento ao cliente, quando se tratam de pessoas, e não de robôs, com respostas pré-formatadas. Dizemos isso porque se temos um público de 100 mil compradores entrando em uma loja física querendo adquirir produtos, demandaremos um grupo de profissionais para atendê-los. Já no ambiente virtual, a quantidade de profissionais, neste caso especializados, é exponencialmente menor focados no intuito de administrar sistemas *on-line*.

Quanto aos “benefícios compensatórios”, o estudo é expresso em afirmar que as perdas de setores específicos da indústria não são perdas para a economia nacional.

Nos países, a pirataria de bens domésticos é uma transferência de renda, e não um prejuízo. O dinheiro economizado pelos consumidores ou empresas nos CDs, DVDs, ou software não desaparecem mas são gastos em outras coisas – habitação, alimentação, outro entretenimento, outras despesas da empresa, e assim por diante. Estas despesas, por sua vez, gerarão receitas fiscais, novos trabalhos, investimentos de infraestrutura, e toda sorte de outros bens que são tipicamente citados na coluna de perdas nas análises da indústria (SSCR, 2012, p. 16, tradução nossa).

De nossa parte, levamos a sério a possibilidade de que o excedente do consumidor advindo da pirataria pode ser mais produtivo, socialmente valioso, e/ou capaz de criar empregos do que o investimento adicional no software e setores da mídia. Nós acreditamos que esta probabilidade

aumenta nos mercados de bens de entretenimento, que contribuem para o crescimento, mas pouco acrescentam à produtividade, e ainda mais em países que importam a maior parte de seus bens audiovisuais e de software, enfim, praticamente todos os lugares fora dos Estados Unidos (SSCR, 2012, p. 16, tradução nossa).

Lembrando que parte do valor advindo das vendas é revertido à empresa/país de origem em forma de *royalties*. Para concluir, ainda a respeito desses benefícios, o estudo ressalta que, seja o *software* legal ou “pirata”, a contribuição que o seu uso dará para a economia do país será a mesma. Afirma: “Não vemos razão para assumir que o uso de cópia pirata não contribua também para o crescimento de mercados secundários de serviços de *software*” (SSCR, p. 18, tradução nossa).

Quanto aos meios de repressão à pirataria, temos os mais diversos: campanhas publicitárias, *lobby* legislativo, pressão legal/jurídica, iniciativas educacionais, apreensões, prisões, condenações etc. São, em sua maioria, atividades para garantir o respeito à “propriedade privada”. Estima-se que boa parte dos recursos das grandes empresas de *software* de música seja advinda de investimentos para campanhas dessa natureza. O estudo exemplifica que, no Brasil, a Departamento de Propriedade Imaterial da Polícia é subsidiado pela Associação Antipirataria de Cinema e Música (APCM), com equipamentos e outros, o que torna pouco claro o limiar entre um serviço policial privado e o cumprimento de leis nacionais (SSRC, 2012, p. 20).

No que se refere aos processos, os criminais podem demorar vários anos e os civis ainda mais. Ressalta-se que o custo do processo é alto e a perspectiva de retorno baixa (SSRC, 2012, p. 23). Devido a estes custos, e outros entraves, a opção tem sido bodes expiatórios que servem como exemplos para criar uma cultura de medo e respeito às autoridades e ao “poder” da propriedade intelectual. Contudo, essa tática, em especial no campo do *software*, tem, em vez de conduzir as pessoas à “regularização” de seus *softwares*, conduzido ao uso de *softwares* abertos e gratuitos, como alternativa econômica para essa medida (SSRC, 2012, p. 26).

Como iniciativa no âmbito da Educação, as ações objetivam criar uma “cultura da propriedade intelectual”, de respeito a ela. Essas ações ocorrem em escolas públicas, campanhas impressas e por vídeo, seminários técnicos para sensibilizar juízes e policiais sobre a gravidade do crime de propriedade intelectual. O discurso reiterado, de país em país,

trata da “equivalência entre propriedade material e imaterial, medo de ser 'pego', e ansiedade de comprar bens perigosos ou socialmente danosos. Distinções entre pirataria e contrafação são quase totalmente ignoradas” (SSRC, 2012, p. 32).

No manual do Projeto Escola Legal, realizado no Brasil para formar crianças nas escolas para o respeito à propriedade intelectual, chega-se a dizer: “(...) portanto, não é exagero afirmar que ao comprar um produto pirata, um indivíduo está dificultando suas próprias chances de conseguir emprego, ou mesmo provocando o desemprego de um de seus parentes ou amigos” (AMCHAM, 2010, p. 10). E, em outro exemplo, agora em DVDs, a chamada informa: “Obrigado, senhora, por nos ajudar a comprar armas”.

Enquanto resultado, o estudo avalia que os esforços para conter a “pirataria” não tiveram sucesso efetivo, em especial no que se refere à “pirataria” *on-line*. E completa: “(...) esclarecer a estudantes que o compartilhamento de arquivos de músicas protegidas por *copyright* é pirataria parece totalmente possível, por exemplo, mas não vemos qualquer evidência de que este conhecimento terá qualquer impacto em suas práticas. Não vemos uma 'educação' verdadeira a ser feita” (SSRC, 2012, p. 34, tradução nossa).

O estudo pontua o crescimento dos bens intelectuais a despeito das ações de “pirataria” em todas as áreas.

Na medida em que a quantidade de novos produtos é um indicador da saúde de um setor cultural, a primeira década do novo milênio foi uma verdadeira idade de ouro nos Estados Unidos. O número de novos álbuns lançados mais do que duplicou no período, passando de 35.516 em 2000 para 79.695 em 2007 (Oberholzer-Gee e Strumpf, 2009). O número de filmes de Hollywood liberados variou entre 370 e 460 em 1990 e entre 450 e 928 na década de 2000, com o ano de pico em 2006 e alguns 677 produzidos em 2009 (MPAA 2006, 2010). O crescimento da indústria de *software* tem sido dramático, média de 20%-30% anualmente até 2009. O setor de videogames alcançou aproximadamente 17% de crescimento entre 2005 e 2008, com taxas de crescimento em 2007 e 2008 de 28% e 23% (Siweck, 2010) (SSRC, 2012, p. 40, tradução nossa).

No campo da música, apesar da queda na venda das mídias físicas (CDs), os valores passaram de 1,3 bilhões de dólares, em 1998, para 4,2 bilhões em 2008 com as vendas digitais

e receitas de concertos. No caso dos vídeos, exemplificado no filme “The Dark Knight”, apesar de chegar antes a rede P2P, todos os recordes foram quebrados, lucrando 1 bilhão de dólares em todo o mundo. No âmbito dos games, o mercado faturou 46,5 bilhões de dólares em 2009 (SSRC, 2012, p. 41-51).

No caso dos *softwares*, a “pirataria” serve como uma ferramenta eficaz para a garantia do monopólio dos *softwares* neste ou naquele país. Quanto maior a base de usuários, mais padrão o *software* é para aquele contexto, implicando na decisão de compras de pequenas, médias e grandes empresas, além de governos, o que viabiliza, além do ganho com licenças, o lucro com serviços agregados de suporte ou de outros produtos casados, como pacotes de escritórios, gerenciadores de e-mail, e assim por diante (SSRC, 2012, p. 51).

No caso do *software*, a rede de “pirataria” está a serviço da reprodução ou manutenção do monopólio, portanto, é uma rede de piratas a serviço de um poder, o poder do monopólio. Devemos, então, chamá-la de rede de corsários, pois sua existência é aparentemente nefasta, mas latentemente benéfica para a ampliação do uso de um *software* e a formação de uma enorme rede de usuários aptos e capazes de operar aquele *software* (SILVEIRA, 2012).

Como dissemos, o prejuízo de combate à pirataria no campo do *software* pode servir a processos de migração de *softwares* proprietários para livres, o que não interessa às grandes empresas de *software*. Hoje sofrem grande concorrência dos *softwares* gratuitos, e da web, que fazem frente a pacotes de escritórios, tais como as soluções oferecidas pela Google.

A pirataria ajudou a geração mais jovem a descobrir os computadores. Ela viabilizou o desenvolvimento da indústria de TI na Romênia. Ajudou os romenos a melhorar a sua capacidade criativa na indústria de TI, que se tornou famosa em todo o mundo... Dez anos atrás, a pirataria era um investimento na amizade da Romênia com a Microsoft e com Bill Gates - Presidente romeno Traian Basescu, durante uma conferência de imprensa com Bill Gates (Reuters, 2007) (SSRC, 2012, p. 55, tradução nossa).

E, concluindo, entendemos que a “pirataria” é uma resposta da sociedade civil às restrições postas ao acesso ao conhecimento, aos altos preços dos bens materiais e à

obsolescência dos modelos de negócio ainda centrados no material e na venda do conhecimento.

Serviços como o Netflix e o Now (da Net) entregam, em sua casa, com qualidade, na hora que for aprazível, um filme pelo preço do DVD comprado na Av. 25 de março em São Paulo. *Softwares* têm oferecido, como agregado ao preço do licenciamento, novos serviços, atualizações: músicos têm investido em disseminar com maior profusão suas músicas, tornando-se assim mais conhecidos, e sendo convidados para mais shows, ou autores para mais palestras, ou ainda utilizando o camelô como meio de distribuição de CDs / DVDs originais a custos baixos.

3 Iniciativas de compartilhamento do conhecimento

Como já dissemos no capítulo, desde 2008 vimos coletando iniciativas e experiências durante a pesquisa para a elaboração desta tese.

Aqui apresentaremos um grande número de experiências e iniciativas que concretizam aquilo que defendemos enquanto teoria. São instituições e pessoas em diversas partes do mundo que “colocaram a mão na massa e fizeram”, no espírito do “Faça você mesmo! / Do it yourself!”. Tal como fizemos anteriormente, apesar de diversas experiências de mercantilização/compartilhamento se darem ou fazerem uma interface direta com o campo da Educação, estas só virão a ser apresentadas no Capítulo 3.

Insistimos que este é um levantamento parcial e não dá conta de todas as experiências/iniciativas organizadas nesta direção.

3.1 *Software e hardware* livres

Nesta categoria, a onda de compartilhamento tem sua predominância na área de *software*, com destaque para uma série de *softwares* gratuitos, alguns *shareware*, livres e de código aberto acessíveis a todos em qualquer parte do mundo. Algumas dessas iniciativas tive a oportunidade de apresentar em minha dissertação de mestrado e reapresento aqui:

- **Sourceforge:** até pouco tempo, era considerado o principal repositório digital de *softwares* livres e de código aberto. Nele estão disponíveis 297.178 *softwares* e

projetos de *software*, e só no dia 23 de junho de 2011 foram realizados na plataforma um total de 3.922.031 *downloads*. Em 2007, o número de projetos identificados na plataforma era 153.954, praticamente duplicando o seu número em pouco mais de quatro anos. Endereço: <http://sourceforge.net>.

- **CodigoLivre:** segundo o site, o código livre “é um serviço gratuito para desenvolvedores em *Software* Livre oferecendo fácil acesso a CVS, listas, controle de *bugs*, quadro de mensagens/fóruns, gerenciador de tarefas, hospedagem, arquivamento permanente de arquivos, *backups* completos e administração totalmente baseado na *web*”. O site conta 2.054 projetos hospedados. Endereço: <http://codigolivre.org.br>
- **Savannah:** “um ambiente digital (um *site*) que provê diversos serviços gratuitamente aos desenvolvedores de *software* livre de todo o mundo. Entre os serviços encontram-se: o *front-end* (página de rosto) do projeto, *bug tracking* (perseguição de erros), controle de versões (CVS), *File Transfer Protocol* - FTP (protocolo para transferência de arquivos) e listas de discussão. Todo o sistema foi produzido em *software* livre e não possui propagandas” (ALENCAR, 2007, p. 56). Endereço: <http://savannah.gnu.org>.
- **Github:** atualmente o maior repositório de códigos do planeta, com aproximadamente um milhão de pessoas envolvidas (837.156) e mais dois milhões de repositórios de código (2.315.593). Endereço: <https://github.com>
- **Software Público Brasileiro:** similar às iniciativas anteriores, este se constitui no repositório brasileiro de *softwares* livres. No âmbito da tecnologia, os governos, sejam eles municipais, estaduais ou nacional, não tiveram grande preocupação com a gestão do conhecimento no desenvolvimento de *softwares* com recursos públicos, o que acabava por ocasionar a “privatização” das produções dessas instâncias públicas. Os governos contratavam empresas e programadores que, ao final do desenvolvimento, carregavam consigo o conhecimento produzido e, ainda pior, os direitos autorais sobre o *software* produzido, inclusive proibindo que este *software* fosse redistribuído ou alterado, a não pela empresa responsável. Desse modo, os governos ficam presos ao fornecedor como acontece na lógica do *software* proprietário. Contudo, com o avanço histórico do desenvolvimento da tecnologia, da cultura do compartilhamento e da pressão da sociedade brasileira, nasce o *software* público brasileiro, como um ato de coerência ao retornar ao público o que nasce com recurso público, isto é, os *softwares*

desenvolvidos por municípios, estados e governo federal. Essa medida, além de democratizar a produção tecnológica “pública”, também viabilizou a eficiência no trato com os recursos públicos, porque permitiu ao *software* desenvolvido por uma prefeitura para a gestão da Educação local ou da Saúde que pudesse ser utilizado por uma outra prefeitura, após pequenos ajustes, sem necessidade de se “começar do zero”. Hoje, a iniciativa, além de ser pioneira no mundo, já conta 51 *softwares* públicos disponibilizados. Endereço: <http://www.softwarepublico.gov.br>. Afirmo o Ministério do Planejamento, responsável pela iniciativa:

Durante muitos anos, a comunidade brasileira de *Software* Livre cobrou que o Governo Federal compartilhasse com todos a sua inteligência na área de desenvolvimento e deixasse de ser apenas um mero usuário das soluções informatizadas. Com o Portal do *Software* Público, o setor público tornou-se protagonista no desenvolvimento de soluções e na liderança das comunidades de prática nessa área [...] São soluções desenvolvidas por órgãos públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de empresas e universidades, e que estão disponíveis neste portal gratuitamente à sociedade. Prefeituras, estados, empresas, órgãos públicos, centros de pesquisa e qualquer pessoa interessada podem obter o código das soluções, mediante cadastramento no Portal (BRASIL, 2011).

- **Superdownloads / Baixaki:** no Brasil, o Superdownloads e o Baixaki são os principais *sites* para compartilhamento de *softwares* de todas as naturezas, tanto para *MS Windows*, *Linux*, *Mac*, *Android* até *Iphone*; como se fala comumente, “tem de tudo”. Esses *sites*, além de disseminar informações gerais sobre tecnologia, democratiza o acesso a um sem número de programas, sejam eles gratuitos, livres ou abertos, ampliando a gama de possibilidade de usuários a *softwares* de edição de áudio, vídeo ou imagem, como falamos previamente. Para exemplificar, aplicando os filtros 'Grátis' e 'Windows' encontramos 27 soluções disponíveis para baixar, instalar e usar; e com o filtro 'Grátis' e 'Linux' temos 15 *softwares* livres. A situação se repete para os demais *softwares*, dando ao público, seja por meio de *softwares* livres ou gratuitos, a real possibilidade de tornarem-se produtores de conteúdo, e não somente produtores, mas “compartilhadores” de suas produções. Endereços:

<http://www.superdownloads.com.br> e <http://www.baixaki.com.br>.

3.2 Vídeos livres

A produção audiovisual foi revolucionada não somente pelo fácil acesso às tecnologias de comunicação e informação capazes de habilitar a produção de vídeos, mas também pela democratização dos meios de distribuição das produções. A “era *Youtube*” viabilizou a qualquer um, com acesso a um computador conectado à *Internet*, em sua casa ou em uma *lan house*, a socialização da sua produção com o mundo.

Apesar da aparente “gentileza”, a *Google* amplia a sua riqueza adquirindo “voluntariamente” os direitos autorais de todos conteúdos enviados aos serviços da *Google*. Frisamos “voluntariamente” porque a maior parte das pessoas ignoram todas as permissões que dão à empresa ao submeterem o seu conteúdo, como permissão para a comercialização, criação de obras derivadas e a socialização com empresas parceiras. O vídeo “de sucesso” submetido e cedido por autor desconhecido torna-se uma “mina de ouro” em *marketing* na mão da *Google*. Apesar de extenso, compartilhamos o parágrafo dos termos de uso do *Youtube*, que trata das cessões sobre o conteúdo submetido:

Para fins de esclarecimento, Você mantém todos os direitos de propriedade sobre seu Conteúdo. Entretanto, ao enviar o Conteúdo ao *YouTube*, Você, pelo presente, cede ao *YouTube* licença mundial, não exclusiva, isenta de *royalties*, passível de ser sublicenciada e transferida, para usar, reproduzir, distribuir, preparar trabalhos derivados, exibir e executar o Conteúdo em conexão com o Serviço e *YouTube* (e de seus sucessores e afiliadas), inclusive, mas sem se limitar a atividades de promoção e redistribuição parcial ou total do Serviço (e trabalhos derivados) em qualquer formato de mídia e através de qualquer canal de mídia. Você também cede a todos os usuários do Serviço uma licença não-exclusiva para acessar o seu Conteúdo por meio do Serviço, e para usar, reproduzir, distribuir, exibir e executar tal Conteúdo conforme permitido pela funcionalidades do Serviço e de acordo com estes Termos de Serviço. As licenças acima cedidas por Você em Conteúdo de Vídeo que Você enviar para o Serviço irão encerrar dentro de um tempo comercialmente razoável após a remoção ou exclusão dos Vídeos a partir do Serviço. As licenças acima, cedidas por Você em relação aos

Comentários dos Usuários que Você enviar, são permanentes e irrevogáveis (GOOGLE, 2011).

Na trilha aberta pelo *Youtube*, diversos outros *sites* de compartilhamento de vídeo foram criados, com licenças mais flexíveis, tanto de cessão à empresa hospedeira quanto para visualização, utilização, edição colaborativa e cópia pelo público por meio de licenças *Creative Commons*. A seguir, apresentamos algumas iniciativas de compartilhamento na área da produção audiovisual.

- **Youtube:** maior site e serviço de publicação gratuita de vídeos existente, com recursos de legendagem em várias línguas, diversas resoluções e 3D. O *Youtube* conta hoje com um banco de 237.000.000 vídeos disponíveis⁵⁹. Endereço: www.youtube.com.
- **Blip.tv / Vimeo:** similares ao *Youtube*, o *Blip.tv* e o *Vimeo* são serviços gratuitos para hospedagem e compartilhamento de vídeos, contudo os Termos de Uso seguem os mesmos princípios que o da *Google* no que tange à cessão de direitos autorais. Endereços: www.blip.tv e www.vimeo.com.
- **Dailymotion:** iniciativa similar às anteriores, mas destacada por trazer uma cessão extremamente flexível quanto ao material enviado e compartilhado. O *Dailymotion* (www.dailymotion.com), além de ter seu site traduzido para português, apresenta as seguintes diretrizes em seu termo de uso:

[...] vídeos que você cria, incluindo comentários sobre os vídeos, o seu apelido e seu avatar ("Your Content"), o *Dailymotion* não é dono do seu conteúdo. Ao tornar o seu conteúdo acessível a outros usuários (como um todo, ou por um grupo individual), você concorda em permitir que quaisquer usuários do site de forma gratuita e apenas para uso pessoal possam ver e transmitir o seu conteúdo no ou através do *Website*, em outros meios eletrônicos de comunicação ou tecnologia (por exemplo, celulares), durante todo o período em que seu conteúdo está hospedado no *site*. Além disso, durante todo o período em que seu conteúdo estiver hospedado e estritamente por meio de recursos que permitem que o site seja acessado através da *Internet* ou através de outros meios eletrônicos de comunicação

⁵⁹ Disponível em: <http://www.youtube.com/results?search_query=*%26aq=f>. Acesso em: 23 de junho de 2011.

ou tecnologia, você nos autoriza a reproduzir/exibir o seu conteúdo e, se necessário, ajustar o seu formato para esse fim (DAILYMOTION, 2011).

- **Ourmedia:** apesar de ser mais um *site* para compartilhamento, o *Ourmedia* (www.ourmedia.org) tem uma finalidade diversa dos demais que se prestam ao entretenimento. Nas palavras do coletivo, eles pretendem “usar a mídia social para defender as causas que melhoram a vida das pessoas [...] para construir um planeta melhor”. Quanto aos termos de uso, afirmam:

Você possui o seu próprio material. *Ourmedia* não reivindica direitos de propriedade intelectual sobre o material que você fornecer ao nosso serviço. Ao publicar o seu trabalho para *Ourmedia*, você pode escolher uma licença de direitos autorais detalhando como outros podem usar o seu trabalho, você pode doar seu trabalho para o domínio público, ou você pode usar *copyright* tradicional. Independentemente de qual opção de direitos autorais que você faz, você reconhece que outros possam acessar, visualizar, copiar, armazenar e redistribuir o trabalho (OURMEDIA, 2011).

- **Estudiolivre.org:** iniciativa brasileira, nascida no contexto do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, o *estudiolivre.org* constituiu-se como espaço de compartilhamento das produções nos mais diversos formatos dos próprios Pontos de Cultura, oferecendo não somente um espaço de hospedagem, mas também informação e formação sobre produção e edição de mídias em geral. Atualmente o *site* intitula-se como “um ambiente colaborativo na *Internet* para interessadas/os na produção e difusão de mídias feitas com *software* livre” e objetiva “reunir e formar uma comunidade que realiza pesquisa em *software* livre (produzindo e auxiliando na produção de conteúdo)” (ESTUDIO LIVRE, 2011). Essa iniciativa, além de agregar vídeos, reúne também produções em áudio e gráfico. Endereço: <http://estudiolivre.org>.
- **Overmundo:** “O Overmundo é um *site* colaborativo. Um coletivo virtual. Seu objetivo é servir de canal de expressão para a produção cultural do Brasil e de comunidades de brasileiros espalhadas pelo mundo afora se tornar visível em toda sua diversidade” (OVERMUNDO, 2012). No *site*, é possível compartilhar vídeos, textos,

áudios e imagens com enfoque na produção cultural brasileira e já reúne 38.691 colaborações. Endereço: <http://www.overmundo.com.br>.

- **Internet Archive:** a organização inaugurada em 1996, foi uma das primeiras iniciativas de compartilhamento de vídeo na internet e “foi fundada para construir uma biblioteca na *Internet*. Seus objetivos incluem oferecer acesso permanente para investigadores, historiadores, estudiosos, pessoas com deficiência e o público em geral a coleções históricas que existem em formato digital” (INTERNET ARCHIVE, 2011). A partir de 1999, a organização cresceu e inclui em seu acervo textos (2.856.599), áudios (909.175), imagens em movimento (527.172), *software* (35.131), material educativo e páginas *web* (mais de 150 bilhões desde 1996). Endereço: <http://www.archive.org>.
- **Portal Domínio Público:** “O 'Portal Domínio Público', lançado em novembro de 2004 [...] constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal” (MEC, 2011). O Portal conta com um total de 193.260 mídias, distribuídas em textos: 177.655; imagens: 11.904; sons: 2.494; e vídeos: 1.207. Endereço: <http://www.dominiopublico.gov.br>.
- **Legendas.tv:** o legendas.tv é o principal *site* de legendas brasileiro. Nele são compartilhadas diariamente legendas de documentários, filmes e séries de TV, reunindo um grande número de colaboradores que, gratuitamente, doam parte do seu tempo livre para traduzir e disponibilizar legendas para os demais.

3.3 Jurídico

A dimensão legal tem um papel determinante no movimento em prol do conhecimento livre. Sem ele, estaria em risco todo este esforço em favor da democratização, que acabaria por ser em vão. A lógica é simples: se todo o conhecimento produzido não for “protegido” de alguma maneira, ele poderá até nascer livre, mas rapidamente será privatizado e se tornará inacessível até mesmo para quem o produziu. Poder-se-ia criar uma droga para curar a Aids, e

saber, em pouco tempo, que ela foi patenteada por uma grande empresa farmacêutica, sem sequer a obrigação da mesma em dar-lhe a autoria.

Nesse sentido, visto não termos a ingenuidade de que todos entenderão o conhecimento como bem público, carece, por isso, de que o conhecimento seja protegido dos ataques de privatização e mercantilização. As leis de direito autoral devem servir ao interesse público, e não ao privado, sobretudo quando tratamos dos bens intelectuais produzidos por entes governamentais.

Sabidamente, percebendo o perigo da apropriação indevida de bens públicos, a *Free Software Foundation* cria as primeiras licenças visando “proteger” a liberdade do conhecimento. São iniciativas como estas que trataremos a seguir.

- **GPL:** A *General Public License* (ou Licença Pública Geral) criada por Richard Stallman, foi noticiada pela primeira vez em junho de 1988 e escrita em 1989. Hoje a licença está em sua terceira versão. A primeira foi publicada em fevereiro de 1989, a segunda em junho de 1991 e a terceira em 29 de junho de 2007. A evolução das licenças foi necessária porque, com o passar do tempo, aqueles interessados em privatizar de alguma maneira dos *softwares* livres, acabavam por descobrir brechas, por menor que fossem, no instrumento jurídico que os permitia usos não coerentes com definição de *software* livre defendida pela *Free Software Foundation* e que garantia a liberdade dos *softwares* produzidos. Endereço: <http://www.gnu.org/licenses/gpl.html>
- **Creative Commons:** “motivados pela GPL, pelo movimento do *software* livre e pela Fundação do *Software* Livre, um grupo de estudiosos de direitos autorais e de *cyberlaw* (lei do ciberespaço) decidem fundar a *Creative Commons* (CC) em 2001. A CC pretendia ajudar as pessoas a disponibilizarem suas obras em domínio público ou licenciando-as com certas liberdades, condições. A CC é voltada para o licenciamento de *sites*, músicas, filmes, vídeos, imagens, fotos, cursos, materiais etc., sem em momento algum concorrer com a GPL que é voltada para os *softwares*. O CC traz uma nova perspectiva à forma de licenciamento das criações ou invenções. Usa-se a frase “alguns direitos reservados” para designar os direitos sobre as produções e um conjunto de seis formas de licenciar sua produção” (ALENCAR, 2007). No Fórum Internacional do *Software* Livre, a licença foi parafraseada como “Criei, Tive Como!”. Endereço: <http://www.creativecommons.org.br>.

- **Domínio Público:** a lei de direito autoral brasileira (L9610/1998) no Art. 41 afirma: “Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil”. A partir daí, apesar de salvaguardado os direitos morais, qualquer pessoa pode fazer usufruto da obra como melhor lhe aprouver, inclusive comercializando-a. Apesar de boa parte da produção “perder sua validade”, como é caso da produção científica, a criação do domínio público é uma iniciativa sensível na direção do retorno dos bens intelectuais como bens públicos.

3.4 Sons livres

Neste tópico, apesar da quase totalidade das experiências a serem apresentadas tratarem de música, optamos por uma categoria mais ampla que desse conta, por exemplo, de toques de celulares, que não necessariamente se configuram como música.

No campo da música, em 2008, a cantora Joss Stone, ganhadora de Grammy e outros prêmios como o BRIT Award, fez um comentário que sintetiza o cenário da música e já apresenta a sua proposta⁶⁰:

“Jornalista: - O que você acha sobre a pirataria, mp3 na internet?

Joss Stone: - (Suspirando) Eu acho que é fantástico...

Jornalista: - Fantástico?

Joss Stone: - Sim, eu adoro isso. Acho que é brilhante e vou dizer porquê. A música deveria ser compartilhada. Eu acredito que foi desta forma que a música se transformou em algum negócio maluco. A única parte acerca da música que eu não gosto é o negócio que está ligado a ela. Agora, se a música é gratuita, então não existe negócio, existe apenas música.

Joss Stone: - Tudo bem, se uma pessoa comprar o meu CD, é legal demais, copiá-lo, compartilhá-lo com seus amigos, eu não me importo. Eu não me importo com a maneira com que você ouvirá, desde que o ouça. Contanto que você venha ao meu show, e divirta-se ouvindo o show ao vivo, é muito legal. Eu não me importo. Estou feliz que eles possam ouvi-lo”.

60 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aCkX0KcNwrl>>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

A cantora reúne três ideias-chave em sua entrevista quando falamos no âmbito da música: primeiro que foi montado um grande negócio/mercado sobre a produção artística musical, que a música deveria ser gratuita, compartilhada e, por fim, com perspicácia, percebe que o “negócio” nos tempos do digital não está mais nas mídias, mas sim nas apresentações ao vivo, por isso insiste na ideia de que os seus fãs assistam ao seus shows. Quanto mais pessoas ouvirem seu CD e dele gostarem, um maior número de pessoas terá interesse em assistir o seu show, e assim por diante. Seguem as iniciativas em prol de áudios livres:

- **Jamendo:** o Jamendo é principal repositório de música livre do planeta. O *site* se define como “uma comunidade de música livre, legal e publicação ilimitada sob as licenças *Creative Commons*” (JAMENDO, 2011). O *site* agrega 49.314 álbuns e, contando que cada álbum tenha uma média de 5 faixas, podemos estimar 246.570 faixas nos diversos estilos musicais. Endereço: <http://www.jamendo.com/br>.
- **Soundclick:** o *SoundClick* é uma “comunidade de música livre que [...] oferece gratuitamente páginas de perfil, cópias de mp3, *streaming* de áudio e vídeo, gráficos de música, estações de rádio personalizadas”. O *site* hoje conta com 3,4 milhões de membros e 70 milhões de *pageviews* mensais. Endereço: <http://www.soundclick.com>.
- **Freesound:** iniciativa similar às anteriores, mas que se destaca porque “visa criar um enorme banco de dados colaborativo de trechos de áudio, *samples*, gravações, *bleeps*, liberado sob a *Creative Commons Sampling Plus License* [...] Pretendemos também criar um banco de dados aberto de sons que também podem ser usados para a pesquisa científica. Muitas instituições de investigação de áudio têm dificuldade em encontrar material licenciado corretamente para testar seus algoritmos” (FREESOUND, 2011). Endereço: <http://www.freesound.org>.
- **Musopen:** o Musopen “(...) é uma organização sem fins lucrativos focada em melhorar o acesso e a exposição à música através da criação de recursos e materiais educativos. Nós fornecemos as gravações, partituras e livros didáticos para o público gratuitamente, sem restrições de direitos autorais. Simplificando, nossa missão é libertar a música” FALTA REFERÊNCIA. Endereço: www.musopen.org.

3.5 Fotos

- **Flickr:** o *Flickr* é o maior site de compartilhamento de imagens e fotos da *Internet*. Segundo o próprio *site*, são hospedadas 5 bilhões de fotos enviadas por colaboradores de todas as partes do mundo. As fotos podem ser compartilhadas com licenças restritas ou flexíveis, tais como a *Creative Commons*. Endereço: <http://www.flickr.com>.
- **Openphoto.net:** o Openphoto.net é uma galeria de fotos raras, iniciada em 1998, aberto ao público para o envio de fotos com licenças *Creative Commons*. Endereço: <http://openphoto.net>.

3.6 Distribuição de bens culturais

A maior parte das experiências relatadas se dão no contexto da distribuição, apesar de diversos casos também servirem à produção ou à qualificação de produção prévia. Contudo, estas iniciativas, mesmo que viabilizem a distribuição, não estão centradas na comercialização; ao menos não no âmbito dos produtos, mas da propaganda, *marketing* e dos serviços *premium* para associados pagantes. Em um mundo em que o digital impera, a música, o cinema, a literatura, são desafiados a encontrar novas formas de subsistência, e para outros, de lucro. O modelo de venda de bens materiais como CDs e DVDs não é mais interessante ou “custeável”.

Nesta categoria, apresentaremos algumas experiências noticiadas de grupos musicais, cinema, entre outros.

- **Teatro Mágico:** grupo musical criado em dezembro de 2003 por Fernanda Anitelli. O grupo reúne em suas apresentações elementos do circo, da poesia, da literatura, do teatro e da política. O Teatro Mágico, apesar de manter a venda de CDs em sua “lojinha”, onde vendem também camisetas e adesivos, inovou ao disponibilizar todas as músicas de seus CDs para *download* gratuito do público. A disponibilização lhes rendeu visibilidade e, conseqüentemente, um grande número de convites para *shows* e mesmo vendas de seus CDs. Somente no mês de julho, segundo informações, a banda irá fazer seis *shows* em pelo menos três estados do Brasil e já conta com mais de 85 mil CDs vendidos. Endereço: <http://oteatromagico.mus.br>. Complementa o grupo:

É importante ressaltar que, após o assédio para que o coletivo finalmente se integrasse ao *mainstream* musical, assumindo uma grande gravadora, uma grande assessoria de imprensa, uma grande produtora etc., o Teatro Mágico preferiu ser conservador na inovação que trouxe ao mercado: organizar e fazer as coisas ao lado do seu grande incentivador, patrocinador e produtor: o público. Logo, o CD novamente será vendido a preços populares e a distribuição das músicas continuará gratuita e livre pela *Internet*, com a diferença que, desta vez, houve um investimento grande na produção dos fonogramas, comprovando assim que, mesmo no formato independente, é possível se fazer algo de qualidade e acessível (TEATRO MÁGICO, 2011).

- **BNegão:** Bernardo Santos ou BNegão, conhecido cantor de *hip hop* e *rapper*, vocalista do Planet Hemp, atualmente atua no BNegão & Seletores de Frequência. Em 2003, liberou na internet o seu CD “Enxugando o Gelo”, sendo um dos primeiros artistas a adotar a prática do *Copyleft* e *Creative Commons*. Endereço: <http://www.myspace.com/138492513>.
- **Aviões do forró:** a banda de forró Aviões do Forró, com 5,6 milhões de acessos ao vídeo no *Youtube* da música “Chupa que é de Uva”, adquiriu grande notoriedade em todo o Brasil e, em 2009, contava com 40 show por mês. Como estratégia de distribuição, o grupo resume: “todo mês, a A3 fabrica 50 mil CDs do Aviões do Forró. Esses discos são entregues gratuitamente aos fãs nos shows ou nas ruas - a banda tem dois divulgadores que percorrem diariamente as ruas de Fortaleza e de outras cidades com centenas de CDs no porta-malas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011). Endereço: <http://www.avioesdoforro.com.br>.
- **Banda Calypso e o Tecnobrega:** a Banda Calypso foi a única banda brasileira a receber o prêmio DVD de Diamante Quíntuplo e a que mais vendeu nos anos 2000. Ela e outras bandas fazem parte de uma tendência musical chamada de Tecnobrega. O Tecnobrega, natural do estado do Pará, trouxe, com muita criatividade, um novo modelo de negócio para a música. As bandas têm estúdios em suas próprias casas, prescindindo das gravadoras. Quanto à distribuição das músicas, vem sendo feita através de comércio informal, por reprodutores não autorizados e por vendedores de rua. Explica Ronaldo Lemos e Oona Castro no livro “Tecnobrega: o Pará reinventando

o negócio da música”:

Já na distribuição das músicas e na circulação dos CDs, além dos criadores, claro, três agentes desempenham papéis importantes: os DJs de estúdio, os reprodutores não autorizados e os vendedores de rua. O primeiro deles é elemento-chave por representar o elo entre os diversos atores do mercado. O tripé de sustentação do tecnobrega é constituído basicamente por atividades genericamente tratadas de produção, distribuição e divulgação, mediadas – ou efetuadas – nos estúdios dos DJs, onde estes atores se encontram e estabelecem novos contatos. Os próprios DJs encaminham as músicas para os reprodutores não autorizados e para as aparelhagens. O reprodutor não autorizado substitui as gravadoras no setor da distribuição, reproduzindo CDs e DVDs em larga escala e difundindo dentro e fora do Pará (LEMOS; OONA, 2008, p. 45).

- **Cinema nigeriano:** um exemplo similar ao tecnobrega de distribuição trata-se do cinema da Nigéria. Segundo Ronaldo Lemos, os nigerianos produzem 1.200 filmes por ano e distribuem a sua produção por vendedores de ruas ou camelôs. “Para eles, quanto mais você divulgar o seu produto, maior a chance de você ganhar dinheiro” (ISTO É DINHEIRO, 2012).

4 Organizações sociais e democratização do conhecimento

Em torno da bandeira da liberdade do conhecimento, diversos indivíduos organizaram redes que acabaram sendo institucionalizadas, buscando, além de reconhecimento e legitimidade, viabilizar a continuidade do trabalho de seus colaboradores que, agora remunerados, não são mais voluntários, apesar de também contarem com voluntários. Na lista a seguir, não faremos qualquer distinção entre organização pública ou privada, apresentando todas as organizações que, com maior ou menor intensidade, estão contribuindo para esta causa, com destaque para o trabalho da cooperativa Colivre, com a qual tive maior contato durante a escrita deste trabalho.

- **CTS/FGV:** “O CTS é o Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da

Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Sua missão institucional é estudar as implicações jurídicas, sociais e culturais advindas do avanço da tecnologia da informação, desenvolvendo projetos relacionados àquelas áreas” (Fundação Getúlio Vargas, 2012). Entre os temas de atuação do Centro, encontra-se: Propriedade Intelectual, *Software Livre*, Governança da *Internet*, Privacidade na *Internet* e Novas Mídias. E tem como iniciativas desenvolvidas: *Creative Commons*, A2K - Acesso a Conhecimento, *Open Business*, Cultura Livre, Núcleo de Apoio Jurídico ao *Software Livre*, Estudo sobre Aspectos Jurídicos do *Software Livre*, CTS *Game Studies* e Observatório Brasileiro de Políticas Digitais. Além da atuação na produção de pesquisas e publicação nestas áreas, o CTS tem reunido os principais interlocutores brasileiros na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e nas principais mesas de negociação referentes ao direito autoral no mundo. Atualmente coordena a iniciativa do *Creative Commons* no Brasil. Endereço: <http://diretorio.fgv.br/cts>

- **GPOPAI:** “O Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação tem sede na Universidade de São Paulo e se dedica à investigação dos efeitos das novas tecnologias para a produção, distribuição e consumo de bens culturais e educacionais, bem como à investigação de temas relacionados à propriedade intelectual, com ênfase nos seus impactos sobre o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento” (GPOPAI, 2011). O Gpopai, agora no contexto da Universidade Pública, reúne um grande número de pesquisadores e militantes, e também tem realizado pesquisas e publicações em suas áreas de atuação, contando com diversas publicações, com especial destaque o relatório da pesquisa sobre a situação dos livros técnicos no Brasil intitulado “O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento”. Endereço: <http://www.gpopai.usp.br>
- **A Rede pela Liberdade do Conhecimento:** organizado para atuar em prol da reforma da lei de direito autoral brasileira, a rede constituiu-se pela reunião de uma série de organizações que defenderam, e ainda defendem causas comuns. Entre as instituições “associadas” estão: Ação Educativa, Casa da Cultura Digital, CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, CNC – Conselho Nacional de Cineclubes, CTS/FGV, Gpopai, GTLivro, IDEC, Insituto NUPEF, Intervezes, Instituto Paulo Freire, Laboratório Brasileiro de Cultura Digital, Música

Para Baixar, RET – Rede de Estudos do Trabalho, União Nacional dos Estudantes e Pontão Nós Digitais. O grupo atua em diversas frentes: subsidiando a grande imprensa com notícias e informações relevantes ao cenário do direito autoral no Brasil; contribuindo, como coletivo, às consultas públicas realizadas no contexto da reforma e na produção de material didático intitulado Direito Autoral em Debate. Endereço: <http://reformadireitoautoral.org.br>.

- **Epidemia:** o “Epidemia é um coletivo que se opõe ao atual sistema de propriedade intelectual e busca alternativas aos modelos estabelecidos de direito autoral e patentes. Quer impulsionar, com todos que trabalham pela desmercantilização da cultura e do conhecimento, a formação de um amplo movimento pelo livre acesso ao saber” (EPIDEMIA, 2011). Endereço: <http://aepidemia.wordpress.com>
- **Free Software Foundation:** uma das principais organizações, e a mais antiga, que atua em defesa do conhecimento livre, partindo, inicialmente do *software* livre, mas adentrando em todas as áreas relacionadas, como patentes, direito autoral e “propriedade intelectual”. Ela se autodefine como “uma organização sem fins lucrativos com uma missão global de promover a liberdade de usuários de computadores e de defender os direitos de todos os usuários de *software* livre” (Free Software Foundation, 2011). Endereço: <http://www.fsf.org>.
- **Creative Commons:** o *Creative Commons*, antes de ser um conjunto de licenças usadas em todo o mundo, é uma organização sem fins lucrativos fundada por Lawrence Lessig, Hal Abelson e Eric Eldred, que oferece o aporte organizacional para as atividades em prol da liberdade. Endereço: <http://www.creativecommons.org.br>.
- **La Quadrature du Net:** organização francesa de intensa atividade no cenário internacional em defesa do conhecimento livre, responsável por um acompanhamento permanente das questões planetárias referentes ao direito autoral, elaboração de dossiês, como do ACTA, e disponibilização de ferramentas de controle social. Eles definem-se como “um grupo de advogados que promovem os direitos e liberdades dos cidadãos na internet [...] La Quadrature du Net engaja-se nos debates referentes à política pública, por exemplo, à liberdade de expressão, direito autoral, à regulamentação das telecomunicações e privacidade on-line” (La Quadratura du Net, 2011, tradução nossa). Endereço: www.laquadrature.net.

- **KEI:** o Knowledge Ecology Internacional (KEI) é uma organização com finalidades similares a La Quadrature du Net, mas com foco no conhecimento. É “uma organização sem fins lucrativos não governamental que procura por melhores resultados, incluindo novas soluções, para a gestão de recursos de conhecimento. KEI está focada na justiça social, em especial nas populações mais vulneráveis, incluindo pessoas de baixa renda e grupos marginalizados [...] KEI compromete-se e publica pesquisas e novas ideias, empenha-se na defesa do interesse público global, fornece assessoria técnica a governos, ONGs e empresas, aumenta a transparência das decisões políticas, monitora as ações dos atores-chave, e oferece fóruns para as pessoas interessadas em discutir tópicos da Ecologia do Conhecimento” (Knowledge Ecology International, 2011).
- **The Heinrich Böll Foundation:** ligada a todas as causas relacionadas às políticas “verdes” no planeta, a Fundação Heinrich Böll faz interface com os movimentos sobre os quais estivemos falando, no que consta aos conhecimentos tradicionais das populações, nas patentes sobre a natureza e o controle sobre o genoma humano. “A Fundação Heinrich Böll é parte do movimento político verde que tem se desenvolvido em todo o mundo como resposta à política tradicional do socialismo, liberalismo e conservadorismo. Nossos princípios primordiais são a ecologia e a sustentabilidade, democracia e direitos humanos, autodeterminação e justiça [...] Nós também estamos comprometidos com os direitos iguais para minorias étnicas e culturais e à participação social e política dos imigrantes. Finalmente, nós promovemos políticas de não violência e pró-atividade” (The Heinrich Böll Foundation, 2011, tradução nossa). Endereço: <http://www.boell.org>
- **Electronic Frontier Foundation (EFF):** afirma a EFF: “Quando as nossas liberdades no mundo em rede estão sob ataque, a *Electronic Frontier Foundation* (EFF) é a primeira linha de defesa. EFF inovou quando foi fundada em 1990 - bem antes da *Internet* ter sido publicizada - e continua a enfrentar questões fundamentais para defender a liberdade de expressão, a inovação, privacidade e os direitos do consumidor hoje. Desde o início, EFF tem defendido o interesse público em todas as batalhas críticas que afetam direitos digitais”. Endereço: <http://www.eff.org>.

4.1 Colivre: um relato

Este texto, em versão atualizada, nasce como produção final da disciplina “Economia Solidária e Educação - a construção de uma alternativa de desenvolvimento”, realizada em 2010, na Faculdade de Educação da USP, em que fomos estimulados a realizar um estudo de caso de uma experiência no campo da Economia Solidária.

O contato com a Colivre ocorreu em dois momentos: no Fórum Internacional de *Software* Livre (FISL) e por meio de parcerias realizadas com o Instituto Paulo Freire (IPF).

No FISL, tomamos conhecimento da existência da cooperativa, como uma iniciativa de empreendimento solidário para o desenvolvimento de *softwares* livres ao lado de outras existentes. Contudo, foi somente no Instituto Paulo Freire que pudemos trabalhar diretamente com a equipe da cooperativa.

No que se refere ao IPF, a primeira aproximação deu-se a partir da descoberta de uma solução para controle de estoque, neste caso de livraria, que a cooperativa desenvolvia: o Abelô⁶¹. Mais tarde, quando o Instituto se torna um Pontão de Cultura, a área de tecnologia da instituição, em atendimento às especificações do projeto, demandava uma ferramenta em *software* livre para o desenvolvimento de redes sociais.

Nesse período, a Colivre, além de ser uma cooperativa pautada nos princípios da economia solidária, desenvolvia *softwares* livres e estava com o foco atual em uma plataforma para redes sociais: o Noosfero⁶². A parceria foi materializada e a cooperativa mantinha as redes sociais da UniFreire⁶³ e do Ponto por Ponto⁶⁴, bem como era custeada para desenvolver melhorias no *software* e para corrigir eventuais problemas (*bugs*). O Noosfero é disponibilizado como *software* livre para qualquer pessoa que tiver interesse em uma ferramenta para o desenvolvimento de redes sociais, a exemplo de *Orkut*, *Facebook* e outras.

Foram realizadas entrevistas com cooperados que puderam apresentar, com detalhes, a missão e o cotidiano da cooperativa⁶⁵. Este artigo é organizado em cinco momentos: a) Conhecendo a Colivre – em que trataremos de apresentar a origem e missão da cooperativa; b) A organização social e econômica da cooperativa; c) As concepções políticas e a organização cotidiana do trabalho; d) O papel da Educação e da própria economia solidária; e)

61 Disponível em: <<http://abelo.com.br>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

62 Disponível em: <<http://www.colivre.coop.br/Noosfero/WebHomePtbr>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

63 Disponível em: <rede.unifreire.org>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

64 Disponível em: <<http://www.pontopor ponto.org.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

65 Os entrevistados, visando o seu anonimato, receberão, no texto, os codinomes de Cooperados 1 e 2.

Tecnologia, cooperativas e Colivre; f) Mirando o horizonte – em que discutiremos quais parcerias a Colivre tem realizado, o acesso ao crédito e algumas das expectativas e sonhos da cooperativa.

A Colivre

A COOPTECLIVRE - Cooperativa de Tecnologias Livres Ltda. - ou simplesmente Colivre (<http://www.colivre.coop.br>) é uma

cooperativa de serviços formada no início de 2006, na cidade de Salvador, na Bahia, com o objetivo de contribuir para a difusão e o desenvolvimento de tecnologias livres por meio de Serviços prestados a Empresas, Organizações da Sociedade Civil, Órgãos Públicos e Instituições de Ensino (COLIVRE, 2009).

Ela nasce, segundo o Cooperado 1, da “convergência de dois grupos, um que queria viver de *software* livre e outro que queria viver de economia solidária. Nos conhecemos e vimos logo de cara que uma coisa tinha tudo a ver com a outra e nos unimos para isso”.

A missão da Colivre, definida pela própria cooperativa em seu estatuto, é:

Ser uma organização autogerida e autossustentável que procure disseminar os ideais do *software* livre, fornecendo soluções tecnológicas para os diversos setores da sociedade; que proporcione o bem estar das(os) sócias(os) e parceiras(os); respeite o meio ambiente e vivencie os princípios do consumo responsável (COLIVRE, 2012).

Entre as atividades que desenvolve atualmente estão serviços ligados ao desenvolvimento de soluções *web* (*sites*, *wikis*, redes sociais), consultoria/capacitação (cursos) em *software* livre no *desktop*, hospedagem e manutenção para esses serviços *web*, soluções para gestão de eventos, administração de servidores, migração e arte digital com *software* livre (Cooperados 1 e 2, 2009).

A organização social e econômica da cooperativa

A organização interna da Colivre pode ser identificada nesta arte por eles preparada. São, ao todo, quatro áreas compreendidas como atividades-fim e mais quatro entendidas como atividades-meio⁶⁶.

No que tange aos processos decisórios da cooperativa, os entrevistados compreendem que as decisões são tomadas democraticamente, sendo que todos os membros são partícipes, inexistindo qualquer tipo de hierarquia.

Essa participação é realizada, primordialmente, por meio das assembleias. Elas contam com a participação de todos os cooperados que têm direito a voz. Em alguns casos, quando o assunto é específico de uma área de trabalho, as reflexões e proposições são feitas no “pequeno grupo” e depois levadas ao “grande grupo”. As assembleias acontecem sempre que existem assuntos a serem discutidos por todos os membros. Segundo o Cooperado 2:

A participação é democrática e todos podem participar, há uma divisão que é diretamente ligada à área de atuação do cooperante, mas todos podem contribuir já que não há hierarquias [...] Nossa cooperativa é autogestionária, portanto, cada um aqui desenvolve uma atividade em determinada área/setor sem hierarquias (Cooperado 2, 2009).

Exemplificando o caráter democrático da gestão do processo produtivo, os entrevistados mencionaram a assembleia como espaço de debates, nos quais são levantados prós e contras, realizadas votações para a tomada de decisão, além da possibilidade de que a “pessoa que vai executar determinado serviço possa ela mesma definir quanto tempo (e consequentemente qual o custo) será necessário para a realização do serviço” (Cooperado 1).

Como instrumentos de comunicação interna utilizados pelos cooperados estão: lista de discussão por e-mail, mensageiro instantâneo (*jabber*), recados no quadro/papel, conversas, reuniões, telefone fixo e/ou celular e e-mail.

Quanto a dimensão econômica, a Colivre insere-se no mercado e garante sua sustentabilidade financeira por meio da internet, prestando serviços a empresas, cooperativas,

66 O detalhamento de cada área pode ser encontrado em: <http://www.colivre.coop.br/Colivre/Organograma>.

órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pessoas físicas. Hoje a cooperativa tem atendido praticamente a todos estes segmentos mencionados com destaque ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Fundação Suíça Ynternet.org, a Associação do *Software* Livre, o Instituto Paulo Freire entre outros. Ela tenta “ao máximo estimular a produtividade e reduzir os custos desnecessários”, ressalta o Cooperado 1.

No que diz respeito às retiradas⁶⁷, estas são iguais para todos os cooperados independente da sua função, especialidade ou titulação acadêmica. A única ressalva está na quantidade de horas trabalhadas. Nesse sentido, por mais que o valor/hora seja comum, a retirada pode ser maior entre um cooperado e outro. A decisão quanto a quantidade de horas, segundo o Cooperado 1, estão pautadas nas atividades que são planejadas e aprovadas para cada mês, que dependem dos projetos em andamento. Para manter o valor de trabalho-hora estável e crescente foi criado “um Fundo de Remuneração que baliza a valoração dessa hora a ser remunerada” (Cooperado 2).

Um dos cooperados, questionado acerca das motivações para continuidade na cooperativa, com a retirada sendo de igual valor para todos, explica que devido aos membros serem advindos do movimento do *software* livre, que é pautado pela cultura meritocrática, tornou mais fácil a possibilidade de vivência da autogestão. O reconhecimento do trabalho é uma das principais motivações.

Quanto às sobras⁶⁸, na Colivre elas existem, apesar de não chegarem a somar um valor alto. A forma de distribuição é decidida na assembleia ordinária anual de prestação de contas. Nesta assembleia são decididas as prioridades de investimento. Segundo o Cooperado 1, “normalmente temos decidido usar as sobras para investimento na cooperativa, pagar os empréstimos iniciais que os sócios fizeram para constituição da Colivre (em especial daqueles que já deixaram o empreendimento), etc”.

Concepções políticas e a organização cotidiana do trabalho

A Colivre é pautada politicamente pelos seguintes valores que consideramos relevante reproduzir na íntegra⁶⁹:

- **Liberdade da informação**, considerando que todo conhecimento deve estar

⁶⁷ Termo grosseiramente correspondente aos salários, nas organizações capitalistas.

⁶⁸ Termo grosseiramente correspondente ao lucro, nas organizações capitalistas.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.colivre.coop.br/Colivre/MissaoVisaoValores>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

disponível livremente para a sociedade;

- **Autogestão**, enquanto um princípio democrático de construção coletiva;
- **Colaboração**, enquanto uma prática de cooperação e ajuda mútua;
- **Meritocracia**, enquanto valorização da experiência prática nas atividades realizadas de acordo com os princípios da organização;
- **Respeito e Tolerância**, todos os envolvidos com a organização, atores internos ou externos, são pessoas com necessidades, sentimentos e diferenças e assim devem ser vistos.

Como política de adesão de novos cooperados, a Colivre é aberta a novos cooperados quando há necessidade destes. Segundo o Cooperado 1 (2009),

em determinados momentos não há necessidade de entrada e geralmente não há interessados lá fora em se tornar sócios. Mas quando há necessidade e demanda interna recorremos a uma busca através de conhecidos.

O processo de seleção costuma ser realizado por meio de entrevistas, questionário e aprovação em assembleia.

No que se refere às diferenças políticas, religiosas, culturais, de gênero, sexuais, sociais, a cooperativa mantém uma posição de respeito e tolerância, “tratando com isenção quando estamos prestando serviço” (Cooperado 2), mas mantendo sua posição clara em se tratando de *software* livre. Complementa o Cooperado 2: “somos contra também a intolerância religiosa e discriminação racial ou problemas com homofobia, somos parceiros de uma organização não governamental chamada Safernet⁷⁰ que trabalha combatendo crimes dessa natureza na *Internet*”.

Para compreender a sua organização de trabalho, apresentamos como se configuram as relações jurídicas de trabalho, a jornada, horários e fluxos de trabalho e a distribuição das demandas.

Na Colivre, todos os seus membros são sócios, não há assalariados. Não há terceirização do trabalho, sendo todas as atividades desenvolvidas pelos próprios cooperados. Todos possuem ficha de matrícula e são relacionados em ata de fundação. Quanto ao apoio

70 Disponível em: <<http://www.safernet.org.br>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

jurídico, a cooperativa possui um contrato de permuta.

A jornada, horários e fluxos de trabalho são um exemplo concreto de alternativa aos modelos fechados de jornada de trabalho com horários rígidos de “entrada e saída”. O tempo de trabalho semanal varia de cooperado para cooperado e depende da disponibilidade de tempo deste e do(s) projeto(s) em andamento.

Os horários de trabalho são flexíveis, mas organizados através de escala (estar sempre conectado por telefone ou outro modo é imprescindível). Resume o Cooperado 2: “Nós não batemos ponto”.

Os fluxos de trabalho organizam-se por meio dos gestores de projetos/serviços ou coordenadores. As ações são registradas em sistema interno, onde é comparado o tempo previsto e o dispendido para a realização de determinada atividade. Conclui o Cooperado 2: “cada tipo de serviço tem um fluxo de trabalho próprio, mas todos são definidos pelos sócios em conjunto”.

Por fim, a distribuição das demandas é feita, segundo os cooperados consultados, de modo democrático, pois todos participam do processo e a “informação circula livremente”. A questão da possibilidade e competência é considerada prioritariamente na designação e acrescenta o Cooperado 2 (2009):

Se houver mais de uma pessoa com interesse em desempenhar o mesmo trabalho onde uma delas não tenha tantas experiências/competência, tentamos implementar um processo de capacitação interna, promovendo então uma interação entre o indivíduo que detém o conhecimento e o outro que não detém, mas que quer aprender.

O papel da Educação e o olhar sobre a economia solidária

A Colivre, como empreendimento pautado nos princípios da economia solidária, compreende o valor e o papel da Educação para a própria cooperativa e para os seus cooperados. Nessa direção, a cooperativa destina um fundo conhecido por Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) e obrigado por lei. Os cooperados demandam a cooperativa, que aprova ou não, em grupo, a requisição de formação. Chega-se a custear transporte, alimentação e hospedagem. Segundo o Cooperado 2, neste ano ultrapassou-se “o recurso destinado para isso; é algo que valorizamos muito”.

Atualmente, a Colivre atua em várias frentes que fazem interface direta com a Educação. Entre elas, são mencionadas:

- Serviços de capacitação, por meio de cursos, em *software* livre;
- Serviços que envolvem projetos de inclusão digital;
- Serviços para o Instituto Paulo Freire;
- Serviços para Universidades e Instituições de Ensino;
- “Os projetos de desenvolvimento de *software* envolvem um processo de educação e aperfeiçoamento contínuo” (Cooperado 1).

Quanto ao movimento da economia solidária, o Cooperado 2 entende que é um movimento de extrema relevância, mas que precisa ser mais divulgado e que ainda está muito pautado em agricultura familiar. Ademais, verifica que o governo poderia investir mais recursos na expansão dos princípios, criar novas linhas de crédito, investir em formação e aumentar os recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁷¹.

A Colivre contribui com o movimento em diversas frentes: a) participando e desenvolvendo a “rede virtual que coopera/ajuda as novas cooperativas que trabalham com SL”, a rede social do Fórum Brasileira de Economia Solidária (Cirandas.net)⁷²; b) tentando “acompanhar de certa forma as reuniões do Fórum de Economia Solidária da cidade”; c) difundindo os conceitos da economia solidária e do cooperativismo em contextos diferentes como eventos; d) consumindo produtos, enquanto indivíduos e empreendimento, de empreendimentos de economia solidária; e) questionando “editais públicos que restrinjam a participação de cooperativas”. A cooperativa também “foi um dos incentivadores da criação da Cooperativa de Consumo de Salvador - Rede Moinho, ainda em processo de formalização mas já em atividade” (Cooperado 1).

Tecnologia, cooperativas e Colivre

A Colivre, por tudo que já foi dito, pode ser considerada uma cooperativa exemplo/modelo para aquelas que buscam trilhar o mesmo caminho, pautados pelos

71 Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

72 Disponível em: <www.cirandas.net>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

princípios da economia solidária. Como relatou o Cooperado 1: “falar de autogestão é fácil, mas viver, sim, é desafiador”. Por este aspecto e muitos outros, este empreendimento merece respeito. Contudo, um aspecto de sua atuação carece de destaque: o aspecto tecnológico.

A sua missão e a sua atuação são fundantes para esse novo mundo possível que estamos construindo. A tecnologia baseada, especialmente, na informática e na computação é prerrogativa para quase todas as ações humanas na contemporaneidade. O celular e os cartões são companheiros inseparáveis e o computador é item essencial na “decoração” da casa. CDs, DVDs, TV Digital, *Internet*, a informação trafega por estes meios e por estas vias. Não é por menos que o grande bem, de maior valor da sociedade da informação é o conhecimento, e este distribuído na rede, não centralizado.

Os equipamentos ou meramente *hardwares* costumam ser inúteis sem sistemas operacionais, *softwares*, aplicações que os controlem; que façam a intermediação entre os zeros e uns e os seres humanos. São as interfaces gráficas que permitem a todos nós fazermos usos dessas máquinas. Um caixa eletrônico, um celular, uma TV Digital, um roteador *wireless* (que possibilita acesso sem fio), um *notebook*, todos eles dependem de *softwares* que lhes digam “o que fazer”.

Aqui, não falamos de qualquer *software*, falamos estritamente de *softwares* livres. *Softwares* livres são aqueles que, segundo a *Free Software Foundation* (FSF)⁷³, possuem quatro liberdades:

- a) A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade nº. 0);
- b) A liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade nº. 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- c) A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade nº. 2);
- d) A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade nº. 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

A Colivre, trabalhando no campo de desenvolvimento de *softwares* e manutenção de sistemas, está no fundamento desta sociedade, com o controle daquilo que produz: o *software*.

73 Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

Na sociedade em rede, o código, o *software* é a lei, como diria Lawrence Lessig⁷⁴.

Usar e defender o *software* livre viabiliza às cooperativas caminhos de sustentabilidade econômica e mesmo de coerência político-ideológica. Os valores das licenças de *software* como do *MS Windows / MS Office (Word, Excel etc.)* são proibitivas para boa parte das cooperativas. Já imaginou gastar cerca de R\$ 1.000,00 por computador somente para “regularizar” a situação dessas máquinas? Este é o preço pago facilmente em um novo computador. Para além das limitações econômicas, a opção pelo *software* proprietário é incoerente com os princípios da economia solidária.

As cooperativas/empreendimentos solidários que produzem *softwares* livres estão, por meio da disponibilização de soluções, como editores de texto, planilhas, gestão financeira, redes sociais, *sites web*, sistemas operacionais, navegadores *web*, gerenciadores de *e-mail*, entre outros *softwares*, tornando possível a constituição de cooperativas que necessitam, a cada dia mais, de alternativas tecnológicas para qualificar a sua produção e a gestão do seu trabalho. Quisera tivéssemos mais e mais cooperativas que alimentassem organizações da sociedade civil, governos e cooperativas com *softwares* livres para a consecução das suas finalidades. O Cooperado 2 complementa:

Temos em mente que o que fazemos é de certa forma inovador. Às vezes sentimos uma série de barreiras que podem dificultar o trabalho da Colivre, exemplificando “o aprisionamento cultural” da sociedade no uso de *softwares* proprietários, e por isso participamos do movimento do *software* livre para disseminar esse tipo de tecnologia e informar que para sociedade brasileira o uso do SL traz inúmeros benefícios.

Mirando o horizonte...

Gostaríamos de concluir apresentando quais parcerias a Colivre tem realizado, o acesso ao crédito e algumas das expectativas e sonhos delineados para si por meio de seus cooperados.

As parcerias normalmente nascem a partir dos primeiros contatos, ainda enquanto consumidores. Com a aproximação das duas organizações, percebendo-se afinidades entre

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.lessig.org/content/standard/0,1902,4165,00.html>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

elas, são estabelecidos vínculos mais sólidos e permanentes. O Cooperado 2 exemplifica citando a sua parceria com o Bansol, organização ligada à Escola de Administração/UFBA que fomenta e dissemina a economia solidária na região metropolitana de Salvador. E continua:

a parceria envolvia capacitação/assessoria ministrada pela Colivre para a migração das máquinas deles e, em troca, eles iriam organizar compras coletivas entre os empreendimentos/produtores e vários parceiros conhecidos; o objetivo final era incentivá-los a formar uma cooperativa de consumo.

Quanto ao acesso ao crédito, a Colivre ainda não o efetivou. Segundo o Cooperado 1, “até hoje temos evitado isso o máximo possível”. Contudo, o Cooperado 2 menciona que realizaram “uma pesquisa de mercado sobre linhas de financiamento que são subsidiadas pelo governo a fim de investirmos em um dos nossos 'produtos' mais promissores, porém ainda não tomamos a decisão definitiva de contratar”. Ele entende que há uma grande burocracia, mas que, devido à crise, os bancos dificultaram mais ainda a liberação deste crédito.

Concluindo, apresentamos alguns dos muitos sonhos que a Colivre possui a partir do olhar de seus cooperados. O Cooperado 1 replicou o texto do *site* que apresenta “Nossa Visão”⁷⁵ e que reproduzimos na íntegra:

Onde queremos chegar, hoje? "Ser uma organização autogerida, referência no Brasil por mérito pelas soluções tecnológicas fornecidas de acordo com seus princípios, além de tornar-se uma fonte de sustentabilidade econômica para os seus membros".

O Cooperado 2 menciona que recentemente foi desenvolvido o planejamento estratégico da cooperativa e que, em sua opinião, espera nos próximos dez anos

possibilitar a todos os cooperantes o trabalho somente junto a Colivre e a obtenção de um retorno desejável para manter as suas próprias famílias que estão em formação e, dentro de 10 anos, inclusive os nossos filhos. Tudo isso

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.colivre.coop.br/Colivre/MissaoVisaoValores>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

com um trabalho focado em ferramentas livres e consolidando internamente os princípios da economia solidária.

5 Projetos de democratização do conhecimento

No conjunto de iniciativas e organizações em favor da democratização do acesso ao conhecimento, estive envolvido em dois grandes projetos, que buscaram, cada um a seu modo, viabilizar um repositório comum às humanidades, com novos conhecimentos livres.

5.1 Projeto “Paulo Freire Memória e Presença: preservação e democratização do acesso ao patrimônio cultural brasileiro”

Em 2011, com o patrocínio da Petrobras, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, em parceria com o Ministério da Cultura, o Instituto Paulo Freire realiza o projeto “Paulo Freire Memória e Presença: preservação e democratização do acesso ao patrimônio cultural brasileiro”. O projeto foi contemplado em processo de seleção pública no Programa Petrobras Cultural (PPC), edição de 2010.

Atualmente já foram disponibilizados mais de 3.000 fotos, 30 mil páginas de textos, 200 vídeos e áudios, a maioria sob licenças *Creative Commons*.

Segue abaixo o texto na íntegra referente ao Projeto Paulo Freire Memória e Presença.

O Projeto

O Centro de Referência Paulo Freire (CRPF) acolhe, desde 1997, a biblioteca pessoal de Paulo Freire e outros materiais de e sobre ele. São cerca de sete mil volumes impressos, além de fotos, vídeos, documentários e inúmeros objetos pessoais do educador, como, por exemplo, o projetor de slides polonês que ele usou para o processo de alfabetização de jovens e adultos na década de 1960. A maior parte do acervo, cedido pelos próprios filhos ao Instituto Paulo Freire, conforme desejo do pai, não está catalogado e só pode ser acessado pelos interessados comparecendo ao local, que possui caráter público e de livre acesso. Recebe visitas de estudantes universitários, de pesquisadores de mestrado e doutorado e também de pessoas interessadas na sua vida e obra. Elas são das mais variadas áreas do conhecimento e vêm de diversas partes do Brasil e do mundo, revelando um enorme e crescente interesse

pelas contribuições de Paulo Freire. Este projeto visa contribuir para preservar os materiais existentes, garantir e democratizar o acesso qualificado à obra e ao legado freirianos. Para alcançar este objetivo, propomo-nos a organizar e catalogar o acervo físico do CRPF, digitalizar cinquenta mil páginas de textos, duzentos vídeos, duzentas fitas cassete e três mil fotos, disponibilizando presencial e virtualmente o acervo digitalizado e internacionalizando o conteúdo do *site* do Centro de Referência Paulo Freire.

Objetivo geral

Preservar os materiais existentes, garantir e democratizar acesso qualificado à obra e ao legado do educador Paulo Freire, inclusive aos portadores de deficiência.

Objetivos específicos

- Organizar e catalogar o acervo físico do Centro de Referência Paulo Freire;
- Digitalizar trinta mil páginas de textos, com vídeos, duzentas fitas cassete, quinhentas fotos produzidas por Paulo Freire ou que apresentem o educador e, na perspectiva da inclusão social, disponibilizar 2 mil páginas de e sobre Paulo Freire a portadores de deficiência visual;
- Digitalizar vinte mil páginas de textos, com vídeos e duas mil e quinhentas fotos produzidas pelo Instituto Paulo Freire, no plano da reinvenção do legado;
- Disponibilizar presencial e virtualmente o acervo digitalizado do Centro de Referência Paulo Freire. Internacionalizar o conteúdo do *site* do Centro de Referência Paulo Freire.

Justificativa

Paulo Freire foi um grande educador brasileiro, reconhecido internacionalmente. Ao inserir a educação popular na história das ideias pedagógicas, centrou suas análises na relação entre “educação e vida”, reagindo às pedagogias tecnicistas do seu tempo. Mais que um método de alfabetização de adultos, ofereceu uma teoria do conhecimento e deixou um legado que hoje atravessa, cruza e rompe fronteiras. Atualmente, seu pensamento é renovado por meio das diversas áreas do conhecimento. É um pensamento vivo e em evolução. A validade universal da teoria e da práxis de Paulo Freire está ligada, sobretudo, à: ênfase nas condições gnosiológicas da prática educativa; defesa da educação como ato dialógico e, ao mesmo

tempo, rigoroso, intuitivo, imaginativo, afetivo; noção de ciência aberta às necessidades populares.

O Centro de Referência Paulo Freire (CRPF) atende pesquisadores para elaboração de dissertações e teses, estudantes de graduação em fase de elaboração de monografias, grupos de estudantes interessados na vida e obra de Paulo Freire, gestores de unidades públicas e privadas em busca das contribuições do referencial freiriano, representantes do poder público e do ensino superior de instituições públicas e privadas - nacionais e internacionais. Em 2008, o CRPF recebeu 575 visitantes. Em 2009, atendeu a 680 pessoas. Dentre os países que visitaram o CRPF em 2009 e 2010, destacamos: Índia, Japão, Taiwan, Coreia, China, Austrália, Portugal, Nova Zelândia, França, Itália, Canadá, Finlândia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, México, Uruguai, Argentina, Chile, Estados Unidos, Cuba, Colômbia e Haiti.

Esta obra de tão expressiva relevância social está disponibilizada no prédio onde funciona o Instituto Paulo Freire, em São Paulo, ainda sem as condições técnicas ideais de conservação e preservação, colocando em risco alguns de seus preciosos materiais. Dada sua importância, é urgente e necessária a sua digitalização para preservar e qualificar o acesso aos materiais existentes no CRPF, seja de forma física ou virtual, ampliando o portão de entrada a usuários de bibliotecas, a provedores de informação, a pesquisadores de todas as áreas do conhecimento brasileiros e estrangeiros.

Compartilhar conhecimento é dar continuidade aos princípios de Paulo Freire. Nesse campo, embates constantes estão sendo travados buscando tornar os bens intelectuais como bens públicos da sociedade, reconhecendo que todos têm direito ao conhecimento, cujo acesso deve ser cada vez mais livre e ampliado. A obra e legado de Paulo Freire se inserem nesse movimento pela democratização do acesso ao conhecimento.

Neste contexto, faz-se necessário publicizar a contribuição da vida e da obra de Paulo Freire, que é um patrimônio cultural nacional e internacional, ampliando o acesso a esta literatura a universidades, movimentos sociais e a organizações de todo o mundo. Com isso, contribuiremos com a formação de professores, educadores populares e com todos aqueles interessados em processos educativos numa perspectiva emancipadora e intertransdisciplinar.

Além disto, com a expansão das redes de comunicação, temos a *Internet* como aliada para disponibilização do acervo em diferentes idiomas e formatos (contribuindo para o acesso a portadores de deficiência), ampliando a presença de conteúdos nacionais em português, somando-se às iniciativas que buscam compartilhar a produção cultural nacional na grande

rede. Esta é uma tarefa à qual o CRPF não pode se furtar.

Para realizar este trabalho, contamos com a existência *in loco* de todo o acervo já mencionado e com a autorização dos filhos de Paulo Freire, a quem pertencem os direitos autorais da obra produzida desde o início de sua carreira até 19 de agosto de 1988.

Estratégias de Ação (Memorial Descritivo)

1 Organizar e catalogar o acervo físico do Centro de Referência Paulo Freire

A organização/catalogação do acervo físico serão desenvolvidas sob orientação de um bibliotecário, auxiliado por estagiários. Todas as fichas catalográficas ficarão disponíveis na aplicação existente no site do CRPF.

2 Digitalizar 30 mil páginas de textos, cem vídeos, duzentas fitas cassete, quinhentas fotos produzidas por Paulo Freire ou que apresentem o educador e, na perspectiva da inclusão social, disponibilizar 2 mil páginas de e sobre Paulo Freire a portadores de deficiência visual

O material será indexado por um segundo bibliotecário, após o levantamento do acervo nos formatos: impresso, vídeo e áudio. A preparação para a digitalização exigirá cópias em alta qualidade dos textos impressos, visando à preservação do original. O material copiado será digitalizado e revisado com *softwares* apropriados. Os vídeos em VHS, as fotos e as fitas cassete serão submetidas a uma empresa especializada em digitalização que retornará esses materiais em DVD com alta resolução. Por fim, textos selecionados serão gravados em áudio.

3 Digitalizar 20 mil páginas de textos, cem vídeos e duas mil e quinhentas fotos produzidas pelo Instituto Paulo Freire, como reinvenção do legado

Observando os procedimentos mencionados no item 2, serão selecionadas e digitalizadas produções do IPF que expressam o processo de “reinvenção” e atualização do pensamento freiriano.

4 Disponibilizar o acervo digitalizado do CRPF

Os materiais ficarão disponíveis ao público por meio de acervo digital (*site* do CRPF) e acervo físico (próprio CRPF).

4.1 No acervo digital

Os textos, convertidos para o formato .pdf, serão mantidos no acervo em formatos abertos e editáveis. Os vídeos serão importados e editados com tempos que permitam baixá-los na íntegra. Os áudios, quando extensos, serão divididos em partes e disponibilizados para cópia no computador e para audição no navegador. As imagens serão editadas, permitindo acesso a maior número de usuários. Para a edição, serão adquiridos computadores e haverá formação técnica dos estagiários. Com o material editado, a equipe disponibilizará os arquivos nos registros criados no item 1. Para garantir a integridade dos dados, teremos: cópias de segurança em CDs/DVDs; gravação do acervo digital em dois *HDs* que comportarão esse montante de dados e ficarão em local seguro; gravação no *HD* da máquina de consulta pública e conservação no servidor *web*. Também será contratado um serviço de hospedagem, garantindo a disponibilização dos dados na rede durante todo o projeto.

4.2 No acervo físico

Os materiais digitalizados serão duplicados para possibilitar a consulta pública sem prejuízos à cópia original digital. Estes documentos, nos mais diversos formatos, serão acessíveis para cópia por meio de um computador que estará à disposição de visitantes. Para ampliar o acesso, *in loco*, de vídeos e áudios serão instalados um leitor/gravador de DVD e uma TV no espaço físico do CRPF.

4.3 Bibliotecas e comunidade freiriana

A maior parte do acervo será gravada em DVD e enviada, via correio, às bibliotecas públicas e universitárias brasileiras, bem como Institutos e Cátedras Paulo Freire no mundo.

5 Internacionalizar o conteúdo do site do CRPF

Será providenciada a tradução das fichas catalográficas dos materiais, do *site* do CRPF e adequação de sistema de publicação do *site* para ampliar a mobilidade entre idiomas. Serão traduzidas para inglês, espanhol e francês, que também traduzirá a interface de *menus*, textos de apresentação do CRPF, ferramentas, bem como a própria ficha digital. A adequação do sistema de publicação do *site* do CRPF para ampliar a mobilidade entre idiomas permitirá que o site detecte o idioma do navegador utilizado e converta a interface para a língua do

navegador, para que, mesmo com o navegador em espanhol, seja possível ver uma ficha completa em português ou francês.

Plano de distribuição de produtos culturais

O Centro de Referência Paulo Freire recebe, diariamente, pessoas interessadas em conhecer as ideias do educador ou ampliar o conhecimento que têm sobre ele. São pesquisadores nacionais e internacionais, geralmente mestrandos ou doutorandos em busca de obras que não estão disponíveis no mercado editorial ou em quaisquer bibliotecas públicas, mesmo as universitárias. Há também um grande número de pessoas que acessam o site do CRPF, buscando aprofundar estudos e pesquisas.

Além de disponibilizarmos o acervo física e virtualmente, objetivamos disponibilizar, em DVD, os produtos do projeto para: aqueles que visitam presencialmente; aqueles que visitam o site e solicitam subsídios impressos; 4.763 bibliotecas públicas brasileiras; 650 bibliotecas universitárias; 60 Institutos Paulo Freire e 16 Cátedras Paulo Freire espalhadas pelo mundo.

Para isso, temos a intenção de produzir, para distribuição gratuita, *kits* com grande parte do conteúdo digitalizado no projeto. Pretendemos elaborar sete mil *kits* com pasta personalizada, 2 *DVD-Rom* e 1 folheto de divulgação do projeto.

Os *kits* serão destinados gratuitamente ao público acima citado, que varia entre homens e mulheres de faixa etária acima dos 18 anos, de diferentes camadas sociais, e residentes no Brasil e em inúmeros países.

Plano de Divulgação, Comunicação e Contrapartidas

1. Divulgação e comunicação

A divulgação e a comunicação do projeto terão como canal central o *site* do Instituto Paulo Freire. Nele, será criada uma página específica para o projeto com a logomarca da instituição financiadora e serão preparados informes periódicos, divulgando o andamento das ações do projeto. Esses informes, bem como a página fixa do projeto, serão traduzidos para o inglês, espanhol e francês. Aos visitantes do Centro de Referência será entregue o folheto de divulgação do projeto com a logomarca do financiador. Além disso, serão divulgados os produtos do projeto nos fóruns, congressos, eventos nacionais e internacionais de que

participa o Instituto Paulo Freire em suas diversas áreas de atuação.

2. Contrapartidas

- **Institucionais:** todos os produtos elaborados contarão com a logomarca do financiador. O CRPF compromete-se a divulgar os materiais resultantes deste projeto em suas ações diárias.
- **Estruturais:** a democratização da obra e do legado do educador Paulo Freire contribuirá para a formação intelectual de jovens universitários de cursos de Pedagogia, Filosofia, História, entre outras áreas do conhecimento, bem como subsidiará educadores populares e projetos de pesquisa em universidades e centros de formação. Além de garantir que, por meio da *Internet*, as contribuições de Paulo Freire cheguem a um número bem maior de pessoas, sejam elas de regiões centrais do Brasil ou de lugares de difícil acesso, onde faltam bibliotecas físicas.
- **Compensatórias:** todos os produtos resultantes do projeto serão disponibilizados para o público em geral gratuitamente, inclusive para deficientes visuais devido ao processo de locução e gravação em áudio de textos.

5.2 Projeto “Democratização do acesso à produção científica na área de ciências humanas”

Este projeto foi escrito “a muitas mãos”, no intuito de criar uma rota alternativa para a reunião e disponibilização de comunicação científica aberta, e na sua totalidade (não só capítulos), na grande rede, por meio de pesquisadores de renome nacional e internacional.

Introdução

A demanda preexistente para o livre acesso ao material científico vem predominantemente por parte dos alunos. No contexto acadêmico eles estão hoje limitados a ler fotocópias de capítulos extraídos de livros pouco acessíveis, em vez de aproveitar o imenso potencial de relacionamento de ideias que a pesquisa temática *on-line* hoje permite. É importante lembrar que, entre alunos e professores, o mundo da Educação envolve no Brasil cerca de 60 milhões de pessoas.

Dados do INEP apontam para o crescimento da população estudantil universitária gerando uma necessidade maior ainda da ampliação do acesso ao conhecimento livre.

Gráfico 1: Evolução da população de estudantes (graduação).

Fonte: INEP

Gráfico 2: Evolução da população de estudantes (pós-graduação).

Fonte: INEP

=> Potencial tecnológico

Do ponto de vista da infraestrutura tecnológica, a facilidade do acesso, a força dos instrumentos de pesquisa e a conectividade tornada possível entre pesquisadores/estudantes

apontam para o imenso desnível existente no Brasil entre o potencial técnico disponibilizado e a acessibilidade do mesmo. A informação constitui um gigantesco recurso subutilizado.

A situação é paradoxal, pois nunca se dispôs de tanta tecnologia de informação como hoje. Bancos de dados, redes, portais, *sites*, conferências *on-line*, educação a distância, grupos de discussão, conexões de banda larga, geoprocessamento, sensoriamento remoto, generalização do acesso à telefonia, tudo indica uma autêntica explosão de capacidades técnicas de levantamento, organização e distribuição da informação.

Em parte por conta de seu excesso, a informação útil, quando afogada num mar de informações que não nos interessam num momento determinado, simplesmente não pode ser utilizada. Daí a importância de organizar a alimentação científica em um sistema que já existe.

As novas tecnologias permitem que o conhecimento adquirido pela humanidade sob forma de ciência, obras de arte, música, filmes e outras manifestações da economia criativa seja universalmente acessível, a custos virtualmente nulos. Temos, portanto, as tecnologias e a informação necessárias, mas não se formaram ferramentas de conhecimento organizado para, neste caso, dar suporte ao desenvolvimento educacional brasileiro.

A utilização de todo o potencial tecnológico não trata apenas do direito de acesso aos volumes. É vital o acesso rápido e prático, o "aqui e agora" que as tecnologias permitem, e que os alunos não entendem que não possam utilizar.

Mais importante ainda, com a disponibilização em meios digitais, abre-se a perspectiva de cruzamento inovador de conhecimentos, fator essencial na aprendizagem de qualquer ciência. Quando o conhecimento produzido é compartilhado, nada se perde: ao contrário, esse conhecimento retorna aprimorado.

=> Acessibilidade

O Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas de Acesso à Informação - GPOPPI, em recente levantamento, apontou que 30% dos livros utilizados como bibliografia em diversos cursos estão esgotados e não são reeditados. Além disso, tampouco podem ser copiados: "Isso não é apenas surpreendente pelo fato de que os estudantes não têm acesso direto a cerca de um quarto dos livros adotados nos cursos, mas também pelo fato de que as editoras parecem desperdiçar o potencial comercial das reedições de livros clássicos". Um agravante é o fato de

que grande parte das obras se tornaram indisponíveis porque não se consegue sequer identificar o dono dos direitos, isto para quem está disposto a pagar para reeditar.

Além disso, a cultura acadêmica edita revistas em 500 exemplares de difícil acesso às bibliotecas, no “arquipélago acadêmico” que representam as universidades do país. Desta forma, o acesso ao conteúdo científico fica limitado, obrigando alunos e professores a se deslocarem para diferentes bibliotecas em busca deste material.

Outro resultado do levantamento do GPOPAI diz respeito ao custo de aquisição da bibliografia: por ciclo letivo, os alunos deveriam gastar R\$ 3.800,00 com livros (isto sem considerar os livros adotados que estão esgotados, e que chegam a 1/3 da base bibliográfica). Como 80% vêm de famílias com até 5 salários-mínimos, isto significa que os livros simplesmente não são adquiridos. É preciso lembrar também que o grupo formado por estudantes de renda inferior a 5 salários-mínimos deve continuar ganhando representatividade na população total de novos entrantes nos cursos do ensino superior, impulsionado pelas políticas inclusivas criadas pelo governo federal.

=> Casos de uso

A partir do movimento do *Software* Livre, da Iniciativa do Acesso Aberto (*Open Access Initiative*), Recursos Educacionais Abertos (REA) e da queixa de inúmeros professores, pesquisadores e autores que encontram seus textos relegados a espaços pouco acessíveis ou estáticos, como estantes de bibliotecas físicas com pouquíssima consulta, apoiadas nas tecnologias da informação e da comunicação de que dispomos, inúmeras experiências de compartilhamento de conteúdo acadêmico-científico tem sido disponibilizadas na grande rede.

São bibliotecas digitais de teses e dissertações presentes já na maior parte das universidades públicas brasileiras, cursos abertos (*Open Coursewares*), como inaugurou recentemente a Unicamp. Esse curso teve por experiência de grande relevância acadêmica o primeiro *Open Courseware* inaugurado pelo MIT em que foram disponibilizados todos os textos, vídeos, áudios e imagens dos cursos que realizaram de forma gratuita, sem fins lucrativos, fazendo jus à função social da própria ciência que deve servir a sociedade e não aos interesses particulares ou do lucro.

Em consulta a página do *Open Courseware Consortium*

(<http://www.ocwconsortium.org/en/courses/ocwsites>), temos cerca de 140 organizações em vários países do mundo participação e somente 3 destas são brasileiras: a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e a Escola Superior de Administração e Gestão (ESAGS) têm suas experiências publicizadas no *site*. Isto é um indicador do quanto estamos ficando cada vez mais distanciados de outros países que estão criando ambientes de acesso aberto, colaborativo e gratuito para uso didático-científico sem fins lucrativos utilizando-se de licenças abertas como a *Creative Commons* para a sua socialização.

Este projeto é uma resposta a uma demanda voluntária de disponibilização de conteúdo científico já existente, entre estes autores podemos citar o professor Ladislau Dowbor, Moacir Gadotti, Carlos Rodrigues Brandão, entre outros que irão paulatinamente se associando à iniciativa, recomendando outros autores e compartilhando suas produções com o suporte de uma equipe de produtores digitais, jornalista, designer gráfico, administrador de sistemas e servidores, bibliotecária e advogado.

Nesta direção, busca-se, além de criar um repositório digital com a obra de diversos autores da área de ciências humanas e sociais de relevância nacional e internacional, ser um grande filtro qualificado de boa parte da produção acadêmica nestas áreas. Como insistiria Chris Anderson em seu livro “A Cauda Longa”: problematizando a quantidade massiva de material publicizado na rede, apontando como grandes diferenciais a busca e os filtros e ressaltando nestes, cada vez mais, sua feição colaborativa.

Por fim, vale destacar que a iniciativa, partindo da filosofia do Acesso Aberto, é interoperável com outras iniciativas, isto é, outros acervos podem recuperar informações dessa base e exibi-la em seus próprios acervos, evitando a criação de “guetos digitais”.

Justificativa

Tendo como ações-chave a recuperação, digitalização, indexação e a viabilização do acesso às produções acadêmicas, aos documentos de relevância histórica e aos materiais de ensino e pesquisa produzidos por cientistas, em formatos digitais adequados, o projeto visa tornar disponível *on-line* o grande acervo de estudos, artigos, entrevistas, conferências gravadas e outras contribuições por parte da comunidade científico-acadêmica nas ciências humanas.

Tal iniciativa busca, por um lado, tornar acessível um grande volume de obras que, prioritariamente, não estejam sob proibição formal de reprodução (*copyrights*, patentes) e praticamente eliminar os custos para obtenção destes materiais. Por outro, destina-se a oferecer uma rede confiável de conteúdo científico (para que este possa ser efetivamente utilizado) com um aporte tecnológico que facilita não só a pesquisa, mas também possibilita o cruzamento de informações, ampliando o escopo do conhecimento.

O ferramental que permitirá a organização do conhecimento científico certamente deve levar em conta a relevância do material. Isto para evitar a fragilidade que representa, como instrumento de trabalho, o *Scientific Commons*, que hoje com mais de 13 milhões textos torna particularmente difícil selecionar textos significativos.

O núcleo inicial de intelectuais da rede irá incorporando outros intelectuais, professores e especialistas em temas específicos na medida em que manifestem interesse e queiram aderir a um protocolo mínimo de forma de apresentação de produção científica. Cada integrante da rede poderá, sucessivamente, sugerir outros participantes, formando gradualmente uma ampla rede de acesso gratuito e ágil ao conjunto de produções científicas credenciadas por um dos membros da rede, ficando cada um responsável pela qualidade do material inserido.

Objetivo Geral

Este projeto tem como objetivo a formação de um acervo digital público para resgate, documentação e garantia de acesso universal de uma parte importante do patrimônio intelectual brasileiro produzido na área científica, amplamente definida como Ciências Humanas.

Objetivos Específicos

- Implementar um repositório de objetos digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual da rede de pesquisadores participantes;
- Formar uma rede de *sites/blogs* científicos individuais de professores da área de ciências humanas;
- Identificar, catalogar, indexar, editar, digitalizar e disponibilizar o conteúdo nas

páginas pessoais ou da própria plataforma;

- Formar um conselho editorial com um núcleo inicial de até 3 professores/pesquisadores;
- Divulgar as ações do projeto ao público em geral;
- Promover um evento científico para discussão e apresentação do projeto.

Metodologia

=> Implementar um repositório de objetos digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual da rede de pesquisadores participantes.

Para a implementação do repositório de objetos digitais será desenvolvida uma solução tecnológica para gestão de acervos digitais a partir do levantamento dos pré-requisitos de *hardware* e *software*, identificação de soluções, da especificação e implementação e dos testes da ferramenta selecionada. A plataforma garantirá que os pesquisadores tenham autonomia para customização de sua área específica, respeitando os padrões estabelecidos para todo o *site*. A implementação, manutenção e ajustes no servidor contratado será realizado pela própria instituição como contrapartida, já a correção de *bugs* e melhorias na plataforma serão realizadas por um serviço terceirizado.

O ambiente viabilizará uma comunicação com o público por meio de notícias, chamadas para materiais em destaque e um "Fale Conosco". Estas notícias serão produzidas pelo jornalista prevista no projeto.

Elaboraremos a identidade visual do projeto que virá a ser utilizada como modelo para a interface gráfica do repositório de objetos digitais, fazendo adequações permanentes no decurso do projeto. Ao final, a ferramenta será disponibilizada ao público.

Além disso, será implementado um serviço de busca capaz de recuperar informações da própria plataforma central, bem como das páginas agregadas, contanto que estejam nos padrões necessários para a busca.

=> Formar uma rede de *sites/blogs* científicos individuais de professores da área de ciências sociais e humanas.

Serão identificados potenciais pesquisadores que tenham interesse em disponibilizar suas obras (livros, artigos, palestras, entrevistas, manuscritos, folhetos etc nos diversos formatos) na plataforma. O contato com estes interessados será realizado de forma presencial, via telefone ou *e-mail*. Cada novo participante receberá um ambiente próprio, formação para o seu uso e, no caso de pesquisadores que já possuam um *site* próprio, estes serão adequados para atuarem em conformação com ambiente principal.

=> Identificar, catalogar, indexar, editar, digitalizar e disponibilizar o conteúdo nas páginas pessoais ou da própria plataforma.

Os materiais em texto, áudio, vídeo e imagem serão recuperados - ou recebidos - através dos próprios autores e pela intermediação da coordenação e dos bibliotecários, com o suporte do técnico em produção digital. Estes podem estar em suporte digital ou impresso. Este advogado será responsável por levantar com editoras, e outras organizações, autorizações para disponibilização de livros, vídeos, cedidos previamente, e com exclusividade, a esses meios.

Se os materiais estiverem em suporte digital, será realizada, inicialmente, uma cópia de segurança dos materiais levantados ou recebidos. Em seguida, estes serão padronizados pelo técnico a partir da política editorial da própria rede. Posteriormente, poderão ser disponibilizados no ambiente. Caso os pesquisadores não tenham domínio suficiente das tecnologias que virão a ser utilizadas, todo o processo de padronização e alimentação da base de dados será realizado pela equipe contratada.

Se os materiais estiverem apenas em suporte papel, a organização, identificação/catalogação e indexação serão desenvolvidos pelos bibliotecários, com o auxílio do técnico de produção digital e da jornalista. O sistema utilizado permitirá que a catalogação e a indexação sejam realizadas diretamente no ambiente virtual, ficando disponíveis em tempo real.

Com os materiais catalogados, dar-se-á início ao processo de digitalização que será realizado com *softwares* e equipamentos como *scanner*, digitalizadores de áudio e vídeo, computadores e ilhas de edição a cargo dos técnico de produção digital. Os textos digitalizados, quando em formato aberto, passarão por um processo de correção ortográfica, seguido de conversão, padronização e disponibilização no ambiente virtual da rede.

Quanto aos vídeos em *VHS* e os áudios em fitas cassete, se necessário, estes serão submetidos à limpeza para retirada de mofo ou outros danos, comum em materiais muito antigos ou mal-acondicionados. Depois de limpos/restaurados, estes serão digitalizados, copiados para os respectivos autores e, por fim, convertidos, padronizados e disponibilizados no padrão definido pela política editorial da rede. As fotos consideradas de relevância pelos autores serão digitalizadas, seguindo o mesmo procedimento que os materiais anteriores.

=> Formar um conselho editorial com um núcleo inicial de até 3 professores/pesquisadores.

Será feito um levantamento de três nomes que serão selecionados para compor o conselho editorial. Estes serão responsáveis, junto com toda a equipe envolvida, por organizar a política editorial, definir normas de funcionamento e procedimentos de entrada na rede, tais como o conjunto de metadados, licença, assinatura da declaração de Berlim e compatibilização de *blog/site* do autor(a). A política, normas e procedimentos serão publicados no *site* para conhecimento do público.

=> Divulgar as ações do projeto ao público em geral

Para dar visibilidade à iniciativa, pretendemos realizar uma ação de comunicação no âmbito do impresso e do digital. Quanto ao impresso, será produzida e impressa uma série de materiais gráficos, tais como pôsteres, cartazes e *banners*, e, no digital, serão utilizados o *site* do Instituto Paulo Freire, as redes sociais como *identi.ca*, *twitter*, rede social da UniFreire, *Facebook* etc., para divulgação do projeto, bem como de seus apoiadores.

=> Promover um evento científico para discussão e apresentação do projeto.

A promoção de um evento científico tem por objetivo apresentar o projeto - com destaque para a sua plataforma - para uma comunidade de pesquisadores e acadêmicos, bem como colher contribuições para potencializar o seu funcionamento. O evento acontecerá durante um único dia no período da manhã e tarde com apoio das organizações dos pesquisadores envolvidos. A equipe do projeto planejará o evento, prevendo sua data,

programação, formato e temas a serem discutidos.

Para o evento também deverá ser produzido material de divulgação com a identidade do projeto, sendo o mesmo divulgado em universidades e outras instituições, no campo das Ciências Humanas, por meio do *site*, redes sociais (*identi.ca*, *twitter*, rede social da UniFreire, *Facebook* etc.), convite eletrônico, cartazes, *banners* e pôlderes. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas no *site* do evento. Prevemos, inclusive, que o encontro seja transmitido integralmente pela *Internet* e as gravações sejam disponibilizadas para aqueles que não puderam participar das discussões.

CAPÍTULO III

DEMOCRATIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO

“E o que é uma universidade? Certamente não se limita a um conjunto de professores e de alunos; não é somente a biblioteca, laboratórios e currículos. Ela não se confunde com suas paredes, seus equipamentos, suas quadras de esporte. Uma Universidade é um conjunto de relações sociais e humanas” (Fórum Paulo Freire 2000 - Carta de Bolonha).

“Pensa-se, em regra, que as universidades representam o produto puro e simples da atividade criadora dos grupos de especialistas que nelas trabalham cooperativamente. Isso é verdadeiro, mas em parte. O que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas – é o que se faz com o que elas produzem” (Florestan Fernandes, Educação e Sociedade no Brasil, 1966, p. 205).

Nos capítulos I e II desta tese, vimos de que maneira o conhecimento, como bem imaterial / intelectual, vem sendo mercantilizado e privatização por poucos grupos, e de que maneira a comunidade planetária vem se organizado, mobilizando contra essa “onda” e criando alternativas para a libertação de conhecimentos encarcerados e para o nascimento e manutenção de conhecimentos livres.

No âmbito da Educação, *locus* em que é defendida esta tese, o processo de mercantilização e privatização da Educação é intenso e permanente, com embates no âmbito dos órgãos internacionais, governos e grandes corporações. A extensão deste movimento percorre da Educação Básica à Pós-graduação. O estímulo e o “respeito” ao direito autorial, à “propriedade intelectual” e as patentes dá-se em todos os níveis.

Apesar de todas essas inflexões nos vários níveis da Educação, neste capítulo iremos nos dedicar exclusivamente ao trato dos movimentos pela mercantilização e pela

democratização da Universidade, brasileira e, em sua grande maioria, pública.

Entendemos que, apesar das empresas e centros de pesquisa, criaremos seus próprios canais de pesquisa, fora ou desvinculados das Universidades, ela ainda é o principal espaço de processo de conhecimento, de ciência e tecnologia. É a instituição por excelência para a produção de novos saberes, com profissionais dedicados permanentemente à socialização do legado do saber e ao seu avanço / aprofundamento.

As Universidades e as Faculdades, além de produtoras de novos conhecimentos, são formadoras de novos profissionais que atuam na própria Universidade, na Educação Básica e no mercado de trabalho em geral. Em alguma medida, ela é o coração que bombeia uma concepção de mundo, de homem, de sociedade e de Educação, para todos os outros níveis. Não é sem razão que, em nosso estudo, a Educação Superior é quem sofre permanentemente intervenções no intuito de sua privatização e mercantilização, para que sirva não mais ao bem comum, mas inteiramente aos interesses do mercado.

Assim, neste terceiro capítulo, retomaremos a concepção original com que nasceram as universidades, recuperando a sua história e, contudo, sem o intuito de aprofundá-la, por não ser o objeto de nosso estudo. Perpassaremos algumas das iniciativas/movimentos em prol da mercantilização / privatização do Ensino Superior e, por fim, apresentaremos as medidas de resistência / proposição, tais como as universidades livres, abertas e populares.

1 A universidade e a produção e a democratização do conhecimento

Segundo o Dicionário Houaiss, a Universidade⁷⁶ é a “instituição de ensino e pesquisa constituída por um conjunto de faculdades e escolas destinadas a promover a formação profissional e científica de pessoal de nível superior e a realizar pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico e a divulgação de seus resultados à comunidade científica mais ampla”. Em sua etimologia, vinda do latim, *universitas, átis*, quer dizer, *universalidade, totalidade, companhia, corporação, colégio, associação* e, segundo tradução feita pelo Google Tradutor, para o termo *Universitas*⁷⁷ temos como resultado *todos*, o que se identifica com a ideia de totalidade ou universalidade.

A Universidade sempre foi, todavia, essa instituição de ensino e pesquisa? Em que

76 Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=universidade&stype=k>>. Acesso em: 3 de abril de 2012.

77 Disponível em: <<http://translate.google.com.br/#la|pt|universitas>>. Acesso em: 3 de abril de 2012.

medida era universal ou buscava a totalidade? Era uma corporação? Para responder estas e outras questões, apoiamo-nos nos autores Luciana de Araújo Nascimento, Célio Juvenal Costa, Franklin Leopoldo, Friedrich Karl von Savigny, Helgio Trindade, Jacques Le Goff, Jacques Verger, Terezinha Oliveira e Hastings Rashdall.

1.1 O nascimento das universidades

A primeira universidade, em uma

definição mais abrangente, a Academia, fundada em 387 a.C. pelo filósofo grego Platão no bosque de Academos próximo a Atenas, pode ser entendida como a primeira universidade. Nela os estudantes aprendiam filosofia, matemática e ginástica. Não constituía, entretanto, realmente uma universidade, porquanto cada pensador fundava uma escola para repassar seus conhecimentos, não para debatê-los (WIKIPÉDIA, 2012).

A historiografia consultada afirma não ser possível datar, com exatidão, a criação das universidades, mas reconhece que ela “não é uma criação arbitrária” (OLIVEIRA, 2012a, p. 66). Ainda segundo Oliveira,

o primeiro problema com o qual Savigny se depara é a dificuldade de se definir um fato específico que teria marcado o nascimento dessa Instituição. Do seu ponto de vista, essa origem pode ser explicada pela existência de um grande mestre, por um privilégio imperial, por uma concessão eclesiástica, enfim, nada assegura, com exatidão, o acontecimento que permitiu o nascimento dessa corporação (OLIVEIRA, 2012a, p. 67).

Assim, as universidades, no sentido estrito, nascem na Idade Média, virada do século XII para o XIII, sob disputa permanente entre a igreja e a realeza, e tem uma importância fundamental na época. Entre os eventos que estimularam o nascimento destas instituições, estiveram “o renascimento das cidades, o desenvolvimento das corporações de ofícios, o florescimento do comércio, o aparecimento do mercador [...] a divisão do trabalho entre o campo e as comunas [...] o surgimento das ordens religiosas mendicantes” (OLIVEIRA,

2012b, p. 120), “[...] o acúmulo e curiosidades do saber humano, o reconhecimento da Igreja e da sociedade quanto à importância da instituição universitária, o contato medieval com a cultura oriental” (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 2), “[...] transformações europeias no século XII, nos campos cultural, social, jurídico, religioso e comercial” (JANOTTI *apud* NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 4).

Se até então a Igreja, portanto, a religião, indicava o caminho intelectual, com o surgimento das universidades e de um novo intelectual modifica-se esse caminhar, colocando na ordem do dia a importância dos saberes científicos. Não é gratuito que, no século XIII, verificamos o florescimento das universidades, o início da formação dos estados modernos e, concomitantemente, este é o século da alta Escolástica (OLIVEIRA, 2012b, p. 123).

Paulo Nardi, estudioso das relações entre as universidades e os poderes laicos e eclesiásticos destaca, a partir de Savigny, a importância da constituição imperial de Frederico I, em 1155, conhecida por *Authentica Habita*. Essa lei oferecia proteção real “às gentes de estudo” e protegia o saber científico e aqueles a ele dedicados, sejam eles naturais da Itália ou estrangeiros (OLIVEIRA, 2012a, p. 68).

Devido à relevância, destacamos o comentarista medieval Bartolomeus Bologninus, datado de 12 de janeiro de 1492:

O imperador Frederico Barbarossa de Hohenstaufen (imperador entre 1152-1190) emitiu sua constituição "Authentica Habita" em 1155, quando ele veio pela primeira vez para a Itália para receber a coroa. Em maio de 1155, perto de Bolonha, ele conheceu os mestres e alunos da Faculdade de Direito. Segundo o autor anônimo de *Carmen de gestis Frederici I*, os estudiosos pediram-lhe que proibisse o exercício do direito de represália(s) contra estudiosos estrangeiros (prisão de pessoas ou apreensão de bens para satisfazer as dívidas contraídas por seus compatriotas) e que lhes concedesse a liberdade de trânsito "para que todos os homens ocupados com os estudos, fossem livres para ir e vir e habitar em segurança" [*ut nemo studium exercere volentes impediat stantes nec nec Euntes redeuntes*]. Frederico I Barbarossa imediatamente emitiu a célebre Constituição, na qual afirmava o

valor proeminente do conhecimento científico, e reconhecia, como merecedores de proteção, todas as pessoas que foram obrigadas a viver longe de seu país em busca de ensino superior. Ele concedeu a professores de direito civil, e estudantes, os mesmos direitos já usufruídos por estudantes de Direito Canônico (que, como clérigos desfrutavam de uma série de privilégios *ipso facto*). Ninguém deveria ousar ferir, julgar erroneamente, ou tentar recuperar dívidas contraídas por compatriotas (BOLOGNINUS, 1492, tradução nossa).

Oliveira (2012b, p. 120) reforça que, apesar da constituição de Frederico I ser a primeira lei que reforça a importância dos “estudiosos”, na opinião dos historiadores Steenberghen e Jacques Le Goff, o nascimento das universidades estão ligados às escolas do século XII, tais como as francesas, em Paris, Chartes e Claraval. Ullmann (*apud* NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 4) reitera esse argumento, defendendo que neste século foram criadas as faculdades de Direito, Medicina e Teologia, no intuito de servir à Deus e à Igreja, sendo úteis à sociedade, suportadas pela outorga do pontificado, por meio da *licentia ubique docendi*, que licenciava para a docência.

Para Trindade (2012, p. 7), a universidade medieval se constitui de modo espontâneo (*consuetudine*) ou por bula papal ou imperial. Jacques Verger (*apud* OLIVEIRA, 2012a, p. 73), agrupa o surgimento das universidades em três grandes grupos: universidades “espontâneas”, nascidas por migração e “criadas”.

As universidades “espontâneas”, ou *ex consuetudine*, são aquelas nascidas de escolas pré-existentes, como as de Paris, Bolonha e Oxford (VERGER, 1999, p. 81-82). Oliveira complementa: “Ao se desenvolverem as relações sociais nesses locais, essas escolas passam a agregar um número cada vez maior de pessoas e a unir interesses diversos em seu seio” (OLIVEIRA, 2012a, p. 73).

As universidades nascidas por migração, *ex migratione*, são aquelas originadas devido a processos migratórios de professores e alunos. As migrações ocorriam, devido a processos de apartação, “secessão” nas próprias instituições universitárias. Estes professores e alunos acabavam por fundar outras instituições. Os principais casos foram: Pádua em 1222, originada de Bolonha; Orleans em 1235, de Paris e Cambridge em 1233, de Oxford. Complementa Oliveira:

As Universidades por secessão teriam sua origem em virtude das disputas entre as autoridades locais e os homens de saberes que, muitas vezes, saíam de um local onde já se encontravam havia bastante tempo e iam para os locais onde tivessem mais proteção e aceitabilidade das autoridades e da população em geral (OLIVEIRA, 2012a, p. 74).

As universidades “criadas”, ou *ex privilegio*, são aquelas nascidas por meio de bula papal ou outorga real / imperial. Estes documentos definiam “*a priori* seus estatutos e privilégios”. Entre elas, estiveram Nápoles (1224), Toulouse (1229), Palência (1212-1214), Sevilha (1254), entre outras. Explica Oliveira:

Ela significa que papas e soberanos não se contentam em tolerar ou encorajar o desenvolvimento espontâneo de universidades nascidas antes de tudo do desenvolvimento intelectual do século XII, mas que empreendem eles mesmos a criação de universidades, tendo tomado consciência do papel que elas podiam desempenhar ao colocar à disposição da Igreja ou do Estado um pessoal intelectualmente qualificado. Significava reconhecer na formação universitária, além de seu valor cultural e de seu prestígio, uma utilidade prática e um alcance político. [...] O Papa, um imperador, um rei, ao criarem uma Universidade estariam, em última instância, criando as bases teóricas de sustentação de seu poder. Esses governantes procuram nas Universidades não só quadros administrativos, mas, efetivamente, verdadeiros defensores de seu governo. [...] Exatamente por isso a Universidade se constitui, na Idade Média, uma Instituição que precisa de privilégios e de proteção (OLIVEIRA, 2012a, p. 74-75).

Entre estes privilégios estavam a isenção de serviço militar ou impostos cobrados aos moradores dos burgos. Ullmann (*apud* NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 6) complementam: “para o chanceler excomungar alguém, tinha que ter prévia licença do Papa [...] professores e alunos não estavam sujeitos a jurisdição civil [...] Quem procedia ao julgamento era o tribunal da Universidade. Os professores tinham o direito de fazer greve”.

1.2 A organização das universidades na Idade Média

Na Idade Média, as universidades eram uma organização autônoma, com liberdade organizativa; gozando de diversos privilégios; cosmopolita, pois recebi professores e alunos de todas as partes do mundo; e protegido por reis, imperadores e papas, gozando de diversos privilégios. Afirma Verger:

essas primeiras universidades, para além da diversidade das instituições, tinham em comum serem organismos autônomos de natureza corporativa. Ser autônomo significa ser mestre de seu recrutamento, poder dotar-se de estatuto, poder impor a seus membros o respeito a uma certa disciplina coletiva e a regras de cooperação mútua, ser reconhecido como uma pessoa moral pelas autoridades exteriores, tanto eclesiásticas quanto laicas, poder, enfim, organizar livremente aquilo que era a própria razão de ser da cooperação universitária, quer dizer, o ensino, os programas, a duração dos estudos, as modalidades de exames que sancionavam esses estudos e a colação dos graus que coroavam o êxito nos ditos exames. As universidades eram, em alguma medida, federações de escolas (VERGER, 1999, p. 81-82).

Nas universidades, a língua comum era o latim, que viabilizava a comunicação entre alunos, deles com os mestres, normalizava o discurso, evitando qualquer confusão conceitual.

Ullmann (*apud* NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 7) comenta que os alunos, buscando cooperação em defesa de seus privilégios, organizavam-se em “nações”, agrupando mestres e estudantes das mesmas regiões. O autor exemplifica, com os casos de Paris e Bolonha, respectivamente:

a) fidelíssima *natio Picardia* era composta por estudantes oriundos de *Picardia* e dos Países Baixos; b) os normandos formavam a venerada *natio Nomandiae*; c) a honoranda *natio Gallicana*, agrupava os franceses, os espanhóis, os italianos e os gregos; d) finalmente a *constantissima natio Anglicana* ou *Alemaniae*, abrangia os ingleses, os estudantes vindos dos países germânicos, bem como os do norte e do leste europeus. [...] Já na universidade de Bolonha, os estudantes se

dividiam em duas nações, os ultramontanos e os citramontanos. Os primeiros eram estudantes estrangeiros, de diversas regiões como da França, Espanha, Alemanha, Proença, Inglaterra, formando um total de dezoito nações. Os citramontanos eram alunos de diferentes regiões da Itália e contavam com dezesseis grupos estudantis.

Quanto ao currículo, as primeiras universidades ensinavam as artes liberais ou faculdades de artes, como conteúdo introdutório, seguindo de Teologia, Direito (Canônico e Civil) e Medicina, as faculdades superiores.

As artes liberais, originadas na Antiguidade, foram consolidadas na Idade Média como o *trivium* e o *quadrivium*. O *trivium* contemplava a gramática, retórica e lógica, e o *quadrivium*, aritmética, geometria, música e astronomia. Concluídos os estudos das faculdades de artes, os estudantes poderiam dedicar-se às faculdades superiores. Apesar da maior parte do conteúdo ser comum às universidades, Charles e Verger apontam algumas distinções entre autores e assuntos discutidos:

Prisciano (por volta de 500) na Gramática, Aristóteles na Lógica e na Filosofia, a Bíblia na Teologia, os dois *Corpus* (*Júris civilis* e *Júris cononici*) no Direito, um conjunto mais compósito (tratados hoprocráticos, galênicos e árabes) na Medicina, constituíram autoridades essenciais [...] (VERGER; CHARLES *apud* NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 8).

A metodologia de ensino e aprendizagem das primeiras universidades era essencialmente leitura, reflexão e debate, subdivididas em ordinárias, realizadas pelo mestre no período da manhã, e extraordinárias, pelos bacharéis, para o aprofundamento das aulas matutinas. As aulas eram essencialmente experiências orais.

As aulas iniciavam-se com o *lectio*, isto é, a leitura e interpretação dos textos referentes a determinados conteúdos, realizado pelos mestres.

Após o *lectio*, seguiam-se as *quaestiones*. As *quaestiones* era o espaço em que os estudantes elaboram suas teses no intuito de defender as suas ideias. Os comentários poderiam ser feitos, “do ponto de vista gramatical, jurídico, filosófico, linguístico” (POMBO, 2012).

Por fim, ocorria o *disputatio*. O *disputatio* era o momento do debate, em que estudantes e mestres poderiam discutir suas teses, aprofundando os assuntos trabalhados,

praticando a dialética. A *disputatio* ordinária acontecia regularmente, a cada semana ou quinzena, para “reforço do conteúdo” (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 7), e a extraordinária ocorria uma ou duas vezes por ano, no Natal ou Páscoa. Explica COSTA:

Na ordinária, o mestre escolhia um tema e encarregava um ou dois bacharéis para apresentar e defender o tema aos membros da mesma faculdade. Nessas circunstâncias ocorriam as argumentações contra os bacharéis e esses contestavam defendendo suas ideias, quando necessário podiam recorrer ao mestre. No final o lente apresentava sua determinação, expondo os argumentos contra e a favor e estabelecendo uma solução ao confronto. Já as disputas extraordinárias poderiam ser a respeito de qualquer tema da faculdade, não versando sobre alguma tese estudada com antecedência, era o professor que se submetia a responder as perguntas, assessorado por um bacharel (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 7).

A *disputatio* extraordinária, conhecida por *disputatio solemnis, generalis* ou de *quodlibet*, ocorria na “presença do bispo, do chanceler e de toda a faculdade. O mestre que aceitou a presidência deve estar disposto a responder a todas as questões que se lhe queira pôr (daí o título de *quodlibet*, disputas quodlibéticas, quodlibeta)” (OLIVEIRA, 2012a, p. 72). Segundo Pombo (2012), essas discussões “diante de um auditório de mestres e alunos, [...] muitas vezes davam origem a tratados completos de teologia ou filosofia”.

A aprendizagem dos estudantes, por se tratar de um método de ensino quase que completamente oral, tinha como principal recurso a memorização. Como os livros eram caros e sua confecção lenta, eles recorriam ao aluguel de manuscritos e livros, ou adquiriam usados. Faziam muitas glosas, espécie de anotações sobre os conteúdos discutidos (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 7).

Quanto aos graus acadêmicos, ocorre alguma homogeneização entre os cursos. Explicam Nascimento e Costa:

Para a obtenção dos graus universitários tem-se o seguinte: para se tornar bacharel era necessário exame com três ou quatro mestres. O filósofo tinha que ter seis anos de estudo e o teólogo quatorze; ser bacharel significava ser assistente de um professor universitário. Após o bacharelado, se o estudante

se interessasse pela vida universitária, poderia, depois de dois anos trabalhando como professor sob orientação de um mestre e depois de se sujeitar ao júri de docentes para avaliação por meio de questões orais, se aprovado, se tornar mestre (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 8).

1.3 O conceito da *Universitas* e a função social das primeiras universidades

O termo *Universitas* é traduzido, de modo recorrente, e no sentido estrito, através da ideia de totalidade. Assim o definem o Dicionário Houaiss⁷⁸, Google Translator⁷⁹, University of Notre Dame⁸⁰, Dicionário Latino de Charlton T. Lewis⁸¹ e o site <http://www.latin-dictionary.net> (Oxford Latin Dictionary, 1982)⁸².

Um segundo resultado para o termo indica que *Universitas* seria uma “companhia, corporação, colégio, associação” (Dicionário Houaiss) e “um conjunto de pessoas associadas em um único coletivo, uma sociedade, companhia, comunidade, guilda, corporação etc.” (Charlton T. Lewis). Este segundo sentido é o mais presente nos textos dos historiadores consultados.

Nos séculos XII e XIII, aqueles que possuíam as mesmas ocupações profissionais, organizavam-se em corporação para defenderem seus direitos e interesses. No século XIII, os mestres e estudantes utilizam o termo *universitas*, no sentido de associação ou corporação, para garantirem os seus privilégios, como a autonomia, o estatuto (NASCIMENTO; COSTA, 2012, p. 5). “Com o passar do tempo, passou a caracterizar somente a corporação do saber. No século XIII já existiam documentos que comprovavam a especificação para o termo” (LAGE, 2012). Na mesma direção, complementa a Wikipédia (2012b) e Lara (2012):

A palavra *universitas* foi original aplicada apenas para a guilda escolar (ou guildas), isto é, uma corporação de estudantes e mestres - dentro do *studium*, e sofreu alterações, como *universitas magistrorum*, ou *scholarium universitas*, ou *magistrorum universitas et scholarium*. No decorrer do

78 Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=universidade&stipe=k>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

79 Disponível em: <<http://translate.google.com.br/#la|pt|universitas>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

80 Disponível em: <<http://www.archives.nd.edu/cgi-bin/lookup.pl?stem=universitas>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

81 Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0059%3Aentry%3Duniversitas>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

82 Disponível em: <<http://www.latin-dictionary.net/q/latin/universitas.html>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

tempo, entretanto, provavelmente a partir do final do século XIV, o termo começou a ser usado por si só, significando, exclusivamente, uma comunidade autorregulada de professores e acadêmicos cuja existência corporativa tinha sido reconhecida e sancionada pela autoridade civil ou eclesiástica (WIKIPEDIA, 2012b, tradução nossa)⁸³.

Etimologicamente, o termo “Universitas” significa multidão de elementos que convergem para formarem uma unidade. Os elementos de que se fala são as pessoas, mestres e/ou alunos, dedicados ao ofício intelectual do saber. Ou seja, “Universitas” vingou sobre “graemium”, “corpus”, “collegium”, “communio”, “consortium”, “sodalitas”, “sodalitium” como designativo específico da corporação que tinha por ofício o trabalho intelectual. Como qualquer outra corporação, destinava-se a “universitas” à defesa de interesses comuns, tinha regras próprias, hierarquia de membros e gozava de privilégios e isenções (LARA, 2012).

O termo *universitas* faz uma relação direta com o *studium*. O *studium generale* era um título oferecido pela Igreja, reis ou imperadores, indicando o caráter de excelência de uma universidade. No século XIII, termo designava as instituições que: “1) recebiam estudantes de todos os lugares, 2) ensinavam não apenas as Artes, mas ao menos uma das faculdades superiores (que são Teologia, Direito ou Medicina), e 3) que a parte significativa do ensino fosse realizada por mestres”⁸⁴ (WIKIPEDIA, 2012). Um quarto critério, que paulatinamente foi sendo incorporado, tratava de que um mestre de um *Studium generale* tinha o direito de ensinar em qualquer outro *Studium*, sem análise rigorosa, privilégio conhecido por *jus ubique docendi*, reservado aos mestres das universidades mais antigas, Salerno, Bologna e Paris (WIKIPEDIA, 2012). José Lara (2012) aprofunda essa reflexão, citando Verger:

Não é fácil, portanto, relacionar “Studium” e “Universitas”. Aliás nem todos os “Studia” se compuseram, de fato, com essa forma associativa peculiar ao Medievo. Pode-se, talvez, dizer que “Studium” significava o que designamos hoje por “academia” enquanto que “Universitas” referia-se à organização corporativa que punha em funcionamento o “Studium”, buscando garantir-lhe autonomia e condições de existência: “na vida do

83 Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Medieval_university>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

84 Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Studium_generale>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

‘studium’ a ‘universitas’ era a realidade fundamental, primeira, que não reunia forçosamente todos aqueles cujas atividades estavam ligadas ao “studium”, mas controlava-os a todos” (VERGER, 1990, p. 48).

Lara (2012) explica que os mestres e alunos, em Paris, compunham a *universitas*, estando com estes o controle. Em Bolonha, agregavam-se em duas *universitates* o que Ullmann chamou “nações”. “Com o correr dos tempos, prevaleceu a denominação ‘universitas’, significando um corpo de mestres e alunos animado pela força do ‘Studium’”. O caráter de universalidade da *universitas* faz relação com duas ideias importantes: a) os estudantes vinham de todas as partes, b) a língua utilizada era universal, o latim, e c) disseminação do conhecimento produzido.

Quanto à função social da universidade, Trindade (1999, p. 7) defende que a universidade na Idade Média era centrada em três elementos básicos: “centralmente voltada para uma formação teológico-jurídica que responde às necessidades de uma sociedade dominada por uma cosmovisão católica; com uma organização corporativa em seu significado originário medieval; e preservando sua autonomia em face do poder político e da Igreja institucionalizada local”.

A universidade, como resultado de movimentos em curso na Idade Média, é um espaço novo, que não tem por foco mais a religião ou a formação de clérigos, mas o saber, a formação de “pessoas capazes de aprender e ensinar”. Oliveira menciona que “o saber deixa de ser um dom, uma graça divina, como era considerado até então. Torna-se uma atividade humana que qualquer um que possuísse intelecto racional poderia desempenhar, ou seja, qualquer ser humano” (OLIVEIRA, 2012b, 124-125).

Além da dimensão formativa, a universidade cumpria também o papel de salvaguardar a memória, seja ela escrita ou oral. A criação e a transmissão do conhecimento, da ciência e da cultura, nestas instituições, tiveram uma função importante na história da humanidade. Oliveira (2012b, p. 126) destaca a importância da memória como “um dos elementos constitutivos do intelecto medieval, seja por meio das novelas e das canções de gestas, seja pela memorização dos textos sagrados ou teóricos que os escolares medievais precisavam reter para construírem seus saberes”.

A universidade, contudo, circunscrita em seu tempo histórico, também esteve condicionada aos seus limitantes internos e externos.

A universidade, e aquilo que nela era transmitido e debatido, servia aos interesses das

elites, da igreja, da realeza ou do império. Não queremos negar, com isso, o movimento dialético dentro dessas mesmas instituições, mas reforçar que a própria “validação” das universidades, por parte destas instituições, já é por si só um indicativo dos interesses sub-reptícios. Elas formavam os quadros religiosos e as novas lideranças da realeza e dos impérios, como aponta Trindade (1999, p. 7). Afirma Silva:

Não podemos aqui mostrar com algum grau de pormenor factual esse caminho marcado pelas contradições próprias da vida histórica. Limitemo-nos a apontar que, desde a origem, a universidade esteve mergulhada em dilemas criados por ela mesma e pelo seu contexto. A dificuldade de transitar pela contradição que se estabelece entre a formação de uma consciência corporativa e uma consciência pública esteve desde o início presente, pela própria necessidade de se afirmar, ao mesmo tempo, a singularidade e a pretensão de universalidade ou, talvez dizendo mais apropriadamente, a construção da universalidade pela via de uma criação cultural singular que teria de se integrar nas condições objetivas de sua época sem perder o perfil específico. Como resolver essa dicotomia derivada de uma dupla necessidade: recriar a sua época sendo ao mesmo tempo uma criação de seu tempo? (SILVA, 2012, p. 194).

Além disso, a universidade não era aberta a todos, ou sequer universal, em sentido amplo. Os “universitários”, normalmente, eram os filhos dos nobres da Europa, que possuíam as condições de estadia e do custeio dos subsídios didáticos. Também é impreciso afirmar a universalidade das universidades, porque o conhecimento circulava com muita limitação, devido aos recursos tecnológicos da época, ou porque o público era exclusivamente europeu, quando temos populações inteiras vivendo nos continentes africanos, americanos e asiáticos. Assim, a universidade servia a um público reduzido: aos filhos da elite, para formar os novos líderes desta mesma elite dominante. E conclui Silva, que sintetiza bem os dilemas da universidade na Idade Média:

Entretanto, se dedicássemos alguma atenção ao passado da universidade, olhando-o criticamente, não encontraríamos nada de vetusto, nem de enobrecedor, nem de demasiadamente conspícuo, isto é, não encontraríamos nada de uma elite corporativa que pairasse acima da sociedade e da história

[...] A visão utilitária da universidade por parte das religiões e do Estado ante a autonomia como condição do avanço do conhecimento é outro modo de confronto histórico, exacerbado quando o próprio conhecimento diz respeito a crenças religiosas e a razões de estado. A vinculação clerical e a liberdade de pensamento; o patrocínio estatal e a autonomia inerente ao processo de conhecer: contradições que atravessam a vida individual e coletiva da universidade, nascida à sombra de poderes que ela estava inevitavelmente destinada a questionar. [...] A efervescência cultural das universidades de Paris, de Pádua, de Bolonha comportava o risco inerente à dupla tarefa de construir limites sempre ultrapassando-os por via da diversidade e do aprofundamento das questões, afetadas pelo delicado liame entre verdade racional e verdade religiosa (SILVA, 2012, p. 194).

2 A mercantilização da universidade⁸⁵

A universidade hoje sofre um amplo processo de mercantilização e privatização, via forças internas, gestão da universidade, movimento estudantil/partidos, via forças externas, do mercado, dos governos estrangeiros, organismos internacionais e do setor privado em geral.

Ela é o espaço privilegiado de criação e de compartilhamento do conhecimento sistematizado que, por processos sistemáticos de pesquisa, converte-se em ciência. O Brasil, por exemplo, localiza-se no 13º lugar no ranking no volume de produção científica no mundo; entre 2007 e 2008, ampliou em 56%, o número de artigos em revistas internacionais e conta com uma taxa de crescimento de 8% ao ano, na elaboração de trabalhos científicos⁸⁶.

Neste cenário, a universidade vem adquirindo a missão de não somente desenvolver a ciência, mas também produzir tecnologia, conhecido comumente por C&T, e à qual temos dedicado um Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Assim, os cursos, em especial aqueles da área de exatas, têm sua formação voltada não mais para o avanço da ciência, mas para o desenvolvimento de novos processos e tecnologias; que possuam aplicabilidade prática, podendo assim se somar ao rol de patentes já existentes.

A universidade vem perdendo assim o seu caráter público, de serviço ao público, e de produção de uma ciência compromissada com a sociedade como um todo, e não com uma

⁸⁵ Neste tópico, não pretendemos nos aprofundar na questão, dado o grande número de trabalhos já produzidos, mas tão somente contextualizar esse movimento em vistas a discussão dos tópicos seguintes.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/fomento-e-apoio/producao-cientifica>>. Acesso em: 27 de junho de 2012.

política econômica neoliberal, com empresas e grandes corporações; com o aprofundamento e avanço do conhecimento científico, em todas as áreas, das humanidades às exatas, servindo à emancipação e formação da consciência crítica.

Na visão do mercado, a universidade (e suas faculdades) é uma organização lucrativa, rentável e deve ser entendida como serviço comercial (OMC, 1998). Ela é lucrativa em duas dimensões: como serviço educacional e como formadora de quadros qualificados.

Como serviço educacional, acompanhamos universidades privadas, como a UNIP, que totaliza mais de 200 mil estudantes matriculados⁸⁷, ou a Uninove, que soma mais de 100 mil⁸⁸, oferecendo formação em nível superior e de pós-graduação, com mensalidades de R\$ 300,00.

Destacamos, ainda, o processo de aligeiramento e flexibilização exacerbada dos cursos de graduação ou pós-graduação com foco no mercado de trabalho. Nestes encontram-se os cursos de graduação tecnológicos e os mestrados profissionais, que podem ter suas finalidades subvertidas, mas nascem para atender uma demanda do mercado.

Neste quesito, como discutimos no segundo capítulo, a “Tecnologia Educacional” e a Educação a Distância vêm a ser, sob esta perspectiva, instrumentos eficazes para a maximização dos lucros.

Na categoria “tecnologia educacional” compreendemos as experiências que se utilizam das tecnologias da informação e comunicação para amplificar a abrangência de práticas educativas locais, sem exatamente constituir um processo formativo integral, no que se difere da educação a distância. Aqui a tecnologia é somente suporte.

Nesta classe, podemos identificar transmissão de aulas presenciais via circuito interno de vídeo para diversas salas simultaneamente, com a presença do professor em uma única sala, e de monitores que encaminham questões nas demais. Neste modelo, um único professor pode dar uma única aula a mais de 300 alunos, por exemplo.

Esta prática vem ocorrendo também em cursinhos para concursos, em que professores se encontram localizados em diversas partes do país e ministram palestras para alunos de todos os cantos, via *Internet*.

Na dimensão da Educação a Distância, em que para alguns se enquadrariam os exemplos acima, localizam-se casos em que, se usando da prerrogativa da dificuldade de acesso, são oferecidos cursos de baixa qualidade, inclusive com o acompanhamento da turma

87 Disponível em: <http://www3.unip.br/universidade/dados_institucionais.aspx>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

88 Disponível em: <<http://www.uninove.br/Paginas/aUninove/Sobre.aspx>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

sendo feito por tutores, muitos deles sem a devida qualificação, visando o barateamento dos cursos.

São cursos conhecidos por “PDF Distance Education”, isto é, a educação a distância do pdf, referindo-se à extensão .pdf. O professor disponibiliza .pdfs de textos em um ambiente virtual, que os educandos devem ler, e eles, mediados por um tutor, realizam o debate acerca daquela referência.

O professor atua na leitura de textos produzidos, aplicação e revisão de provas e para questões pontuais. Com esse tipo de educação a distância, é possível que um mesmo educador ministre formações para grandes grupos de educandos, bem maiores inclusive que o presencial, devido a não restrição de espaço físico, proporcionada pelo ambiente virtual. Essa modalidade, inclusive, pode vir combinada das videoaulas que vêm se popularizando recentemente.

O próprio ensino como um todo, na era da informática e da *Internet*, tornou-se o alvo das empresas de *softwares*, os quais substituiriam, com vantagens econômicas, a multidão onerosa de professores e as dispendiosas salas de aula. Programas e aulas uniformizadas, além de representarem uma economia de recursos, favoreceriam a globalização econômica, pelo fato de diplomarem profissionais de formação igual em qualquer parte do mundo. Essas distorções foram denunciadas por universitários americanos, como James Engell e Anthony Dangerfield, da Universidade Harvard, que cunharam a expressão 'the market-model university'. Apesar desses alertas, as parcerias com as empresas privadas vêm sendo adotadas no mundo todo como uma transição prudente e pudica para a desejada mas ainda indefensável privatização total do ensino e da pesquisa (PERRONE-MOISÉS, 2012).

Além desta, temos cursos auto-didáticos em que todo o conteúdo está disposto para acesso do educando que o lê, estuda e faz uma prova que certifica o seu aprendizado, podendo contar ou não com um professor/tutor de apoio.

Como formadora de quadros qualificados, temos universidades privadas e públicas em processo de revisão das prioridades de criação ou ampliação de vagas de seus cursos de graduação, a partir das necessidades ou interesses do mercado de trabalho, que determina o

foco da formação em nível superior.

Esse reconhecimento, apesar do estágio incipiente das relações que deveriam juntar, no Brasil, política industrial e política para ciência e tecnologia, está exatamente em sintonia com a tradição e a experiência dos países mais industrializados, onde a maioria dos cientistas trabalha em empresas, e não em universidades ou institutos de pesquisa. Assim é nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão, na França e na Inglaterra, onde às universidades está reservada a missão prioritária de ensinar e formar quadros qualificados. Para essa formação qualificada, as atividades de pesquisa desenvolvidas no meio acadêmico são essenciais e insubstituíveis. [...] À empresa cabe fazer a inovação tecnológica, porque é ela que entende de mercado, possui a cultura de analisar demandas e está apta a aproveitar as oportunidades. Por outro lado, o papel da universidade nessa economia do conhecimento está na formação dos quadros que, dentro da empresa, vão promover a inovação tecnológica e gerar riqueza (CRUZ, 2012).

O foco da formação, portanto, é preparar a mão de obra para o trabalho, para executar tarefas e não para pensar e questionar a sua realidade. Essa educação forma profissionais para a reprodução, e não para a criatividade.

Aqui temos o primeiro “-ismo” danoso à universidade: o utilitarismo (ou “praticismo”) e, nesse contexto, o mercantil. O utilitarismo mercantil entendido aqui como a perspectiva em que uma ação ou conhecimento para ser útil deve servir para atender a necessidade de um determinado posto no mercado de trabalho ou ainda ser lucrativo, não no seu sentido original filosófico.

Nessa direção, o único conhecimento a ser produzido na universidade deve ser aquele que tenha utilidade, aplicabilidade, que crie novos produtos e processos. Conhecimentos específicos sobre a filosofia, a ética, a música, a arte, a dança, o teatro, são desmerecidos porque não são rentáveis. A própria Educação deve privilegiar os métodos e técnicas mais eficazes de treinamento de funcionários, e assim por diante. Afinal, a reflexão filosófica sobre o sentido da vida interessa ao mercado? Reforça Oliveira:

O processo de tecnologização da ciência constitui a base, ou o pressuposto, do processo de mercantilização, que é promovido por um refinamento no

conceito de aplicação. Quando se mencionam aplicações da ciência, tem-se em mente, é claro, aplicações úteis, aplicações que tenham alguma serventia. O refinamento em questão corresponde à exigência de que as aplicações sejam não apenas úteis, mas também rentáveis, isto é, devem ser aplicações que deem origem a novos produtos e processos viáveis economicamente no contexto do sistema de mercado. O ritmo e os rumos do desenvolvimento da ciência dependem em grande medida dos critérios adotados pelas agências de fomento para atender ou não aos pedidos de financiamento de projetos. Mas como é o mercado quem decide o que é e o que não é rentável, pode-se dizer que as mudanças na política científica associadas ao neoliberalismo tendem a colocar nas mãos do mercado a determinação do ritmo e dos rumos da pesquisa científica (OLIVEIRA, 2011b, p. 16).

Assim, os cursos/conhecimentos a serem estimulados devem ser aqueles na área de informática, marketing, moda, administração de empresas, arquitetura, engenharias em geral etc., que melhor atendem as necessidades do mercado. As próprias agências de fomento de pesquisa no Brasil vêm paulatinamente imbuindo-se dessa visão, privilegiando pesquisas tecnológicas a estudos exploratórios.

As humanidades não são rentáveis, pois costumam não se identificar com as demandas do mercado e, portanto, tais diplomas inúteis devem ser eliminados, para que o mercado tenha um retorno seguro e a curto prazo do investimento nas universidades. A Educação Superior deve adequar-se à lógica do mercado.

Uma das consequências dos processos de tecnologização e mercantilização da ciência é a desvalorização da área das humanidades, diminuída em seu prestígio, e desfavorecida na distribuição de recursos, tanto para a pesquisa quanto para o ensino. A conexão é evidente: as humanidades são prejudicadas porque têm capacidade praticamente nula de gerar aplicações rentáveis, como exige o mercado (OLIVEIRA, 2011b, p. 17).

E, respondendo a pergunta 'para que servem as humanidades', Leyla Perrone-Moisés brilhantemente:

Servem para que a Universidade continue a ser, além de um local de

pesquisas científicas e tecnológicas, um lugar onde se exerce também o pensamento crítico, sem o qual esses avanços procederiam às cegas. Sem a compreensão da história dos homens, de seu *habitat* natural e social, de suas línguas, culturas e religiões, as conquistas científicas e tecnológicas são utilizadas ou inviabilizadas num mundo guerreiro e repartido de forma injusta. As humanidades servem para pensar a finalidade e a qualidade da existência humana, para além do simples alongamento de sua duração ou do bem-estar baseado no consumo e nas metas do FMI. Servem para estudar os problemas de nosso país e do mundo, para humanizar a globalização. Tendo por objeto e objetivo o homem, a capacidade que este tem de entender, de imaginar e de criar, esses estudos servem à vida tanto quanto a pesquisa sobre o genoma (PERRONE-MOISÉS, 2012, p. 4).

Um segundo “-ismo” que vem afligindo a universidade é o produtivismo. Termo entendido em relação à produção exacerbada e, em nosso contexto, um produtivismo acadêmico.

Para a Capes, os conceitos dos programas de pós-graduação estão diretamente relacionados à produtividade dos pesquisadores vinculados ao programa. Produtividade esta medida por meio do número de artigos publicados em eventos e revistas científicas, número de eventos participados, número de orientações realizadas, e assim por diante. A exigência dos números, apesar de “aumentar os nossos números” em âmbito nacional e internacional, não garantem, ou sequer viabilizam, a produção de textos e pesquisas com a devida qualidade, em uma relação desproporcional entre quantidade e qualidade.

Como metáfora, a universidade é entendida como uma grande fábrica, cujos produtos são os conhecimentos, a ciência, e os operários são os professores. Além disso, o que se publica? Qual a relevância conceitual e mesmo para a sociedade do que é produzido “às pressas”? Essas produções discutem as práticas, as teorias, ou só repetem o que já foi dito previamente? A quem servem a superficialidade ou utilitarismo da produção científica?

Uma reflexão rigorosa, de verdade, só pode ser desenvolvida como parte da vida institucional, e desde que haja possibilidade que ela venha a influenciar a atividade científica no sentido estrito – por exemplo, na escolha dos projetos de pesquisa a serem empreendidos. Por outro lado, os resultados de tal reflexão, segundo os cânones vigentes, não contam pontos na medida da

produtividade do pesquisador. Para o cientista submetido ao sistema de avaliação neoliberal, gastar tempo refletindo sobre sua prática é perder tempo, e para a mentalidade mercantil, perder tempo é nada menos que um crime (OLIVEIRA, 2012a, p. 14).

Relacionando-se uma prática e uma produção utilitarista com uma ação produtivista, temos proletários de alto nível intelectual, trabalhando arduamente, por meio da venda e troca da força de trabalho (proletarização), para gerar conhecimento que, em vez de beneficiar todo o conjunto da sociedade, vem a beneficiar poucos. No limite, temos uma terceirização intencional em curso dentro das universidades públicas. Pondera Viana:

Corroborando com Santos (2008), salienta-se que o modelo empresarial é frequente na atual conjuntura da universidade, onde interesses paralelos se convergem num sentido de objetivar ações para “potencializar recursos”, “desenvolver estratégias de mercado” e “maximizar resultados”. Pode-se argumentar que o universo universitário está envolto na atmosfera do capitalismo de mercado, seguindo suas regras comerciais, numa velada ação de darwinismo social, típica da atual situação econômica (VIANA, 2012, p. 33).

Por fim, a universidade mercantilizada, neoliberal, serve à manutenção do *status quo*, reproduzindo a ideologia dominante em seu seio. Educando para o respeito à “propriedade intelectual”, formando jovens de “sucesso” e de “futuro”, reforçando o desprestígio aos saberes populares e do senso comum, por meio de seus quadros, ratificando uma visão fatalista do mundo, em que devemos nos conformar e aceitar a realidade “porque não tem jeito” ou 'porque é assim mesmo', uma universidade que não se insere na história dos homens e mulheres buscando transformá-la.

A universidade então toma uma roupagem específica que é a formação técnico – científica para ser utilizada no meio social. Formam sujeitos para ingressar, manter e inovar o sistema de produção capitalista. Essa formalidade do contexto universitário tornou-se antes de tudo espaço útil de manutenção da cultura vigente na sociedade, o capitalismo. Ou seja, o conhecedor, produtor do saber científico-universitário, se insere como mais

um na divisão capitalista do trabalho. Não se deve enganar, portanto, que há saber científico puramente platônico, isolado num mudo ideal, com uma teleologia que se encerra em si mesmo. Mas, há sim, um processo interativo no bojo social, retroalimentação sociedade-universidade e processos conflituosos de autorreconhecimento (Viana, 2012, p. 33).

3 O cercamento e a produção científica na universidade

A universidade, em especial as privadas, tem voltado o seu olhar para o desenvolvimento de uma ciência e uma tecnologia que atende as necessidades do mercado. Essa reunião entre ciência e tecnologia tem sido chamada por alguns autores por tecnociência (OLIVEIRA, 2012f, p. 3).

A tecnociência representaria o fim da ciência pura, de uma ciência que tinha por fim a si mesma, daquela ciência que ansiava por novas descobertas, mesmo que estas fossem o aprofundamento do já criado. Lembramos, por exemplo, da origem do ser humano, da busca pela cura da Aids, do *Alzheimer*, de uma maior compreensão do universo e da matemática, da origem das esfinges, entre os outros enigmas que intrigam pesquisadores durante séculos. Esta é uma ciência reducionista, que analisa somente os fenômenos e as leis descoladas das relações econômicas e sociais.

Sob esta perspectiva, acreditava-se em uma neutralidade da ciência, isto é, em uma ciência pura, neutra, além de divina. Contudo, essas são inverdades.

Não existe pureza ou neutralidade na ciência. A começar pelo fato de que a ciência, tal qual a tecnologia, não pode ser adjetiva, o que seria uma imprecisão, dada a sua abstração. A ciência é uma invenção humana, não presente divino. E como criação humana, são os humanos, estes sim, quem determinam o seu fim, os seus usos. Assim, não há neutralidade, nem no processo de criação, nem na aplicação ou no desenvolvimento de tecnologias, mesmo quando se pesquisava “puramente”, esta estava imbuída da intencionalidade do pesquisador.

Ainda, incorre-se, na perspectiva cientificista da universidade/conhecimento, que o conhecimento científico, além de se sobrepor a todas as demais formas de conhecimento da realidade, é a única capaz de trazer reais contributos práticos e alcançar o verdadeiro rigor cognitivo⁸⁹.

89 Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=cientificismo&stype=k>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

Vale ressaltar que nem sempre o fim planejado pelo pesquisador é de fato efetivado, quando a descoberta vem a público. Imaginaria o físico, inventor da fissão nuclear, que sua criação mataria cerca de 140 mil em Hiroshima e 80 mil em Nagasaki? Ou que as curas de doenças seriam patentadas, transformadas em drogas e comercializadas a preços absurdos? Complementa Oliveira:

O que estou advogando no fundo é o princípio da responsabilidade social do cientista. A ideia de que os cientistas não podem se limitar a fazer ciência, cabendo a eles também refletir sobre o significado, as implicações de sua atividade para a sociedade como um todo. Não tomar como justificativa o confortável silogismo: a ciência e a tecnologia são inequivocamente benéficas para a humanidade; o que faço é ciência (ou tecnologia), logo, o que faço é digno de ser feito (OLIVEIRA, 2012a, p. 7-8).

A ciência sempre avançou graças ao compartilhamento de ideias, reflexões, resultados de pesquisas entre os pares. Não conseguimos sequer vislumbrar uma ocasião na história em que algum conhecimento tenha sido criado espontaneamente, sem parte de algo previamente pensando.

Contudo, com o capitalismo e a onda neoliberal que discutimos anteriormente, o conhecimento, não somente o científico, vem sendo cercado, privatizado e mercantilizado. A ciência torna-se mercadoria. Reflete Nader:

No que tange ao segundo aspecto, a evidenciação do conhecimento como algo dotado de valor de troca (passível, portanto, de ser instrumento para obtenção de lucro), é preciso reconhecer que ele é o responsável por um dos embates centrais que se travam na contemporaneidade: a disputa entre a compreensão do conhecimento como mercadoria, pura e simples, e a sua visualização como patrimônio de toda a espécie. Nessa perspectiva, a Educação – transmissão e produção do conhecimento –, para os primeiros, adeptos da visão mercantil do conhecimento é, acima de tudo, negócio; para os outros, os que assumem conhecimento como patrimônio universal do gênero, é direito insofismável de todos. Sem maiores análises de mérito, apenas como evidência empírica dos aspectos aludidos acima, gostaria de citar, como exemplo significativamente ilustrativo do embate referido, as

marchas e contra-marchas nos processos de quebra de patentes dos medicamentos empregados nas políticas públicas de saúde coletiva, como é o caso do tratamento da AIDS (NADER, 2012, p. 424-425).

Essa prática, em especial quando recuperamos a construção da ciência, é avassaladora para com a sua continuidade como concebemos atualmente. As descobertas que eram socializadas livremente em eventos ou periódicos científicos, agora passam pelo crivo do mercado que comercializa resultados de pesquisa, cobra taxas, tanto para o acesso quanto para a publicação em periódicos de abrangência internacional e utiliza patentes que limitam ou restringem o acesso e utilização de outras descobertas.

Esse paradigma da universidade é presente na realidade como foi diagnosticado por Santos (2008). Segundo o sociólogo português, a mercantilização do saber, especificamente do conhecimento científico, causou mudança em diversos níveis na universidade. Isso "impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades" (SANTOS, 2008, p. 26) [...] Assim, a universidade se apartou das demandas sociais e irresponsavelmente criou um *ethos* distante das demandas da comunidade, constituindo nesse turno um desafio a ser superado (VIANA, 2012, p. 34).

As medidas de restrição da livre circulação do conhecimento científico, bem como o uso da ciência como mercadoria, vão de encontro ao *ethos* da ciência. Em nossa concepção, a ciência deve estar a serviço dos seres humanos, das suas necessidades, da sua felicidade, e não destruição, da guerra, da fome, da concentração de renda, ou ainda contra o planeta, depreciando-o. Os pesquisadores, em sua maioria, buscam o reconhecimento dos pares pelos seus feitos em uma perspectiva meritocrática, mais que quaisquer compensações financeiras, visto que sua subsistência já é garantida por um pagamento mensal.

Cada vez mais que se aprofundam as relações sociais que se desenvolvem na sociedade capitalista do conhecimento, as formas de produção e apropriação do conhecimento científico perdem a aura ingênua de trabalho quase voluntário, movidas pelo bem comum e forjadas muito mais no sentido da gratuidade e amor à educação, à socialização do conhecimento, próprio ao

espírito da dádiva, do que movidas pelo interesse privado (BEZERRA, 2012, p. 2).

E quando tratamos de universidades públicas, é imperativo que aquilo que nasça com recurso público, volte ao público, e permaneça público, não sendo privatizado. Não concebemos que os resultados de pesquisas públicas sejam obscurecidos ou ocultados da sociedade como um todo, mas reserva-se o dever moral, de garantir que esta descoberta não seja indevidamente apropriada por terceiros. É prática, inclusive, converter dissertações e teses, que concentram resultados de pesquisas públicas, em livros, que depois, devido às restrições da lei de direitos autorais, e ao próprio autor, não podem sequer ser utilizados gratuitamente na universidade que graduou tal autor. Para que isso não aconteça, existem diversos instrumentos legais para a “proteção contra a privatização”, a exemplo da licença do *Software* Livre, que inviabiliza legalmente, que um *software* que nasça livre, torne-se proprietário.

Essa política de mercantilização, contudo, não é recente. O Banco Mundial em seu “Relatório sobre o desenvolvimento 1998: conhecimento para o desenvolvimento 1999”, afirma:

Não será fácil eliminar as defasagens de conhecimento. Os países em desenvolvimento estão visando um alvo móvel, porque os países industrializados de renda alta estão constantemente expandindo a fronteira do conhecimento. Na verdade, ainda maior que a defasagem de conhecimento é a defasagem da capacidade de criar conhecimento. As diferenças em certas medidas importantes de criação de conhecimento são muito maiores entre países ricos e pobres do que as diferenças de renda. Mas não será necessário que os países em desenvolvimento reinventem a roda — ou o computador, ou o tratamento da malária. Em vez de recriar conhecimentos existentes, os países mais pobres têm a opção de adquirir e adaptar os conhecimentos já disponíveis nos países mais ricos (BANCO MUNDIAL apud HOSTINS, 2012, p. 2).

A linguagem e a mensagem do Banco Mundial são claras: primeiro que o conhecimento é adquirido, e não compartilhado, e, segundo, em vez de criarmos

conhecimento nós mesmos, devemos ampliar ainda mais a riqueza dos “países industrializados”. E continua o documento, que complementamos com um comentário de Hostins:

E que tipo de conhecimento será relevante nessa educação? O Banco Mundial (1999, p. III) “considera dois tipos de conhecimento: o técnico (por exemplo, sobre agricultura, saúde ou contabilidade) e o de atributos (a qualidade de um produto, a credibilidade de um mutuário ou a diligência de um trabalhador)”. Como não será preciso “reinventar a roda”, tanto professores como alunos podem ser dispensados de qualquer exercício teórico, conceitual, de nível mais complexo, afinal deles serão exigidos conhecimentos tácitos e competências aplicadas a situações reais de uso, no nível de suas capacidades individuais e ao ponto de convertê-los em empreendedores (HOSTINS, 2012, p. 90).

Para concluir, da mesma forma que nos capítulos anteriores, citamos alguns exemplos em que a tentativa de compartilhamento de conteúdo educacional foi reprimida, inclusive por força policial:

“Reativação do Convênio POLI-MICROSOFT (*e-mail* para a lista de alunos - alunos.posgraduacao@poli.usp.br em 06-08-2010)”

Prezados(as) Alunos(as),

Cerca de 1 mês atrás o convênio Poli-*Microsoft* foi reativado, após mais de 3 meses de paralisação.

Ele agora encontra-se sob a nossa administração. Algumas informações importantes:

1. O convênio foi reativado numa base de livre serviço, ou seja, os participantes recebem um *e-mail* da Microsoft com *user* e senha para acesso ao site ELMS, e eles próprios deverão baixar os aplicativos/*softwares* de seu interesse, gravar os respectivos CDs/DVDs e instalar. Nenhum suporte/serviço será provido além do acima descrito ou daquilo que está disponível no *site* ELMS.
2. Cada participante tem direito a uma e única licença de cada uma das versões dos aplicativos disponíveis no ELMS.

3. Apenas alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ou de pós-graduação (mestrado/doutorado) da Escola Politécnica estão autorizados a participar deste convênio. A base de dados de caixas postais que foi carregada no sistema ELMS, e que gerou os *e-mails* enviados pela *Microsoft*, conforme item 1 acima, foi proveniente dos replicados dos sistemas da Reitoria (Fenix e Jupiter), que são os sistemas oficiais.
4. Este é um convênio exclusivamente Poli-*Microsoft* e apenas a comunidade politécnica será atendida. Um novo convênio estaria sendo assinado entre *Microsoft* e Reitoria para atender às demais unidades da USP que não disponham de convênios individuais como este.
5. Dúvidas e questões sobre este convênio deverão ser encaminhadas exclusivamente por *e-mail*. O tempo de atendimento a consultas e questões que venham a nos ser formuladas infelizmente não poderá ser inferior a uma semana.
6. Mensagens e comunicados a respeito deste convênio lhes serão encaminhados sempre por *e-mail* e para a caixa postal registrada nos sistemas da Reitoria (Fenix e Jupiter). Portanto, essas caixas postais deverão ser mantidas vazias para evitar a perda de informações.

Antonio Saverio Rincon Munglioli, Dr.
Diretor Técnico do Serviço de Informática
Escola Politécnica da USP

“Universidades aderem ao projeto Pasta do Professor (22-02-2010): “Iniciativa da ABDR, sistema inédito que foi criado como alternativa de acesso ao conteúdo fracionado de livros e que será disponibilizado sem prejuízos para o estudante, o autor e o mercado. Lançado no último mês de julho pela Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), o projeto Pasta do Professor (www.pastadoprofessor.com.br), iniciativa inédita das editoras brasileiras e que tem como objetivo disponibilizar conteúdos editoriais em formato diferente e fragmentado com o apoio da *Internet*, já conta com a adesão de quatro universidades brasileiras”.

“Material escolar terá selo contra pirataria (30-08-2010): RIO - O Ministro da Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, aprova a exigência de selo de certificação para materiais escolares destinados a crianças de até 12 anos de idade, medida adotada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)”.

“Professora presa por defender alunos que fizeram cópia de livros (20-10-2009): A professora de biologia do colégio estadual Evaristo Antoni, de Caxias do Sul, Aline Degrandi Spegiorin, de 28 anos, foi colocada à disposição por ter defendido alunos que haviam feito cópia de partes de livros. Os alunos organizaram manifestação contra o afastamento da professora e, em um dos protestos, a polícia prendeu a docente, algemou-a truculentamente e a agrediu em uma sala. Para se safar, a polícia forjou versão mentirosa onde acusa a professora de ter arranhado uma policial e incitar os alunos a invadir a escola”.

“Direito autoral nas escolas chega aos EUA (28-05-2009): Dear Friend of Freedom, Last week, the Copyright Alliance Education Foundation — a nonprofit mouthpiece for the entertainment and software industries — unveiled plans to spread its protectionist ideas to the nation's schools and libraries through the distribution of a curriculum titled "Think First, Copy Later". "Think First, Copy Later" and other intimidating educational materials were produced by the MPAA, RIAA, Business Software Alliance, and other content holders to scare students into believing that making copies is wrong...”.

“MPAA diz que professores devem filmar a TV em vez de ripar DVDs (11-05-2009): The Motion Picture Association of America has put itself back into the limelight as the DMCA exemptions hearings wraps up, thanks to a video circulating online suggesting teachers should use camcorders to record video instead of ripping DVD clips for classroom use. Though this suggestion has been floating around for some time now, the MPAA's attempt to push such a convoluted (and more costly) process into the classroom only highlights the industry's desperation to keep people away from DVD ripping—even when what they're doing falls into the category of fair use”.

"Professor sofre processo criminal por disponibilizar traduções de livros de Filosofia (17-04-2009): Acusado de infringir direitos autorais ao traduzir para o espanhol obras do filósofo francês Jacques Derrida, Horacio Potel, professor de Filosofia da Universidade de Lanus, está sendo processado criminalmente pela *Cámara Argentina del Libro* (CAL). A denúncia na qual se baseia a ação foi feita pela editora francesa de livros de Filosofia *Éditions de Minuit*. Esta solicitou à Embaixada Francesa em Buenos Aires que intercedesse para

desativar os sites de Potel. A embaixada, por sua vez, contatou a CAL, cuja atuação já havia despertado a antipatia da comunidade acadêmica por empreender ações de repressão policial a alunos e professores que fotocopiavam material bibliográfico”.

“Indústria pressiona Brasil por norma da USP que facilita acesso a livros (30-03-2009):

Em seu relatório de 2009, lançado no dia 17 de fevereiro, a *International Intellectual Property Alliance* (IIPA) – entidade que reúne as principais empresas de direito autoral dos Estados Unidos – recomendou ao *United States Trade Representative* (USTR, órgão análogo a uma secretaria de comércio exterior) que mantenha o Brasil em sua “lista de vigilância” (*Watch List*) no Relatório 301. Entre as razões apresentadas para a recomendação está a Resolução N. 5213/2005 da Universidade de São Paulo (USP) que, segundo eles, incentiva a “pirataria de livros”.

“Polícia apreende livros de professor com respostas em sebos de SP (23-01-2009):

Numa operação surpresa, policiais civis revistaram ontem três sebos do centro de São Paulo e apreenderam perto de 200 livros didáticos que têm a comercialização proibida. As publicações são os livros do professor, amostras grátis dadas pelas editoras aos professores e às escolas. O objetivo é convencer os docentes a adotá-los no ano letivo seguinte. Esses livros trazem as respostas dos exercícios, dicas para as aulas e até sugestões de provas. As capas contêm o alerta de que a venda é proibida. Quem vende esses livros comete o crime de violação de direito autoral. A pena pode chegar a quatro anos de prisão”.

“Alunos estaduais terão aula sobre pirataria (01-10-2008):

Combater a pirataria se aprende na escola. Com esse lema, a Secretaria de Estado da Educação lança neste mês de outubro o projeto Escola Legal, que pretende alertar crianças e jovens do ensino fundamental da rede estadual a respeito do problema da pirataria. O projeto-piloto, em parceria com a Câmara Americana do Comércio (Amcham), pretende, por meio de ações educativas, conscientizar a comunidade escolar sobre os problemas causados pela pirataria. Os professores da rede já estão sendo capacitados”.

“Unicamp sedia lançamento de rede de propriedade intelectual da América Latina (20-

01-2009): A Unicamp sediou nesta segunda e terça-feiras, dias 19 e 20, a reunião inicial de

lançamento do projeto PILA Network (Rede de Propriedade intelectual da América Latina). Os 50 representantes das 22 universidades participantes (18 latino-americanas e 4 europeias) se reuniram na sala de reuniões do Conselho Universitário (Consu) da Universidade para dar início ao projeto, que surgiu na Universidade de Alicante (UA), Espanha”.

“Polícia Civil fecha 'xerox' na Praia Vermelha (UFRJ) (17-09-2010): Uma operação da Polícia Civil no *campus* da Praia Vermelha, na noite do último dia 13, causou espanto na comunidade acadêmica. Movidos por uma denúncia anônima de violação a direitos autorais, os policiais foram a uma loja copiadora da Escola de Serviço Social, apreenderam todo o acervo (inclusive as pastas com o material pedagógico deixado pelos professores daquela Unidade) e detiveram o proprietário da copiadora, que foi encaminhado para a Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPI), na Lapa. O rapaz, identificado apenas como Henrique, foi indiciado e responderá ao processo em liberdade. Diretora da ESS reage com indignação: "Inadmissível!”.

“Estudante é suspensa no Rio após colocar lição no *Facebook* (16-06-2011): A suspensão de uma aluna de 15 anos que criou uma comunidade na rede social *Facebook* para a troca de informações sobre tarefas e provas da escola pH virou caso de polícia no Rio. Após Jannah Nebbeling chegar sozinha de táxi em casa dizendo ter sido coagida a apagar a página sob risco de prisão, a mãe dela, Andrea Coelho, registrou queixa. Ela entrou, também, com processo por danos morais contra a escola”.

“Professor não ganha direitos autorais sobre apostila (21-07-2010): Em ação trabalhista movida contra uma universidade, um professor buscou receber valores de direitos autorais sobre o material didático que produziu. Porém, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul ratificou a sentença de origem e indeferiu o recurso”.

“YouTube cria 'escola' para educar internautas sobre direitos autorais (15-04-2011): O site de vídeos *YouTube* modificou na quinta-feira (14) sua normativa para combater o uso ilegítimo de conteúdos protegidos por direitos autorais e lançou uma 'escola' para reformar a conduta dos *hackers*. A partir de agora, qualquer usuário que receber uma "notificação de direitos autorais" por se aproveitar da obra de outros em algum dos vídeos deverá assistir à chamada *YouTube Copyright School*”.

4 O compartilhamento do conhecimento: desafios para a educação

Recursos	Lei atual – LDA 9.610/98	O que está sendo discutido
Cópia de livros	<p>Não é possível copiar integralmente obras protegidas, que ainda não estejam em domínio público, mesmo para fins educacionais e não-lucrativos.</p> <p>É permitida: Artigo 46, II – a reprodução, em um só exemplar, de <i>pequenos trechos</i>, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro</p>	<p>A possibilidade de obras protegidas serem liberadas para fins educacionais e não necessariamente para fins privados – um professor poderia, por exemplo, distribuir cópias de um texto em sala de aula para todos os alunos.</p> <p>Existe a proposta – considerada retrocesso por quem defende a flexibilização da lei – de cobrar por cada cópia tirada (o que em alguns países se chama de “gravame”), com arrecadação dos valores por uma entidade coletiva de direito autoral, responsável por redistribuir o montante aos autores.</p>
Músicas	Só pode ser usada em sala de aula e em atividades educativas mediante autorização do autor	A possibilidade de músicas protegidas serem liberadas para fins educacionais – uma professora poderia, por exemplo, tocar músicas para discutir sua letra em sala de aula sem necessidade de autorização.
Peças teatrais e execução musical	Único inciso que menciona fins didáticos na lei, permite representação teatral e execução musical, quando realizadas para fins didáticos.	Há interpretações mais rígidas da lei, em que se entende que só é possível a execução musical em estabelecimentos de ensino de música e a representação teatral em escolas de artes dramáticas (BRANCO, Sérgio. Direito à Educação, Novas Tecnologias e Limites da Lei de Direitos Autorais).
Filmes	Só pode ser exibido em sala de aula e em atividades educativas mediante autorização do autor	A possibilidade de filmes protegidos serem liberados para fins educacionais – uma professora poderia, por exemplo, exibir um filme para discutir seu conteúdo em sala de aula sem necessidade de autorização.
Uso de obras protegidas para criação de obras próprias, por alunos	Não é permitido que alunos transformem outras obras para criar obras próprias, por exemplo, ao utilizar trechos de músicas para programas de rádio ou vídeos na escola	A inclusão da exceção para fins educacionais na nova lei torna possível a utilização de obras por alunos para criação de obras próprias.
Domínio Público	Art. 41 – Os direitos autorais patrimoniais poderão ser exercidos pelo autor da obra vitaliciamente e por seus sucessores, obedecida a ordem sucessória da lei civil, pelo prazo máximo de 70 anos, contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao falecimento do autor [no caso de livros] (...) e a partir da publicação da obra [no caso de fotografias e obras audiovisuais].	A diminuição do prazo legal para ao menos 50 anos, em consonância com as convenções internacionais.
Uso para deficientes	Não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução de obras literárias, para uso exclusivo de deficientes visuais, mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários (Art. 46 – I, d)	A disposição legal é insuficiente, pois não abrange todos os tipos de deficiência, como por exemplo, auditiva

Apesar da onda de mercantilização e privatização do conhecimento, da universidade e, conseqüentemente, da produção científica, em direção oposta há uma outra onda, ainda mais poderosa, que vem conscientizando pessoas e instituições para a libertação de “conhecimentos aprisionados” e para a elaboração de novos, agora livres. Essa “onda” é bem recebida por educadores, bibliotecários, pesquisadores e todos aqueles interessados na democratização do conhecimento. O conhecimento, como defendemos, é um bem da humanidade e um bem imaterial, isto é, ao ser compartilhado não é perdido. A Educação faz uso permanente desta prerrogativa para exercer uma de suas missões, que trata o compartilhamento com as novas gerações do conhecimento produzido, acumulado pela humanidade. Afinal, imaginemos de quantos professores precisaríamos dispor se o conhecimento fosse um bem material, que perdêssemos ao compartilhar, ao dar a alguém...

A defesa da bandeira da liberdade do conhecimento no que tange aos processos educacionais deve ser uma constante entre os educadores. Já pensou em termos de royalties a pagar ou direitos autorais cada vez que fôssemos ensinar a gramática, a matemática ou a física? Inclusive, a lei de direito autoral brasileira proíbe e o código penal caracteriza como crime a utilização de uma música/filme protegido por direito autoral em sala de aula, a cópia de um livro esgotado para estudo ou mesmo digitalização para fins de preservação de uma obra nos arquivos. A simples cópia de um capítulo de um livro ou de uma poesia para distribuição aos educandos, se protegido, é considerada crime. Reproduzimos um quadro síntese com os principais limites da atual lei para a Educação:

A Educação é um direito humano, mas não qualquer Educação, não a transmissora, bancária ou reprodutivista, mas aquela emancipatória, transformadora, contextualizada. Educação que compreenda que a universidade é um dos espaços de produção de novos saberes e da cultura, mas não o único; e que valorize o saber popular e o senso comum. Complementa Bezerra:

Ora, enxergar as instituições de ensino para além da mera transmissão do conhecimento e da cultura entre gerações, para além da função socializadora de valores, princípios e normas sociais, que com outras instituições como a família e a igreja contribuem para a sociabilidade primária do indivíduo, a formação da personalidade e a integração social, o que cria as bases para a “solidariedade orgânica”. Enxergar as instituições de ensino como espaço de produção social de um tipo muito singular de riqueza social, que é o

conhecimento científico, abre possibilidades para novas leituras dessas instituições, como unidade de produção social de conhecimento científico. Em termos sociológicos e do ponto de vista crítico da economia política, essa visibilidade permite inaugurar reflexões e pesquisas inovadoras quando consideramos as características do capitalismo em sua evolução (BEZERRA, 2012, p. 5).

Como toda a discussão que estivemos fazendo sobre a liberdade do conhecimento faz interface com a matéria, que tem por “substrato” o próprio conhecimento, optamos por apresentar os grandes referenciais nacionais e internacionais que tangenciam o campo em questão. São eles: a) Movimento do Acesso Aberto; b) Recursos Educacionais Abertos; c) *Software* Livre e Educação; d) Repositórios institucionais; e) Wikipédia / Google; f) Educação a Distância e licenças abertas; g) Iniciativas e notícias.

a) Movimento do Acesso Aberto (*Open Access Initiative*)

“A Iniciativa do Acesso Aberto de Budapeste surge de uma reunião pequena, mas animada, realizada em Budapeste pelo *Open Society Institute* (OSI) de dezembro 1-2, 2001. O objetivo da reunião era acelerar o progresso no esforço internacional para fazer artigos de pesquisa em todas as áreas acadêmicas disponíveis gratuitamente na internet. O resultado é a Budapest *Open Access Initiative*. É ao mesmo tempo uma declaração de princípio, uma declaração de estratégia e uma declaração de compromisso. A iniciativa foi assinado pelos participantes de Budapeste e um número crescente de indivíduos e organizações de todo o mundo que representam os pesquisadores, universidades, laboratórios, bibliotecas, fundações, revistas, editoras, associações culturais e afins de acesso aberto iniciativas” (<http://www.soros.org/openaccess>).

Apesar de nascida oficialmente em Budapeste, a iniciativa vem sendo gestado a muitos anos, como demonstra a linha do tempo, organizada por Peter Suber - <http://www.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>.

A *Open Society* definiu acesso aberto como “a disponibilização gratuita na *Internet*, inicialmente de artigos de periódicos revisados por pares, permitindo quaisquer usuários ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar, ou 'linkar' os textos completos desses artigos, recuperando-os para indexação, transferindo-os como dados para *softwares*, ou usando-os

para qualquer outro propósito legal, sem limites financeiros, legais ou técnicos, salvo aqueles inseparáveis do acesso à *Internet* em si. A única restrição sobre a reprodução e a distribuição e o único papel dos direitos autorais neste domínio deverá ser o de dar aos autores controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado” (http://www.soros.org/openaccess/pdf/open_access_publishing_and_scholarly_societies.pdf).

E a declaração de Bethesda, define uma publicação de acesso aberto, como aquela que atender duas condições: “1) O autor(s) e os detentores dos direitos autorais garantem a todos os usuários, o direito de acesso gratuito, irrevogável, mundial e perpétuo, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal; 2) Uma versão completa da obra e de todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da permissão como indicado acima, em um formato padrão eletrônico adequado é depositada imediatamente após a publicação inicial em pelo menos um repositório *on-line* que seja suportado por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência do governo, ou organização estabelecida que pretenda promover o acesso aberto, a distribuição irrestrita, interoperabilidade e o arquivamento a longo prazo” (Declaração de Bethesda, 2003).

Mueller, em seu artigo “A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento”, defende que “o movimento para acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica”. Björk *apud* Mueller (2006, p. 32) classifica, em 2006, as iniciativas de acesso aberto, em quatro modelos: 1) periódicos científicos eletrônicos com avaliação prévia pelos pares; 2) servidores de *e-prints* para áreas específicas – repositórios para assuntos específicos; 3) repositórios institucionais de universidades específicas; 4) auto-arquivamento em páginas pessoais dos autores.

E Willisnky *apud* Mueller (2006, p. 35), organiza os tipos, no seguinte quadro:

FIGURA 1
Tipos de arquivos de acesso aberto

Tipos de arquivos e periódicos de acesso aberto		
Tipo de acesso	Descrição	Exemplo de Periódico ou portal
E-print Archives	Autores depositam <i>preprints</i> e/ou <i>postprints</i> em arquivos abertos.	arXiv.org.Eprint Service
Unqualified (Acesso universal)	Publicação imediata e completa de periódico em arquivo aberto	<i>First Monday</i>
Dual Mode Modo duplo	São oferecidas duas versões do periódico: assinatura paga para a versão impressa e acesso aberto para versão eletrônica.	Journal of Postgraduate Medicine
Delayed AO (Acesso livre atrasado)	O acesso aberto se torna disponível alguns meses após a publicação inicial, paga.	New England Journal of Medicine
Author Fee Autor paga taxa	Autores pagam às editoras um taxa para compensá-las pelo acesso aberto.	Bio-Med Central
Partial AO (Acesso livre parcial)	Alguns artigos em um fascículo são de acesso aberto.	New York Review of Books
Com bases em renda <i>per capita</i>	Acesso aberto é concedido para determinados países com renda <i>per capita</i> baixa.	HINARI (World Health Organization – Organização Mundial da Saúde)
Abstract (Resumo)	Acesso aberto apenas aos sumários e resumos.	ScienceDirect
Co-op (Cooperativas)	Membros da instituição sustentam periódicos de acesso aberto	German Academic Publishers (GAP)

Fonte: Willisnky 2003. (adaptado)

b) Recursos Educacionais Abertos (*Open Educational Resources*)

Recursos Educacionais Abertos ou REA “são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, fixados em qualquer suporte ou mídia, que estejam sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros”⁹⁰.

Mais abrangentes, por tratar de quaisquer tipos de materiais, e não prioritariamente periódicos/artigos científicos, e flexíveis, devido ao licenciamento, os REA podem ser o *paper*; como podem ser um plano de aula preparado por um professor. Atualmente, quaisquer conteúdos educacionais, que estejam disponibilizados sob licenças abertas são considerados REA.

A proposta dos REA nascem com a Declaração de Cidade do Cabo, chamada de “The

90 Disponível em: <<http://rea.net.br/site/faq/>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

Cape Town Open Education Declaration”. Apresenta a *Open Society*:

A Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta resulta de uma pequena, mas animada reunião, ocorrida em Cape Town, em setembro de 2007. O objetivo deste encontro foi acelerar os esforços para promover os recursos abertos, tecnologia e práticas pedagógicas na educação. Convocada pelo *Open Society Institute* e a Fundação Shuttleworth, o encontro reuniu participantes com muitos pontos de vista advindos de muitas nações. Este grupo discutiu formas de ampliar e aprofundar os seus esforços em educação aberta, trabalhando em conjunto. O primeiro resultado concreto deste encontro é a Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta. Ela é ao mesmo tempo uma declaração de princípio, de estratégia e de compromisso. Ela foi criada para estimular o diálogo, inspirar a ação e para ajudar o movimento de educação aberta a crescer. Educação aberta é uma ideia viva⁹¹.

Apresentando as quatro liberdades dos REA, a iniciativa no Brasil explica:

“I.4. Quais são as quatro liberdades dos REA? As quatro liberdades mínimas dos REA – os “4Rs” (*review, reuse, remix e redistribute*) – são as permissões concedidas aos usuários que acessam esses recursos. São elas:

- Usar: compreende a liberdade de usar o original, ou a nova versão por você criada com base num outro REA, em uma variedade de contextos;
- Aprimorar: compreende a liberdade de adaptar e melhorar os REA para que melhor se adequem às suas necessidades;
- Recombinar: compreende a liberdade de combinar e fazer misturas e colagens de REA com outros REA para a produção de novos materiais;
- Distribuir: compreende a liberdade de fazer cópias e compartilhar o REA original e a versão por você criada com outros.

Em função dessas 4 liberdades essenciais de REA, restrições como ND (Não a Obras Derivadas) não são aceitáveis para REA, e restrições como NC (Não Comercial) podem ser problemáticas.

Recursos educacionais licenciados usando uma licença *Creative Commons* com a

91 Disponível em: <<http://www.capetowndeclaration.org>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

restrição ND não são REA”.

No Brasil, e em várias partes do mundo, os REA têm tido forte atuação, promovendo uma série de debates, eventos, palestras e com uma lista de discussão ativa. Uma conquista recente do grupo brasileiro foi a promulgação do decreto nº 52.681, de 26 de Setembro de 2011, que “dispõe sobre o licenciamento obrigatório das obras intelectuais produzidas com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, no âmbito da rede pública municipal de ensino” de São Paulo. Afirma o Decreto:

Art. 1º. As obras intelectuais produzidas pela Secretaria Municipal de Educação para utilização pelas unidades da rede pública municipal de ensino, com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, tais como livros e materiais didáticos, orientações curriculares e manuais de orientação para o programa de alimentação escolar, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Secretaria no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na *Internet* e licenciadas para livre utilização, compreendendo a cópia, a distribuição e a transmissão, observadas as seguintes condições:

I – preservação do direito de atribuição ao autor;

II – utilização para fins não comerciais.

Parágrafo único. A licença obrigatória de que trata o “caput” deste artigo compreende o direito de criação de obras derivadas, desde que sejam licenciadas sob a mesma licença da obra original.

c) *Software* Livre e Educação

O *software* livre (SL) tem viabilizado a maior parte das iniciativas de compartilhamento do conhecimento. Se viessem a depender da aquisição de *softwares* proprietários, teriam seu alcance limitado. O SL é um dos fundamentos do movimento pelo conhecimento livre, a começar pela estrutura da *Internet*, sobre a qual baseia-se este *software*.

O *software* livre tem penetrado diversas áreas do conhecimento e a Educação não está alheia a ele. Ele vem sendo usado para a produção de textos, apresentações de *slides*, *sites*, *blogs*, entre outros meios com finalidade educacional. As plataformas para os periódicos de acesso, portais para a disponibilização de recursos educacionais abertos e as tecnologias de suporte aos repositórios digitais, Wikipédia e *Google* são livres.

No Brasil, gostaríamos de destacar duas iniciativas relevantes: o *Software* Livre Educacional e o Projeto Classe.

“O grupo *Software* Livre Educacional se formou a partir da necessidade de se fazer uma discussão menos técnica e mais pedagógica acerca do uso de *softwares* livres na educação” e tem atuado “divulgando o uso de *software* livre entre as pessoas que conhecemos e onde trabalhamos; participando de eventos e encontros de educação e/ou de *software* livre; traduzindo *softwares* livres de cunho educacional e produzindo documentação acerca do uso de *softwares* livres em ambientes educacionais” (<http://seducacional.org/sobre>). O grupo possui uma lista de discussão ativa na *Internet*, na qual circulam várias soluções em *software* livre para a Educação, além de debates pontuais.

O Projeto Classe, apesar de inativo, trabalhou e deixou disponível na *Internet* uma “classificação de *software* educacional livre segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil) e outros aspectos técnico-pedagógicos relevantes” (<http://classe.geness.ufsc.br/index.php/CLASSE>).

Além dessas duas iniciativas, vale mencionarmos:

- **Kdeedu:** pacote da interface gráfica KDE que comporta uma série de *softwares* desenvolvidos com o foco na educação.
- **Linux Educacional:** iniciativa do Ministério da Educação, desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná, e hoje disponibilizado como *software* público.
- **Software Público:** disponibiliza vários *softwares* livres com foco em gestão educacional, planejamento, ensino e aprendizagem.

Atualmente, as distribuições GNU/Linux trazem e permitem a instalação de um grande volume de *softwares* educacionais para todos os interesses, a exemplo desta lista <http://softwarelivrenaeducacao.wordpress.com/software-livres-educacionais>.

d) Repositórios institucionais

A partir do movimento do *Software* Livre, da Iniciativa do Acesso Aberto (*Open Access Initiative*), Recursos Educacionais Abertos (REA) e da contextura que envolve os profissionais da Educação, pesquisadores e autores que encontram seus textos relegados a espaços pouco acessíveis ou estáticos, bibliotecas físicas com pouca ou nenhuma consulta,

apoiados pelas tecnologias da informação e da comunicação de que dispomos, vemos surgir um conjunto de experiências de compartilhamento de conteúdo acadêmico-científico na grande rede.

São bibliotecas digitais de teses e dissertações presentes em várias universidades por todo o mundo, e já na maior parte das universidades públicas brasileiras, bem como cursos abertos (*Open Coursewares*) e outras modalidades de compartilhamento. Entre os casos mais notórios, citamos:

- **Internet Archive:** “é uma organização sem fins lucrativos dedicada a manter um arquivo de recursos multimídia. Ela foi fundada por Brewster Kahle em 1996”⁹².
- **Public Library of Science:** “A Public Library of Science/PLoS (em inglês) ou Biblioteca Pública de Ciências é um projeto sem fins lucrativos que tem o objetivo de criar uma biblioteca de revistas científicas e publicações afins dentro do modelo de licenciamento de Conteúdo aberto, fazendo uso, especificamente, da Creative Commons”⁹³.
- **Scientific Commons:** “ScientificCommons is a project of the University of St. Gallen Institute for Media and Communications Management. The major aim of the project is to develop the world’s largest archive of scientific knowledge with fulltexts freely accessible to the public”⁹⁴.
- **Project Gutenberg:** “é um esforço voluntário para digitalizar, arquivar e distribuir obras culturais através da digitalização de livros. Fundado em 1971, é a mais antiga biblioteca digital. A maioria dos itens no seu acervo são textos completos de livros em domínio público”⁹⁵.
- **Banco Internacional de Objetos Educacionais:** “O Banco Internacional de Objetos Educacionais é um repositório criado em 2008 e tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, mais elaborados e em diferentes formatos - como áudio, vídeo, animação, simulação, *software* educacional - além de imagem, mapa, hipertexto considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais”⁹⁶.

92 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Internet_Archive>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

93 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Public_Library_of_Science>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

94 Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/ScientificCommons>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

95 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Gutenberg>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

96 Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/staticspages?t=0>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

- **OpenCourseWare (MIT):** “MIT OpenCourseWare is a free publication of MIT course materials that reflects almost all the undergraduate and graduate subjects taught at MIT”⁹⁷.
- **SciELO:** “SciELO - *Scientific Electronic Library Online*, é uma biblioteca digital desenvolvida pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo -, em parceria com a Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros”⁹⁸.

e) Wikipédia / Google

Apesar de mencionados previamente, gostaríamos de retomar os casos da Wikipédia e do *Google* no contexto da Educação.

A Wikipédia é uma dos grandes exemplos da concretização do trabalho colaborativo e cooperativo em nível planetário para a construção de um repositório comum, livre e gratuito de conhecimento. Hoje, junto a uma busca no *Google*, ela é a fonte primária de pesquisa de estudantes na elaboração de seus trabalhos em quaisquer que sejam os níveis, a exemplo desta tese, que conta com uma série de referências da grande enciclopédia.

O *Google*, por sua vez, além de todas as ferramentas conhecidas que oferece, e que podem potencializar práticas educativas, pode ter destacado ainda o *Google Livros (Books)*, o *Google Acadêmico (Scholar)* e o *Google Tradutor (Translator)*.

O *Google Livros* permite a pesquisa e localização da maior parte dos livros existentes, nas mais diversas línguas, ainda que a referência, em muitos casos o livro, esteja disponível para *download* parcialmente e, em alguns, integralmente. O *Google Acadêmico* permite a pesquisa por textos científicos, também em diversas línguas. E o *Google Translator* traduz tanto *sites*, quanto livros ou textos científicos da língua original para a sua nativa, tornando acessível, por exemplo, conteúdos que, por desconhecimento da língua, eram inacessíveis.

97 Disponível em: <<http://ocw.mit.edu/about/>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

98 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Scientific_Eletronic_Library_Online>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

f) Educação a distância e licenças abertas

Como a Wikipédia, a Educação a Distância reaparece nesse contexto, como um dos mecanismos de ampliação de conteúdos educacionais abertos na *Internet*.

A realização das atividades de Educação a Distância, por mais que contem com atividades síncronas, não têm prescindido das assíncronas, necessitando, portanto, de textos, áudios, vídeos e imagens para as atividades pedagógicas. Essa necessidade implica em produção própria do conteúdo ou no contato com autores para a disponibilização, bem como processos de digitalização e edição do material selecionado. Diversos autores sequer se atentam a essa possibilidade e encontram aí uma oportunidade de tornar suas produções disponíveis na rede.

As licenças abertas e flexíveis são a segurança jurídica que os conteúdos educacionais precisam para permanecerem livres e abertos ao público, além de informarem, de antemão, quais as possibilidades de uso daqueles materiais. Para conteúdos desta natureza tem sido usado com frequência as licenças *Creative Commons (CC)*.

O CC traz uma nova perspectiva à forma de licenciamento das criações ou invenções. Usa-se a frase “alguns direitos reservados” para designar os direitos sobre as produções e um conjunto de seis formas de licenciar sua produção. São elas⁹⁹:

- Atribuição - Uso Não Comercial - Não a Obras Derivadas (by-nc-nd): Esta licença é a mais restritiva dentre as nossas seis licenças principais, permitindo redistribuição. Ela é comumente chamada "propaganda grátis" pois permite que outros façam *download* de suas obras e as compartilhem, contanto que mencionem e façam o *link* a você, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.

- Atribuição - Uso Não Comercial - Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa): Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra com fins não comerciais, contanto que atribuam crédito a você e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Outros podem fazer o *download* ou redistribuir sua

⁹⁹ Disponível em: http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26. Acesso em: 27 de junho de 2012.

obra da mesma forma que na licença anterior, mas eles também podem traduzir, fazer remixes e elaborar novas histórias com base na sua obra. Toda nova obra feita com base na sua deverá ser licenciada com a mesma licença, de modo que qualquer obra derivada, por natureza, não poderá ser usada para fins comerciais.

- **Atribuição - Uso Não Comercial (by-nc):** Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção a você nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.

- **Atribuição - Não a Obras Derivadas (by-nd):** Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção a você nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.

- **Atribuição - Compartilhamento pela mesma Licença (by-sa):** Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção a você nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.

- **Atribuição (by):** Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção a você nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.

g) Notícias e Iniciativas

“Projeto permite cópia de livros para alunos de mestrado e doutorado (17-12-2010): A Câmara analisa o Projeto de Lei 7458/10, do deputado Dr. Talmir (PV-SP), que autoriza a reprodução de um exemplar de qualquer livro por alunos de mestrado e de doutorado. A proposta altera a Lei de Direitos Autorais (9.610/98). Para ter o direito de fazer a cópia de forma legal, o estudante precisará de declaração do orientador, documentada pela instituição onde é feita a pesquisa”.

“Brasil disponibiliza mais de mil periódicos em plataformas virtuais (16-11-2010): Mais de mil periódicos *on-line* e de 30 bancos de pesquisas em universidades. O Brasil destaca-se entre os países mais avançados na abertura do conhecimento científico. A diretora da Biblioteca Central da UnB (BCE), Sely Costa, preparou apresentação para a *Berlin 8th Open Access Conference*, em Beijing, China, sobre os avanços do país na área. O país teve posição de destaque no evento internacional entre as experiências mais avançadas”.

“Ireland’s National Portal for Open Access to Research Goes Live (08-06-2010): A national portal for Open Access to Irish published research will go live today. RIAN - <http://www.rian.ie>- will act as a single point of access to national research output, and contains content harvested from the institutional repositories of the seven Irish Universities and Dublin Institute of Technology”.

“MIT institui política de acesso livre para suas publicações (17-04-2009): Após decisão unânime de seu corpo docente, o *Massachusetts Institute of Technology* adota desde 18 de março uma política de acesso aberto e gratuito à maior parte das suas produções acadêmicas recentes. A notícia dá nova força à discussão sobre o livre acesso a publicações científicas nos EUA, suscitada em fevereiro, quando o Instituto Nacional de Saúde (NIH) assumiu definitivamente uma diretriz de acesso aberto aos resultados das pesquisas que custeia com verbas públicas. Com a resolução do *MIT*, a política de direitos autorais para as pesquisas do instituto passa a prever a disponibilização automática dos trabalhos concluídos a partir de 18 de março. A meta declarada da instituição é, entretanto, digitalizar suas mais de 100 mil teses – o repositório abriga, por enquanto, apenas as cerca de 14 mil produzidas desde o ano letivo

de 2004. Trabalhos anteriores só são adicionados quando alguém (inclusive o autor) solicita a sua divulgação e paga pelo custo da sua digitalização”.

“Mais de 25 mil teses digitais (23-01-2009): Do total de teses defendidas na Universidade Estadual de Campinas, cerca de 85% (ou 25.220) já foram digitalizadas e integradas no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU). A previsão é que a digitalização de todo o conteúdo seja concluída neste primeiro semestre”.

“Acervo de obras raras da USP pode ser acessado pela internet (22-01-2009): São 38 livros já disponíveis para consulta livre na *web*. Iniciativa aumenta acesso de pesquisadores, protegendo obras preciosas. Alguns dos principais livros da Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais da Universidade de São Paulo (USP) já estão disponíveis para consulta livre na *Internet*”.

“Livro de projeto da Poli deve ser publicado sob licença livre (10-01-2009): A equipe Baja-Poli é formada por estudantes da Escola Politécnica e visa o projeto e fabricação de um veículo protótipo monoposto, *off road*, para participação em competições. No ano de 2007, a gestão "Colabora!" do Grêmio Politécnico firmou um "contrato de doação com encargos" entre o Grêmio e a equipe. Segundo os termos do contrato, o grêmio doou 5 mil reais para a equipe. Em contrapartida, um livro sobre o projeto deve ser publicado até o fim de março de 2009 sob os termos da Licença GNU FDL 1.2 ou posterior”.

“UFRJ regulamenta o direito à informação (23-09-2010): O Conselho Universitário (Consuni) aprovou nesta quinta-feira, 23/09, uma resolução regulamentando a reprodução, em cópias reprográficas, de livros, revistas científicas e periódicos na UFRJ. Manifestou, também, por meio de moção, veemente repúdio a arbitrária invasão da Escola de Serviço Social por parte da Polícia Civil, dia 13 de setembro, quando foram apreendidos mais de 200 pastas com textos e artigos que se encontravam na fotocopadora da Escola. A resolução teve por fundamento o artigo 207 da Constituição Federal, o qual dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e objetivando conciliar a proteção dos direitos intelectuais de autores de obras escritas, bem

como o direito à informação de estudantes, pesquisadores e docentes, decidiu pela permissão de reprodução, sem finalidade lucrativa, de trechos, como capítulos de livros e artigos de revistas ou periódicos, mediante solicitação individual e para uso próprio. Além disso, o Conselho aprovou no artigo 2º da resolução a reprodução integral, em cópias reprográficas, de exemplares de livros que integrem o acervo das bibliotecas da UFRJ, desde que atenda a pelo menos um dentre quatro pré-requisitos: sejam obras esgotadas sem republicação há mais de 10 anos; obras publicadas no exterior e indisponíveis no mercado nacional; obras de domínio público e obras nas quais conste expressa autorização para reprodução. O Consuni autorizou ainda os docentes da UFRJ a disponibilizar material destinado às disciplinas que ministram, com vistas à reprodução reprográfica para estudantes regularmente inscritos”.

“Europeana defende Domínio Público (26-05-2010): Europeana.eu, composta pela biblioteca, museu e arquivo digitais da Europa, publicou a Carta de defesa do Domínio Público. A Carta foi elaborada pela Fundação Europeia e é apoiado pela Comissão Europeia. Europeia publicou essa Carta, porque acredita que domínio público esta sob ameaça. Quando as obras em Domínio Público são digitalizadas muitas vezes se tornam menos acessíveis para aqueles de direito: o público. Os decisores políticos e órgãos de financiamento devem, necessariamente, considerar as implicações da remoção de informações e obras do Domínio Público e o impacto na capacidade de criação, aprendizagem, pesquisa, na economia do conhecimento”.

“YouTube lança serviço de vídeos educacionais para escolas (12-12-2011): O *Google* acaba de lançar uma nova versão do *YouTube* especialmente para uso educativo. A diferença dessa página para a que já conhecemos hoje é que os alunos não verão, nos vídeos relacionados, quaisquer conteúdos que não tenham a ver com a matéria em questão”.

“Results of publicly funded research will be open access – science minister” (08-11-2011): The government has signalled a revolution in scientific publishing by throwing its weight behind the idea that all publicly funded scientific research must be published in open-access journals. The policy is in the government document Innovation and Research Strategy for Growth published on Monday, which also includes plans for a series of cash prizes for teams to solve specific scientific challenges and a new £75m fund for small businesses to

develop their ideas into commercial products”.

“Brasil quer acordo por maior acesso de cegos a livros em braile (27/05/09): GENEBRA - O Brasil vai propor na terça-feira, 26, um acordo internacional para permitir um maior acesso de cegos a livros em braile ou em qualquer nova tecnologia. A proposta, que será apresentada à Organização Mundial de Propriedade Intelectual em Genebra, está sendo comemorada pela União Mundial de Cegos, mas promete levar anos para se transformar em realidade. A ideia do governo brasileiro é de que os direitos autorais sobre obras não sejam cobrados para que se possa editar livros para os deficientes visuais sem custos”.

“Na luta pelo acesso livre à informação científica (20/02/09): O Brasil já é a 5ª maior nação do mundo em número de repositórios digitais, à frente de potências econômicas como França, Itália e Austrália, possui a 2ª maior Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do planeta (a BDTD), e ocupa o 3º lugar em quantidade de publicações periódicas de acesso livre. No total, o Brasil tem mais de 50 repositórios institucionais (bibliotecas digitais contendo a produção científica de uma instituição), dispõe de um acervo de aproximadamente 75 mil teses e dissertações em texto integral, disponíveis somente na BDTD, e mais de 500 publicações periódicas eletrônicas oferecidas na *Web* graças à utilização do pacote do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), versão customizada do pacote de *software Open Journal Systems*, *software* desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP)”.

“Câmara aprova reprodução integral de qualquer obra esgotada para uso exclusivo de estudantes (23/06/08): A Comissão de Educação e Cultura aprovou substitutivo ao PL 5046/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), que autoriza a reprodução integral de qualquer obra esgotada para uso exclusivo de estudantes. A proposta altera a Lei 9.610/98 sobre direitos autorais, que hoje só permite a reprodução de pequenos trechos, para uso privado do copista. Mendes Thame considera injusto proibir o aluno universitário de fazer a cópia integral do livro para seus estudos, no caso de a obra estar esgotada e de não haver exemplares suficientes em bibliotecas públicas”.

“Internet amplia acesso a pesquisas científicas e desafia conservadores (23-02-2012): Há séculos, a pesquisa científica é feita em particular, e então apresentada a publicações para ser revisada por outros cientistas e, mais tarde, é publicada. Mas, para muitos cientistas, o sistema parece antiquado, caro e elitista. A revisão por pares pode demorar meses, as assinaturas de publicações costumam ter custo exorbitante e um punhado de guardiões limita o fluxo das informações ao grande público”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

POR UMA PEDAGOGIA DO COMPARTILHAMENTO

O conhecimento, como bem comum da humanidade, está sob ameaça. No decurso deste trabalho pudemos apresentar, e comprovar, a existência de um movimento, isto é, de uma ação coordenada e intencional em prol da mercantilização e da privatização do conhecimento, que perpassa, com maior evidência, as artes (música e cinema), o entretenimento (*games*), a tecnologia (*softwares*) e a ciência (literatura científica).

Nestas áreas, medidas rigorosas vêm sendo tomadas no intuito de coibir a “pirataria”, inclusive pela Educação de crianças para o respeito a propriedade intelectual, fechamento de serviços de fotocópia dentro de universidades públicas, exclusão de vídeos e fechamentos de *sites* de armazenamento de arquivos, indiciamento e prisão de pessoas que baixam músicas protegidas por *copyright* pela *Internet*, e assim por diante.

Destacamos que essa mercantilização e privatização do conhecimento vem ocorrendo por meio de três instrumentos: a ideia de propriedade intelectual, as patentes e os direitos autorais.

Revisitando Marx, chegamos à conceituação do conhecimento que, como mercadoria, é um bem produzido pelo trabalho humano para ser trocado entre seres humanos, proprietários dos bens a serem trocados, de comum acordo e por vontade própria.

Ao final, exemplificamos como esta concepção de conhecimento como mercadoria vem se manifestando concretamente por meio de iniciativas no âmbito da tecnologia, cinema, jurídico, música etc., com a repressão ao compartilhamento, ainda que sem fins lucrativos para uso privado.

A seguir, apresentamos reflexões acerca do que também entendemos ser um movimento, este, contudo, voltando à democratização do acesso ao conhecimento, também como um esforço coordenado e internacional na direção da liberdade do próprio conhecimento.

Pautamo-nos por ideias tais como a da Cauda Longa, da Produção Colaborativa/Social, do *Commons*, do *Software* Livre, da Educação a Distância, além das reflexões acerca da “Economia dos Pedágios” (Ladislau Dowbor), “Produção P2P” (Michael

Bawns), Cibercultura (Pierre Levy), Teoria da Dádiva (Marcel Mauss), *Copyleft* (Richard Stallman), Desobediência Civil (Anna Arendt), Indústria Cultural (Theodor Adorno e Max Horkheimer) etc.

Também, nesta perspectiva, temos uma nova série de iniciativas nas áreas de tecnologia (*software* e *hardware* livres), cinema (vídeos livres), jurídico, música (sons livres), fotografia e nos processos de distribuição destes bens culturais.

Apresentamos algumas organizações sociais dedicadas a esta questão, detalhando o caso da cooperativa Colivre.

Concluindo, apresentamos dois grandes projetos de democratização em que estive envolvido: “Paulo Freire Memória e Presença: preservação e democratização do acesso ao patrimônio cultural brasileiro” e o projeto “Democratização do acesso à produção científica na área de ciências humanas”.

Dando continuidade às nossas reflexões, discorreremos sobre o nascimento das universidades e a sua organização na Idade Média, buscando compreender sob que perspectiva nasceram as universidades e em que se distinguem da forma como as conhecemos. Seguido a este breve histórico, buscamos aprofundar o conceito de *Universitas* e a função social das primeiras universidades.

Percebemos, a partir das leituras realizadas, que as primeiras universidades serviam aos interesses das elites da época, a igreja, a realeza ou ao império. Eram nas universidades que se formam os quadros religiosos, as novas lideranças da realeza e dos impérios.

A universidade também não era aberta a todos ou universal. Os estudantes eram filhos dos nobres que tinham as condições para estadia e recursos didáticos. E quanto à circulação do conhecimento, esse era limitado também devido aos recursos tecnológicos da época.

Dessa reflexão acerca da origem e função das universidades, partimos para a discussão acerca da mercantilização da universidade hoje. Como dissemos, a universidade sofre um amplo processo de mercantilização e privatização, via forças internas, gestão da universidade, movimento estudantil/partidos, via forças externas, do mercado, dos governos estrangeiros, organismos internacionais e do setor privado em geral.

Essa mercantilização e privatização vêm se manifestando por quatro “-ismos” que discutimos na ocasião: utilitarismo, produtivismo, cientificismo e divinismo/fatalismo.

A universidade, na perspectiva neoliberal, é uma prestadora de serviços comerciais (um negócio), que serve para formar profissionais qualificados para as demandas concretas e

prementes do mercado de trabalho, e o conhecimento nela produzido deve ser não só útil, mas rentável, convertido em processos, técnicas e tecnologias. E em uma perspectiva fordista, mencionamos que a universidade acaba sendo entendida como uma grande fábrica, cujos produtos são os conhecimentos, a ciência, e os operários, os professores.

Refletindo sobre a mercantilização, buscamos aprofundar uma dimensão específica do conjunto de ações que compõem as práticas das universidades: a produção científica.

Tal qual vem ocorrendo com os bens culturais de uma maneira geral, a produção científica também tem sido objeto de processos de mercantilização e de privatização.

Como dissemos, a universidade, e aqui a ciência que nela é produzida, deve ser rentável e não mais estar preocupada em contribuir para a resolução dos “problemas da humanidade”. Problematicamos a inexistência de neutralidade da ciência, indicando que toda a produção, nascida com uma intencionalidade, seja ela evidente ou não, é usada com um fim ou outro, ainda que esse fim possa ser contrário à intenção original do pesquisador.

Em uma universidade, cuja ciência serve aos interesses do mercado, não há espaço para as humanidades ou para preocupações com as origens do universo. A produção deve ter aplicabilidade prática.

Discutimos, ainda, os processos de privatização do conhecimento produzido nas universidades, inclusive por parte dos próprios pesquisadores, que restringem a livre circulação do conhecimento, e por meio das patentes.

Em seguida, apresentamos mais alguns exemplos de iniciativas concretas, evidenciando o processo de mercantilização e privatização no âmbito específico da Educação.

Concluindo, apresentamos algumas práticas em curso, que explicitam o interesse de um grande número de pessoas interessadas em democratizar o conhecimento e o seu acesso. Citamos o Movimento do Acesso Aberto, Recursos Educacionais Abertos, o *Software* Livre e a Educação, Repositórios institucionais, Wikipédia / Google, a Educação a Distância e licenças abertas e, ao final, iniciativas noticiadas na direção do compartilhamento de conteúdo educacional, produzido ou não nas universidades.

O percurso teórico-prático desta tese veio a constatar, e novamente evidenciar, que a Educação e a Ciência, da forma como conhecemos, está sob ameaça. Estudos, pesquisas e debates em organizações internacionais, como a OMPI, vem a comprovar esta leitura. O esforço coordenado de mercantilização atua nas universidades públicas e privadas, nos governos e, mais recentemente, nas escolas de Educação Básica.

A Educação, como dissemos no terceiro capítulo, tem a missão de compartilhar com as novas gerações o conhecimento produzido, acumulado pela humanidade. Contudo a legislação vigente criminaliza professores e professoras de todo o Brasil, por crime contra o direito autoral, passível de prisão de 2 a 4 anos, segundo Código Penal afirma no art. 184.

A proibição de materiais protegidos por direito autoral é de tamanho contrassenso que professores, diariamente, vêm infringindo a lei e não deixaram de fazê-lo.

As restrições da lei de direito autoral desqualificam o trabalho docente, que está proibido, salvo com a autorização do detentor do direito autoral, de “rehear” sua prática pedagógica com os mais variados estímulos, sejam eles áudios (músicas), vídeos (filmes), imagens (fotos) ou textos (poesias), visando qualificar o processo educacional. A impossibilidade de utilização destes recursos pedagógicos empobrece o ensino e, conseqüentemente, a efetivação da aprendizagem.

Verificamos que a situação é ainda mais periculosa quando tratamos da ciência e das práticas de ensino na universidade. Relatamos, no decorrer deste texto, diversos episódios em que fotocopiadoras, inclusive dentro das universidades públicas, foram invadidas pela polícia e as “pastas dos professores” apreendidas como se fossem pedras de *crack* ou objetos roubados.

Esses eventos ampliaram para o grande público a criminalização da prática docente. A sociedade percebeu, com indignação, de que a simples ação de copiar um livro ou de compartilhar um artigo com o colega para fins de estudo havia se tornado crime, mesmo quando a obra estava esgotada, não mais à venda.

A situação é periculosa porque a ciência avança a partir do contato com o que já foi produzido e compartilhado. Se agora professores e pesquisadores estão proibidos de utilizar obras esgotadas ou ainda de compartilhar com os seus alunos textos referenciais, capítulos, artigos científicos, sem a devida autorização, desqualificaremos, além das práticas de ensino das universidades, a sua dimensão de pesquisa.

Se na construção de uma dissertação ou de uma tese o pesquisador tivesse de adquirir todos os livros e artigos de periódicos a que tivesse de acessar, ler ou citar, o percentual de trabalhos concluídos seria reduzido drasticamente. Mesmo as bibliotecas não contemplariam títulos de todas as áreas ou teriam exemplares suficientes para dar conta do tamanho da demanda.

Vale ressaltar que, apesar de todas as críticas que temos ao *Special* 301, na edição de

2012 ele reafirma a necessidade de atualização da lei de direito autoral brasileira, que se encontra entre as mais arcaicas do mundo.

Contudo, diversos grupos organizados da sociedade civil têm se articulado no intuito não só de promover a reforma da lei de direito autoral brasileira, mas também pela promoção de debates, de textos, de campanhas que buscam conscientizar os diversos públicos, de músicas a pesquisadores, sobre a importância do compartilhamento. Representantes do governo brasileiro têm participado dos grandes encontros internacionais, na OMPI, por exemplo, e defendido a liberdade do conhecimento. Não há inércia ou imobilismo, mas sim uma ação positiva acerca dos benefícios do compartilhamento.

Esses movimentos e iniciativas espalhadas por todo o planeta têm sido materializados em cartas, manifestos, leis, moções, convocatórias, que refletem o compromisso com uma sociedade do conhecimento, em que o conhecimento não seja a “moeda de troca da vez”. Os Fóruns Sociais Mundiais e Fóruns Mundiais de Educação têm sido manifestações planetárias de combate à mercantilização em todos os âmbitos da vida humana, inclusive naquele referente ao conhecimento.

A crise da publicidade do conhecimento produzido, e dos limites legais impostos à socialização no âmbito da Educação, leva-nos a refletir acerca da necessidade, do que ousamos chamar de uma Pedagogia do Compartilhamento, isto é, de pressupostos e de uma metodologia para a formação no intuito de promoção da cultura do compartilhamento, a qual gostaríamos de lançar algumas ideias preliminares, concluindo esta tese.

Uma Pedagogia do Compartilhamento pressupõe, a partir das contribuições de Paulo Freire e Moacir Gadotti, que só uma educação emancipadora poderá inverter a lógica da mercantilização, através da formação para a consciência crítica e para a desalienação.

A palavra “emancipar” vem de *ex-manus* ou de *ex-mancipium*. *Ex* (indica a ideia de “saída” ou de “retirada”) e *manus* (“mão”, simbolizando poder). Emancipar seria então “retirar a mão que agarra”, “libertar, abrir mão de poderes”, significa “pôr fora de tutela”. *Ex-manus* (fora-mão), significa “pôr fora do alcance da mão”. Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: “tire a sua mão de cima de mim!”. Emancipar-se é, então, conquistar liberdade, autonomia, independência, não apenas política, mas também econômica. Não pode estar emancipado aquele que passa fome, que não tem um teto, que não tem o que vestir.

No século XX o conceito de “emancipação” foi particularmente elaborado pela Escola de Frankfurt, ao lado do conceito de “razão comunicativa” (Jurgen Habermas). É a aposta de

que a emancipação humana encontra na razão seu fundamento – superação de conflitos pela negociação e não pela guerra – e que a educação pode exercer um papel essencial na transformação da sociedade. Adorno escreveu um livro com o título *Educação e emancipação* (Adorno, 1995). Mais tarde, Erica Sherover-Marcuse, viúva de Herbert Marcuse, também da Escola de Frankfurt, escreveu um livro muito apreciado por Paulo Freire, *Emancipation and Consciousness* (Sherover-Marcuse, 1986), onde ela aproxima a teoria da emancipação e a teoria da conscientização.

Por “perspectiva emancipatória” da educação entende-se a visão de que os processos educativos precisam estar comprometidos com uma visão de mundo transformadora, inconformada com o mundo injusto e insustentável em que vivemos. Por isso, uma perspectiva emancipatória da Educação e do trabalho deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundadas na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. Daí a importância estratégica do professor como intelectual transformador e a escola como um espaço de contestação e de construção de uma visão crítica da sociedade, formando para o exercício da cidadania desde a infância.

A Educação pode ser entendida e praticada tanto como um processo de formação para *manter* a sociedade quanto para *transformá-la*. Numa perspectiva emancipatória, a Educação é entendida como problematização da realidade visando sua transformação. A educação emancipadora é o oposto da educação bancária, uma educação voltada para a fabricação de mão de obra para satisfazer as necessidades do mercado.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do oprimido*, que chegou à sua 50ª edição em 2011, opõe a educação problematizadora à educação bancária. Na concepção bancária, o saber dos educandos não é valorizado. Ao contrário, é desprezado como saber não científico. Na concepção emancipatória (problematizadora), todos produzem conhecimentos e todos aprendem juntos. Na concepção emancipatória respeita-se e valoriza-se a trajetória de vida dos educandos. Nessa concepção, a Educação é voltada para as necessidades dos sujeitos da Educação e não submetida aos ditames do mercado, às necessidades da produção voltada para o lucro.

Na educação bancária não há leitura crítica da realidade, não há desvelamento e nenhuma inquietação ou investigação temática. Há, sim, repetição, memorização. Aprende-se mecanicamente o que é transmitido, levando à passividade intelectual. Não há conhecimento

crítico, não há tomada de consciência da realidade. O ensino é verbalista, não dialogando com a realidade do educando, com seus sonhos, suas lutas, com o mundo da vida e o mundo do trabalho.

Como metodologia, vislumbramos três linhas distintas de atuação da Pedagogia do Compartilhamento, que hão de estar intimamente conectadas, e separamos apenas com finalidade didática:

1 Libertar “o conhecimento oprimido”: o conhecimento não tem fluído por diversas razões expressas nessa tese, contudo, em algumas ocasiões, pela falta de menção acerca de quais usos são permitidos para este ou aquele documento, o compartilhamento fica restrito. Disponibilizar na Internet um texto ou um vídeo não nos autoriza a sua cópia ou a reprodução pública, por exemplo. Uma grande causa posta nesta linha está na reforma da lei de direito autoral brasileira.

2 Combater a privatização e a mercantilização do público: nesta linha, encontramos todas as medidas no intuito de garantir que o conhecimento nascido por iniciativa pública permaneça pública, como, por exemplo, a produção científica das universidades públicas ou ainda dos governos municipais, estaduais e federal. São desafios a publicização do resultado do investimento público em livros didáticos, que ainda hoje permanecem encarcerados, da criação de políticas para recursos educacionais abertos, de legislações, nos vários níveis, que garantam, juridicamente, o compartilhamento de materiais didáticos em geral, financiados por secretarias de educação ou por outro ente público. Da mesma forma com que os *softwares* criados para realizar a gestão da cidade e da Educação possam ser socializados, a exemplo da iniciativa do *software* público.

3 Educar para a liberdade do conhecimento: nesta última, em consonância com a primeira, encontramos as ações no intuito de formar a sociedade em geral para o compartilhamento, isto é, educar professores, estudantes, pesquisadores, músicos, editoras, gravadores, sobre a importância do conhecimento livre e tudo o que ele contém, bem como dos cuidados jurídicos necessários para o efetivo compartilhamento e da manutenção deste conhecimento como livre; criar paulatinamente a consciência e uma cultura do livre.

Nesta perspectiva de Educação, aqueles que trabalham com Educação, seja ela formal ou informal, devem ser os protagonistas na criação de uma cultura do livre, do público, pela defesa do direito de acesso ao conhecimento, provocando reflexões críticas que potencializem uma ruptura de paradigma no interior de todos aqueles que não percebem o que está em jogo

neste decisivo embate dos interesses privados a despeito dos públicos.

As universidades livres, abertas, populares têm nos apontado caminhos alternativos aos modelos de universidades academicistas, conteudistas e credencialistas. Essas novas universidades têm resgatado o conhecimento e o saber popular, trazendo-o para debate, valorizado as artes como parte constitutiva da formação integral dos seres humanos, artes que eram conteúdo “obrigatório” das primeiras universidades e são espaços em que ninguém sabe e ninguém ignora tudo, todos temos algo a ensinar e aprender, como defendia Paulo Freire.

A declaração de Wheeler é precisa ao definir os pré-requisitos de uma universidade aberta: 1) La investigación que se produce es en acceso abierto; 2) Los materiales de los cursos son recursos educativos abiertos; 3) Se adoptan los estándares de software libre y de acceso abierto; 4) Si la universidad tiene patentes, acto seguido las licencia para software libre, medicamentos esenciales y el bien público; 5) La red de la universidad refleja la naturaleza abierta de *Internet*.

Concluindo, destacamos que não pretendemos nos pautar por uma visão maniqueísta do mundo, por entender que tanto o mundo, quanto as relações, são bem mais complexas do que conseguimos apreender. Como se costuma dizer: entre o preto e o branco existem muitos tons de cinza, isto é, nas relações entre o privado e o público existem inúmeros pontos de equilíbrio. Poderíamos dizer que a verdadeira contradição não está entre o estatal e o privado, mas entre o público e o mercantil, portanto devemos construir cada vez mais formas coletivas (não mercantis) do conhecimento, como bem comum da humanidade.

Além disso, este foi um estudo inicial, exploratório, que não buscou dar conta da totalidade da discussão na área, ou sequer dar a “palavra final” na matéria. Há muito a pesquisar e mesmo aprofundar em questões aqui abordadas que, por limites temporais, não foram possíveis.

REFERÊNCIAS

ABA; PATRIC PECK PINHEIRO ADVOGADOS. **Criança + Segura na Internet**. Disponível em: <<http://www.criancamaissegura.com.br/cartilha.asp>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ABDR. **Cartilha sobre Direito Autoral**. Disponível em: <<http://www.abdr.org.br/cartilha.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

AÇÃO EDUCATIVA. **Os direitos autorais e a educação**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/dc27final.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

AGUIARI, Vinícius. **Sem pirataria, bilheteria de Tropa cresce 7x**. INFO online. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/sem-pirataria-bilheteria-de-tropa-cresce-7x-13102010-32.shl>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

AIGRAIN, Philippe. **A era dos bens comuns**. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1227&tipo=acervo&PHPSESSID=ynookxhp>>. Acesso em: 02 jul. 2011

AIGRAIN, Philippe. **Quem tem medo da livre difusão cultural**. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1918&tipo=acervo&PHPSESSID=ynookxhp>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

ALENCAR, Anderson Fernandes de. **A pedagogia da migração do software proprietário para o livre: uma perspectiva freiriana**. 2007. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2007.

AMADEU, Sérgio. **Inclusão digital no Governo Federal**. Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/docs_prog_gesac/artigos_entrevistas/sergio_amadeu>. Acesso em: 15 jun. 2005.

AMORIM, Antonio Marcos. **A globalização do mercado de periódicos científicos eletrônicos e os consórcios de bibliotecas universitárias brasileiras: desafios à democratização do conhecimento científico**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032006-021513/pt-br.php>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ANDERSON, Chris. **A Cauda Longa: Do Mercado de Massa para o Mercado de Nicho**. Rio de Janeiro: Campus, 2006. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/7-e7B1Tq/A_Cauda_Longa_-_Chris_Anderson.html>. Acesso em: 03 jul. 2011.

ANDERSON, Chris. **Free: The Future of a Radical Price**. Disponível em: <http://www.longtail.com/the_long_tail/2009/07/free-for-free-first-ebook-and-audiobook-versions-released.html>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. Disponível em: <<http://thmota.files.wordpress.com/2012/02/aranha-martins-filosofando-cap-4-o-que-c3a9-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ARAYA, Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. **Criação, proteção e uso legal de informação em ambientes da World Wide Web**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002. 7 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, mar. 2011. 15 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Rio de Janeiro, maio 2003. 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: Sumário. Rio de Janeiro, maio 2003. 2 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: Resumo. Rio de Janeiro, nov. 2003. 2 p.

AUGSTEN, Frank et al. **Un Mundo Patentado?** La Privatización de La Vida y Del Conocimiento. Córdoba: Fundación Vía Libre, 2005.

BAKER, Dean. **The Reform of Intellectual Property**. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERreview/issue32/Baker32.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BALBONI, Mariana. **Informática comunitária**: casos concretos. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/redemoinhos/1702/analise.php>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

BARBOSA, Denis Borges. **Da noção de bens imateriais**. Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/136.doc>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BARBOUR, Ana Maria; CHRISPINIANO, José. **Produtivismo, Corrupção da Ciência e Controle do Trabalho**. Disponível em: <www.adusp.org.br/files/revistas/45/r45_a07.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BARROS, Carlos Juliano. **Uma legislação sem consenso**. Disponível em: <<http://is.gd/IPVLpQ>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BAWENS, Michael. **A Economia Política da Produção PEER-TO-PEER**. Disponível em: <paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/p2pportugues.doc>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BENEVIDES, Daniel; LEMOS, Ronaldo. A revolução pela informação. **Revista Teoria e Debate**, mar./abr. 2007. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3496>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of the networks**. New Haven: Yale University Press, 2006.

BERRY, David. **Art, creativity, intellectual property and the commons**. Disponível em: <http://www.freesoftwaremagazine.com/articles/focus-art_and_commons>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BERTOLIN, Julio César G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização**: período 1994-2003. Porto Alegre: Ufrgs, 2007. 281 p.

BEZERRA, Ciro; PAZ, Sandra Regina. **A Fetichização do Conhecimento no Contexto do Capitalismo Contemporâneo**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt5/sessao1/Ciro_Bezerra.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2011.

BEZERRA, Ciro. **Centralidade do Trabalho na Sociedade do Conhecimento**. Disponível em: <<http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gepstufal/textos/texto.9.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANCO, Sérgio. **A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação**. Disponível em: <http://www.surjournal.org/conteudos/artigos6/port/artigo_branco.htm>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03 jul. 2011a.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Portal do Software Público Brasileiro**. Disponível em: <http://www.softwarepublico.gov.br/O_que_e_o_SPB>. Acesso em: 03 jul. 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. ed. 3ª, Editora LTC, 1987.

BRITO, Bianca Maria Santana de. **Propriedade Intelectual nas Escolas**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6169--Int.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BSA. **Piracy Impact Study 2011: The Economic Benefits of Reducing Software Piracy**. Disponível em: <<http://portal.bsa.org/piracyimpact2010/index.html>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

CABRAL, Adilson. **As comunidades de compartilhamento social no Centro de Mídia Independente**. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?llengua=en&id=1019>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade**. Caruaru: Fafica, 2001.

CAMPOS, Vanessa Bueno. **Marcas indelévels da docência no Ensino Superior**:

representações relativas à docência no Ensino Superior de pós-graduandos de Instituições Federais de Ensino Superior. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-123952/pt-br.php>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

CARVALHO, Paulla Helena Silva de. **A Universidade Brasileira: um movimento de resgate de sua função social.** Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/educacaoehumanidades/article/view/390>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHARLOT, Bernard. **Texto apresentado no II Fórum Social Mundial pelo Fórum Mundial de Educação.** Disponível em: <paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursograd/charlot.doc>. Acesso em: 01 jul. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

COCHRANE, Clive. **The reflections of a Distance Learner 1977-1997.** Open Learning 15(1), p. 17-34, 2000.

CORREA, Carlos M. **Patentes e Medicamentos genéricos.** Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=108&PHPSESSID=8e0d84a0ba070c98b355fb6d626ca630>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. **Uma aliança pelo conhecimento.** Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/fsp-30062002.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

DAILYMOTION. **Terms of Use.** Disponível em: <<http://www.dailymotion.com/br/legal/terms>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

DAVIS, Alan. **Athabasca University: conversion from traditional distance education to online courses, programs and services.** Int. Rev. in Open and Dist. Educ. 1(2), p. 1-15, 2001.

DIMANTAS, Hernani; MARTINS, Dalton. **Caminhos da revolução digital.** Disponível em: <http://diplo.org.br/2007-11_a2050>. Acessos em: 02 jul. 2011.

DOWBOR, Ladislau; GLAUCO, Anselmo Massao e. **A disputa pelo conhecimento.** Disponível em: <<http://dowbor.org/2008/10/a-disputa-pelo-conhecimento-entrevista-pdf.html>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Da Propriedade Intelectual à Economia do Conhecimento.** Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/4257/2932>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

DOWBOR, Ladislau. **Estratégias de apoio às tecnologias sociais.** Disponível em: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/cdn/rpsc/art/ArtigosDetalhe.jsp?Artigo.codigo=1114>.

Acesso em: 15 jun. 2005.

DRAHOS, Peter. **Information feudalism: who owns the knowledge economy?** New York: New Press, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre Público e Privado**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0335124.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ESTÊVÃO, Carlos Vilar. **Educação, Globalização e Novas Desigualdades, Sentidos e Escola e Profissionalidade Docente**. Disponível: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/pdfs/cc/cc4.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

EUROPEAN WORKING GROUP ON LIBRE SOFTWARE. **Free Software / Open Source: Information Society Opportunities for Europe?**, abr. 2000. Disponível em: <<http://eu.conecta.it/paper.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

FANTI, Alex. **Information as a commodity**. Disponível em: <http://www-unix.oit.umass.edu/~social/public_html/afanti/infocom.doc>. Acesso em: 3 jul. 2012.

FELITTI, Guilherme. **Saraiva estreia serviço para aluguel e venda de filmes pela internet**. IDG Now. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/internet/2009/05/13/saraiva-estreia-servico-para-aluguel-e-venda-de-filmes-pela-internet/>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

FIGUEIREDO, Cecília. **Software livre e Creative Commons: acesso ao conhecimento sem atravessadores**. Disponível em: <<http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=3799>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

FLEXA, Rodrigo Arco e. **Cidade do conhecimento: sociedade em rede**. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/imprensa/materia14.html>>. Acesso em: 19 jul. 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Livro digital ainda 'patina' em catálogo de editoras**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/1056923-livro-digital-ainda-patina-em-catalogo-de-editoras.shtml>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

FÓRUM PAULO FREIRE 2000. **Carta de Bolonha**. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Unifreire/IIEncontroBolonha2000/UniFreire_Forum_Paulo_Freire_2000_Bolonha_Carta_Portugues.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. **Site da instituição Free Software Foundation**. Disponível em: <<http://www.fsf.org/>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. **What is copyleft?** Disponível em: <<http://www.gnu.org/copyleft/>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**.

São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES Sérgio. **Sobre educação (Diálogos)**, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 132 p.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES Sérgio. **Sobre educação (Diálogos)**, vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 113 p.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Vozes, 1990.

FREIRE, Paulo; PASSETTI, Edson. **Conversação Libertária com Paulo Freire**. São Paulo: Imaginário, 1994-1995.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler** (em três artigos que se completam). Prefácio de Antonio Joaquim Severino. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. 96 p.

FREIRE, Paulo. A máquina está a serviço de quem? **Revista BITS**, p. 6, maio de 1984.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Tradução de Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, 149 p.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 173 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 102 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 245 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1968.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo, Cortez, 1993a, 119 p.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1993, 127 p.

FROW, John. **Information as Gift and Commodity**. Disponível em: <<http://en.scientificcommons.org/59064143>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

GADELHA, Sérgio. **Bens públicos**. Disponível em: <http://www.pontodosconcursos.com.br/admin/imagens/upload/1641_D.doc>. Acesso em: 03 jul. 2011.

GADOTTI, Moacir (org.) **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GIORDAN, Marcelo. **Relatório circunstanciado sobre alguns aspectos do sistema de ensino a distância da Open University**. Mimeo, 19p, 2003.

GNU. **O que é o “Copyleft”?** Disponível em: <<http://www.gnu.org/copyleft/copyleft.pt.html>>. Acesso em: 1 abr. 2006.

GNU. **O que é Software Livre?** Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt.html>>. Acesso em: 1 abr. 2006.

GOFF, Jacques le. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

GOFF, Jacques le. **Os intelectuais na idade média**. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Educação em Rede: uma visão emancipadora**. São Paulo: Cortez, 2004.

GONTIJO, Cícero. **As Transformações do Sistema de Patentes, da Convenção de Paris ao acordo Trips**. Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/download_pt/trips_1105.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2011.

GOOGLE. **Termo de Serviço do Google**. Disponível em: <<http://www.google.com/accounts/TOS?hl=pt-BR>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

HARVEY, David. **The Art of Rent: Globalization, Monopoly and the Commodification of Culture**. Disponível em: <<http://www.16beavergroup.org/mtarchive/archives/001966.php>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

HEALEY, J. E. **The Medieval University**. Disponível em: <http://oducal.uc.cl/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=281&Itemid=&lang=en> Acesso em: 3 jul. 2012.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Disponível em: <<http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/hobsbawm-a-era-dos-extremos.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. **O Ensino superior na Sociedade do Capital virtualizado e da Individualização Social Pós-moderna: implicações para a produção e difusão do conhecimento em educação**. Disponível em:

<www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/.../951>. Acesso em: 01 jul. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

IBGE. **Indicadores Sociais 2003**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2003/default.shtm>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 (PNAD)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

ICTSD. **Organização Mundial da Propriedade Intelectual: luta pelo desenvolvimento ainda é tímida**. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/12430>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

INESC. **TRIPS: o acordo de propriedade intelectual**. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=187&Itemid=999999999>. Acesso em: 3 jul. 2012.

INTERNACIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Organização Mundial da Propriedade Intelectual: luta pelo desenvolvimento ainda é tímida**. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/12430/>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

ISTO É DINHEIRO. **Garoto Prodígio**. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/5366_GAROTO+PRODIGIO>. Acesso em: 3 jul. 2012.

JANOTTI, Aldo. **As origens da universidade**: a singularidade do caso português. São Paulo: EDUSP, 1992.

JONES, Charles. **Human Capital, Ideas, and Economic Growth**. Roma, 1996. Disponível em: <<http://elsa.berkeley.edu/~chad/Rome100.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **A importância dos Direitos Autorais**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/09/16/a-importancia-dos-direitos-autorais>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

JORNAL O GLOBO. **O Direito Autoral no Brasil hoje**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/23/o-direito-autoral-no-brasil-hoje>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

KAUL, Inge. **A hora dos bens públicos globais**. Disponível em: <<http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=172&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

KAUL, Inge. **Mecanismos de ação coletiva**. Disponível em: <<http://is.gd/r6NtHI>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

KEATS, Derek. **Implications of the NonCommercial (NC) Restriction for Educational Content**. Disponível em: <<http://link.wits.ac.za/journal/j07-keats.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

LACEY, Hugo. **Prefácio** in: “A biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento”, de Vandana Shiva. Disponível em: <www2.fe.usp.br/~mbarbosa/prefacio.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Universidade Medieval**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_universidades_medievais.htm>. Acesso em: 3 jul. 2012.

LARA, José. **Do Poder Feudal ao Poder do Saber**: a Universidade Medieval, suas notas, suas funções e sua autonomia. Disponível em: <<http://educalara.vilabol.uol.com.br/universidade.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, Biblioteca. **Dossiê ACTA: para desvendar a ameaça ao conhecimento livre**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/Dossie-ACTA-para-desvendar-a>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

LEAL, Leila. **Controle Social**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Destaques=0&Num=516>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

LEITE, Eleilson. **Faça você mesmo!**. Disponível em: <<http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=2381&tipo=acervo&PHPSESSID=b30900dc103e99b773d207dc3e3021be>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

LEMO, Ronaldo; CASTRO, Oona. **Tecnobrega**: o Pará reinventando o negócio da música. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

LENHART, Amanda. **User-Generated Content**. Disponível em: <<http://pewinternet.org/Presentations/2006/UserGenerated-Content.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LEVY, Pierre. **Internet e desenvolvimento humano**. São Paulo: SESC, 2002. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/pierre_levy/>. Acesso em: 15 jun. 2005.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>. Acesso em: 03

jul. 2011.

LUCKESI, Cipriano et al. **Universidade** - criação e produção de conhecimento. Disponível em:

<http://www.silviamota.com.br/direito/EMERJ/dirnotarial/texto_cipriano_luckesi_universidade_criacao_e_prod_de_conhec.doc>. Acesso em: 3 jul. 2012.

LUIZ, André. **Inclusão digital ou apenas números de acessos?** São Paulo: USP, 2003.

MACEDO, Felipe. **A reinvenção do cinema e os jurássicos**. Disponível em:

<<http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=2619&tipo=acervo&PHPSESSID=f486151eef1b133a4f03af3f4dd4a200>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

MACEDO, Felipe. **Nós somos o público**. Disponível em:

<<http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=2673&tipo=acervo&PHPSESSID=88c910b5b95ff74e5cba20cd9751e084>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

MACHADO, Nilson José. **Conhecimento: entre a Mercadoria e a Dádiva**. Disponível em:

<<http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2007-1/documentos/03-Conhecimento-Entre-a-Mercadoria-e-a-Dadiva-Nilson-Jose-Machado.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

MACPHERSON, C.B. **Property, mainstream and critical positions**. Toronto: University of Toronto Press, 1978.

MAFRA, Jason. **A conectividade radical como princípio e prática da educação em Paulo Freire**. Tese de Doutorado PPGE USP; Orientador: Prof. Moacir Gadotti. São Paulo: FEUSP, 2007.

MANCEBO, Deise. **Reforma Universitária: Reflexões sobre a Privatização e a Mercantilização do Conhecimento**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a10v2588.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Antonio. **Muito além de Gutenberg**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2007-10,a1975>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

MARTINS, Dalton; DIMANTAS, Hernani. **Multidões inteligentes e transformação do mundo**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2007-10,a1976>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

MARTINS, Dalton; DIMANTAS, Hernani. **O desafio do Open Social**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2007-11,a2018>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

MARTINS, Dalton; DIMANTAS, Hernani. **Por trás dos links, as pessoas**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2007-10,a1939>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

MARTINS, Lucia. **Censo mostra: computador ainda é privilégio**. São Paulo, 2002.

Disponível em: <http://www.correios.com.br/servicos/mostra_noticias.cfm?tiponot_codigo=1¬icia_codigo=1278>. Acesso em: 15 jun. 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Tomo 1). São Paulo: Nova Cultural, 1988. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Tomo 2). São Paulo: Nova Cultural, 1988. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/ocapital-2.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2011.

MATIELO, Daniela. **A era da informação demanda um conhecimento livre**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19560-19561-1-PB.htm>>. Acesso em: 3 de jul. 2012.

MATTELART, Armand. **A batalha das palavras**. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2017&tipo=acervo&PHPSESSID=1c600c9cdba67244676ea7f7398227ad>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

MENDONÇA, Ana Waleska. **A universidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_09_ANA_WALESKA_P_C_MENDONCA.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

MERLINO, Tatiana. **A Batalha pela partilha do latifúndio virtual**. Disponível em: <http://www.prncloud.com/notilog/includes/pnewsite/notilog_2004/home/docsajax/1402046.doc>. Acesso em: 3 jul. 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Disponível em: <http://resistir.info/meszarus/meszarus_educacao.html>. Acesso em: 01 jul. 2012.

MINUANO, Carlos. **Um tiro no pé**. Disponível em: <<http://www.aredo.inf.br/inclusao/edicao-no40-setembro2008/1483>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

MOISÉS-PERRONE, Leyla. **Para que servem as humanidades?** Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursograd/artleyla.doc>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

MONBIOT, George. **The Lairds of Learning**. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/aug/29/academic-publishers-murdoch-socialist>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

MONTEIRO, Arakin. **Direito autoral, cultura e educação**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/2010/08/30/direito-autoral-cultura-e-educacao>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

MOORE, Michel G and KEARSLEY, Greg. **Course design and development. In Distance Education: a systems view.** p.101-124, Belmont (CA), Wadsworth Pub, 1996.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

NADER, Alexandre Antônio Gili. **O Estado nas políticas educacionais e culturais em direitos humanos:** o papel a ser desempenhado pela escola. Disponível em: <http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line/educacao_em_direitos_humanos/24%20-%20Cap%203%20-%20Artigo%202.pdf> Acesso em: 01 jul. 2012.

NASCIMENTO, Luciana de Araújo; COSTA, Célio Juvenal. **Universidades medievais:** A singularidade da primeira universidade portuguesa. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/HHEhDLDp.doc>. Acesso em: 3 jul. 2012.

NERI, M. C. (Coord.) **Mapa da exclusão digital.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2003. 143 p.

NETO, Gilliat Hanois Falbo. **A Ética da difusão das idéias e a circulação libertária do conhecimento.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v3n4/18881.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

NIKAM, K. Nikam; RAI, A. S. Rai. **Open e-books:** The changing paradigm. Disponível em: <<http://academicjournals.org/ijlis/PDF/pdf2009/June/Nikam%20and%20Rai.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. **Educação e Neoliberalismo:** a educação brasileira frente às políticas neoliberais. Disponível em: <www.fucamp.edu.br/.../2-Educação-e-Neoliberalismo-Elizângela.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **Intelectuais, conhecimento e espaço público.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a13.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **A Ciência que queremos e a Mercantilização da Universidade.** Disponível em: <www2.fe.usp.br/~mbarbosa/cqmu.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2012a.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **A mercantilização da tecnologia e da cultura:** patentes e direitos autorais. Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/cap3.rtf>>. Acesso em: 03 jul. 2011e.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Abaixo as patentes.** Disponível em: <www2.fe.usp.br/~mbarbosa/patentes.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2011d.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Ciência:** força produtiva ou mercadoria? Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/%7Embarbosa/artcm.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2011b.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Desmercantilizar a tecnociência.** Disponível em: <www2.fe.usp.br/~mbarbosa/dt.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2011f.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Mercadoria, Mercantilização e Mercado**. Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/mmm.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2011a.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Não se pode deter o avanço da ciência?** Disponível em: <www.paje.fe.usp.br/~mbarbosa/pode.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **O capitalismo hoje e ontem**. Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/cap2.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Patentes e direitos autorais em perspectiva**. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/gapi/PATENTES_E_DIREITOS_AUTORAIS_EM_PERSPECTIVA.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011c.

OLIVEIRA, Paulo. **Patentes - absurdas?** Disponível em: <<http://is.gd/D76bTP>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

OLIVEIRA, Terezinha. **A universidade medieval: uma memória**. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/nova/images/numeros/2006_06/05.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012a.

OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100007>. Acesso em: 3 jul. 2012b.

ORTELLADO, Pablo; MACHADO, Jorge Alberto. **Direitos autorais e o acesso às publicações científicas**. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/37/r37a01.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

ORTELLADO, Pablo. **Por que somos contra a propriedade intelectual?** Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

OURMEDIA. **Terms of Use**. Disponível em: <<http://www.ourmedia.org/node/4975>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

OXFAM INTERNATIONAL. **All Costs, No Benefits: How TRIPS-plus intellectual property rules in the US-Jordan FTA affect access to medicines**. Disponível em: <http://www.oxfam.org/en/policy/bp102_jordan_us_fta>. Acesso em: 3 jul. 2012.

OXFAM INTERNATIONAL. **Patents versus Patients: Five years after the Doha Declaration**. Disponível em: <http://www.oxfam.org/en/policy/bp95_patentsvspatients_061114>. Acesso em: 3 jul. 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/11911/11156>>. Acesso: 25 jun. 2011.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. Experiências e estágio da discussão numa visão internacional..São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation, the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1957.

QUÉAU, Philippe. **A quem pertence o conhecimento?**. Disponível em: <<http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/mediateca/artigos/conhecimento.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

RAMONET, Ignacio. **O Pensamento Único**. Disponível em: <<http://historiaformatransforma.blogspot.com.br/2012/05/o-pensamento-unico-ignacio-ramonet.html>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

REDE PELA REFORMA DA LEI DE DIREITO AUTORAL. **Direito Autoral em Debate**. São Paulo: [s.n.], 2010.

RENTERIA, Pablo. **Natureza Jurídica das criações intelectuais, objeto da proteção autoral**. Disponível em: <<http://www.akashalioncourt.prosaeverso.net/visualizar.php?id=228079>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

REUTERS. **Gravadoras processam Project Playlist**. INFO Plantão. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/aberto/infonews/042008/29042008-9.shl>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Entrevista com Moacir Gadotti**. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=11026>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

RIVIÈRE, Philippe. **A serviço da humanidade**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2001-08,a11>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

RIVIÈRE, Philippe. **O Sequestro do Saber**. Disponível em: <<http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=147&tipo=acervo&PHPSESSID=1c600c9cdba67244676ea7f7398227ad>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

RIVIÈRE, Philippe. **Palavras Proibidas**. Disponível em: <<http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=16&tipo=multimedia>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

RIVIÈRE, Philippe. **Quem paga pelas "inovações"?**. Disponível em: <<http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=426&tipo=acervo>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

ROSA, Luis Fernando Munaretti. **Sobre a Análise do Conceito de Conhecimento**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/5992/4556>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

ROSAS, Vanderlei de Barros. **Afinal, o que é conhecimento?** Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei22.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SCHIJNDEL, Marieke Van; SMIERS, Joost. **Imagining a World Without Copyright: The market and temporary protection a better alternative for artists and the public domain.** Disponível em: <http://gerdleonhard.typepad.com/the_future_of_music/files/joost_smiers_imagine_a_world_without_copyright_feb_2005.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SCHWARTZ, Gilson. **Paulo Freire digital: interação, comunicação, informalidade.** São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0101.php>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 1986.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SHRYBMAN, Steven. **Information, Commodification and the World Trade Organization.** Disponível em: <<http://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/176-148e.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SILVA, Dagmar Junqueira Guimarães. **Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória .** Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://en.scientificcommons.org/29661879>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SILVA, Franklin Leopoldo. **Universidade: a idéia e a história.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível.** Tese (Doutorado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://twiki.softwarelivre.org/TeseSA/TeseIndice>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A volta da música ao domínio público.** Disponível em: <<http://www.aredi.inf.br/inclusao/edicoes-anteriores/171-edicao-no-63-outubro2010/3498-raitequi->>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

SIMON, Imre; VIEIRA, Miguel Said. **A Propriedade Intelectual diante da Emergência da Produção Social.** Disponível em: <www.ime.usp.br/~is/papir/pips-19mar07.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2011.

SIMON, Imre; VIEIRA, Miguel Said. **O rossio não-rival.** Disponível em: <www.ime.usp.br/~is/papir/RNR_v9.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/singer.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

SÖDERBERG, Johan. **Copyleft vs. Copyright: A Marxist critique.** Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/938/860>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

em: 3 jul. 2012.

SSRC. **Media piracy in emerging economies**. United States of America: SSRC, 2011. Disponível em: <<http://piracy.ssrc.org/the-report>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

STALLMAN, Richard. **Free Software, Free Society**: Selected Essays of Richard M. Stallman. Boston: Free Software Foundation, 2002. Disponível em: <<http://notabug.com/2002/rms-essays.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

TECHDIRT. **The Sky Is Rising**: A Detailed Look at the Entertainment Industry. Disponível em: <<http://www.techdirt.com/skyisrising>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A Produção Capitalista do Conhecimento e o Papel do Conhecimento na Produção Capitalista**: Uma Análise a partir da Teoria Marxista do Valor. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n2p421_456.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **Among the audience**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794156>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **Compose yourself**. Disponível em: <http://www.economist.com/node/6794240?story_id=6794240>. Acesso em: 27 jun, 2011.

THE ECONOMIST. **Copyright and wrong, why the rules on copyright need to return to their roots**. Disponível em: <http://www.economist.com/node/15868004?story_id=15868004>. Acesso em: 27 jun. 2011a.

THE ECONOMIST. **Heard on the street**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794210>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **It's the links, stupid**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794172>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **Soucers and acknowledgements**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794184>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **The gazillion-dollar question**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794282>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **The wiki principle**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794228>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THE ECONOMIST. **What sort of revolution**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794256>>. Acesso em: 27 jun, 2011.

THE ECONOMIST. **Wonders of the metaverse**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6794220>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

THOREAU, Henry David. **A Desobediência Civil**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/desobedienciavil.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

TRINDADE, Héglio. **Universidade em perspectiva: Sociedade, conhecimento e poder.** Disponível em:

<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_03_HELGIO_TRINDADE.pdf>.

Acesso em: 3 jul. 2012.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média.** São Paulo: EDUSC, 1999.

VIANA, Moisés dos Santos. **O desafio social do saber universitário.** Disponível em:

<periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../4448>. Acesso em: 01 jul. 2012.

WALLERSTEIN, Mitchel B; MOGEE, Mary Ellen; SCHOEN, Roberta A. **Global Dimensions of Intellectual Property Rights in Science and Technology.** Disponível em:

<http://books.google.com/books?id=_vzznmeFPpcC&hl=pt-BR>. Acesso em: 15 ago. 2008.

WARSCHAUER, Mark. **Reconceptualizing the digital divide.** Chicago: FirstMonday, 2002.

Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue7_7/warschauer/index.html>. Acesso em: 15 jun. 2005.

WELLER, Martin. **A Pedagogy of Abundance.** Disponível em:

<<http://oro.open.ac.uk/28774/>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

WIKIMEDIA. **Wikimedia Strategic Plan: A collaborative vision for the movement through 2015.** Disponível em:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/foundation/c/c0/WMF_StrategicPlan2011_spreads.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

WIKIPEDIA. **Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights.**

Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Agreement_on_Trade-Related_Aspects_of_Intellectual_Property_Rights>. Acesso em: 03 jul. 2011d.

WIKIPEDIA. **Authors' rights.** Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Authors'_rights>. Acesso em: 27 jun. 2011.

WIKIPEDIA. **Convenção da União de Berna.** Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_da_Uni%C3%A3o_de_Berna>.

Acesso em: 03 jul. 2011c.

WIKIPEDIA. **Criticism of intellectual property.** Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Criticism_of_intellectual_property>. Acesso em: 27 jun. 2011.

WIKIPEDIA. **Criticism of patents.** Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Criticism_of_patents>. Acesso em: 27 jun. 2011.

WIKIPEDIA. **Digital Rights Management.** Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Digital_rights_management>. Acesso em: 03 jul. 2011f.

WIKIPEDIA. **Gestão de direitos digitais.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_de_direitos_digitais>. Acesso em: 03 jul. 2011e.

WIKIPEDIA. **Intellectual property.** Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Intellectual_property>. Acesso em: 27 jun. 2011.

WIKIPEDIA. **Medieval university.** Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Medieval_university>. Acesso em: 3 jul. 2012.

WIKIPEDIA. **Mercantilização da educação superior.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercantiliza%C3%A7%C3%A3o_da_educac%C3%A7%C3%A3o_superior>. Acesso em: 03 jul. 2011a.

WIKIPEDIA. **Patent.** Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Patent>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

WIKIPEDIA. **Special 301 Report.** Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Special_301_Report>. Acesso em: 3 jul. 2012.

WIKIPEDIA. **Universidade.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

WILLIAMS, Michelle. **The Roots of participative democracy.** New York: Palgrave Macmillan, 2008.

ZICKUHR, Kathryn. **Teen Content Creators.** Disponível em: <http://pewinternet.org/Presentations/2009/The-Power-of-Youth-Voice.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

ANEXOS

As cartas, declarações, manifestos, leis, e outros chamamentos públicos avulsos, são instrumentos pelos quais coletivos, unidos por princípios comuns, evidenciam ao mundo o que pensam, defendem e praticam. Em diversas ocasiões, estes grupos, reunidos em eventos ou mesmo diante da emergência de uma atitude conjunta da sociedade civil em defesa da liberdade ou na resistência a uma medida mercantilização, manifestaram a sua aderência ou rechaça a diversos assuntos. Esses documentos foram sendo coletados durante o processo de pesquisa e redação desta tese. Informo que documentos em espanhol não foram traduzidos, bem como alguns em inglês; e as assinaturas, referências ou licença foram retiradas e o texto reproduzido sem quaisquer correções ortográficas ou gramaticais. São elas:

ANEXO 1 – CARTAS

1987: Carta dos Direitos do Público ou "Carta de Tabor"	240
2001: Carta de Princípios do Fórum Social Mundial.....	241
2001: Carta sobre Direitos na Internet: Internet para a justiça social e o desenvolvimento sustentável.....	241
2001: Fórum Mundial de Educação - Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos.....	245
2004: Carta de la Tercera Edición del Foro Mundial de Educación: Construyendo una Plataforma Mundial de Luchas.....	247
2005: Adelphi Charter on Creativity, Innovation and Intellectual Property.....	248
2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Buenos Aires.....	248
2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Caracas: A Educação Bolivariana e a Superação do Modelo de Escola Capitalista.....	250
2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Nova Iguaçu.....	251
2007: Fórum Mundial de Educação: Carta do Alto Tietê.....	253
2008: Carta de São Paulo pelo acesso aos bens culturais.....	253
2008: Fórum Mundial de Educação - Carta da Baixada Fluminense: um passo adiante.....	255
2008: Fórum Mundial de Educação - Carta de Santa Maria: Educação: Economia Solidária e Ética Planetária.....	256
2009: Carta das Responsabilidades do Artista.....	258
2009: Carta do I Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.....	260
2009: Carta Europea de los Derechos Ciudadanos en la Era Digital.....	260
2009: Carta para la Innovación la Creatividad y el Acceso al Conocimiento.....	262
2010: Carta de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da Universidade de São Paulo.....	269
2010: Carta do Fórum Mundial de Educação Infanto-Juvenil.....	270
2011: Carta de representantes da sociedade civil à Presidente Dilma Rousseff e à Ministra da Cultura Ana Buarque de Hollanda.....	271
2012: Carta do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.....	273

1987: Carta dos Direitos do Público ou "Carta de Tabor"

Contexto: “A Federação Internacional de Cineclubes (FICC), organização de defesa e desenvolvimento do cinema como meio cultural, presente em 75 países, é também a associação mais adequada para a organização do público receptor dos bens culturais audiovisuais. Consciente das profundas mudanças no campo audiovisual, que geram uma desumanização total da comunicação, a Federação Internacional de Cineclubes, a partir de seu congresso realizado em Tabor (República Tcheca), aprovou por unanimidade uma Carta dos Direitos do Público”. **Endereço:** <http://cineclubes.org.br/direitosdopublico/>

Carta:

Carta dos Direitos do Público

1. Toda pessoa tem direito a receber todas as informações e comunicações audiovisuais. Para tanto deve possuir os meios para expressar-se e tornar públicos seus próprios juízos e opiniões. Não pode haver humanização sem uma verdadeira

comunicação.

2. O direito à arte, ao enriquecimento cultural e à capacidade de comunicação, fontes de toda transformação cultural e social, são direitos inalienáveis. Constituem a garantia de uma verdadeira compreensão entre os povos, a única via para evitar a guerra.
3. A formação do público é a condição fundamental, inclusive para os autores, para a criação de obras de qualidade. Só ela permite a expressão do indivíduo e da comunidade social.
4. Os direitos do público correspondem às aspirações e possibilidades de um desenvolvimento geral das faculdades criativas. As novas tecnologias devem ser utilizadas com este fim e não para a alienação dos espectadores.
5. Os espectadores têm o direito de organizar-se de maneira autônoma para a defesa de seus interesses. Com o fim de alcançar este objetivo, e de sensibilizar o maior número de pessoas para as novas formas de expressão audiovisual, as associações de espectadores devem poder dispor de estruturas e meios postos à sua disposição pelas instituições públicas.
6. As associações de espectadores têm direito de estar associadas à gestão e de participar na nomeação de responsáveis pelos organismos públicos de produção e distribuição de espetáculos, assim como dos meios de informação públicos.
7. Público, autores e obras não podem ser utilizados, sem seu consentimento, para fins políticos, comerciais ou outros. Em casos de instrumentalização ou abuso, as organizações de espectadores terão direito de exigir retificações públicas e indenizações.
8. O público tem direito a uma informação correta. Por isso, repele qualquer tipo de censura ou manipulação, e se organizará para fazer respeitar, em todos os meios de comunicação, a pluralidade de opiniões como expressão do respeito aos interesses do público e a seu enriquecimento cultural.
9. Diante da universalização da difusão informativa e do espetáculo, as organizações do público se unirão e trabalharão conjuntamente no plano internacional.
10. As associações de espectadores reivindicam a organização de pesquisas sobre as necessidades e evolução cultural do público. No sentido contrário, opõem-se aos estudos com objetivos mercantis, tais como pesquisas de índices de audiência e aceitação.

Tabor, 18 de setembro de 1987

2001: Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

Contexto: Carta redigida e publicada por ocasião do nascimento do Fórum Social Mundial, em 9 de abril de 2011. **Endereço:** http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1

Carta:

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apoie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de

participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

2001: Carta sobre Direitos na Internet: Internet para a justiça social e o desenvolvimento sustentável

Contexto: “Desenvolvida inicialmente entre 2001 e 2002 pelos membros da APC e organizações parceiras, nos workshops sobre direitos na internet realizados na Europa, Ásia, América Latina e África, e atualizada em 2006, a Carta da APC sobre direitos na internet consagra os direitos de pessoas e organizações para o uso da internet livremente, particularmente em sua e África, e atualizada em 2006, a Carta da APC sobre direitos na internet consagra os direitos de pessoas e organizações para o uso da internet livremente, particularmente em seu trabalho por justiça social, econômica e ambiental. A Carta se refere especificamente à internet; entretanto, estes princípios são relevantes para todas as outras tecnologias de informação e comunicação (TICs), incluindo telefone, rádio, entre outras. A Carta foi originalmente publicada em inglês, espanhol e francês, mas tem sido agora traduzida em outros idiomas pelos membros da rede de política nacional da APC, incluindo outros idiomas amplamente falados como português (sexto no mundo), bengali (sétimo), russo (oitavo) e urdu (vigésimo) e múltiplos idiomas menos falados como macedônio e jju (idioma de uma minoria na Nigéria)” (APC, 2011). **Endereço:** <http://www.apc.org/en/pubs/about-apc/apc-internet-rights-charter-download>

Carta:

CARTA DA APC SOBRE DIREITOS NA INTERNET - Internet para a justiça social e o desenvolvimento sustentável

TEMA 1 - ACESSO À INTERNET PARA TODOS E TODAS

1.1 O impacto do acesso sobre o desenvolvimento e a justiça social

Um acesso exequível, rápido e fácil à internet pode ajudar a gerar sociedades mais igualitárias. Pode servir para fortalecer os serviços de educação e saúde, o desenvolvimento econômico local, a participação pública, o acesso à informação, a boa governança e a erradicação da pobreza. Mas não teria que dar por certo que a inovação tecnológica gera um benefício automático. As organizações da sociedade civil (OSC), os governos e os entes reguladores deveriam ser conscientes do potencial da internet para reforçar as desigualdades existentes.

1.2 O direito a acessar à infra-estrutura sem importar onde se viva

A internet funciona como uma estrutura pública global. Dita infra-estrutura deve estar amplamente distribuída e ter largura de banda suficiente para permitir às pessoas de todas partes do mundo utilizar esse potencial para fazer-se ouvir, melhorar sua vida e expressar sua criatividade. As pessoas têm o direito de contar com uma coluna vertebral da rede (conhecida como 'back-bone') bem distribuída e conectada à rede internacional.

1.3 O direito aos conhecimentos

O conhecimento e as aptidões permitem às pessoas o uso e a adaptação da internet para cobrir suas necessidades. Os governos locais e nacionais, as organizações internacionais e comunitárias, e as entidades do setor privado, devem apoiar e promover oportunidades gratuitas ou de baixo custo nas áreas de capacitação, metodologias e materiais relativos ao uso da internet para o desenvolvimento social.

ARTIGO 26, DUDH: A EDUCAÇÃO TERÁ POR OBJETO O PLENO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE HUMANA E O FORTALECIMENTO DO RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E ÀS LIBERDADES FUNDAMENTAIS

1.4 Direito à interfaces, conteúdos e aplicações acessíveis para todos e todas (desenho inclusivo)

As interfaces, conteúdos e aplicações devem ser desenhadas para garantir o acesso a todos e todas, inclusive as pessoas com incapacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, as pessoas analfabetas e as que falam línguas minoritárias. Deve-se promover e apoiar o princípio de desenho inclusivo e o uso de tecnologias de assistência para ajudar às pessoas com capacidades diferentes a ter os mesmos benefícios que aquelas que não são descapacitadas.

1.5 Direito ao acesso igualitário para homens e mulheres

Em vários lugares, as mulheres e os homens não têm acesso igualitário a informar-se, definir, acessar, usar e adaptar a internet às suas necessidades. Os esforços a favor de incrementar o acesso devem reconhecer e eliminar as desigualdades de gênero existentes. A mulher deve ter plena participação em todas as áreas relativas ao desenvolvimento da internet para garantir a igualdade de gênero.

1.6 Direito a um acesso exequível

Os/as responsáveis pela formulação de políticas e regulações devem garantir que cada pessoa tenha um acesso exequível à internet. O desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações e o estabelecimento de normas, preços, taxas e impostos deveria tornar possível o acesso para pessoas de qualquer nível de rendimentos.

1.7 Direito ao acesso no lugar de trabalho

Para muitas pessoas, o lugar de trabalho é o principal -ou único- ponto de acesso à internet. Elas devem poder ter acesso à rede nos lugares de trabalho, inclusive com fins educativos e para a proteção dos direitos trabalhistas.

1.8 O direito ao acesso público

Muitas pessoas não gozarão nunca de acesso privado a computadores ou a internet. Devem existir pontos de acesso público disponíveis, como telecentros, bibliotecas, centros comunitários, hospitais e escolas, para que todas as pessoas possam ter acesso a uma distância razoável de seu local de residência ou trabalho. Isto é especialmente importante para a gente jovem dos países onde o acesso à internet ainda não está suficientemente estendido ou não é exequível.

1.9 Direito a ter acesso e criar conteúdos cultural e linguisticamente diversos

Nas páginas e sítios web, as ferramentas online e o software, predominam as línguas latinas. Isso afeta o desenvolvimento de conteúdos locais em línguas não latinas e impede o intercâmbio de conteúdos entre as culturas. O desenvolvimento técnico deve alentar a diversidade linguística na internet e simplificar o intercâmbio de informação entre as línguas.

TEMA 2 - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO

2.1 Direito à liberdade de expressão

A liberdade de expressão deve ser protegida contra infrações por parte dos governos e dos atores não estatais. A internet é um meio para o intercâmbio público e privado de opiniões e informação através de todo tipo de fronteiras. As pessoas devem poder expressar opiniões e ideias, e compartilhar informações livremente quando usam a internet.

ARTIGO 18, DUDH: TODA PESSOA TEM DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO, DE CONSCIÊNCIA E DE RELIGIÃO.

ARTIGO 19, DUDH: TODO INDIVÍDUO TEM DIREITO À LIBERDADE DE OPINIÃO E DE EXPRESSÃO; ESTE DIREITO INCLUI O DE NÃO SER AGREDIDO POR CAUSA DE SUAS OPINIÕES, O DE PESQUISAR E RECEBER INFORMAÇÕES E OPINIÕES, E O DE DIFUNDÍ-LAS, SEM LIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS, POR QUALQUER MEIO DE EXPRESSÃO.

2.2 Direito a estar livre de censura

A internet deve estar protegida contra todas as tentativas de silenciar as vozes críticas e de censurar conteúdos ou debates sociais e políticos.

2.3 Direito a participar em manifestações online

As organizações, comunidades e indivíduos devem ter liberdade para usar a internet com o propósito de organizar manifestações e participar nelas.

ARTIGO 20, DUDH: TODA PESSOA TEM DIREITO À LIBERDADE DE REUNIÃO E DE ASSOCIAÇÃO PACÍFICAS.

TEMA 3 - ACESSO AO CONHECIMENTO

ARTIGO 27, DUDH: TODA PESSOA TEM DIREITO A TOMAR PARTE LIVREMENTE NA VIDA CULTURAL DA COMUNIDADE, A GOZAR DAS ARTES E A PARTICIPAR NO PROGRESSO CIENTÍFICO E NOS BENEFÍCIOS QUE DELE RESULTEM.

3.1 Direito a ter acesso ao conhecimento

O acesso ao conhecimento e a um fundo comum e saudável de conhecimentos difundidos é a base do desenvolvimento humano sustentável. Dado que a internet permite o intercâmbio de conhecimentos e a criação colaborativa de conhecimento a uma escala sem precedentes, deveria ser o foco da comunidade de desenvolvimento.

3.2 Direito à liberdade de informação

Os governos nacionais e locais, bem como as organizações internacionais públicas, devem garantir a transparência e a responsabilidade pondo à disposição a informação relevante para a opinião pública. Devem assegurar-se de que dita informação se difunda online mediante o uso de formatos compatíveis e abertos, e de que a mesma seja acessível inclusive se são usados computadores mais antigos e conexões lentas à internet.

3.3 Direito ao acesso à informação financiada por fundos públicos

Toda a informação que se produz com o apoio de fundos públicos, inclusive as pesquisas científicas e sociais, devem ser acessíveis em forma gratuita para todos e todas.

Tema 4 - Intercâmbio de Aprendizagem e Criação - Software Livre e Desenvolvimento Tecnológico

ARTIGO 27, DUDH: TODA PESSOA TEM DIREITO A TOMAR PARTE LIVREMENTE NA VIDA CULTURAL DA COMUNIDADE, A GOZAR DAS ARTES E A PARTICIPAR NO PROGRESSO CIENTÍFICO E NOS BENEFÍCIOS QUE DELE RESULTEM.

4.1 Direito ao intercâmbio

A internet oferece uma extraordinária possibilidade de intercâmbio de informação e conhecimento, bem como novas formas de criação de conteúdos, ferramentas e aplicações. Os provedores de ferramentas, serviços e conteúdos na internet não devem proibir às pessoas a utilização da internet para compartilhar a aprendizagem e a criação de conteúdos. A proteção dos interesses dos criadores deve fazer-se de maneira coerente com a participação aberta e livre no fluxo de conhecimento científico e cultural.

4.2 Direito ao software livre

Apoiamos o uso de software livre. O manejo desse software é empoderador, gera novas aptidões, é mais sustentável e estimula a inovação local. Alentamos aos governos a elaborar políticas que estimulem o uso de software livre, sobretudo no setor público.

4.3 Direito a padrões tecnológicos abertos

Os padrões técnicos que se usam na internet devem manter-se abertos para permitir a interoperatividade e a inovação. Os novos desenvolvimentos tecnológicos devem cobrir as necessidades de todos os setores da sociedade, sobretudo os que se vêem enfrentados a limitações e obstáculos quando estão online (como as comunidades que usam escrita não latina ou as pessoas com capacidades diferentes, as que usam computadores mais antigos e as que carecem de conexões de alta velocidade).

4.4 Direito a beneficiar-se da convergência e os conteúdos multimídia

A internet é uma plataforma multimídia. O acesso e a regulação devem basear-se em seu potencial de uso para diversificar a criação e a posse de conteúdos online em múltiplos formatos - por exemplo, a rádio e a televisão comunitárias.

TEMA 5 - PRIVACIDADE, VIGILÂNCIA E ENCRIPTAÇÃO

5.1 Direito à proteção de dados

As organizações públicas ou privadas que requerem informação pessoal dos indivíduos devem coletar os dados mínimos necessários e durante um mínimo período de tempo. Só devem processar dados para os mínimos propósitos estabelecidos. O recolhimento, uso, entrega e retenção de dita informação deve cumprir com uma política transparente de privacidade e que permita às pessoas saber para que se lhes pedem dados, como serão usados e corrigir erros. Os dados coletados devem ser protegidos contra sua difusão sem autorização e os erros de segurança devem retificar-se sem demora. A informação deve ser apagada quando já não é necessária para os objetivos para os que foi obtida. A opinião pública deve ser alertada sobre o potencial mau uso dos dados fornecidos. As organizações têm a responsabilidade de notificar às pessoas quando ocorre uma violação, perda ou roubo de informação.

ARTIGO 12, DUDH: NINGUÉM SERÁ OBJETO DE INGERÊNCIAS ARBITRÁRIAS EM SUA VIDA PRIVADA, SUA FAMÍLIA, SEU DOMICÍLIO OU SUA CORRESPONDÊNCIA, NEM DE ATAQUES A SUA HONRA OU A SUA REPUTAÇÃO. TODA PESSOA TEM DIREITO À PROTEÇÃO DA LEI CONTRA TAIS INGERÊNCIAS OU ATAQUES.

5.2 Direito a não estar sob vigilância

As pessoas devem poder comunicar-se sem correr perigo de vigilância nem interceptação.

5.3 Direito a usar encriptação

As pessoas que se comunicam por internet devem ter direito a usar ferramentas de codificação de mensagens que garantam uma comunicação segura, privada e anônima.

TEMA 6 - GOVERNANÇA DA INTERNET

6.1 Direito a uma supervisão multilateral e democrática da internet

A governança da internet deve ser multilateral e democrática, com plena participação dos governos, o setor privado, a sociedade civil e as organizações internacionais. Nenhum governo deverá ter um papel preeminente com relação à governança da internet.

6.2 Direito à transparência e a acessibilidade

Todos os processos de tomada de decisões relativos à governança e ao desenvolvimento de internet devem ser abertos e acessíveis a nível mundial, regional e nacional.

6.3 Direito a contar com uma internet descentralizada, colaborativa e interoperável

O desenvolvimento tecnológico e a administração central de recursos da internet devem estar descentralizados e ser colaborativos, além de ajudar a garantir que a rede seja interoperável, funcional, estável, segura, eficiente e extensível a longo prazo.

6.4 Direito a uma arquitetura aberta

A internet, como uma "rede de redes", é feita de várias redes interconectadas, com base na idéia técnica subjacente de uma arquitetura de rede aberta, na que qualquer tipo de rede possa ser conectada e estar disponível publicamente. Deve-se proteger essa característica da arquitetura.

6.5 Direito a padrões abertos

A maioria dos protocolos essenciais da internet se baseiam em padrões abertos eficientes, confiáveis e aptos à implementação mundial com escassas - ou inexistentes- restrições de licenciamento. As especificações dos protocolos devem seguir à disposição de todas as

pessoas, sem custo, reduzindo os obstáculos para o acesso e permitindo a interoperatividade.

6.6 Direito à neutralidade da internet e ao princípio de extremo-a- extremo

A neutralidade da internet, referida sobretudo ao transporte efetivo de pacotes, permite que a inteligência se baseie sobretudo em computadores, aplicações, servidores, telefonia móvel e outros dispositivos que se encontram nos pontos terminais da rede. Isto permitiu o desenvolvimento de um amplo leque de novas atividades, indústrias e serviços de internet nos extremos da rede e converteu a rede numa ferramenta importante dentro do amplo contexto do desenvolvimento econômico e social. A maior parte do poder e o alcance da internet se deriva do valor de seu efeito de rede. Quanto mais gente acessa à rede maior é seu valor como meio de intercâmbio de informação e comunicação. O princípio de extremo-a-extremo e a neutralidade da rede devem ser defendidos contra todas as tentativas de centralizar o controle e ter uma internet "de primeira e segunda categoria". A internet só poderá ser convertida em uma ferramenta de empoderamento para todos os povos do mundo se estes direitos são reconhecidos, protegidos e respeitados.

6.7 Direito à internet como um todo integral

Esta interoperatividade básica faz parte do valor da internet como bem público global e não deveria fragmentar-se por ameaças de criação de intranets nacionais, o uso de filtros de conteúdos, uma vigilância sem garantias, invasão de privacidade e limitações à liberdade de expressão.

TEMA 7 - CONSCIÊNCIA, PROTEÇÃO E REALIZAÇÃO DOS DIREITOS

7.1 Direito à proteção de direitos, a consciência e a educação

Os direitos das pessoas como usuárias de internet devem estar protegidos por declarações internacionais de direitos humanos, legislação e práticas políticas. Os organismos nacionais, regionais e mundiais de governo devem pôr a disposição a informação sobre direitos e procedimentos relativos a internet. Isto implica uma educação pública para informar às pessoas sobre seus direitos quando usam a internet e sobre os mecanismos para comunicar violações a esses direitos.

7.2 Direito a preparar recursos quando ocorre uma violação de direitos

As pessoas precisam de um acesso público e gratuito a mecanismos eficientes e confiáveis para tratar os casos de violação de direitos. Quando os direitos humanos e os direitos na internet estão em perigo devido a conteúdos da rede, ou por vigilância ilegítima, e inclusive quando se limita a liberdade de expressão e outros direitos, as pessoas afetadas devem ter acesso a mecanismos para preparar recursos contra as infrações.

ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DAS COMUNICAÇÕES

www.apc.org | info@apc.org

Publicado pela Associação para o Progresso das Comunicações (APC), Novembro de 2006

2001: Fórum Mundial de Educação - Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, em 27 de outubro de 2011. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=852

Carta:

Os mais de 15 mil educadores, educadoras, estudantes, pesquisadores, autoridades, sindicalistas representantes de múltiplas e diferentes forças sociais e populares sujeitos protagonistas da história e comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos os homens e mulheres de todas as idades, orientações sexuais e pertencimentos étnicos, religiosos e culturais da Terra, como condição necessária e possível à PAZ e a melhores condições de vida para a Humanidade, apresentam aos governos de todos os países e a todos os povos do Mundo, as posições aprovadas durante a plenária final do Fórum Mundial de Educação.

O período em que vivemos no qual o capital, para aumentar seus ganhos a concentrações nunca vistas, levou à miséria e à guerra a grande maioria da população mundial, precisa ser entendido como de ruptura. Hoje, na atual conjuntura internacional, após o ato terrorista de 11 de setembro, por todos repudiado, ficou mais claro tanto o desequilíbrio entre o norte e o sul e o fosso crescente entre ricos e pobres, quanto o perigo da violência originária dos irracionalismos que ameaçam toda forma de civilização. As forças dominantes do mundo buscam mostrar o momento presente como sendo de catástrofe mundial.

Para a grande maioria dos seres humanos, no entanto, esta ruptura pode ser vista como a passagem de uma situação para outra, na qual a solidariedade, a liberdade, a igualdade e o respeito às diferenças, se revifam como valores aliados a compreensão de que existem hoje, no mundo, forças e riquezas capazes de alimentar os famintos e fornecer condições materiais e espirituais, entre as quais a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada a todos.

É dentro deste contexto e como parte dessas forças que se reuniu o Fórum Mundial de Educação demonstrando que este momento de passagem vem sendo construído em todos os cantos da Terra por movimentos sociais e governos comprometidos com a democracia e

as causas populares com a proposição, no campo e na cidade, de alternativas à globalização neoliberal excludente. Há que destacar-se o abandono e o massacre a infância como a face mais cruel e desumanizadora deste modelo de sociedade.

São muitas as frentes de luta dentro das quais vão sendo encontradas alternativas populares e democráticas em várias partes do mundo. Neste contexto, entendemos que:

A ampla solidariedade e organização entre movimentos sociais, associativos, sindicais e parlamentários em encontros mundiais, em vários países e cidades, de qualidade muito diferenciada mas em número crescente e incorporando forças sociais diversas – como aqueles realizados pelas forças zapatistas, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, pelo movimento contra o apartheid, contra o neoliberalismo e pela humanidade em Belém do Pará-Brasil, pela 3a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia na África do Sul, pela Marcha pela Paz realizada pela ONU em Perugia e Assis, pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (ATTAC) e outros contra as forças financeiras mundiais representadas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio (especialmente o acordo geral sobre o comércio e os serviços que põe em perigo a educação pública), pelo Fundo Monetário Internacional, que dizem “reorganizar a economia do mundo”. As reações ocorridas em Seattle, Davos, Cancun, Quebec e Gênova, as greves e marchas realizadas por trabalhadores de diferentes categorias, especialmente os trabalhadores em educação e os estudantes, o Fórum Social Mundial e este Fórum Mundial da Educação, indicam que, com os pés no presente, criticando o que de terrível foi feito e vem sendo feito contra todos os povos, os homens e as mulheres do mundo vão construindo, com esperança, o futuro. Por isto, é necessário repudiar a mercantilização da educação que permite aos países do norte, aproveitando sua posição dominante, roubar os cérebros dos países do sul através de uma imigração seletiva. Tudo isto, nos indica a possibilidade de ampliação de alternativas realmente solidárias, populares e democráticas, entre elas às relativas à escola pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis de educação. Neste sentido, entendemos que a luta contra a globalização neoliberal exige que afirmemos as soluções já existentes e busquemos novas possibilidades amplas e de realização nos âmbitos local, regional, nacional e mundial;

Serão bem-vindas à luta e à realização de alternativas populares e democráticas todas as forças, organizações e setores que entendam a necessidade de uma radical mudança nas propostas econômicas em realização em escala mundial, bem como nas políticas públicas nacionais e locais, permitindo a igualitária distribuição das riquezas, a sustentabilidade meio-ambiental e o amplo acesso a todos dos bens culturais comuns, entre os quais todos os tipos de educação, mediatizadas pela formação nos valores de solidariedade, de liberdade e do reconhecimento das diferenças, para superação dos fatores que criaram e criam hierarquias entre os seres humanos. A constituição de um projeto societário em oposição ao modelo de globalização neoliberal exige a incorporação de crescentes forças a esta luta apenas começada e o combate a todos os fundamentalismos;

Uma luta especial e necessária é exigida, para que entendamos que quaisquer sejam suas crenças, modos de viver, gostos, sentimentos, diferenças em termos de necessidades educativas especiais, sua força criadora do futuro, o ser humano é sempre um ser humano sujeito de direitos. A educação, condição necessária para o diálogo e para a PAZ, tem um papel importante nessa luta, na medida em que os tão diversos e sempre coletivos espaços nos quais ela se dá são lugares de discussão, vivência e convivência possível dessas tantas diferenças e projetos. A escola pública, nesse processo, transforma-se e se revifica como espaço/tempo de possibilidades de encontros de homens e mulheres de todas as idades, com trajetórias até aqui apenas entrevistas. Assim, ao contrário da afirmação das forças do capital ao insistirem que a escola pública já está superada, reafirmamos sua potência e permanente movimento na reinvenção do cotidiano de nossas sociedades e na sua própria transformação como resultado do protagonismo dos excluídos;

A conquista do poder político em cada situação concreta, nacional e local, é também uma das frentes de luta, já que a globalização do capital sempre precisou de governos nacionais, regionais e locais capazes de executar seus planos e fazer valer sua força. A criação de alternativas às propostas neoliberais vem sendo construída pela existência de governos populares e democráticos, conquistados e tecidos com dificuldades, mas que precisam ser compreendidos como possibilidade crescente;

A luta por mudanças no mundo do trabalho, com a construção da perspectiva de uma profissionalização sustentável como garantia de acesso a todos das rápidas evoluções científico-tecnológicas, acompanhada de garantias dos direitos sociais para os trabalhadores e as trabalhadoras e com reconhecimento universal das certificações profissionais. Esta luta mantém relação estreita com as tantas mudanças antes indicadas, exigindo assim a ampliação do conhecimento humanista, técnico-científico, ético e estético e a incorporação real do direito às diferenças, quando essas permitem que nos compreendamos e nos aproximemos e a sua superação quando estabelecem hierarquias entre os seres humanos, em relação ao sexo, as diferentes idades, aos diferentes pertencimentos étnicos, raciais, religiosos, culturais e políticos. Os trabalhadores/trabalhadoras da educação têm, com relação a isto, histórias para contar sobre seus esforços comuns e buscam crescentemente participar, com os múltiplos movimentos sociais, na tessitura de um mundo mais justo e pacífico, afirmando a importância de seu trabalho para a primeira infância, as crianças, os jovens, os adultos e os velhos. Este Fórum Mundial de Educação se soma as discussões realizadas nos diversos Fóruns de Educação que aconteceram na última década em escala mundial, identificados com o ideário expresso neste documento, e as indica para o Fórum Social Mundial/2002 como um de seus eixos prioritários. O Fórum Mundial de Educação afirma-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais que afirmem a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, irredutível à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa.

2004: Carta de la Tercera Edición del Foro Mundial de Educación: Construyendo una Plataforma Mundial de Luchas

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do III Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, em 31 de julho de 2004. **Endereço:** http://almanaquefme.org/fsipe/cas/plataforma_mundial_luchas.htm

Carta:

El Foro Mundial de Educación está orgánicamente organizado con el Foro Social Mundial, porque, para otro mundo posible, otra educación es posible.

Los principios, objetivos y metodologías de esa otra educación posible están siendo construidos en varios encuentros y expresos en documentos como la carta de Porto Alegre 2001 y 2003, Declaración de Québec 2001, declaración de São Paulo 2004, declaración del IV Congreso de la Internacional de educación 2004, entre otros.

Llegó la hora de avanzar en la lucha mundial a favor del Derecho Universal a la Educación.

- Se afirma el derecho Universal a una Educación Emancipadora.
- Se afirma el pleno e inalienable derecho a la educación pública, de calidad social para todos y todas.
- Se exige la garantía de acceso y permanencia y el derecho a aprender en la escuela.
- Se exige la democratización de los conocimientos y saberes en beneficio de toda la humanidad.
- Se rechaza cualquier forma de privatización y mercantilización de la educación, la ciencia y la tecnología.
- Se condena la apropiación ilegítima de los saberes populares y los conocimientos de las comunidades nativas.
- Se afirma la centralidad de la educación para los derechos humanos, la justicia y la paz.

La tercera edición del Foro Mundial de Educación adopta y enfatiza los siguientes **principios**:

1. La Educación es un derecho humano prioritario e inalienable y durante toda la vida.
2. Ese derecho es esencial para el acceso a los demás derechos, para la construcción de valores solidarios, para la emancipación y el ejercicio de la ciudadanía.
3. Las políticas públicas deben asegurar la concreción de esos derechos.
4. Los estados están obligados a garantizar de forma universal y gratuita, sin discriminación y exclusión, el pleno derecho a una Educación pública, emancipadora en todos los niveles y modalidades.

Frente a eso proponemos la siguiente **agenda de luchas**:

- Defender intransigentemente la educación pública en todos los ámbitos y la obligación intransferible del Estado de garantizarla.
- Articular un movimiento mundial en defensa y promoción de la educación pública y gratuita en todos los niveles y modalidades.
- Rechazar cualquier acuerdo nacional e internacional que promueve la mercantilización de la educación, conocimiento, ciencia y tecnología, particularmente en lo relativo al comercio y servicios de la OMC.
- Rechazar los programas de ajuste estructural que presionan los gobiernos para dismantelar los servicios públicos.
- Rechazar la ingerencia de las empresas nacionales y multinacionales del sistema educativo público.
- Promover acciones que reconozcan la singularidad de los sujetos y comunidades, y que garanticen la igualdad de acceso a la educación considerando la diversidad de género, etnia y cultura, considerando la potencialidad educacional de los espacios no escolares.
- Exigir la igualdad de género en el acceso a la educación y a los espacios de decisión de las políticas públicas. Promover acciones de lucha contra el racismo y las diferencias de clase social.
- Presentar a los gobiernos nacionales una agenda que priorice programas para la eliminación del analfabetismo, por la inclusión educacional de la población más excluida y contra la explotación del trabajo infantil.
- Articulación con el Foro social Mundial y otros Foros de luchas para garantizar que las experiencias, calificaciones y saberes de los trabajadores/as sean reconocidos.
- Exigir de los gobiernos la valorización de los trabajadores/as de la educación, respeto de sus derechos profesionales y garantía de condiciones dignas de trabajo.
- Defender una forma de Educación profesional que rechaza la lógica de la empleabilidad y que incluye las dimensiones ética, estética y política.
- Exigir la democratización de la gestión de instituciones públicas y de las políticas sociales en especial las educacionales, relacionándolas a las políticas intersectoriales que las complementan, fortaleciendo las comunidades educativas.
- Promover el control social al financiamiento de la educación.
- Fortalecer las movilizaciones mundiales y una educación por una cultura de justicia y paz, solidaridad y sustentabilidad en el mundo.
- Incentivar el protagonismo de los niños las adolescentes y jóvenes, reconociendo todas sus identidades sociales, participantes en la construcción del conocimiento.

2005: Carta Adelphi sobre criatividade, inovação e propriedade intelectual (Adelphi Charter on Creativity, Innovation and Intellectual Property)

Contexto: “Pode a legislação de propriedade intelectual atual lidar com os contextos de mudança tecnológica e social do século 21? Este projeto reuniu grupos de trabalho dos profissionais eminentes para criar uma carta de propriedade intelectual, que responda de forma eficaz e praticamente a essas demandas.” **Endereço:** <http://www.thersa.org/projects/past-projects/adelphi-charter>

Carta:

Carta Adelphi sobre criatividade, inovação e propriedade intelectual¹⁰⁰

A capacidade humana de criar novas ideias e conhecimentos é seu maior patrimônio. É a fonte das artes, da ciência, da inovação e do desenvolvimento econômico. Sem ela, ficam estagnados indivíduos e sociedades.

Essa imaginação criativa requer acesso às ideias, ao aprendizado e às culturas alheias, passadas ou presentes.

Os direitos humanos nos impelem a garantir que todos possam criar, acessar, usar e compartilhar informação e conhecimento, permitindo que indivíduos, comunidades e sociedades alcancem seu potencial máximo.

Criatividade e investimento deveriam ser reconhecidos e recompensados. O propósito das leis de propriedade intelectual (como direitos autorais e patentes) deveria ser agora, como já foi no passado, assegurar tanto o compartilhamento do conhecimento quanto as recompensas à inovação.

A maior amplitude dessas leis, de seu escopo e dos período de proteção, durante os últimos 30 anos, resultou em um regime de propriedade intelectual que é radicalmente incompatível com as tendências tecnológicas, econômicas e sociais do mundo moderno. Isso ameaça a cadeia de criatividade e inovação dos quais nós e as futuras gerações dependemos.

Nós convocamos os governos e a comunidade internacional a adotarem estes princípios:

1. As leis regulando a propriedade intelectual devem servir como meios para atingir fins criativos, sociais, e econômicos, e não como fins em si mesmas.
2. Estas leis e regulamentos devem servir, e nunca subjugar, os direitos humanos fundamentais à saúde, à educação, ao emprego e à vida cultural.
3. O interesse público requer um equilíbrio entre domínio público e direitos privados. Ele demanda ainda um equilíbrio entre a livre competição, que é essencial para a vitalidade econômica, e os direitos monopolísticos concedidos pelas leis de propriedade intelectual.
4. A proteção da propriedade intelectual não deve se estender a idéias, fatos ou dados abstratos.
5. Patentes não devem se estender a modelos matemáticos, teorias científicas, código de computador, metodologia de ensino, métodos de fazer negócios, procedimentos de diagnóstico médico, terapêutico ou cirúrgico.
6. Direitos autorais e patentes devem se limitar temporalmente, e seu período de proteção não deve avançar além do que for proporcional e necessário.
7. Os governos devem facilitar um amplo leque de políticas para estimular acesso e inovação, incluindo modelos não-proprietários como licenciamento de software livre e de código aberto e o acesso livre à literatura científica.
8. As leis de propriedade intelectual devem levar em conta as circunstâncias sociais e econômicas dos países em desenvolvimento.

Ao tomar decisões sobre leis de propriedade intelectual, os governos devem obedecer as seguintes regras:

- Deve existir uma presunção automática contra a criação de novas áreas de proteção por propriedade intelectual, a extensão de privilégios já existentes ou do período de duração de direitos.
- O ônus da prova nesses casos deve recair sobre os defensores das mudanças.
- Tais mudanças devem ser autorizadas apenas se uma análise rigorosa demonstrar claramente que elas promoverão direitos fundamentais das pessoas e bem-estar econômico.
- Em todos esses processos, deve haver ampla consulta popular e uma exposição abrangente, objetiva e transparente dos benefícios e malefícios públicos envolvidos.

Royal Society of Arts, Adelphi, Londres, 13 de Outubro de 2005

2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Buenos Aires

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação Temático, realizado em Buenos Aires, em 6 de maio de 2006. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=826

¹⁰⁰Tradução disponível em: http://sitoc.biz/adelphicharter/adelphi_charter.asp.htm.

Carta:

Em 24 de março de 1976, iniciava-se na Argentina a mais brutal ditadura militar de toda sua história. Seu saldo foi um processo de reestruturação social, política, econômica, educacional e cultural, baseado na repressão, no genocídio, na expropriação dos recursos econômicos e naturais do país; uma nação despojada de seus direitos cidadãos; uma geração massacrada; uma infame guerra pelas ilhas Malvinas; e a pretensão de construir um futuro definitivamente tutelado pelos donos do poder e da riqueza.

Foram décadas de luta e mobilização popular, de heroísmo e compromisso, de algumas derrotas e de grandes vitórias democráticas. Hoje, 30 anos depois, mais de treze mil educadoras e educadores, representantes de movimentos sociais, organizações populares e sindicais de diversos países latino-americanos e europeus nos reunimos em Buenos Aires para render nossa homenagem a todos aqueles que entregaram suas vidas na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O Fórum Mundial de Educação de Buenos Aires, sob o lema Educação Pública, Inclusão e Direitos Humanos, constitui o marco plural, democrático e participativo desse encontro. Após três dias de intenso debate e deliberação, os delegados e delegadas deste Fórum afirmamos nosso mais enfático repúdio às políticas neoliberais que cristalizam a injustiça social, a segregação e a exclusão das grandes maiorias.

Consideramos que a América Latina vive um momento político de enorme riqueza, em que a capacidade de mobilização, luta e reivindicação das organizações sociais e populares constitui a base sobre a qual se consolidam os avanços democráticos alcançados.

Reafirmamos o princípio de unidade dos povos latino-americanos e sua capacidade de resolução de todo e qualquer conflito entre nossas nações, por meio de estratégias que consolidem laços regionais de solidariedade e fraternidade.

Expressamos nosso compromisso ético e político com um projeto de sociedade em que todos, sem discriminação de nenhuma espécie, tenhamos direito efetivo a uma educação pública de qualidade, à saúde, ao trabalho e ao desenvolvimento pleno de uma vida digna. Estamos convencidos de que a educação é um direito humano e social inalienável, uma ferramenta poderosa na construção histórica de uma sociedade justa e igualitária.

Consideramos que a educação pública supõe a deliberação democrática das políticas e estratégias destinadas a orientar suas ações. Sustentamos que uma democracia efetiva somente será possível quando se assegure a todos e todas o acesso e a permanência em instituições públicas de educação, em que o trabalho cotidiano permita uma apropriação ativa do conhecimento socialmente significativo e dos valores que sustentam a justiça social, a igualdade e a solidariedade entre os povos.

Consideramos que o processo de desinvestimento, abandono, degradação e precarização das condições de trabalho na escola questiona o caráter público de nossas instituições educativas, transformando o direito à educação em uma falsa promessa. Exigimos dos Estados o exercício de sua indelegável responsabilidade de garantir uma educação pública e popular para todos os cidadãos e cidadãs. É imprescindível que os governos destinem os recursos financeiros necessários a esse fim, propondo-se como meta um investimento não inferior a 6% dos PIBs nacionais. A educação de qualidade, como a riqueza, não constitui, em nossas sociedades, um bem público, mas uma oportunidade expropriada por uma minoria, que faz do privilégio seu direito. Nesse sentido, a luta pela educação pública deve ser sempre a luta por uma escola popular; e a luta por uma escola popular, a luta por uma escola de qualidade para todos e todas.

Afirmamos que o caráter universal do direito à educação supõe o reconhecimento da diversidade cultural, identitária e lingüística que convive em cada uma de nossas sociedades. Amplificar, fortalecer e consolidar essa diversidade é parte do direito que temos a uma educação de e para todos.

Defendemos uma política de educação inclusiva e integradora, especialmente para os setores portadores de necessidades educativas especiais e singulares.

Consideramos imprescindível garantir um investimento público amplo e permanente destinado a esses setores, bem como condições efetivas de educação, mediante o mais irrestrito respeito a suas identidades e às necessidades que delas derivam.

Lutamos contra toda forma de privatização da educação e nos opomos enfaticamente a sua inclusão nos Tratados de Livre Comércio ou a sua transformação em um bem comercializável por meio de regulamentações internas que promovem sua mercantilização. Ante uma crescente presença de instituições educativas com fins de lucro, defendemos a necessidade de definir pautas de regulamentação da concessão de subvenções estatais, priorizando a transferência de recursos a instituições que cumprem fins comunitários, cooperativos e sociais.

Temos plena consciência de que a esfera pública é um campo de disputa, e a cidadania e as organizações sociais estamos comprometidas na luta por sua apropriação e ampliação. Assim, a luta pelo conhecimento, que é sempre a luta pelo poder, ganha uma importância vital.

Consideramos que este Fórum, sendo parte de um processo permanente de mobilização para a construção de uma Plataforma Mundial de Luta pelo Direito à Educação, deve constituir-se em um espaço de debate e deliberação coletiva, gerando condições para sua continuidade.

Propomos a constituição de Fóruns Permanentes que atualizem e prolonguem essas lutas. Com o mesmo compromisso de Isaura Arancibia, Marina Vilte, Eduardo Requena e tantas companheiras e companheiros trabalhadores da educação, assassinados e desaparecidos ao longo de nossa história, nos comprometemos a seguir lutando por uma escola pública, popular, democrática e a serviço da construção de uma sociedade em que a justiça social, a igualdade e os direitos humanos sejam uma realidade efetiva e duradoura.

Hoje, trinta anos depois, a memória de trinta mil desaparecidos ilumina e fortalece nossa luta por outro mundo possível.

Um mundo em que a educação seja um grito de esperança e dignidade.

A eles, a elas, dedicamos este Fórum.

Buenos Aires, 6 de maio de 2006. Fórum Mundial de Educação Temático – Buenos Aires, 2006.

2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Caracas: A Educação Bolivariana e a Superação do Modelo de Escola Capitalista

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação, no Fórum Temático da Venezuela, no dia 4 de novembro de 2006. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=862

Carta:

A Educação Bolivariana e a Superação do Modelo de Escola Capitalista

O IV Fórum Mundial de Educação que aconteceu em Caracas-Venezuela, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2006, e que precedeu o Fórum Social Mundial, concentrou um significativo número de professores, professoras, estudantes e comunidade, que atraídos pela idéia de articulação, em intercâmbio e democratização dos saberes e experiências, com o intuito de construir espaços para a criação coletiva de uma plataforma de luta em defesa dos elementos centrais da educação como: seu caráter público, gratuito, laico, obrigatório e de qualidade, e que também, promova a cultura de paz. De igual forma, consideramos que estes aspectos devem ter um apoio fundamental dos Estados verdadeiramente democráticos.

Neste sentido, reafirmamos que sendo o Fórum Mundial de Educação uma rede permanente de mobilização para promover e defender o direito universal à educação, se realiza neste contexto de uma etapa histórica na América Latina, reconhecendo as problemáticas, tensões e lutas desenvolvidas no plano educativo em nível planetário, caracterizado este contexto, pelo avanço dos processos de lutas populares que abriram caminho para o surgimento de governos que, com diferentes características, tentam sair da situação de subordinação absoluta às políticas neoliberais aplicadas na década de 90.

O Fórum Mundial de Educação, em seu processo vem se constituindo em um espaço e um momento particular de articulação. Espaço plural de debate e construção sócio-pedagógica, que nesta conjuntura histórica mundial a de aperfeiçoar reflexões e ações contra o imperialismo econômico, que evidentemente é o principal inimigo da Educação pública, gratuita, laica, participativa e de qualidade. As redes de setores organizados, que no âmbito educativo vem se construindo históricos e diversos enfrentamentos às expressões materiais de bárbaras (Adorno) concepções em torno do Ser e ao Dever Ser da educação em geral e sua materialização escolar em particular, encontram neste Fórum mais um do movimento por uma Educação alternativa ao modelo mercantil. Desde sua primeira edição, o Fórum Mundial de Educação pode falar de alcances específicos dos processos de articulação desenvolvidos.

Neste caminho devemos reafirmar:

- Que a educação constitui um direito social indeclinável, concepção que se contrapõe em termos absolutos das políticas neoliberais que pretendem transformá-la em uma mercadoria.
- Que, portanto, constitui uma responsabilidade indelegável do Estado garantir a educação pública de qualidade em todos seus níveis e modalidades, fundamentada na pluralidade do pensamento, para desenvolver o potencial criativo do ser humano, como único caminho para frear e reverter as políticas privatizadoras que se aprofundaram na década passada.
- Que também a educação na sua perspectiva valórica se impõe a refletir e desenvolver o valor ético ao trabalho como um aspecto inevitável de nossa constituição antropológica e, o reconhecimento disto leva a um sentido social da participação ativa, consciente e solidária.
- Que a educação forme para a participação democrática, participativa e protagônica, reconhecendo a diversidade sociocultural, sociopolítica e socioeconômica dos povos, como elementos constitutivos da construção histórica da igualdade e justiça social.
- Que se reconheça o papel que tem a educação como veículo fundamental para alcançar os valores da cultura, sua diversidade, modos de vida e povos.
- Que em consequência resulta inadmissível a inclusão dos chamados Tratados de Livre Comércio e/ou serviços (GATS, ALCA etc.)
- Que resulta indispensável o protagonismo do movimento social, como eixo convocante dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, para que estas políticas possam se consolidar e, simultaneamente, abrir caminho para as propostas que começam a concretizar um novo modelo de educação pública de conteúdo popular, que garanta plenamente os direitos dos principais sujeitos comprometidos com a prática educativa. Aos alunos e alunas, a terem condições adequadas para um aprendizado para a vida e para a

liberdade plena. Aos educadores e educadoras, as condições trabalhistas, salariais e de formação que permitam o pleno exercício de seu trabalho.

Frente ao desafio que implica a luta por este novo modelo educativo que responda aos interesses de seus verdadeiros sujeitos, entendemos necessários priorizar algumas medidas de alto impacto simbólico e estruturais, tais como:

- Lutar para aumentar as propostas educativas no marco da definição de novos modelos de financiamento que tenham como referência mínima de investimento, em termos do PIB, os padrões da UNESCO.
- Trabalhar para mudanças estruturais através da sanção de novas leis que substituam às que deram formato ao modelo neoliberal, para consolidar a ampliação dos direitos dos alunos(as) e docentes e para definir os novos rumos das políticas educacionais no processo de avanço frente à construção de maiores margens de autonomia, democratização e justiça social em uma América Latina, que consolide os laços de unidade e a construção de suas própria identidade.
- Vincular a luta do educativo ao político, social, cultural e econômico.
- Valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento humano e como oportunidade de aprendizagem.
- Incorporar como contexto do saber do FME, as idéias libertárias fundamentadas em uma pedagogia crítica para a liberdade e apoiada no amplo tecido social de coletivos, redes, associações, movimentos, que permitam sua intervenção em todos os processos educativos.

No sentido das considerações anteriormente mencionadas, nos vemos na urgência de propor uma plataforma de luta coletivamente construída e impulsionada no marco de uma nova cultura política, que reivindique a educação como um dos espaços para a construção da cidadania. Sendo assim, declaramos:

1. Promover em âmbito mundial campanhas de difusão e mobilização usando a consigna do “trocar dívida externa por educação”.
2. Articular as agendas de lutas de todos os movimentos e organizações sócio-educativas no processo do Fórum Mundial de Educação.
3. Promover a regulamentação do setor privado de educação para que não seja considerada mercadoria.
4. Decretar a terceira semana do mês de novembro como “Semana Mundial pela Defesa da Educação e o Estabelecimento da Escola Pública”.

2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Nova Iguaçu

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação Temático, realizado em Nova Iguaçu (RJ), nos dias 23 a 26 de março de 2006. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=836

Carta:

No dia 31 de março de 2005, de forma brutal, 29 jovens foram assassinados nas cidades de Nova Iguaçu e Queimados. Todos eles eram pobres, todos inocentes, todos eles sonhavam com um futuro de oportunidades, de dignidade, de direitos. Seus sonhos, suas vidas foram destruídas em um dos maiores massacres da baixada fluminense. Nada explica a morte e o assassinato. Nada pode explicar a barbárie de grupos de extermínio que atuam de forma impune em nossas cidades marcadas pela violência, a exclusão, a segregação e a indiferença assassina dos grupos de poder.

Quase um ano depois, 30 mil educadoras e educadores, militantes sociais, meninos e meninas, delegados e delegadas de mais de 25 países nos reunimos aqui, em Nova Iguaçu, para dizer não à violência, sim à vida, sim à verdade, sim à dignidade, sim à justiça, sim à educação.

Realizamos um novo Fórum Mundial onde o tema foi Educação Cidadã para uma Cidade Educadora, um evento histórico, com diversas conferências e debates, com mais de 300 atividades autogestionadas e com um Fórum Infante-juvenil que reuniu mais de 5 mil meninos e meninas, discutindo a construção de uma nova educação para uma nova sociedade.

O Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu foi um espaço aberto e plural, onde se reafirmaram os princípios e lemas que nos convocaram nas edições anteriores, realizadas em Porto Alegre, São Paulo, Córdoba (Espanha) e Caracas. Contribuímos aqui para a construção de um processo de mobilização e de luta pela defesa irrestrita do direito à educação como um direito humano e social; como um requisito fundamental para a construção de uma sociedade justa, igualitária e emancipatória de todo poder autoritário, ditatorial, totalitário; como requisito para a construção e para o fortalecimento de uma democracia radical, para a construção da justiça social e para a realização efetiva dos direitos humanos.

O Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu foi um evento que marcará a história democrática da baixada fluminense, constituindo um marco no fortalecimento e ampliação da nossa Plataforma Mundial de Lutas pelo Direito à Educação, criada no âmbito do Fórum Social Mundial e multiplicada nas ações, propostas e estratégias de centenas de movimentos sociais, organizações populares, sindicatos democráticos, no trabalho cotidiano de milhares de escolas, onde se constrói a utopia de uma educação emancipatória e libertária.

Nós que nos reunimos em Nova Iguaçu reafirmamos nosso compromisso com a defesa e a transformação democrática da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas.

Repudiamos as políticas neoliberais, conservadoras e oligárquicas que privatizam e mercantilizam o direito à educação e os direitos humanos.

Repudiamos a inclusão da educação como um bem comercializável em qualquer tratado que, sob o eufemismo do “livre comércio” pretenda destruir a dignidade, a felicidade e a liberdade de nossos povos.

Repudiamos qualquer forma de precarização do trabalho docente e todas as políticas que degradam o exercício da docência, violando seus direitos e, junto com eles, o direito de todos os meninos e meninas a receber uma educação de qualidade.

Repudiamos qualquer forma de intromissão dos organismos financeiros internacionais na definição dos rumos e do sentido das políticas educacionais desenhadas por nossos governos.

Repudiamos também as políticas econômicas que, sob a falácia do equilíbrio fiscal, priorizam o pagamento de uma dívida externa ilegítima e impagável, gerando a permanente drenagem de recursos públicos a grupos econômicos nacionais ou transnacionais.

Repudiamos toda forma de imperialismo e colonialismo, especialmente, aquele exercido pelas nações mais poderosas do planeta contra o terceiro mundo, contra povos cuja identidade e dignidade resultam massacradas pela arbitrariedade de um poder guiado pelos interesses econômicos e pela indecência do atropelo indiscriminado de nossos direitos, de nossas culturas, de nossas línguas e de nossa dignidade.

Repudiamos o uso da educação como uma ferramenta de domesticação e subalternidade, como instrumento de dominação e segregação.

Repudiamos toda forma de racismo e sexismo, dentro e fora de nossas escolas e de nossas universidades.

Repudiamos a criminalização dos pobres, que, submetidos às formas mais brutais de exclusão, são estigmatizados por aqueles que associam sua presença ao perigo e ao crime, por aqueles que pretendem transformar os jovens e as jovens dos setores populares nos culpados pela discriminação que cotidianamente sofrem.

Nós que nos reunimos em Nova Iguaçu defendemos a construção de um projeto educacional emancipatório, onde os Estados assumam, sem concessões, sua responsabilidade inalienável no financiamento da educação pública, destinando, pelo menos, 6% de seu PIB para sustentá-la.

Defendemos a educação como uma efetiva e imprescindível forma de inclusão social e trabalhamos todos os dias para eliminar o analfabetismo e as causas que o produzem.

Defendemos a educação como uma ferramenta para a recuperação da memória de nossas lutas e daqueles que nos precederam, deixando seu inesquecível exemplo de compromisso e dignidade na construção de um futuro melhor.

Defendemos a educação como prática da liberdade, como utopia libertária, como instrumento para a construção de um horizonte de dignidade e solidariedade, onde se criam e recriam os valores democráticos, a sensibilidade e a indignação frente às injustiças.

Defendemos a educação democrática como uma plataforma de onde podemos gritar “Nunca mais”: Nunca mais ditaduras brutais nunca mais repressões, nunca mais genocídios, nunca mais negação dos nossos direitos, de nossa história, de nossa dignidade.

Defendemos a educação como forma de justiça e de luta por uma verdade que nos negam, que nos roubam, que nos pretendem fazer esquecer.

Defendemos a educação como possibilidade efetiva para nos transformarmos em pessoas melhores. Para aprender admirar o mundo em que vivemos e para lutar todos os dias, fazendo com que todos, todas possam ter direito a desfrutá-lo.

Defendemos a educação pública e, por isso, propomos dar continuidade aos compromissos assumidos nos fóruns anteriores, ampliando seus alcances e multiplicando suas conquistas.

Há um ano, Nova Iguaçu era cenário de um massacre. Hoje, nos reunimos aqui para chorar a perda irreparável dessas vidas inocentes. Porém, também, para mostrar que aqui, na baixada fluminense, o povo, como sempre, diz sim à vida, ao trabalho, ao compromisso com a justiça e com a liberdade, com a justiça e com a verdade. O Fórum Mundial de Educação Nova Iguaçu é e será um canto à dignidade, um grito de esperança.

Há menos de um ano, Douglas Brasil, um menino de 12 anos perdia vida sem saber por que. Era uma das 29 vítimas do massacre. Em seu sorriso roubado se espelha o desafio desse Fórum. O desafio de construir um mundo onde a justiça social e os direitos humanos sejam patrimônio de todos e todas. Onde os melhores sonhos sejam mapa que desenha um território que devemos construir e percorrer juntos. A ele e a todos os meninos e meninas privados do presente e do futuro, dedicamos esse Fórum.

2007: Fórum Mundial de Educação: Carta do Alto Tietê

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação Temático do Alto Tietê, realizado em Mogi das Cruzes, de 13 a 16 de setembro de 2007. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=1679

Carta:

Desde abril de 2006 educadores, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não governamentais, universidades e escolas, todos comprometidos com a defesa da educação pública como direito social e inalienável, uniram-se para organizar o Fórum Mundial de Educação Alto Tietê. Desta forma, onze municípios aceitaram o desafio de juntos construírem o Fórum Mundial de Educação. Nesta ação coletiva, a diversidade tornou-se a identidade da construção, pois a riqueza cultural, política e educacional dos municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano foi a maior protagonista desse processo educativo, dando origem ao tema Educação: Protagonismo na Diversidade. O resultado dessa rede de movimentos vem re-afirmar os cinco pontos de Nairobi (FME 2007), sendo a educação como direito social e humano e a luta em defesa de sua universalização por meio de políticas públicas capazes de garantir sua concretização em oposição à ideologia de mercado. A diversidade compreendida como educação igualitária que respeita e convive com o diferente. E a sustentabilidade concebida em seu caráter global planetário e do gênero humano, com acesso a riqueza produzida socialmente, de modo especial aos excluídos e marginalizados.

A partir das idéias e sínteses apresentadas neste FME Alto Tietê, os participantes apontam e assumem as seguintes propostas como metas (ou utopias) a serem buscadas e defendidas por todos e todas:

- Educar para a sustentabilidade do planeta, tendo a união dos direitos humanos associados aos princípios da Carta da Terra como ponto de qualquer ação educativa, administrativa e/ou política;
- Valorizar os profissionais da educação nos diversos cenários ao mesmo tempo em que os mesmos assumam seus papéis com mudanças concretas de posturas. Reafirmamos as diferentes práticas educativas como ações protagonistas que constroem a formação humana e filosófica da sociedade.
- Efetivar direitos nas políticas públicas educativas para o acesso e a permanência na escola com qualidade social como direito inalienável de qualquer cidadão garantido pelo Estado. Concretizar tais direitos não é só um dever do Estado, mas uma luta de cada pessoa de todos os cantos do Planeta.
- Fortalecer a responsabilidade social na educação contemporânea buscando superar o desafio ético de unir os diversos setores como empresas, órgãos públicos e sociedade na construção do Estado democrático, bem como da liberdade de pensamento, crítica e criatividade.
- E ainda, tornamos-nos solidários à África na sua busca de superar os desafios econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Portanto, o Fórum Mundial de Educação Alto Tietê conclama que haja espaço para as diferenças, que seja respeitado o direito da criança pela educação da infância, que todos os segmentos da educação e sociedade participem das parcerias entre movimentos sociais e as instituições educativas. Defende o direito a suspeita e à dúvida contra os movimentos de dominação, a ética na luta contra a corrupção, a cidadania cosmopolita e planetária que articula o global e o local e o amor enquanto sentimento essencial para a vida a para a esperança.

2008: Carta de São Paulo pelo acesso aos bens culturais

Contexto: “Resultado do Seminário Direitos Autorais e Acesso à Cultura, realizado na USP no final de agosto de 2008, organizações da sociedade civil de interesse público elaboraram essa carta apontando a necessidade de revisão da Lei de Direitos Autorais, de modo adequá-la as novas tecnologias (p. e. Internet) e permitir usos educacionais e científicos, uma vez que a nossa lei é uma das mais restritivas do mundo” (STOA, 2011). **Endereço:** <http://stoa.usp.br/acesso>

Carta:

Nós acadêmicos, artistas, escritores, professores, editores e membros da sociedade civil abaixo assinados, movidos pela convicção quanto à necessidade de promover a universalização do acesso a obras literárias, artísticas e científicas e conscientes da necessidade de proteção dos direitos autorais contra usos comerciais indevidos, tornamos público alguns consensos quanto à necessidade de reforma da lei de direito autoral.

As novas tecnologias de informação e comunicação potencializaram o compartilhamento de conteúdos culturais. Tais práticas, sem envolver transações monetárias, trazem novas possibilidades de efetivação dos direitos à educação, à cultura, à informação e à comunicação.

Por outro lado, tem-se defendido que o controle da troca de arquivos na Internet seja feito por meio do monitoramento do cidadão no seu acesso à rede. Isso somente poderia ocorrer através da violação do direito à privacidade e com severas ameaças à liberdade de expressão e de comunicação. Entendemos que esse não é o melhor caminho, e que a reforma da lei deve ser realista face às novas tecnologias e práticas sociais.

Destacamos que somos contra quaisquer usos comerciais da obra sem autorização de seu titular de direitos. Ressaltamos ainda a

necessidade de reequilibrar a posição do autor frente aos intermediários culturais, de forma a potencializar as alternativas dos autores de produzir, distribuir e comercializar suas obras diretamente por meio das novas tecnologias da informação. Este equilíbrio conferiria maior autonomia e independência econômica aos autores, permitindo alargar as fronteiras ainda muito limitadas do mercado cultural.

Por fim, entendemos que é necessário harmonizar os interesses público e privado no acesso à cultura. Para isso, é necessário reequilibrar a tutela do direito individual de exploração da obra intelectual (cujo detentor frequentemente não é o próprio autor da obra) com a tutela do direito coletivo de acesso à cultura, direito este tão fundamental quanto o direito autoral e cuja previsão encontra-se igualmente no corpo de nossa Constituição Federal. A criação é um fruto que tem origem no patrimônio cultural coletivo da sociedade e nesse sentido, sua fruição não pode ser restringida de forma desarrazoada.

Para atender esses fins, acreditamos que são necessárias as seguintes reformas na Lei de Direito Autoral:

1) Permissão da cópia integral privada sem finalidade de lucro.

2) Permissão da livre utilização de obras protegidas com direito autoral, desde que tal uso não possua finalidade comercial direta ou indireta (por exemplo, por meio da publicidade). Por isso, entendemos que é necessário que a lei defina de forma clara, e em especial no que se refere ao ambiente digital, o que é e o que não é uso não-comercial de uma obra.

- *Tal medida reconhecerá a legitimidade do espaço público não comercial de compartilhamento de obras culturais cuja existência não compromete a justa remuneração dos criadores nem a existência de um ambiente comercial lucrativo que se adapta à nova realidade por meio dos chamados novos modelos de negócios.*

3) Permissão da conversão de formatos e suportes de obras protegidas, de forma que instituições arquivísticas possam adequadamente guardar e disponibilizar o patrimônio cultural e que o usuário possa utilizar uma obra legalmente adquirida em diferentes dispositivos de execução.

4) Introdução de um dispositivo assegurando o uso livre e gratuito para obras órfãs, para as quais se tentou razoavelmente determinar a autoria.

5) Redução do prazo de proteção do direito de autor dos atuais 70 anos após a morte do autor para 50 anos após sua morte.

- *Tal mudança permitirá uma ampliação do domínio público e não entrará em contradição com as obrigações internacionais assumidas pelo país na Convenção de Berna e no TRIPS.*

6) Proibição da cessão definitiva e exclusiva da obra, limitando o prazo de tal cessão a cinco anos.

- *Esta limitação visa impedir que os autores se tornem dependentes dos intermediários mediante a cessão definitiva e exclusiva dos direitos de sua criação, forçando a renegociação da relação contratual de tempos em tempos, permitindo inclusive ao autor aproveitar-se de uma valorização comercial da obra. Ademais, a limitação dos prazos de cessão permitirá que os autores retomem o controle sobre as obras após a expiração do seu potencial de exploração comercial.*

7) Remoção do artigo que proíbe o contorno de travas anti-cópia e a introdução de uma proibição da inserção em equipamentos eletrônicos de qualquer dispositivo anti-cópia (chamados de DRM e TPM) que impeça aos usuários de exercer qualquer direito legal de que sejam titulares, como os direitos de acesso previstos nas limitações e exceções ao direito autoral, e a visualização e cópia de obras cujos direitos autorais já se extinguíram ou foram renunciados por seu titular.

- *Os dispositivos anti-cópia têm sido utilizados para impor restrições de acesso adicionais àquelas estabelecidas por lei. Isso tem impedido os cidadãos de fazer valer os seus direitos previstos nas limitações e exceções, ou aqueles originados pelo fim da proteção concedida pelo direito autoral. Além disso, é importante que a lei proíba a criação de dispositivos anti-cópia ou qualquer outro tipo de tecnologia que possa impedir o exercício de quaisquer direitos de acesso legítimos.*

8) Introdução de um dispositivo de licenciamento compulsório de obras protegidas pelo direito autoral como mecanismo necessário para promover o acesso à cultura e ao conhecimento e para evitar práticas anti-concorrenciais frente a restrições não razoáveis de acesso às obras.

- *Sempre que houver abuso de direito, o Estado deveria estar equipado para determinar o licenciamento compulsório de obras, havendo sempre como contrapartida a justa remuneração dos detentores de direito autoral. Um tal dispositivo seria particularmente relevante para garantir o acesso a criações de autores já falecidos cujas obras são mantidas em sigilo por parte dos herdeiros e para garantir o acesso de estudantes de curso superior a manuais didáticos que têm frequentemente preços abusivos e limitam as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior.*

9) Revisão do capítulo de gestão coletiva, estabelecendo procedimentos que garantam maior transparência e participação dos criadores.

10) Permissão de livre reprodução e utilização das obras culturais produzidas integralmente com financiamento público resguardando-se o direito moral do autor.

2008: Fórum Mundial de Educação - Carta da Baixada Fluminense: um passo adiante

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação da Baixada Fluminense, em 29 de março de 2008.

Endereço: http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=804

Carta:

Nós, educadores e educadoras, militantes sociais, crianças e jovens e demais profissionais, nos reunimos na Baixada Fluminense no período de 27 a 30 de março de 2008, para refletir, avaliar e propor intervenções, a partir dos encaminhamentos do ano de 2006 e plataforma de Nairóbi 2007.

O Fórum Mundial de Educação 2006 foi realizado no momento em que a Baixada vivia um ano após a chacina de Nova Iguaçu e Queimados, e o debate acerca da violência esteve presente, tangenciando as pautas da educação.

A presença de educadores e educadoras de diversas partes do Brasil e do mundo proporcionou socialização de experiências e ampliação de – redes de diálogo entre os grupos da região.

O lançamento de projetos e iniciativas mobilizou os grupos para o debate sobre educação integral, gestão democrática e projeto político-pedagógico.

Concomitantemente, o Fórum Infante-Juvenil reuniu cerca de 5 mil crianças e jovens, promovendo a reflexão sobre a participação e propondo que em 2008, houvesse a integração com o Fórum Mundial da Educação. As crianças, adolescentes e jovens destacaram a necessidade de uma escola que os acolhesse, que os ouvisse, que os respeitasse e acreditasse na sua capacidade de perceber, propor e se comprometer.

A plataforma do Fórum Social Mundial de Nairobi 2007 destacou a importância de ações coletivas planetárias por uma alternativa ao projeto neoliberal, que inclui:

- Lutar pela universalização do direito à educação pública.
- Difundir uma concepção emancipadora da educação que respeite o convívio com as diferenças e as semelhanças.
- Garantir o acesso à educação e ao uso da riqueza socialmente produzida.
- Promover o controle social do financiamento da educação e a desmercantilização da educação.
- Exigir dos governos e organismos internacionais o cumprimento da prioridade à educação.

Esses documentos apontam para a necessidade de se construir, coletivamente, alternativas à concepção e à prática de uma educação fundamentada na lógica centralizadora, autoritária e excludente.

Nesse sentido, este Fórum se propõe a dar continuidade a este movimento que busca alternativas possíveis e necessárias para a consolidação de uma educação efetivamente cidadã. Treze municípios se unem e convocam os participantes a pensar a educação, a partir do tema central: Educação Cidadã para uma Cidade Educadora, por meio de três eixos temáticos: “Educação, cultura e diversidade”, “Ética e cidadania em tempos de exclusão” e “Sociedade e Estado na construção de políticas públicas”.

Não podemos prescindir da contribuição de todas as tendências e vertentes progressistas do campo educacional, praticando intensamente o diálogo/conflito, a escuta atenta e a denúncia/anúncio, bases de uma nova cultura política de entendimento radicalmente democrático.

Nessa perspectiva formou-se o Comitê Organizador (CO) com a participação de redes sociais, culturais e de ensino dos municípios participantes na construção coletiva do Fórum. Além dos comitês de metodologia e temática, infra-estrutura, cultura, mobilização, comunicação, novos atores integraram o CO: Comitê de Meio Ambiente, que agregou programas e ações educativas promovendo a perspectiva de Cidadania Ambiental, e Comitê de Esporte, trazendo o debate da formação do cidadão integral. Ao longo de cinco meses, o FME Baixada Fluminense, enquanto espaço democrático congregou diferentes saberes em prol de um objetivo comum.

Em 240 atividades auto gerenciadas, 330 pôsteres e 02 conferências, as entidades da Baixada Fluminense e do Brasil compartilharam suas práticas com cerca de 30 mil participantes de diferentes estados e países, que aqui tiveram vez e voz.

Este é o caminho para a construção de uma Cidade Educadora, que é aquela que cria espaços para a educação, sem esquecer da Escola como espaço privilegiado para as práticas educativas. Escola que, associada aos movimentos sociais, pode transformar a sociedade. A educação de qualidade é direito de todas e todos e é dever do Estado prover espaços adequados e equipados de recursos materiais e humanos para que ela aconteça.

Em grande parte das atividades apresentadas foi possível constatar um considerável avanço na materialização das propostas surgidas em 2006. Percebe-se hoje que o Fórum deu sua efetiva contribuição nas políticas públicas educacionais, na autonomia dos profissionais da educação e no fortalecimento da gestão democrática.

Neste ano em que recordamos a morte de Edson Luiz, estudante e militante do movimento estudantil, brutalmente assassinado pelo regime militar há quarenta anos no Rio de Janeiro, reiteramos nesse Fórum a defesa incondicional da democracia e da educação

fundada nos Direitos Humanos.

Do conjunto de atividades deste Fórum, destacamos as seguintes propostas e encaminhamentos: Cabe à educação:

- contribuir para o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos: lúdico, físico, intelectual e social;
- promover políticas intersetoriais para a educação integral como política pública articulada, integrada e integradora, assegurando a cidadania desde a infância;
- comunicar e monitorar a efetiva integração escola – comunidade – família por meio de observatório da educação;
- assegurar o diálogo entre os diferentes conhecimentos: simbólico, tecnológico e múltiplas linguagens;
- garantir a participação popular na construção do Projeto Eco Político Pedagógico;
- reconhecer a democracia como forma de ser e estar do mundo, intensificando os espaços de participação por meio da sociedade civil e do estado democrático de direito;
- afirmar o direito à educação indígena, construída com a comunidade local na garantia da manutenção da identidade cultural dos povos originários;
- reconhecer as múltiplas identidades, fortalecendo o senso de pertencimento aos espaços e bens públicos;
- assegurar processos coletivos de resolução pacífica dos conflitos e de luta por políticas públicas transformadoras da realidade;
- construir um currículo flexível que dialogue com o contexto e com a conjuntura local e global, na perspectiva de uma cidadania planetária;
- comprometer-se com a valorização profissional e formação inicial e continuada dos professores(as), contribuindo com novas leituras do mundo e práticas inovadoras.

O Fórum Mundial de Educação é um processo em construção, sendo assim, este documento está aberto.

Com o objetivo de subsidiar o Fórum Mundial de Educação de Santa Maria/RS, em maio/2008 e o Fórum Social Mundial/Belém, em janeiro/2009, o Comitê Organizador propõe que:

O documento seja circulado entre os treze municípios da Baixada Fluminense e demais participantes para que sejam difundidas práticas, experiências e iniciativas debatidas e refletidas neste Fórum; Seja criado um mural de idéias no site do FME BF.

Os organizadores do FME convida todos os educadores que se reconhecem na Carta dos princípios do FSM a socializar suas experiências inovadoras de educação cidadã através do site e do concurso promovido pela Universidade Popular dos Movimentos Sociais “Historias do outros mundos possíveis”.

As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 30 de abril de 2008, para a Secretaria Executiva FME.

Acreditamos que somente a construção coletiva de propostas para políticas públicas exequíveis, aliadas ao controle da sociedade, podem assegurar uma educação gratuita de qualidade para todos e todas. Assim sendo, apresentamos este documento como orientador de pautas municipais para que toda e qualquer cidade possa se transformar em Cidade Educadora.

2008: Fórum Mundial de Educação - Carta de Santa Maria: Educação: Economia Solidária e Ética Planetária

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação, realizado em Santa Maria (RS), em 31 de maio de 2008. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=798

Carta:

Nós, participantes do Fórum Mundial de Educação, realizado em Santa Maria (RS-Brasil), de 28 a 31 de maio de 2008, motivados pelo tema – Educação: Economia Solidária e Ética Planetária reafirmamos nesta CARTA, princípios e proposições, fruto dos debates e discussões que desenvolvemos neste Fórum. Somos 35 mil participantes, mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não-governamentais, igrejas, universidades e escolas vindos de 15 países: Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Alemanha, França, Suécia, Peru, Estados Unidos, China, Portugal, Coréia do Norte e Argentina; 130 empreendimentos solidários participantes da Mostra Mundial de Economia Solidária; 84 jovens organizados no Acampamento da Juventude; 1.500 pessoas envolvidas no Fórum Gerações em Movimento e 515 voluntários.

As atividades foram organizadas em três eixos temáticos: Educação e Economia Solidária; Educação, Inclusão e Cultura Emancipatória; Educação e Ética Planetária, integrando três grandes conferências; 31 debates temáticos; 355 apresentações de pôsteres de trabalhos; 14 atividades simultâneas; 98 atividades culturais e 110 atividades autogestionadas.

As relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial. Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas conseqüências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida.

Na educação, em especial, tais relações têm submetido as experiências educacionais aos interesses do mercado, em um processo de

reconversão material e cultural. Neste sentido, a educação tem sido utilizada como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, conformando as consciências, justificando relações sociais desumanizantes através de uma cultura do egoísmo, da competição e de pedagogias que tomam os seres humanos como objetos e não como sujeitos.

Considerando a construção de um outro mundo possível, de uma globalização alternativa – não como algo inevitável, mas como uma possibilidade histórica –, nós assumimos como signatários da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. As relações sociais existentes e as possibilidades de construção de estratégias potencializam um aperfeiçoamento de lutas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras e experiências educacionais, que têm apontado relações de novo tipo, pautadas em novas relações sociais de produção, comprometidas com a justiça, com a igualdade, a democracia e a solidariedade.

Afirmamos como compromisso, educar para outro mundo possível, a partir dos seguintes princípios e proposições:

Princípios:

- economia solidária, não apenas como alternativa à falta de trabalho e renda, mas, também, como um agente de desenvolvimento que promova a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas;
- solidariedade;
- soberania e segurança alimentar dos povos;
- construção de redes de cooperação e autogestão no processo produtivo;
- produção, comércio justo e consumo consciente e ético;
- territorialidade, como espaço de construção de uma globalização contra-hegemônica ao atual projeto global de desenvolvimento;
- universalização dos bens da humanidade: ar, água, terra e sementes;
- relação dialética entre educação e economia solidária;
- educação popular concebida como processo de construção coletiva de conhecimento;
- valorização da cultura e saberes populares;
- educação que possibilite relações de igualdade, diversidade étnica,
- respeito às diferenças e à livre orientação sexual;
- combate à divisão sexual do trabalho e à linguagem sexista;
- radicalização da democracia;
- radicalização das lutas por políticas públicas para a saúde e educação;
- formação permanente e integral como estratégia para o desenvolvimento humano;
- educação como um bem público, coletivo e de responsabilidade do Estado;
- educação humanizadora e para a paz;
- educação inclusiva que reduza os preconceitos sociais, buscando a – participação de todos e todas nas práticas excludentes;
- educação para cidadania participativa;
- educação para uma consciência sócio-ambiental;
- justiça cognitiva;
- ecoalfabetização e eco-pedagogia;
- educação para participação na gestão da cidade;
- cidade como tema gerador para a construção de uma cidade educadora;
- democratização da mobilidade urbana com centralidade na pessoa;
- nova lógica social e simbólica para utilização da informática na educação;
- inclusão digital das pessoas e não dos instrumentos;
- educação para justiça fiscal;
- acesso ao lazer como uma conquista e um direito da classe trabalhadora;
- educação patrimonial como responsabilidade do poder público, das instituições educativas, dos meios de comunicação e da sociedade;
- promoção da justiça patrimonial;
- democratização dos meios de comunicação;
- integração e comprometimento das diferentes gerações com atitudes éticas e humanas;
- defesa da ética planetária como uma política do bem comum universal.

Proposições:

- fortalecer políticas públicas que incentivem espaços de formação para os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e criem oportunidades de geração de trabalho e renda, como maneira de atender às necessidades dos explorados e oprimidos;
- formar empreendimentos nos princípios de economia solidária como: autogestão, cooperativismo, associativismo, respeito ao meio ambiente, solidariedade e trabalho organizado em redes e cadeias produtivas;
- agregar valor aos produtos da economia solidária;
- efetivar a construção do marco regulatório legal para empreendimentos de economia solidária;
- fortalecer o processo autogestionário de empresas solidárias;
- criar ações que fortaleçam as incubadoras tecnológicas e cooperativas populares (ITCPs);
- construir e socializar tecnologias adequadas ao processo de trabalho à economia solidária;
- criar redes de produção, socialização e sistematização dos – conhecimentos produzidos nos empreendimentos solidários;
- priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de aproximação entre o movimento da economia solidária e às universidades.

- promover justiça cognitiva através do fomento de debate em escolas e universidades, de autores e autoras que proponham uma educação libertadora e emancipatória dos povos excluídos;
- ampliar o debate nos espaços educativos sobre a livre orientação e violência sexual;
- ressignificar valores para a vivência da cidadania;
- estimular a construção de políticas públicas que se inscrevam no âmbito da diversidade, que contemplem escolas bilingües para surdos enquanto espaços de construção de conhecimento para essa comunidade, ambiente lingüístico de desenvolvimento e expansão da LIBRAS;
- estimular programas educativos que transformem a mentalidade de competição para a construção de uma cultura de cooperação;
- construir uma nova cultura do trabalho que seja materializada no dia-a-dia da produção;
- estimular a criação de projetos educacionais que englobem a gestão democrática da cidade;
- articular a relação tempo-espaço-lazer como parte dos processos educativos;
- promover a participação popular na construção de espaços de lazer;
- inserir a Educação Patrimonial e Fiscal como tema transversal nos currículos do ensino fundamental, médio e técnico, bem como na formação de educadores e educadoras;
- contemplar, nas legislações municipais de uso e ocupação dos solos a educação patrimonial;
- construir modelos de comunicação alternativa, como rádios, televisões e jornais comunitários;
- gerar ações conjuntas envolvendo o reaproveitamento de materiais, musicalidade, ludicidade e sensibilização para qualidade de vida sustentável.

Por fim, queremos reafirmar, como pessoas comprometidas com a educação popular, libertadora e inclusiva, a dignidade do nosso trabalho e sua importância na construção de um mundo justo, fraterno, igualitário, plural e solidário, comprometendo-nos a continuar nossa luta, com todas e todos, os que são sensíveis à causa da Educação, da Soberania e da Justiça Social, tudo fazendo para honrar e fortalecer sonhos, anseios, esperanças e necessidades dos que, junto conosco, com seus saberes, políticas e práticas, constroem um OUTRO MUNDO QUE É POSSÍVEL.

Santa Maria, 31 de maio de 2008.

2009: Carta das Responsabilidades do Artista

Contexto: Esta proposta é um desdobramento da Carta das Responsabilidades Humanas da *Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário*, que se propõe a “inventar novas formas de ação coletiva, que vão da escala local ao nível mundial, com o objetivo de influir juntos sobre o futuro de um mundo cada vez mais complexo e interdependente”. Os artistas têm papel fundamental nesta reinvenção do mundo, razão desta Carta, em que nos propomos a assinalar nosso papel, como entendemos as artes, quais são nossas responsabilidades e nossas propostas de ações. **Endereço:** <http://www.polisdigital.com.br/?p=111>

Carta:

O papel do artista

“O real dever do artista é salvar o sonho” diz Modigliani. E o sonho, em um mundo mercantilizado, torna mercantil o próprio sonho. Sonho de consumo, de *possuir* como sinônimo de *felicidade*. Sonho de artista, da arte revelando um mundo e criando outro.

É neste mundo, cada vez mais desequilibrado – povoado de desigualdades e despovoado de encantos –, que se propõe para o artista o desafio de reencantá-lo. O que significa colocar-se em campo para transformar a sociedade por meio das artes: um sonho com pé na terra.

As artes compõem a cenário da subjetividade, reflexão e criação, podendo mudar a visão do mundo de todos aqueles que dela se acercam.

É possível sonhar com um mundo poeticamente habitável? Um mundo que não seja árido? Um mundo livre da violência e dos fundamentalismos, em que os homens se destroem mutuamente? Um mundo que não se mova pela ganância, pelo lucro e onde a liberdade e a paz sejam os maiores patrimônios da vida? Um mundo que não transforme o próximo e a si mesmo em “coisa”? Apontamos caminhos, embora não tenhamos respostas.

Sabemos que as artes são parte fundamental da sociedade e se contextualizam na ética da vida conectada aos paradigmas terra, sonho, maravilhamento. Optamos caminhar nesta direção para tentar obter respostas às perguntas que acima nos fizemos. Acreditamos, como Marcel Duchamp, que as artes são “um meio de libertação, de sabedoria, de contemplação e de conhecimento”. Nesta concepção, as artes, experiência espiritual da condição humana, são linguagens essenciais da humanidade, sendo inseparáveis do ato de viver, da liberdade e de tudo que nela cresce. A Rede de Artistas em Aliança e do Movimento ArteSolidária afirma que “a arte é um exercício intuitivo para uma nova forma de perceber o mundo, estar e pertencer ao mundo”.

Em síntese, a criação artística é vital: para a preservação da memória; para o desafio da invenção; para afirmar a diversidade e a identidade dos povos; para o enraizamento étnico, social e cultural; para o diálogo intercultural; para o enriquecimento do imaginário; para a construção da subjetividade e da qualidade de ser; para a promoção da ética; para a aproximação solidária entre pessoas; para a aproximação entre as pessoas e a natureza; para o equilíbrio e a integridade espiritual do planeta; e para gerar condições que permitam

um processo criativo em benefício da comunidade dos seres vivos.

Considerando que as artes:

- são formas universais de expressão e comunicação humana, que desenvolvem as inteligências múltiplas e as relações sociais do ser, preservam e promovem a diversidade e a identidade cultural e espiritual das sociedades, reforçando o sentido de pertencimento à humanidade;
- são inseparáveis do ato de viver, e se justificam pelo seu próprio existir, não devendo estarem a serviço de qualquer ideologia, nem serem ferramentas ou instrumento do que quer que sejam;
- contribuem para formar comunidades empáticas e sensíveis, unindo as pessoas pelo afeto e pela solidariedade;
- alimentam e são expressões da imaginação criadora que transforma a realidade;
- tem papel fundamental na reorganização do tecido social, desfeito pela mercantilização das relações, pelo individualismo e pela violência;
- possibilitam a vivência criativa, abrindo trilhas para o reencantamento do mundo;
- são patrimônio da humanidade e campos de integração e aproximação entre os povos;
- são linguagens íntimas na comunicação entre jovens, quando buscam se entender e se conhecer em resposta as questões existenciais;
- possibilitam a vivência alegre, lúdica, prazerosa e criativa, o sonho e a utopia;
- podem estimular a indignação frente às injustiças sociais e é inspiradora de mudanças de atitudes no papel da sociedade civil;
- abrem caminhos para a reinvenção do mundo;

É responsabilidade do artista:

- lutar para a integração das linguagens artísticas na busca de novos paradigmas cooperativos e humanizadores de educação e cultura;
- contribuir para a democratização das artes através da educação formal e informal atual;
- estimular diálogo com perspectivas culturais e métodos de criação artística atuais, valorizando os diversos processos criativos e não cedendo a pressões políticas, ideológicas ou discriminatórias oriundas do mercado;
- abrir a sua obra para diálogos, desmistificando, democratizando e compartilhando com todos o ato de criar;
- estabelecer relações com os jovens, propondo-lhes caminhos e desafios na fruição da criação artística;
- estabelecer relações interculturais, com o público e com a sociedade, inspirando e ampliando os processos criativos na formação da cidadania;
- promover a devolução pública de produtos e processos artísticos, ampliando as oportunidades de diálogo com o público através da difusão e distribuição de produtos (livros, CDs etc), bem como estimulando a inclusão de cláusulas visando a esta atitude nos editais, leis de incentivo à cultura e ações culturais;
- fortalecer intercâmbios e oportunidades de diálogo intercultural, base de novos paradigmas para uma humanidade que leve em conta a paz, a ética e o reencantamento do mundo;
- contribuir para que as novas tecnologias de informação e comunicação possam promover a diversidade cultural e aproximação dos artistas com o público;
- contribuir para a democratização dos meios de comunicação e ampliação de espaços de debate sobre os meios de expressão artística, redefinindo o papel do artista e sua responsabilidade como mídia cultural;
- participar e acompanhar a elaboração e implementação das políticas culturais, seja individualmente ou através de organizações profissionais independentes;
- estimular a responsabilidade social, cultural e política do estado e da iniciativa privada;
- reivindicar e monitorar a ampliação e a distribuição democrática dos orçamentos públicos, bem como os direitos garantidos ou indicados nas leis nacionais e nos pactos internacionais, como o Pacto Internacional das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Diversidade Cultural e proteção do patrimônio artístico promovido pela UNESCO em outubro de 2005 e outras recomendações culturais;
- proteger e propagar o patrimônio material e imaterial de todos os povos;
- lutar pelo direito à remuneração digna, buscando abrir o debate sobre a questão dos direitos autorais;
- proteger, contra apropriação indevida de terceiros, os bens artísticos e culturais de todos os artistas, principalmente daqueles pertencentes aos setores mais vulneráveis como os quilombolas, os indígenas e os mestres e mestras da cultura popular;
- estimular a criação de associações e cooperativas, fóruns e redes, para que possam melhor difundir suas experiências e interferir na realidade cultural onde se inserem;
- lutar pela preservação do meio ambiente, condição essencial para uma sociedade sustentável, utilizando materiais que preservem a natureza;
- ocupar a rua e o cotidiano, que é o lugar por excelência da comunidade, e não apenas os “templos” da cultura ”(centros culturais, bibliotecas, teatros, cinemas, galerias, escolas, equipamentos públicos);
- integrar a consciência cultural da América Latina através de atividades artísticas e estimular os diálogos sul-sul;
- repensar as práticas artísticas, levando em conta o desenvolvimento da criatividade à luz dos valores éticos e humanistas.

Propostas de ações para a difusão da Carta de Responsabilidades do Artista:

- usar os sites da Rede Mundial de Artistas e dos membros da Aliança Mundial pelas Artes Educação para divulgar regularmente suas atividades e articulação de ações;

- promover a apresentação da Carta em todas as linguagens artísticas e por todos os meios e espaços de comunicação, e para trabalhar seu conteúdo;
- criar corredores culturais como territórios de responsabilidade para desenvolver o diálogo intercultural em todas as comunidades, países e regiões do mundo por meio da difusão da Carta;
- articular núcleos de arte-educadores comprometidos com a discussão e a divulgação da Carta;
- promover diálogos intergeracionais sobre a Carta;
- incluir os princípios da Carta de Responsabilidades Humanas nas políticas públicas;
- elaborar e socializar metodologias que valorize as identidades e diversidades locais, promovendo valores que inspiram a Carta das Responsabilidades Humanas, quais sejam:
- *A Terra é a nossa única e insubstituível matéria.*
- *A humanidade em toda a sua diversidade pertence ao mundo vivo e participa de sua evolução.*
- *Nossos destinos são inseparáveis e a amplitude das crises do nosso tempo nos mostra aquilo que está em questão hoje: o dom da vida em si.*
- *A vida não é criada pelos seres humanos, os seres humanos fazem parte da vida.*
- *A humanidade e sua diversidade têm a responsabilidade de preservar o direito à vida.*
- *O artista pode contribuir para a preservação e o desenvolvimento da vida e para salvar o sonho.*

Janeiro de 2009

2009: Carta do I Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do I Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Brasília (DF), em 27 de novembro de 2009. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=674

Carta:

O Fórum Mundial da Educação Profissional e Tecnológica integra-se ao Fórum Mundial da Educação e por sua vez ao Fórum Social Mundial e dessa forma, valida a sua Carta de Princípios e a Plataforma Mundial da Educação e proclama em sua agenda:

1. Ampliar o compromisso do Estado em assumir, cada vez mais, responsabilidade perante a cidadania, especialmente, no que tange à educação pública.
 2. Alargar o alcance da educação, em especial da educação profissional e tecnológica, para abraçar os (as) excluídos (as);
 3. Tecer uma rede mundial de culturas e alternativas de educação, em que a cooperação em favor do ser humano e da vida substitua a concorrência;
 4. Reconhecer que, como a sociedade do conhecimento é complexa, é necessário que a educação para o trabalho se fortaleça enquanto educação para a vida e por toda a vida;
 5. Lutar pela valorização da diversidade de mundos, assegurando lugar às capacidades locais, às diversas instâncias de aprendizagem para além da escola, reconhecendo e validando esses saberes;
 6. Promover ações educacionais que reconheça a ciência e a tecnologia como um dos instrumentos fundamentais para mudar o mundo, assegurando ações afirmativas em favor de todos os grupos até então discriminados;
 7. Propor e apoiar iniciativas comprometidas com o resgate da dignidade da pessoa, independente da condição do continente, país, cor, gênero, opção religiosa e política, orientação sexual, dentre outros (as);
 8. Validar e reconhecer os saberes tácitos construídos no trabalho e nas relações da vida;
- O Fórum se constituiu num marco histórico ao apontar caminhos para que jovens e adultos (as) que têm ou tiveram sua cidadania negada ou postergada recuperem esse direito. Foi palco da Caravana da Anistia para realizar a Cerimônia de pedido de desculpas do estado brasileiro ao educador Paulo Freire e devolver sua cidadania, no dia 26 de novembro de 2009. Uma dívida social e política que o Brasil acumulou. Assim como, referendou o compromisso por mudar a realidade também daqueles (as) que ainda hoje não sabem ler suas próprias línguas, mas sonham com uma nação mais humana, justa e feliz.

Este Fórum Mundial da Educação Profissional e Tecnológica proporcionou a reinstauração da esperança e da libertação. É mais um passo na construção de uma nova ética centrada na vida, no trabalho e na solidariedade expressa por uma cultura da paz e da sustentabilidade.

Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT)

Brasília, 27 de novembro de 2009

2009: Carta Europea de los Derechos Ciudadanos en la Era Digital (European Digital Rights)

Contexto: "Carta europea de derechos de los ciudadanos en la era digital", redactada por la [Foundation for a Free Information Infrastructure](#), y del texto que insta al Gobierno de España a promoverla dentro del marco de la Presidencia Europea durante el primer semestre de 2010" (DANS, 2011). **Endereço:** <http://www.enriquedans.com/2009/11/carta-europea-de-los-derechos-ciudadanos-en-la->

[era-digital.html](#)

Carta:

España desempeñó un papel determinante en octubre de 1990, al presentar un primer texto articulado y motivado sobre la ciudadanía europea. La iniciativa logró entonces el respaldo del Parlamento Europeo. Finalmente, el Tratado de la UE institucionalizó la ciudadanía europea.

España debe aprovechar la presidencia europea para desarrollar las medidas necesarias para la preservación de estos derechos en un entorno donde las TIC pueden amenazar cuestiones básicas como la privacidad y el secreto de las comunicaciones, e impulsar el acceso de los ciudadanos a la tecnología, la cultura y el conocimiento desarrollado en la esfera pública.

El progreso y la innovación tecnológica modifican los hábitos sociales, políticos y económicos, y es por eso que las normas y leyes deben adaptarse para seguir manteniendo los derechos de los ciudadanos en las nuevas circunstancias.

En este momento, es necesario asegurarse de que en la Era Digital se garantizan las condiciones necesarias, para que los ciudadanos sigan disfrutando de sus derechos fundamentales, sabiendo que una gran parte de sus actividades sociales, profesionales, culturales, comerciales, financieras, políticas o educativas, son realizadas telemáticamente mediante medios digitales y en redes como Internet.

Asegurar el acceso universal a una Internet neutral se ha revelado muy eficaz para paliar la crisis y para lograr un futuro más próspero para toda la población. La Neutralidad de la Red (Net Neutrality) es un gran potenciador de la innovación y del desarrollo económico, además de un estímulo para la competencia pero sobre todo es la garante de los derechos civiles en el medio telemático.

Es por ello, que instamos al gobierno español a que promueva que en el corpus legal de la UE se declare explícita y claramente que:

European Digital Rights

1) Los ciudadanos tienen derecho a que el tráfico de datos recibido o generado no sea manipulado, modificado, bloqueado, desviado, priorizado o retrasado, en función del tipo de contenido, del protocolo, la aplicación utilizada, del origen o del destino de la comunicación, ni de cualquiera otra consideración ajena a su propia voluntad.

Ese tráfico se tratará como privado y por lo tanto, secreto y solamente podrá ser secuestrado, espiado, trazado, archivado, o analizado en su contenido ni trayectoria, bajo mandato y tutela judicial, no pudiendo en ningún caso, ser sometido a la censura previa, o al secuestro administrativo de los contenidos (al igual que ocurre con cualquier otra correspondencia o comunicación privada). [Art 12 Declaración Universal de los Derechos Humanos, Art 17 Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos]

2) Los ciudadanos tienen derecho a acceder a contenidos, a ejecutar aplicaciones y usar servicios de su elección, así como a conectar dispositivos a la Red, sin más restricción a su interoperabilidad que aquella que establezcan las leyes.

3) Los ciudadanos tienen derecho a un servicio universal de conexión a Banda Ancha según las normas internacionales (ITU-I 113), a que exista más de un proveedor (público o privado) y a que la oferta de este servicio de Banda Ancha no esté vinculada a la adquisición de otros productos o servicios.

Deben disponer de información veraz y suficiente sobre las condiciones y calidades de las conexiones de datos ofrecidas por los operadores y sus garantías legales.

Los ciudadanos tienen derecho al desglose y la segregación de servicios que tengan distinta facturación o tarificación adicional, así como a elegir el modo de pago y a la protección contra el uso inadvertido de los mismos.

Tienen derecho a disponer de una vía rápida y efectiva de atención y de reclamación, a cambiar de operador y a ser indemnizados en caso de interrupción del servicio o degradación de la calidad contratada. Todo ello en un tiempo no superior al empleado en un proceso de alta en el servicio. [Real Decreto 899/2009, de 22 de mayo, por el que se aprueba la carta de derechos del usuario de los servicios de comunicaciones electrónicas.]

4) Los ciudadanos tienen derecho a la libre disposición de la ciencia, la cultura, el conocimiento y las tecnologías propiedad de las instituciones públicas, de las que financian, de las que subvencionan y de las que son derechohabientes, para que puedan ser usadas, copiadas, modificadas y redistribuidas, con o sin modificaciones, siempre que la obra derivada se distribuya en estos mismos términos, tal como establece la Licencia Pública de la Unión Europea (EUPL) dado que el fin perseguido es el aprovechamiento y la reutilización, así como la protección contra su apropiación en exclusiva por parte de terceros.

La transferencia tecnológica en estas condiciones, además de ser un acto de justicia social en su propia naturaleza, dado que todos los ciudadanos hemos sufragado estos contenidos científicos, culturales y tecnológicos a través del pago solidario de los impuestos, también supone uno de los mejores instrumentos para mejorar la competitividad de las empresas. De esta forma, las empresas accederían en igualdad de condiciones a una gran cantidad de herramientas TIC de calidad y a un precio asequible, mitigando la fuga de capitales a través del pago de licencias. Esta transferencia tecnológica, también permite estimular el sector tecnológico y

capacitaría a las PyMEs, para acometer los retos de innovación tecnológica y de modernización socioeconómica, que la sociedad del conocimiento libre, de todos y para todos, nos brinda, según pone de manifiesto la Declaración del parlamento europeo a favor del Conocimiento Libre y en la sección 9 del art III-248 del Tratado de Lisboa.

5) Los ciudadanos tienen derecho a relacionarse con las Administraciones Públicas por medios electrónicos mediante protocolos, interfaces y formatos que sean estándares abiertos teniendo dicha actividad administrativa perfecta validez y seguridad jurídica.

En un Estado de Derecho moderno y democrático, la investigación, o persecución, de un acto presuntamente ilícito, haya sido cometido por el medio que fuere, no puede suponer la conculcación de derechos fundamentales contemplados en las Constituciones, o en la legislación de los Estados, sin la necesaria tutela judicial. Este es un principio básico que también es necesario trasladar y aplicar al espacio real que es Internet. Se debe evitar así, la creación de ámbitos de actuación humana dominados por los pseudoderechos, o con mecanismos paralegales, en los que todo pueda ser interceptable, accesible, investigable y perseguible, solo en función de la disponibilidad tecnológica, o económica, de los agentes públicos o privados y sin garantizar las debidas garantías judiciales.

Así lo indican derechos democráticos fundamentales como:

- * La Inviolabilidad del domicilio: no se pueden registrar los equipos informáticos o telemáticos propiedad de los ciudadanos ni los que, aún no siendo propios, estén ubicados en sus casas o posesiones, sin un consentimiento expreso del dueño u orden judicial que lo autorice.
- * El Secreto de las comunicaciones: no se pueden espiar, o conocer los datos que intercambien los ciudadanos sin orden judicial.
- * El Límite a la informática y la tecnología para preservar la intimidad personal o familiar: no se pueden hacer estimaciones estadísticas de tráfico de la Red que permitan conocer la actividad que se está desarrollando en esos equipos informáticos personales sin su correspondiente orden judicial.
- * El derecho a una comunicación libre: que abarca la libertad de expresión, la libertad de cátedra, la producción y creación literaria, artística, científica o técnica, y el desarrollo de las tareas docentes.
- * El derecho a la información: a recibirla y emitirla con prohibición expresa de la censura previa, del secuestro administrativo, o de cualquier otra maniobra que dificulte el libre acceso a los avances científicos, la información y a la cultura.
- * El derecho a que sólo podrá acordarse el secuestro de publicaciones, grabaciones u otros medios de información en virtud de resolución judicial
- * El derecho a acceder a los documentos de las instituciones, órganos y organismos públicos, cualquiera que sea su soporte.

En países como España, con una de las legislaciones más avanzadas de la Era Digital:

- * Los ciudadanos tienen derecho a relacionarse con las administraciones públicas para el ejercicio de sus deberes y derechos por medios electrónicos, eligiendo con libertad sus aplicaciones y sistemas operativos, siempre que utilicen estándares abiertos en sus comunicaciones.
- * Por su parte, las Administraciones Públicas quedan obligadas a asegurar la disponibilidad, el acceso, la integridad, la autenticidad, la confidencialidad y la conservación de los datos, informaciones y servicios que gestionen en el ejercicio de sus competencias con la máxima transparencia y publicidad del procedimiento.

Por tanto, el acceso a universal a redes neutrales es una obligación de los proveedores de servicios de la Sociedad del Conocimiento que los gobiernos deben garantizar. Dicha obligación debe basarse en una escrupulosa observancia y respeto a los derechos fundamentales de los ciudadanos, dado que ahora estos derechos también se ejercen por medios digitales y a través de redes de telecomunicaciones. Además, el patrimonio intelectual público debe estar a libre disposición de los ciudadanos para su aprovechamiento.

2009: Carta para la Innovación la Creatividad y el Acceso al Conocimiento

Contexto: Carta elaborada no contexto do “Free Culture Forum: organization and action”, realizado em Barcelona, nos dias 29 de outubro a 1 de novembro de 2009. A Carta encontra-se na sua segunda versão até o momento. **Endereço:** <http://fcforum.net/es/charter>

Carta:

Carta para la Innovación la Creatividad y el Acceso al Conocimiento 2.0.1

Los Derechos de Ciudadanos y Artistas en la Era Digital
Incluye soluciones legales, inmediatas y urgentes

Una amplia coalición de ciudadanos, usuarios, consumidores, organizaciones, artistas, hackers, miembros del movimiento por la cultura libre, economistas, abogados, profesores, estudiantes, investigadores, científicos, activistas, trabajadores, desempleados, emprendedores, creadores provenientes de más de 20 países...

Invitamos a toda la ciudadanía a que haga suya esta Carta, a que la divulgue y a que la ponga en práctica.

Invitamos a todos los gobiernos, multinacionales e instituciones a que atiendan, comprendan e implementen urgentemente los contenidos de esta Carta

(Importante nota introductoria: *(Importante nota introductoria: los derechos de autor, patentes, marcas registradas, y una docena de otras leyes a veces se agrupan bajo el término “Propiedad Intelectual”. Este término, como explica Richard Stallman, es impreciso, distorsiona la realidad física y es ontológicamente inexacto. No vamos a utilizarlo en esta Carta. Nosotros sólo utilizaremos términos tales como “derechos de autor”, “patentes”, etc)*

Contenidos

- 1. Introducción
- 2. Demandas legales
- 3. Directrices para la educación y el acceso al conocimiento
- 4. Necesidades estructurales para una sociedad del conocimiento
- 5. Transparencia

1. Introducción

La sociedad de la información y el nuevo contexto digital han supuesto una revolución en la forma de crear conocimiento y cultura, y, sobre todo, en la forma de acceder a ellos. Ciudadanos/as, artistas y consumidores/as han dejado de ser sujetos pasivos y aislados/as frente a la industria de producción y distribución de contenidos. Ahora cada persona colabora, participa y decide de forma más directa y democrática.

La tecnología, como puente, permite que las ideas y el conocimiento fluyan; acabando así con muchas de las barreras geográficas y tecnológicas que impedían compartir; proporcionando, además, nuevas herramientas educativas y propiciando la aparición de nuevas fórmulas de organización sociales, económicas y políticas. Esta revolución es comparable a la que provocó la imprenta.

A pesar de esto, la industria del entretenimiento, la mayoría de los proveedores de servicios de comunicaciones y los centros de poder siguen basando sus beneficios y su autoridad en el control de las herramientas y de los canales de distribución, de lo que ellos llaman “contenido”, presentando este enfoque como el único modelo posible de cómo una sociedad digital puede hacer frente a la cultura.

Esta lógica se está imponiendo como modelo único de economización de la cultura. Esto se hace violando los derechos de los/as ciudadanos/as a la educación, al acceso a la información, a la cultura, a la ciencia y la tecnología, la libertad de expresión, la inviolabilidad de las comunicaciones y de la privacidad, la libertad de compartir.

En la regulación del copyright, el interés general debe ser priorizado frente a intereses privados.

Las instituciones, estructuras y convenciones del sistema actual no sobrevivirán si no son capaces de adaptarse a los nuevos tiempos. Las que sobrevivan se verán alteradas y redefinidas por la nueva realidad, y es posible que para ello necesiten esquemas de funcionamiento totalmente distintos.

Implicaciones políticas y económicas de la cultura libre

La cultura libre potencia nuevos modelos de implicación ciudadana en la provisión de bienes públicos y de servicios basados en el procomún. El “gobierno del procomún” hace referencia a las reglas y los límites necesarios y acordados para gestionar la producción colectiva y el acceso a recursos compartidos. El gobierno del procomún reconoce e incorpora la participación, la inclusión, la transparencia, el acceso equitativo, y la sostenibilidad como objetivos a conseguir a largo plazo. Reconocemos el procomún como una forma distinta y deseable de gobierno, no necesariamente ligada a la forma convencional de actuar de las instituciones tradicionales, demostrando la fuerza actual de la sociedad civil.

Entendemos que la economía social, junto con el mercado, constituye una importante fuente de valor. La incorporación de una nueva y revitalizada idea del procomún a través de la tecnología digital (entre otros factores) amplía lo que entendemos por “economía” e insta a los gobiernos a respaldar el procomún al igual que respalda la economía de mercado. Para poder prosperar, el procomún necesita igualdad de condiciones.

La actual crisis económica ha mostrado los límites de modelos anteriores. Por otro lado, la filosofía de la cultura libre, heredada del software libre, es la mayor demostración empírica de que una nueva ética y una nueva empresa son posibles. Ha demostrado que existe una nueva forma de producción que funciona, basada en habilidades e intercambios, donde el/la autor/a o productor/a no pierde el control de la producción y puede liberarse de los mediadores en la producción y en la distribución. Y lo ha hecho basándose en la iniciativa individual, en la colaboración con otros, con mecanismos de intercambio de acuerdo a las posibilidades y habilidades de cada persona, democratizando el conocimiento, en la educación, por medio de una producción y una distribución justa de los beneficios de acuerdo al trabajo realizado.

Expresamos nuestra preocupación por el bienestar de los/as artistas, investigadores/as, autores/as y otros productores/as creativos/as. En esta Carta proponemos varias fórmulas para apoyar colectivamente la creación. El software libre, Wikipedia, las licencias libres en Net Labels o en editoriales de libros y otros muchos ejemplos muestran que el modelo de la cultura libre puede preservar la innovación y que no son necesarios monopolios del conocimiento para producir conocimiento.

La sostenibilidad de la producción de conocimiento y cultura depende significativamente del tipo de ‘producto’ (por ejemplo, los

costes de una película son muy diferentes a los de una enciclopedia colaborativa en Internet). Entre los proyectos e iniciativas de cultura libre se pueden identificar varias vías para conseguir sostenibilidad. Algunas de estas vías ya están consolidadas, mientras que otras aún se encuentran en fase de pruebas, es necesario investigar y fomentar modelos económicos sostenibles capaces de entender la realidad de la sociedad digital y los nuevos usos y valores que emergen de la cultura.

Los modelos para conseguir una producción cultural sostenible incluyen entre otros: donaciones e intercambios no monetarios (p.ej., regalos, banca y trueque de tiempo); financiación directa (p.ej., suscripciones y donaciones); capital compartido (p.ej., fondos de contrapartida, cooperativas de productores, inter-financiación / economía social, banca P2P, moneda virtual, financiación múltiple, capital abierto, cooperativas comunitarias o de consumidores); fundaciones que garantizan la infraestructura a los proyectos; financiación pública (p.ej., renta básica, fondos de mutua, becas, premios, subsidios, contratos públicos y comisiones); financiación privada (p.ej., inversiones de riesgo, acciones, patronazgo privado, fondo común de inversiones para negocios); actividades comerciales (incluyendo tanto bienes como servicios) y combinación de distribución P2P y streaming de bajo coste. La combinación de estas opciones supone un aumento de la viabilidad de los proyectos, tanto para creadores independientes como para la industria.

Deben existir reglas claras que promuevan el conocimiento común y compartido, protegiéndolo de formas de apropiación exclusiva y que prevengan la aparición de monopolios u oligopolios a raíz de dichas apropiaciones.

La era digital conlleva implícita la promesa histórica de un mundo más justo y beneficioso para todos. Este es el objetivo de las propuestas desarrolladas a continuación.

2. Demandas legales

Desde un punto de vista legal, existen muchas lagunas en las regulaciones y tratados nacionales e internacionales sobre el acceso a la cultura, tanto en el ámbito empresarial privado como en las relaciones contractuales o en las políticas culturales públicas. Desde aquí propondremos las reformas necesarias para superar estos problemas.

Los comportamientos conservadores y defensivos de la industria del entretenimiento han creado una situación donde los creativos y sus audiencias han sido enfrentados unos contra otros. Este conflicto beneficia enormemente a los grupos de presión industriales y gubernamentales dándoles control sobre los flujos globales de información a expensas de los creadores y los consumidores, perjudicando al interés público.

El interés público pasa, sin duda, por respaldar y asegurar una creación continua de obras intelectuales, debido a su importante valor social, y asegurar que toda la ciudadanía pueda acceder a ellas sin trabas, para una gran variedad de usos.

A. Derechos en un contexto digital

Los pagos de derechos de autor, las royalties y demás incentivos similares no deben ser considerados un fin en sí mismos, sino como un medio de promover el interés público.

Derecho de cita

La cita, definida como la extracción de parte de una obra, pero no toda ella, debería ser libre y permitida en todos los casos como vía para un desarrollo democrático de la sociedad de la información. Será lícita siempre que la obra citada haya sido publicada previamente, y se haga con propósitos educativos o científicos, o simplemente informativos, creativos, u otros cualesquiera.

Copia privada

1. Los derechos individuales en el ámbito privado y para uso personal no deben ser minados por los derechos exclusivos del autor.
2. Una obra ya previamente hecha pública no debería necesitar la autorización del titular del copyright, ni debería existir derecho a “remuneración” a su favor, para su reproducción en cualquier forma, siempre y cuando sea para uso privado, individual o colectivo, o para ser compartida entre iguales, y no se obtenga ningún beneficio económico (lucro comercial) de ella. Poseer una copia privada de un trabajo no debe considerarse ilegal.

Uso justo

1. No debería ser necesaria la autorización del autor para la reproducción o difusión de obras artísticas, científicas o técnicas que ya hayan sido publicadas, cuando el propósito sea educativo, científico, informativo, satírico o accesorias al proyecto creativo principal.
2. La defensa del derecho a la copia privada y el uso justo debe ser firme y absoluta, teniendo en cuenta que la copia es la base principal del aprendizaje y la cultura. Los autores/creadores están en deuda con la cultura compartida, y por ello sus contribuciones a la cultura no tienen que estar asociadas a ninguna forma de compensación más allá del uso comercial (ventas, honorarios asociados a las citadas ventas o actuaciones).
3. Se hace especial énfasis en defender el derecho a la información.
4. Se hace especial énfasis en preservar el derecho de parodia.
5. Adicionalmente, suscribimos la lista de usos justos enunciados en el artículo 3-1, “General Limitations and Exceptions to Copyrights”, del [borrador del documento de acceso al conocimiento 2005 de Knowledge Ecology International \(en\)](#).

Libertad de innovación

La libertad y la innovación no son conceptos opuestos, sino que están fuertemente relacionados. Los regímenes legales represivos pueden reducir la libertad y perjudicar la innovación. La gente necesita libertad para modificar, mejorar y probar inventos, dispositivos y sistemas, y para discutir críticamente sobre estas innovaciones.

Patentes

Consultar el [borrador del documento de acceso al conocimiento 2005 de Knowledge Ecology International \(en\)](http://keionline.org/content/view/235/1), parte 4 (<http://keionline.org/content/view/235/1>).

B. Estímulo de la creatividad

Proponemos varias fórmulas para apoyar colectivamente la creación artística mediante los siguientes criterios:

- Deben existir diversas fuentes de apoyo económico para las comunidades creativas, ya sean comerciales, mediante apoyo fiscal directo orientado por los consumidores o inversiones públicas.
- Para promover una remuneración justa de los artistas, el papel de los intermediarios debe reducirse.

Remuneración de los trabajos creativos y derechos de autor: 2 cosas distintas

1. Los/as creadores/autores, como todos los los trabajadores/as deberían recibir una justa compensación por su trabajo. En los trabajos creativos por cuenta ajena donde nos se puedan cobrar derechos de autor en tiempos o cantidades razonables, se debería garantizar un salario. El objetivo debe ser la creación de una situación de empleo estable para los autores/creadores no necesariamente dependiente de los altos y bajos de los pagos de derechos de autor.
2. Las desigualdades en la capacidad de negociación llevan a situaciones injustas también entre las personas que crean y las entidades comerciales que invierten y/o venden bienes culturales y conocimiento, provocando que muchos trabajos creativos no lleguen al público. Los/las autores/as y creadores/as deberían ser pagados equitativamente por las actividades en las que participan, sean o no miembros de una sociedad de gestión. Los tribunales no deberían apoyar contratos injustos entre autores/as y productores. Pasados 30 años desde la firma de un contrato con un productor o un empleador, el/la autor/a o sus herederos/as deberían tener la oportunidad de recuperar los derechos sobre la obra con copyright. Esto no debe afectar a la validez de las licencias actuales, o las licencias que permiten el compartir para usar trabajos publicados, incluyendo aquellos que incluyan condiciones para proteger el procomún.
3. Si existe una explotación comercial de un trabajo, la regulación de los derechos económicos debería proteger los intereses económicos de las comunidades creativas, y asegurar que terceras partes, tales como distribuidoras, no impiden que las comunidades creativas puedan obtener una porción justa de los beneficios, incluyendo el pago de derechos de autor.
4. Se debería abolir todos los “cánones digitales” injustos que sancionan indiscriminadamente en nombre de la “compensación de los/as artistas”, y que tratan de penalizar actividades que no son criminales en modo alguno.
5. De igual modo tiene que abolirse todo concepto de “compensación obligatoria”.

Sociedades de gestión

1. Los/las autores/as siempre deberían poder revocar el mandato de las entidades de gestión.
2. Las sociedades de gestión son entidades privadas que deberían administrar única y exclusivamente las “cuentas” de sus miembros, que nunca suponen la totalidad de la comunidad creativa.
3. La libre competencia entre entidades de gestión debería estar garantizada, al igual que ocurre con cualquier entidad privada. Se debería abolir los monopolios legales de sociedades de gestión. Los autores y los artistas deberían poder registrar libremente las obras que decidan en cualquier sociedad de gestión, pudiendo dejar al mismo tiempo otros trabajos sin registrar, o registrándolos en otra entidad.
4. Autores/as y editoriales no deberían ser representados por la misma institución, como ocurría en tiempos de los sindicatos verticales. Cada socio debería tener derechos a voto. Un socio, un voto.
5. Por encima de todo, las sociedades de gestión deberían administrar únicamente las obras que estén registradas en su base de datos.
6. No debería permitirse que ninguna sociedad de gestión impida a los/las artistas o autores/as usar licencias libres.
7. Las sociedades de gestión no deberían poder gestionar impuestos no atribuibles, ni debería existir ningún cobro obligatorio de derechos. Las cantidades no atribuibles deberían ser gestionadas por el estado como incentivos a la creación.

C. Conocimiento común y dominio público

Obras propietarias

La duración del copyright no debe exceder el mínimo expuesto en el Convenio de Berna. La duración mínima del Convenio de Berna nos parece, ya hoy en día, injusta, y apoyamos acortarla a largo plazo. Una duración excesiva no beneficia a los consumidores ni a los autores.

Obras en dominio público

1. Toda jurisdicción debería permitir que un trabajo sea donado al dominio público directamente antes de que termine su período de copyright.
2. Los resultados de trabajos y desarrollos financiados con dinero público deben siempre ser accesibles a todo el mundo permitiendo su libre uso y distribución, en un formato libre. Todos los usos posteriores (comerciales o no) deben respetar la misma licencia.

3. Los resultados de investigaciones financiadas a través de instituciones educativas deberían ser publicados en un modelo de libre acceso que permita el compartir.
4. El estado y los organismos subvencionados por el estado que tengan en su poder obras cuyo copyright ha expirado, deberán garantizar que sean accesibles al público.

Obras de libre acceso

Todos los sistemas legales deberán facilitar y promover las licencias que permiten el compartir en la misma medida que las licencias propietarias.

Trabajos no sujetos a copyright

1. No deben estar sujetos a copyright las leyes, informes gubernamentales, documentos y discursos políticos, ni la información de cumplimiento normativo.
2. No se debe introducir derechos sui generis sobre bases de datos, y éstos deben ser revocados en aquellas jurisdicciones en las que existan.

Obras accesibles

Se debe permitir el libre acceso, enlace e indexado de cualquier trabajo que, aun no estando bajo una licencia que permiten el compartir, esté a disposición del público en Internet.

Obras huérfanas

Debe existir libertad de uso de aquellas obras cuyo propietario del copyright no ha podido ser localizado tras buscarlo debidamente.

D. Defensa del acceso a las infraestructuras tecnológicas y neutralidad en la red

1. Internet es esencial para el acceso al conocimiento, la educación y el ejercicio práctico y significativo de la libertad de expresión y comunicación, por esto se tiene que garantizar la Neutralidad de la Red.
2. Los/las ciudadanos/as y consumidores/as tienen derecho a una conexión a Internet que les permita enviar y recibir el contenido que deseen, usar los servicios y aplicaciones que deseen, conectar el hardware y usar el software que deseen. Los proveedores de servicios deben documentar exhaustivamente los protocolos que utilizan para comunicarse con los usuarios, de manera que las opciones de software que el usuario escoja para utilizar el servicio de internet no sean limitadas debido a que la información es mantenida en secreto.
3. Los/las ciudadanos/as y consumidores/as tienen derecho a una conexión a Internet libre de discriminación, ya consista ésta en bloquear, limitar o priorizar determinados tipos de aplicaciones, servicios o contenidos, o esté basada en la ubicación del emisor o el receptor.
4. Las direcciones IP de los/las ciudadanos/as y consumidores/as son datos identificables en potencia y, por lo tanto, las personas asociadas con estos datos tienen derecho a solicitar su corrección o eliminación o a impedir la transmisión de su información personal.
5. Filtrar el contenido de Internet es una amenaza a los derechos fundamentales y es una solución inválida, inefectiva y desproporcionada. No se debe imponer ninguna limitación ni filtrado.
6. Los/las ciudadanos/as y consumidores/as tienen derecho a acceder a una banda del espectro gratuita y libre de licencia para las comunicaciones digitales, como la banda de TV analógica y, en general, al menos un 25% de cualquier nueva banda del espectro que se deje de usar.

E. Acceso a las obras por parte de personas con problemas de lectura

Cuando formatos accesibles de obras para personas que tienen dificultades de lectura se crean bajo limitaciones y excepciones de copyright, los sistemas legales de todo el mundo deben facilitar la importación y exportación transfronteriza de dichos trabajos.

F. Prueba de los tres pasos inversa de Berna

(El *test de los tres pasos* fue introducido en 1967 en el Convenio de Berna, y añadido más tarde al acuerdo TRIPS. Es un sistema que trata de prevenir cualquier reducción del alcance y duración del copyright. En esta Carta, siguiendo una amplia tendencia legal que quiere prevenir una mayor erosión del dominio público, hemos creado un *test de los tres pasos* invertido para preservar nuestras libertades en la sociedad de la información).

La innovación, la creatividad y el acceso al conocimiento sólo pueden ser limitados o restringidos si las tres condiciones siguientes se cumplen de manera simultánea:

1. Circunstancias excepcionales de interés público;
2. Cuando los métodos empleados no minan ni discriminan el uso, la transformación y la difusión del conocimiento, obras creativas y estructuras tecnológicas, servicios y software;
3. Cuando tales restricciones no violan los derechos humanos y civiles en la sociedad de la información y no son por lo demás incongruentes con una cultura democrática.

3. Directrices para la educación y el acceso al conocimiento

La imitación es el punto de partida del aprendizaje. Copiar y compartir conocimiento son principios fundamentales de cualquier proceso educativo. Entendemos la educación como un proceso social que implica un amplio abanico de actores no solamente los oficiales y formales. Nuestra visión de la educación es la que fomenta una cultura de intercambio de conocimientos y una innovación

educativa que sea eficiente y sostenible.

A. Empoderamiento de los educadores

La educación es una herramienta fundamental para mejorar la sociedad y para que la humanidad progrese. Los educadores tienen que estar capacitados para enseñar a estudiantes dentro de los valores de una cultura del compartir, lo que significa, la cultura del uso libre y del software libre y de código abierto, y en general del conocimiento libre. Por lo tanto instamos a las instituciones educativas y las comunidades para que:

- Asegurar el entrenamiento y la asistencia técnica de los educadores para usar software libre y recursos educativos que permitan el compartir.
- Asegurar que los educadores pueden dedicar una parte de su tiempo a aprender, mantener y colaborar en la composición de recursos educativos abiertos.
- Construir nuevas comunidades de educadores para compartir conocimiento y experiencias, y poner en contacto las actuales comunidades.

B. Apoyo y concienciación

La imitación es el punto de partida del aprendizaje. Copiar y compartir conocimiento son principios fundamentales de cualquier proceso educativo. La cultura del compartir adopta estos principios en vez de desaconsejarlos.

Por ello, instamos a las instituciones y comunidades educativas a apoyar y subvencionar actividades para concienciar y educar en la cultura del compartir para promover una educación libre, distribuida y abierta. Mostrar casos prácticos en la educación como buenas prácticas y fomentar la creación de nuevos proyectos.

C. Material educativo

Los recursos educativos son una herramienta básica para la educación; su publicación, cuando permite el compartir en el dominio público o bajo licencias libres facilita el acceso, estimula el progreso y la participación y atiende a la diversidad cultural, al mismo tiempo que maximiza la reutilización y la eficiencia. Por ello, instamos a las instituciones y comunidades educativas a:

- Usar y elaborar recursos educativos que permitan el compartir y publicados bajo licencias libres.
- Distribuir este material:
 - A través de Internet, usando repositorios bien estructurados, basados en estándares abiertos y fáciles de usar.
 - A través de copias impresas (p.ej., con las editoriales universitarias ya existentes) y haciéndolas llegar a las universidades públicas y a la gente con problemas económicos.
- Traducir a varios idiomas y adaptar el material para darle la mayor difusión global posible.

D. Software y otras herramientas

El software libre permite a las personas interactuar mientras están estudiando y aprendiendo. El software libre no es un modelo pasivo, permite a las personas interactuar con las herramientas que están utilizando ya que permite interactuar con el código, para estudiar y aprender sobre él, así como el uso de sus características.

El uso de estándares abiertos y formatos abiertos es esencial para garantizar interoperabilidad técnica, proporcionar una igualdad de condiciones para los vendedores que compiten entre ellos, y permitir el acceso sin fisuras a la información digital y la disponibilidad de conocimientos y la memoria social, ahora y en el futuro. Hemos de declarar en consecuencia que:

- Las instituciones educativas deberían usar software libre como herramienta de aprendizaje, como objetivo de aprendizaje en sí mismo y como base para su estructura tecnológica.
- Todo el software desarrollado en un entorno educativo y financiado con fondos públicos debe ser publicado bajo una licencia libre.
- Promover el uso de software libre en libros de texto como una alternativa al software privativo donde sea aplicable, (cálculo numérico, edición de imágenes, composición de documentos, etc.).
- Desarrollar, publicar y promover herramientas libres de edición para elaborar y mejorar el material didáctico.
- Se debe rechazar tecnologías del estilo de las DRM para asegurar un acceso permanente a los recursos educativos y garantizar el aprendizaje a lo largo de toda la vida.

E. Reconocimiento y certificación

Las nuevas formas de producción colectiva se encuentran actualmente en difusión en el sistema educativo, por lo que las habilidades y la experiencia adquirida de esta forma debe tomarse en cuenta en forma acreditaciones y certificaciones oficiales. Por ello, instamos a las instituciones educativas y a las autoridades a:

- Crear mecanismos de certificación para reconocer la cultura del compartir y la educación abierta dentro del sistema educativo.
- Integrar estas nuevas prácticas educativas con las que ya existen oficialmente.
- Adaptar las políticas de investigación científica para que reconozcan los beneficios de las revistas de acceso libre y el archivo propio, para reforzar las dinámicas del debate científico y la calidad de la retroalimentación.

F. Educación entre pares y colaboración entre educadores y estudiantes

Las barreras entre quien aprende y quien enseña cada vez son más bajas y empiezan a aparecer nuevos métodos educativos. Las comunidades abiertas y la participación en procesos de producción entre pares son de enorme valor para el aprendizaje. Por ello,

instamos a las instituciones y comunidades educativas a:

- Fomentar el trabajo en colaboración entre profesores y estudiantes para producir conocimiento.
- Estimular a los estudiantes para que se impliquen en enseñar a sus compañeros.
- Compartir las atribuciones entre los educadores y los estudiantes.
- Promover el trabajo colaborativo e interdisciplinario entre los educadores de distintos campos.

G. Conocimiento científico y académico

Las publicaciones de libre acceso permiten el acceso a los resultados de investigaciones científicas, tanto a los propios científicos como a la sociedad en general; aumentan las posibilidades de aprender y permiten que diversas disciplinas compartan sus resultados. Por ello, creemos que:

- Las universidades y los centros de investigación deberían adoptar el modelo de libre acceso para la publicación de resultados de investigaciones. Dichos resultados tienen que ser accesibles de forma directa y anónima al público en general a través de una licencia que permita el compartir.
- Se debería inhibir el uso de patentes en los resultados de investigaciones financiadas con fondos públicos. Las patentes propiedad de instituciones públicas deben publicarse irrevocablemente, libres de pago por derechos de autor y de otras restricciones.

4. Necesidades estructurales para una sociedad del conocimiento

Privacidad

Los/as ciudadanos/as tienen derecho a:

- Navegar por Internet y acceder a sus contenidos de manera anónima.
- Decidir en cualquier momento trasladar, modificar o cancelar sus datos de usuario de cualquier servicio de Internet.
- No revelar sus claves privadas o descifrar sus datos.
- No sufrir interceptación alguna de sus comunicaciones, excepto bajo orden judicial previa, y a cifrar sus comunicaciones a cualquier nivel, sin limitaciones en la clave o el algoritmo utilizado.

Derecho a las redes: libertad de uso, creación y conexión

- La sociedad civil y la administración pública han de tener el derecho a proveer e implementar servicios de conexión a redes, incluyendo aquellos ofrecidos de manera gratuita y sin condiciones a los ciudadanos.
- Los ciudadanos deben tener derecho a conectar cualquier hardware a la Red (ej. carterfone), usar la Red con cualquier propósito (ej. VoIP), así como conectarse a cualquier otra Red (ej. tethering).

Infraestructuras y regulación del mercado

- Neutralidad: la neutralidad de la Red debe ser garantizada (Léase [Demandas legales](#) sección D, para una definición más precisa).
- Simetría: los proveedores de acceso a Internet deben garantizar conexiones simétricas o una proporción de carga/descarga razonable. Debería existir un acceso a la banda ancha (ITU-I113) como servicio universal para los ciudadanos.
- Diversidad: se debería evitar los monopolios en las infraestructuras y servicios de telecomunicaciones. Los ciudadanos tienen derecho a tener acceso a más de un proveedor (público o privado) y a que la oferta de este servicio de banda ancha no esté vinculada a la adquisición de otros productos o servicios. En todo caso la ciudadanía tiene derecho a disponer de sistemas, medios e infraestructuras que permitan el acceso libre a Internet (“dividendo digital”).
- Los proveedores de telecomunicaciones deben satisfacer las velocidades de acceso acordadas contractualmente; en los contratos prepago, sólo debe pagarse el tráfico que sea explícitamente transferido o demandado por el usuario. Los proveedores tienen que garantizar a los ciudadanos la opción de tarifa plana.

Administración pública

- El sector público, los proyectos financiados con fondos públicos y aquellos que impliquen a los ciudadanos por ley o de manera que afecte sus derechos fundamentales, deberían usar siempre software libre y estándares abiertos.
- Cuando no exista una solución libre o estándares abiertos, el gobierno o la administración pública competente debería promover el desarrollo del software que sea necesario. Mientras tanto, para garantizar el proceso democrático en su conjunto, sólo deben usarse las soluciones que puedan someterse a una auditoría pública.
- Los resultados de desarrollos financiados con dinero público deben ser publicados bajo una licencia de uso y distribución libres y en un entorno que permita el intercambio.
- Los gobiernos deben garantizar un acceso gratuito a Internet no exclusivo, independientemente del lugar de residencia de cada ciudadano/a; como mínimo del nivel necesario para que el/la ciudadano/a pueda involucrarse en la democracia e interactuar con sus instituciones públicas.

Cómo se debería proceder en la administración pública en temas de evaluación y compra de software

- La compra pública de software debería evaluar el coste total de su uso, incluyendo los costes de dejar de usarlo y de migrar a un software alternativo.
- La contabilidad pública debería distinguir claramente los costes de las licencias de software, el mantenimiento, el soporte técnico, y el servicio, desvinculándolos de los del hardware.

5. Transparencia

Para evitar la violación de derecho fundamental alguno (p.ej., invasión de la privacidad, libertad de expresión, etc.) se necesita reforzar la transparencia. Esto debe incluir información proveniente de las autoridades responsables de la aplicación de la ley y sobre la naturaleza de los trámites obligatorios.

El gobierno debería garantizar, a través de un proceso público y transparente, la existencia de sistemas de evaluación de la forma en la que se aplican las normativas. Los resultados publicados por expertos independientes contratados para la evaluación (véase “directivas de base de datos”) deberían ser tenidos en cuenta a la hora de establecer las normativas.

Una forma de garantizar transparencia en los procesos consiste en realizar auditorías de transparencia obligatorias. Estaríamos encantados de suscribir un sistema de tres avisos para aquellos que violen el derecho de la ciudadanía a estar informada, si se diseñara uno. Hay un interés general en que haya transparencia en las actividades de los grupos de presión. Un proceso transparente en el establecimiento de normativas nacionales e internacionales debe incluir, al menos:

1. Acceso público a los documentos relacionados con el proceso, la posibilidad de asistir a las reuniones (incluyendo a través de Internet) y poder leer las actas de estas reuniones. Estas actas deben incluir los nombres de los asistentes, consejeros y los votos emitidos por cada persona, menos en el caso de votos secretos.
2. Detalles sobre las personas que toman las decisiones.
3. Oportunidades para enviar comentarios sobre el proceso de establecimiento de normativas. Se debe publicar los comentarios de todos los contribuidores. Es necesario un diálogo entre todas las partes implicadas, especialmente respondiendo a los comentarios por escrito. Las intervenciones públicas deberían formar parte de las actas publicadas.
4. Información sobre cualquier evidencia que se presente para promover o justificar determinadas políticas, incluyendo las fuentes y su fiabilidad. Es necesaria la evaluación o revisión de los datos por pares.
5. Un acceso democrático a las estadísticas necesarias para evaluar el modo en el que los sistemas de copyright y patentes funcionan, incluyendo, por ejemplo, el impacto de las medidas aplicadas en los precios, en los pagos de derechos de autor a los/las creadores/as por acceder a sus obras o el impacto sobre los derechos y libertades fundamentales.

2010: Carta de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da Universidade de São Paulo

Contexto: apresentado no próprio texto da declaração. **Endereço:** <http://www.acessoaberto.usp.br/cartaUSP>

Carta:

No dia 26 de outubro de 2010, docentes, funcionários e estudantes, cidadãos e representantes de organizações da sociedade civil, ligados ao meio acadêmico, reuniram-se para manifestar o apoio ao acesso aberto [1] à produção técnico-científica, artística e didática [2] da Universidade de São Paulo. Como resultado elaborou-se uma minuta de carta de apoio, a qual ficou disponível para comentário público e aberto por 15 dias (<http://www.acessoaberto.usp.br/minutacartausp>). A seguir apresenta-se, para adesão pela comunidade, a versão final da referida Carta.

Firmamos este documento reconhecendo o papel essencial de autores, editores, bibliotecários, agências governamentais de fomento à pesquisa e instituições de ensino superior no registro, preservação e disseminação dos resultados das atividades acadêmicas e de investigação científica. Reconhecemos o respeito aos direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais, em relação ao conhecimento produzido e compreendemos ser possível articular todos esses aspectos em benefício da democratização do conhecimento. A democratização do conhecimento é obrigação da universidade pública e parte central de sua função social.

No âmbito da Universidade de São Paulo e, considerando a Sociedade do Conhecimento, instamos os órgãos institucionais, pro-reitorias, unidades de ensino e pesquisa, corpo docente e discente e funcionários a buscar e promover atividades, políticas, programas e projetos que assegurem o acesso aberto à informação. Entendemos que, como instituição de ensino superior público estadual, cabe à Universidade de São Paulo garantir o acesso pleno e isento de barreiras financeiras, legais ou técnicas a todo e qualquer conteúdo produzido com recursos públicos.

Em consonância com o movimento mundial, declaramos a importância da promoção do acesso universal à informação e ao conhecimento como condição essencial ao desenvolvimento sustentável das nações e à promoção da qualidade de vida das pessoas e a inovação.

Neste sentido, apoiamos as seguintes ações:

- adesão, por parte da comunidade uspiana, ao Movimento Internacional de Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades, envidando esforços para garantir o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção técnico-científica, artística e didática da comunidade acadêmica USP;
- iniciativas institucionais de estímulo e suporte aos autores USP [3] para o favorecimento de negociações de licenças não exclusivas (ao invés de cessões ou licenças exclusivas), junto a editores/produtores/ou outras parcerias, com vistas ao acesso aberto pelo depósito de sua produção no repositório institucional;
- que aos autores USP, em suas negociações de contrato junto a editores/produtores/ou outras parcerias, busquem não conceder

a cessão ou licença exclusiva de seus direitos sobre tal obra, mas que assegurem o direito de depósito de tal produção no repositório institucional aberto da Universidade;

- o estabelecimento de Política Institucional de Informação na USP, que defina os parâmetros para preservar os direitos autorais e também viabilizar o acesso aberto à produção técnico-científica, artística e didática da universidade;
- a adoção de um Repositório Institucional da Universidade de São Paulo (com sua produção intelectual, em texto completo, disponível online e gratuitamente) como instância prioritária e inequívoca da memória, certificação e governança de sua produção;
- que seja fomentado pela USP um programa de digitalização e preservação digital do acervo em domínio público das bibliotecas da Universidade e de toda sua produção técnico-científica, artística e didática, respeitando padrões internacionais de interoperabilidade legal e técnica;
- que os órgãos competentes da USP envidem esforços junto às agências de fomento brasileiras, visando incluir entre seus critérios políticas nacionais de acesso aberto as revistas científicas brasileiras e à produção acadêmica e de pesquisa, especialmente àquelas financiadas com recursos públicos.

Acredita-se que a adoção conjunta dessas ações trará benefícios significativos à sociedade, amplo e livre acesso aos resultados das atividades acadêmicas e de pesquisa da USP, corroborando para a sua responsabilidade social.

Decidiu-se, no plenário do Fórum de Discussão sobre Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da USP, a publicação online desta Carta e para conhecimento, manifestação e adesões por parte dos membros da comunidade USP: <http://www.acessoaberto.usp.br/cartaUSP>

[1] Por “acesso aberto” à literatura, deve-se entender a disposição livre e pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, impressão, distribuição, busca ou o link com o conteúdo completo de artigos, bem como, a indexação ou o uso para qualquer outro propósito legal. No entendimento das organizações que apóiam o acesso aberto, não deve haver barreiras financeiras, legais, técnicas ou outras que não aquelas necessárias para a conexão à Internet. O único constrangimento para os usos acima citados deve ser o controle do autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito à devida citação. Para saber mais acesse: <http://www.openoasis.org/>

[2] A partir da discussão sobre as distintas tipologias de produção docente e discente na USP, aqui poderão ser incluídos outros conteúdos, dentre eles os midiáticos tais como filmes, documentários, vídeos institucionais, programas de rádio e TV, jornais, revistas, transmissões gravadas de eventos etc.

[3] Autores USP: professores, pesquisadores, funcionários e alunos sob quaisquer regimes ou vínculos e no exercício de sua função.

2010: Carta do Fórum Mundial de Educação Infanto-Juvenil

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação Infanto-Juvenil, realizado em Osasco (SP), de 25 a 27 de fevereiro de 2010. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=1695

Carta:

O Fórum Mundial de Educação (FME) é um movimento muito jovem. Está completando 10 anos de existência e se constitui no espaço horizontal de aprendizagem, espaço aberto e auto-organizado, envolvendo tanto a educação não formal e informal. Ele pretende congrega cada vez mais pessoas, instituições, governos e organizações em torno de uma plataforma mundial de lutas em defesa do direito à educação emancipadora.

Os Fóruns Mundiais de Educação Temáticos apontaram os temas mais urgentes, tais como: Educação Cidadã, Inclusão e Diversidade, Direitos Humanos, Cultura de Paz, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Comunicação e Tecnologia, entre outros. Estes foram os temas das edições temáticas realizadas na Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha e Venezuela. Em todos eles a infância e juventude estiveram presentes, mas, em nenhum deles, até agora, dedicou-se exclusivamente a elas.

O Brasil, como outros inúmeros países, é signatário da Convenção dos Direitos da Criança e Adolescente (1989), portanto tem o compromisso de assegurar o seu artigo 13 que define o direito da criança, adolescente e jovem à liberdade de expressão. Ainda assim não se veem muitos avanços em relação aos processos democráticos e participativos para a construção e garantia de seus direitos. A realidade vivida revela o grande distanciamento entre os documentos e tratados internacionais dos direitos infantojuvenis e a execução de políticas públicas sociais e econômicas que assegurem o desenvolvimento pleno da criança, do adolescente e da juventude.

Daí a importância deste Fórum Mundial de Educação Infantojuvenil. Os debates e as atividades deste fórum foram organizados em quatro eixos temáticos: I– Espaços de participação e exercício da cidadania de crianças e jovens; II- Espaços e tempos de ensinar e de aprender: concepções e práticas; III- Ser educador (a): formação e práticas educativas nas sociedades atuais; IV- Políticas públicas: como tem sido assegurado, em diferentes sociedades, o direito ao pleno desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos?

Considerando que a temática central deste Fórum é a questão da infância e da juventude, esta carta apresenta as principais contribuições dos sujeitos que participaram ativamente das atividades ocorridas entre os dias 26 e 27 de Fevereiro de 2010.

As crianças e seus acompanhantes (familiares, funcionários, professores e gestores) tiveram a oportunidade de dialogar sobre os espaços de participação e de exercício da cidadania nos 36 grupos de trabalho, em que aconteceram diversas atividades lúdicas

problematizando como as dimensões social, ambiental e cultural se relacionam com os processos de ensino e aprendizagem dentro e fora da escola.

As crianças deixaram aos adultos e à juventude as seguintes mensagens:

“Em primeiro lugar, é importante dizer que quando compartilhamos sempre aprendemos mais. Devemos ter educação e respeitar outras culturas, se comunicando com elas. Para nós, crianças, a cidadania nos leva à cultura, à arte que traz a paz, a felicidade, que nos torna cidadãos conscientes. Por isso, a escola é o espaço de convivência onde podemos fazer amizades, aprender arte, cultura com harmonia e respeito. Não se esqueçam que a nossa criatividade é a melhor coisa! Assim, se esse mundo é possível, queríamos ficar aqui para sempre!”

A juventude deixou às crianças e aos adultos as seguintes mensagens:

“Em primeiro lugar ‘uma outra educação no mundo é possível’. Nessa perspectiva, a juventude debateu a importância do financiamento da educação como um dos aspectos fundamentais de políticas educacionais enquanto uma questão de Estado. No que diz respeito a realidade brasileira, a juventude destaca a importância do debate transparente em relação ao tema do financiamento no Plano Nacional de Educação. Ressalta que as novas descobertas que gerem valores ao país, parte dos investimentos sejam destinados à educação (à exemplo da descoberta dos recursos da camada do Pré-sal). Outro aspecto importante discutido pela juventude é a ampliação de espaços de participação em nível local, nacional e internacional, que assegurem o debate relativo às questões da educação, cultura, lazer, esporte, trabalho, saúde, moradia e transporte. A juventude valoriza os espaços de diálogos criados em conferências, uma vez que garantem conquistas efetivas à participação e para o exercício da cidadania.”

Como diz Fernando Pessoa: ‘tudo vale a pena quando a alma não é pequena’. A alma deste Fórum adquiriu sua própria importância com as dimensões que o Brasil e o Mundo exigem.

O cumprimento do pleno direito à educação como bem público necessita que todos os sujeitos envolvidos neste processo dialoguem permanentemente para uma outra educação possível, em um outro mundo possível.

2011: Carta de representantes da sociedade civil à Presidente Dilma Rousseff e à Ministra da Cultura Ana Buarque de Hollanda

Contexto: “A sociedade civil pede à Dilma e à Ana de Hollanda, nova ministra da Cultura, que assumam o compromisso de manterem os territórios conquistados e dar continuidade aos avanços no campo da Cultura Digital, do Software Livre, do Direito Autoral. Lembra, também, como processos colaborativos e de abertura foram benéficos para a formulação de políticas públicas adequadas, usando como exemplos o Marco Civil da Internet e a Nova Lei do Direito Autoral, que tiveram amplos debates e consultas públicas que usaram a internet como meio de comunicação entre sociedade e a administração pública” (CULTURADIGITAL.ORG, 2011).

Endereço: <http://is.gd/J9vYkd>

Carta:

Nós, pessoas e organizações da sociedade civil abaixo-assinadas, explicitamos nesta carta expectativas e pautas relativas à formulação de políticas públicas para a cultura, dando as boas-vindas à [Ministra Ana de Hollanda](#), primeira mulher a ocupar o cargo.

Escrevemos no intuito de cooperar com sua gestão que se inicia, como vimos fazendo nos últimos oito anos de [Ministério da Cultura](#), certos de que a [presidente Dilma](#) deseja que as políticas e diretrizes que fizeram o [MinC](#) ganhar relevância, projeção e amplo apoio da sociedade civil sejam continuadas e expandidas.

A esse respeito, a presidenta Dilma, bem como o ex-presidente Lula, participaram ativamente nos últimos anos do [Fórum Internacional Software Livre](#) em Porto Alegre, onde deixaram claro sua política a respeito da internet, da cultura digital e dos direitos autorais. [1]

Nesse contexto, nos últimos anos, a sociedade civil teve a oportunidade de construir um importante trabalho junto ao governo, que parte de uma visão contemporânea para a formulação de políticas públicas para a cultura. Essa visão considera que nos últimos anos, por causa do avanço das tecnologias da informação e dos programas de inclusão digital, um contingente de milhões de novos criadores passou a fazer parte do tecido cultural brasileiro. São criadores que acessam a rede através das mais de 100 mil lan-houses de todo o país, através dos [Pontos de Cultura](#) ou outros programas de inclusão digital, cada um deles exercendo um papel determinante para a formação da cultura do país.

Os [Pontos de Cultura](#), o [Fórum da Cultura Digital](#), o [Fórum de Mídia Livre](#), o desenvolvimento de softwares livres, a iniciativa de revisão da lei de direitos autorais, a recusa a propostas irracionais de criminalização da rede, a construção do [Marco Civil da Internet](#) e a [rejeição ao ACTA](#) [2], são exemplos reconhecidos dessa política inclusiva e voltada para o presente, fundamentada na garantia do direito de acesso à Rede e ao conhecimento, viabilizando um ambiente de produção cultural fértil e inovador.

Os pontos positivos dessa política têm sido percebidos tanto no Brasil quanto no exterior, onde o país tem exercido liderança na tentativa de alinhar países em torno da implementação dos pontos da Agenda do Desenvolvimento, visando balancear o sistema

internacional de propriedade intelectual de acordo com os diferentes estágios de desenvolvimento dos países e com as novas formas de produção cultural que as tecnologias possibilitam. O [país também tem sido frequentemente citado no cenário internacional](#) [3] como referência positiva sobre o uso das tecnologias para a formulação colaborativa e democrática de políticas públicas nessas áreas.

Com sucesso, o país tem dado passos substanciais ao considerar que as tecnologias da informação e comunicação desenvolvidas nos últimos anos trazem novos paradigmas para a produção e difusão do conhecimento, com os quais as políticas públicas no âmbito da cultura devem necessariamente dialogar.

Vivemos um momento em que são muitas as tentativas de cerceamento à criatividade, à abertura e à neutralidade da internet. No Brasil, isso se manifesta na chamada “[Lei Azeredo](#)” (PL 84/99), assim conhecida por conta de seu principal apoiador, o [ex-Senador Eduardo Azeredo](#). Tal proposta encontrou relevante resistência por parte da sociedade civil. Apenas uma petição alcançou mais de 160 mil assinaturas contrárias, o que fez com que sua aprovação fosse devidamente suspensa e um debate maior iniciado. [4]

Entendemos que a legislação de direitos autorais atualmente em vigor no Brasil é inadequada para representar a pluralidade de interesses e práticas que giram em torno das economias intelectuais. [5] A esse respeito, a lei brasileira adota padrões exacerbados de proteção, sendo significativamente mais restritiva do que o exigido pelos tratados internacionais ou mesmo que a legislação da maior parte dos países desenvolvidos (como EUA e Europa). Com isso, ela representa hoje significativos entraves para a educação, inovação, desenvolvimento e o acesso, justo ou remunerado, às obras intelectuais.

Há também a necessidade de regulação do ECAD – entidade que arrecada mais de R\$400 milhões por ano, em nome de todos os músicos do país e cujas atividades não estão sujeitas a nenhum escrutínio público. [6] Vale lembrar que o ECAD foi alvo de CPIs, bem como encontra-se sob investigação da Secretaria de Direito Econômico, por suspeita de conduta lesiva à concorrência. Acreditamos que garantir maior transparência e escrutínio ao seu funcionamento só trará benefícios para toda a cadeia da música no país, fortalecendo o ECAD enquanto instituição e dificultando sua captura por grupos particulares.

A esse respeito, o MinC realizou extensivo processo de consulta pública para a reforma da Lei de Direitos Autorais, que teve curso ao longo dos últimos anos, contando com seminários e debates realizados em todo o país. Esse processo, concluído ainda em 2010, culminou com a consulta pública para a reforma da Lei de Direitos Autorais, realizada oficialmente pela Casa Civil através da internet.

Os resultados, tanto dos debates como da consulta pública, são riquíssimos. [7] A sociedade brasileira teve a inédita oportunidade de participar e opinar sobre esse tema, e foram muitas as contribuições fundamentadas, de grande peso. Tememos agora que todo esse processo seja ignorado. Ou ainda, que a participação ampla e aberta da sociedade seja substituída por “comissões de notáveis” ou “juristas” responsáveis por dar sua visão parcial sobre o tema. A sociedade brasileira e todos os que tiveram a oportunidade de se manifestar ao longo dos últimos anos não podem e nem devem ser substituídos, menosprezados ou ignorados. O processo de reforma da lei de direitos autorais deve seguir adiante com base nas opiniões amplamente recebidas. Esse é o dever republicano do Ministério da Cultura, independentemente da opinião pessoal daqueles que o dirigem.

Os últimos anos viram um avanço significativo na assimilação por parte do Ministério da Cultura da importância da cultura digital. Esse é um caminho sem volta. Cada vez mais o ambiente digital será determinante e influente, tanto do ponto de vista criativo quanto econômico, na formação da cultura. Dessa forma, é fundamental que o Ministério da Cultura esteja capacitado e atuante para lidar com questões como o software livre, os modelos de licenciamento abertos, a produção colaborativa do conhecimento, as novas economias derivadas da digitalização da música, dos livros e do audiovisual e assim por diante. Muito avanço foi feito nos últimos anos. E ainda há muito a ser feito. Uma mudança de direção por parte do MinC implica perder todo o trabalho realizado, bem como perder uma oportunidade histórica do Brasil liderar, como vem liderando, essa discussão no plano global. Mostrando caminhos e alternativas racionais e inovadores, sem medo de inovar e sem se ater à influência dos modelos pregados pela indústria cultural dos Estados Unidos ou Europa.

Por tudo isso, confiamos que a Ministra da Cultura terá a sensibilidade de entender as transformações que a cultura sofreu nos últimos anos. E que velhas fórmulas não resolverão novos problemas.

Permanecemos à disposição para dar continuidade à nossa cooperação com o Ministério da Cultura, na certeza de que podemos compartilhar nossa visão e objetivos.

Referências:

- [1] [Dilma e Lula no FISL 2010: Cultura Digital, Software Livre, Lei Azeredo, Pontos de Cultura e Open Source! “Nesse governo é proibido proibir”](#)
- [2] [Brasil rejeita acordo internacional sobre pirataria](#)
- [3] [Gilberto Gil and the politics of music – New York Times](#)
- [4] [Pontos de Cultura no exterior – CMI](#)
- [5] [Pelo veto ao projeto de crimes cibernéticos – Em defesa da liberdade e do progresso do conhecimento na Internet Brasileira](#)
- [5] [Materiais de referência sobre a Reforma da Lei de Direito Autoral – Rede pela Reforma](#)
- [6] [Relatório da CPI do Ecad sugere maior controle público dos direitos autorais](#)
- [7] [Consulta Pública para Modernização da Lei de Direito Autoral](#)

2012: Carta do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Florianópolis (SC), em 1º de junho de 2012. **Endereço:** <http://almanaquefme.org/?p=2238>

Carta:

A participação de 26.700 educadores, educadoras, estudantes, representantes da sociedade civil e de governos de 30 países constituiu o II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica que aconteceu de 28 de maio a 1º de junho de 2012 em Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

Este Fórum reafirma os princípios e diretrizes para uma educação emancipadora e inclusiva para todo o planeta, promotora da cidadania plena e intercultural, que vêm sendo construídos desde o Fórum Mundial de Educação de 2001 de Porto Alegre, por um **outro mundo possível**.

Em um **horizonte** de esperança, uma grande rede de interações realizou intercâmbio de conhecimentos e articulação de projetos na diversidade de culturas, em um ambiente democrático. O que nos aproxima e une nossas diferentes lutas é o cuidado com o ser humano e com a Terra. Nessa perspectiva, a Educação é um importante instrumento de luta para construção de sociedades mais justas e mais capazes de coexistir com a vida no planeta.

O II Fórum Mundial da Educação Profissional e Tecnológica, com o tema **Democratização, Emancipação e Sustentabilidade**, integra-se ao Fórum Mundial da Educação e ao Fórum Social Mundial, validando a sua Carta de Princípios, a Plataforma Mundial da Educação, a Carta do I FMEPT e proclama em sua agenda:

1. Garantir a Educação Profissional e Tecnológica voltada para jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras, como política pública que possibilite a inclusão crítica de todas as pessoas nos processos de construção democrática da sociedade.
2. Conclamar a sociedade para atuar na organização, mobilização e convencimento do processo de construção das políticas públicas necessárias à Educação Profissional e Tecnológica.
3. Reafirmar o direito universal e inalienável de homens e mulheres à educação emancipadora, inclusiva e solidária, combatendo sua mercantilização.
4. Reconhecer e valorizar a diversidade dos saberes populares, dos saberes construídos no trabalho pelos povos originários, comunidades quilombolas, povos da floresta e outros, incorporando-os na construção dos currículos escolares.
5. Entender que em um mundo permeado pela tecnociência, o que nos toca mais fundo é ainda a emoção tecida e reconfigurada em sua rede de interações.
6. Considerar o ser humano na sua totalidade, preparando-o para o exercício da cidadania, com base na ciência, tecnologia, cultura e trabalho, mediante processos de educação integral, ambiental, inclusiva, tecnológica, transversal e estruturante, potencialmente transformadores.
7. Exigir e promover a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, o respeito aos seus direitos e a garantia de condições dignas de trabalho.
8. Mobilizar a juventude a se articular com os diferentes agentes sociais na construção de uma sociedade solidária e sem preconceitos, na busca de um outro mundo possível.
9. Reconhecer que é legítimo o direito à vida e à felicidade e defender a inovação, a ciência e a tecnologia social como instrumentos nessa conquista.
10. Garantir que na educação, como instrumento construtor da pedagogia da paz, estabeleça-se uma concepção crítica da relação entre as pessoas e o meio ambiente, como condição de sobrevivência planetária.
11. Construir a educação ao longo da vida em sintonia com os vários espaços, nos tempos da escola e nos tempos livres, considerando todos os ambientes, reais e virtuais, em que as pessoas vivem.

Este Fórum se constituiu como marco na história da EPT. Aprovou uma moção de apoio à Comissão Nacional da Verdade, que terá a dura tarefa de analisar e apurar todos os crimes, abusos e atrocidades cometidos contra os direitos humanos e a democracia.

Homenageou a Dra. Zilda Arns Neumann que, com seu trabalho, contribuiu de forma relevante para DEMOCRATIZAR os direitos humanos, especialmente o de ter uma formação integral, no sentido de potencializar diferentes conhecimentos e práticas numa “Rede de Solidariedade”; promover a EMANCIPAÇÃO, defendendo a educação para e por toda a vida, de modo que as pessoas se constituam sujeitos de sua própria história, “trabalhando no agora, mas pensando no amanhã” e apoiar as pessoas para que, transformando-se, transformem o mundo de forma SUSTENTÁVEL.

Leva, para a Rio+20 e a Cúpula dos Povos, a mensagem de que a afirmação e a realização do direito à educação é a condição irrefutável para poder construir um mundo em que seja possível viver e conviver com dignidade e justiça social.

II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (II FMEPT)

Florianópolis, 1º de junho de 2012

ANEXO 2 - DECLARAÇÕES

2001: Fórum Social Mundial - Declaração dos Movimentos Sociais.....	275
2002: Declaração de Glasgow sobre Bibliotecas, Serviços de Informação e Liberdade Intelectual (The Glasgow Declaration on Libraries, Information Services and Intellectual Freedom).....	277
2003: Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades).....	278
2003: Declaração Bethesda sobre as publicações de Acesso Aberto (Bethesda Statement on Open Access Publishing).....	279
2003: Declaração da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições sobre a Acesso Aberto a Literatura Acadêmica e a Documentação de Pesquisa (IFLA Statement on Open Access to Scholarly Literature and Research Documentation).....	281
2003: Declaración de Principios - Construir la Sociedad de la Información: un desafío global para el nuevo milenio.....	282
2003: II Fórum Mundial de Educação – Declaración de Porto Alegre.....	288
2004: Declaração sobre o Acesso a Resultados de Pesquisa originados de Fundos Públicos (Declaration on Access to Research Data From Public Funding).....	289
2004: Declaración de Buenos Aires: sobre información, documentación y bibliotecas.....	297
2005 Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento.....	298
2005: Declaração de Salvador - Compromisso com a Equidade.....	299
2005: Declaração de Thiruvananthapuram (Thiruvananthapuram Declaration).....	300
2007: Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta: Abrindo a promessa de Recursos Educativos Abertos.....	301
2008: Declaração de Franklin Street sobre Liberdade e Provedores de Rede (Franklin Street Statement on Freedom and Network Services).....	302
2008: Declaração de Weeler (The Weeler Declaration).....	303
2009: Declaration Des Droits Fondamentaux Numeriques.....	303
2009: Fórum Social Mundial: Declaração do Fórum Mundial de Ciência e Democracia para a Assembleia das Assembleias.....	304
2010: Declaração da IFLA sobre livre acesso – esclarecendo sobre a posição e a estratégia da IFLA.....	305
2012: Declaração acerca do Conhecimento Livre (Declaration on Libre Knowledge).....	307

2001: Fórum Social Mundial - Declaração dos Movimentos Sociais

Contexto: Declaração redigida e publicada no contexto do Fórum Social Mundial, realizado em 2001. **Endereço:** <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=movsoc2001>

Carta:

Forças sociais vindas do mundo inteiro nos reunimos no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Sindicatos e ONGs, movimentos e organizações, intelectuais e artistas, construímos juntos uma grande aliança para criar uma nova sociedade, diferente da lógica atual que coloca o mercado e o dinheiro como a única medida do valor. Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações.

Somos parte de um movimento em crescimento a partir de Seattle. Desafiamos as elites e seus processos anti-democráticos representados no Fórum Econômico de Davos. Viemos compartilhar nossas lutas, trocar experiências, fortalecer nossa solidariedade e manifestar nosso rechaço absoluto às políticas neoliberais da atual globalização.

Somos mulheres e homens, camponesas e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores, profissionais, estudantes, desempregadas e desempregados, povos indígenas e negros, vindos do Sul e do Norte, que temos o compromisso de lutar pelos direitos dos povos, a liberdade, a segurança, o emprego e a educação. Somos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento e dos meios de comunicação de massas, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida através das mãos das corporações transnacionais e das políticas anti-democráticas. A experiência da democracia participativa, como em Porto Alegre, mostra que alternativas concretas são possíveis. Reafirmamos a supremacia dos direitos humanos, ecológicos e sociais sobre as exigências dos capitais e dos investidores.

Ao mesmo tempo que fortalecemos nosso movimento, resistimos à elite global com o objetivo de melhorar a igualdade, a justiça social, a democracia e a segurança para todos, sem nenhuma discriminação. Nossos métodos e alternativas constituem um forte contraponto com as políticas destrutivas do neoliberalismo.

A globalização reforça um sistema sexista, excludente e patriarcal. Incrementa a feminização da pobreza e exacerba todas as formas de violência contra as mulheres. A igualdade entre homens e mulheres é uma dimensão central de nossa luta. Sem essa igualdade, outro mundo jamais seria possível.

A globalização neoliberal desata o racismo, continuidade do verdadeiro genocídio de séculos de escravidão e colonialismo, que destruíram as bases civilizatórias das populações negras da África. Chamamos todos os movimentos a se solidarizar com o povo africano dentro e fora do continente, na defesa de seus direitos à terra, cidadania, liberdade, igualdade e paz, através do resgate da dívida histórica e social. O tráfico de escravos e a escravidão são crimes contra a humanidade.

Expressamos especialmente nosso reconhecimento e solidariedade com os povos indígenas em sua histórica luta contra o genocídio e o etnocídio e em defesa de seus direitos, recursos naturais, cultura, autonomia, terra e território.

A globalização neoliberal destrói o meio ambiente, a saúde e as condições de vida do povo. A atmosfera, a água, a terra e também os seres humanos são transformados em mercadorias. A vida e a saúde devem ser reconhecidos como direitos fundamentais e as decisões econômicas devem ser submetidas a esse princípio.

A dívida externa dos países do Sul já foi paga várias vezes. Injusta, ilegítima e fraudulenta, funciona como um instrumento de dominação, negando aos povos seus direitos fundamentais com o único fim de aumentar a usura internacional. Exigimos a anulação incondicional e a reparação das dívidas históricas, sociais e ecológicas, como passos imediatos para a solução definitiva das crises que a dívida externa provoca.

Os mercados financeiros extraem os recursos a a riqueza dos povos e sujeitam as economias nacionais à instabilidade dos especuladores. Reclamamos o fechamento dos paraísos fiscais e a introdução de impostos sobre as transações financeiras.

As privatizações transferem bens públicos e recursos às transnacionais. Nos opomos a toda forma de privatização de recursos naturais e de bens públicos. Fazemos um chamado para proteger o acesso a eles para dar uma vida digna para todas e todos.

As corporações multinacionais organizam a produção mundial com um desemprego massivo, baixos salários e trabalho não qualificado e se recusam a reconhecer os direitos fundamentais dos trabalhadores, tal como foram definidos pela OIT. Reclamamos o reconhecimento genuíno dos direitos dos sindicatos a se organizar e negociar para conquistar novos direitos para os/as trabalhadores/as. Enquanto bens e capitais podem atravessar livremente as fronteiras, as restrições sobre o movimento da população e exacerbam a exploração e a repressão. Exigimos o fim de tais restrições.

Demandamos um sistema de comércio justo que garanta pleno emprego, segurança alimentar, termos de troca equitativos e prosperidade local. O "livre comércio" não é tão livre assim. As regras do comércio global provocam a acumulação acelerada de riqueza e poder pelas corporações transnacionais, ao mesmo tempo que geram maior marginalização e empobrecimento de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras e empresas locais. Reclamamos dos governos que respeitem suas obrigações segundo os instrumentos internacionais sobre direitos humanos e os acordos ambientais multilaterais. Convocamos a apoiar as mobilizações contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma iniciativa que significa a recolonização da região e a destruição dos direitos humanos fundamentais sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O FMI, o Banco Mundial, os bancos regionais, a OMC, a OTAN e outras alianças militares são alguns dos agentes multilaterais da globalização transnacional. Exigimos o fim de sua interferência nas políticas nacionais. Essas instituições não têm legitimidade frente ao povo e vamos continuar protestando contra suas políticas.

A globalização neoliberal tem provocado a concentração da terra e promovido uma agricultura transnacionalizada, destrutiva em termos sociais e ambientais. Se baseia na produção para a exportação que precisa de grandes plantações e da construção de represas - o que provoca a expulsão das pessoas de suas terras e a destruição de seus meios de vida, os que devem ser restituídos. Demandamos uma Reforma Agrária democrática com o uso por parte do campesinato da terra, da água e das sementes. Promovemos processos agrícolas sustentáveis. As sementes e o material genético são patrimônio da humanidade. Exigimos a abolição do uso de transgênicos e patentes sobre a vida.

O militarismo e a globalização em mãos de corporações transnacionais se reforçam mutuamente para destruir as bases da democracia e da paz. Nos recusamos firmemente a aceitar a guerra como caminho para resolver conflitos. Estamos contra o armamentismo e o comércio de armas. Exigimos o fim da repressão e da criminalização dos protestos sociais. Condenamos a intervenção militar estrangeira em assuntos internos de nossos países. Exigimos o fim dos embargos e sanções que são utilizados como instrumentos de agressão e expressamos nossa solidariedade com os povos que sofrem suas consequências. Rechaçamos a intervenção militar norte-americana em América Latina através do Plano Colômbia.

Chamamos a reforçar nossa aliança sobre esses temas principais e a implementar ações comuns. Vamos seguir mobilizando em função

delas até o próximo Fórum. Reconhecemos que contamos agora com uma melhor situação para desenvolver a luta por um mundo diferente, sem miséria, fome, discriminação ou violência; a favor de uma melhor qualidade de vida, com igualdade, respeito e paz.

Temos o compromisso de apoiar todas as lutas de nossa agenda coletiva que mobilizem a oposição ao neoliberalismo. Entre as prioridades para os próximos meses, vamos mobilizarmos globalmente contra:

- o Fórum Econômico Mundial em Cancún, México em 26-27 de fevereiro;
- a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Buenos Aires, Argentina em 6-7 de abril e em Quebec, Canadá em 17-22 de abril;
- o Asian Development Bank, em maio em Honolulu;
- a cúpula do G-8 em Gênova, Itália, em 15-22 de julho;
- o FMI e o Banco Mundial, sua Assembleia anual em Washington DC, de 28 de setembro ao 4 de outubro;
- a OMC, em 5-9 de novembro (Qatar).

No dia 17 de abril, estaremos junto com a mobilização internacional contra as importações de produtos agrícolas baratos que geram "dumping" econômico e social e junto com a mobilização feminista em Gênova, contra a globalização. Apoiamos o chamado a um dia mundial de ação contra a Dívida Externa, a se realizar este ano no dia 20 de julho e a mobilização para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância (Durban, África do Sul - 31 de agosto a 07 de setembro de 2001).

Essas propostas formam parte das alternativas elaboradas pelos movimentos sociais do mundo todo. Baseiam-se no princípio de que os seres humanos e a vida não são mercadorias. E no compromisso com o bem-estar e os direitos humanos de todos e todas.

Nossa participação no Fórum Social Mundial enriqueceu a compreensão de cada uma de nossas lutas e saímos fortalecidos. Chamamos todos os povos do mundo a se unirem a esta luta pela construção de um futuro melhor. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre é um caminho para a soberania de nossos povos e para um mundo justo.

2002: Declaração de Glasgow sobre Bibliotecas, Serviços de Informação e Liberdade Intelectual (The Glasgow Declaration on Libraries, Information Services and Intellectual Freedom)

Contexto: “Esta Declaração foi preparada pela IFLA / FAIFE. Aprovada pelo Conselho de Administração da IFLA, em 27 março de 2002, Haia, Holanda. Proclamada pelo Conselho da IFLA, em 19 de agosto de 2002, em Glasgow, Escócia”. **Endereço:** <http://www.ifla.org/publications/the-glasgow-declaration-on-libraries-information-services-and-intellectual-freedom> | <http://archive.ifla.org/faife/policy/iflastat/gldeclar-s.html>

Declaração:

Declaración de Glasgow sobre las Bibliotecas, los Servicios de Información y la Libertad Intelectual

Reunida en Glasgow con ocasión del 75 aniversario de su creación, la Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas (IFLA) declara que:

La IFLA proclama el derecho fundamental de los seres humanos a acceder y expresar la información sin ningún tipo de restricción.

La IFLA, con el apoyo de sus socios repartidos por todo el mundo, defiende y promueve la libertad intelectual como se expresa en la Declaración Universal de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas. Esta libertad intelectual abarca la riqueza del conocimiento humano, la diversidad de opinión, el pensamiento creativo y la actividad intelectual.

La IFLA afirma que la dedicación a la libertad intelectual es una responsabilidad fundamental de los bibliotecarios y documentalistas de todo el mundo, expresada a través de códigos de conducta ética y demostrada mediante la práctica.

La IFLA afirma que:

- Las bibliotecas y los servicios de información ofrecen acceso a la información, ideas y productos de la imaginación en cualquier soporte y sin importar las fronteras. Actúan como intermediarios del conocimiento, pensamiento y cultura, ofreciendo ayuda esencial para la toma independiente de decisiones, el desarrollo cultural, la investigación y el aprendizaje continuo de individuos y grupos.
- Las bibliotecas y los servicios de información contribuyen al desarrollo y mantenimiento de la libertad intelectual y ayudan a salvaguardar los valores democráticos y los derechos civiles universales. En consecuencia, están comprometidos a ofrecer a sus usuarios acceso sin restricción a recursos y servicios relevantes y a oponerse a cualquier forma de censura.
- Las bibliotecas y los servicios de información deberán adquirir, preservar y hacer accesibles la mayor variedad de documentos posible, que reflejen la pluralidad y diversidad de la sociedad. La selección y disponibilidad de los materiales y servicios bibliotecarios deberá regirse por consideraciones profesionales y no por puntos de vista políticos, morales y religiosos.
- Las bibliotecas y los servicios de información deberán poner a disposición de todos los usuarios por igual sus materiales, instalaciones y servicios. No deberán discriminar por ninguna razón como por la raza, origen nacional o étnico, género o

preferencia sexual, edad, discapacidad, religión o ideología.

- Las bibliotecas y los servicios de información deberán proteger los derechos de cada usuario a la privacidad y confidencialidad de la información que buscan o reciben y los recursos que han consultado, sacado en préstamo, adquirido o transmitido.

Por lo tanto, la IFLA insta a las bibliotecas y a los servicios de información y a su personal a que defiendan y fomenten los principios de la libertad intelectual y ofrezcan acceso sin restricciones a la información.

2003: Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades)

Contexto: “A Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico de 22 de Outubro de 2003, foi escrita em Inglês (*Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*) e é um dos marcos do movimento de acesso aberto”. **Endereço:** <http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/berliner-erklarung>

Carta:

Prefácio

A Internet transformou radicalmente as realidades práticas e económicas da difusão do conhecimento científico e do património cultural. Pela primeira vez na história, a Internet oferece-nos a possibilidade de constituir uma representação global e interactiva do conhecimento humano, incluindo o património cultural, e a garantia de acesso mundial.

Nós, os signatários, sentimo-nos obrigados a responder aos desafios da Internet como o meio funcional emergente de difusão do conhecimento. Obviamente, estes desenvolvimentos serão capazes de modificar significativamente a natureza da publicação científica, bem como o actual sistema de controlo de qualidade.

De acordo com o espírito da Declaration of the Budapest Open Access Initiative, da ECHO Charter e da Bethesda Statement on Open Access Publishing, redigimos esta Declaração para promover a Internet como o instrumento funcional ao serviço de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano, e para especificar medidas que os responsáveis políticos, os institutos de investigação, as entidades financiadoras, as bibliotecas, os arquivos e os museus devem considerar.

Objectivos

A nossa missão de disseminar o conhecimento estará incompleta se a informação não for tornada rapidamente acessível e em larga escala à sociedade. Novas possibilidades de difusão do conhecimento, não apenas através do método clássico, mas também, e cada vez mais, através do paradigma do acesso livre via Internet devem ser apoiadas. Nós definimos o acesso livre como uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi aprovada pela comunidade científica.

Para concretizar esta visão de uma representação global e acessível do conhecimento, a Web do futuro tem de ser sustentável, interactiva e transparente. Conteúdos e ferramentas de software devem ser livremente acessíveis e compatíveis.

Definição de uma contribuição em Acesso Livre

Idealmente, o estabelecimento do acesso livre como um procedimento vantajoso requer o empenho activo de todo e qualquer indivíduo que produza conhecimento científico ou seja detentor de património cultural. Contribuições em acesso livre incluem resultados de investigações científicas originais, dados não processados e metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos e gráficos e material académico multimédia.

As contribuições em acesso livre devem satisfazer duas condições:

1. O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os utilizadores o direito gratuito, irrevogável e mundial de lhes aceder, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exhibir o trabalho publicamente e realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correcta atribuição da autoria (as regras da comunidade, continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente), bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.
2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como acima definida, é depositada (e portanto publicada) num formato electrónico normalizado e apropriado em pelo menos um repositório que utilize normas técnicas adequadas (como as definições Open Archive) que seja mantido por uma instituição académica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivo a longo prazo.

Apoiar a Transição para o Paradigma do Acesso Livre Electrónico

As nossas organizações estão interessadas na promoção continuada do novo paradigma de acesso livre para obter o máximo proveito para a ciência e a sociedade. Por isso, é nossa intenção progredir

- encorajando os nossos investigadores/bolseiros a publicar os seus trabalhos de acordo com os princípios do paradigma de acesso livre.
- encorajando os detentores de património cultural a apoiar o acesso livre através da disponibilização dos seus recursos na Internet.
- desenvolvendo meios e formas para avaliar contribuições em acesso livre e jornais on-line de forma a assegurar os padrões de qualidade e as boas práticas científicas.
- advogando que a publicação em acesso livre seja reconhecida para efeitos de avaliação e progressão académica.
- demonstrando o mérito intrínseco das contribuições para uma infra-estrutura de acesso livre pelo desenvolvimento de ferramentas de software, fornecimento de conteúdos, criação de metadados ou a publicação individual de artigos.

Estamos conscientes que a evolução para o acesso livre altera o processo de difusão do conhecimento no que diz respeito aos aspectos legais e financeiros. As nossas organizações procuram encontrar soluções que suportem futuros desenvolvimentos do enquadramento financeiro e legal existente, de forma a facilitar o acesso e uso otimizados.

Os governos, universidades, institutos de investigação, fundações, bibliotecas, museus, arquivos e associações profissionais que partilham a visão expressa na Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades estão convidadas a juntarem-se ao grupo de signatários que já subscreveu a Declaração.

2003: Declaração Bethesda sobre as publicações de Acesso Aberto (Bethesda Statement on Open Access Publishing)

Contexto: apresentado no próprio texto da declaração. **Endereço:** <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>

Declaração:

Bethesda Statement on Open Access Publishing

Released June 20, 2003

Contents

- Summary of the April 11 meeting
- Definition of open access publication
- Statement of the Institutions and Funding Agencies working group
- Statement of the Libraries & Publishers working group
- Statement of Scientists and Scientific Societies working group

Summary of the April 11, 2003, Meeting on Open Access Publishing

The following statements of principle were drafted during a one-day meeting held on April 11, 2003 at the headquarters of the Howard Hughes Medical Institute in Chevy Chase, Maryland. The purpose of this document is to stimulate discussion within the biomedical research community on how to proceed, as rapidly as possible, to the widely held goal of providing open access to the primary scientific literature. Our goal was to agree on significant, concrete steps that all relevant parties —the organizations that foster and support scientific research, the scientists that generate the research results, the publishers who facilitate the peer-review and distribution of results of the research, and the scientists, librarians and other who depend on access to this knowledge— can take to promote the rapid and efficient transition to open access publishing.

A list of the attendees is given following the statements of principle; they participated as individuals and not necessarily as representatives of their institutions. Thus, this statement, while reflecting the group consensus, should not be interpreted as carrying the unqualified endorsement of each participant or any position by their institutions.

Our intention is to reconvene an expanded group in a few months to draft a final set of principles that we will then seek to have formally endorsed by funding agencies, scientific societies, publishers, librarians, research institutions and individual scientists as the accepted standard for publication of peer-reviewed reports of original research in the biomedical sciences.

The document is divided into four sections: The first is a working definition of open access publication. This is followed by the reports of three working groups.

Definition of Open Access Publication

An Open Access Publication^[1] is one that meets the following two conditions:

1. The author(s) and copyright holder(s) grant(s) to all users a free, irrevocable, worldwide, perpetual right of access to, and a license to copy, use, distribute, transmit and display the work publicly and to make and distribute derivative works, in any

digital medium for any responsible purpose, subject to proper attribution of authorship[2], as well as the right to make small numbers of printed copies for their personal use.

2. A complete version of the work and all supplemental materials, including a copy of the permission as stated above, in a suitable standard electronic format is deposited immediately upon initial publication in at least one online repository that is supported by an academic institution, scholarly society, government agency, or other well-established organization that seeks to enable open access, unrestricted distribution, interoperability, and long-term archiving (for the biomedical sciences, PubMed Central is such a repository).

Notes:

1. Open access is a property of individual works, not necessarily journals or publishers.
2. Community standards, rather than copyright law, will continue to provide the mechanism for enforcement of proper attribution and responsible use of the published work, as they do now.

Statement of the Institutions and Funding Agencies Working Group

Our organizations sponsor and nurture scientific research to promote the creation and dissemination of new ideas and knowledge for the public benefit. We recognize that publication of results is an essential part of scientific research and the costs of publication are part of the cost of doing research. We already expect that our faculty and grantees share their ideas and discoveries through publication. This mission is only half-completed if the work is not made as widely available and as useful to society as possible. The Internet has fundamentally changed the practical and economic realities of distributing published scientific knowledge and makes possible substantially increased access.

To realize the benefits of this change requires a corresponding fundamental change in our policies regarding publication by our grantees and faculty:

1. We encourage our faculty/grant recipients to publish their work according to the principles of the open access model, to maximize the access and benefit to scientists, scholars and the public throughout the world.
2. We realize that moving to open and free access, though probably decreasing total costs, may displace some costs to the individual researcher through page charges, or to publishers through decreased revenues, and we pledge to help defray these costs. To this end we agree to help fund the necessary expenses of publication under the open access model of individual papers in peer-reviewed journals (subject to reasonable limits based on market conditions and services provided).
3. We reaffirm the principle that only the intrinsic merit of the work, and not the title of the journal in which a candidate's work is published, will be considered in appointments, promotions, merit awards or grants.
4. We will regard a record of open access publication as evidence of service to the community, in evaluation of applications for faculty appointments, promotions and grants.

We adopt these policies in the expectation that the publishers of scientific works share our desire to maximize public benefit from scientific knowledge and will view these new policies as they are intended—an opportunity to work together for the benefit of the scientific community and the public.

Statement of the Libraries & Publishers Working Group

We believe that open access will be an essential component of scientific publishing in the future and that works reporting the results of current scientific research should be as openly accessible and freely useable as possible. Libraries and publishers should make every effort to hasten this transition in a fashion that does not disrupt the orderly dissemination of scientific information.

Libraries propose to:

1. Develop and support mechanisms to make the transition to open access publishing and to provide examples of these mechanisms to the community.
2. In our education and outreach activities, give high priority to teaching our users about the benefits of open access publishing and open access journals.
3. List and highlight open access journals in our catalogs and other relevant databases.

Journal publishers propose to:

1. Commit to providing an open access option for any research article published in any of the journals they publish.
2. Declare a specific timetable for transition of journals to open access models.
3. Work with other publishers of open access works and interested parties to develop tools for authors and publishers to facilitate publication of manuscripts in standard electronic formats suitable for archival storage and efficient searching.
4. Ensure that open access models requiring author fees lower barriers to researchers at demonstrated financial disadvantage, particularly those from developing countries.

Statement of Scientists and Scientific Societies Working Group

Scientific research is an interdependent process whereby each experiment is informed by the results of others. The scientists who perform research and the professional societies that represent them have a great interest in ensuring that research results are disseminated as immediately, broadly and effectively as possible. Electronic publication of research results offers the opportunity and

the obligation to share research results, ideas and discoveries freely with the scientific community and the public.

Therefore:

1. We endorse the principles of the open access model.
2. We recognize that publishing is a fundamental part of the research process, and the costs of publishing are a fundamental cost of doing research.
3. Scientific societies agree to affirm their strong support for the open access model and their commitment to ultimately achieve open access for all the works they publish. They will share information on the steps they are taking to achieve open access with the community they serve and with others who might benefit from their experience.
4. Scientists agree to manifest their support for open access by selectively publishing in, reviewing for and editing for open access journals and journals that are effectively making the transition to open access.
5. Scientists agree to advocate changes in promotion and tenure evaluation in order to recognize the community contribution of open access publishing and to recognize the intrinsic merit of individual articles without regard to the titles of the journals in which they appear.
6. Scientists and societies agree that education is an indispensable part of achieving open access, and commit to educate their colleagues, members and the public about the importance of open access and why they support it.

2003: Declaração da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições sobre a Acesso Aberto a Literatura Acadêmica e a Documentação de Pesquisa (IFLA Statement on Open Access to Scholarly Literature and Research Documentation)

Contexto: “Declaração foi aprovada pelo Conselho da IFLA, na sua reunião em Haia, em 05 de dezembro de 2003”. **Endereço:** <http://www.ifla.org/publications/ifla-statement-on-open-access-to-scholarly-literature-and-research-documentation>

Declaração:

IFLA (the International Federation of Library Associations and Institutions) **is committed to** ensuring the widest possible access to information for all peoples in accordance with the principles expressed in the [Glasgow Declaration on Libraries, Information Services and Intellectual Freedom](#).

IFLA acknowledges that the discovery, contention, elaboration and application of research in all fields will enhance progress, sustainability and human well being. Peer reviewed scholarly literature is a vital element in the processes of research and scholarship. It is supported by a range of research documentation, which includes pre-prints, technical reports and records of research data.

IFLA declares that the world-wide network of library and information services provides access to past, present and future scholarly literature and research documentation; ensures its preservation; assists users in discovery and use; and offers educational programs to enable users to develop lifelong literacies.

IFLA affirms that comprehensive open access to scholarly literature and research documentation is vital to the understanding of our world and to the identification of solutions to global challenges and particularly the reduction of information inequality.

Open access guarantees the integrity of the system of scholarly communication by ensuring that all research and scholarship will be available in perpetuity for unrestricted examination and, where relevant, elaboration or refutation.

IFLA recognises the important roles played by all involved in the recording and dissemination of research, including authors, editors, publishers, libraries and institutions, and advocates the adoption of the following open access principles in order to ensure the widest possible availability of scholarly literature and research documentation:

1. **Acknowledgment** and defence of the moral rights of authors, especially the rights of attribution and integrity.
2. **Adoption** of effective peer review processes to assure the quality of scholarly literature irrespective of mode of publication.
3. **Resolute opposition** to governmental, commercial or institutional censorship of the publications deriving from research and scholarship.
4. **Succession** to the public domain of all scholarly literature and research documentation at the expiration of the limited period of copyright protection provided by law, which period should be limited to a reasonable time, and the exercise of fair use provisions, unhindered by technological or other constraints, to ensure ready access by researchers and the general public during the period of protection.
5. **Implementation** of measures to overcome information inequality by enabling both publication of quality assured scholarly literature and research documentation by researchers and scholars who may be disadvantaged, and also ensuring effective and affordable access for the peoples of developing nations and all who experience disadvantage including the disabled.
6. **Support** for collaborative initiatives to develop sustainable open access publishing models and facilities including encouragement, such as the removal of contractual obstacles, for authors to make scholarly literature and research documentation available without charge.
7. **Implementation** of legal, contractual and technical mechanisms to ensure the preservation and perpetual availability, usability and authenticity of all scholarly literature and research documentation.

This statement was adopted by the Governing Board of IFLA at its meeting in The Hague on 5th December 2003.

2003: Declaración de Principios - Construir la Sociedad de la Información: un desafío global para el nuevo milenio

Contexto: apresentado no próprio texto da declaração. **Endereço:** <http://www.itu.int/wsis/index.html>

Declaração:

Declaración de Principios - Construir la Sociedad de la Información: un desafío global para el nuevo milenio

A Nuestra visión común de la Sociedad de la Información

1 Nosotros, los representantes de los pueblos del mundo, reunidos en Ginebra del 10 al 12 de diciembre de 2003 con motivo de la primera fase de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información, declaramos nuestro deseo y compromiso comunes de construir una Sociedad de la Información centrada en la persona, integradora y orientada al desarrollo, en que todos puedan crear, consultar, utilizar y compartir la información y el conocimiento, para que las personas, las comunidades y los pueblos puedan emplear plenamente sus posibilidades en la promoción de su desarrollo sostenible y en la mejora de su calidad de vida, sobre la base de los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas y respetando plenamente y defendiendo la Declaración Universal de Derechos Humanos.

2 Nuestro desafío es encauzar el potencial de la tecnología de la información y la comunicación para promover los objetivos de desarrollo de la Declaración del Milenio, a saber, erradicar la pobreza extrema y el hambre, instaurar la enseñanza primaria universal, promover la igualdad de género y la autonomía de la mujer, reducir la mortalidad infantil, mejorar la salud materna, combatir el VIH/SIDA, el paludismo y otras enfermedades, garantizar la sostenibilidad del medio ambiente y fomentar asociaciones mundiales para el desarrollo que permitan forjar un mundo más pacífico, justo y próspero. Reiteramos asimismo nuestro compromiso con la consecución del desarrollo sostenible y los objetivos de desarrollo acordados, que se señalan en la Declaración y el Plan de Aplicación de Johannesburgo y en el Consenso de Monterrey, y otros resultados de las Cumbres pertinentes de las Naciones Unidas.

3 Reafirmamos la universalidad, indivisibilidad, interdependencia e interrelación de todos los derechos humanos y las libertades fundamentales, incluido el derecho al desarrollo, tal como se consagran en la Declaración de Viena. Reafirmamos asimismo que la democracia, el desarrollo sostenible y el respeto de los derechos humanos y las libertades fundamentales, así como el buen gobierno a todos los niveles, son interdependientes y se refuerzan entre sí. Estamos además determinados a reforzar el respeto del imperio de la ley en los asuntos internacionales y nacionales.

4 Reafirmamos, como fundamento esencial de la Sociedad de la Información, y según se estipula en el Artículo 19 de la Declaración Universal de Derechos Humanos, que todo individuo tiene derecho a la libertad de opinión y de expresión, que este derecho incluye el de no ser molestado a causa de sus opiniones, el de investigar y recibir información y opiniones, y el de difundirlas, sin limitación de fronteras, por cualquier medio de expresión. La comunicación es un proceso social fundamental, una necesidad humana básica y el fundamento de toda organización social. Constituye el eje central de la Sociedad de la Información. Todas las personas, en todas partes, deben tener la oportunidad de participar, y nadie debería quedar excluido de los beneficios que ofrece la Sociedad de la Información.

5 Reafirmamos nuestro compromiso con lo dispuesto en el Artículo 29 de la Declaración Universal de Derechos Humanos, a saber, que toda persona tiene deberes respecto a la comunidad, puesto que sólo en ella puede desarrollar libre y plenamente su personalidad, y que, en el ejercicio de sus derechos y en el disfrute de sus libertades, toda persona estará solamente sujeta a las limitaciones establecidas por la ley con el único fin de asegurar el reconocimiento y el respeto de los derechos y libertades de los demás, y de satisfacer las justas exigencias de la moral, del orden público y del bienestar general en una sociedad democrática. Estos derechos y libertades no podrán en ningún caso ser ejercidos en oposición a los propósitos y principios de las Naciones Unidas. De esta manera, fomentaremos una Sociedad de la Información en la que se respete la dignidad humana.

6 De conformidad con el espíritu de la presente Declaración, reafirmamos nuestro empeño en defender el principio de la igualdad soberana de todos los Estados.

7 Reconocemos que la ciencia desempeña un papel cardinal en el desarrollo de la Sociedad de la Información. Gran parte de los elementos constitutivos de esta sociedad son el fruto de los avances científicos y técnicos que han sido posibles gracias a la comunicación mutua de los resultados de la investigación.

8 Reconocemos que la educación, el conocimiento, la información y la comunicación son esenciales para el progreso, la iniciativa y el bienestar de los seres humanos. Es más, las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) tienen inmensas repercusiones en prácticamente todos los aspectos de nuestras vidas. El rápido progreso de estas tecnologías brinda oportunidades sin precedentes para alcanzar niveles más elevados de desarrollo. La capacidad de las TIC para reducir muchos obstáculos tradicionales,

especialmente el tiempo y la distancia, posibilitan, por primera vez en la historia, el uso del potencial de estas tecnologías en beneficio de millones de personas en todo el mundo.

9 Somos conscientes de que las TIC deben considerarse un medio, y no un fin en sí mismas. En condiciones favorables, estas tecnologías pueden ser un instrumento eficaz para acrecentar la productividad, generar crecimiento económico, crear empleos y fomentar la ocupabilidad, así como mejorar la calidad de la vida de todos. Pueden, además, promover el diálogo entre las personas, las naciones y las civilizaciones.

10 Somos plenamente conscientes de que las ventajas de la revolución de la tecnología de la información están en la actualidad desigualmente distribuidas entre los países desarrollados y en desarrollo, así como dentro de las sociedades. Estamos plenamente comprometidos a convertir la brecha digital en una oportunidad digital para todos, especialmente aquellos que corren peligro de quedar rezagados y aún más marginados.

11 Estamos empeñados en materializar nuestra visión común de la Sociedad de la Información, para nosotros y las generaciones futuras. Reconocemos que los jóvenes constituyen la fuerza de trabajo del futuro, son los principales creadores de las TIC y también los primeros que las adoptan. En consecuencia, deben fomentarse sus capacidades como estudiantes, desarrolladores, contribuyentes, empresarios y encargados de la adopción toma de decisiones. Debemos centrarnos especialmente en los jóvenes que no han tenido aún la posibilidad de aprovechar plenamente las oportunidades que brindan las TIC. También estamos comprometidos a garantizar que, en el desarrollo de las aplicaciones y la explotación de los servicios de las TIC, se respeten los derechos de los niños y se vele por su protección y su bienestar.

12 Afirmamos que el desarrollo de las TIC brinda ingentes oportunidades a las mujeres, las cuales deben ser parte integrante y participantes clave de la Sociedad de la Información. Nos comprometemos a garantizar que la Sociedad de la Información fomente la potenciación de las mujeres y su plena participación, en pie de igualdad, en todas las esferas de la sociedad y en todos los procesos de adopción de decisiones. A dicho efecto, debemos integrar una perspectiva de igualdad de género y utilizar las TIC como un instrumento para conseguir este objetivo.

13 Al construir la Sociedad de la Información prestaremos especial atención a las necesidades especiales de los grupos marginados y vulnerables de la sociedad, en particular los migrantes, las personas internamente desplazadas y los refugiados, los desempleados y las personas desfavorecidas, las minorías y las poblaciones nómadas. Reconoceremos, por otra parte, las necesidades especiales de personas de edad y las personas con discapacidades.

14 Estamos resueltos a potenciar a los pobres, especialmente los que viven en zonas distantes, rurales y urbanas marginadas, para acceder a la información y utilizar las TIC como instrumento de apoyo a sus esfuerzos para salir de la pobreza.

15 En la evolución de la Sociedad de la Información, se debe prestar particular atención a la situación especial de los pueblos indígenas, así como a la preservación de su legado y su patrimonio cultural.

16 Seguimos concediendo especial atención a las necesidades particulares de los habitantes de los países en desarrollo, los países con economías en transición, los países menos adelantados, los pequeños países insulares en desarrollo, los países en desarrollo sin litoral, los países pobres muy endeudados, los países y territorios ocupados, los países que se están recuperando de conflictos y los países y regiones con necesidades especiales, así como a las situaciones que plantean amenazas graves al desarrollo, tales como las catástrofes naturales.

17 Reconocemos que la construcción de una Sociedad de la Información integradora requiere nuevas modalidades de solidaridad, asociación y cooperación entre los gobiernos y demás partes interesadas, es decir, el sector privado, la sociedad civil y las organizaciones internacionales. Reconociendo que el ambicioso objetivo de la presente Declaración -colmar la brecha digital y garantizar un desarrollo armonioso, justo y equitativo para todos- exigirá un compromiso sólido de todas las partes interesadas, hacemos un llamamiento a la solidaridad digital, en los planos nacional e internacional.

18 Nada en la presente Declaración podrá interpretarse en un sentido en que menoscabe, contradiga, restrinja o derogue las disposiciones de la Carta de las Naciones Unidas y la Declaración Universal de Derechos Humanos, de ningún otro instrumento internacional o de las leyes nacionales adoptadas de conformidad con esos instrumentos.

B Una Sociedad de la Información para todos: principios fundamentales

19 Estamos decididos a proseguir nuestra búsqueda para garantizar que las oportunidades que ofrecen las TIC redunden en beneficio de todos. Estamos de acuerdo en que, para responder a tales desafíos, todas las partes interesadas deberían colaborar para ampliar el acceso a la infraestructura y las tecnologías de la información y las comunicaciones, así como a la información y al conocimiento; fomentar la capacidad; reforzar la confianza y la seguridad en la utilización de las TIC; crear un entorno propicio a todos los niveles; desarrollar y ampliar las aplicaciones TIC; promover y respetar la diversidad cultural; reconocer el papel de los medios de comunicación; abordar las dimensiones éticas de la Sociedad de la Información; y alentar la cooperación internacional y regional. Acordamos que éstos son los principios fundamentales de la construcción de una Sociedad de la Información integradora.

1) La función de los gobiernos y de todas las partes interesadas en la promoción de las TIC para el desarrollo

20 Los gobiernos, al igual que el sector privado, la sociedad civil, las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales, tienen una función y una responsabilidad importantes en el desarrollo de la Sociedad de la Información y, en su caso, en el proceso de toma de decisiones. La construcción de una Sociedad de la Información centrada en la persona es un esfuerzo conjunto que necesita la cooperación y la asociación de todas las partes interesadas.

2) Infraestructura de la información y las comunicaciones: fundamento básico de una Sociedad de la Información integradora

21 La conectividad es un factor habilitador indispensable en la creación de la Sociedad de la Información. El acceso universal, ubicuo, equitativo y asequible a la infraestructura y los servicios de las TIC constituye uno de los retos de la Sociedad de la Información y debe ser un objetivo de todas las partes interesadas que participan en su creación. La conectividad también abarca el acceso a la energía y a los servicios postales, que debe garantizarse de conformidad con la legislación nacional de cada país.

22 Una infraestructura de red y aplicaciones de las tecnologías de la información y las comunicaciones, que estén bien desarrolladas, adaptadas a las condiciones regionales, nacionales y locales, fácilmente accesibles y asequibles y que, de ser posible, utilicen en mayor medida la banda ancha y otras tecnologías innovadoras, puede acelerar el progreso económico y social de los países, así como el bienestar de todas las personas, comunidades y pueblos.

23 Se deberían desarrollar y aplicar políticas que creen un clima favorable para la estabilidad, previsibilidad y competencia leal a todos los niveles, de tal forma que se atraiga más inversión privada para el desarrollo de infraestructura de TIC, y que al mismo tiempo permita atender al cumplimiento de las obligaciones del servicio universal en regiones en que las condiciones tradicionales del mercado no funcionen correctamente. En las zonas desfavorecidas, el establecimiento de puntos de acceso público a las TIC en lugares como oficinas de correos, escuelas, bibliotecas y archivos, puede ser el medio eficaz de garantizar el acceso universal a la infraestructura y los servicios de la Sociedad de la Información.

3) Acceso a la información y al conocimiento

24 La capacidad universal de acceder y contribuir a la información, las ideas y el conocimiento es un elemento indispensable en una Sociedad de la Información integradora.

25 Es posible promover el intercambio y el fortalecimiento de los conocimientos mundiales en favor del desarrollo si se eliminan los obstáculos que impiden un acceso equitativo a la información para actividades económicas, sociales, políticas, sanitarias, culturales, educativas y científicas, y si se facilita el acceso a la información que está en el dominio público, lo que incluye el diseño universal y la utilización de tecnologías auxiliares.

26 Un dominio público rico es un factor esencial del crecimiento de la Sociedad de la Información, ya que genera ventajas múltiples tales como un público instruido, nuevos empleos, innovación, oportunidades comerciales y el avance de las ciencias. La información del dominio público debe ser fácilmente accesible en apoyo de la Sociedad de la Información, y debe estar protegida de toda apropiación indebida. Habría que fortalecer las instituciones públicas tales como bibliotecas y archivos, museos, colecciones culturales y otros puntos de acceso comunitario, para promover la preservación de las constancias documentales y el acceso libre y equitativo a la información.

27 Se puede fomentar el acceso a la información y al conocimiento sensibilizando a todas las partes interesadas de las posibilidades que brindan los diferentes modelos de software, lo que incluye software protegido, de fuente abierta y software libre, para acrecentar la competencia, el acceso de los usuarios y la diversidad de opciones, y permitir que todos los usuarios desarrollen las soluciones que mejor se ajustan a sus necesidades. El acceso asequible al software debe considerarse como un componente importante de una Sociedad de la Información verdaderamente integradora.

28 Nos esforzamos en promover el acceso universal, con las mismas oportunidades para todos, al conocimiento científico y la creación y divulgación de información científica y técnica, con inclusión de las iniciativas de acceso abierto para las publicaciones científicas.

4) Creación de capacidad

29 Cada persona debería tener la posibilidad de adquirir las competencias y los conocimientos necesarios para comprender la Sociedad de la Información y la economía del conocimiento, participar activamente en ellas y aprovechar plenamente sus beneficios. La alfabetización y la educación primaria universal son factores esenciales para crear una Sociedad de la Información plenamente integradora, teniendo en cuenta en particular las necesidades especiales de las niñas y las mujeres. A la vista de la amplia gama de especialistas en las TIC y la información que son necesarios a todos los niveles, debe prestarse particular atención a la creación de capacidades institucionales.

30 Debe promoverse el empleo de las TIC en todos los niveles de la educación, la formación y el desarrollo de los recursos humanos, teniendo en cuenta las necesidades particulares de las personas con discapacidades y los grupos desfavorecidos y vulnerables.

31 La educación continua y de adultos, la formación en otras disciplinas y el aprendizaje a lo largo de la vida, la enseñanza a distancia y otros servicios especiales, tales como la telemedicina, pueden ser una contribución clave para la ocupabilidad y ayudar a las personas a aprovechar las nuevas posibilidades que ofrecen las TIC para los empleos tradicionales, el trabajo por cuenta propia y las nuevas profesiones. En este sentido, la sensibilización y la alfabetización en el ámbito de las TIC son un sustento fundamental.

32 Los creadores, editores y productores de contenido, así como los profesores, instructores, archivistas, bibliotecarios y

estudiantes deben desempeñar una función activa en la promoción de la Sociedad de la Información, particularmente en los países menos adelantados.

33 Para alcanzar un desarrollo sostenible de la Sociedad de la Información debe reforzarse la capacidad nacional en materia de investigación y desarrollo de TIC. Por otro lado, las asociaciones, en particular entre países desarrollados y países en desarrollo, incluidos los países con economías en transición, con fines de investigación y desarrollo, transferencia de tecnología, fabricación y utilización de los productos y servicios TIC, son indispensables para la promoción de la creación de capacidad y una participación mundial en la Sociedad de la Información. La fabricación de productos de TIC ofrece una excelente oportunidad de creación de riqueza.

34 El logro de nuestras aspiraciones compartidas, particularmente para que los países en desarrollo y los países con economías en transición se conviertan en miembros plenos de la Sociedad de la Información e integramos positivamente en la economía del conocimiento, depende en gran parte de que se impulse el fomento de la capacidad en las esferas de la educación, los conocimientos tecnológicos y el acceso a la información, que son factores determinantes para el desarrollo y la competitividad.

5) Fomento de la confianza y seguridad en la utilización de las TIC

35 El fomento de un clima de confianza, incluso en la seguridad de la información y la seguridad de las redes, la autenticación, la privacidad y la protección de los consumidores, es requisito previo para que se desarrolle la Sociedad de la Información y para promover la confianza entre los usuarios de las TIC. Se debe fomentar, desarrollar y poner en práctica una cultura global de ciberseguridad, en cooperación con todas las partes interesadas y los organismos internacionales especializados. Se deberían respaldar dichos esfuerzos con una mayor cooperación internacional. Dentro de esta cultura global de ciberseguridad, es importante mejorar la seguridad y garantizar la protección de los datos y la privacidad, al mismo tiempo que se amplía el acceso y el comercio. Por otra parte, es necesario tener en cuenta el nivel de desarrollo social y económico de cada país, y respetar los aspectos de la Sociedad de la Información orientados al desarrollo.

36 Si bien se reconocen los principios de acceso universal y sin discriminación a las TIC para todas las naciones, apoyamos las actividades de las Naciones Unidas encaminadas a impedir que se utilicen estas tecnologías con fines incompatibles con el mantenimiento de la estabilidad y seguridad internacionales, y que podrían menoscabar la integridad de las infraestructuras nacionales, en detrimento de su seguridad. Es necesario evitar que las tecnologías y los recursos de la información se utilicen para fines criminales o terroristas, respetando siempre los derechos humanos.

37 El envío masivo de mensajes electrónicos no solicitados ("*spam*") es un problema considerable y creciente para los usuarios, las redes e Internet en general. Conviene abordar los problemas de la ciberseguridad y "*spam*" en los planos nacional e internacional, según proceda.

6) Entorno propicio

38 Un entorno propicio a nivel nacional e internacional es indispensable para la Sociedad de la Información. Las TIC deben utilizarse como una herramienta importante del buen gobierno.

39 El estado de derecho, acompañado por un marco de política y reglamentación propicio, transparente, favorable a la competencia, tecnológicamente neutro, predecible y que refleje las realidades nacionales, es insoslayable para construir una Sociedad de la Información centrada en la persona. Los gobiernos deben intervenir, según proceda, para corregir los fallos del mercado, mantener una competencia leal, atraer inversiones, intensificar el desarrollo de infraestructura y aplicaciones de las TIC, aumentar al máximo los beneficios económicos y sociales y atender a las prioridades nacionales.

40 Un entorno internacional dinámico y propicio, que favorezca la inversión extranjera directa, la transferencia de tecnología y la cooperación internacional, sobre todo en las esferas de las finanzas, la deuda y el comercio, así como la participación plena y eficaz de los países en desarrollo en la toma de decisiones a escala mundial son complementos fundamentales a los esfuerzos de desarrollo nacional relacionados con las TIC. Una conectividad mundial más asequible contribuiría de manera apreciable a la eficacia de estos esfuerzos encaminados al desarrollo.

41 Las TIC son un importante factor que propicia el crecimiento, ya que mejoran la eficacia e incrementan la productividad, especialmente en las pequeñas y medianas empresas (PYME). Por esta razón, el desarrollo de la Sociedad de la Información es importante para lograr un crecimiento económico general en las economías desarrolladas y en desarrollo. Se deben fomentar la mejora de la productividad por medio de las TIC y la aplicación de la innovación en todos los sectores económicos. La distribución equitativa de los beneficios contribuye a la erradicación de la pobreza y al desarrollo social. Las políticas más eficaces son probablemente las que fomentan la inversión productiva y permiten a las empresas, en particular a las PYME, efectuar los cambios necesarios para aprovechar los beneficios de las TIC.

42 La protección de la propiedad intelectual es importante para alentar la innovación y la creatividad en la Sociedad de la Información, así como también lo son una amplia divulgación, difusión e intercambio de los conocimientos. El fomento de una verdadera participación de todos en las cuestiones de propiedad intelectual e intercambio de conocimientos, mediante la sensibilización y la creación de capacidades, es un componente esencial de una Sociedad de la Información integradora.

43 La mejor forma de promover el desarrollo sostenible en la Sociedad de la Información consiste en integrar plenamente los programas e iniciativas relacionadas con las TIC en las estrategias de desarrollo nacionales y regionales. Acogemos con beneplácito la Nueva Asociación para el Desarrollo de África (NEPAD) y alentamos a la comunidad internacional a apoyar las medidas que se adopten en el marco de esta iniciativa en relación con las TIC, así como las desplegadas en el marco de esfuerzos similares en otras regiones. La distribución de los beneficios resultantes del mayor crecimiento impulsado por las TIC contribuye a la erradicación de la pobreza y a un desarrollo sostenible.

44 La normalización es uno de los componentes esenciales de la Sociedad de la Información. Conviene hacer especial hincapié en la elaboración y aprobación de normas internacionales. El desarrollo y empleo de normas abiertas, compatibles, no discriminatorias

e impulsadas por la demanda, que tengan en cuenta las necesidades de los usuarios y los consumidores, es un factor básico para el desarrollo y la mayor propagación de las TIC, así como de un acceso más asequible a las mismas, sobre todo en los países en desarrollo. A través de la normalización internacional se busca crear un entorno en el cual los consumidores tengan acceso a servicios en todo el mundo, independientemente de la tecnología subyacente.

45 El espectro de frecuencias radioeléctricas debe gestionarse en favor del interés público y de conformidad con el principio de legalidad, respetando cabalmente las legislaciones y reglamentaciones nacionales, así como los acuerdos internacionales pertinentes.

46 Se insta enérgicamente a los Estados a que, en la construcción de la Sociedad de la Información, tomen las disposiciones necesarias para evitar, y se abstengan de adoptar, medidas unilaterales no conformes con el derecho internacional y con la Carta de las Naciones Unidas, que impidan la plena consecución del desarrollo económico y social de la población de los países afectados, y que menoscaben el bienestar de sus ciudadanos.

47 Reconociendo que las TIC están modificando progresivamente nuestras prácticas de trabajo, es indispensable crear un entorno de trabajo seguro y sano que sea adecuado para la utilización de las TIC, conforme con las normas internacionales pertinentes.

48 Internet se ha convertido en un recurso global disponible para el público, y su gestión debe ser una de las cuestiones esenciales del programa de la Sociedad de la Información. La gestión internacional de Internet debe ser multilateral, transparente y democrática, y contar con la plena participación de los gobiernos, el sector privado, la sociedad civil y las organizaciones internacionales. Esta gestión debería garantizar la distribución equitativa de recursos, facilitar el acceso a todos y garantizar un funcionamiento estable y seguro de Internet, teniendo en cuenta el plurilingüismo.

49 La gestión de Internet abarca cuestiones técnicas y de política pública y debe contar con la participación de todas las partes interesadas y de organizaciones internacionales e intergubernamentales competentes. A este respecto se reconoce que:

- a) la autoridad de política en materia de política pública relacionada con Internet es un derecho soberano de los Estados. Ellos tienen derechos y responsabilidades en las cuestiones de política pública internacional relacionadas con Internet;
- b) el sector privado ha desempeñado, y debe seguir desempeñando, un importante papel en el desarrollo de Internet, en los campos técnico y económico;
- c) la sociedad civil también ha desempeñado, y debe seguir desempeñando, un importante papel en asuntos relacionados con Internet, especialmente a nivel comunitario;
- d) las organizaciones intergubernamentales han desempeñado, y deben seguir desempeñando, un papel de facilitador en la coordinación de las cuestiones de política pública relacionadas con Internet;
- e) las organizaciones internacionales han desempeñado, y deben seguir desempeñando, una importante función en la elaboración de normas técnicas y políticas pertinentes relativas a Internet.

50 Las cuestiones de un gobierno internacional de Internet deben abordarse de manera coordinada. Solicitamos al Secretario General de las Naciones Unidas que establezca un Grupo de trabajo sobre el gobierno de Internet, en un proceso abierto e integrador que garantice un mecanismo para la participación plena y activa de los gobiernos, el sector privado y la sociedad civil de los países desarrollados y en desarrollo, con inclusión de las organizaciones y foros intergubernamentales e internacionales relevantes, a fin de investigar y formular propuestas de acción, según el caso, sobre el gobierno de Internet antes de 2005.

7) Aplicaciones de las TIC: beneficios en todos los aspectos de la vida

51 En la utilización y despliegue de las TIC se debe tratar de generar beneficios en todos los ámbitos de nuestra vida cotidiana. Las aplicaciones TIC son potencialmente importantes para las actividades y servicios gubernamentales, la atención y la información sanitaria, la educación y la capacitación, el empleo, la creación de empleos, la actividad económica, la agricultura, el transporte, la protección del medio ambiente y la gestión de los recursos naturales, la prevención de catástrofes y la vida cultural, así como para fomentar la erradicación de la pobreza y otros objetivos de desarrollo acordados. Las TIC también deben contribuir al establecimiento de pautas de producción y consumo sostenibles y a reducir los obstáculos tradicionales, ofreciendo a todos la oportunidad de acceder a los mercados nacionales y mundiales de manera más equitativa. Las aplicaciones deben ser fáciles de utilizar, accesibles para todos, asequibles, adaptadas a las necesidades locales en materia de idioma y cultura, y favorables al desarrollo sostenible. A dicho efecto, las autoridades locales deben desempeñar una importante función en el suministro de servicios TIC en beneficio de sus poblaciones.

8) Diversidad e identidad culturales, diversidad lingüística y contenido local

52 La diversidad cultural es el patrimonio común de la humanidad. La Sociedad de la Información debe fundarse en el reconocimiento y respeto de la identidad cultural, la diversidad cultural y lingüística, las tradiciones y las religiones, además de promover un diálogo entre las culturas y las civilizaciones. La promoción, la afirmación y preservación de los diversos idiomas e identidades culturales, tal como se consagran en los correspondientes documentos acordados por las Naciones Unidas, incluida la Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural, contribuirán a enriquecer aún más la Sociedad de la Información.

53 La creación, difusión y preservación de contenido en varios idiomas y formatos deben considerarse altamente prioritarias en la construcción de una Sociedad de la Información integradora, prestándose particular atención a la diversidad de la oferta de obras creativas y el debido reconocimiento de los derechos de los autores y artistas. Es esencial promover la producción de todo tipo de contenidos, sean educativos, científicos, culturales o recreativos, en diferentes idiomas y formatos, y la accesibilidad a esos contenidos. La creación de contenido local que se ajuste a las necesidades nacionales o regionales alentará el desarrollo económico y social y estimulará la participación de todas las partes interesadas, entre ellas, los habitantes de zonas rurales, distantes y marginadas.

54 La preservación del patrimonio cultural es un elemento crucial de la identidad del individuo y del conocimiento de sí mismo, y a su vez enlaza a una comunidad con su pasado. La Sociedad de la Información debe aprovechar y preservar el patrimonio cultural para el futuro, mediante la utilización de todos los métodos adecuados, entre otros, la digitalización.

9) Medios de comunicación

55 Reafirmamos nuestra adhesión a los principios de libertad de la prensa y libertad de la información, así como la independencia, el pluralismo y la diversidad de los medios de comunicación, que son esenciales para la Sociedad de la Información. También es importante la libertad de buscar, recibir, difundir y utilizar la información para la creación, recopilación y divulgación del conocimiento. Abogamos por que los medios de comunicación utilicen y traten la información de manera responsable, de acuerdo con los principios éticos y profesionales más rigurosos. Los medios de comunicación tradicionales, en todas sus formas, tienen un importante papel que desempeñar en la Sociedad de la Información, y las TIC deben servir de apoyo a este respecto. Debe fomentarse la diversidad de regímenes de propiedad de los medios de comunicación, de acuerdo con la legislación nacional y habida cuenta de los convenios internacionales pertinentes. Reafirmamos la necesidad de reducir los desequilibrios internacionales que afectan a los medios de comunicación, en particular en lo que respecta a la infraestructura, los recursos técnicos y el desarrollo de capacidades humanas.

10) Dimensiones éticas de la Sociedad de la Información

56 La Sociedad de la Información debe respetar la paz y regirse por los valores fundamentales de libertad, igualdad, solidaridad, tolerancia, responsabilidad compartida y respeto a la naturaleza.

57 Reconocemos la importancia de la ética para la Sociedad de la Información, que debe fomentar la justicia, así como la dignidad y el valor de la persona humana. Se debe acordar la protección más amplia posible a la familia y permitir que ésta desempeñe su papel cardinal en la sociedad.

58 El uso de las TIC y la creación de contenidos debería respetar los derechos humanos y las libertades fundamentales de otros, lo que incluye la privacidad personal y el derecho a la libertad de opinión, conciencia y religión de conformidad con los instrumentos internacionales relevantes.

59 Todos los actores de la Sociedad de la Información deben adoptar las acciones y medidas preventivas apropiadas, con arreglo al derecho, para impedir la utilización abusiva de las TIC, tales como actos ilícitos o de otro tipo motivados por el racismo, la discriminación racial, la xenofobia, y las formas conexas de intolerancia, el odio, la violencia, todo tipo de maltrato de niños, incluidas la pedofilia y la pornografía infantil, así como la trata y la explotación de seres humanos.

11) Cooperación internacional y regional

60 Nuestro objetivo es aprovechar plenamente las oportunidades que ofrecen las TIC en nuestros esfuerzos por alcanzar los objetivos de desarrollo convenidos internacionalmente, incluidos los que figuran en la Declaración del Milenio, y sostener los principios fundamentales que establece la presente Declaración. La Sociedad de la Información es por naturaleza intrínsecamente global y los esfuerzos nacionales deben ser respaldados por una cooperación eficaz, a nivel internacional y regional entre los gobiernos, el sector privado, la sociedad civil y las demás partes interesadas, entre ellas, las instituciones financieras internacionales.

61 A fin de construir una Sociedad de la Información global integradora, buscaremos e instrumentaremos de manera eficaz los enfoques y mecanismos internacionales concretos, lo que abarca la asistencia financiera y técnica. Por tanto, al mismo tiempo que apreciamos la cooperación actual en materia de TIC a través de diversos mecanismos, invitamos a todas las partes interesadas a manifestar su adhesión a la "Agenda de la Solidaridad Digital" establecida en el Plan de Acción. Estamos persuadidos de que el objetivo convenido a nivel mundial es el de contribuir a colmar la brecha digital, promover el acceso a las TIC, crear oportunidades digitales y aprovechar los posibles beneficios que las TIC ofrecen para el desarrollo. Reconocemos la voluntad expresada por algunos, de crear un "Fondo de la Solidaridad Digital" internacional de carácter voluntario, y por otros, de emprender estudios relativos a los mecanismos existentes y a la eficacia y viabilidad de dicho Fondo.

62 La integración regional contribuye al desarrollo de la Sociedad de la Información global y hace indispensable la cooperación intensa entre las regiones y dentro de ellas. El diálogo regional debe contribuir a la creación de capacidades a nivel nacional y a la armonización de las estrategias nacionales, de manera compatible con los objetivos de la presente Declaración de Principios, respetando las particularidades nacionales y regionales. En ese sentido, acogemos con beneplácito las medidas relacionadas con las TIC que forman parte de esas iniciativas, y alentamos a la comunidad internacional a apoyarlas.

63 Estamos resueltos a asistir a los países en desarrollo, a los PMA y a los países con economías en transición, mediante la movilización de todas las fuentes de financiamiento, la prestación de asistencia financiera y técnica y la creación de un entorno propicio para la transferencia de tecnología, en consonancia con los propósitos de la presente Declaración y el Plan de Acción.

64 Las competencias básicas de la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT) en el campo de las TIC, a saber, la asistencia para colmar la brecha digital, la cooperación regional e internacional, la gestión del espectro radioeléctrico, la elaboración de normas y la difusión de información, revisten crucial importancia en la construcción de la Sociedad de la Información.

C *Hacia una Sociedad de la Información para todos, basada en el intercambio de conocimientos*

65 **Nos comprometemos** a colaborar más intensamente para definir respuestas comunes a los problemas que se planteen y a la aplicación del Plan de Acción, que materializará la visión de una Sociedad de la Información integradora, sobre la base de los principios fundamentales recogidos en la presente Declaración.

66 **Nos comprometemos asimismo** a evaluar y a seguir de cerca los progresos hacia la reducción de la brecha digital, teniendo en cuenta los diferentes niveles de desarrollo, con miras a lograr los objetivos de desarrollo internacionalmente acordados, incluidos los que figuran en la Declaración del Milenio, y a evaluar la eficacia de la inversión y los esfuerzos de cooperación internacional encaminados a la construcción de la Sociedad de la Información.

67 **Tenemos la firme convicción** de que estamos entrando colectivamente en una nueva era que ofrece enormes posibilidades, la era de la Sociedad de la Información y de una mayor comunicación humana. En esta sociedad incipiente es posible generar, intercambiar, compartir y comunicar información y conocimiento entre todas las redes del mundo. Si tomamos las medidas necesarias, pronto todos los individuos podrán juntos construir una nueva Sociedad de la Información basada en el intercambio de conocimientos y asentada en la solidaridad mundial y un mejor entendimiento mutuo entre los pueblos y las naciones. Confiamos en que estas medidas abran la vía hacia el futuro desarrollo de una verdadera sociedad del conocimiento.

2003: II Fórum Mundial de Educação – Declaración de Porto Alegre

Contexto: Carta redigida e publicada no contexto do II Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2003. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=896

Declaração:

Preâmbulo

La segunda edición del Foro Mundial de Educación, realizada en Porto Alegre (RS), Brasil, a vísperas del Foro Social Mundial, reuniendo un número de educadoras, educadores y estudiantes superior a los 15 mil personas, representando más de 100 países, de todos los continentes, comprueba la expansión la vitalidad del movimiento social que defiende la educación pública, laica y gratuita de calidad para todas las mujeres y hombres del Planeta.

Un año después de la realización del primer Foro Mundial de Educación, en este segundo momento de organización colectiva de nuestra reflexión sobre los límites y las potencialidades, sobre los retrocesos y los avances, sobre las dificultades y las victorias de una educación libertadora y de inclusión, capaz de promover la ciudadanía activa, intermulticultural y planetaria, retomamos el análisis crítico del contexto dominado por la hegemonía del proyecto neoconservador y neoliberal y rectificamos nuestros compromisos con los principios, directrices y propuestas de la **Carta de Porto Alegre por la Educación Pública para Todos**, proclamada en la primera edición del Foro Mundial de Educación y ahora incorporada a esta **Declaración**.

Reafirmamos nuestro repudio a la mercantilización de la educación implementada por los organismos internacionales y por los acuerdos de libre comercio y a toda y cualquier forma de discriminación, a toda y cualquier acción unilateral de fuerza que, en este contexto internacional de cultura de la guerra y de la violencia, rectificando, por lo tanto, nuestro compromiso incondicional con la cultura de la paz y de la solidaridad, que es el ambiente adecuado a la construcción de la libertad, de la igualdad, del respeto a las diferencias.

Entendemos que los principios, las directrices y los rumbos apuntados en aquél documento continúan siendo referencias obligatorias para quien quiere que este comprometido con la lucha por la universalización de la educación pública, laica, gratuita, de calidad y socialmente referenciada. Entendemos, también, que precisamos avanzar en nuestros propósitos, dando consecuencia práctica a los compromisos adquiridos.

Como nuestras proclamaciones anteriores han sido construidas a partir de elaboraciones colectivas, el principio de la socialización del proceso de tomar decisiones, cada vez más ampliado, debe continuar siendo un parámetro obligatorio para la formulación e implementación de políticas, planos, programas y proyectos educativos, que proponemos como estrategia de avance en esta caminata inclusiva de todos los hombres y mujeres de la Tierra. Por lo tanto, el **Plano de Acción**, que vemos como necesario en el horizonte, no puede nacer de un pequeño grupo de científicos y pedagogos, ni, mucho menos, de una minoría de los que retienen el poder, más del conjunto de los diversos segmentos sociales movilizadas y organizados.

DECLARACIÓN

Además de los principios y directrices ya asumidos en la Carta de Porto Alegre por la Educación Pública para Todos, proclamamos los siguientes compromisos:

I – Establecer, como utopía pedagógica, la **Escuela Ciudadana**, deber del Estado, sobre control social, construida por todos y todas, constituyéndose de un currículo intermulticultural – por lo tanto, no indiferente a las diferencias – potencializadoras de vivencias democráticas, con procesos de evaluación emancipadora y productora de conocimientos que preparen todos los seres humanos para el protagonismo activo, en los contextos específicos de sus respectivos procesos de civilización. Forman parte de esta utopía el desarrollo y el apoyo a todas las formas de movimientos por la **Educación Popular** – propulsora del proceso de transformación política, económica y cultural de la sociedad.

II – Garantizar la oferta de Educación Infantil a los niños de cero a seis años, para permitir su pleno desarrollo.

III – Universalizar la educación básica para todos los habitantes de la Tierra en edad escolar, para los que a ella no tuvieron acceso en la edad propia y para los que de ella fueron expulsados, asegurando su formación para el ejercicio de la ciudadanía plena.

IV – Asegurar la educación secundaria para todos los concluyentes de la educación primaria, como parte constitutiva de la formación básica a la que todos los ciudadanos y ciudadanas tienen derecho.

V – Fundamentar y estructurar la educación tecnológica en una formación general de calidad, capaz de propiciar la participación de todos y todas en el mundo del trabajo, en una perspectiva emancipadora.

VI – Garantizar el derecho, el acceso y la calidad social de la educación superior, en sus dimensiones de enseñanza, pesquisa y extensión, a todos y todas que la demanden.

VII – Condenar la apropiación privada del conocimiento científico y tecnológico como mera acumulación económica que se basa en la explotación humana, ya que sus autores lo generan gracias a la conjugación de esfuerzos colectivos, constituyendo patrimonio de la humanidad.

VIII – Ofrecer educación especial, de modo de garantizar, a los portadores de necesidades especiales y en situación de riesgo, la prioridad de atención.

IX – Garantizar, con prioridad, a los oprimidos, silenciados, explotados y marginados del mundo, el uso de la riqueza socialmente producida, de forma que compense la deuda que les fue impuesta a la rebelión de sus aspiraciones, proyecciones, ideas y derechos.

X – Garantizar los derechos de los trabajadores y sindicatos de los trabajadores y trabajadoras en educación y el ejercicio de la libertad de expresión en todos los niveles y modalidades de enseñanza.

XI – Fortalecer la lucha para transformar las comunidades rurales y urbanas en espacios pedagógicos y construir la **Ciudad Educadora**, reestructurando y movilizandolos todos sus recursos, en todos sus sectores e instancias.

Así, orientadas y orientados por esas referencias epistemológicas, políticas y éticas, declaramos nuestro compromiso con el esfuerzo de movilización y organización de todos los segmentos de las sociedades a la que pertenecemos, en el sentido de elaborar una **Plataforma Mundial de Educación**, que contenga principios y directrices, metas y objetivos, estrategias de implementación y de potenciación de recursos, cronograma y evaluación periódica, de modo que permita políticas, planos, programas y proyectos educativos, en todos los niveles de enseñanza, para todos los pueblos de la Tierra.

La Plataforma deberá favorecer la movilización, la participación social y la construcción democrática de propuestas elaboradas por las diversas formas de organización de la sociedad. Su consolidación de de en escalones sucesivos y ampliados, del nivel local hasta el nacional, siendo aprobada por las instancias de representación envueltas en el proceso, garantizando la descentralización y universalización de las decisiones.

La Plataforma Mundial de Educación será formulada y propuesta en Foros constituidos en cada uno de los países que participen de dos ediciones del Foro Mundial de Educación, así como en otros que vengan a adherirse a este movimiento. Su consolidación será iniciada en el III Foro Mundial de Educación y su finalidad es construir la educación para que un otro mundo sea posible.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2003.

2004: Declaração sobre o Acesso a Resultados de Pesquisa originados de Fundos Públicos (Declaration on Access to Research Data From Public Funding)

Contexto: “Ministros da Ciência e Tecnologia apelaram à OCDE em 2004 para desenvolver um conjunto de orientações baseadas em princípios comuns para facilitar a relação custo-benefício do acesso digital a resultados de pesquisa originados de fundos públicos. Os Princípios e Diretrizes para o o Acesso a Resultados de Pesquisa originados de Fundos Públicos são o resultado deste pedido. Eles são destinados a ajudar todos os atores envolvidos na tentativa de qualificar o compartilhamento internacional de e o acesso a resultados de pesquisa” (tradução nossa). **Endereço:** <http://www.oecd.org/dataoecd/9/61/38500813.pdf> | <http://is.gd/eF1Jlx>

Declaração:

OECD Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

The OECD is a unique forum where the governments of 30 democracies work together to address the economic, social and environmental challenges of globalisation. The OECD is also at the forefront of efforts to understand and to help governments respond to new developments and concerns, such as corporate governance, the information economy and the challenges of an ageing population. The Organisation provides a setting where governments can compare policy experiences, seek answers to common problems, identify good practice and work to co-ordinate domestic and international policies.

The OECD member countries are: Australia, Austria, Belgium, Canada, the Czech Republic, Denmark, Finland, France, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Japan, Korea, Luxembourg, Mexico, the Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal, the Slovak Republic, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, the United Kingdom and the United States. The Commission of the European Communities takes part in the work of the OECD.

OECD Publishing disseminates widely the results of the Organisation’s statistics gathering and research on economic, social and environmental issues, as well as the conventions, guidelines and standards agreed by its members.

This work is published on the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of the Organisation or of the governments of its member countries.

Foreword

Innovative scientific research has a crucial role in addressing global challenges — ranging from health care and climate change to renewable energy and natural resources management. The speed and depth of this research depends on fostering collaborative exchanges between different communities and assuring its widest dissemination. The exchange of ideas, knowledge and data

emerging is fundamental for human progress and is part of the core of OECD values. Thus, I am very pleased that the OECD has taken the lead in developing principles and standards to facilitate access to research data generated with public funding.

The rapid development in computing technology and the Internet have opened up new applications for the basic sources of research — the base material of research data — which has given a major impetus to scientific work in recent years. Databases are rapidly becoming an essential part of the infrastructure of the global science system. The international Human Genome Project is but one good example of a large-scale endeavour in which openly accessible information is being used successfully by many different users, all over the world, for a great variety of purposes.

Besides, access to research data increases the returns from public investment in this area; reinforces open scientific inquiry; encourages diversity of studies and opinion; promotes new areas of work and enables the exploration of topics not envisioned by the initial investigators.

Science and Technology Ministers called on the OECD in 2004 to develop a set of guidelines based on commonly agreed principles to facilitate cost-effective access to digital research data from public funding. The attached Principles and Guidelines are the outcome of this request. They are intended to assist all actors involved when trying to improve the international sharing of, and access to, research data. Now that we have developed this useful instrument, I call upon political and scientific leaders to adopt it thoroughly. Its use will undoubtedly facilitate the scientific endeavour and therefore contribute to the betterment of society.

Angel Gurría OECD Secretary-General

Background

In January 2004, Ministers of science and technology of OECD countries met in Paris and discussed the need for international guidelines on access to research data. At that meeting, the governments of the 30 OECD countries and of China, Israel, Russia and South Africa adopted a Declaration on Access to Research Data from Public Funding. In this declaration, they recognised the importance of access to research data and invited the OECD “to develop a set of OECD guidelines based on commonly agreed principles to facilitate optimal cost-effective access to digital research data from public funding to be endorsed by the OECD Council at a later stage”.

This request was taken up by OECD’s Committee for Scientific and Technological Policy, which launched a project by asking a group of experts to develop a set of principles and guidelines. The experts drafted a first set of principles and guidelines and engaged in several rounds of consultation with research institutions and policy making bodies in the OECD member countries to achieve a consensus. A workshop involving key stakeholders was held in Paris in February 2006 which also contributed to this process. The work leading up to the final draft revealed that international frameworks to facilitate access were still lacking in the member countries, but also that improved access was generally seen as benefiting the advancement of research, boosting its quality and facilitate cross-disciplinary research co-operation. Stakeholders considered that international guidelines would be useful in giving guidance to institutions in need of policies and in enhancing international co-operation in research. The principles and guidelines that resulted from this extensive consultation process were approved by the OECD’s Committee for Scientific and Technological Policy in October 2006. The Principles and Guidelines were attached to an OECD Recommendation and endorsed by the OECD Council on 14 December 2006.

OECD Recommendations set out collective and precise standards or objectives which the member countries are expected to implement. A “Recommendation” is a legal instrument of the OECD that is not legally binding but through a long standing practice of the member countries, is considered to have a great moral force. Recommendations of the OECD are adopted when member governments are prepared to make a political commitment to implement the principles (and/or guidelines) set out therein. This type of instrument is often referred to as “soft law”.

Although some flexibility in the drafting of the standard is possible, the flexibility should not be so wide as to allow individual member countries to modify the standard or object, consequently defeating the idea that there is a commitment on their part. That said, OECD Recommendations often leave significant flexibility to member countries as regards the means through which they implement them to take into account differences in legal, cultural, economic and social contexts. Thus, in some countries, implementation could be achieved through regulatory measures while other will choose, for example to resort to concerted action with national stakeholders.

Recommendations are considered to be vehicles for change, and OECD member countries need not, on the day of adoption, already be in conformity. What is expected is that they will seriously work towards attaining the standard or objective within a reasonable time frame considering the extent of difficulty in closing the gap in each member country.

The OECD Recommendation states that member countries should take into consideration the Principles and Guidelines on Access to Research Data from Public Funding set out in the Annex to the Recommendation, as appropriate for each member country, to develop policies and good practices related to the accessibility, use and management of research data. It also instructs OECD’s Committee for Scientific and Technological Policy to review the implementation of this Recommendation as necessary; and to review the Principles and Guidelines on Access to Research Data from Public Funding when appropriate, to take into account advances in technology and research practices, with the intention of further fostering international co-operation.

The attached Principles and Guidelines are meant to apply to research data that are gathered using public funds for the purposes of

producing publicly accessible knowledge. The nature of “public funding” of research varies significantly from one country to the next, as do existing data access policies and practices at the national, disciplinary and institutional levels. These differences call for a flexible approach in developing data access arrangements. The balance between the costs of improved access to research data and the benefits that result from such access will need to be judged by individual national governments and their research communities.

Preface

Increasing the return on public investments in scientific research

The public science systems of OECD member countries are based on the principle of openness and the free exchange of ideas, information and knowledge. New information and communication technologies (ICTs), now in widespread use throughout all research disciplines, have greatly aided this system of free exchange and have opened up new avenues for collaboration and sharing. The progress of science, however, depends on more than just technologies. Research policies, practices, support systems and cultural values all affect the nature of new discoveries, the rate at which they are made, and the degree to which they are made accessible and used.

The power of computers and the Internet has created new fields of application for not only the results of research, but the sources of research: the base material of research data. Moreover, research data, in digital form, are increasingly being used in research endeavours beyond the original project for which they were gathered, in other research fields and in industry. Administrative data from the institutions of OECD member countries, such as employment information, are now used extensively in the social sciences, as well as in policy making. Data from public health organisations play a growing role in the advancement of life sciences. Similarly, geo-spatial data collected by many different government organisations are essential for environmental and other types of research. The list goes on.

Scientific databases are rapidly becoming a crucial part of the infra-structure of the global science system. The international Human Genome Project is but one good example of a large-scale research endeavour in which an openly accessible data repository is being used successfully by many different researchers, all over the world, for different purposes and in different contexts. Many other examples, involving research undertakings both large and small, are readily available.

Effective access to research data, in a responsible and efficient manner, is required to take full advantage of the new opportunities and benefits offered by ICTs. Accessibility to research data has become an important condition in:

- The good stewardship of the public investment in factual information;
- The creation of strong value chains of innovation;
- The enhancement of value from international co-operation.

More specifically, improved access to, and sharing of, data:

- Reinforces open scientific inquiry;
- Encourages diversity of analysis and opinion;
- Promotes new research;
- Makes possible the testing of new or alternative hypotheses and methods of analysis;
- Supports studies on data collection methods and measurement;
- Facilitates the education of new researchers;
- Enables the exploration of topics not envisioned by the initial investigators;
- Permits the creation of new data sets when data from multiple sources are combined.

Sharing and open access to publicly funded research data not only helps to maximise the research potential of new digital technologies and networks, but provides greater returns from the public investment in research.

Throughout OECD member countries, continuously growing quantities of data are collected by publicly funded researchers and research institutions. This rapidly expanding body of research data represents both a massive investment of public funds and a potential source of the knowledge needed to address the myriad challenges facing humanity.

To promote improved scientific and social return on the public investments in research data, OECD member countries have established a variety of laws, policies and practices concerning access to research data at the national level. In this context, international guidelines would be an important contribution to fostering the global exchange and use of research data.

These Principles and Guidelines are meant to apply to research data that are gathered using public funds for the purposes of producing publicly accessible knowledge. The nature of “public funding” of research varies significantly from one country to the next, as do existing data access policies and practices at the national, disciplinary and institutional levels. These differences call for a flexible approach to data access and recognition that one size does not fit all. Moreover, the balance between the costs of improved access to research data and the benefits that result from such access will need to be judged by individual national governments and their research communities.

Whatever differences there may be between practices of, and policies on, data sharing, and whatever legitimate restrictions may be put on data access, practically all research could benefit from more systematic sharing. As the authors of the US National Research Council study, *Bits of Power*, pointed out: The value of data lies in their use. Full and open access to scientific data should be adopted as the international norm for the exchange of scientific data derived from publicly funded research.

The specific aims and objectives of these Principles and Guidelines are to:

- Promote a culture of openness and sharing of research data among the public research communities within member countries and beyond;
- Stimulate the exchange of good practices in data access and sharing;
- Raise awareness about the potential costs and benefits of restrictions and limitations on access to and the sharing of research data from public funding;
- Highlight the need to consider data access and sharing regulations and practices in the formation of member countries' science policies and programmes;
- Provide a commonly agreed upon framework of operational principles for the establishment of research data access arrangements in member countries;
- Offer recommendations to member countries on how to improve the international research data sharing and distribution environment.

The Principles and Guidelines contained in this document should assist governments, research support and funding organisations, research institutions and researchers themselves in dealing with the barriers and challenges in improving the international sharing of, and access to, research data. These Principles and Guidelines should be considered in light of, and applied to, the following major issues inherent in providing data access:

- Technological issues: access to research data, and their optimum exploitation, requires appropriately designed technological infrastructure, broad international agreement on interoperability, and effective data quality controls.
- Institutional and managerial issues: while increased accessibility is important to all science communities, the diversity of the scientific enterprise suggests that a variety of institutional models and tailored data management approaches are most effective in meeting the needs of researchers.
- Financial and budgetary issues: scientific data infrastructure requires continued and dedicated budgetary planning and appropriate financial support. The use of research data will not be maximised if access, management, and preservation costs are an add-on or after-thought in research projects. It is important to note, however, that the cost of storing and managing data has decreased dramatically in recent years, and lack of knowledge about such changes can, in itself, be a barrier to advancement.
- Legal and policy issues: national laws and international agreements, particularly in areas such as intellectual property rights and the protection of privacy, directly affect data access and sharing practices, and must be fully taken into account in the design of data access arrangements.
- Cultural and behavioural issues: appropriate educational and reward structures are a necessary component for promoting data access and sharing practices. These considerations apply to those who fund, produce, manage, and use research data.

In working towards better access to research data in the context of these Principles and Guidelines, member countries will need to determine the appropriate balance between the costs of improved access to this data and the benefits that result from such access. The efforts to improve access, of course, need to be carried out within existing financial limitations.

PRINCIPLES AND GUIDELINES FOR ACCESS TO RESEARCH DATA FROM PUBLIC FUNDING

I. Objectives

These Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding (hereafter the “Principles and Guidelines”) provide broad policy recommendations to the governmental science policy and funding bodies of member countries on access to research data from public funding. They are intended to promote data access and sharing among researchers, research institutions, and national research agencies, while at the same time, recognising and taking into account, the various national laws, research policies and organisational structures of member countries.

The ultimate goal of these Principles and Guidelines is to improve the efficiency and effectiveness of the global science system. They are not intended to hinder its development with onerous obligations and regulations or impose new costs on national science systems.

II. Scope and definitions

These Principles and Guidelines are meant to apply to research data, whether already in existence or yet to be produced, that are supported by public funds for the purposes of developing publicly accessible scientific research and knowledge. The Principles and Guidelines are not intended to apply to research data gathered for the purpose of commercialisation of research outcomes, or to research data that are the property of a private sector entity. Access to such data is subject to a range of considerations that are beyond the scope of this document. Moreover, in some instances, access to or use of data may be restricted to safeguard the privacy of individuals, protect confidentiality, proprietary results or national security.

Research data

In the context of these Principles and Guidelines, “research data” are defined as factual records (numerical scores, textual records, images and sounds) used as primary sources for scientific research, and that are commonly accepted in the scientific community as necessary to validate research findings. A research data set constitutes a systematic, partial representation of the subject being investigated.

This term does not cover the following: laboratory notebooks, pre-liminary analyses, and drafts of scientific papers, plans for future research, peer reviews, or personal communications with colleagues or physical objects (e.g. laboratory samples, strains of bacteria and test animals such as mice). Access to all of these products or outcomes of research is governed by different considerations than those dealt with here.

These Principles and Guidelines are principally aimed at research data in digital, computer-readable format. It is indeed in this format that the greatest potential lies for improvements in the efficient distribution of data and their application to research because the marginal costs of transmitting data through the Internet are close to zero. These Principles and Guidelines could also apply to analogue research data in situations where the marginal costs of giving access to such data can be kept reasonably low.

Research data from public funding

Research data from public funding is defined as the research data obtained from research conducted by government agencies or departments, or conducted using public funds provided by any level of government. Given that the nature of “public funding” of research varies significantly from one country to the next, these Principles and Guidelines recognise that such differences call for a flexible approach to improved access to research data.

Access arrangements

Access arrangements are defined as the regulatory, policy and procedural framework established by research institutions, research funding agencies and other partners involved, to determine the conditions of access to and use of research data.

III. Principles

A. Openness

Openness means access on equal terms for the international research community at the lowest possible cost, preferably at no more than the marginal cost of dissemination. Open access to research data from public funding should be easy, timely, user-friendly and preferably Internet-based.

B. Flexibility

Flexibility requires taking into account the rapid and often unpredictable changes in information technologies, the characteristics of each research field and the diversity of research systems, legal systems and cultures of each member country. Specific national, social, economic and regulatory implications should be considered when organisations develop research data access arrangements, and when governments develop policies to promote data access and review the implementation of these Principles and Guidelines.

C. Transparency

Information on research data and data-producing organisations, documentation on the data and specifications of conditions attached to the use of these data should be internationally available in a transparent way, ideally through the Internet. Lack of visibility of existing research data resources and future data collection poses serious obstacles to access.

Factors to consider in ensuring transparency include:

- Information on data-producing organisations and their holdings, documentation on available data sets and conditions of use should be easy to find on the Internet.
- Research organisations and government research agencies should actively disseminate information on research data policies to individual researchers, academic associations, universities and other stakeholders in the publicly funded research process.
- Whenever relevant, all members of the various research communities should assist in establishing agreements on standards for cataloguing data. The application of existing standards should be considered, whenever appropriate, in order to avoid placing additional burdens on research resources and work loads of researchers and their institutions.
- Information on data management and access conditions should be communicated among data archives and data producing institutions, so that best practices can be shared.

D. Legal conformity

Data access arrangements should respect the legal rights and legitimate interests of all stakeholders in the public research enterprise.

Access to, and use of, certain research data will necessarily be limited by various types of legal requirements, which may include restrictions for reasons of:

- National security: data pertaining to intelligence, military activities, or political decision making may be classified and therefore subject to restricted access.
- Privacy and confidentiality: data on human subjects and other personal data are subject to restricted access under national laws and policies to protect confidentiality and privacy. However, anonymisation or confidentiality procedures that ensure a satisfactory level of confidentiality should be considered by custodians of such data to preserve as much data utility as possible for researchers.
- Trade secrets and intellectual property rights: data on, or from, businesses or other parties that contain confidential information may not be accessible for research.
- Protection of rare, threatened or endangered species: in certain instances there may be legitimate reasons to restrict access to data on the location of biological resources for the sake of conservation.
- Legal process: data under consideration in legal actions (sub judice) may not be accessible.

Subscribing to professional codes of conduct may facilitate meeting legal requirements.

E. Protection of intellectual property

Data access arrangements should consider the applicability of copyright or of other intellectual property laws that may be relevant to publicly funded research databases. Factors to consider include:

- As public/private partnerships in the funding of research and related data production are increasing, balanced public/private arrangements should facilitate broad access to research data where appropriate. The fact that there is private sector involvement in the data collection should not, in itself, be used as a reason to restrict access to the data. Consideration should be given to measures that promote non-commercial access and use while protecting commercial interests, such as delayed or partial release of such data, or the voluntary adoption of licensing mechanisms. Such measures can allow the primary participants to fully exploit the research data without unnecessarily shutting off access.
- In those jurisdictions in which government research data and information are protected by intellectual property rights, the holders of these rights should nevertheless facilitate access to such data particularly for public research or other public-interest purposes.

F. Formal responsibility

Access arrangements should promote explicit, formal institutional practices, such as the development of rules and regulations, regarding the responsibilities of the various parties involved in data-related activities. These practices should pertain to authorship, producer credits, ownership, dissemination, usage restrictions, financial arrangements, ethical rules, licensing terms, liability, and sustainable archiving.

Access arrangements, whether at the governmental or institutional levels, should be developed in consultation with representatives of all directly affected parties. In collaborative research programmes or projects, and especially in international scientific co-operation or in research projects based on public/private partnerships where there are differences in regulatory frameworks, the parties involved should negotiate research data sharing arrangements as early as possible in the life of the research project, ideally at the initial proposal stage. This will help ensure that adequate and timely consideration will be given to issues such as the allocation of resources for sharing and sustainable preservation of research data, differences in national intellectual property laws, limitations due to national security, and the protection of privacy and confidentiality.

Access arrangements also should be responsive to factors such as the characteristics of the data, their potential value for research purposes, the level of data processing (raw versus partially processed versus final), whether they are homogeneous data from a facility instrument or sensor versus heterogeneous field data collected by single researchers, data on human subjects or physical parameters, and whether the data are generated directly by a government entity or as a result of government funding. These variations in the origin or type of data should be taken into consideration when establishing data access arrangements.

Further, consideration should be given to the following:

- Many of the problems related to access, dissemination and sharing of data result from the lack of explicit institutional agreements on the terms of access and use. With data management becoming ever more complex in certain areas of research, traditional informal

arrangements between researchers may no longer be adequate and may need to be complemented by formally agreed practices and procedures.

- Responsibility for the various aspects of data access and management should be established in relevant documents, such as descriptions of the formal tasks of institutions, grant applications, research contracts, publication agreements, and licenses.
- Long-term sustainability of the infrastructure required for data access is particularly important. Research institutions and government organisations should take formal responsibility for ensuring that research data are effectively preserved, managed and made accessible in order that they can be put to efficient and appropriate use over the long term.

G. Professionalism

Institutional arrangements for the management of research data should be based on the relevant professional standards and values embodied in the codes of conduct of the scientific communities involved.

Factors to consider include:

- The use of codes of conduct for professional scientists and their communities could help simplify and reduce the regulatory burden placed on access.
- Mutual trust between researchers, and trust between researchers, their institutions and other organisations plays an important role in the establishment and maintenance of such codes of conduct.
- In current research practice, the initial data-producing researcher or institution is sometimes rewarded with temporary exclusive use of the data. The rules for such incentive arrangements should be developed and explicitly stated by the funding sources in co-operation with the affected research communities.

In certain areas of science, a lack of planning for and execution of the proper documentation and archiving of data sets is one of the key impediments to realising maximum value from the investment in research data. Project and program planning activities, at all levels, should expressly acknowledge data issues at the earliest stages to take into consideration funding and technical assistance for the essential organisation and curation of those data sets. Attention should be paid to incentives and the development of professional expertise in all areas of research data management.

H. Interoperability

Technological and semantic interoperability is a key consideration in enabling and promoting international and interdisciplinary access to and use of research data. Access arrangements, should pay due attention to the relevant international data documentation standards. member countries and research institutions should co-operate with international organisations charged with developing new standards.

Although science is becoming a highly globalised endeavour, incompatibility of technical and procedural standards can be the most serious barrier to multiple uses of data sets.

Factors that should be considered include:

- The standards employed should be explicitly mentioned as this is the first requirement for interoperability.
- Adoption of the practices of disciplines most advanced in this respect should be promoted, in particular by the international professional organisations dealing with science and the collection and preservation of data for research and technological purposes.
- The work of organisations engaged in setting more general information and communication technology standards should also be considered.

I. Quality

The value and utility of research data depends, to a large extent, on the quality of the data itself. Data managers, and data collection organisations, should pay particular attention to ensuring compliance with explicit quality standards. Where such standards do not yet exist, institutions and research associations should engage with their research community on their development. Although all areas of research can benefit from improved data quality, some require much more stringent standards than others. For this reason alone, universal data quality standards are not practical. Standards should be developed in consultation with researchers to ensure that the level of quality and precision meets the needs of the various disciplines.

More specifically,

- Data access arrangements should describe good practices for methods, techniques and instruments employed in the collection, dissemination and accessible archiving of data to enable quality control by peer review and other means of safeguarding quality and authenticity.
- The origin of sources should be documented and specified in a verifiable way. Such documentation should be readily available to all who intend to use the data and incorporated into the metadata accompanying the data sets. Developing such metadata is important for enabling scientists to understand the exact implications of the data sets.
- Whenever possible, access to data sets should be linked with access to the original research materials, and copied data sets should be linked with originals, as this facilitates validation of the data and identification of errors within data sets.
- Research institutions and professional associations should develop appropriate practices with respect to the citations of data and the recording of citations in indexes, as these are important indicators of data quality.

J. Security

Specific attention should be devoted to supporting the use of techniques and instruments to guarantee the integrity and security of research data. With regard to guaranteeing the integrity of a data set, every effort should be made to ensure the completeness of data and absence of errors. With regard to security, the data, along with relevant meta-data and descriptions, should be protected against intentional or unintentional loss, destruction, modification and unauthorised access in conformity with explicit security protocols. Data sets and the equipment on which they are stored should be protected as well from environmental hazards such as heat, dust, electrical surges, magnetism, and electrostatic discharges.

K. Efficiency

One of the central goals of promoting data access and sharing is to improve the overall efficiency of publicly funded scientific research to avoid the expensive and unnecessary duplication of data collection efforts.

Consideration should be given to the following:

- Data access arrangements should promote further cost effectiveness within the global science system by describing good practices in data management and specialised support services.
- While publicly funded research data are subject to the default rule of openness under Principle A, this does not mean that all such data should be preserved permanently. The data archiving community should carry out cost-benefit assessments periodically and constantly develop and refine retention protocols to ensure that those data sets with the greatest potential utility are preserved and made accessible. Use of accepted retention protocols and thorough documentation of data should help to reduce unnecessary duplication of effort as well as to establish the necessary selectivity in preservation.
- Specialised support services, for example through collaboration with non-academic specialists on specific research projects or the engagement of data management specialist organisations, should be considered as a means to ensure the cost-effective production, use, management and archiving of research data.
- Insufficient incentives for researchers or database producers may lessen their efforts on data-related activities. The development of new reward structures and the adaptation of existing ones, including recognition of data management activities in tenure and promotion review, should be considered as a way to address this problem.

L. Accountability

The performance of data access arrangements should be subject to periodic evaluation by user groups, responsible institutions and research funding agencies. Although each party is likely to use somewhat different evaluation criteria, the sum total of the results should provide a comprehensive picture of the value of data and of data access regimes. Such evaluations should help to increase the support for open access among the scientific community and society at large.

The following should be considered in establishing evaluation criteria:

- Overall public investments in the production and management of research data.
- Management performance of data collection and archival agencies.
- Extent of re-use of existing data sets.
- Knowledge generated from the re-use of existing data.
- The use of targeted foresight exercises to determine the nature and scope of data preservation activities and the types of data most likely to be needed in the future.

Even if gaining clear insight into the cost, benefit and performance of data access arrangements will not be an easy task, those in charge of data access arrangements should put effort into showing the benefits of open data access to justify and help ensure sustained support from all levels of government.

M. Sustainability

Due consideration should be given to the sustainability of access to publicly funded research data as a key element of the research infrastructure. This means taking administrative responsibility for the measures to guarantee permanent access to data that have been determined to require long-term retention. This can be a difficult task, given that most research projects, and the public funding provided, have a limited duration, whereas ensuring access to the data produced is a long-term undertaking. Research funding agencies and research institutions, therefore, should consider the long-term preservation of data at the outset of each new project, and in particular, determine the most appropriate archival facilities for the data.

2004: Declaración de Buenos Aires: sobre información, documentación y bibliotecas

Contexto: redigida no contexto do I Forum Social de Informação, Documentação y Bibliotecas em 28 de agosto de 2004.

Endereço: <http://www.acessoaberto.org/documentos.htm#buen>

Declaração:

Las y los asistentes al 1er Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas: programas de acción alternativa desde Latinoamérica para la sociedad del conocimiento, celebrado en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires del 26 al 28 de agosto de 2004, convocado por el Grupo de Estudios Sociales en Bibliotecología y Documentación (Argentina) y el Círculo de Estudios sobre Bibliotecología Política y Social (México),

Reconocemos que:

La información, el conocimiento, la documentación, los archivos y las bibliotecas son bienes y recursos culturales procomunales para fundamentar y promover los valores de la democracia, tales como: la libertad, la igualdad y la justicia social, así como la tolerancia, el respeto, la equidad, la solidaridad, la dignidad de los individuos, las comunidades y la sociedad.

Todo recinto de información documental contribuye a impulsar la práctica democrática en las esferas social y política. Conscientes de esta dimensión, la fundación y organización de estos bienes y recursos deben construirse bajo el principio del acceso al conocimiento y la información de forma libre, abierta, igualitaria y gratuita para tod@s.

Asimismo, se presentan como elementos sociales y políticos que las y los bibliotecarios, documentalistas y archivistas deben aprovechar para contribuir a la formación de identidades culturales y ciudadanas sustentadas en valores cívicos y responsabilidades sociales.

Consideramos que:

Las y los bibliotecarios, documentalistas y archivistas deben participar en los procesos sociales y políticos que se relacionan con su quehacer cultural, ámbito laboral y ejercicio profesional.

Estos trabajadores de la cultura son facilitadores del cambio social, formadores de opinión, promotores de la democratización de la información y el conocimiento, gestores educativos y actores comprometidos con los procesos sociales y políticos, por lo tanto, el trabajo que desempeñan es de fundamental relevancia para la sociedad y el Estado, por lo que debe otorgárseles pleno reconocimiento social, así como un salario digno y justo regulado por la legislación de cada país.

La cooperación y solidaridad profesionales así como la integración en redes, son mecanismos valiosos para fomentar el intercambio de experiencias exitosas y potenciar el alcance de los objetivos y retos en nuestro quehacer cotidiano.

Las bibliotecas, los archivos y centros de documentación deben ser espacios para contribuir al desarrollo de los derechos humanos y coadyuvar con la preservación de la memoria y recuperación de las tradiciones orales y escritas para asegurar la autodeterminación y soberanía de los pueblos.

Los servicios bibliotecarios y de información, vinculados al libre desarrollo de colecciones, deben planificarse, construirse y ofrecerse mediante la colaboración conjunta entre las personas, comunidades y organizaciones -principalmente las menos favorecidas social y políticamente- con las y los bibliotecarios, documentalistas y archivistas.

Tanto la teoría como la práctica de la bibliotecología, la documentación y la archivonomía están determinadas por las necesidades que se generan en la estructura social; por ende, la creación y el ejercicio de estas disciplinas y profesiones deben cumplir la misión de fomentar la opinión pública, el juicio crítico, la libre toma de decisiones y contribuir activamente en el combate contra el analfabetismo en todas sus variantes entre la comunidad de sus usuarios con el fin de mejorar la vida y el entorno colectivo o personal de los mismos.

Las y los bibliotecarios, documentalistas y archivistas deben construir espacios de intercambio público de información al interior de sus comunidades, para incentivar la discusión sobre temas políticos, sociales, ideológicos y culturales inherentes a los problemas de la

sociedad y el gobierno, estimando el ejercicio neutral o no neutral de su pensamiento individual, acción laboral y participación ciudadana.

La información, el conocimiento, la documentación y las bibliotecas son un bien común público que no deben estar regidos ni determinados por las dinámicas de los mercados, sino instrumentados por las políticas públicas de desarrollo, bienestar y defensa de la riqueza cultural de la sociedad, en aras de garantizar el dominio público, la diversidad, la pluralidad y la identidad de todos los sectores de la población.

La construcción de discursos, desde la realidad de América Latina y el Caribe, implica el uso de las lenguas nacionales como un medio de comunicación, reconocimiento y posicionamiento en el ámbito profesional mundial. Asimismo, conscientes que las lenguas indígenas son una realidad social y política en varias naciones latinoamericanas y del Caribe, es necesario reconocerlas como generadoras de discursos, orales y escritos, para la información, la documentación, las bibliotecas y los archivos, a grado tal que se contribuya a evitar la extinción de esas lenguas.

La paz es garante y condición necesaria para la preservación y el crecimiento de los repositorios de información y conocimiento. Acorde con esta idea, condenamos firmemente las guerras y toda forma de violencia que devaste la especie humana y sus culturas documentales. La promoción permanente de la paz y los procesos que conducen a ella son y deben ser un compromiso social de los bibliotecarios, documentalistas y archivistas en sus espacios de trabajo y en las esferas culturales, sociales y políticas que les atañen en su condición de ciudadanos.

Es necesario eliminar toda forma de discriminación: por sexo, edad, raza, etnia, ideología, condición económica, clase social, discapacidades, migración, orientación sexual, religión, lengua o cualquier otra en los sistemas de información, documentales y bibliotecarios para ofrecer servicios a los grupos minoritarios y socialmente vulnerables.

El grave deterioro ecológico de nuestro planeta afecta la vida en general y, en consecuencia, el bienestar y la calidad de vida de la especie humana. De tal manera, comprendemos que es fundamental que los profesionales de las bibliotecas y de la información vinculen los problemas del medio ambiente con la importancia que tiene el desarrollo, la organización, la circulación y la difusión de información de corte ambiental.

Declaramos como esencial el cumplimiento de los derechos que apelan a las libertades de acceso a la información, así como la justa distribución de los bienes y recursos documentales públicos.

Invitamos a tod@s a la suma de esfuerzos y voluntades para la consecución de los enunciados y propósitos de esta Declaración.

Desde América Latina y el Caribe para la sociedad del conocimiento.

Buenos Aires, 28 de agosto de 2004

2005: Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento

Contexto: redigida no contexto do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas, realizado em Salvador – Bahia, de 20 a 23 de setembro de 2005. **Endereço:** <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>

Declaração:

O Acesso Aberto significa acesso e uso irrestrito da informação científica. Tem recebido apoio crescente em âmbito mundial e é considerado com entusiasmo e grande expectativa nos países em desenvolvimento.

O Acesso Aberto promove a equidade. Nos países em desenvolvimento, o Acesso Aberto aumentará a capacidade dos cientistas e acadêmicos de acessar e contribuir para a ciência mundial.

Historicamente, a circulação da informação científica nos países em desenvolvimento tem sido limitada por inúmeras barreiras incluindo modelos econômicos, infra-estrutura, políticas, idioma e cultura.

Consequentemente, NÓS, os participantes do International Seminar on Open Access - evento paralelo do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, concordamos que:

1. A pesquisa científica e tecnológica é essencial para o desenvolvimento social e econômico.
2. A comunicação científica é parte crucial e inerente das atividades de pesquisa e desenvolvimento. A ciência se desenvolve de forma mais eficaz quando há acesso irrestrito à informação científica.
3. Em uma perspectiva mais ampla, o Acesso Aberto favorece a educação e o uso da informação científica pelo público.
4. Em um mundo crescentemente globalizado, no qual a ciência proclama ser universal, a exclusão do acesso à informação é inaceitável. É importante que o acesso seja considerado um direito universal, independente de qualquer região geográfica.
5. O Acesso Aberto deve facilitar a participação ativa dos países em desenvolvimento no intercâmbio mundial de informação científica, incluindo o acesso gratuito ao patrimônio do conhecimento científico, a participação efetiva no processo de geração e disseminação do conhecimento, e a ampliação da cobertura de temas de relevância para os países em desenvolvimento.

6. Os países em desenvolvimento são pioneiros em iniciativas de Acesso Aberto e, portanto, desempenham função essencial na configuração do cenário de Acesso Aberto em âmbito mundial.

Portanto,

Instamos que os governos dêem alta prioridade ao Acesso Aberto nas políticas científicas incluindo:

- * a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto;
- * a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa;
- * o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes;
- * a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento.

Conclamamos a todos os parceiros da comunidade internacional para conjuntamente assegurar que a informação científica seja de livre acesso e disponível para todos e para sempre.

Salvador, Bahia - Brasil - 23 Setembro 2005

2005: Declaração de Salvador - Compromisso com a Equidade

Contexto: redigida no contexto do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas, realizado em Salvador – Bahia, de 20 a 23 de setembro de 2005. **Endereço:** <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=427>

Declaração:

NÓS, participantes do Nono Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e do Sétimo Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (ICML9/CRICS7), reunidos em Salvador, Bahia, Brasil, de 19 a 23 de Setembro de 2005,

Considerando,

Que a equidade no acesso e apropriação da informação e conhecimento é condição essencial para melhorar a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e comunidades,

Que na ausência de políticas públicas especificamente dedicadas a combatê-las, as inequidades de acesso à informação e ao conhecimento tendem a perpetuar-se, ampliar-se e gerar outras inequidades prejudiciais à saúde e ao bem-estar das sociedades,

Que a informação e o conhecimento são bens públicos globais cuja produção e circulação universal e equitativa para superar as inequidades regionais obrigam ao aperfeiçoamento e estabelecimento de novas normas e arranjos institucionais por parte da comunidade internacional, em particular das agências das Nações Unidas,

Que as instituições e serviços de saúde são patrimônio social e cultural dos povos a cujas necessidades devem atender com a mais alta qualidade técnica e humana,

Instamos

Os governos

A que definam políticas, normas e programas dedicados a:

- promover o acesso irrestrito e equitativo às fontes nacionais e internacionais de informação e conhecimento, fortalecendo a infra-estrutura necessária através de movimentos como os de acesso aberto ("open access");
- estabelecer soluções que atendam às necessidades de acesso amplo e equitativo aos bens e serviços de informação, e os direitos de propriedade intelectual;
- fortalecer os sistemas e serviços de saúde para que possam acessar o conhecimento e aplicá-lo de maneira eficiente, efetiva e socialmente justa.

Os Organismos Internacionais

A que definam seus programas de cooperação técnica com vistas a promover um compromisso global com a equidade de acesso à informação e ao conhecimento, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apoiando os governos nacionais em seus esforços para que esse compromisso se transforme em realidade;

Nos comprometemos

A perseverar no empenho de construir e manter espaços e oportunidades para o fortalecimento e estabelecimento de redes colaborativas internacionais, como a Biblioteca Virtual de Saúde, iniciativas similares de outras regiões e a Biblioteca Global de

Saúde, com vistas a promover o diálogo de saberes e a produção, fluxo e intercâmbio de informação e conhecimento para o desenvolvimento social.

Salvador, Bahia, Brasil, 23 Setembro 2005

2005: Declaração de Thiruvananthapuram (Thiruvananthapuram Declaration)

Contexto: Declaração elaborada no texto da conferência *The Free Software, Free Society (FSFS)* organizada pelo Governo e organizações da sociedade civil do Brasil, Itália, Venezuela e Índia e realizada de 28 a 30 de maio de 2005 na cidade indiana de Thiruvananthapuram (Trivandrum), a capital do província de Kerala. **Endereço:** <http://www.space-kerala.org/node/21>

Declaração:

Thiruvananthapuram Declaration

The Free Software Free Society Conference held at Thiruvananthapuram during May 28-30 adopted the following declaration:

We are currently living in a world that is increasingly getting interconnected and the issues of our concern are becoming global. Along the way, new Information and Communication Technologies (ICTs) transformed the process of knowledge construction and dissemination in our society. This process is transforming other fields of human creativity as well — including music, painting or writing. Human history is calling us to take note of this change. Creative works today live in a digital world, travel at the speed of light, get transformed in seconds, become part of several other creations, and grow in a number of other ways.

As society transforms drastically, we — students, engineers, IT professionals, social activists, lawyers, elected public representatives, media persons, film-makers and concerned citizens — urge our world to take note of the immense potential opening up for humanity, and to ensure that technology is harnessed in the needs of the time to tackle the wider concerns of our planet.

Free Software has convincingly demonstrated to the world we know that knowledge building is enhanced by freedom, openness and social consciousness; and that such features are very effective in creating a fairer society and enhance the cause of the social good.

In the new networked and digitized society, the intangible (non-materialistic) aspects of reality are becoming more important in comparison with the material ones. Several years of material-centered development has not helped humanity to create a better world for all; or even for the majority on this planet.

To face the challenges of the day, we need a new model of development centered around non material aspects of life — including collaboration, sharing, and compassion. Such a society is evolving today on the foundations of freedom, collaboration and shared knowledge.

We call it the knowledge society (see <http://www.gnowledge.org>).

In our view, the knowledge society will and must prefer:

- * freedom over bondage;
- * sharing over monopoly;
- * public good over private profit;
- * participation over exclusion;
- * cooperation over competition;
- * diversity over uniformity.

We find that patent, copyright and other legal and institutional systems related to human knowledge are not suitable for the development of the knowledge society. These systems were created during the industrial revolution, and then continued in spite of major changes in how technology shapes our lives. These systems were not designed for, and therefore cannot cater to, the emerging knowledge society. For the development of human society, it is imperative that we promote the collaborative development and free sharing of knowledge.

Such principles are not only consistent with, but even mandated by, the spirit of human rights as defined by the present legal system.

We, the participants at the Free Software, Free Society conference in Thiruvananthapuram underline the following:

We call upon the social and political institutions to eliminate systems that hinder the development of the knowledge society.

We demand that every human being works for a more fair distribution of knowledge for all, and for a world based on knowledge sharing and collaboration.

Agreed upon in Thiruvananthapuram, South India, amongst the participants at the Free Software, Free Society Conference, by participants from the countries of: Bangladesh, Brazil, India, Italy, Norway and Venezuela.

2007: Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta: Abrindo a promessa de Recursos Educativos Abertos

Contexto: “A Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta resulta de uma pequena, mas animada reunião, ocorrida em Cape Town, em setembro de 2007. O objetivo deste encontro foi acelerar os esforços para promover os recursos abertos, tecnologia e práticas pedagógicas na educação. Convocada pelo Open Society Institute e a Fundação Shuttleworth, o encontro reuniu participantes com muitos pontos de vista advindos de muitas nações. Este grupo discutiu formas de ampliar e aprofundar os seus esforços em educação aberta, trabalhando em conjunto. O primeiro resultado concreto deste encontro é a Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta. Ela é ao mesmo tempo uma declaração de princípio, de estratégia e de compromisso. Ela foi criada para estimular o diálogo, inspirar a ação e para ajudar o movimento de educação aberta a crescer. Educação aberta é uma ideia viva. Enquanto o movimento cresce, essa ideia vai continuar a evoluir. Haverá outras iniciativas visões e declarações, além da Cidade do Cabo. Este é exatamente o ponto. Os signatários da Cidade do Cabo tem o compromisso de desenvolver novas estratégias, especialmente em torno de tecnologia aberta e práticas de ensino. A Declaração já foi assinada por centenas de alunos, educadores, formadores, autores, escolas, faculdades, universidades, editoras, sindicatos, associações profissionais, políticos, governos, fundações e outras afins iniciativas de educação aberta em todo o mundo. Nós encorajamos você a se juntar a nós”. **Endereço:** <http://www.capetowndeclaration.org> <http://www.capetowndeclaration.org/translations/portuguese-translation>

Carta:

Estamos à beira de uma revolução global no ensino e na aprendizagem. Educadores em todo o mundo estão desenvolvendo um vasto conjunto de recursos educacionais na Internet, que são abertos e livres para todos usarem. Esses educadores estão criando um mundo onde cada uma e todas as pessoas podem acessar e contribuir para a soma de todo o conhecimento humano. Eles também estão plantando as sementes de uma nova pedagogia, onde educadores e estudantes criam, moldam e desenvolvem conhecimento de forma conjunta, aprofundando seus conhecimentos e habilidades e melhorando sua compreensão durante o processo.

Esse movimento emergente de educação combina a tradição de partilha de boas idéias com colegas educadores e da cultura da Internet, marcada pela colaboração e interatividade. Esta metodologia de educação é construída sobre a crença de que todos devem ter a liberdade de usar, personalizar, melhorar e redistribuir os recursos educacionais, sem restrições. Educadores, estudantes e outras pessoas que partilham esta crença estão unindo-se em um esforço mundial para tornar a educação mais acessível e mais eficaz.

A expansão global da coleção de recursos educacionais abertos criou um terreno fértil para este esforço. Esses recursos incluem materiais abertamente licenciados, planos de aulas, livros, jogos, software e outros materiais de apoio ao ensino e aprendizagem. Eles contribuem para tornar a educação mais acessível, especialmente quando o dinheiro para aquisição de materiais de aprendizagem é escasso. Eles também nutrem o tipo de cultura participativa, de desenvolvimento, partilha e cooperação que a rápida evolução das sociedades do conhecimento precisam.

No entanto, a educação aberta não está limitada a apenas recursos educacionais abertos. Também se baseia em tecnologias abertas que facilitam a aprendizagem colaborativa e flexível e à partilha de práticas de ensino que capacitam educadores para beneficiar-se das melhores idéias de seus colegas. Ele também pode crescer para incluir novas abordagens de avaliação, acreditação e aprendizagem colaborativa. Compreender e adotar inovações como estas é fundamental para a visão de longo prazo deste movimento.

Existem muitos obstáculos para realizar esta visão. A maioria dos educadores ainda não está a par da existência de um vasto e crescente grupo de recursos educacionais abertos. Muitos governos e instituições de ensino não têm conhecimento ou não estão convencidos dos benefícios da educação aberta. As diferenças entre os regimes de licenciamento de recursos abertos cria confusão e incompatibilidade. E, claro, a maioria do mundo ainda não tem acesso aos computadores e redes que são essenciais para a maioria dos atuais esforços de educação aberta.

Estes obstáculos podem ser superados, mas só se trabalharmos em conjunto. Convidamos os alunos, educadores, formadores, autores, escolas, faculdades, universidades, editoras, sindicatos, sociedades profissionais, políticos, governos, fundações e outros que compartilham a nossa visão para se comprometer com a busca e promoção da educação aberta e, em particular, a estas três estratégias para aumentar o alcance e o impacto de recursos educacionais abertos:

1. **Educadores e estudantes:** Primeiramente, nós encorajamos a educadores e estudantes a participar ativamente neste movimento emergente de educação aberta. Esta participação inclui: a criação, utilização, adaptação e melhoria dos recursos educacionais abertos, abraçar práticas educativas em torno da colaboração, da descoberta e da criação de conhecimento, convidando seus pares e colegas a participar. A criação e uso de recursos educacionais abertos deve ser considerada parte integrante da educação e deve ser apoiada e recompensada.
2. **Recursos Educacionais Abertos:** Em segundo lugar, apelamos aos educadores, autores, editores e instituições para libertar os seus recursos abertamente. Estes recursos educacionais abertos devem ser livremente compartilhados por meio de licenças livres que facilitam o uso, revisão, tradução, melhoria e compartilhamento por qualquer um. Os recursos devem ser publicados em formatos que facilitem tanto a utilização e edição, e adaptáveis a diferentes plataformas tecnológicas. Sempre que possível, eles também devem estar disponíveis em formatos que sejam acessíveis às pessoas com deficiências e a pessoas que não têm ainda acesso à Internet.

3. **Política Pública de Educação Aberta:** Em terceiro lugar, governos, conselhos escolares, faculdades e universidades devem fazer da Educação Aberta uma alta prioridade. Idealmente, recursos educacionais financiados pelos contribuintes devem ser abertos. Acreditação e os processos de adoção devem dar preferência a recursos educacionais abertos. Repositórios de recursos educacionais devem incluir ativamente e destacar recursos educacionais abertos dentro de suas coleções.

Essas estratégias representam mais do que apenas a coisa certa a se fazer. Elas constituem um bom investimento no ensino e aprendizagem para o século XXI. Tais estratégias redirecionarão o orçamento dedicado a livros didáticos caros a recursos que proporcionam uma melhor aprendizagem. Elas vão ajudar os professores a buscar excelência em seu trabalho e proporcionar novas oportunidades de visibilidade e impacto global. Elas vão acelerar a inovação no ensino. Elas vão dar mais controle sobre o processo de aprendizagem aos estudantes. Essas são estratégias que fazem sentido para todos.

Milhares de educadores, alunos, autores, gestores e formuladores de políticas já estão envolvidos em iniciativas de educação aberta. Temos agora a oportunidade de fazer crescer este movimento, para incluir outros milhões de educadores e instituições de todos os cantos do mundo, ricos e pobres. Temos a chance fazer parte dos processos políticos decisórios, trabalhando em conjunto para aproveitar as oportunidades do futuro. Temos a oportunidade de engajar os empresários e editores que estão desenvolvendo modelos inovadores de negócios abertos. Temos uma chance de formar uma nova geração de alunos para capazes de se inter-relacionar com recursos educacionais abertos, e compartilhar seus novos conhecimentos e idéias com outras pessoas. Mais importante ainda, temos uma oportunidade de melhorar drasticamente a vida de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo através de oportunidades de aprendizagem e de recursos educacionais livremente disponíveis, de alta qualidade, localmente relevantes.

Nós, abaixo assinados, convidamos a todos os indivíduos e as instituições a se juntarem a nós na assinatura da **Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta**, e, com isso, comprometer a persecução das três estratégias listadas acima. Nós também encorajamos aqueles que assinarem esta declaração a desenvolver estratégias adicionais em tecnologia educacional aberta, o compartilhamento aberto de praticas de ensino e outras abordagens que promovam a causa maior da educação aberta. Esperamos que com cada nova pessoa ou instituição que apóie este compromisso – e com cada esforço para articular nossa visão – nos aproximamos de um mundo mais aberto, flexível e eficaz, que garanta uma educação para todos.

September 15, 2007

Cape Town, South Africa

2008: Declaração de Franklin Street sobre Liberdade e Provedores de Rede (Franklin Street Statement on Freedom and Network Services)

Contexto: “Em 16 de março de 2008, um grupo de trabalho foi convocado a Free Software Foundation para discutir questões de liberdade para os usuários, dado o aumento de serviços de rede. Considerou-se uma série de variáveis, entre elas os impactos desses serviços sobre a liberdade do usuário, e como os provedores de rede podem ajudar ou prejudicar os usuários” (AUTONOMO.US, 2011). Desse encontro, nasce uma declaração com recomendações a provedores e usuários. **Endereço:** <http://autonomo.us/2008/07/franklin-street-statement/>

Declaração:

The current generation of **network services** or **Software as a Service** can provide advantages over traditional, locally installed software in ease of deployment, collaboration, and data aggregation. Many users have begun to rely on such services in preference to software provisioned by themselves or their organizations. This move toward centralization has powerful effects on software freedom and user autonomy. On March 16, 2008, a workgroup convened at the Free Software Foundation to discuss issues of freedom for users given the rise of network services. We considered a number of issues, among them what impacts these services have on user freedom, and how implementers of network services can help or harm users. We believe this will be an ongoing conversation, potentially spanning many years. Our hope is that free software and open source communities will embrace and adopt these values when thinking about user freedom and network services. We hope to work with organizations including the FSF to provide moral and technical leadership on this issue.

We consider network services that are **Free Software** and which share **Free Data** as a good starting-point for ensuring users' freedom. Although we have not yet formally defined what might constitute a 'Free Service', we do have suggestions that developers, service providers, and users should consider:

Developers of network service software are encouraged to:

- Use the [GNU Affero GPL](#), a license designed specifically for network service software, to ensure that users of services have the ability to examine the source or implement their own service.
- Develop freely-licensed alternatives to existing popular but non-Free network services.
- Develop software that can replace centralized services and data storage with distributed software and data deployment, giving control back to users.

Service providers are encouraged to:

- Choose Free Software for their service.
- Release customizations to their software under a Free Software license.
- Make data and works of authorship available to their service's users under legal terms and in formats that enable the users to move and use their data outside of the service. This means:
 - Users should control their private data.
 - Data available to all users of the service should be available under terms approved for [Free Cultural Works](#) or [Open Knowledge](#).

Users are encouraged to:

- Consider carefully whether to use software on someone else's computer at all. Where it is possible, they should use Free Software equivalents that run on their own computer. Services may have substantial benefits, but they represent a loss of control for users and introduce several problems of freedom.
- When deciding whether to use a network service, look for services that follow the guidelines listed above, so that, when necessary, they still have the freedom to modify or replicate the service without losing their own data.

2008: Declaração de Weeler (The Weeler Declaration)

Contexto: “Os participantes do encontro Free Culture Conference (Berkeley, October 10-13, 2008) elaboraram a Declaração de Wheeler, em homenagem ao edifício no campus de Berkeley, onde eles se conheceram”. **Endereço:** http://wiki.freeculture.org/Open_University_Campaign | <http://www.earlham.edu/~peters/fos/2008/10/wheeler-declaration-for-open-university.html>

Declaração:

La Declaración Wheeler

Una universidad abierta es aquella donde

1. La investigación que se produce es en [acceso abierto](#).
2. Los materiales de los cursos son [recursos educativos abiertos](#).
3. Se adoptan los [estándares de software libre y de acceso abierto](#).
4. Si la universidad tiene [patentes](#), acto seguido las licencia para software libre, medicamentos esenciales y el bien público.
5. La red de la universidad refleja la naturaleza abierta de [Internet](#).

el término "universidad" incluye todas las partes de la comunidad: estudiantes, académicos, administración.

2009: Declaration Des Droits Fondamentaux Numeriques

Contexto: “Em 23 de junho de 2009, M. Hervé Morin, presidente do Nouveau Centre, apresenta em uma coletiva de imprensa sobre inovação política, a Declaração dos Direitos Digitais Fundamentais”. **Endereço:** http://www.fondapol.org/wp-content/uploads/pdf/documents/Declaration_droits_fondamentaux_numeriques.pdf

Declaração:

Declaration Des Droits Fondamentaux Numeriques

Préambule

La révolution numérique ouvre des opportunités sans précédent au service de la libre communication des pensées et des opinions, du progrès, de la connaissance, de la diversité culturelle et linguistique, du développement économique et social, de la réduction des inégalités et de l'épanouissement personnel et professionnel.

Pour autant, l'essor des technologies de l'information et de la communication appelle à affronter de nouveaux défis qui ignorent les frontières géographiques et juridiques.

Le développement mondial et accéléré de l'Internet implique ainsi l'adoption de garde-fous et la reconnaissance de nouveaux droits et libertés qui, conciliés avec ceux déjà existants, visent à permettre le plein exercice des droits fondamentaux définis par:

- la Déclaration des droits de l'homme et du citoyen de 1789 ;
- la Déclaration universelle de 1948 ;
- la Convention européenne de sauvegarde des droits de l'homme ;
- la Charte des droits fondamentaux de l'Union européenne.

Article 1er **Réseau Internet**

Toute personne a le droit d'accéder et d'utiliser librement le réseau Internet, neutre et ouvert, sous réserve de ne pas porter atteinte à l'ordre public et aux droits d'autrui.

Article 2 **Vie privée numérique**

Toute personne a droit au respect de sa vie privée numérique et au secret de ses échanges numériques. Les systèmes d'information personnels sont assimilés au domicile privé.

Article 3 **Dignité numérique**

La dignité numérique est un droit fondamental.

Article 4 **Propriété numérique**

Toute personne est propriétaire des informations numériques la concernant, dans le respect des droits et libertés d'autrui. L'usage de ces informations est défini par la personne concernée.

Article 5 **Transparence numérique**

Toute personne a le droit d'être informée de l'existence des informations numériques la concernant.

Article 6 **Anonymat numérique**

Le droit à l'anonymat numérique gratuit est reconnu à toute personne, sous réserve de ne pas porter atteinte à l'ordre public et aux droits et libertés d'autrui.

Article 7 **Droit à l'oubli**

Toute personne a le droit de retrait des informations dont elle est propriétaire ou la concernant, sous réserve de ne pas porter un préjudice grave aux personnes physiques ou morales détenant lesdites informations et de ne pas nuire au devoir d'information générale et de réalité historique.

Article 8 **Identité numérique**

Toute personne a droit à une identité numérique.

Hervé MORIN

2009: Fórum Social Mundial - Declaração do Fórum Mundial de Ciência e Democracia para a assembleia das assembleias

Contexto: apresentado na própria declaração. Endereço: <http://fm-sciences.org/spip.php?article372>

Atendendo a uma convocatória proveniente da França, nesta edição do Fórum Social Mundial reuniu-se pela primeira vez um grupo de pessoas, de 18 países em 4 continentes, pessoas que compartilham uma visão crítica da maneira como a ciência e a tecnologia são praticadas no mundo capitalista de hoje, em particular com os processos de mercantilização a que elas são submetidas pelo neoliberalismo, com a falta de democracia nos processos de sua condução, e com os usos militares que são feitos delas. Damos a essa iniciativa o nome de Fórum Mundial Ciência e Democracia.

Nosso objetivo é iniciar um processo aberto e inclusivo visando a construção de uma rede internacional de movimentos, organizações e indivíduos que compartilham essa visão crítica.

Como resultado das discussões realizadas ao longo desta semana, estabelecemos alguns princípios para nortear nossas ações, entre os quais se encontram :

- Todo conhecimento, inclusive a ciência, é a herança comum da humanidade.
- O conhecimento e os métodos de sua produção podem resultar tanto na emancipação e no bem de todos, quanto em dominação e opressão
- Apoiamos os regimes garantem e promovem os sistemas de bens públicos e outros sistemas de recompensar a inovação que não tem como premissa a criação de monopólios e a rentabilidade.
- O impacto da ciência e da tecnologia forma uma parte importante das crises que assolam o mundo hoje : a crise econômica, a crise ecológica, a crise relacionada à produção e ao uso da energia, a crise da segurança alimentar, da democracia, e da guerra. É necessário aprofundar nossa compreensão a respeito de como a ciência e a tecnologia são parte tanto dos problemas criados por essas crises, quanto de sua solução.
- É necessário reconhecer que os valores das comunidades científicas são moldados por processos históricos e sociais. A autonomia e a responsabilidade social dos pesquisadores, bem como o caráter público e universal da ciência, precisam ser preservados, porém levando em conta as diversidades sociais e culturais do tempo presente.
- Iniciativas visando o envolvimento informado de cidadãos nos processos de tomada de decisões a respeito da ciência e da tecnologia, em todos os níveis, devem ser promovidas.
- É absolutamente necessário mudar a situação de hoje, em que os interesses do mercado, o lucro das empresas, a cultura consumista e os usos militares são os principais elementos que determinam os rumos da pesquisa científica e tecnológica.
- Adotamos a preservação da vida humana como um valor primordial, e assim conclamamos a comunidade científica e tecnológica a não empreender pesquisas com fins militares.
- Sistemas de pesquisa colaborativos e participativos, de baixo para cima, precisam ser promovidos.
- Temos por objetivo a construção de uma rede internacional que ressalte a importância da ciência e da tecnologia, de acordo com uma abordagem que questione as tendências perigosas que elas manifestam nos dias de hoje em relação à democracia e ao meio ambiente, em decorrência da dinâmica da globalização neoliberal.

Deste movimento devem participar os cientistas, assim como os movimentos sociais e todos os cidadãos. Sendo assim, procuramos estabelecer um diálogo entre a comunidade científica e os movimentos sociais.

Além de uma rede internacional baseada na Internet, em termos práticos, decidimos realizar Fóruns regionais em 2010, e o segundo Fórum Mundial Ciência e Democracia em 2011, em conjunto com o Fórum Social Mundial.

Conclamamos todas as pessoas, organizações e movimentos que compartilham nossa visão a organizar debates para difundir essas idéias, e lutar por uma ciência mais democrática, mais humana, uma ciência capaz de realizar as promessas feitas em seu nome desde a Revolução Científica.

2010: Declaração da IFLA sobre livre acesso – esclarecendo sobre a posição e a estratégia da IFLA

Contexto: “Uma resolução da Assembleia Geral em 14 de agosto de 2010 solicitou à IFLA que esclarecesse sua posição em relação ao livre acesso e que desenvolvesse uma estratégia para a ação. Essa tarefa foi comissionada pela Junta Profissional ao Grupo de Trabalho para Livre Acesso da Presidente”. **Endereço:** <http://www.ifla.org/files/hq/news/documents/ifla-statement-on-open-access-pt.pdf>

Declaração:

A Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) está comprometida com os princípios de liberdade de acesso à informação e com a crença de que o acesso universal e igualitário à informação é vital para o bem estar social, educacional, cultural, democrático e econômico das pessoas, comunidades e organizações.

Livre acesso é o nome usado atualmente para um conceito, um movimento e um modelo de negócio cujo objetivo é prover livre acesso e re-utilização do conhecimento científico na forma de artigos de pesquisas, monografias, dados e materiais relacionados. O livre acesso faz isso mudando do modelo prevalecente atualmente, de pagamento pelos assinantes depois da publicação, para um modelo de financiamento que não cobra dos leitores ou suas instituições pelo acesso. Logo, o livre acesso é um tópico essencial na agenda de informação da IFLA.

Definição de livre acesso

Como uma ação inicial, a IFLA assinou a Declaração de Berlim sobre Livre Acesso nas Ciências e Humanidades. A IFLA adere à definição de livre acesso usada na Declaração de Berlim e a usará em comunicação pública e contatos com várias organizações.

Uma ênfase clara no tópico acesso

A IFLA reconhece que existe um certo número de objetivos valiosos, além do livre acesso, que dizem respeito ao desenvolvimento do sistema de comunicação científica e acadêmica, tais como:

- Implementar um sistema rigoroso para o controle da qualidade científica;
- Providenciar a preservação a longo prazo da informação de pesquisa;
- Proteger a liberdade contra a censura;
- Oferecer aos usuários serviços eficientes e amigáveis;
- Estimular atividades que apoiem a alfabetização funcional;
- Expandir a banda larga e outras infra-estruturas essenciais que apóiem o sólido acesso à informação.

Existe uma sinergia positiva entre a promoção do livre acesso e a perseguição desses outros objetivos essenciais, e a IFLA apóia uma quantidade de atividades relacionadas a eles; todavia, eles não são idênticos ao livre acesso como definido aqui, e também não exigem uns os outros. A IFLA promoverá o livre acesso com uma clara ênfase no aspecto acesso.

O modelo atual não garante o acesso e não é sustentável

Como a velocidade e quantidade de publicações de pesquisas em várias formas estão rapidamente se expandindo, o atual modelo predominante de comunicação acadêmica – via assinatura de revistas acadêmicas – é dificilmente sustentável e não atua efetivamente no interesse da comunidade global. As publicações acadêmicas estão sujeitas à rápida escalada de preços e não existem correlações claras e consistentes entre os preços, qualidade e impacto. Mesmo a mais bem estruturada biblioteca de pesquisa não pode arcar com as despesas de compra de tudo que é requerido pelas suas faculdades e estudantes. A situação ainda é mais crítica para escolas e universidades menores, e grandemente inaceitável para instituições do mundo em desenvolvimento, com orçamentos severamente limitados ou inexistentes. As iniciativas de desenvolvimento existentes compensam de certo modo a falta de acesso a informações cruciais, mas essas iniciativas são dependentes de decisões dos editores, as quais são tomadas unilateralmente.

Há uma crescente insatisfação entre os participantes principais. Os autores estão preocupados porque seus trabalhos não estão sendo vistos por todos os seus colegas, eles não podem obter o reconhecimento global que procuram, e frequentemente continuam, mesmo desnecessariamente, a transferir direitos autorais, os quais limitam a utilização e re-utilização de seus próprios trabalhos. Os leitores não podem acessar toda a literatura acadêmica de que necessitam, e assim suas atividades de pesquisa podem ser menos eficazes. A sociedade como um todo sofre de canais ineficientes de comunicação que impedem inovações e desenvolvimento. O amplo compartilhamento de resultados de pesquisas é um componente essencial do investimento governamental em ciência. Um mais rápido e amplo compartilhamento do conhecimento incentiva o avanço da ciência e, conseqüentemente, o retorno para o público de benefícios de saúde, econômicos e sociais. Não é surpresa que os bibliotecários figurem entre os mais enfáticos defensores do livre acesso.

Os benefícios do livre acesso

Há ganhos significativos ao se tornar a pesquisa e os resultados da pesquisa disponíveis ao acesso, sem barreiras financeiras, legais e técnicas. Os pesquisadores se beneficiam da crescente visibilidade, uso e impacto do seu trabalho. O livre acesso ajuda a tornar públicas as capacidades de pesquisa das instituições. Para os editores, o livre acesso traz a máxima visibilidade, aumento do público leitor e do impacto dos seus conteúdos; isso significa que um serviço de disseminação bastante melhorado está sendo fornecido para a pesquisa. O livre acesso aumenta o fluxo de conhecimentos entre o Norte e o Sul e também entre o Sul e o Sul.

O livre acesso e a mudança do papel das bibliotecas

As bibliotecas desempenham um papel essencial nos desenvolvimentos do livre acesso em virtude de sua especialização no estabelecimento de infra-estrutura, na criação de serviços amigáveis de alta qualidade para os usuários, e em assegurar livre acesso a longo prazo. Os bibliotecários mostraram seu apoio assinando iniciativas e petições para livre acesso. Eles educaram o pessoal das faculdades e os administradores sobre o ambiente em evolução da comunicação acadêmica. As bibliotecas colaboraram com os membros das faculdades e gerentes de pesquisas para constituírem repositórios de livre acesso e para ajudar os membros das faculdades e estudantes a depositarem os resultados de suas pesquisas. Os bibliotecários têm fornecido apoio para a administração e compartilhamento de dados de pesquisas. Eles têm ajudado os editores acadêmicos a publicarem revistas e livros de livre acesso, e eles têm trabalhado com educadores para produzirem recursos educacionais livres, assegurando a qualidade do conteúdo digital, sua re-utilização e compartilhamento. O livre acesso mudou, então, o perfil das bibliotecas acadêmicas e de pesquisas. As bibliotecas nacionais estão envolvidas no desenvolvimento de políticas nacionais de livre acesso e no apoio a infra-estruturas nacionais e livre acesso à herança cultural. As bibliotecas públicas disseminam conteúdos de livre acesso dirigidos a seus usuários. E, de acordo com o Relatório Mundial da IFLA de 2010, a grande maioria das associações de bibliotecários apóia o livre acesso.

Promovendo o livre acesso em cooperação com organizações internacionais.

A IFLA trabalhará com organizações globais tais como ONU, UNESCO, OMS, WIPO, WSIS e outras na promoção e defesa do livre acesso a pesquisas financiadas com fundos públicos, recursos educacionais e herança cultural. Nos seus contatos e cooperação com essas organizações, a IFLA irá declarar explicitamente que o livre acesso em seu significado oficial é necessário para o progresso da ciência, desenvolvimento da sociedade e verdadeira cidadania. O livre acesso dará aos usuários o acesso que eles desejam e permitirá que as bibliotecas maximizem o seu papel, assim melhorando a saúde global e o bem estar humano.

Conectando-se com o movimento pelo livre acesso

O livre acesso à pesquisa, recursos educacionais e dados de pesquisas é agora um movimento global. Muitas organizações estão trabalhando em direção a este objetivo. A IFLA se conectará com essas organizações, não para duplicar esforços, mas sim para criar sinergia.

A IFLA estabelecerá parcerias com e fornecerá apoio a organizações, programas, iniciativas e serviços que são promotoras de livre acesso, tais como SPARC (EUA/Europa/Japão), COAR, OASPA, Bioline International & DOAJ, entre outras.

A IFLA preparará declarações conjuntas com essas organizações.

Trabalho com os membros da IFLA

O livre acesso é uma viga mestra do Plano Estratégico da IFLA 2010-2015 em que uma abordagem de organização-integral está sendo

adotada de modo a integrar o assunto nas atividades atuais e propostas.

A IFLA vai assessorar suas associações membros no que diz respeito a:

- Promoção de livre acesso nas políticas nacionais;
- Estimular as bibliotecas membros a promover o livre acesso em suas comunidades e a implementar medidas para ampliar o impacto do livre acesso;
- Enriquecimento da infra-estrutura local e nacional de modo a estimular o livre acesso;
- Assistência no trabalho de formulação de políticas nacionais dirigidas ao livre acesso ao conhecimento, como também ao financiamento público de pesquisas e à herança cultural;
- Apoio a organizações, programas, iniciativas e serviços que estejam trabalhando para a promoção do livre acesso.

Juntamente com seus parceiros tais como SPARC, EIFL e LIBER, a IFLA também fornecerá a suas associações membros material de advocacia e diretrizes práticas de acordo com as recomendações.

As publicações da IFLA serão de livre acesso

A IFLA desenvolverá um plano de transição que especificará os passos a serem dados para transformar suas publicações em publicações de livre acesso.

Sancionado pela Junta de Governo da IFLA em 18 de abril de 2011

2012: Declaração acerca do Conhecimento Livre (Declaration on Libre Knowledge)

Contexto: Declaração elaborada pelo projeto Wikieducator que “é um projeto comunitário que trabalha em colaboração com o Movimento de Cultura Livre no sentido de uma versão gratuita de um currículo educacional até 2015” (WIKIEDUCATOR, 2011).

Endereço: http://wikieducator.org/Declaration_on_libre_knowledge

Declaração:

Declaração acerca do Conhecimento Livre

- Declaramos nosso entendimento comum sobre a importância do conhecimento livre para o desenvolvimento global equitativo e sustentável e compromisso com a promoção e adoção do conhecimento livre em nossos esforços.
- O conhecimento livre é sustentado por uma filosofia que pressupõe que o conhecimento é inerentemente livre, e que o acesso ao conhecimento e à liberdade para adaptá-lo e usá-lo é um direito humano básico.
- Reconhecemos que o conhecimento livre demanda software livre para sua criação, acesso, adaptação e compartilhamento, e nos comprometemos a usar, promover e desenvolver software livre ou soluções baseadas em software livre, para esses fins.
- Na idade moderna digital, o compartilhamento efetivo de conhecimentos livres requer formatos de arquivo livres e padrões livres para dados, informações e troca de conhecimentos para viabilizar acessibilidade, geração de conhecimento colaborativo, interoperabilidade, transparência, adaptabilidade do conhecimento, contribuição e licenciamento livre.
- Conhecimento Livre abrange a cadeia de valor colaborativa desde a coleta de dados brutos até a tomada de decisão informada, experiente e sábia, incluindo o conhecimento compartilhado de pessoas envolvidas no processo.
- No "mundo desenvolvido", conhecimentos livres são essenciais para viabilizar e permitir que as comunidades se adaptem e melhorem os recursos para uso local efetivo, e sejam livres para compartilhar os resultados ajudando os seus vizinhos e comunidades.
- Reconhecemos que um pré-requisito para a participação efetiva na sociedade global do conhecimento, é que os cidadãos do mundo tenham acesso ao conhecimento. A liberdade para que todos possam se engajar na sociedade global do conhecimento é pré-requisito para se aproveitar a oportunidade para co-criar um mundo sustentável”.
- Afirmamos que o conhecimento livre ajuda a alcançar objetivos de desenvolvimento, empoderando pessoas para obterem uma compreensão compartilhada e contribuir para o desenvolvimento sustentável a nível local, nacional, regional e internacional de maneira significativa.
- Instamos todas as esferas de todos os governos, instituições e organizações de doadores preocupados com o desenvolvimento sustentável nacional e global, a adotar, apoiar, desenvolver e promover o uso do conhecimento livre e os seus princípios subjacentes.
- Comprometemo-nos a partilhar e desenvolver a nossa compreensão dos princípios livres com os nossos colegas, amigos, organizações e famílias através da vivência da visão de uma cultura livre de cooperação para um mundo sustentável (tradução nossa).

ANEXO 3 – MANIFESTOS

2008: Strengthen The Commons – Now!	308
2009: A quem pertence a ciência? O manifesto Manchester (Who Owns Science? The Manchester Manifesto)	310
2010: O Manifesto do Domínio Público (The Public Domain Manifesto)	315
2012: Manifesto “Cultura Livre não é Mercadoria”	319

2008: Strengthen The Commons – Now!

Contexto: Este manifesto “foi desenvolvido em autoria coletiva no contexto dos seminários políticos interdisciplinares da Fundação Heinrich Böll ‘Time for Commons’ em 2008/2009” (Heinrich Böll Foundation, 2011). **Endereço:** <http://www.boell.de/democracy/democracy-8099.html>

Manifesto:

Strengthen the Commons Now

“Commons are institutional spaces in which we are free.” (Yochai Benkler)

How the crisis reveals the fabric of our commons

Over the last two hundred years, the explosion of knowledge, technology, and productivity has enabled an unprecedented increase of private wealth. This has improved our quality of life in numerous ways. At the same time, however, we have permitted the depletion of resources and the dwindling of societal wealth. This is brought to our attention by current, interrelated crises in finance, the economy, nutrition, energy, and in the fundamental ecological systems of life. These crises are sharpening our awareness of the existence and importance of the commons. Natural commons are necessary for our survival, while social commons ensure social cohesion, and cultural commons enable us to evolve as individuals. It is imperative that we focus our personal creativity, talents, and enthusiasm on protecting and increasing our social wealth and natural commons. This will require a change in some basic structures of politics, economics, and society.

More social prosperity instead of more gross domestic product! When the economic growth curve drops and the GDP sinks, it seems threatening to us. Yet appearances deceive. The GDP merely maps production figures and monetary flows without regard for their ecological or social value; such numbers do not measure the things we truly need to live, – they may simply count their destruction. Social prosperity cannot be measured through such means. A reduction in the GDP does not necessarily signal a reduction in the real wealth of a society. Recognizing this fact widens our perspective and opens doors for new types of solutions.

The commons can help us overcome the crisis, but it requires systematic advocacy. This is our contribution to give the commons a voice.

What are the commons and why are they are significant?

Commons are diverse. They are the fundamental building blocks and pre-condition of our life and social wealth. They include knowledge and water, seeds and software, cultural works and the atmosphere. Commons are not just “things,” however. They are living, dynamic systems of life. They form the social fabric of a free society.

Commons do not belong to anyone individually nor do they belong to no one. Different communities, from the family to global society, always create, maintain, cultivate, and redefine commons. When this does not happen, commons dwindle away – and in the process, our personal and social security diminishes. Commons ensure that people can live and evolve. The diversity of the commons helps secure our future.

Commons are the foundation of every economic activity. Thus, they must also be the result of what we do. We have to constantly revitalize our commons, because everything we produce relies upon the knowledge we inherit, the natural resources that the Earth gives us, and cooperation with our fellow citizens. The activity known as “the economy” is embedded in our social fabric. Depletion of resources, failures in education, needless barriers to creativity, and weak social bonds compromise the generativity of the whole. Without vital commons, production is impossible. Without commons, companies cannot earn money.

Commons are often destroyed and thus driven from our consciousness. One reason that commons are threatened is because many individuals claim a limitless right to use things. But where fair usage rights to water and seeds are curtailed by economic calculation or through governmental policies, where resource exploitation destroys our natural inheritance, where breach upon breach is inflicted on public spaces, where patenting software limits creativity and impedes economic progress, where reliable networks are lacking,

there dependency and uncertainty will increase.

There's something new afoot – a movement to reclaim the commons!

There is a movement that reminds us of what is worth keeping. A movement that seeks to reclaim what belongs to us, that affirms human dignity and creates something new. This movement to build and protect the commons is expanding the horizon of what is possible.

Commons are being rediscovered and defended. People all over the world are defending themselves against attacks on the web of life that sustains them – against dams and mining projects that destroy life and land. Against a wasteful economy that fuels climate change. Against efforts to turn education and health into profit-oriented thinking. Against the re-engineering of our genetic heritage and overzealous restrictions on access to knowledge and culture. The commoners seek only to reclaim that which belongs to them, whether they are communities struggling to win back control over water utilities, indigenous communities seeking to protect its land in the Amazon Basin, or the worldwide movements for climate justice and an open internet.

Commons are newly created and built upon. Countless people are creating new things for all and meaningful social and physical spaces for themselves. They invest energy in community gardens, carry out sustainable and ecological agriculture, and design intergenerational living and working spaces. They produce free software and free knowledge, and create films, music, and images to be shared. Thus emerges a treasure of free culture available to all. It is maintained and enhanced by many, and it has become as indispensable as Wikipedia. Taken together, scientists and activists, citizens and politicians are developing a robust and innovative commons sphere – everywhere.

Commons are maintained and cultivated. People are fostering neighborhood institutions, looking after playgrounds, running citizen foundations, and creating and sharing stories, culture, and our collective memories. They are engaging themselves, personally and directly, with the common wealth and are pushing the state to carry out its duties to protect the commons. For that they gain something in return, because to live in a culture of commons means both giving and taking. This culture establishes rights and duties equally. The commitment to our common wealth is borne from the awareness that the current economic model endangers our livelihoods – and fails to satisfy us at deeper levels. This commitment corresponds to the wish for creativity and inspiration. It is fueled by our self-directed passions, desire for social conviviality, and a sensitivity and mutual recognition of each other. It's all about a simple idea: the need to learn from each other and to create excellent things for their own sake.

Commons inspire and connect. To take them into account requires a fundamentally different approach in perception and action. Commons are based on communities that set their own rules and cultivate their skills and values. Based on these always-evolving, conflict-ridden processes, communities integrate themselves into the bigger picture. In a culture of commons, inclusion is more important than exclusion, cooperation more important than competition, autonomy more important than control. Rejecting the monopolization of information, wealth, and power gives rise to diversity again and again. Nature appears as a common wealth that must be carefully stewarded, and not an ever-available property to be exploited.

To live in a culture of the commons means to assume shared, long-term responsibility rather than the pursuit of an ethics of dominance. A culture of the commons honors fairness over unilateral benefit optimization, and interdependence rather than extreme individualism.

The commons helps us confront one of the major social justice issues of our time: no one may extract more from the commons than what he gives back to the commons. This applies to market players as well as the state. Whoever replenishes and expands the commons, rather than just drawing from them, deserves social recognition and praise. In the interest of this and future generations, market players, the state, and each individual must align their behavior and thinking with the commons. This must become a fundamental element in any calculation of economic, political, or personal success.

Neither no man's land nor boundless property

The commons is not only about the legal forms of ownership. What matters most is whether and how community-based rights to the commons are enforced and secured. „Property entails obligations. Its use shall also serve the public good“ (Article 14 Paragraph 2, German Constitution). This limitation, anchored in the basic law, designates the boundaries of the availability of common pool resources to individuals. This principle helps us recognize that each single use has implications for resources that belong to us all. With my phone I transmit my message through the finite electromagnetic spectrum. My car pollutes our shared air. My work may contain a novel thought, but I also depend upon the commons of culture and knowledge to inform it. The usage rights of fellow commoners are the stop signs for individual usage rights.

Absolute and exclusive private property rights in the commons therefore cannot be allowed. This principle applies regardless of whether the things are of a tangible or intangible nature, or whether they are associated with natural, cultural, or social spheres. In order to avoid overuse and under-utilization – the dramatic plundering of fish or the “orphaning” of creative works, for example – any form of property (itself a creation of the state) has to now, more than ever, be measured by two conditions: Each use must ensure that the common pool resources are not destroyed or over-consumed. No one may be excluded who is entitled to access and use the shared resource or who depends on it for basic needs. Access and usage rights must therefore be designed to assure that the commons can be preserved, maintained, and further developed. **These are the principles of fair participation and sustainability.**

What is public or publicly funded must remain publicly accessible. Public research, for example, must be available to everyone. There is no overwhelming reason to grant publishers and pharmaceutical corporations excessive and exclusive copyrights and patents over publicly funded research. Legislatures, at the behest of business, have nevertheless done so, making scientific journals inaccessible and vital medicines overly expensive. Alternatives arise from the commons movement. This is demonstrated by numerous projects for fairer licensing and alternative incentive models in science and culture.

The commons helps us reconceptualize the prevailing concept of property rights. The exploitation of our commons has grave drawbacks for the majority of people living today and tomorrow. This is demonstrated by climate change and the exhaustion of many natural resources, as well as by the financial sector whose private profit motives have become, to the detriment of the commoners, ends in themselves. Our shared quality of life is also limited by knowledge that is excessively commercialized and made artificially scarce. In this manner, our cultural heritage becomes an inventory of lifeless commodities and advertising dominates our public spaces.

Commons are the basis of life in a double sense. Without natural commons, there's no survival. Without cultural commons, no human development. Everyone is directly affected by the issues raised here. Even businesses need commons in order to earn money now and in the future. We all need commons to survive and thrive. This is a key principle, and it establishes why commoners' usage rights should always be given a higher priority than corporations' property rights. Here the state has a duty to protect the commons, a duty which it cannot abandon. However, this does not mean that the state is necessarily the best steward for the commoners' interests. The challenge is for the commoners themselves to develop complementary institutions and organizational forms, as well as innovative access and usage rules, to protect the commons. The commoners must create their own commons sector, beyond the realm of market and state, to serve the public good in their own distinctive manner.

For a society in which the commons may thrive

Just as commons and people are different, so are the organizational forms of user communities. We encounter these forms everywhere and with many faces: as self-organizing groups, civil organizations, private agencies or networks, as cooperatives or custodial organizations, as small neighborhood communities or the international Free Software movement. The rules and ethics of each commons arise from the needs and processes of the commoners directly involved. Whoever is directly connected to a commons must participate in the debate and implementation of its rules.

Agents of the commons do not have one but many centers. We need them locally, regionally, and globally. Conflicts can be resolved directly in well-arranged communities and their commons. But the global commons is an almost insolvable challenge, because where does the "world community" really come together and define itself as such? How should it agree upon the sustainable usage of its shared resources? The more complex the system, the more important it is that there is an institutional and transparent framework for the careful management of the commons. When the state achieves this and protects the commons, government action will be supported by society.

Commons need more than just rules. We must realize that rules require the art of proper application. Commons are driven by a specific ethos, as well as by the desire to acquire and transfer a myriad of skills. Our society therefore needs to honor the special skills and values that enable the commons to work well. A culture of the commons publicly recognizes any initiative or project that enhances the commons, and it provides active financial and institutional support to enhance the commons sector.

Conflicts are part of the diversity and constant reproduction of the commons. In addition to the rule of law, commons in the future will require innovative institutional structures, conciliation and mediation bodies, networks, and interdisciplinary stewards for the commons. These institutions will be constructed again and again from the areas of needs and conflict. Each has a common goal: to raise a strong voice to preserve the commons!

Awareness of the commons means being conscious of our living conditions and exploring on all levels how much productivity and wealth we create directly from the commons. It requires a fundamental shift in thinking about the foundations of society. It means using, sharing, and multiplying our common wealth in a free and self-determined way. This challenge requires a lot of work, but it is also a great source of personal satisfaction and enrichment.

Our society needs a great debate and a worldwide movement for the commons. Now!

2009: A quem pertence a ciência? O manifesto Manchester (Who Owns Science? The Manchester Manifesto)

Contexto: "O Manifesto Manchester, lançado no final de novembro de 2009, é uma resposta à ameaça representada pelo atual sistema de propriedade intelectual. O documento tem suas origens no evento o lançamento do Instituto for Science, Ethics and Innovation, durante o qual foi considerada a questão "A quem pertence a Ciência?". **Endereço:** <http://www.isei.manchester.ac.uk/TheManchesterManifesto.pdf> | <http://www.isei.manchester.ac.uk/research/resources>

The Manchester Manifesto

Science, along with the innovation it generates, is a vast enterprise: commercial and pro-bono, public and private, industrial and educational, amateur and professional. It permeates our lives and shapes the world. Some say it is a defining characteristic of humanity, stimulating and harnessing our innate curiosity and, more than any other endeavour, shaping our world and, increasingly, ourselves.

For many reasons, some of which are set out below, it is increasingly important to consider the question of “Who Owns Science?”. The answer to this question will have broad-ranging implications: for scientific progress, for equity of access to scientific knowledge and its fruits and for the fair distribution of the benefits and the burdens of science and innovation – in short, for global justice and human progress.

Our approach

The Manchester Manifesto Group brings together international experts from relevant disciplines to address the question of “Who Owns Science?”. Led by two research institutes at The University of Manchester, the Institute for Science, Ethics and Innovation and the Brooks World Poverty Institute, chaired by John Sulston and Joseph Stiglitz, respectively, the Group represents a critical mass of research expertise that are ideally equipped to meet the challenges and problems outlined above. The Group’s members are drawn from a broad range of academic disciplines and relevant sectors, including economics, science, innovation, law, philosophy, ethics and public policy. Our goal has been not only to investigate the question of “Who Owns Science?” but to present and apply our findings to maximum effect in order to make a difference in the real world as to how science is used, and hence to “build a better future for humanity”.

Statement of the problem

Science is a rapidly growing industry. Beyond basic research, the commercialisation of technologies and development of new products from bench top to marketplace is a complex process. In asking “Who Owns Science?”, we are concerned with all aspects of this process: scientific discovery, development, application and distribution; and the interactions between each aspect. The way in which this is managed, and in particular the way in which access to technologies is facilitated and controlled, is having and will inevitably have an increasing impact on the course of science-based technological innovation.

An important component of the innovation process has been the idea of “ownership” in science and technology. This concept has arisen partly in the context of profiting from research and development, but also has implications for much broader issues such as control of and access to scientific information and products that result from research, in terms of both the private and socio-political dimensions of ownership.

To manage the ownership of science and the fruits of research, an intricate system of intellectual property (IP) law has developed. The justifications for IP law as it exists at present include the idea that it is required in order to facilitate scientific and economic benefit from innovation, and that it provides a fair and morally justifiable way of rewarding those who invest in the process of discovery and regulating access to these benefits.

The initial meetings of the Manchester Manifesto Group in 2008-2009 established that the current method of managing innovation (and perhaps in particular IP in its present form), whilst deeply embedded in current practice and hence of practical importance, also has significant drawbacks in terms of its effects on science and economic efficiency, and raises ethical issues because of its (often adverse) effects on people and populations.

The Manchester Manifesto Group considered the core goals of science and identified various issues and problems with the current system of ownership and management of science and innovation, highlighting elements that hinder or obstruct achievement of these goals. Reflecting on these problems, we were able to articulate some broad principles and policy considerations to guide any investigation or evaluation of alternative systems of innovation. Finally, we outlined some questions that must be addressed if we are to move towards solutions to the problems identified by the group. We call for further research in these areas as a matter of great importance, in order to answer the question not only of “Who Owns Science?”, but of who ought to own science and how the goals of science can best be fulfilled.

Goals, Problems and Issues in Science and Innovation

Goals

Science and the public good

Science can serve the public good by generating knowledge to meet human needs and purposes. This includes knowledge with direct application to current challenges and pure/undirected endeavour (so called “blue skies” research) that forms the essential basis for future scientific discovery.

- The pursuit of pure (unapplied) scientific research is clearly in the public interest, since curiosity expands knowledge, which is in itself a good thing. This justifies investment in such research.

- Science-based technological innovation further serves the public good by playing a key role in economic growth and development.
- There is a basic public interest in access to knowledge.

Innovation and the public good

Management of innovation has significant implications for scientific progress and human welfare. It affects the distribution of benefits, access to technology, dissemination of knowledge, and the pace and direction of research.

- Innovation should operate for the public good, amongst other goals.
- Given their efforts and investments, the scientific community and the public can also be viewed as ‘shareholders’ in innovation, and its benefits should remain open to them (in the form of welfare goods and knowledge).

Reciprocal responsibilities of science and society

The relationship between science and society is essentially one of reciprocity, mutual benefit, and needs to be seen to be so. Just as science has responsibilities to the public good, the public has responsibilities towards science as the collective recipient of its benefits and as a major funder of its activities – a relationship that is often mediated by policy:

- Public confidence in and engagement with science is vital; openness to public scrutiny can help to maintain trust and support. Science should be open to the public, enabling understanding of its purposes and implications.
- Society needs to provide just and effective conditions for the increase of scientific knowledge. Any management mechanisms should be justifiable, appropriate, and built on a sound understanding of both science and the systems in which it operates.
- To achieve the goals of promoting scientific progress and human welfare, the scientific community has a responsibility to facilitate reflection of scientific understanding in policy, and should seek participation in policy-making processes and debates at the national and international level.
- Policy-makers need to ensure that there are opportunities for voices from the scientific community to be heard. Scientists and policy-makers have a joint responsibility to ensure this participation occurs in a transparent manner to avoid public suspicion of undue influence.
- Policy-makers should also ensure that there are opportunities for the voices of the public to be heard.

Issues/Problems in the Current Management of Innovation

The interests and contributions of inventors and authors deserve to be recognised fairly. However the current dominant model of innovation and commercialisation of science poses a number of problems. It has potential to encourage innovation and stimulate research and development, but also to frustrate innovation and stifle research and development; and can hinder science from operating in a way consistent with the public good.

Access to benefits of research

Current models can restrict or prevent public access to the benefits of research – both the information generated by scientific endeavour and the products of innovation based on that science – and thereby hinder science from serving the public good.

- Certain licensing and commercial practices can restrict access to the products of science and innovation, particularly for those with limited market power.
- This is of particular concern in the case of those products that address basic needs (such as health care).
- The current model rewards particular kinds of creative effort, namely those which result in commercial gain. It is therefore likely to hinder innovation of products that have limited market value, but which may have huge social benefit.
- The obligation on corporate innovation to maximise profit and return for shareholders can conflict with the creation of knowledge and achievement of welfare goals.

Effect on innovation

Current models can hinder innovation because:

- Certain licensing practices can have restrictive effects on innovation. These include, for example, use of very narrow or exclusive licence terms.

- The increasingly common incidence of requiring multiple licences for the use of a single technology or research tool complicates access, making it more costly and time-consuming.
- Perceptions of accessibility problems can lead to enterprises deciding not to attempt to apply for licences.
- New business entry into innovative industries is very difficult due to the high transaction costs involved in operating in an arena of multiple intellectual property rights, reducing competition and allowing large companies to dominate markets.
- Navigation and implementation of the patent system, negotiation, bargaining and litigation require costly expertise.
- The operation of the current system often prevents the holders of IP rights themselves from realising the full benefits of these rights, for example because of the costs involved in asserting them.

Scientific progress

- Restrictions on access to information at any stage of the innovative process obstruct the flow of scientific information and thereby impede scientific progress. Such restrictions are also contrary to the needs of scientific inquiry and are inimical to openness and transparency.
- Information sharing among the scientific community can be reduced or suffer from delays as a result of patent requirements (e.g. that information must not be in the public domain at time of filing).
- The complexity of the system creates uncertainty, for example over researchers' ability to obtain necessary licences, which can discourage investment in research and development.
- These access restrictions have particularly severe effects on public, not-for-profit, small and developing country enterprises, which cannot afford the expense of licences and/or the expertise required to navigate the patent system. This can obstruct, delay, or entirely shut-down valuable lines of research and innovation.

Overall, the current patent system is self-reinforcing, encouraging proliferation of patents and multiplying these problems.

Broader Issues

There are also broader issues resulting from the dominant model of innovation which should be given consideration.

- Improving systems of innovation may not be enough in itself to promote human welfare; there is also the problem of insufficient capacity, particularly in many developing countries, to access scientific information, operate and navigate innovation systems, and achieve access to innovative products e.g. because of weak health infrastructure.
- The transition from basic science to product in the clinic or marketplace is not always linear and unidirectional. The relationship between 'pure' and 'applied' research, science, technology and innovation is a complex and multi-faceted one, with interactions between actors at all stages influencing the process. The effects of action/regulation in one area may have implications extending across other aspects, and each area may have unique issues and problems associated with its management.
- Within this process, actors can have multiple roles, creating potential conflicts of interest. For example, a single individual may have both scientific and commercial interests at stake; governments may face a conflict between stimulating economic development through rewarding private investment in research and optimising the public benefits of science.
- In many cases, profit has become the primary reward for research and development – often to the point of other drivers of innovation dropping out of consideration. Greater consideration should be given to different drivers of science/ incentives for innovation beyond profit.
- It is not only the intellectual property system that restricts participation in innovation; there is also all too often a lack of strategies to encourage openness of communication, participation in research, and sharing of information and products that result from science and innovation.

Global Dynamics

The global context in which science and innovation now operate and of which they are an integral part needs to be given consideration, because it also affects their operation and effectiveness.

While states have the sovereign right to adopt their own rules, laws and procedures, they need to operate within the bounds of a variety of international rules and norms and with awareness of international dynamics. For management of innovation, these include:

- Permeable national boundaries creating high mobility of knowledge, materials, and personnel, and meaning that the impacts of national policies may be widely felt in other states.
- In areas which lack harmonised international regulation, innovative activities can migrate to territories in which regulatory regimes are weak or non-existent.
- Frequent prioritisation of national interest and economic competitiveness by states in their international relations.
- Wide disparities between rich and poor within and between states, in terms of income, opportunities, health, education, and access to science, technology and the products of innovation.

International regulation has advantages in its ability to harmonise national policies, providing clarity and reducing the costs of compliance. It must be recognised, however, that international regulation also has disadvantages. Powerful states have greater influence in rule-setting and less to fear in regard to the consequences of non-compliance. Commitments to capacity-building for developing states are inadequately fulfilled and enforcement is problematic.

Additional problems occur at the international level:

- Diverse national regulation of innovation creates complexity in compliance. This can increase costs to innovators, pushing publicly funded, not-for-profit and developing country enterprises out of international markets.
- International regulation can have the effect of privileging the interests of wealthy states over general human needs due to power imbalances.
- International regulation currently remains state focused and often reinforces state sovereign rights. It can therefore be of limited effect on transnational actors (e.g. corporations) and often promotes national interest above that of local communities.
- Bilateral agreements and 'free trade areas' are being used to impose excessive and inappropriate standards on less developed countries.

The effect of the current international rules, which set minimum standards for intellectual property protection, is that a single model of intellectual property protection dominates, and at the same time is operative in many national systems. This dominant model is intended to promote scientific and economic development, but can be radically flawed in this respect. Alternative models need to be promoted and existing flexibilities fully explored to ensure innovation can meet welfare goals.

We recognise that innovation has an essential role in economic development, but its use for the pursuit of profit should not override, and ideally should not conflict with, achievement of welfare goals and scientific progress. Scientific information, freely and openly communicated, adds to the body of knowledge and understanding upon which the progress of humanity depends. Information must remain available to science and this depends on open communication and dissemination of information, including that used in innovation.

Management of innovation is one of the routes through which public benefits of science can be realised. This requires a range of appropriate policies and regulatory mechanisms developed in cooperation with scientists, innovators and the public, combined with awareness of the implications of pursuing particular models of innovation management.

Advantages and disadvantages of these models need to be carefully assessed in regard to their cumulative impacts on the innovative process, achievement of welfare goals and scientific progress. Current systems for managing innovation may require adaptation and incorporation of greater flexibilities. In addition, consideration of alternative systems is needed.

Principles

The regulation of frameworks of innovation should promote the following objectives:

- Provision of public benefit
- Just recognition of interests
- Facilitating progress of science and innovation
- Increasing access to fruits of research – information and products
- Addressing welfare and resource inequities both locally and globally
- Increasing trust in the relationships between scientists, innovators, corporations and public, and between nations At times these objectives may conflict and attention must be given to the most appropriate way of balancing them in each situation.

Policy Considerations

Alternative systems

The current dominant model of intellectual property rights for innovation is not the only option available. There are existing alternatives and new models can be designed with differing cost distributions. Different systems may be appropriate in different areas; consideration must be given to the factors that affect this, including the nature of the knowledge, the method of discovery and the environment in which knowledge generation takes place.

For example, the current system can be modified through increased use of mechanisms such as patent pools, voluntary or compulsory licensing, and differential pricing. A range of alternative models is also possible: from those which are related to the current rights system such as remuneration-based patents, through prize funds, to completely open-access models.

Assessing models of innovation

Any model of innovation is likely to have advantages and disadvantages. Consideration should be given to which is the most appropriate for particular circumstances, bearing in mind the principles above and the goals of science and innovation.

In evaluating the various possible models, the following factors should be taken into consideration:

- The extent to which it advances welfare and promotes human flourishing
- Fair and equitable distribution of benefits and burdens, with particular attention to resource providers (including the scientific community, the public, specific contributors of knowledge/biomaterials, and other contributors)
- Facilitation of safe and sustainable access to the end product

Affordability in use of the system and of the end products

- Maintenance of free flow of scientific information
- Promotion of open communication
- The provision of adequate incentives to stimulate scientific discovery and innovation
- Ease and effectiveness of operation
- Inclusion of operational rules appropriate to achieving desired objectives
- Awareness of global dynamics

Principles and Progress in the Global context

The objectives for innovation management listed earlier also need to be achieved within the global context. Design and choice of innovation model may also, therefore, need to take into account the issues raised in the discussion of Global Dynamics (page 6). We have considered the question of “Who Owns Science” in the context of what we believe to be the purposes of science and innovation and evaluated the way in which ownership of science currently operates with respect to these purposes. It is clear that the dominant existing model of innovation, while serving some necessary purposes for the current operation of innovation, also impedes achievement of core scientific goals in a number of ways. In many cases it restricts access to scientific knowledge and products, thereby limiting the public benefits of science; it can restrict the flow of information, thereby inhibiting the progress of science; and it may hinder innovation through the costly and complicated nature of the system. Limited improvements may be achieved through modification of the current IP system, but consideration of alternative models is urgently required.

We call for further research towards achieving more equitable innovation and enabling greater fulfilment of the goals of science as we see them.

Modified and alternative models of innovation have the potential to address problems inherent in the current system. An investigation and evaluation of these models is required in order to determine whether they are likely to be more successful in facilitating the goals of science and innovation identified above, and if so how they may be deployed. Greater cooperation between all actors is required; alongside development of theory, there is a clear need for practical engagement with actors at all stages of the innovation process.

The scope of this document is largely concerned with science that is in the public interest. More thought must be given to how we characterise what sort of science is in the public interest, and how we draw the boundaries between “public” and “private” science, in both the practical and the normative sense.

Members of the Manchester Manifesto Group have been actively pursuing research initiatives in these important areas; and the Group remains the base for practical discussion and ongoing investigations. We hope that the Manchester Manifesto will serve as a starting point for discussion, reflection and further research on these issues amongst all those concerned and involved with science and innovation.

2010: O Manifesto do Domínio Público (The Public Domain Manifesto)

Contexto: “O Manifesto do Domínio Público foi elaborado no contexto das atividades da COMMUNIA, rede temática da União Europeia sobre Domínio Público”, e publicado em 25 de janeiro de 2010. **Endereço:** <http://publicdomainmanifesto.org>

Manifesto:

Preâmbulo

“O livro, como um livro, pertence ao autor, mas como um pensamento, ele pertence - a palavra não é tão vasta - à humanidade como um todo. Todas as pessoas possuem este direito. Se um desses dois direitos, o direito do escritor e o direito do espírito humano, precisar ser sacrificado, certamente o direito do escritor seria o escolhido porque o interesse público é a nossa única preocupação, e todos, eu vos digo, devem vir antes de nós.” (Victor Hugo, *Discurso de Abertura do Congresso Literário Internacional de 1878*, 1878)

“Nossos mercados, nossa democracia, nossa ciência, nossas tradições de livre de expressão e toda nossa arte dependem mais fortemente de um material disponível livremente em Domínio Público do que de obras protegidas por direitos patrimoniais. O Domínio Público não é um resíduo deixado para trás quando todas as coisas boas já foram tomadas pelo direito de propriedade. O Domínio Público é compõe a estrutura que suporta a construção da nossa cultura. Ele é, na verdade, a maior parte da nossa cultura.” (James Boyle, *O Domínio Público*, p.40f, 2008)

O domínio público, tal como o entendemos, é o manancial de informações que está livre das barreiras de acesso ou reutilização geralmente associadas à proteção dos direitos autorais, seja porque ele é livre de qualquer proteção autoral, seja porque os detentores de direitos autorais decidiram remover essas barreiras.

O domínio público é a base da nossa auto-compreensão, expressa pelo nosso conhecimento e cultura compartilhados. É a matéria-prima da qual são derivados os novos conhecimentos e criadas as novas obras culturais. O domínio público atua como um mecanismo de proteção para garantir que essa matéria-prima esteja disponível ao custo de sua reprodução – próximo de zero – e que todos os membros da sociedade possam construir com base neste conteúdo.

Promover a existência de um domínio público saudável e próspero é essencial para o desenvolvimento social e o bem-estar econômico das nossas sociedades. O domínio público desempenha um papel crucial nas áreas de educação, ciência, patrimônio cultural e de informação do setor público. Um domínio público saudável e próspero é um dos pré-requisitos para assegurar que os princípios do artigo 27 (1) da Declaração Universal dos Direitos Humanos (“Todos tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar no progresso científico e de seus benefícios.”) possam ser apreciados por todos ao redor do mundo.

A sociedade da informação digital em rede trouxe a questão do domínio público para o primeiro plano das discussões sobre direitos autorais. Com o intuito de preservar e fortalecer o domínio público precisamos de uma atualização consistente na compreensão da natureza e do papel desse recurso essencial. Este Manifesto do Domínio Público define o domínio público e delinea os princípios e as orientações necessárias para a concretização de um domínio público saudável do início do século 21..

O domínio público é aqui considerado em sua relação com o Direito Autoral, restando excluídos outros direitos de propriedade intelectual (como patentes e marcas), devendo o direito autoral ser compreendido em seu sentido mais amplo para incluir os direitos patrimoniais e morais de autor, além de correlatos (incluindo direitos conexos e aqueles relativos a bases de dados).

Para fins de leitura deste documento, o termo “direitos autorais” é usado para identificar esses direitos. Além disso, o termo “obras” inclui toda matéria protegida por direito autoral, assim como bases de dados, performances e gravações. Da mesma forma, o termo “autor” abrange fotógrafos, produtores, empresas de radiodifusão, pintores e artistas.

O domínio público no século 21

O domínio público, como formulado neste Manifesto, é definido como o substrato cultural livre para ser usado sem restrições, sobre o qual não há proteção autoral. Além das obras que estão formalmente em domínio público, existem várias obras valiosas que indivíduos compartilham voluntariamente, viabilizando a formação de um *commons* construído de forma privada, mas que funciona em muitos aspectos como o domínio público. Além disso, os indivíduos podem também fazer uso de muitas obras protegidas através de exceções e limitações aos direitos autorais, *fair use* e *fair dealing*. Todos esses mecanismos que permitem um maior acesso à nossa cultura e ao patrimônio cultural são extremamente importantes, e devem ser ativamente apoiados para que a sociedade possa colher os benefícios do conhecimento e da cultura compartilhados.

O domínio público

O domínio público estrutural reside no núcleo da noção de domínio público e é composto por nosso conhecimento compartilhado, cultura e recursos que podem ser usados sem restrições autorais pela lei vigente. Especificamente, o Domínio Público estrutural é composto por duas classes diferentes de materiais:

- 1. Obras cuja proteção autoral já expirou.** O direito autoral é um direito temporário garantido aos autores. Uma vez que essa proteção temporária chega ao fim, todas as restrições legais deixam de existir, com exceção dos países cuja legislação prevê a existência de direitos morais perpétuos do autor.
- 2. O *commons* essencial da informação que não é abrangido pelo direito autoral.** Obras que não são protegidas por direito autoral porque elas não cumprem o requisito da originalidade, ou são excluídas de proteção (como dados, fatos, idéias, procedimentos,

processos, sistemas, métodos de operação, conceitos, princípios ou descobertas, independentemente da forma em que são descritos, explicados ilustrados ou incorporados em uma obra, assim como leis e decisões administrativas e judiciais). Esse *commons* essencial é muito importante para o desenvolvimento de nossas sociedades e não deve ser onerado por restrições legais de qualquer natureza, mesmo que por um período limitado.

O domínio público estrutural é um equilíbrio historicamente alcançado na proteção dos direitos autorais e é essencial para a memória cultural e para a base do conhecimento em nossas sociedades. Na segunda metade do século 20 todos os dois elementos aqui identificados foram afetados pela extensão do prazo de proteção autoral e pela introdução de regimes de proteção legal assemelhados à proteção autoral.

Os *commons* voluntários e as prerrogativas dos usuários:

Além do núcleo estrutural do Domínio Público, outros mecanismos essenciais possibilitam que usuários possam interagir livremente com obras protegidas por direitos autorais. Esses mecanismos representam uma zona de liberdades em nossa atual cultura e conhecimento, garantindo que a proteção autoral não interfira em requerimentos específicos da sociedade e na autonomia da vontade dos autores. Enquanto essas fontes aumentam o acesso a obras protegidas, algumas delas condicionam esse acesso a certas formas de uso ou restringem o acesso a certas classes de usuários:

1. Obras que sejam voluntariamente compartilhadas pelos titulares de direitos sobre as mesmas. Criadores podem remover restrições de uso de suas obras de várias formas: (i) licenciando livremente as mesmas; (ii) valendo-se de ferramentas legais para permitir que terceiros usem suas obras sem restrições; (iii) ou ainda dedicando as suas obras ao domínio público. Para definições sobre licenciamento livre consulte a definição de *software* livre (<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html>), a definição de obras culturais livres (<http://freedomdefined.org/Definition>) e a definição de conhecimento aberto (<http://opendefinition.org/1.0/>).

2. As prerrogativas dos usuários criadas pelas exceções e limitações aos direitos do autor, *fair use* e *fair dealing*. Tais prerrogativas integram o domínio público. Elas garantem a existência de acesso suficiente à nossa cultura e conhecimento, possibilitando o funcionamento de instituições sociais fundamentais e permitindo a participação social de pessoas com necessidades especiais.

Analisadas conjuntamente, o domínio público, o compartilhamento voluntário de obras e as exceções e limitações aos direitos autorais, bem como os regimes do *fair use* e do *fair dealing*, buscam garantir que todos tenham acesso à nossa cultura e conhecimento compartilhados de forma a facilitar a inovação e a participação cultural para benefício de toda a sociedade. Sendo assim, é importante que o domínio público, em ambas as suas manifestações, seja preservado de modo a continuar a desempenhar um papel-chave nesse período de rápidas mudanças tecnológicas e sociais.

Princípios Gerais

Em um período de mudanças tecnológicas e sociais extremamente rápidas, o domínio público cumpre um papel essencial no fomento à participação cultural e à inovação digital e, portanto, precisa ser ativamente mantido. A manutenção ativa do domínio público deve levar em conta uma série de princípios gerais. Os princípios listados a seguir são essenciais para fomentar uma compreensão consistente sobre o papel do domínio público na cultura digital, e para garantir que o domínio público continue a funcionar no ambiente tecnológico da sociedade da informação em rede. No que diz respeito ao domínio público estrutural, os princípios são os seguintes:

1. O domínio público é a regra; a proteção dos direitos autorais é a exceção. Na medida em que a proteção de direitos autorais é concedida apenas a formas originais de expressão, a grande maioria dos dados, informações e idéias produzidas no mundo, em certo momento, pertence ao domínio público. Além das informações que não são passíveis de proteção, o domínio público é ampliado a cada ano por obras cujo prazo de proteção expira. A aplicação combinada dos requisitos de proteção e de uma duração limitada para a proteção de direitos autorais contribui para o enriquecimento do domínio público, garantindo maior acesso à nossa cultura e conhecimento compartilhados..

2. A proteção do direito autoral deve durar apenas o tempo necessário para alcançar um equilíbrio razoável entre (1) a proteção para recompensar o autor por seu trabalho intelectual, e (2) a salvaguarda do interesse público na divulgação da cultura e conhecimento. Não existe nenhum argumento válido, nem da perspectiva do autor, nem da perspectiva do público em geral (seja histórico, econômico, social ou outro) que justifique o apoio a um prazo excessivamente longo de proteção de direitos autorais. Embora o autor tenha direito de colher os frutos do seu trabalho intelectual, o público em geral não deve ser privado por um período excessivamente longo dos benefícios de utilizar livremente as obras.

3. O que está em domínio público deve permanecer no domínio público. O controle exclusivo sobre as obras em domínio público não deve ser restabelecido através da reivindicação de direitos exclusivos de reprodução técnica das obras, ou pelo uso de medidas de proteção técnica (TPM) para limitar o acesso às reproduções técnicas dessas obras.

4. Quem utiliza legitimamente uma cópia digital de uma obra em domínio público deve ser livre para (re)utilizar, copiar e modificar esse trabalho. O *status* de domínio público de uma obra não significa necessariamente que ela deve se tornar acessível ao público. Os proprietários das obras físicas que estão em domínio público são livres para restringir o acesso a essas obras. Contudo,

uma vez que o acesso a uma obra tenha sido concedido, não devem existir restrições legais sobre a reutilização, a modificação ou a reprodução destas obras.

5. Contratos ou medidas técnicas de proteção para restringir o acesso e re-utilização de obras em domínio público não devem ser aplicados. O *status* de domínio público de uma obra garante o direito de reutilizar, modificar e reproduzir. Isso inclui também as prerrogativas decorrentes de exceções e limitações, e dos regimes de *fair use* e *fair dealing*, assegurando que estas prerrogativas não podem ser limitadas por via contratual ou tecnológica.

Ademais, os seguintes princípios constituem o cerne dos *commons* voluntários e das prerrogativas do usuário acima descritos:

1. A renúncia voluntária dos direitos autorais e compartilhamento de obras protegidas são exercícios legítimos da exclusividade típica dos direitos autorais. Muitos dos autores titulares de proteção por suas obras não querem exercer esses direitos em toda a sua extensão, ou desejam abrir mão desses direitos completamente. Tais ações, desde que sejam voluntárias, são um exercício legítimo da exclusividade típica dos direitos autorais e não podem ser impedidas por lei, regulamento ou outros mecanismos, incluindo os direitos morais.

2. As exceções e limitações aos direitos autorais, e os regimes de *fair use* e *fair dealing* devem ser ativamente apoiados para garantir a efetividade do equilíbrio fundamental entre os direitos autorais e o interesse público. Esses mecanismos criam prerrogativas ao usuário ao criar uma zona de liberdades dentro do sistema de direitos autorais. Dado o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e sociais, é importante que elas permaneçam capazes de assegurar o funcionamento de instituições sociais essenciais e a participação social de pessoas com necessidades especiais. Tais mecanismos devem, portanto, ser interpretados com base em sua natureza evolutiva, sendo constantemente adaptados de modo a considerar o interesse público.

Além desses princípios gerais, uma série de questões relevantes para o domínio público deve ser tratada imediatamente. As seguintes recomendações são no sentido de defender o domínio público e garantir que ele possa continuar a funcionar de forma significativa. Embora estas recomendações sejam aplicáveis em todo o espectro dos direitos autorais, elas são de especial importância para a educação, o patrimônio cultural e a investigação científica.

Recomendações gerais

1. O prazo de proteção dos direitos autorais deve ser reduzido. A duração excessiva de proteção de direitos autorais combinada com a ausência de formalidades para registro é altamente prejudicial para a acessibilidade do nosso conhecimento e cultura compartilhados. Além disso, aumenta a ocorrência de obras órfãs, obras que não estão nem sob o controle de seus autores, nem são parte do domínio público, não podendo, em quaisquer dos casos, ser idealmente utilizadas. Assim, para novas obras a duração da proteção de direitos autorais deve ser reduzida a um prazo mais razoável.

2. Qualquer mudança no escopo de proteção dos direitos autorais (incluindo qualquer nova definição sobre o conceito de obras protegidas ou ampliação de direitos exclusivos) precisa considerar os efeitos sobre o domínio público. Qualquer alteração no âmbito de proteção de direitos autorais não deve ser aplicada retroativamente a obras que já foram objeto de proteção. O direito autoral é uma exceção de tempo limitado ao *status* de domínio público da nossa cultura e conhecimento compartilhados. No século XX o seu âmbito foi alargado de modo significativo, de forma a acomodar os interesses de uma pequena classe de titulares de direitos, em detrimento do público em geral. Consequentemente, a maioria da nossa cultura e conhecimento compartilhados está bloqueada por direitos autorais e restrições técnicas. Nós devemos assegurar que esta situação não será minimamente agravada, sendo, pelo contrário, positivamente reformada no futuro.

3. Uma obra que tenha entrado em domínio público estrutural no seu país de origem deve ser reconhecida como parte do domínio público estrutural em todos os outros demais países. Se uma obra não pode ser objeto de proteção de direitos autorais em um país por se enquadrar no âmbito de uma exclusão específica a direito autoral, seja porque ele não atende a critério de originalidade, seja porque a duração da sua proteção se esgotou, não deve ser possível a ninguém (incluindo o autor) invocar a proteção de direitos autorais sobre essa obra em outro país de modo a retirá-la do domínio público estrutural.

4. Qualquer tentativa falsa ou enganosa de apropriação indevida de material de domínio público deve ser legalmente punida. A fim de preservar a integridade do domínio público e proteger os usuários de obras em domínio público contra representações imprecisas e fraudulentas, quaisquer tentativas falsas ou enganosas para reivindicar exclusividade sobre material de domínio público devem ser declaradas ilegais.

5. Nenhum outro direito de propriedade intelectual deve ser usado para reconstituir a exclusividade sobre material em domínio público. O domínio público é essencial para o equilíbrio interno do sistema de direitos autorais. Este equilíbrio interno não deve ser manipulado por tentativas de reconstituir ou obter o controle exclusivo através de regulações externas aos direitos autorais.

6. Deve existir uma forma prática e eficaz de disponibilizar “obras órfãs” e obras publicadas não disponíveis comercialmente (como obras esgotadas) para re-utilização pela sociedade. A extensão do escopo e duração dos direitos autorais e a restrição às formalidades para as obras estrangeiras criaram uma enorme quantidade de obras órfãs que nem estão sob o controle dos seus autores, nem fazem parte do domínio público. Considerando-se que essas obras na atual legislação não beneficiam os seus autores ou a sociedade, as mesmas precisam ser disponibilizadas para reutilizações produtivas pela sociedade como um todo.

7. Instituições de patrimônio cultural deveriam assumir um papel especial no registro eficiente e na conservação das obras em domínio público. Às organizações não-governamentais para a proteção do patrimônio cultural foi confiada a preservação do conhecimento e cultura por nós compartilhados. Como parte deste papel elas precisam garantir que as obras em domínio público estejam disponíveis para toda a sociedade, catalogando-as, preservando-as e tornando-as disponíveis gratuitamente.

8. Não deve haver obstáculos jurídicos que impeçam o compartilhamento voluntário de obras ou a destinação de obras ao domínio público. Ambos são legítimos exercícios de direitos exclusivos concedidos pelo direito autoral e ambos são fundamentais para se garantir o acesso a bens culturais e conhecimentos essenciais, e para respeitar os desejos dos autores.

9. O uso pessoal e não-comercial de obras protegidas deve em geral ser possível, e modos alternativos de remuneração para o autor devem ser explorados. Embora seja essencial para o auto-desenvolvimento de cada indivíduo que ele ou ela seja capaz de fazer uso pessoal e não-comercial de obras, é também essencial que a posição do autor seja considerada quando forem estabelecidas novas limitações e exceções aos direitos autorais, ou revisadas as limitações e exceções existentes.

Traduzido por: Carlos Affonso Pereira de Souza, Arthur Protasio, Eduardo Magrani e Koichi Kameda (Centro de Tecnologia e Sociedade – CTS/FGV) e José Murilo (Ministério da Cultura).

2012: Manifesto “Cultura Livre não é Mercadoria”

Contexto: “Manifesto produzido pelo coletivo Epidemia sobre as relações entre cultura livre e mercado. Num momento em que iniciativas não antagônicas com o mercado começam a defender abertamente um “pós-mercado” parece adequado retomar essas ideias.” **Endereço:** <http://www.gpopai.org/ortellado/2012/02/cultura-livre-nao-e-mercadoria>

Manifesto:

*Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre,
é a liberdade que oprime e a lei que liberta.*
Lacordaire

A cultura é livre quando os sujeitos que com ela se relacionam também são livres. Produtores, apreciadores, críticos e todos aqueles que criam, opinam, acessam e difundem a cultura não podem ter suas ações limitadas pela lógica de mercado ou por decisões de Estado. A fruição cultural não deve estar restrita àqueles que por ela podem pagar. Da mesma forma, o fato de poder ser vendida ou estar associada a algum serviço vendável não deve ser determinante para a sua existência. Mas afastar-se dessa lógica mercantil não pode, tampouco, significar a subordinação a algum controle estatal de conteúdo. A diversidade e a abrangência que o desenvolvimento cultural livre exige dependem de um ambiente em que haja autonomia, acesso universal e livre manifestação, sem direcionamentos e restrições mercantis, sem a vinculação com a sobrevivência material do autor e sem qualquer controle externo. Não é, portanto, uma característica apenas do produto cultural. Trata-se de libertar todo seu processo de criação e difusão garantindo uma ampla participação para os sujeitos sociais criarem e acessarem livremente os bens culturais. A cultura livre é, assim, um passo na construção de uma sociedade livre.

O movimento de cultura livre foi constituído por uma ambigüidade fundamental da palavra ‘free’, desde os primeiros tempos do software livre. Quando Stallman lançou o conceito de software livre, nos anos 1980, livre foi definido como o direito do usuário de executar o programa, estudar o código, modificá-lo e copiá-lo, na forma original ou modificada. Stallman sempre enfatizou que ‘free’, termo ambíguo em inglês, não se referia à gratuidade, mas à liberdade. O direito de vender o programa estava contido na liberdade de ser livremente copiado, inclusive com fins comerciais.

Mesmo assim, criava-se uma contradição, já que ‘free’ indiretamente apontava para um acesso gratuito à cultura não era fundamentalmente ‘free as in free beer’, mas era também. Podendo ser livremente copiado, estava garantido o acesso gratuito e, portanto, a não necessidade de ser comprado. Além dessa liberdade, ‘free’ expressava o direito de livre modificação do bem cultural, fosse ele um software (nos primeiros tempos do Stallman) ou uma base musical (na era do Creative Commons) – era neste sentido que se aproximava de ‘free as in free speech’.

O direito de vender a cultura, de toda maneira, estava garantido, embora essa venda não pudesse restringir o direito de livre cópia. Foi a partir desse direito fundamental de ser vendida, sempre contido na definição do livre (seja do software, seja da cultura) que se desenvolveram os ‘novos modelos de negócio’, nos quais as liberdades são mantidas, mas o circuito de produção mercantil se recompõe. Essa recomposição da produção de mercado se apóia não mais na venda do bem cultural, mas em serviços ligados ao livre acesso ao bem (serviços de instalação, adaptação e manutenção de software; serviços de distribuição; serviços de publicidade ligados ao acesso aos bens; agenciamento de performances ao vivo; etc.). Gerando dividendos não com a venda do bem, que restringe o direito de cópia, mas com serviços relacionados, parte da indústria cultural se adaptou ao fato consumado da ‘livre’ cópia digital distribuída por CDs, DVDs e a Internet.

No entanto, esses novos modelos de negócio ainda subordinam a produção da cultura à lógica mercantil. A cultura continua precisando gerar dividendos, só que eles não provêm mais das vendas de CDs e DVDs, mas da publicidade e dos shows. Como era necessário que dessem lucro aos produtores dos novos modelos de negócio, a cultura foi mais uma vez submetida aos padrões bem

sucedidos do mercado, que por reproduzirem esquemas do que foi vendido no passado, dão certa garantia ao investidor de boas vendas no futuro. Dessa maneira, o rebaixamento cultural do modo industrial de produção da cultura continua prevalecendo, ainda que formalmente a cultura seja ‘livre’.

Um movimento de cultura que seja substantivamente livre, precisa fugir efetivamente dos controles do mercado e do Estado. Essa cultura livre, deve, por um lado, ser uma cultura que garanta a diversidade sem se subordinar à lógica de valorização do capital, que é a lógica da indústria cultural e, por outro, ser uma cultura que garanta o livre acesso, o acesso gratuito e não mercantil a esses bens culturais. No contexto de uma sociedade capitalista, que cria todo tipo de constrangimento a esse ideal, a cultura livre se manifesta de forma limitada e antagônica, por meio de táticas com resultados incompletos. Em todas elas, buscam-se formas de subsidiar a produção cultural tentando garantir a liberdade de criação e o livre acesso:

- Uma dessas táticas é semelhante a dos novos modelos de negócios, só que em pequena escala, com menor intermediação, sofrendo assim menos pressão do mercado. Nessa tática, o criador garante o acesso universal à sua obra por meio de uma licença livre e tenta garantir sua subsistência por meio da venda de serviços ou performances, como a instalação e personalização de um software, shows e apresentações musicais ou aulas e conferências. A maioria desses serviços é organizado em pequena escala, sem recorrer a um intermediador, de modo que o próprio criador controle o conjunto do processo;
- Outra tática consiste em buscar o financiamento público, garantindo a emancipação do mercado ainda que sob o risco do controle do Estado. Há experiências relativamente bem sucedidas de financiamento público das atividades culturais, que oferecem fomento ao exercício da atividade e não à entrega de produtos específicos, como livros, apresentações ou shows. O controle político da criação também pode ser mitigado por meio de instrumentos de “controle social”, como conselhos não estatais de seleção de beneficiários;
- Uma terceira tática consiste na desprofissionalização da cultura, que não sendo uma atividade profissional e não precisando gerar dividendos, pode ser livremente exercida e ofertada ao público. Essa tática tem também a vantagem de, uma vez difundida, democratizar a produção, embora tenha a notável desvantagem de não poder se estender àqueles que não dispõem de tempo ou de recursos próprios e de impedir a dedicação integral à produção artística;
- Por fim, há também a tática que consiste em estimular uma espécie de mecenato público por meio de doações voluntárias. Nela, os bens são livremente ofertados, mas solicita-se uma contribuição voluntária, uma doação, que não sendo obrigatória, não impede o acesso universal. É, portanto, um meio de desvincular o apoio à arte e à cultura da possibilidade ou não de seu acesso. Essa tática tem como consequência adicional fomentar a solidariedade ativa. Como desvantagem, quando por qualquer motivo é malsucedida ela pode impedir ou punir iniciativas de qualidade que dependam financeiramente dela para se manter.

Todas essas táticas não são livres num sentido pleno. Elas são limitadas e constrangidas pelas formas atuais do mercado e do Estado. Elas só podem ter um potencial emancipatório se se colocarem como experimentos parciais de novas relações sociais, antagônicas à produção cultural dominante baseada na mercantilização, na reprodução de esquemas e no controle político. Uma cultura livre, no sentido substantivo e pleno, só é possível numa sociedade livre. Mas a cultura livre que está sendo desenvolvida nas novas táticas que enumeramos e ainda noutras podem ser um gérmen fecundo da sociedade que queremos, se estivermos comprometidos em separar esses experimentos de liberdade substantiva, da liberdade mercantil dos novos modelos de negócio.

ANEXO 4 - LEIS

2005: Resolução da Universidade de São Paulo. Nº 5213, de 02 de Junho de 2005.....	321
2011: Decreto da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Nº 52.681, de 26 de Setembro de 2011.....	321

2005: Resolução da Universidade de São Paulo. Nº 5213, de 02 de Junho de 2005

Regula a extração de cópias reprográficas de livros, revistas científicas ou periódicos no âmbito da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art 207 da Constituição Federal e no [art 42](#), IX, do Estatuto, baixado pela Resolução nº [3461](#), de 07.10.88, e de acordo com o deliberado pelo Conselho Universitário, em Sessão de 31 de maio de 2005, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - As normas constantes desse ato deverão ser observadas em todas as instalações e órgãos da Universidade de São Paulo, quer sejam vinculados diretamente à autarquia, quer se trate de permissionários ou concessionários de serviços.

Artigo 2º - Visando garantir as atividades-fins da Universidade, será permitida a extração de cópias de pequenos trechos, como capítulos de livros e artigos de periódicos ou revistas científicas, mediante solicitação individualizada, sem finalidade de lucro, para uso próprio do solicitante.

Artigo 3º - As bibliotecas deverão marcar seu acervo com sinais distintivos diferenciando as seguintes categorias de obras:

- I – esgotadas sem republicação há mais de 10 anos;
- II – estrangeiras indisponíveis no mercado nacional;
- III – de domínio público;
- IV – nas quais conste expressa autorização para reprodução.

Parágrafo único - De qualquer obra que contenha o sinal distintivo de uma dessas categorias, será permitida a reprodução reprográfica integral.

Artigo 4º - É permitido, por parte de docentes, o fornecimento de material destinado estritamente ao ministério de disciplina constante do programa da universidade, sendo autorizada sua reprodução para os alunos regularmente inscritos, observado o disposto nos artigos precedentes.

Artigo 5º - Fica garantido o livre exercício das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas de intercâmbio de material entre instituições de ensino e pesquisa nos limites desta Resolução.

Artigo 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 2005.1.13361.1.1)
Reitoria da Universidade de São Paulo, 02 de junho de 2005.

ADOLPHO JOSÉ MELFI
Reitor
NINA BEATRIZ STOCCO RANIERI
Secretária Geral

2011: Decreto da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Nº 52.681, de 26 de Setembro de 2011

Dispõe sobre o licenciamento obrigatório das obras intelectuais produzidas com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, no âmbito da rede pública municipal de ensino.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação é detentora dos direitos autorais sobre as obras por ela produzidas, cuja utilização por terceiros, desde que para fins não comerciais, depende de sua prévia e expressa autorização;

CONSIDERANDO a necessidade de regular, no âmbito municipal, a divulgação das obras elaboradas por aquela Secretaria, bem como as condições de seu uso e reprodução por terceiros, como medida de política pública que visa assegurar e disciplinar o acesso democrático aos conteúdos educacionais e pedagógicos de natureza pública,

DECRETA:

Art. 1º. As obras intelectuais produzidas pela Secretaria Municipal de Educação para utilização pelas unidades da rede pública municipal de ensino, com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, tais como livros e materiais didáticos, orientações curriculares e manuais de orientação para o programa de alimentação escolar, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Secretaria no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na Internet e licenciadas para livre utilização, compreendendo a cópia, a distribuição e a transmissão, observadas as seguintes condições:

I – preservação do direito de atribuição ao autor;

II – utilização para fins não comerciais.

Parágrafo único. A licença obrigatória de que trata o “caput” deste artigo compreende o direito de criação de obras derivadas, desde que sejam licenciadas sob a mesma licença da obra original.

Art. 2º. Os contratos celebrados pela Administração Municipal visando à produção das obras referidas no artigo 1º ou à cessão de direitos autorais de terceiros, quando necessária, nos termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, deverão prever expressamente a obrigatoriedade de divulgação e licenciamento das obras, na forma estabelecida por este decreto.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de setembro de 2011, 458º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER, Secretário Municipal de Educação

NELSON HERVEY COSTA, Secretário do Governo Municipal

ANEXO 5 - DOCUMENTOS AVULSOS

2000: A Posição da IFLA sobre Direitos Autorais no Ambiente Digital (The IFLA Position on Copyright in the Digital Environment)	323
2001: Iniciativa de Budapest para el Acceso Abierto (Budapest Open Access Initiative)	325
2002: Fórum Social Mundial - Convocatoria de los movimientos sociales	327
2002: Fórum Social Mundial – Conferência Especial sobre Educação	329
2004: Contribuições à Plataforma Mundial de Educação	333
2005: Compromiso de Túnez	334
2005: Fórum Social Mundial - Llamamiento de los movimientos sociales a la movilización contra la guerra, el neoliberalismo, la explotación y exclusión por otro mundo posible	336
2007: Fórum Social Mundial - Declaração de Nairóbi e Agenda de Compromissos	339
2007: Fórum Social Mundial - Luchas africanas, luchas globales	340
2007: Fórum Social Mundial - Résolutions du Forum parlementaire mondial à Nairobi	341
2007: Plataforma Mundial de Educação	343
2008: Fórum Social Mundial - Chamada para um Dia de Mobilização e Ação Global	344
2009: Fórum Mundial de Educação – Assembléia de Educação	344
2010: Fórum Mundial de Educação: Compostela: La paz como Cultural	345
2011: Fórum Mundial de Educação - Encaminhamentos da Assembléia de Educação	346
2012: Decálogo de Medidas Necesarias para Preservar la Sociedad del Conocimiento	347
2012: Position statement in support of open and unrestricted access to published research	348

2000: A Posição da IFLA sobre Direitos Autorais no Ambiente Digital (The IFLA Position on Copyright in the Digital Environment)

Contexto: apresentado no próprio texto da declaração. **Endereço:** <http://archive.ifla.org/III/clm/p1/pos-dig.htm>

Avulso:

The IFLA Position on Copyright in the Digital Environment

August 2000

IFLA is an international non-governmental organisation (NGO) which exists to undertake, support and co-ordinate research and studies, and disseminate information about all aspects of library and information work world wide and to organise meetings and training in this field.

In the international copyright debate, IFLA represents the interests of the world's libraries and their users. Copyright law impacts on most of what libraries do. It affects the services that libraries can provide to their users, and the conditions on which they can provide access to copyright materials. It affects the way in which libraries can act as navigational agents and undertake effective archiving and preservation activities. It is for these reasons that IFLA participates in the international copyright debate.

Balanced Copyright is for everybody

Librarians and information professionals recognise, and are committed to support the needs of their patrons to gain access to copyright works and the information and ideas they contain. They also respect the needs of authors and copyright owners to obtain a fair economic return on their intellectual property. Effective access is essential in achieving copyright's objectives. IFLA supports balanced copyright law that promotes the advancement of society as a whole by giving strong and effective protection for the interests of rightsholders as well as reasonable access in order to encourage creativity, innovation, research, education and learning.

IFLA supports the effective enforcement of copyright and recognises that libraries have a crucial role to play in controlling as well as facilitating access to the increasing number of local and remote electronic information resources. Librarians and information professionals promote respect for copyright and actively defend copyright works against piracy, unfair use and unauthorised exploitation, in both the print and the digital environment. Libraries have long acknowledged that they have a role in informing and educating users about the importance of copyright law and in encouraging compliance.

However, IFLA maintains that overprotection of copyright could threaten democratic traditions and impact on social justice principles by unreasonably restricting access to information and knowledge. If copyright protection is too strong, competition and innovation is restricted and creativity is stifled.

In the Digital Environment

Information is increasingly being produced in digital format. New communications technologies bring unprecedented opportunities for improving access to information and technology has the potential to improve communication and access for those disadvantaged by distance or economic circumstances. However, we now know that technology also has the potential to further stratify society into the information-haves and the information-have-nots. If reasonable access to copyright works is not maintained in the digital environment, a further barrier will be erected which will deny access to those who cannot afford to pay.

Libraries will continue to play a critical role in ensuring access for all in the information society. Properly functioning national and international networks of library and information services are critical to the provision of access to information. Traditionally, libraries have been able to provide reasonable access to the purchased copies of copyright works held in their collections. However, if in future all access and use of information in digital format becomes subject to payment, a library's ability to provide access to its users will be severely restricted. In order to maintain a balance between the interests of rights holders and users, IFLA has developed the following statement of principles.

Digital is not Different

The Berne Convention permits members of the Berne Union to grant exceptions in certain special cases which do not conflict with a normal exploitation of the work and do not unreasonably prejudice the legitimate interests of the author.

In 1996, the members of the World Intellectual Property Organisation adopted two treaties to update copyright law for the digital environment. In confirming that existing exceptions and limitations can be carried forward and extended in the digital environment, WIPO countries rejected the claim that "digital is different". Contracting parties are allowed to carry forward and extend such limitations in the digital environment, and create new exceptions where appropriate.

IFLA maintains that unless libraries and citizens are granted exceptions which allow access and use without payment for purposes which are in the public interest and in line with fair practice such as education and research, there is a danger that only those who can afford to pay will be able to take advantage of the benefits of the Information Society. This will lead to an even greater divide between the information rich and the information poor. Further, there should be no discrimination in copyright laws against visually, aurally or learning disabled persons. Reformatting of material to make it accessible should not be considered an infringement of copyright and should be considered as reasonable access.

1. In national copyright legislation, exceptions to copyright and related rights, allowed in the Berne Convention and endorsed by the WIPO treaties should be revised if necessary to ensure that permitted uses apply equally to information in electronic form and to information in print.
2. For copying over and above these provisions there should be administratively simple payment schemes.
3. Temporary or technical copies which are incidental to the use of copyright material should be excluded from the scope of the reproduction right.
4. For works in digital format, without incurring a charge or seeking permission all users of a library should be able to:
 - browse publicly available copyright material;
 - read, listen to, or view publicly marketed copyright material privately, on site or remotely;
 - copy, or have copied for them by library and information staff a reasonable proportion of a digital work in copyright for personal, educational or research use.

Information resource sharing

Resource sharing plays a crucial role in education, democracy, economic growth, health and welfare and personal development. It facilitates access to a wide range of information, which would not otherwise be available to the user, library or country requesting it. Resource sharing is not a mechanism to reduce costs but to expand availability to those who, for economic, technical or social reasons cannot have access to the information directly.

- Providing access to a digital format of a protected work to a user for a legitimate purpose such as research or study should be a permitted act under copyright law.

Lending

Non-commercial public lending is not an activity that has traditionally been controlled by copyright law. Public lending is essential to culture and education. It should be available to all. Information packaged in all formats has and will become part of the lending stock. Lending in turn assists in the marketing of commercially packaged information and encourages sales. Libraries are, in effect, catalysts for the sale of information in all of its formats. Therefore, any legal or contractual restraints put on lending would be to the disadvantage of rights holders as well as to the libraries themselves.

- The lending of published physical format digital materials (for example CD-ROMs) by libraries should not be restricted by legislation.
- Contractual provisions, for example within licensing agreements, should not override reasonable lending of electronic resources by library and information staff.

Preservation and conservation

Libraries collect and preserve information. In fact, the responsibility for preserving information and culture belongs to the library and information profession. Copyright law should not prevent libraries from relying on new technology to improve preservation techniques.

- Legislation should give libraries and archives permission to convert copyright protected materials into digital format for preservation and conservation related purposes.
- Legislation should also cover the legal deposit of electronic media.

Contracts and Copy Protection Systems

Copyright protection should encourage not inhibit, use and creativity. Copyright law should not give rightsholders the power to use technological or contractual measures to override the exceptions and limitations to copyright and distort the balance set in international and domestic copyright legislation. Licensing agreements should complement copyright legislation, not replace it. Access to information, rather than control of information, increases use. Indeed studies have shown that too much control, in the form of technical protection, is counterproductive. Circumvention of technological measures for non-infringing activities should be enabled.

- National copyright legislation should render invalid any terms of a licence that restrict or override exceptions or limitations embodied in copyright law where the licence is established unilaterally by the rightsholders without the opportunity for negotiation of the terms of the licence by the user.
- National copyright laws should aim for a balance between the rights of copyright owners to protect their interests through technical means and the rights of users to circumvent such measures for legitimate, noninfringing purposes.

Liability for Copyright Infringement

Although, libraries as intermediaries have an important role to play in ensuring compliance with copyright law, liability should ultimately rest with the infringer.

- Copyright law should enunciate clear limitations on liability of third parties in circumstances where compliance cannot practically or reasonably be enforced.

Summary of Principles

In order to maintain a balance between the interests of rights holders and users, IFLA has developed the following state of principles.

1. In national copyright legislation, exceptions to copyright and related rights, allowed in the Berne Convention and endorsed by the WIPO treaties should be revised if necessary to ensure that permitted uses apply equally to information in electronic form and information in print.
2. For copying over and above these provisions there should be administratively simple payment schemes.
3. Temporary or technical copies which are incidental to the use of copyright material should be excluded from the scope of the reproduction right.
4. For works in digital format, without incurring a charge or seeking permission all users of a library should be able to:
 - browse publicly available copyright material;
 - read, listen to, or view publicly marketed copyright material privately, on site or remotely;
 - copy, or have copied for them by library and information staff, a reasonable portion of a digital work in copyright for personal, educational or research use
5. Providing access to a digital format of a protected work to a user for a legitimate purpose such as research or study should be permitted under copyright law.
6. The lending of published physical format digital materials (for example CD ROMs) by libraries should not be restricted by legislation.
7. Contractual provisions, for example, within licensing arrangements, should not override reasonable lending of electronic resources by library staff.
8. Legislation should give libraries and archives permission to convert copyright protected materials into digital format for preservation and conversation related purposes.
9. Legislation should also cover the legal deposit of electronic media.
10. National copyright legislation should render invalid any terms of a license that restrict or override exceptions or limitations embodied in copyright law where the license is established unilaterally by the rightholders without the opportunity for negotiation of the terms of the license by the user.
11. National copyright laws should aim for a balance between the rights of copyright owners to protect their interests through technical means and the rights of users to circumvent such measures for legitimate, non-infringing purposes.
12. Copyright law should enunciate clear limitations on liability of third parties in circumstances where compliance cannot practically or reasonably be enforced.

Approved by the IFLA Executive Board

2001: Iniciativa de Budapeste para el Acceso Abierto (Budapest Open Access Initiative)

Contexto: A Iniciativa do Acesso Aberto de Budapeste surge de uma reunião pequena, mas animada, realizada em Budapeste pelo Open Society Institute (OSI) de dezembro 1-2, 2001. O objetivo da reunião era para acelerar o progresso no esforço internacional para fazer artigos de pesquisa em todas as áreas acadêmicas disponíveis gratuitamente na internet. Os participantes representaram muitos pontos de vista, muitas disciplinas acadêmicas e muitas nações, e tinha experiência com muitas das iniciativas em curso que compõem o movimento de acesso aberto. Em Budapeste, exploraram como as iniciativas separadas poderiam trabalhar juntos para alcançar o sucesso mais amplo, mais profundo e mais rápido. Eles exploraram as estratégias mais eficazes e acessíveis para servir os interesses da investigação, os investigadores e as instituições e sociedades que apoiam a investigação. Finalmente, eles exploraram como OSI e

outras fundações poderia usar seus recursos mais produtiva para ajudar a transição para abrir o acesso e tornar o acesso aberto de publicação economicamente auto-sustentável. O resultado é a Budapest Open Access Initiative. É ao mesmo tempo uma declaração de princípio, uma declaração de estratégia, e uma declaração de compromisso. A iniciativa foi assinado pelos participantes de Budapeste e um número crescente de indivíduos e organizações de todo o mundo que representam os pesquisadores, universidades, laboratórios, bibliotecas, fundações, revistas, editoras, associações culturais e afins de acesso aberto iniciativas. Convidamos as assinaturas, o apoio e participação de toda a comunidade internacional científica e acadêmica. **Endereço:** <http://www.soros.org/openaccess/translations/portuguese-translation>

Avulso:

Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto

Uma antiga tradição e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível um avanço histórico. A antiga tradição é a disposição de cientistas e acadêmicos em publicar o fruto de suas pesquisas sem remuneração, em nome da transparência e democratização do conhecimento. A nova tecnologia é a internet. O avanço histórico que eles possibilitam é a distribuição da literatura acadêmica arbitrada por toda a extensão do globo e o acesso totalmente irrestrito e gratuito por parte de qualquer cientista, acadêmico, professor, estudante ou outro interessado. Desfazer as barreiras que impedem o acesso a esta literatura irá acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral, tirando dela seu máximo proveito e assentando as bases para a união da humanidade em uma ampla e inédita conversação intelectual comum em sua marcha pelo conhecimento.

Por várias razões, este tipo de disponibilidade online gratuita e irrestrita, que passaremos a chamar de **acesso aberto**, tem sido limitada a um número restrito de publicações. Mesmo nesta amostra limitada, muitas iniciativas diferentes vêm comprovando que o acesso aberto é economicamente viável e proporciona um potencial extraordinário no que se refere à difusão e aproveitamento de literatura relevante, conferindo aos seus autores e obras grande visibilidade, legibilidade e impacto. Para assegurar estes benefícios a todos, convocamos a todas as instituições e indivíduos que contruibam com a promoção do acesso aberto a toda a literatura acadêmica, desobstruindo suas barreiras, especialmente as barreiras de ordem financeira que se interpõem neste caminho. Quanto maior o número de adeptos à causa, mais cedo desfrutaremos dos benefícios do acesso aberto.

A literatura a se tornar acessível gratuitamente online é aquela que acadêmicos doam ao mundo sem esperar pagamento. Esta categoria envolve principalmente artigos publicados em periódicos arbitrados, mas inclui também qualquer pré-publicação não revisada que se tenha a intenção de disponibilizar online para comentar ou alertar colegas a importantes achados de pesquisa. Há muitos graus e tipos de acesso mais amplo e facilitado a esta literatura. Por “acesso aberto” a esta literatura, nos referimos à sua disponibilidade gratuita na internet, permitindo a qualquer usuário a ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet. A única limitação quanto à reprodução e distribuição, e o único papel do *copyright* neste domínio sendo o controle por parte dos autores sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado.

Se a literatura periódica arbitrada deveria ser acessível pela internet sem custo para os leitores, produzi-la não é possível sem custos. No entanto, há experimentos, que demonstram que o custo médio para oferecer acesso aberto a esta literatura é muito mais baixo que o custo tradicional das formas convencionais de difusão. Esta oportunidade de reduzir gastos ao mesmo tempo em que se expande a cobertura do acesso representam um forte incentivo a profissionais, associações, universidades, bibliotecas, fundações, etc., para que abracem o acesso aberto como um meio de avançar seus objetivos. Realizar o acesso aberto requer novos modelos de recuperação de custos e mecanismos de financiamento, mas a significativa redução nos gastos de difusão é uma razão para crer que o objetivo é alcançável e não só preferível ou utópico.

Para conquistar o acesso aberto para periódicos acadêmicos recomendamos duas estratégias complementares:

I. Auto-arquivamento. Em primeiro lugar, acadêmicos precisam de [instrumentos e de assistência](#) para depositar seus artigos em repositórios eletrônicos abertos, uma prática comumente chamada “auto-arquivamento”. Quando estes repositórios se conformam aos padrões criados pela [Iniciativa pelo Acesso Aberto](#), os buscadores e outras ferramentas podem tratar repositórios separados como um só. O usuário não precisa saber quais repositórios existem ou sua localização para encontrá-los e utilizar seu conteúdo.

II. Periódicos de acesso aberto. Em segundo lugar, acadêmicos precisam dos meios para lançar uma nova geração de periódicos comprometidos com o acesso aberto e para ajudar periódicos existentes que decidirem fazer a transição ao acesso aberto. Posto que um artigo acadêmico deve ser difundido o mais amplamente possível, estes novos periódicos não irão mais invocar o *copyright* para restringir o acesso e para utilizar o material que publicam. Ao contrário, irão usar os direitos de autor e outras ferramentas para assegurar a o acesso aberto permanente a todos os artigos que publicarem. Posto que o preço representa uma barreira ao acesso, estes novos jornais não irão cobrar assinatura ou taxas de acesso, e irão utilizar outros métodos para cobrir suas despesas. Há muitas fontes alternativas de recursos financeiros para este propósito, incluindo fundações e governos que financiam pesquisa, universidades e laboratórios que empregam pesquisadores, doações feitas por disciplinas ou instituições, simpatizantes da causa do acesso aberto, lucros advindos de vendas de material adicional ao texto básico, fundos liberados pela cessão ou cancelamento de periódicos que cobram taxas de acesso ou assinaturas, e até contribuições dos próprios pesquisadores. Não é preciso priorizar uma destas soluções para todas as disciplinas e nações, e nem se descartar a possibilidade de se encontrar novas soluções.

O acesso aberto à literatura acadêmica arbitrada é a meta, e o **auto-arquivamento (I)** e uma nova geração de **periódicos de acesso aberto (II)** são os caminhos para se atingir esta meta. Além de meios diretos e efetivos para este objetivo, estão ao alcance imediato

dos próprios acadêmicos, sem que haja necessidade de esperar por mudanças no mercado ou na legislação. Além de defender estas duas estratégias, encorajamos a experimentação com outras maneiras de se realizar a transição do método atual de difusão ao acesso aberto. Flexibilidade, experimentação e adaptação a circunstâncias locais são as maneiras de se assegurar que o progresso em diferentes contextos seja rápido, seguro e duradouro.

O [Instituto pela Sociedade Aberta](http://www.instituto.pela.sociedade.aberta.org), rede de fundações fundado pelo filantropo George Soros, se compromete a fornecer ajuda e financiamento iniciais para realizar este objetivo. Irá utilizar seus recursos e influência para expandir e promover o auto-arquivamento, para lançar novos periódicos de acesso aberto e para ajudar o sistema de publicação de acesso aberto a se tornar economicamente sustentável. Ainda que o comprometimento e os recursos do Instituto pela Sociedade Aberta sejam substanciais, o sucesso desta iniciativa depende do envolvimento e dos recursos de outras organizações.

Convidamos governos, universidades, bibliotecas, editores, publishers, fundações, sociedades científicas, associações profissionais e pesquisadores que compartilham de nossa visão a se unirem a nós na tarefa de remover as barreiras ao acesso aberto e a construir um futuro onde pesquisa e educação, em todas as partes do mundo, floresçam com muito mais liberdade.

February 14, 2002 - Budapest, Hungary

2002: Fórum Social Mundial - Convocatoria de los movimientos sociales

Endereço: <http://www.revistachiapas.org/No13/ch13movsoc.html>

Avulso:

Resistencia contra el neoliberalismo, el militarismo y la guerra: por la paz y la justicia social

1) Ante el continuo empeoramiento de las condiciones de vida de los pueblos, nosotros, los movimientos sociales de todo el mundo, decenas de miles de personas, nos hemos reunido en el Segundo Foro Social Mundial en Porto Alegre. Aquí estamos en gran número, a pesar de los intentos de romper nuestra solidaridad. Nos hemos reunido de nuevo para continuar nuestra lucha contra el neoliberalismo y la guerra, ratificando los acuerdos del Foro anterior y reafirmando que "otro mundo es posible".

2) Somos diversos -mujeres y hombres, jóvenes y adultos, campesinos-campesinas, pescadores-pescadoras, pobladores de la ciudad, los y las trabajadoras, desempleadas/as, estudiantes, profesionales, migrantes, pueblos indígenas y gente de todas las creencias, colores y orientaciones sexuales. La diversidad es nuestra fuerza y su expresión es la base de nuestra unidad. Somos un movimiento de solidaridad global, unido en nuestra determinación para luchar contra la concentración de la riqueza, la proliferación de la pobreza y la desigualdad y la destrucción de nuestro planeta. Estamos construyendo un sistema alternativo y usamos caminos creativos para promoverlo. Estamos construyendo una alianza amplia a partir de nuestras luchas y la resistencias contra el sistema basado en el sexismo, el racismo y la violencia, que privilegia los intereses del capital y patriarcado sobre las necesidades y las aspiraciones de los pueblos.

3) Este sistema conlleva a un drama cotidiano, donde mujeres, niños y ancianos mueren por hambre, falta de atención médica y enfermedades prevenibles. Familias enteras son obligadas a abandonar sus hogares a consecuencia de guerras, de los impactos provocados por la imposición de modelos de desarrollo modernizadores, la pérdida de sus tierras agrícolas, los desastres ambientales, el desempleo, el debilitamiento de los servicios públicos y la destrucción de la solidaridad comunitaria. Tanto en el Sur como en el Norte

4) Los acontecimientos del 11 de septiembre marcaron un cambio dramático. Después de los ataques terroristas, que condenamos completamente, así como condenamos los demás ataques sobre población civil en otras partes del mundo, el Gobierno de los Estados Unidos y sus aliados promovieron una respuesta militar masiva. En nombre de la "guerra contra el terrorismo", se han vulnerado derechos civiles y políticos en todo el mundo. La guerra de Afganistán en la que se emplearon métodos terroristas, se está expandiendo a otros frentes. No es más que el inicio de una guerra global permanente que consolida la dominación del gobierno de los Estados Unidos y de sus aliados. Esta guerra revela la cara brutal e inaceptable del neoliberalismo. Se sataniza al Islam, al tiempo que se exagera intencionadamente el racismo y la xenofobia. Y los medios de comunicación y la información que se vierte promueven un ambiente belicista, dividiendo al mundo en "buenos" y "malos". La oposición a la guerra es una parte constitutiva de nuestra lucha.

5) La situación de guerra continúa desestabilizando el Medio Oriente, dando pretextos para la represión contra el pueblo Palestino. Movilizarse solidariamente con la gente de Palestino y sus luchas por la autodeterminación de su pueblo frente a la brutal ocupación promovida por el Estado israelí es una de las tareas fundamentales del movimiento. Esto es vital para la seguridad colectiva de todos los pueblos en la región.

6) Otros hechos confirman también la urgencia de nuestra lucha. En Argentina, la crisis financiera y económica fruto de la política de ajuste estructural del FMI, y una deuda creciente han generado una crisis social y política. Esta crisis provocó protestas espontáneas entre las clases trabajadoras y medias (contestada con represión que provocó numerosas muertes), caídas de Gobiernos y nuevas alianzas entre diferentes grupos sociales. Con la fuerza de los "cacerolazos", piquetes y movilizaciones populares, el pueblo exigió la satisfacción de sus demandas de trabajo y condiciones de vidas correctas.

Repudiamos la criminalización de los luchadores sociales en Argentina y los ataques a las libertades democráticas. Repudiamos el

chantaje de las multinacionales, apoyadas por los gobiernos de los países ricos, que buscan mantener sus exorbitantes ganancias.

7) La quiebra de la transnacional Enron ejemplifica la bancarrota de la economía de casino y la corrupción de empresarios y políticos, dejando a los y las trabajadoras sin empleo ni pensiones. Esta transnacional operaba con empresas fantasmas y fraudulentas en los países en desarrollo y sus proyectos expulsaron a pueblos enteros de sus tierras y promovieron la privatización de la electricidad y del agua.

8) El gobierno de los Estados Unidos, en su afán de proteger los intereses de sus grandes empresas, se negó con arrogancia a respetar los acuerdos de Kyoto sobre calentamiento global, los Tratados Antimisiles y Antibalísticos, la Convención sobre la Biodiversidad, la Conferencia de la ONU contra el racismo y la intolerancia, la propuesta de reducir las armas pequeñas y otros tratados internacionales que demuestran una vez más que el unilateralismo de los Estados Unidos subvierte los esfuerzos de encontrar soluciones multilaterales a problemas globales.

9) En Génova, el G-8 falló completamente en su tarea autoasignada de un gobierno global. Ante la resistencia y la masiva movilización popular, se respondió con violencia y represión, denunciando como criminales a quienes se atrevieron a protestar. No obstante, no han logrado amedrentar a nuestro movimiento.

10) Y todo ello se da en un contexto de recesión mundial. El modelo económico neoliberal está destruyendo crecientemente los derechos y condiciones de vida de los pueblos. Empleando cualquier método para proteger el valor de sus acciones, las transnacionales realizan despidos masivos, reducen salarios y cierran empresas, exprimiendo la última gota de sangre de las y los trabajadores. Los gobiernos enfrentados a la crisis económica responden con privatizaciones, recorte de gastos sociales y reducción de derechos laborales. Esta recesión muestra la mentira del neoliberalismo y sus promesas de crecimiento y prosperidad.

11) El movimiento global por la justicia social y solidaridad se enfrenta a enormes retos: su lucha por paz y los derechos sociales implica superar la pobreza, la discriminación, la dominación y obliga a trabajar por una sociedad sustentable.

Los movimientos sociales condenamos la militarización de la resolución de conflictos, la proliferación de guerras de baja intensidad, así como las operaciones militares planteadas en el Plan Colombia como parte de la iniciativa regional andina, el Plan Puebla Panamá, el tráfico de armas y el incremento de los gastos militares. Los bloqueos económicos contra pueblos y naciones, en particular contra Cuba pero también Irak y otros países y la creciente represión contra sindicatos, movimientos sociales y activistas.

Apoyamos la lucha sindical de las y los trabajadores formales e informales y a los sindicatos comprometidos en la lucha por la defensa de unas condiciones de dignas de trabajo y de vida, los derechos genuinos de organización, huelga, y el derecho a negociar contratos colectivos en los distintos niveles para lograr equidad en los sueldos y condiciones de trabajo entre mujeres y hombres. Rechazamos la esclavitud y la explotación de los niños. Apoyamos sus luchas en contra de la flexibilización, subcontratación y despidos, y demandamos nuevos derechos internacionales que regulen el empleo de las compañías transnacionales y sus empresas asociadas, en particular, el derecho de sindicalizarse y disponer de contratos colectivos de trabajo. Apoyamos también la lucha de los campesinos y movimientos sociales por los derechos a condiciones de vida correctas y el control de las selvas, tierras y agua.

12) La política neoliberal nos empuja a una mayor pobreza e inseguridad. Pobreza e inseguridad que genera tráfico y explotación de mujeres y niños, que condenamos enérgicamente y empuja millones de seres humanos a la emigración, viendo negadas su dignidad, libertad, derechos y legalidad, por lo que demandamos el derecho al libre movimiento, la integridad física y un estatus legal en los países de trabajo. Defendemos los derechos de los pueblos indígenas y el cumplimiento del Convenio 169 de la OIT y su inclusión en las leyes de los respectivos países, así como su aplicación.

13) Los países del Sur han pagado muchas veces su deuda externa. Una deuda ilegítima, injusta y fraudulenta, que funciona como un instrumento de dominación privando a las personas de sus derechos humanos fundamentales y con la única meta de aumentar la usura internacional. Exigimos su cancelación incondicional, así como la reparación de las deudas históricas, sociales y ecológicas. Los países que exigen el pago de la deuda están implicados en la explotación de los recursos naturales y del conocimiento tradicional de los pueblos del Sur.

14) Agua, tierra, alimentos, bosques, semillas, culturas y las identidades de los pueblos son patrimonio de la humanidad para la presente y las futuras generaciones. En este sentido, es fundamental preservar la biodiversidad. Los pueblos tienen el derecho a alimentos sanos y permanentes sin organismos genéticamente modificados. La soberanía alimentaria en el ámbito nacional, regional y local es un derecho humano básico y lograrlo es clave una reforma agraria democrática y garantizar el acceso de las campesinas y campesinos a la tierra.

15) La cumbre de Doha confirmó la ilegitimidad de la OMC. La supuesta "Agenda de Desarrollo", sólo defiende intereses transnacionales. Mediante una nueva Ronda de negociaciones, esta institución avanza en su objetivo de convertir todo en mercancía. Para nosotras y nosotros los alimentos, los servicios públicos, la agricultura, la salud, la educación y los genes no deben ser tratados como meras mercancías, y las patentes no deben ser utilizadas como arma contra los países pobres y los pueblos. Rechazamos cualquier tipo de comercio y patentes sobre la vida.

La OMC perpetúa esta agenda, a nivel planetario, mediante tratados de libre comercio regional y acuerdos sobre inversiones. Mediante la organización de protestas, amplias manifestaciones y plebiscitos contra el ALCA, los pueblos denunciaremos estos acuerdos como una recolonización de la región y la destrucción de los derechos y valores fundamentales sociales, económicos, culturales y ambientales.

16) Llamamos a reforzar nuestra alianza mediante el impulso de movilizaciones y acciones comunes por la justicia social, el respeto de los derechos y libertades, la calidad de vida, la equidad, el respeto y la paz. Por ello, luchamos:

- Por el derecho a conocer y criticar las decisiones que tomen sus propios gobiernos, sobre todo, con relación a instituciones internacionales y porque asuman la responsabilidad que tienen de rendir cuentas frente a sus pueblos. Mientras que reforzamos la democracia electoral y participativa en todo el mundo, enfatizamos la necesidad de democratizar los estados y las sociedades y la lucha contra las dictaduras.
- Por la abolición de la deuda externa, exigiendo medidas reparadoras.
- Contra las actividades especulativas, exigiendo la creación de impuestos específicos, como la Tasa Tobin, sobre el capital especulativo y la supresión de los paraísos fiscales.
- Por el derecho humano a la comunicación
- Por los derechos de las mujeres contra la violencia, la pobreza y la explotación.
- Contra la guerra y el militarismo, contra las bases militares extranjeras y las intervenciones, así como la escalada sistemática de la violencia. Privilegiamos el diálogo, la negociación y la resolución no violenta de los conflictos. Exigimos el derecho de todos los pueblos a una mediación internacional con la participación de instancias independientes de la sociedad civil.
- Por el derecho de las y los jóvenes para acceder a la autonomía social y su derecho a una educación pública y gratuita y la abolición del servicio militar obligatorio.
- Por la autodeterminación de los pueblos, y en especial de los pueblos indígenas.

Apoyaremos e impulsaremos la realización de Foros Sociales Continentales en el año 2002. Sólo la lucha de los pueblos puede lograr conquistas concretas.

En los próximos años uniremos nuestros esfuerzos en las siguientes movilizaciones comunes tales como:

Año 2002:

- 8 de marzo: *Día Internacional de la Mujer*
 - 17 de abril: *Día Internacional de la Lucha Campesina*
 - 1 de mayo: *Día Internacional de los Trabajadores y Trabajadoras*
 - 12 de octubre: *Grito de los Excluidos y Excluidas*
 - 16 de octubre: *Día Mundial de la Soberanía Alimentaria*
 - 10-14 de diciembre: *Semana Mundial por los Derechos Humanos.*
- Las Movilizaciones Mundiales se concentran alrededor de:*
- 15-16 de marzo: *Barcelona: Cumbre de los Jefes de Estado de Europa*
 - 18-22 de marzo: *Monterrey: Conferencia de las ONU sobre el Financiamiento al Desarrollo*
 - 7 de octubre: *Día de los y las Sin Techo*
 - 17-18 de mayo: *Madrid, Cumbre de Jefes de Estado de América Latina, El Caribe y Europa*
 - en mayo, *cumbre anual de la "Asia Development Bank", Shanghai, China*
 - 31 de mayo: *día internacional contra el militarismo y a favor de la paz.*
 - Final de mayo, *"precom Rio + 10", Jakarta, Indonesia*
 - 8-13 de junio: *Roma, Italia, Cumbre Mundial sobre Alimentación de la FAO*
 - 21 y 22 de junio: *Sevilla, España, Cumbre de los Jefes de Estado de la UE.*
 - Julio: *Toronto y Calgary, Rocky Mountains, Canadá: G-8 Cumbre*
 - 22 de Julio: *campaña en Estados Unidos contra la Coca-Cola*
 - Septiembre: *Johannesburgo (Sudáfrica): Río + 10*
 - Septiembre, *cumbre asia/europa, Copenhague, Dinamarca*
 - Octubre: *Ecuador: Foro Social Continental: "Una nueva Integración es Posible"*
 - Noviembre: *La Habana (Cuba) segunda reunión Hemisférica contra el ALCA*
 - Noviembre-Diciembre: *México, Conferencia Ministerial de la OMC*
 - Diciembre: *Copenhague: Cumbre de los Jefes de Estado de Europa*

Año 2003:

- Abril: *Buenos Aires: Cumbre Presidencial sobre el ALCA*
- Junio: *Thessaloniki (Grecia) Cumbre de la UE*
- Junio, *G7 en Francia.*

La OMC, el FMI y el Banco Mundial se reunirán en alguna parte y en algún momento dado. Allí estaremos!

2002: Fórum Social Mundial – Conferência Especial sobre Educação

Contexto: apresentado no próprio texto da declaração. **Endereço:** http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=873

Avulso:

O objetivo deste texto é apresentar as análises, conclusões e principais propostas do Fórum Mundial de Educação (FME), realizado em Porto Alegre, de 24 a 27 de outubro de 2001. O FME colocou-se explicitamente na dinâmica do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), de janeiro de 2001, e na perspectiva do segundo FSM. Participaram cerca de 15 000 pessoas vindas de 60 países: professores e educadores, professores universitários e pesquisadores, diretores e responsáveis de escolas ou de instituições educacionais, e também estudantes, representantes sindicais e de movimentos sociais comprometidos com a luta por uma sociedade e um mundo mais

democráticos, mais solidários, mais justos.

Os temas das conferências e dos debates permitem perceber as orientações do FME. Quatro conferências plenárias abordaram aos temas seguintes: “educação como direito”, “educação, trabalho e tecnologia”, “educação e culturas”, “educação, transformação e utopias”. Aconteceram também quatro debates “especiais” sobre a educação em relação aos órgãos internacionais, à sociedade da informação, à educação popular e os movimentos de resistência às políticas neoliberais. Foram organizados também 12 debates temáticos. Além disso, 786 trabalhos expondo políticas, experiências e pesquisas foram apresentados, além de 29 fóruns, encontros ou seminários “paralelos”. Nunca um encontro internacional com tamanha amplitude tinha sido organizado antes, encontro marcado pela diversidade dos participantes e dos temas e ao mesmo tempo pela convergência das esperanças e das lutas. É obviamente impossível resumir a totalidade das idéias trocadas durante esses quatro dias. Apresentaram-se aqui as análises da situação atual da educação em um mundo vítima da globalização neoliberal, e os princípios fundamentais afirmados pelo FME, princípios dos quais decorrem algumas propostas:

1. A educação vítima da globalização neoliberal

O princípio de base afirmado pelo FME é aquele que conclui a Carta redigida durante o Fórum: “a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, irredutível à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa”. Esse princípio opõe-se à lógica da globalização neoliberal e, mais especificamente, ao Banco Mundial, cuja visão tornou-se predominante nas políticas internacionais sobre a educação ao longo dos anos 80. Essa visão pode ser resumida nos seguintes pontos:

- A educação deve ser pensada e organizada prioritariamente em uma lógica econômica e como preparação ao mercado do trabalho. Ela é a acumulação de um capital humano que deve ser pensado em termos de custos e benefícios. Ela faz parte, assim como qualquer outro capital e qualquer outra mercadoria, de um mercado.
- Conseqüentemente, os investimentos na educação e os currículos devem ser pensados de acordo com as exigências do mercado. Por um lado, é preciso formar trabalhadores “empregáveis”, “flexíveis” e “adaptáveis”, “competitivos”. Isso se traduz por uma pressão dos setores econômicos sobre os currículos. Por outro lado, é preciso desenvolver uma educação de base para todos (com uma duração de cerca de quatro anos) e ao mesmo tempo organizar o ensino secundário e superior em relação às exigências do mercado e sob a forma de um mercado educativo desregulamentado. Esse esforço para submeter a educação às exigências de mercado capitalista ocorre em todos os níveis, inclusive no ensino superior e na área da pesquisa, cada vez mais dependente dos interesses e dos recursos do grande capital. Essa visão da educação, imposta por alguns órgãos internacionais, teve por efeito muito concreto de colocar um número crescente de países diante de um dilema: devem escolher entre pagar a dívida externa (acrescida de juros estupendos) ou dar educação para todos.

Essa visão traz uma série de conseqüências:

- A dimensão fundamentalmente cultural e humana da educação sendo oculta, o direito à identidade cultural e à diferença cultural, mal respeitado antes da globalização, já nem é mais reconhecido. A dimensão universalista, referida ao que é comum a todos os homens, além de qualquer diferença cultural, também não está sendo levada em conta. A questão da diferença cultural e do universalismo, do direito a ser diferente culturalmente e ao mesmo tempo semelhante (e igual) em termos de dignidade e reconhecimento, já nem está mais pautada: da educação, são reconhecidos apenas seus aspectos econômicos e profissionais. Dentro dessa lógica de desvalorização da cultura e, portanto, dos universos simbólicos (lógica que se observa também no setor da arte ou da comunicação), o que está ameaçado são as próprias referências que permitem ao sujeito construir-se. Como ficar surpreso, então, com as explosões de violência e, de forma mais geral, da violência difusa e onipresente nas sociedades contemporâneas? Assim, a redução neoliberal da educação ao estatuto de mercadoria ameaça o homem em sua universalidade humana, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito.
- O papel do Estado em matéria de educação está sendo contestado e, de fato, recua. Esse papel está ainda mais contestado na medida em que o neoliberalismo combate todas as formas de regulamentação, portanto, contra todos os espaços públicos e contra a própria cultura do serviço público. A intervenção do Estado está considerada legítima apenas para fazer a gestão e limitar os prejuízos sociais e, portanto, os riscos de explosão social, ligados a essas políticas educativas neoliberais: espera-se dele apenas que desenvolva políticas pontuais e compensatórias junto a algumas populações (que podem também constituir a maioria da população de um país...). A educação passa então a ser concebida como auxílio social e deixa de ser um direito humano e um projeto de dimensão universal e cidadã.
- Nessa situação, observa-se um aumento do ensino particular, em todos os níveis e principalmente em nível universitário. Vê-se também a introdução da lógica do mercado nas próprias instituições públicas, cada vez mais colocadas em situação de concorrência não somente com as instituições particulares, mas também com elas mesmas. Na área universitária, procura-se impor a idéia que as universidades, inclusive as públicas, devem se auto-sustentar. Aliás, às vezes, e de forma cada vez mais clara, não é apenas a lógica do mercado que se apodera da escola, mas as próprias empresas (os bancos, as grandes multinacionais) que se introduzem cinicamente na escola para vender ou valorizar seus produtos ou serviços.
- Os níveis de escolarização de base aumentam, mas as desigualdades sociais no acesso ao saber agravam-se. Agravam-se porque se pede à escola pública de base incluir populações que a lógica neoliberal leva, paralelamente, à exclusão ou à marginalização. Agravam-se porque a escola pública deve enfrentar essa contradição sem receber, entretanto, os investimentos devidos, quer em termos financeiros, quer em termos de formação, quer em termos de pesquisas e inovações pedagógicas. Agravam-se porque os jovens estão cada vez mais escolarizados em instituições diferentes, dependendo do estatuto sócio-econômico de seus pais. Constata-se assim o desenvolvimento de redes educativas cada vez mais diferenciadas e hierarquizadas. Nessas redes, a escola pública deve receber as populações mais frágeis, nas condições mais difíceis. Portanto, percebe-se que a educação de base (que ainda nem está providenciada

em muitos países), seguida pelos alunos durante muito tempo, está acompanhada por um fracasso maciço (analfabetismo, evasão, atraso, etc). Entretanto, é preciso observar que a escola pública resiste e, em muitos lugares, luta, inova, renova-se em si mesma.

- As primeiras vítimas dessa situação são as populações mais frágeis: pobres, crianças de migrantes, comunidades indígenas, jovens pertencendo a minorias étnicas, religiosas ou culturais dominadas, famílias marginalizadas por uma série de motivos. São vítimas também os educadores, não somente porque suas condições de trabalho pioram, mas também porque, em muitos lugares, é sua própria identidade que está fragilizada. Está fragilizada principalmente quando se tenta redefini-los como técnicos da educação, esquecendo-se que, mesmo que devam aumentar sua qualificação, esta é eficiente apenas quando acompanhada de um comprometimento ético.

- Paralelamente, observam-se tentativas de desenvolvimento de um mercado educativo a partir das novas tecnologias da informação e da comunicação. Esse mercado, que funciona segundo as leis da rentabilidade, que escapa a qualquer forma de regulamentação, que não é acessível igualmente para todos, anuncia uma nova forma de exclusão, “a exclusão digital”. Essas novas tecnologias servem de justificativa ao descomprometimento do Estado, criando a ilusão de que a solução aos problemas estaria não no reforço da escola pública, mas no equipamento geral em computadores e na criação de uma educação à distância. Na verdade, a técnica, por mais útil que possa ser, não pode resolver os problemas sozinha. É muito raro quando a presença de computadores no ensino de base e a conexão à Internet engendram práticas inovadoras, permitindo resolver os problemas colocados pela exclusão social e escolar.

- O pensamento neoliberal destaca valores entre os quais alguns sempre foram e ainda são os valores dos educadores progressistas: a liberdade e a autonomia, a descentralização, sobretudo. Nessas palavras, o pensamento neoliberal e o pensamento progressista não colocam o mesmo sentido. É preciso prestar muita atenção na ambigüidade das palavras e tentar redefinir esses valores ligados ao projeto progressista de sociedade e de mundo e às lutas sociais.

2. Princípios de base e propostas pela educação em uma sociedade e um mundo mais solidário, mais democrático, mais igualitário, mais justos

Dois princípios, ligados um ao outro, devem orientar a reflexão e as propostas. Em primeiro lugar, a educação é um direito e não uma mercadoria. É um direito universal, ligado à própria condição humana e é enquanto direito que ela deve ser defendida. Não é prioritariamente um instrumento de desenvolvimento econômico e social, embora possa ser considerada como tal, secundariamente. Não é uma preparação para o mercado do trabalho tal como está, embora possa também ser um processo de qualificação profissional • que deve ser ligado às lutas para transformar as relações de produção e as relações sociais. Ela é fundamentalmente um triplo processo através do qual, de forma indissociável, “a cria do homem” torna-se um ser humano, o membro de uma sociedade e de uma cultura em um momento e um lugar particulares, um sujeito com sua história pessoal. É movimento de hominização, socialização, subjetivação. É cultura como entrada em universos simbólicos, como acesso a uma cultura específica, como movimento de construção de si. É direito ao sentido, direito às raízes, direito a um futuro. É direito ao universal, direito à diferença cultural, direito à originalidade pessoal. Esses três direitos devem ser levados em consideração. Entretanto, não se pode esconder que, às vezes, estão em contradição. Certas formas de diversidade cultural podem contradizer direitos humanos fundamentais, principalmente no tratamento reservado às mulheres ou às crianças. É preciso afirmar claramente que defender o pluralismo não é admitir o relativismo: o direito à diferença cultural não pode abrir um direito que nega o acesso à vida pública às mulheres, que impõe às crianças um trabalho precoce não educativo, que mutila crianças (práticas de exclusão, etc.). O direito da diferença tem sua legitimidade na igual dignidade de todos os seres humanos e não pode ser invocado contra essa dignidade e contra a igualdade. Por outro lado, a dimensão universalista de um projeto educativo progressista não deve servir a ocultar formas atuais dominantes, abusivamente apresentadas como universais. Da mesma forma, se cada um tem direito a um pertencimento, trata-se de um direito e não de uma obrigação: nenhum sujeito deve ser obrigado a permanecer na cultura ou religião de seus antepassados. A conciliação entre esses três direitos (ao universal, à diferença cultural, à história pessoal) não é sempre fácil, inclusive no campo da educação. Todavia, ela se torna mais fácil quando a educação está ligada a movimentos de luta progressistas por mais solidariedade, igualdade e justiça.

Em segundo lugar, a globalização, em sua forma atual, neoliberal, não é a única possível. O fato de lutar contra essa globalização não implica um isolamento voluntário, em seu grupo de origem, sua sociedade, seu país. Bem ao contrário, as lutas progressistas sempre foram lutas por mais solidariedade, dentro do país e entre os países. Contra as redes do capital e do poder que estão globalizando o mundo, é preciso opor as lutas para construir um mundo aberto mais solidário: uma outra forma de globalização (ou de mundialização).

A educação é um instrumento e uma área importante para essas lutas na medida em que, por definição, ela apresenta uma dimensão universalista: apesar das diferenças entre culturas, todas são culturas construídas por seres humanos. A educação sendo um direito universal e na medida em que o projeto progressista visa um mundo solidário, a educação é um instrumento de luta importante para a paz, contra todas as formas de violência, discriminação, exploração, degradação do ser humano. O fato de a educação ser um direito universal faz com que a educação pública deve ela também ser considerada como um direito universal. Com efeito, por um lado, a educação pública, e mais especificamente ainda a escola pública, é o único meio para os pobres e os mais fracos terem acesso à educação. Dessa forma, o direito à educação leva ao direito à escola pública. Por outro lado, a educação pública é, ou deveria ser e deve voltar a ser, portadora de um projeto de educação como bem comum, de educação aberta a todos, de educação como direito universal. Essa definição da educação pública como direito universal traz certas consequências:

- A educação de base deve ser obrigatória, condição necessária para que seja universal.
- A escola pública deve ser gratuita em todos os níveis (inclusive universitário) e deve ser de qualidade (para que não sejam confundidos acesso à escola e acesso aos saberes). Portanto, deve receber os financiamentos de que precisa e os educadores devem receber a formação acadêmica e profissional indispensável a uma escola de qualidade.
- A escola pública deve ser acessível a todos, sem distinção de sexo ou de pertencimento (étnico, religioso, cultural,...). A igualdade de tratamento entre todos deve ser garantida dentro da escola pública. Se medidas particulares estão tomadas a favor dos alunos

oriundos das camadas da população mais pobres ou mais frágeis socialmente, devem se juntar às medidas destinadas a todos e não substituí-las. A educação pública, na escola pública ou outros dispositivos públicos, deve ser acessível a todas as idades: “Zero a 6 anos”, infância, adolescência, idade adulta, velhice.

- A escola pública deve ser defendida como um direito. O desrespeito desse direito deve ser denunciado publicamente como desrespeito dos direitos do homem. É preciso sobretudo denunciar publicamente, com ampla divulgação (inclusive internacional), as exigências de redução dos créditos fornecidos à escola pública, impostas pelo FMI com seus programas ditos de ajuste (com o apoio de países dominantes, e, particularmente, de um país hegemônico, que fazem belos discursos sobre os direitos do homem para os países dominados, impõem a eles suas políticas que não respeitam o direito universal à educação). As reformas educativas devem ser o ato de uma soberania nacional à qual não se pode renunciar, e o efeito das inovações dos educadores, e não uma adaptação ao mercado globalizante.
- O fato de a escola pública ser um direito traz para ela obrigações. O direito não é simplesmente o acesso à escola pública, é o acesso ao saber e à educação.

Portanto, deve ser definido um currículo comum de base para todos que constitui uma obrigação para a escola e o Estado. Portanto, devem também ser respeitados os princípios de base de uma educação democrática na sociedade contemporânea:

- uma educação para o respeito dos direitos do homem e da dignidade de si mesmo e dos outros: contra a violência, a opressão, a droga...; logo, uma educação aos valores universais: liberdade, igualdade, solidariedade, paz, saber
- uma educação que reconhece as diferenças culturais e que as respeita e as leva em conta (se estas não se oporem ao direito à dignidade nem aos direitos do sujeito)
- uma educação que respeita os direitos da criança (definidos em cartas internacionais), principalmente seu direito à expressão
- uma educação que se inscreve na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário, portanto, uma educação ambiental e uma educação ao conhecimento e ao respeito do patrimônio
- uma educação que garante a alfabetização de todos (inclusive dos adultos analfabetas)
- uma educação para o pensamento crítico e racional, que protege contra todas as formas de fundamentalismo, entreguismo, populismo demagógico
- uma educação que leva em consideração as evoluções científicas e tecnológicas; logo, uma educação que, junto com o acesso aos livros (que permanecem insubstituíveis), garante o acesso ao computador e às redes telemáticas (Internet) – porém, sem cair em ilusões como as referidas acima, nem confundir acesso à informação e acesso ao saber
- uma educação que leva em conta todas as dimensões do ser humano, portanto, também o corpo (educação à saúde, educação sexual), a sensibilidade e o imaginário (educação à arte)
- uma educação para a cidadania e para a paz, que desenvolve a consciência dos direitos e deveres do cidadão, que constrói sentimentos de pertencimento, que abre a criança sobre sua cultura, mas também sobre outras culturas, que educa para a tolerância e gestão dos conflitos e dos antagonismos através da palavra e do debate e não através da violência, que permite superar o abandono, a pulverização relacional e a violência difusa engendrados por uma urbanização desnordeada e sem acompanhamento educativo; o ensino das línguas estrangeiras deve contribuir para essa educação para a paz (alguns, durante o FME, insistiram sobre o ensino do esperanto como instrumento de educação para o encontro do outro e da paz).

Tal educação supõe repensar e muitas vezes transformar muitas práticas pedagógicas atuais. Não se trata apenas de defender a escola pública, mas também de transformá-la, às vezes profundamente, para que ela não seja mais um lugar de fracasso para as crianças pertencendo às camadas sociais, comunidades e culturas mais frágeis. O direito à educação não é meramente o direito de ir à escola, é o direito à apropriação efetiva dos saberes, saberes que fazem sentido e não simples informações dadas pelo mestre ou encontradas na Internet. É o direito à atividade intelectual, à expressão, ao imaginário e à arte, ao domínio de seu corpo, à compreensão de seu ambiente natural e social, é o direito a uma orientação que permite construir suas relações ao mundo, aos outros e a si mesmo. É preciso reconhecer que as práticas pedagógicas atualmente dominantes estão longe de garantir sempre o respeito desses direitos e provocar uma transformação profunda da escola pública. Uma transformação que mostra sua capacidade em transmitir um patrimônio, responder aos desafios do presente e do futuro e se renovar em si mesma.

Essa transformação deve ser acompanhada por uma formação dos educadores, ela mesma profundamente transformada pesquisa. Implica o respeito aos princípios de organização democráticos: organização democrático-participativa do currículo, da gestão dos estabelecimentos (com participação dos próprios alunos, de representantes de pais, de representantes da comunidade); reuniões regulares entre educadores e desenvolvimento de práticas pedagógicas em equipe e interdisciplinares.

Alguns outros princípios e propostas, mais específicos em tal nível de ensino ou com tal público, foram formulados durante o FME:

- Importância das políticas de educação infantil (creches, escolas maternas), das quais se sabe hoje que contribuem muito à redução das desigualdades diante da escola
- Princípio de exclusão/integração dos alunos portadores de deficiência (surdos, cegos, etc.), que devem ser incluídos na rede comum de ensino; entretanto, deve-se insistir sobre o fato de que isso implica uma formação dos educadores para essa integração (senão, esta pode engendrar novos efeitos de discriminação)
- Direito à educação dos jovens (e adultos) em situação de exclusão social ou de conflito com a lei: pessoas presas, jovens em instituições, jovens nas ruas e, mais geralmente, jovens e adultos vivendo em situação de vulnerabilidade ou marginalização sociais – o que implica muitas vezes a construção de abordagens e pedagogias levando em consideração as especificidades dessas populações (mas em uma perspectiva universalizante e não na perspectiva discriminante da “compensação” e do auxílio social)
- Necessidade, no ensino superior, de uma ligação estreita entre o ensino, a pesquisa e as atividades de profissionalização (ou

“extensão”). Esse princípio deve ser aplicado igualmente às universidades particulares, cuja atividade não deve ser autorizada (inclusive em matéria de formação dos professores) se elas não desenvolverem também pesquisa. Trata-se aqui de uma proteção do próprio princípio universitário (e dos estudantes e dos professores). Por outro lado, a descentralização e a autonomia universitárias não devem ser álibis para o abandono das universidades públicas pelo Estado, para desprender essas universidades de um projeto nacional, para obrigá-las a se financiar elas mesmas, mas devem ser formas de respeito da função crítica da universidade e da pesquisa, e de sua independência em relação às potências econômicas.

- A certificação profissional não deve ser entregue às forças do mercado, mas deve ser garantida pelo Estado (com sistemas de reconhecimento recíproco dessa certificação entre os Estados).

3. A educação e as lutas sociais

O direito à educação, à educação pública, à escola pública, com todas as conseqüências que dele decorrem, não será instaurado pelos poderes atualmente dominantes. Ao contrário, a globalização neoliberal atual impõe princípios em contradição total com esse direito. Esse direito só pode ser conquistado através de lutas, e essas lutas poderão ser bem sucedidas apenas se participarem de um movimento mais amplo de lutas por uma sociedade e um mundo solidários, igualitários, justos, livres dos processos de dominação e de exclusão. As lutas pela educação devem se juntar às grandes correntes de lutas sociais (representadas no Fórum Social Mundial).

Não é por acaso que, historicamente, há uma relação entre o crescimento das lutas populares e o crescimento da escola pública, e, ao invés, entre o refluxo do movimento popular e o crescimento da escola particular e da mercantilização da educação. As lutas populares são necessárias para impor o direito universal à educação e à escola pública. Por outro lado, a educação popular é uma ferramenta de base fundamental para a organização das lutas dos setores populares contra a exclusão e para a construção de alternativas ao modelo liberal globalizante. Essa relação tem também um valor pedagógico: por um lado, quem luta se educa e aprende; por outro lado, a memória dos movimentos populares e de suas lutas faz parte do patrimônio que a educação deve transmitir de geração em geração.

É fundamental ressaltar que os excluídos (pobres, minorias, comunidades, indígenas...) não devem ser apenas beneficiários da educação, mas devem participar ativamente, através do debate público e da discussão das opiniões e dos interesses, da formulação, da execução e do controle das políticas educativas. Estas não devem ser a preocupação apenas dos dirigentes (com o risco de uma submissão da educação a interesses particulares), nem dos educadores (com o risco de corporativismo), nem das comunidades (com o risco de um isolamento comunitário que prejudique o próprio jovem), mas devem pertencer ao campo do debate público contraditório, participativo, democrático.

2004: Contribuições à Plataforma Mundial de Educação

Endereço: http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=900

Avulso:

O Fórum Mundial de Educação está constituindo-se em uma rede permanente de mobilização mundial em defesa da educação pública de qualidade social para todos, como direito humano universal inalienável, garantida e financiada pelo Estado. Uma educação necessária para um outro mundo possível supõe:

1. Desmercantilizar a educação e garantir a sua natureza pública.
2. Tornar a cidade um espaço intencionalmente educativo.
3. Trazer para o currículo e para a escola o conhecimento e as experiências da cidade, do campo e de suas comunidades.
4. Incorporar ao currículo a leitura da cidade, do campo e do mundo, realizada pelos educandos e educandas, a partir de suas identidades culturais.
5. Combater a manipulação do conhecimento da comunidade enquanto instrumento de exclusão social.
6. Ampliar os espaços de inter-relação entre comunicação e educação por meio das experiências de produção dos meios de comunicação nas escolas a partir de uma perspectiva de gestão democrática.
7. Priorizar e ampliar os recursos públicos para a educação, concebida como dever do estado.
8. Desenvolver a pedagogia da participação democrática consolidando o caráter público dos espaços educacionais da sociedade.
9. Incentivar a formação permanente e sistemática dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação como uma das condições de construção do conhecimento.
10. Educar para a justiça e para a sustentabilidade de modo a articular as diferenças ambientais, sociais e culturais, preservando a singularidade dos sujeitos.
11. Garantir a cultura como foco de mediação permanente nas instâncias educativas e combater a sua massificação e mercantilização.
12. Reconhecer a concepção de escola pública, popular e cidadã enquanto parte do processo de construção de uma cidade educadora.
13. Reconstruir a universidade pública, garantindo sua autonomia e sua qualidade social na produção e na publicização do conhecimento.
14. Reconhecer a criança e o jovem em todas as suas identidades sociais como agente criativo, criador, crítico e participante da construção do conhecimento na cidade educadora.
15. Garantir o direito ao acesso e à permanência, em condições cidadãs, aos deficientes na cidade educadora.

2005: Compromiso de Túnez

Contexto: presentado no próximo texto do documento. **Endereço:** <http://www.itu.int/wsis/index.html>

Avulso:

1. **Nosotros, representantes de los pueblos del mundo**, reunidos en Túnez del 16 al 18 de noviembre de 2005 con motivo de la segunda fase de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI), reiteramos nuestro apoyo categórico a la *Declaración de Principios de Ginebra* y al *Plan de Acción* adoptados en la primera fase de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información celebrada en Ginebra en diciembre de 2003.
2. **Reafirmamos** nuestra voluntad y nuestro compromiso de construir una Sociedad de la Información centrada en la persona, abierta a todos y orientada al desarrollo, con arreglo a los objetivos y a los principios de la Carta de las Naciones Unidas, el derecho internacional y el multilateralismo, y respetando plenamente y apoyando la Declaración Universal de los Derechos humanos, a fin de que todos los pueblos del mundo puedan crear, consultar, utilizar y compartir la información y el conocimiento para alcanzar su pleno potencial y lograr las metas y los objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, incluidos los Objetivos de Desarrollo del Milenio.
3. **Reafirmamos** la universalidad, indivisibilidad, interdependencia e interrelación de todos los derechos humanos y las libertades fundamentales, incluido el derecho al desarrollo, enunciados en la Declaración de Viena. **También reafirmamos** que la democracia, el desarrollo sostenible y el respeto por los derechos humanos y las libertades fundamentales, así como la buena gobernanza a todos los niveles, son interdependientes y se refuerzan entre sí. **Resolvemos además fortalecer** el respeto al Estado de derecho en los asuntos internacionales y nacionales.
4. **Reafirmamos** los párrafos 4, 5 y 55 de la Declaración de Principios de Ginebra. **Reconocemos** que la libertad de expresión y la libre circulación de la información, las ideas y los conocimientos son esenciales para la Sociedad de la Información y benéficos para el desarrollo.
5. La Cumbre de Túnez constituye para nosotros una oportunidad excepcional de crear mayor conciencia acerca de las ventajas que las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) pueden aportar a la humanidad y de la manera en que pueden transformar las actividades y la vida de las personas, así como su interacción, despertando así una mayor confianza en el futuro.
6. Esta Cumbre constituye una etapa importante en los esfuerzos desplegados en todo el mundo para erradicar la pobreza y alcanzar las metas y objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, incluidos los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Mediante las decisiones adoptadas en Ginebra, hemos establecido un vínculo coherente a largo plazo entre el proceso de la CMSI y otras importantes conferencias y cumbres relevantes de las Naciones Unidas. **Invitamos a** los gobiernos, al sector privado, a la sociedad civil y a las organizaciones internacionales a aunarse para implementar los compromisos enunciados en la Declaración de Principios y Plan de Acción de Ginebra. En este contexto, adquieren especial relevancia los resultados de la Cumbre Mundial de 2005 celebrada recientemente sobre el examen de la implementación de la Declaración del Milenio.
7. **Reafirmamos los compromisos contraídos en Ginebra**, que reforzamos en Túnez haciendo hincapié en los mecanismos financieros destinados a colmar la brecha digital, en la gobernanza de Internet y cuestiones afines, así como en el seguimiento y la implementación de las decisiones de Ginebra y Túnez, indicadas en la Agenda de Túnez para la Sociedad de la Información.
8. Aunque reafirmamos las importantes funciones y responsabilidades de todas las partes interesadas, según se indica en el párrafo 3 del Plan de Acción de Ginebra, **reconocemos** el papel y la responsabilidad fundamental de los gobiernos en el proceso de la CMSI.
9. **Reafirmamos la decisión** de proseguir nuestra búsqueda para garantizar que todos se beneficien de las oportunidades que puedan brindar las TIC, recordando que los gobiernos y también el sector privado, la sociedad civil, las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales deben colaborar para acrecentar el acceso a la infraestructura y las tecnologías de la información y la comunicación, así como a la información y al conocimiento, crear capacidades, incrementar la confianza y la seguridad en cuanto a la utilización de las TIC, crear un entorno habilitador a todos los niveles, desarrollar y ampliar las aplicaciones TIC, promover y respetar la diversidad cultural, reconocer el cometido de los medios de comunicación, abordar las dimensiones éticas de la Sociedad de la Información y alentar la cooperación internacional y regional. **Confirmamos** que éstos son los principios claves de la construcción de una Sociedad de la Información integradora, cuya elaboración ha sido enunciada en la Declaración de Principios de Ginebra.
10. **Reconocemos** que el acceso a la información y el intercambio y la creación de conocimientos contribuyen de manera significativa al fortalecimiento del desarrollo económico, social y cultural, lo que ayuda a todos los países a alcanzar las metas y los objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, especialmente los de la Declaración del Milenio. Este proceso se puede mejorar eliminando las barreras que impiden el acceso universal, ubicuo, equitativo y asequible a la información. **Subrayamos** la importancia de eliminar estas barreras con el fin de colmar la brecha digital, especialmente las que impiden alcanzar el pleno desarrollo económico, social y cultural de los países y el bienestar de su gente, en particular, en los países en desarrollo.
11. Por otra parte, las TIC están haciendo posible que una población sumamente más numerosa que en cualquier otro momento del pasado participe en la ampliación y el intercambio de las bases del conocimiento humano, y contribuyen a su crecimiento en todos los ámbitos de la actividad humana así como a su aplicación a la educación, la salud y la ciencia. Las TIC poseen enormes posibilidades para acrecentar el acceso a una educación de calidad, favorecer la alfabetización y la educación primaria universal así como para facilitar el proceso mismo de aprendizaje, que sentará de esa forma las bases para la creación de una Sociedad de la Información totalmente integradora y orientada al desarrollo y de una economía del conocimiento que respete la diversidad cultural y lingüística.
12. **Insistimos** en que la adopción de las TIC por las empresas desempeña un papel fundamental en el crecimiento económico. El mayor crecimiento y productividad que generan inversiones bien realizadas en las TIC puede conducir a un aumento del comercio y a empleos más numerosos y mejores. Por este motivo, las políticas de desarrollo empresarial y las relativas al mercado del trabajo

desempeñan un papel fundamental en la adopción de las TIC. **Invitamos** a los gobiernos y al sector privado a mejorar la capacidad de las pequeñas, medianas y microempresas (PMYME), ya que ofrecen el mayor número de puestos de trabajo en la mayoría de las economías. **En colaboración** con todas las partes interesadas, crearemos un marco político, jurídico y reglamentario que propicie la actividad empresarial, en particular para las pequeñas, medianas y microempresas.

13. Reconocemos también que la revolución de las TIC puede tener enormes consecuencias positivas como instrumento del desarrollo sostenible. Además, un entorno habilitador apropiado, que exista a escala nacional e internacional, podría impedir el aumento de las divisiones sociales y económicas y de las disparidades entre los países, las regiones y los individuos ricos, y los países, regiones e individuos pobres – incluidas las existentes entre hombres y mujeres.

14. Reconocemos asimismo que, además de crear la infraestructura TIC, se ha de insistir de manera adecuada en el desarrollo de las capacidades humanas y la creación de aplicaciones TIC y contenidos digitales en idioma local, cuando proceda, a fin de garantizar un planteamiento amplio de la creación de una Sociedad de la Información mundial.

15. Reconociendo los principios de acceso universal y sin discriminación a las TIC para todas las naciones, la necesidad de tener en cuenta el nivel de desarrollo social y económico de cada país, y respetando la orientación hacia el desarrollo de la Sociedad de la Información, **subrayamos** que las TIC son un instrumento eficaz para promover la paz, la seguridad y la estabilidad, así como para propiciar la democracia, la cohesión social, la buena gobernanza y el estado de derecho, en los planos regional, nacional e internacional. Se pueden utilizar las TIC para promover el crecimiento económico y el desarrollo de las empresas. El desarrollo de infraestructuras, la creación de capacidades humanas, la seguridad de la información y la seguridad de la red son decisivos para alcanzar esos objetivos. **Además, reconocemos** la necesidad de afrontar eficazmente las dificultades y amenazas que representa la utilización de las TIC para fines que no corresponden a los objetivos de mantener la estabilidad y seguridad internacionales y podrían afectar negativamente a la integridad de la infraestructura dentro de los Estados, en detrimento de su seguridad. Es necesario evitar que se abuse de las tecnologías y de los recursos de la información para fines delictivos y terroristas, respetando siempre los derechos humanos.

16. Nos comprometemos asimismo a evaluar y a seguir de cerca los progresos hacia el cierre de la brecha digital, teniendo en cuenta los diferentes niveles de desarrollo, con miras a lograr las metas y objetivos de desarrollo internacionalmente acordados, incluidos los Objetivos de Desarrollo del Milenio, y a evaluar la eficacia de la inversión y los esfuerzos de cooperación internacional encaminados a la construcción de la Sociedad de la Información.

17. Instamos a los gobiernos a que, utilizando el potencial de las TIC, creen sistemas públicos de información sobre leyes y reglamentos, considerando un desarrollo mayor de los puntos de acceso públicos y apoyando una amplia disponibilidad de esta información.

18. Nos esforzaremos sin tregua, por tanto, en promover el acceso universal, ubicuo, equitativo y asequible a las TIC, incluidos el diseño universal y las tecnologías auxiliares para todos, con atención especial a los discapacitados, en todas partes, con objeto de garantizar una distribución más uniforme de sus beneficios entre las sociedades y dentro de cada una de ellas, y de reducir la brecha digital a fin de crear oportunidades digitales para todos y beneficiarse del potencial que brindan las TIC para el desarrollo.

19. La comunidad internacional debe tomar las medidas necesarias para garantizar que todos los países del mundo dispongan de un acceso equitativo y asequible a las TIC, para que sus beneficios en los campos del desarrollo socioeconómico y del cierre de la brecha digital sean verdaderamente integradores.

20. Para ello, **prestaremos una atención especial** a las necesidades particulares de los grupos marginados y vulnerables de la sociedad, entre ellos los emigrantes e inmigrantes, los desplazados internos, los refugiados, los desempleados, las personas desfavorecidas, las minorías, los pueblos nómadas, las personas mayores y los discapacitados.

21. Para ello, **prestaremos especial atención** a las necesidades particulares de los habitantes de los países en desarrollo, de los países con economías en transición, de los países menos desarrollados, de los pequeños Estados insulares en desarrollo, de los países en desarrollo sin litoral, de los países pobres muy endeudados, de los países y territorios ocupados, y de los países que se están recuperando de conflictos o de catástrofes naturales.

22. En la evolución de la Sociedad de la Información, se debe prestar una atención especial a la situación particular de los pueblos indígenas, así como a la preservación de su patrimonio y de su legado cultural.

23. Reconocemos la existencia en la sociedad de una brecha entre los géneros que forma parte de la brecha digital, y **reafirmamos nuestro compromiso** con la promoción de la mujer y con una perspectiva de igualdad de género, a fin de que podamos superar esta brecha. **Reconocemos además** que la plena participación de las mujeres en la Sociedad de la Información es necesaria para garantizar la integración y el respeto de los derechos humanos dentro de la misma. **Animamos** a todas las partes interesadas a respaldar la participación de la mujer en los procesos de adopción de decisiones y a contribuir a la conformación de todas las esferas de la Sociedad de la Información a nivel internacional, regional y nacional.

24. Reconocemos el papel de las TIC en la protección y en la mejora del progreso de los niños. **Reforzaremos las medidas** de protección de los niños contra cualquier tipo de abuso y las de defensa de sus derechos en el contexto de las TIC. En ese contexto, **insistimos** en que el interés de los niños es el factor primordial.

25. Reafirmamos nuestro compromiso con la capacitación de los jóvenes como contribuyentes clave para la construcción de una sociedad de información integradora. **Fomentaremos activamente** la contratación de jóvenes para programas de desarrollo innovadores basados en las TIC y ampliaremos las oportunidades de participación de la juventud en procesos de ciberestrategia.

26. Reconocemos la importancia de las aplicaciones y contenidos creativos para colmar la brecha digital y para contribuir a alcanzar las metas y los objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, incluidos los Objetivos de Desarrollo del Milenio.

27. Reconocemos que el acceso equitativo y sostenible a la información requiere la implementación de estrategias para la conservación a largo plazo de la información digital que se está creando.

28. Reafirmamos nuestro deseo de construir redes TIC y desarrollar aplicaciones, en asociación con el sector privado, basadas en normas abiertas o compatibles que sean asequibles y accesibles para todos, disponibles en cualquier lugar, en cualquier momento, para cualquier persona y sobre cualquier dispositivo, conducentes a una red ubicua.

29. Nuestra convicción es que los gobiernos, el sector privado, la sociedad civil, las comunidades científica y académica, así

como los usuarios puedan utilizar diversas tecnologías y modelos de concesión de licencias, incluidos los sistemas protegidos y los de código abierto y libre, de acuerdo con sus intereses y con la necesidad de disponer de servicios fiables y aplicar programas eficientes para los ciudadanos. Considerando la importancia del software protegido en los mercados de los países, **reiteramos** la necesidad de fomentar y promover el desarrollo colaborativo, las plataformas interoperativas y el software de código abierto y libre de manera que refleje las posibilidades de los diferentes modelos de software principalmente para programas educativos, científicos y de inclusión digital.

30. Reconociendo que la mitigación de los desastres puede contribuir significativamente a estimular el desarrollo sostenible y la reducción de la pobreza, **reafirmamos nuestro compromiso** para aprovechar las capacidades y el potencial de las TIC por medio de la promoción y el fortalecimiento de la cooperación a nivel nacional, regional e internacional.

31. **Nos comprometemos** a trabajar juntos con miras a la implementación de la Agenda de Solidaridad Digital, según se estipula en el párrafo 27 del Plan de Acción de Ginebra. La plena y rápida implementación de dicha Agenda, observando la buena gobernanza a todos los niveles, requiere en particular, una solución oportuna, eficaz, amplia y duradera a los problemas relacionados con las deudas de los países en desarrollo, cuando así convenga, así como un sistema de comercio multilateral universal, reglado, abierto, no discriminatorio y equitativo, que también pueda estimular el desarrollo en todo el mundo, beneficiando a los países en todas las etapas de desarrollo, además de buscar y aplicar eficazmente soluciones y mecanismos concretos de carácter internacional, con el fin de aumentar la cooperación internacional y la ayuda para colmar la brecha digital.

32. **Nos comprometemos además** a promover la inclusión de todos los pueblos en la Sociedad de la Información mediante el desarrollo y la utilización de los idiomas indígenas y locales en las TIC. **Seguiremos** esforzándonos en proteger y promover la diversidad cultural, así como las identidades culturales, dentro de la Sociedad de la Información.

33. **Reconocemos** que, aunque la cooperación técnica puede ser de utilidad, la creación de capacidades a todos los niveles es necesaria para velar por la disponibilidad de la experiencia de los conocimientos institucionales e individuales requeridos.

34. **Reconocemos la necesidad de recursos**, tanto humanos como financieros, **y nos esforzaremos por movilizarlos**, de acuerdo con el Capítulo Dos de la Agenda de Túnez para la Sociedad de la Información, para poder incrementar la utilización de las TIC para el desarrollo y llevar a cabo los planes a corto, medio y largo plazo destinados a crear la Sociedad de la Información, en seguimiento e implementación de los resultados de la CMSI.

35. **Reconocemos** el papel protagonista de la política pública en el establecimiento del marco en el cual se pueden movilizar los recursos.

36. **Valoramos** las posibilidades que ofrecen las TIC para fomentar la paz y prevenir conflictos que, entre otras cosas, afectan negativamente al logro de los objetivos de desarrollo. Las TIC pueden utilizarse para identificar situaciones de conflicto mediante sistemas de alerta temprana con objeto de prevenirlos, fomentar su resolución pacífica, prestar apoyo a las actividades humanitarias, entre ellas la protección de los civiles en los conflictos armados, facilitar las misiones de mantenimiento de la paz y colaborar en la consolidación de la paz después de los conflictos y la reconstrucción.

37. **Estamos persuadidos** de que nuestros objetivos pueden lograrse mediante la participación, la cooperación y la asociación de los gobiernos y otras partes interesadas, es decir, el sector privado, la sociedad civil y las organizaciones internacionales, y que la cooperación y la solidaridad internacional a todos los niveles son indispensables para que los frutos de la Sociedad de la Información beneficien a todos.

38. No debemos poner fin a **nuestros esfuerzos** una vez concluida la Cumbre. El nacimiento de la sociedad mundial de la información a la que todos contribuimos ofrece oportunidades cada vez mayores para todas las personas y para una comunidad mundial integradora, inimaginables apenas unos años atrás. **Debemos aprovecharlas** hoy y apoyar su desarrollo y progreso futuros.

39. **Reafirmamos** nuestra decidida resolución de desarrollar y aplicar una respuesta eficaz y sostenible a los retos y oportunidades para construir una Sociedad de la Información verdaderamente mundial en beneficio de todos nuestros pueblos.

40. **Estamos convencidos** de que se aplicarán completa y oportunamente las decisiones adoptadas en Ginebra y en Túnez como se indica en la Agenda de Túnez para la Sociedad de la Información.

2005: Fórum Social Mundial - Llamamiento de los movimientos sociales a la movilización contra la guerra, el neoliberalismo, la explotación y exclusión por otro mundo posible

Contexto: presentado no próximo texto do documento. **Endereço:** http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=decl_mov_soc_2005_es

Avulso:

Porto Alegre – 31 enero 2005

Somos movimientos sociales reunidos en el marco del V Foro Social Mundial. El gran éxito de participación, plural y masiva, al FSM, nos da la posibilidad y la responsabilidad de hacer más y mejor nuestras campañas y movilizaciones, para extender y fortalecer nuestras luchas.

Hace cuatro años el grito colectivo y global que OTRO MUNDO ES POSIBLE rompió la mentira que la dominación neoliberal es inevitable, así como de la “normalidad” de la guerra, de la desigualdad social, del racismo, de las castas, del patriarcado, del imperialismo y de la destrucción del medio ambiente. En la medida que los pueblos se apropian de esta verdad, su fuerza se hace incontenible y se va materializando en hechos concretos de resistencia, reivindicación y propuesta.

Por ello lo nuevo de nuestra época es el estallido y la extensión de los movimientos sociales en todos los continentes y su capacidad de construir en la diversidad nuevas convergencias y acciones comunes a escala global.

En ese marco, decenas de millones de hombres y mujeres se movilizaron en todos los rincones del mundo por la paz, contra la guerra y la invasión encabezada por Bush contra Iraq. Las cumbres como el G8 y la OMC, el FMI y el Banco Mundial, donde pocos pretenden decidir por todos y todas, quedaron cuestionadas y deslegitimadas por la acción de los movimientos sociales. Las luchas populares en defensa de la naturaleza, de los derechos de los pueblos y de los bienes comunes, contra su privatización, como las de Bolivia, Uruguay y otros pueblos, demostraron la posibilidad de poner en crisis la dominación neoliberal. Se nos abrieron nuevos espacios de lucha política y social.

El neoliberalismo es incapaz de ofrecer un futuro digno y democrático a la humanidad. Sin embargo, hoy día retoma la iniciativa respondiendo a su crisis de legitimidad con la fuerza, la militarización, la represión, la criminalización de las luchas sociales, el autoritarismo político y la reacción ideológica. Millones de hombres y mujeres están sufriendo cada día. Queremos aquí recordar la guerra en el Congo que ya causo cuatro millones de víctimas. Por todo eso, otro mundo no solamente es posible, sino necesario y urgente.

Conscientes que nuestro camino es aun largo, llamamos a todos los movimientos del mundo a luchar por la paz, los derechos humanos, sociales y democráticos, el derecho de los pueblos de decidir su destino y la cancelación inmediata de la deuda externa de los países del Sur, a partir de la AGENDA que compartimos en el marco del V Foro Social Mundial:

AGENDA DE LUCHA

– Llamamos a todas las organizaciones y movimientos sociales participantes en el Foro Social Mundial y a aquellas que no pudieron estar en Porto Alegre, para trabajar juntos una campaña por la INMEDIATA e INCONDICIONAL CANCELACIÓN DE LA DEUDA externa y ilegítima de los países del Sur, comenzando con los países víctimas del tsunami y otros que han sufrido terribles desastres y crisis en los meses recientes.

Apoyamos a los Movimientos Sociales del Sur que se declararen ACREEDORES de las deudas históricas, sociales y ecológicas. Exigimos el reconocimiento internacional de estas deudas para detener su incremento, y la restauración de nuestros ecosistemas y el resarcimiento a los pueblos. Exigimos cesar la ejecución de proyectos y “acuerdos de integración” que faciliten el saqueo de recursos naturales en los países del Sur.

Apoyamos la exigencia de los Movimientos Sociales de campesinos y pescadores de las áreas afectadas por el Tsunami a fin de que los recursos para la emergencia y rehabilitación sean administradas directamente por las comunidades locales y así evitar nuevas deudas, colonización y militarización.

– A dos años de la invasión a Iraq la oposición global a la guerra es mas grande que nunca. Para el movimiento contra la guerra es tiempo de aumentar las acciones y no hechar marcha atras.

Exigimos el fin de la ocupación de Iraq. Exigimos que EE.UU. terminen de amenazar a Iran, a Venezuela y a otros países. Nos comprometemos a establecer mas contactos con las fuerzas anti-ocupación en Iraq y Oriente Medio. Reforzaremos nuestras campañas contra las transnacionales implicadas en la ocupación, apoyamos a los militares que rechazan la participación en la guerra y defendemos los activistas perseguidos por estar contra la guerra.

Llamamos a los movimientos a movilizarse el 19 de marzo en un gran día de acción global para exigir el retiro de las tropas de ocupación de Iraq. No mas guerras!

– Apoyamos todas las campañas para el desarme y la desmilitarización, incluso la campaña contra las bases militares de EE.UU. en el mundo, las campañas por el desarme nuclear, por el control del comercio de las armas y por cortar el gasto militar.

– Bajo la excusa del “Libre Comercio” el capitalismo neoliberal avanza en el debilitamiento de los Estados, la desregulación de las economías y en la “legalización” de privilegios para las corporaciones transnacionales a través de los Tratados de Libre Comercio (TLCs). Fracasado el ALCA por la presión popular, ahora se obliga a Centroamérica y otros países a suscribir Tratados de Libre Comercio bilaterales que los pueblos rechazamos. En Europa la directiva Bolkestein de la UE quiere imponer la privatización completa de los servicios públicos. En este marco llamamos a todas y todos a movilizarnos durante las Jornadas de Acción Global, del 10 al 17 Abril, en la Cumbre de los Pueblos de las Américas, en Mar del Plata, Argentina, en Noviembre 2005; y frente a la VI Reunión Ministerial de la Organización Mundial del Comercio, en Hong Kong, en Diciembre 2005.

– Apoyamos la Marcha Mundial de las Mujeres quienes realizan una nueva campaña de acciones feministas globales, recorriendo el mundo partiendo de Sao Paulo el 8 de marzo y finalizando el 17 de octubre en Burkina Faso, para reafirmar su compromiso en la lucha contra el neoliberalismo, el patriarcado, la exclusión y la dominación. Convocamos a todos los movimientos a construir en ese periodo acciones feministas contra el libre comercio, el tráfico sexual, la militarización y por la soberanía alimentaria.

– Apoyamos los esfuerzos de movimientos sociales y organizaciones que promueven la lucha por la dignidad, la justicia, la igualdad y los derechos humanos, especialmente los de los Dalits, Afro-descendientes, pueblos indígenas, romas, burakumins y los más oprimidos y reprimidos sectores de la sociedad.

– Llamamos a la movilizacion de masas contra la cumbre del G8 en Escocia del 2 al 8 de julio. Iremos a las calles y participaremos en la contra-cumbre en Edinburgo y Gloneagles. Exigimos: que la pobreza pase a la historia, que paren la guerra, cancelen la deuda e impongan un impuesto global a las transacciones financieras para financiar el desarrollo.

– Protestamos contra las politicas neoliberales y los apoyos militares de la Union Europea hacia la America Latina. Convocamos a una movilizacion por la solidaridad entre los pueblos en ocasion de la Cumbre de Presidentes de America Latina y de Union Europea en Mayo 2006, en Viena, Austria.

– Luchamos por el derecho universal a una alimentacion sana y suficiente. Luchamos por el derecho de los pueblos, las naciones y los campesinos a producir sus alimentos. Nos manifestamos contra los subsidios a la exportacion que destrazan las economias de las comunidades rurales. Evitemos el dumping alimentario.

Rechazamos los alimentos transgenicos porque ademas de poner en riesgo nuestra salud y nuestro ambiente, son el instrumento para el control de los mercados por cinco impresas transnacionales. Rechazamos las patentes sobre cualquiera forma de vida y en especial sobre las semillas ya que con ello pretenden apropiarse de nuestros recursos y el conocimiento asociado a ellos.

Exigimos la Reforma Agraria como una estrategia que permita garantizar el acceso del campesinado a la tierra, y sea la garantia de una alimentacion sana y suficiente, y no se concentre la tierra en manos de las transnacionales y los latifundistas.

Exigimos que se anulen las acciones en contra de los campesinos de todo el mundo, la liberacion inmediata de los campesinos y presos politico que existen en el mundo, la suspension de la militarizacion de la zonas rurales.

Apoyamos la produccion sustentable basada en la preservacion de los recursos naturales: suelo, agua, bosque, aire, biodiversidad, recursos acuaticos etc. Apoyamos el fomento a la produccion organica y agroecologica.

Llamamos a la movilizacion en el dia mundial de los campesinos el dia 17 de abril; y en el aniversario de la muerte de Lee el 10 de septiembre contra la OMC.

– Apoyamos las campanas y luchas en defensa del agua como bien comun publico, contra su privatizacion y para el reconocimiento del acceso al agua como un derecho humano, como la campana “No a la Suez en America Latina”. Invitamos a participar en el Forum internacional del 18-20 de marzo en Ginebra.

– Compartimos la exigencia de construir una alianza entre movimientos sociales y redes por un “Contrato mundial por el clima: un mundo solar es posible”. La energia es derecho a la vida y un bien comun. La lucha contra la pobreza y el cambio climatico exigen que la energia sustentable este entre las prioridades de las iniciativas y campanas del movimiento social. Apoyamos la marcha internacional sobre el clima en noviembre.

– La “Responsabilidad Social de las Transnacionales” no logro eliminar los abusos y crímenes de las transnacionales. Por ello tiene que ser seriamente desafiada. Los movimientos trabajaran juntos para quitar poder a las transnacionales, parar sus abusos y crímenes. Las comunidades tienen que tener libertad para protegerse a si mismas, a su medio ambiente y a la sociedad del dominio de las transnacionales.

– Apoyamos las campanas contra las transnacionales que violan los derechos humanos, sociales y sindicales, como aquellas contra Nestle y Coca-Cola en Colombia; y, Pepsi y Coca Cola en la India.

– Apoyamos la lucha del pueblo palestino por sus derechos fundamentales y nacionales, incluso el derecho al retorno, basados en el derecho internacional y las resoluciones de la ONU.

– Pedimos a la comunidad internacional y a los gobiernos imponer sanciones politicas y economicas a Israel, incluyendo el embargo sobre las armas. Llamamos a los movimientos sociales a movilizarse tambien por las desinversiones y boicots. Estos esfuerzos tienen el objetivo de presionar a Israel a implementar las resoluciones internacionales y respetar el parecer de la Corte internacional de Justicia de parar la construccion y destruir el muro ilegal del apartheid y terminar la ocupacion.

– Apoyamos a los activistas israelies por la paz y los refusnik en su lucha contra la ocupacion.

– Condenamos el injusto bloqueo a Cuba y pedimos un juicio justo para los cinco cubanos presos en Estados Unidos. Igualmente, exigimos la retirada inmediata de las tropas militares extranjeras en Haiti.

– Reconocemos la diversidad de opcion sexual como una expresion de un mundo alternativo y condenamos su mercantilizacion. Los movimientos se comprometen a compartir la lucha contra las exclusiones por identidad, genero y homofobia. Juntaremos nuestras voces en contra todas la formas de mercantilizacion del cuerpo, de la mujeres y de las personas GLBT;

– Apoyamos el proceso de construccion de una red global de movimientos sociales comprometidos con la defensa de los migrantes, refugiados y desplazados. El neoliberalismo y las politicas de la “guerra contra el terror” produjeron el crecimiento de la criminalizacion de los migrantes, de la militarizacion de las fronteras, del clandestinaje y de la disponibilidad de fuerza de trabajo

barata. Apoyamos la campana por la ratificacion de la Convencion de las Naciones Unidas por los derechos de los migrantes, que ningun gobierno del Norte quiere aceptar. Apoyamos la campana por establecer un organismo independiente que sancione a los gobiernos que no respetan la Convencion de Ginebra para los refugiados y los derechos de los y las migrantes.

– Apoyamos las campanas y luchas por los derechos de los ninos y las ninas, contra la explotacion laboral y sexual, contra el trafico de ninos y el turismo sexual.

– Apoyamos el llamamiento de los excluidos, de los sin-voz, para desarrollar una campana de solidaridad activa e impulsar una marcha mundial en la que los y las oprimidos/as y excluidos/as del planeta levantan su voz para conquistar el derecho a una vida digna.

– Desde el 14 hasta el 16 de septiembre, en la Asamblea general de la ONU, los jefes de gobierno de todo el mundo tomaran decisiones sobre la reforma de las Naciones Unidas y revisaran sus compromisos para eradicar la pobreza. Son ellos los principales responsables de la actual situacion critica de la humanidad. Apoyamos el llamado de redes internacionales que invitan a movilizarse globalmente el 10 de septiembre por un nuevo orden mundial democratico y contra la pobreza y la guerra.

– Apoyamos el llamado por una movilizacion el dia 17 de noviembre, en el dia internacional de los estudiantes, en defensa de la educacion publica, contra la privatizacion y la transnacionalizacion de la educacion.

– En solidaridad con Venezuela la juventud del mundo esta llamada de participar en el 16o festival mundial de la juventud y de los estudiantes en Venezuela entre los dias 7 a 15 de agosto.

– La comunicacion es un derecho humano fundamental. Apoyamos el llamado para las movilizaciones en el marco de la Cumbre Mundial de la Sociedad de la Comunicacion, en Tunis el 16-18 de noviembre. Apoyamos el llamado a una fuerte convencion internacional sobre la Diversidad Cultural y nos oponemos a la mercantilizacion de la informacion y de la comunicacion por la OMC.

– Apoyamos la economia social como expresion concreta de una alternativa de desarrollo justo, solidario, democratico y equitativo.

– En defensa de la salud publica y contra su privatizacion, llamamos a todos los pueblos del mundo a una lucha permanente. Llamamos a la movilizacion en el marco de la Asamblea General en Defensa de la Salud de los Pueblos, en Cuenca, Ecuador en el año 2005 y al Foro Mundial de la Salud en el marco del Foro Social Mundial en Africa en 2007.

Esta es una pequeña muestra de los movimientos sociales en lucha

GLOBALICEMOS LA LUCHA, GLOBALICEMOS LA ESPERANZA!

2007: Fórum Social Mundial - Declaração de Nairóbi e Agenda de Compromissos

Contexto: apresentado no próximo texto do documento. **Endereço:** http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=367

Avulso:

Fórum de Autoridades Locais

Durante o I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, autoridades locais estiveram presentes juntos aos movimentos sociais assumindo a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. Neste VII encontro do FAL, no contexto do FSM em Nairóbi, nos encontramos de novo para afirmar o papel potencial dos poderes locais para Outro Mundo Possível.

O FSM de Nairóbi – primeiro fórum social na África – representou uma oportunidade para estabelecer enlances com poderes locais e movimentos sociais africanos. Para este encontro de Nairóbi, foram organizadas oficinas em Africitiés (setembro de 2006), assim como um seminário em Milão com poderes locais africanos.

As políticas neoliberais incidem na vida cotidiana de nossos territórios, de nossas cidadãs e cidadãos. Seguimos convencidos que desde os poderes locais desenvolvem-se práticas e experiências frente às lógicas neoliberais de exclusões e dominações.

Com a Rede FAL, as autoridades locais participaram e participam no movimento de contestação das lógicas neoliberais. Participam pautando nas agendas políticas: a paz, a inclusão social, a democracia participativa, as metrópoles solidárias, a defesa de promoção dos serviços públicos, o direito à cidade e ao meio ambiente sustentável e o respeito aos direitos fundamentais (educação, saúde, moradia e acesso à água), garantindo os direitos de plena cidadania, especialmente dos imigrantes.

Com a Rede FAL construiu-se um espaço de encontro, debate e articulações com o Fórum Social Mundial. Queremos aprofundar estes enlances convencidos que são necessários para construir alternativas locais-globais, manifestando o rechaço contra a criminalização dos protestos e dos movimentos sociais. Nesse sentido, manifestamos nosso compromisso como atores na consecução dos Objetivos do Milênio. Portanto, reafirmamos a necessidade de uma aliança estratégica das autoridades locais com os movimentos sociais.

O FAL de Nairóbi desenvolveu seminários comuns entre movimentos sociais e autoridades locais no interior do FSM (seminários e organizadores anexos).

Desejamos aprofundar esses enlaces – com todas as autoridades locais e movimentos sociais que assim o desejam – trabalhando as temáticas: território, poderes locais, globalização e neoliberalismo. O evento do FALP para Metrôpoles Solidárias é um exemplo de nossa capacidade para abordar essas temáticas através de políticas públicas alternativas.

Frente à situação de conflitos armados, fome, HIV/AIDS, ocupação de territórios no continente africano, expressamos a vontade de colaborar com as autoridades locais e a sociedade civil africanas que estão demonstrando suas capacidades para enfrentar esses problemas gerando soluções criativas a serviço do desenvolvimento humano sustentável e inclusivo.

Agenda aberta de compromissos:

De uma forma compartilhada e co-responsável, os governos locais colaborarão na dinamização da Rede FAL. Assumirão as tarefas necessárias para o seu bom desenvolvimento, através dos seguintes eixos:

- Articulação da relação com o Fórum Social Mundial (FSM)
- Articulação com Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) através da Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa e do Grupo de Cidades Periféricas, assim como com as demais comissões
- Continuar desenvolvendo a Rede FAL, amplia-la, abri-la e diversifica-la. Potencializar a articulação e vinculação de redes temáticas e territoriais no marco do FAL.

O FAL assume o compromisso de vincular-se ao processo do FSM apoiando a Jornada Mundial de Mobilizações de Janeiro de 2008 assim como as campanhas e lutas derivadas do FSM de Nairóbi, como as campanhas do direito à moradia, defesa dos serviços públicos e reforma das instituições internacionais. E acompanhará os processos regionais e temáticos até o FSM de 2009.

E como atividades concretas que promovem a Rede FAL, como iniciativas abertas às propostas e à colaboração das autoridades membros da rede e dos movimentos sociais:

- Assembléia sobre o direito à moradia. 2 e 3 de fevereiro de 2007, Bobigny e AIH
- Fórum Mundial sobre a Segurança Alimentar. Rede URGENCI, Aubagne, fevereiro de 2007
- Assembléia Mundial de cidadãos, movimentos e poder local sobre a água. 18-20 de Março. Rede Novo Município
- Encontro internacional sobre experiências de orçamento participativo. Constituição do grupo de trabalho sobre orçamentos participativos. 28 - 31 de março 2007. Diputación de Málaga
- Encontro internacional em Barcelona de cidades que levam a cabo práticas inovadoras em políticas ativas de inclusão social. 2007
- Jornadas sobre poder metropolitano e democracia participativa no marco da VII Conferência Internacional da OIDP, em Nanterre. Rede FALP para Metrôpoles Solidárias, 2007
- Assembléia mundial da água pra cidadãos e cargos eleitos. 18 – 20 Março 2007, Bruxelas
- Congresso Mundial de CGLU. Jeju 28 – 31 de outubro 2007
- Encontro Mundial “ A democracia participativa desde o local ao global”. 10 – 12 dezembro 2007. Rhone Alpes
- Congresso sobre novas formas de cidadania para as pessoas imigrantes. Setembro de 2007. Província de Milão.
- Encontro de Autoridades Locais e movimentos sociais contra a criminalização dos protestos e das lutas populares. Caracas, outubro de 2007.
- Fórum de Autoridades Locais em defesa dos serviços públicos. Córdoba, 2008
- Congresso sobre a paz e a diplomacia das cidades. Março de 2008. Província de Milão
- II FALP para Metrôpolis Solidárias

Nairóbi, 23 de janeiro de 2007.

2007: Fórum Social Mundial - Luchas africanas, luchas globales

Contexto: apresentado no próximo texto do documento. **Endereço:** http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=balanco_fsm2007_por

Avulso:

Asamblea de Movimientos Sociales

Nosotros, los movimientos sociales de África y de todo el mundo hemos venido aquí a Nairobi, al Foro Social Mundial (FSM) 2007 para realzar y celebrar a África y sus movimientos sociales; a África y su historia permanente de lucha contra la dominación extranjera, el colonialismo y el neo-colonialismo; a África y sus contribuciones a la humanidad; a África y su papel en la búsqueda de otro mundo.

Estamos aquí para celebrar y reafirmar el espíritu del Foro Social Mundial como un espacio de lucha y de solidaridad abierto a toda la gente y a los movimientos sociales sin importar su capacidad de pago.

Denunciamos las tendencias hacia la mercantilización, la privatización y la militarización del espacio del FSM. Centenares de nuestros hermanos y hermanas que nos dieron la bienvenida a Nairobi han sido excluidos/as debido a los altos costos de participación.

También estamos profundamente preocupados por la presencia de organizaciones que trabajan contra los derechos de las mujeres, sectores marginados, y contra los derechos sexuales y la diversidad, en contradicción con la Carta de Principios del FSM.

La Asamblea de Movimientos Sociales ha creado una plataforma para kenianos/as y otros/as africanos/as de diversos procesos y comunidades para que presenten sus luchas, alternativas, culturas, talentos y habilidades. Es también un espacio para que las organizaciones de la sociedad civil y los movimientos sociales interactúen y compartan los temas y los problemas que les afectan.

Desde la primera asamblea en 2001, hemos contribuido a edificar y a consolidar exitosamente las redes internacionales de la sociedad civil y de los movimientos sociales y hemos reforzado nuestro espíritu de solidaridad y nuestras luchas contra todas las formas de opresión y de dominación.

Reconocemos que la diversidad de movimientos y de iniciativas populares contra el neoliberalismo, la hegemonía del mundo capitalista y las guerras imperiales, son una expresión de la resistencia mundial.

Ahora tenemos que avanzar hacia una fase de alternativas efectivas. Muchas iniciativas locales ya existen y deben ser ampliadas: lo que está sucediendo en América Latina y en otras partes del mundo --gracias a la acción conjunta de los movimientos sociales -- muestra el camino para plantear alternativas concretas a la dominación del capitalismo mundial.

Como movimientos sociales de los cinco continentes reunidos en Nairobi, expresamos nuestra solidaridad con los movimientos sociales en América Latina cuyas luchas persistentes y continuadas han conducido a las victorias electorales de la izquierda en varios países.

Acciones

Llamamos a una amplia movilización internacional contra el G8 en Rostock y Heiligendamm (Alemania) del 2 al 8 de junio de 2007.

Movilizaremos a nuestras comunidades y movimientos en el Día de Acción Internacional en 2008.

2007: Fórum Social Mundial - Résolutions du Forum parlementaire mondial à Nairobi

Contexto: apresentado no próximo texto do documento. **Endereço:** http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=368

Avulso:

Forum parlementaire mondial

Le Forum Parlementaire Mondial, réuni les 21 et 24 janvier 2007 à Nairobi, dans le cadre du FSM, a adopté les résolutions suivantes:

I) Accords de partenariat économique (APE) entre l'UE et les pays ACP (Afrique-Caraïbes-Pacifique).

C'est seulement à partir de la consolidation des pays du Sud, sous le leadership des pays du Sud, que seront réunies les conditions pour établir les accords basés dans la complémentarité, la coopération, le respect et la souveraineté des peuples.

Les accords d'association économique UE-ACP, tels que proposés par la Commission Européenne sont inacceptables.

Tous les accords économiques, y inclus les APE-, doivent tenir compte dans la méthode et dans le calendrier de négociation, des relations asymétriques, qui sont particulièrement défavorables aux pays africains et doivent associer les mouvements sociaux, la société civile et les parlementaires élus par les nations.

II) Dette extérieure

La dette continue aujourd'hui d'être un lest qui empêche le développement de nombreux pays du Sud, agissant au détriment des investissements publics et des besoins des sociétés respectives.

Nous exigeons l'annulation totale de la dette des pays pauvres et l'utilisation de ces ressources pour les objectifs du Millénaire. Nous demandons l'établissement d'impôts sur les mouvements de capitaux (du type de la taxe TOBIN), sur les émissions des CO2, sur le transport aérien et maritime, afin de financer un développement soutenu et solidaire.

Une juste redistribution de la richesse au niveau mondial est indispensable.

III) Migrations et Droits humains

Les migrations sont avant tout causées par l'injuste répartition des richesses dans le monde, du changement climatique, des guerres, des dictatures et des politiques qui aggravent ces situations.

La réponse ne peut être la stigmatisation et la criminalisation des migrants, la négation des droits individuels, et l'édification de murs, de forteresses et de prisons.

Nous défendons le strict et plein respect des droits humains, -étant entendu que ces droits transcendent les frontières-, aujourd'hui violés par la décision de construire des murs qui divisent, qui sont discriminatoires et portent atteinte aux droits fondamentaux.

La question des migrations ne se résoudra qu'à travers un ordre économique international qui permettra le développement de tous les continents, de tous les pays, par la démocratie et le respect universel des droits humains et l'accumulation de pouvoir des femmes, qui sont les principales victimes.

IV) Rejet de la guerre

Le Forum Parlementaire Mondial rejette la guerre comme moyen pour la résolution des conflits. Nous condamnons toutes les actions militaires unilatérales, comme le récent bombardement de la Somalie par l'armée des Etats-Unis.

L'invasion de l'Irak fut un acte arbitraire, injustifié et illégal qui a mené à une tragédie humanitaire et une grave violation des droits des peuples. Nous réitérons notre condamnation de cette invasion et exigeons le retrait planifié et immédiat de toutes les troupes d'occupation et l'ouverture des négociations de toutes les forces politiques d'Irak pour la reconstruction du pays. De même nous nous rejetons la présence des troupes étrangères en absence d'accord des Nations-Unies ou de l'Union Africaine et nous lançons un appel pour que soit trouvées des solutions politiques, pour toutes les guerres qui frappent l'Afrique, Moyen Orient, Afghanistan et le reste du monde.

Nous condamnons l'escalade militaire et le commerce des armes. L'augmentation des incursions militaires diminue les ressources pour le développement et affaiblit la lutte contre la pauvreté.

V) Biens communs et eau

Nous lançons un appel pour que soient préservés et protégés les biens communs afin que soient assurée leur existence aujourd'hui et pour les générations futures, et que soit garanti leur caractère public et que tous et toutes y aient accès.

L'accès à l'eau, -qui est la vie même-, doit en particulier être déclaré officiellement par l'ONU comme étant un droit fondamental de l'humanité, et 50 litres d'eau par jour au moins doivent être garantis pour chaque habitant de la terre. La souveraineté des peuples et des communautés locales doit être garantie.

Dans cette perspective, nous adhérons à l'Assemblée Mondiale de l'Eau pour les citoyens et les élus, qui se tiendra du 18 au 20 mars 2007 à Bruxelles.

VI) Nouveau Contrat Social Mondial et création de l'Observatoire Global du Développement Humain, Démocratie Participative et Inclusion sociale.

Il est proposé d'établir un nouveau Contrat Mondial au niveau politique, social, économique, culturel, environnemental et éthique, pour répondre aux besoins de santé, d'éducation, de logement, d'habitat, d'emploi, de participation, d'information et de communication, entre autres, et garantir le plein exercice de la citoyenneté et la construction d'un ordre mondial de justice et de paix.

Nous appuyons la création de l'Observatoire Global du Développement Humain, Démocratie Participative et Inclusion Sociale, articulé avec le Réseau Parlementaire mondial et les Mouvements Sociaux, qui aura pour mission d'organiser au niveau mondial, des banques de projets, le suivi des politiques sociales pour promouvoir des relations de solidarité, des rencontres et des échanges d'expériences législatives entre différents acteurs sociaux, en encourageant le débat sur la nécessité d'un nouveau Contrat au niveau politique, économique, culturel, environnemental et éthique. Le Forum reçoit avec intérêt la proposition des parlementaires du Venezuela que le siège de l'Observatoire soit situé au Venezuela.

VII) Résolution sur le Réseau

Les parlementaires réunis à Nairobi dans le cadre du Forum Parlementaire Mondial estiment qu'il est essentiel de consolider un réseau de parlementaires engagés dans la construction d'alternatives au néolibéralisme, et ceci en travaillant étroitement avec le Forum Social Mondial, afin que le travail de ces plate-formes et leurs propositions soient répercutées au sein des diverses assemblées nationales et régionales.

Autres recommandations et motions:

1) Délégation de Parlamentaires en Colombie:

La visite d'une délégation des parlementaires du Réseau Parlementaire Mondial en Colombie est recommandée pour se rendre compte de la situation des Droits Humains que traverse ce pays, qui selon les Nations Unies, actuellement, fait face à une "crise humanitaire".

Les Nations Unies ont systématiquement présenté 36 recommandations au gouvernement colombien sans que la situation ne s'améliore.

2) Le Forum a salué les avancées politiques de la gauche en Amérique latine.

3) Le Forum propose de préparer une motion de soutien au peuple Sahraoui.

4) Le Forum propose de préparer une motion pour la défense de l'Amazonie.

Forum parlementaire mondial

2007: Plataforma Mundial de Educação

Endereço: http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=811

Avulso:

O Fórum Mundial da Educação (FME) nasceu no interior do Fórum Social Mundial, adotando sua Carta de Princípios, com a missão de priorizar a educação na construção de um outro mundo possível. Nos seus sete anos de existência, o FME construiu um espaço próprio no campo das lutas pela educação, associando o pedagógico ao social, ao ambiental e ao cultural, resgatando a memória histórica da luta pela educação, realizando numerosos encontros e constituindo-se numa rede de pessoas, instituições e organizações articuladas em função de um calendário mundial de ações coletivas planetárias por uma alternativa ao projeto neoliberal, que inclui:

1. Lutar pela universalização do direito à educação pública com todas e todos os habitantes do planeta, como direito social e humano de aprender, indissociável de outros direitos, e como dever do estado, vinculando a luta pela educação à agenda de lutas de todos os movimentos e organismos envolvidos na construção do processo do FME e do FSM;
2. Difundir uma concepção emancipadora da educação, que respeita e convive com a diferença e a semelhança, popular e democrática, centrada na vida, associada à cultura da justiça, da paz e da sustentabilidade no mundo;
3. Garantir o acesso à educação e o uso da riqueza socialmente produzida, com prioridade aos oprimidos, silenciados, explorados e marginalizado do mundo;
4. Promover o controle social do financiamento da educação e a desmercantilização da educação;
5. Exigir dos governos e organismos internacionais o cumprimento da prioridade que dão à educação em suas declarações, mas não em sua prática.

A presente plataforma é resultado das discussões ocorridas em numerosos Fóruns locais, temáticos e nacionais que indicaram pontos comuns aqui sintetizados e aprovados no V FME realizado em Nairobi de 20 a 25 de janeiro de 2007.

Entendemos que não bastam declarações gerais. É preciso formular plataformas simples que podem ser desdobradas em planos de ação sobre pontos específicos. O importante é garantir o foco e não assumir compromissos e metas novas enquanto não forem alcançadas as já definidas. Nossa plataforma estabelece pontos precisos de atuação, facilitando a mobilização e a participação cidadã em nível local e mundial.

Adotamos como estratégia a criação de um Grupo de Trabalho para cada um dos pontos desta plataforma para manter viva a agenda programática do FME e fortalecê-lo como movimento mundial pela cidadania planetária. Como método de trabalho buscaremos cruzar nossa plataforma com a agenda de lutas da Via Campesina, da Via Urbana, da Campanha Global pela Educação, do Movimento de Educação de Jovens e de Adultos, do Movimento de Mulheres, do Movimento Ambiental, do Software Livre, da Economia Solidária, da Universidade Popular dos Movimentos sociais, do Movimento pelos Direitos Humanos e outros. Alcançar o objetivo proposto depende de constante mobilização e articulação dos outros movimentos. Adotamos a terceira semana de novembro como período de mobilização mundial pelo direito à educação e convidamos todas as pessoas e instituições que desejam se associar a essa plataforma que o façam por meio de nosso campus virtual www.forummundialeducacao.org, onde se encontra um Mural de propostas e alternativas concretas pela construção da educação por um outro mundo possível.

V Fórum Mundial de Educação Nairobi (Quênia), 22 de janeiro de 2007

2008: Fórum Social Mundial - Chamada para um Dia de Mobilização e Ação Global

Endereço: http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=chamada2008_por

Avulso:

Chamado para um Dia de Mobilização e Ação Global – 26 de janeiro de 2008

Somos milhões de mulheres e homens, organizações, redes, movimentos e sindicatos de todas as partes do planeta, aldeias e regiões, zonas rurais e centros urbanos de todas as idades, povos, culturas e crenças unidos e unidas pela firme convicção que OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

Com toda nossa pluralidade, diversidade e riqueza de alternativas e propostas lutamos contra o neoliberalismo, a guerra, o colonialismo, o racismo e o patriarcado que geram violência, exploração, exclusão, pobreza, fome, desastre ambiental e negação dos direitos humanos.

Há muitos anos estamos resistindo e construindo processos inovadores, de novas culturas de organização e ação, do local ao global, em particular, através dos processos e Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, do qual emerge esta chamada.

Conscientes da necessidade de construir nossa própria agenda e de aumentar o impacto dessas milhares de expressões e manifestações, nos comprometemos a reforçar a solidariedade e as convergências entre nossas lutas, campanhas, construções de alternativas e alianças.

Nos comprometemos com uma Semana de Ação que culminará em um Dia de Mobilização e Ação Global em 26 de janeiro de 2008.

Convidamos todas e todos que, dentro da diversidade que é nossa força, realizem criativamente nesta data ações, atividades, eventos e convergências sobre temas e em formatos que lhes sejam próprios.

FAÇAMOS JÁ UM OUTRO MUNDO!

2009: Fórum Mundial de Educação – Assembléia de Educação

Endereço: http://www.forummundialeducacao.org/?page_id=678

Avulso:

ASSEMBLÉIA DE EDUCAÇÃO

Uma vez mais o Fórum Social Mundial demonstrou a importância que o tema da Educação tem para a construção deste outro mundo possível. Isto se constatou através do Fórum Mundial de Educação, que se realizou nos dias 26 e 27 de janeiro, com ao redor de 10 mil pessoas inscritas. Nele foram realizadas seis plenárias cujos eixos temáticos procuraram dar conta da trajetória dos fóruns regionais, nacionais, temáticos e mundiais realizados desde sua primeira edição, em 2001, em Porto Alegre.

Além disso, cerca de 300 atividades debateram o tema Educação, sob diversos aspectos entre distintos coletivos, no marco do FSM. Assim mesmo, outras atividades nos diferentes campos de ação e reflexão trabalharam com a perspectiva da educação como importante ferramenta para a transformação social necessária e desejada, muitas delas tendo algum vínculo com o mundo educativo.

Neste contexto, entre o FSM e o FME, participaram as principais redes globais, continentais, internacionais, nacionais e locais. Estas redes representam a luta de trabalhadoras e trabalhadores em educação, estudantes, mães e pais, etc. pelo direito à educação.

A Assembléia da Educação não só recolheu as propostas do FME, mas também a de redes, organizações e movimentos sociais, internacionais, nacionais e locais. Entre elas estiveram presentes a Campanha Mundial de Educação, o Fórum Mundial de Educação, a Universidade de Movimentos Populares, a CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), a OCLAE (Organização Continental Latino-Americana e Caribeña de Estudantes), a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação, a Internacional da Educação da América Latina, a ICAE (International Council for Adult Education), a REPEM (Rede de Educação Popular entre MULHERES), FISC (International Civil Society Forum), entre outras.

Foram muitas as contribuições deste trabalho, realizado por meio de um processo participativo e democrático. Portanto, uma comissão representativa do FME (?) vai reunir toda esta documentação, organizá-la, sistematizá-la e encaminhar à organização da Assembléia das Assembléias. Em breve será divulgada para todas e todos a redação final.

No entanto, como mensagem fundamental, está apresentada a seguir, uma síntese de alguns pontos como urgências e exigências centrais que reafirmam a Plataforma Mundial de Educação, em permanente construção:

1. Lutar pela universalização do direito à educação pública com todas e todos os habitantes do planeta, como direito social e humano de aprender, indissociável de outros direitos, e como dever do estado, vinculando a luta pela educação à agenda de lutas de todos os

movimientos e organismos implicados en la construcción del proceso del FME y del FSM;

2. Difundir una concepción emancipadora de la educación, que respete y conviva con la diferencia y la semejanza, popular y democrática, centrada en la vida, asociada a la cultura de la justicia, de la paz y de la sustentabilidad en el mundo;

3. Garantir el acceso a la educación y el uso de la riqueza socialmente producida, con prioridad a los oprimidos/as, silenciados/as, explorados/as y marginados/as del mundo;

4. Promover el control social del financiamiento de la educación y la desmercantilización de la educación;

5. Exigir de los gobiernos y organismos internacionales el cumplimiento de la prioridad que imprimen a la educación en sus declaraciones y no en su práctica; en sus acciones;

6. Garantir la educación y el aprendizaje de jóvenes y adultos en los diferentes niveles y modalidades a lo largo de toda la vida.

Para dar consecución a tales propósitos construimos una Agenda de Movilizaciones para 2009 (algunas, para más allá de 2009) con las acciones propuestas en la Asamblea de Educación y con la expectativa de que, entre todas y todos, podamos construir otra Educación, para Otro Mundo Posible:

AGENDA DE MOBILIZACIONES DE LA EDUCACIÓN (ver documento anexo)

Igualmente decidimos que el próximo FME será realizado en conjunto con el FSM. Desde ese momento, hasta su realización, convocamos a todas las personas, organizaciones, movimientos sociales y redes a difundir estas ideas, materializadas en las diversas actividades propuestas, así como a participar activamente en ellas.

VI Fórum Mundial de Educação
Assembleia da Educação, 1º de fevereiro de 2009 – Belém do Pará – Brasil

2010: Fórum Mundial de Educação: Compostela: La paz como Cultural

Endereço: <http://axenciadeprensaforo2010.blogspot.com.br/2010/12/foro-2010-compostela-la-paz-como.html>

Avulso:

Llamamiento del Foro 2010 y del FME-Compostela a los movimientos que integran los procesos emancipadores del Foro Mundial de Educación y el Foro Social Mundial.

El Foro 2010, celebrado en Santiago de Compostela (Galicia) durante todo el mes de diciembre de 2010, con tres congresos internacionales, una reunión de alto nivel y, especialmente, el Foro Mundial de Educación temático sobre “Educación, Investigación y Cultura de Paz” –junto con numerosas actividades artísticas y culturales paralelas–, insta a los movimientos, organizaciones, redes e individuos que confluyen en los procesos del Foro Social Mundial (FSM) y el Foro Mundial de Educación (FME), para que la Cultura de la Paz constituya uno de los ejes de actuación transversal en la búsqueda de otro mundo posible, o de muchos otros mundos posibles.

La Cultura de la Paz debe entenderse en un sentido amplio, como educación para la paz, para los derechos humanos y para la democracia, para la emancipación social y el conocimiento, para la autodeterminación de los pueblos y la justicia ambiental, así como la búsqueda de la superación definitiva de la pobreza y el hambre, de la exclusión social y de las desigualdades, la defensa inequívoca del diálogo intercultural y de las culturas y lenguas minorizadas, así como la prevención de los conflictos y la consolidación de la paz.

Del mismo modo, el Foro 2010 hace un llamamiento para que la Declaración de Santiago de Compostela sobre el Derecho Humano a la Paz, aprobada por unanimidad en el Congreso Internacional celebrado en el marco del Foro 2010 entre los días 9 y 10 de diciembre, sea un objetivo específico del FSM y del FME, en la pretensión legítima de que las Naciones Unidas aprueben dicho derecho y se incorpore a la legislación complementaria de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.

Las organizaciones y movimientos que confluyeron en el Foro 2010, manifiestan su compromiso con los valores y principios del movimiento altermundialista y los procesos enfrentados a la dominación del mundo a través del capital del FSM y el FME, para abogar por otro mundo posible, más justo, más democrático y más humano, sin miseria, sin pobreza, sin desigualdades ni abusos territoriales, nacionales y/o sociales, en el que los ingentes recursos destinados al armamentismo en el mundo se orienten a satisfacer las necesidades humanas básicas y en el que las necesidades de las personas y del planeta primen siempre sobre los intereses del capital.

El Comité Organizador del Foro 2010 y el FME-Compostela manifiesta su repudio a la política de fronteras cerradas de la Unión Europea y del Estado español, que impidió la presencia en Santiago de Compostela de las delegaciones procedentes de Nigeria, Guinea-Bissau, Senegal, Sierra Leona, Haití y otros muchos casos en Colombia y otros países. La idea de una fortaleza europea, blindada a los migrantes y a otras culturas, no es el buen camino para alcanzar la paz universal; más bien al contrario, fomenta las desigualdades, el racismo, la xenofobia y el odio. El Comité también quiere manifestar su más enérgica condena a la ocupación policial en la Universidad de Puerto Rico, un hecho intolerable en cualquier recinto universitario del mundo.

Finalmente, el Comité Organizador del Foro 2010 y el Comité Local Gallego quieren agradecer públicamente a las más de 70 entidades y movimientos sociales colaboradores, a las organizaciones participantes –más de 200–, a los delegados y delegadas de más

de 40 países de todo el mundo, a las instituciones y a las entidades privadas, en particular a la Universidad de Santiago de Compostela, por su esfuerzo y apoyo. Del mismo modo, a los artistas por su participación. Y muy especialmente, a los más de 100 voluntarios y voluntarias que hicieron posible que, durante el mes de diciembre, Galicia entera y Santiago de Compostela fuesen una referencia internacional de la Cultura de la Paz.

Santiago de Compostela, 13/12/2010

2011: Fórum Mundial de Educação - Encaminhamentos da Assembléia de Educação

Contexto: apresentado no próximo texto do documento. **Endereço:** http://almanaquefme.org/?page_id=1105

Avulso:

Nós, participantes da Assembleia de Educação do Fórum Social Mundial, reunidos/as na Universidade Cheik Anta Diop, da cidade de Dakar, em 10 de fevereiro de 2011, representantes de Movimentos Sociais, Redes Educativas, Sindicatos, Organizações Populares, Estudantis, de mães e pais, e outros de alcance global, nacional e regional, aprovamos por consenso os seguintes pontos, surgidos do acordo das agendas de cada uma de nossas organizações, comprometidas com a educação dos nossos povos, de acordo com a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial:

Reafirmamos:

- 1 - O direito a educação como direito humano fundamental e inter-relacionado com os direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais (enfoque transversal);
- 2 - o reconhecimento das lutas por uma educação cidadã, pela democracia, pelos novos desafios do trabalho, pela justiça social e a igualdade na perspectiva da educação ao longo da vida;
- 3 - uma educação pública como responsabilidade do Estado, laica e gratuita, da educação infantil à universidade e ao longo de toda a vida, e pela qual estamos lutando a partir das perspectivas sindicais, das associações de mães e pais, de estudantes e, em geral, da sociedade civil organizada;
- 4 - a educação inclusiva de todas as diversidades étnicas, as de gênero, geracional, territorial, de orientação sexual, de necessidades especiais, incluindo a educação no meio rural, etc.;
- 5 - a reivindicação da pedagogia de Paulo Freire e outras teorias pedagógicas baseadas no reconhecimento dos saberes locais, na educação popular, cidadã, educação para a paz e a recuperação da história dos povos;
- 6 - o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a governos locais, nacionais e organismos internacionais, contra a privatização e a mercantilização da educação, a partir da perspectiva da educação como direito humano inalienável;
- 7 - o fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pela educação como direito;
- 8 - nosso repúdio à impertinência da educação colonialista, especialmente nos países africanos, que desconhece e despreza os saberes e histórias locais;
- 9 - a produção de conhecimento aplicável, significativo que responda aos contextos locais, em questões tais como migração, deslocamento, guerra, e toda forma de discriminação, o que inclui o direito à educar-se na própria língua;
- 10 - a solicitação expressa de atendimento a alunos/as e professores/as que vivem em condição de guerra, exigindo a proteção às suas vidas e o respeito aos seus direitos humanos;
- 11 - o fortalecimento da luta pela garantia de melhores condições de trabalho docente, considerando a deterioração observada em muitos lugares das condições de trabalho dos trabalhadores/as em educação e das condições do ensino;
- 12 - as exigências para atender as situações ligadas ao pertencimento (língua própria, currículos), o acesso (instalações adequadas), qualidade (educação centrada nas potencialidades humanas e em harmonia com a natureza);
- 13 - a necessidade de situar a luta pelo direito à educação no contexto da crise do modelo civilizatório, promovendo a cidadania ativa e a resistência ao modelo imposto pelos organismos internacionais. Reconhecer que a democratização do saber é um modelo básico na democratização da sociedade;
- 14 - a urgência em dotar de conteúdos significativos e significantes ao conceito de qualidade da educação, acessível a todas e todos sem discriminação, solidária e ao longo da vida.

Considerando as propostas e sugestões surgidas na Assembleia, queremos promover e convidar a todos os movimentos e organizações comprometidas com a educação em todo o mundo:

- 1 - a lutar contra os organismos internacionais que promovem a privatização da educação e influenciar na busca de recursos para a mobilização social pela educação de qualidade;
- 2 - o intercâmbio de pesquisas, experiências pedagógicas e de mobilização social pelo direito à educação universal, inclusiva e de qualidade;
- 3 - A troca de conhecimento no campo da educação em todos os níveis e modalidades;
- 4 - Apoiar o fortalecimento da liderança social nos processos de advocacia;
- 5 - as Redes mundiais a oferecer acesso aos materiais didáticos produzidos entre seus e suas integrantes;
- 6 - ao movimento sindical para oferecer cooperação em defesa, formação, etc.;
- 7 - para trabalhar a partir de uma perspectiva de gênero na educação, especialmente para a próxima Conferência Internacional de Educação;
- 8 - para trabalhar o papel da educação ambiental tendo em vista a próxima Conferência Rio +20;
- 9 - para participar da Assembléia Mundial ICAE;

- 10 - para construir diálogos para outro mundo possível;
- 11 - para fortalecer a parceria sindical do movimento pela educação;
- 12 - para pressionar ao governos para uma educação para a justiça social, pelo financiamento da educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis;
- 13 - para articular esforços com as organizações de mães e pais;
- 14 - para participar do Congresso da OCLAE, em outubro, no Uruguai, em comemoração aos 45 anos da entidade (Organização Caribenha e Latino Americana de Estudantes);
- 15 - para ampliar a troca entre as lutas que relacionam os assuntos territoriais e locais, tais como a migração, com as lutas pelo direito, acesso e qualidade da educação;
- 16 - para utilizar e expandir o software livre e, lutar pela garantia de banda larga como direito fundamental das pessoas e ao acesso ao livre conhecimento;
- 17 - Para construir laços mais estreitos com a Semana de Ação Global, que promove a Campanha Global pela Educação, em coordenação com a coalizão e / ou plataformas nacionais para o Direito à Educação de cada país;
- 18 - para fortalecer as experiências e pesquisas, principalmente da educação superior universitária, na busca de soluções aos problemas educacionais e pelo direito á educação;
- 19 - para priorizar a educação presencial, em vez da educação a distancia, na formação docente para todos os níveis e modalidades dos sistemas de ensino.

Ponto Especial: A Assembleia de Educação, por último e por unanimidade, decidiu transmitir ao Conselho Internacional do FSM, um forte repúdio ao atentado à liberdade de expressão que, por agentes provocadores, sofreu a delegação do Povo Saharahui durante o presente FSM.

2012: Decálogo de Medidas Necesarias para Preservar la Sociedad del Conocimiento

Endereço: http://whois--x.net/en/consulta-abogados/defiende-internet/10_urgent_measures

Avulso:

Decálogo de Medidas Necesarias para Preservar la Sociedad del Conocimiento

de eXgae con la contribución de la Red

A la hora de elaborar sus políticas legislativas, los Estados deberían recordar que los derechos de autor surgieron como un incentivos a la creation y como tales son un medio, y no, como pretende la industria del entretenimiento, la meta.

Amigos del Desarrollo en la OMPI

1. Considerar cualquier recorte a las **redes de intercambio** de archivos (redes P2P) o a otros protocolos como un acto de oscurantismo y un atentado contra los derechos democráticos fundamentales garantizados por nuestra constitución y por innumerables tratados internacionales. Nuestros derechos al conocimiento, al aprendizaje, al acceso a la cultura y a la libertad de expresión se verían gravemente socavados si se limitaran las herramientas de las que dispone actualmente la sociedad.

2. Los derechos de autor deben poder ser gestionados libremente por el propio autor. Considerando que las entidades de gestión son entidades privadas y, al igual que un servicio de consultoría o de limpieza, se debería poder utilizar o no según nuestras opciones de vida, pedimos que las entidades de gestión pasen a ser lo que son: entidades privadas que gestionan ÚNICA Y EXCLUSIVAMENTE las “cuentas” de sus socios, es decir, los derechos de explotación de una parte de los artistas. Que, como ocurre con toda entidad privada, se permita la libre competencia y que bajo ningún concepto se consienta que entidades privadas hurguen en la privacidad y en los bolsillos de los ciudadanos y, menos aún, que se utilicen bienes y suelo público para sus beneficios privados. Que autores y editores no sean representados por la misma entidad como en los tiempos del sindicato vertical, que todos los socios puedan votar y, sobre todo, que las entidades de gestión gestionen únicamente las creaciones registradas, permitiendo así el uso de licencias libres. Que en ningún caso entidades privadas gestionen dinero “no individualizable”, tipo canon (gestión colectiva obligatoria , si siguiera subsistiendo), ya que vulnera sus propios estatutos.

3. Que los **creadores sean remunerados** de forma equitativa (un 15% del presupuesto de la actividad en la que están involucrados), sean o no socios de entidades de gestión. Que los artistas cobren, si así lo desean, principalmente por su creación y no por la explotación que ésta genera. Esto evitará que se utilicen los derechos de autor para la precarización del trabajo asalariado del sector creativo, es decir, que evitará que no se paguen salarios justos a cambio de una hipotética ganancia vía derechos de autor.

4. Abolición inmediata del **canon digital**, extraño diezmo que sanciona indiscriminadamente a la ciudadanía en nombre de la “compensación a la creación”, intentando penalizar una conducta que no es en ningún caso delictiva. Abolición del concepto de compensación por copia privada, asumiendo plenamente el derecho a la copia privada como intrínseco a la propia memoria humana desde la invención de Internet.

5. Que una obra pase a ser de **dominio público** en unos plazos beneficiosos para la creación y la sociedad. Permitir que más de una generación viva del trabajo de alguien es un forma de fomentar el parasitismo y el estancamiento creativo que desactiva la reinversión, especialmente considerando que una medida pensada para favorecer a las personas en realidad beneficia principalmente a

grandes multinacionales que desvirtúan la creación primigenia. Pedimos el paso al dominio público en un periodo de tiempo razonable, dependiendo del tipo de creación, con un máximo de 30 años. Toda creación que utilice material obtenido de obras de dominio público tendrá que tener una licencia copyleft de tipo SA, es decir, no podrá privatizarse el uso de sus resultados, que deberán revertir en el procomún. De la misma forma, toda obra producida con dinero público, al considerarse que el procomún es “el productor”, tendrá que tener este mismo tipo de licencia. Obviamente, en ambos casos no se impide su explotación económica.

6. No deben necesitar **autorización del autor** los actos de reproducción, transformación o difusión de obras artísticas, científicas o técnicas ya divulgados cuando se realicen con fines privados o, en el ámbito público, con fines informativos, docentes, educativos o de investigación científica, siempre que se incluya el nombre del autor y el resto de derechos morales. La transformación debería realizarse utilizando la cesión en cadena para evitar una apropiación indebida. La defensa del derecho a copia privada y del “fair use” de las obras debe ser firme y absoluta, siendo la copia la base misma del aprendizaje y de la cultura. Los autores son deudores y parte de la cultura común y por esta razón su aportación a la Cultura no tiene que estar sujeta a compensación alguna más allá del uso comercial que ellos mismo dan a su creación (ventas, caché y derechos de autor relacionados con dichas ventas o actuaciones...).

7. Asimismo los **derechos de autor** sobre cualquier tipo de obra de los que las instituciones públicas sean derechohabientes serán a todos los efectos de dominio público inmediato.

8. Defender el “**derecho a cita**” como vehículo de crecimiento democrático de la sociedad de la información en todos los casos en los que se cita algo que ya había sido hecho público previamente, tanto si se cita por razones pedagógicas o científicas, como por razones puramente informativas o creativas.

9. Eliminar el concepto de “**lucro cesante**” en todo lo que concierne a la producción cultural. Eliminar la obligatoriedad del cobro de la compensación por comunicación pública y por compensación por copia privada. Es inconstitucional.

10. El **secreto de las comunicaciones** garantizado por las Constituciones de los Estados y por los Tratados Internacionales sobre Derechos Humanos implica que el tráfico de datos recibidos o generados en Internet no puede ser manipulado, tergiversado, impedido, desviado, priorizado o retrasado en función del tipo de contenido, del protocolo o aplicación utilizados, del origen o destino de la comunicación ni de cualquier otra consideración ajena a la de su propia voluntad (“Neutralidad en la Red” / “Net Neutrality”) no fundamentada en cuestiones de interés público que la justifiquen y salvo mandato judicial. En todo caso, cualquier limitación o restricción no basada en estas cuestiones supone una restricción del derecho a libertad de expresión (el derecho a enviar y recibir informaciones sin mas limitaciones que las establecidas por la ley), fundamento de las sociedades democráticas y reconocido por todos los instrumentos internacionales. Ese tráfico se tratará como la comunicación privada que es y solo podrá ser espiado, trazado, archivado o analizado en su contenido exclusivamente bajo mandato judicial. Corresponde a los jueces determinar, de acuerdo con la legislación aplicable y mediante el proceso debido, en qué casos se ha producido una infracción y establecer la correspondiente sanción de acuerdo con el principio de proporcionalidad. Esto ya está contemplado en el código penal.

2012: Position statement in support of open and unrestricted access to published research

Endereço: <http://www.wellcome.ac.uk/About-us/Policy/Spotlight-issues/Open-access/Policy/index.htm>

Avulso:

Open access policy

Position statement in support of open and unrestricted access to published research

The mission of the Wellcome Trust is to support the brightest minds in biomedical research and the medical humanities.

The main output of this research is new ideas and knowledge, which the Trust expects its researchers to publish in high-quality, peer-reviewed journals.

The Wellcome Trust believes that maximising the distribution of these papers - by providing free, online access - is the most effective way of ensuring that the research we fund can be accessed, read and built upon. In turn, this will foster a richer research culture.

The Wellcome Trust therefore supports unrestricted access to the published output of research as a fundamental part of its charitable mission and a public benefit to be encouraged wherever possible.

Specifically, the Wellcome Trust:

- expects authors of research papers to maximise the opportunities to make their results available for free
- requires electronic copies of any research papers that have been accepted for publication in a peer-reviewed journal, and are supported in whole or in part by Wellcome Trust funding, to be made available through PubMed Central (PMC) and UK PubMed Central (UKPMC) as soon as possible and in any event within six months of the journal publisher's official date of final publication
- will provide grantholders with additional funding, through their institutions, to cover open access charges, where appropriate, in order to meet the Trust's requirements

- encourages - and where it pays an open access fee, requires - authors and publishers to license research papers such that they may be freely copied and re-used (for example for text and data-mining purposes), provided that such uses are fully attributed
- affirms the principle that it is the intrinsic merit of the work, and not the title of the journal in which an author's work is published, that should be considered in making funding decisions.

Anexo 6 – Artist's Charter / Carta dos Artistas

A carta dos artistas (Artist's Charter), encabeçada por Gavin Bonnar e artistas europeus, é a única carta que localizamos em nossa pesquisa, em defesa do modelo fechado de distribuição da indústria fonográfica, sob a prerrogativa da necessidade de subsistência e das perdas do mercado. Até o dia 3 de julho de 2012, a carta na versão *web*, continha somente 508 assinaturas, em que qualquer pessoa pode assinar, sendo artista ou não.

The Artists' Charter

Endereço: <http://www.theartistscharter.org>

Carta:

The Rights of Artists

We the undersigned, writers, artists and musicians, along with our fans and those millions of people worldwide who work in or are otherwise supported by the creative industries say as follows:

1. We have the right to earn a living from our work.
2. We reiterate that basic human right to work enshrined in Article 23 (1) of the UN Declaration on Human Rights, and by virtue of Article 23(3) of that declaration to 'just and favourable remuneration' for our artistic endeavours.
3. We seek to make technology a friend and not an enemy of our creativity.
4. We ask to be allowed to make a living, whether through performing, writing or recording music, derived from the power of our ideas and the commercial use of our talents.
5. We say it is a fact that the protection of our creative output depends substantially on copyright law, and we urgently call on all governments to assist us in the legal protection of our collective artistic output from piracy and other unauthorised infringement.
6. It is self-evident that any commercial enterprise requires revenue flows to not only survive, but thrive, innovate and take calculated risks.
7. We say that the internet service provider industry must accept its share of responsibility for the rampant abuse of copyright online. Easy unauthorised access to our material goes unchecked every day across the world and infringers do not seek our consent when sharing our works.
8. Our creative industries are facing unsustainable revenue losses due to weak or unenforced copyright laws. This means one thing and one thing only: millions of jobs lost and young talent ignored.
9. While our industry has collapsed to annual revenues of less than US\$20 billion, the ISP industry has more than doubled its revenues in the last five years to US\$250 billion — due in large part to infringement of our artistic works.
10. We demand our indisputable right to copyright protection be no longer ignored. 'Free' should not come at such a terrible cost.

Anexo 7: Listagem compilada de documentos (ordem cronológica)

1987: Carta dos Direitos do Público ou "Carta de Tabor".....	240
2000: A Posição da IFLA sobre Direitos Autorais no Ambiente Digital (The IFLA Position on Copyright in the Digital Environment).....	323
2001: Carta de Princípios do Fórum Social Mundial.....	241
2001: Carta sobre Direitos na Internet: Internet para a justiça social e o desenvolvimento sustentável.....	241
2001: Fórum Mundial de Educação - Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos.....	245
2001: Fórum Social Mundial - Declaração dos Movimentos Sociais.....	275
2001: Iniciativa de Budapest para el Acceso Abierto (Budapest Open Access Initiative).....	325
2002: Declaração de Glasgow sobre Bibliotecas, Serviços de Informação e Liberdade Intelectual (The Glasgow Declaration on Libraries, Information Services and Intellectual Freedom).....	277
2002: Fórum Social Mundial - Convocatoria de los movimientos sociales.....	327
2002: Fórum Social Mundial – Conferência Especial sobre Educação.....	329
2003: Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades).....	278
2003: Declaração Bethesda sobre as publicações de Acesso Aberto (Bethesda Statement on Open Access Publishing).....	279
2003: Declaração da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições sobre a Acesso Aberto a Literatura Acadêmica e a Documentação de Pesquisa (IFLA Statement on Open Access to Scholarly Literature and Research Documentation).....	281
2003: Declaración de Principios - Construir la Sociedad de la Información: un desafío global para el nuevo milenio.....	282
2003: II Fórum Mundial de Educação – Declaración de Porto Alegre.....	288
2004: Carta de la Tercera Edición del Foro Mundial de Educación: Construyendo una Plataforma Mundial de Luchas.....	247
2004: Contribuições à Plataforma Mundial de Educação.....	333
2004: Declaração sobre o Acesso a Resultados de Pesquisa originados de Fundos Públicos (Declaration on Access to Research Data From Public Funding).....	289
2004: Declaración de Buenos Aires: sobre información, documentación y bibliotecas.....	297
2005 Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento.....	298
2005: Adelphi Charter on Creativity, Innovation and Intellectual Property.....	248
2005: Compromiso de Túnez.....	334
2005: Declaração de Salvador - Compromisso com a Equidade.....	299
2005: Declaração de Thiruvananthapuram (Thiruvananthapuram Declaration).....	300
2005: Fórum Social Mundial - Llamamiento de los movimientos sociales a la movilización contra la guerra, el neoliberalismo, la explotación y exclusión por otro mundo posible.....	336
2005: Resolução da Universidade de São Paulo. Nº 5213, de 02 de Junho de 2005.....	321
2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Buenos Aires.....	248
2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Caracas: A Educação Bolivariana e a Superação do Modelo de Escola Capitalista.....	250
2006: Fórum Mundial de Educação - Carta de Nova Iguaçu.....	251
2007: Declaração de Cidade do Cabo para Educação Aberta: Abrindo a promessa de Recursos Educativos Abertos.....	301
2007: Fórum Mundial de Educação: Carta do Alto Tietê.....	253
2007: Fórum Social Mundial - Declaração de Nairóbi e Agenda de Compromissos.....	339
2007: Fórum Social Mundial - Luchas africanas, luchas globales.....	340
2007: Fórum Social Mundial - Résolutions du Forum parlementaire mondial à Nairobi.....	341
2007: Plataforma Mundial de Educação.....	343
2008: Carta de São Paulo pelo acesso aos bens culturais.....	253
2008: Declaração de Franklin Street sobre Liberdade e Provedores de Rede (Franklin Street Statement on Freedom and Network Services).....	302
2008: Declaração de Weeler (The Weeler Declaration).....	303

2008: Fórum Mundial de Educação - Carta da Baixada Fluminense: um passo adiante.....	255
2008: Fórum Mundial de Educação - Carta de Santa Maria: Educação: Economia Solidária e Ética Planetária.....	256
2008: Fórum Social Mundial - Chamada para um Dia de Mobilização e Ação Global.....	344
2008: Strengthen The Commons – Now!.....	308
2009: A quem pertence a ciência? O manifesto Manchester (Who Owns Science? The Manchester Manifesto).....	310
2009: Carta das Responsabilidades do Artista.....	258
2009: Carta do I Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.....	260
2009: Carta Europea de los Derechos Ciudadanos en la Era Digital.....	260
2009: Carta para la Innovación la Creatividad y el Acceso al Conocimiento.....	262
2009: Declaration Des Droits Fondamentaux Numeriques.....	303
2009: Fórum Mundial de Educação – Assembléia de Educação.....	344
2009: Fórum Social Mundial: Declaração do Fórum Mundial de Ciência e Democracia para a Assembleia das Assembleias.....	304
2010: Carta de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da Universidade de São Paulo.....	269
2010: Carta do Fórum Mundial de Educação Infanto-Juvenil.....	270
2010: Declaração da IFLA sobre livre acesso – esclarecendo sobre a posição e a estratégia da IFLA.....	305
2010: Fórum Mundial de Educação: Compostela: La paz como Cultural.....	345
2010: O Manifesto do Domínio Público (The Public Domain Manifesto).....	315
2011: Carta de representantes da sociedade civil à Presidente Dilma Rousseff e à Ministra da Cultura Ana Buarque de Hollanda.....	271
2011: Decreto da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Nº 52.681, de 26 de Setembro de 2011.....	321
2011: Fórum Mundial de Educação - Encaminhamentos da Assembléia de Educação.....	346
2012: Carta do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.....	273
2012: Decálogo de Medidas Necesarias para Preservar la Sociedad del Conocimiento.....	347
2012: Declaração acerca do Conhecimento Livre (Declaration on Libre Knowledge).....	307
2012: Manifesto “Cultura Livre não é Mercadoria”.....	319
2012: Position statement in support of open and unrestricted access to published research.....	348